

carta arqueológica do concelho de Santo Tirso

das origens do povoamento
à alta idade média



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

carta arqueológica do concelho de Santo Tirso

das origens do povoamento
à alta idade média

Álvaro de Brito Moreira



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

FICHA TÉCNICA

Título - Carta Arqueológica do concelho de Santo Tirso.
Das origens do povoamento à Alta Idade Média.

Autor - Álvaro de Brito Moreira

Desenho Arqueológico - Álvaro Moreira / Rosário Melo / Rogério
Alves / Lídia Azevedo / Paulo Carvalho

Desenho de Arquitetura - Tânia Rios / Sónia Marques

Fotografia - Museu Municipal Abade Pedrosa / Arquivo Municipal de Fotografia
Foto Iris / Álvaro Moreira / Horácio Tomé Marques/ Museu da Sociedade Martins
Sarmento

Conceção Gráfica e Artes Finais - Maura Barros

Ilustração da Capa - Maura Barros

Edição - Câmara Municipal de Santo Tirso

Impressão e Acabamento - Norprint

Tiragem - 2000 Exemplares

ISBN - 978-972-8180-43-0

Depósito Legal -



**PATRIMONIO
CULTURAL**
Direção-Geral do Património Cultural

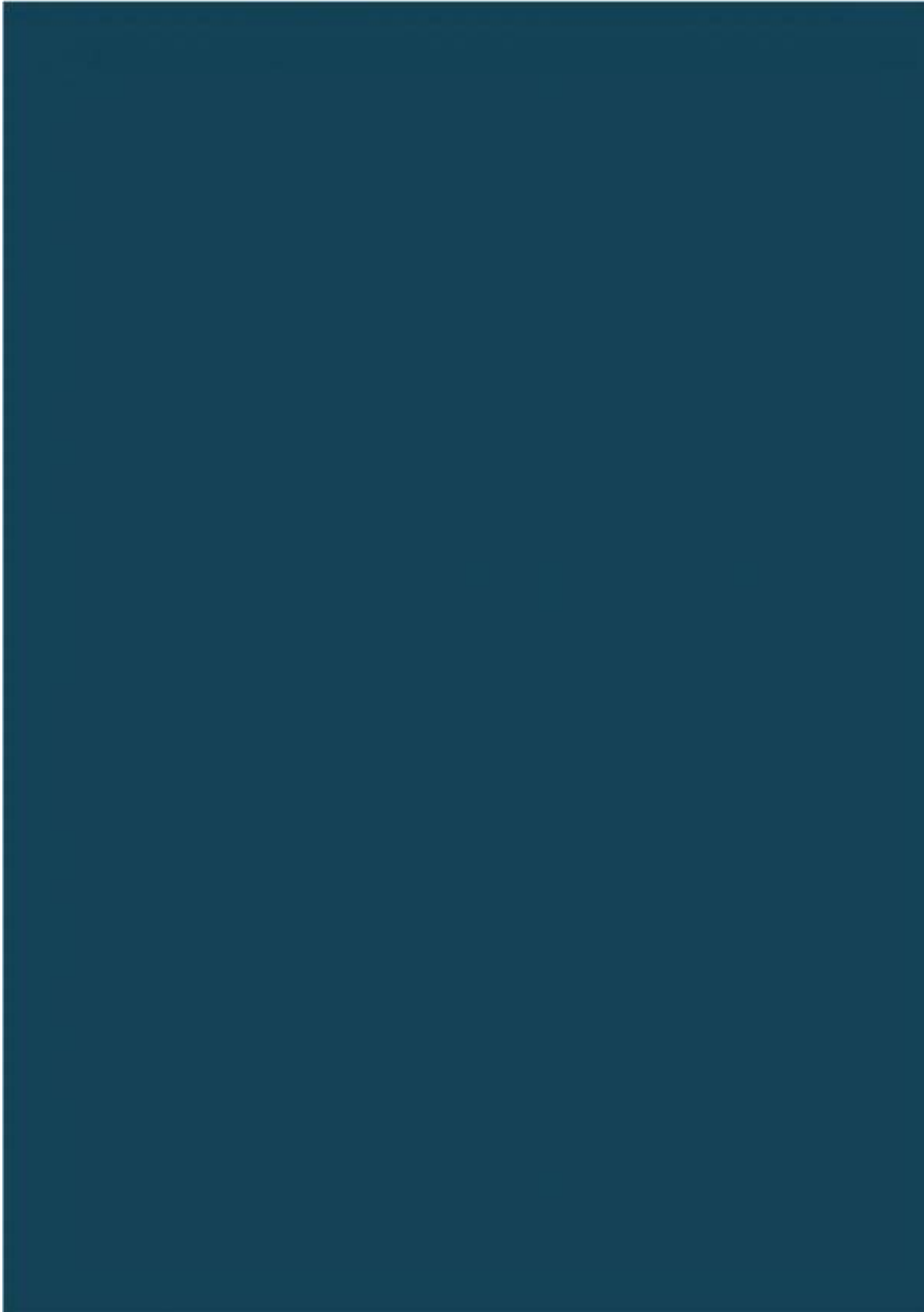
ProMuseus - Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus



carta arqueológica do concelho de Santo Tirso

das origens do povoamento
à alta idade média





Apresentação

A Carta Arqueológica de Santo Tirso é um instrumento determinante na definição das políticas municipais no que respeita à preservação do património e à gestão territorial do concelho.

A sua edição vem, afinal, confirmar a importância que, enquanto presidente da Câmara, sempre atribui à necessidade de se valorizar o património arqueológico e de se legar às gerações vindouras uma riqueza que representa, no fundo, a identidade coletiva de uma comunidade.

Não por acaso, fui um dos impulsionadores da criação de um equipamento em Santo Tirso que pudesse, de uma forma estruturada e persistente, dedicar-se à defesa e preservação do património arqueológico e arquitetónico do concelho.

É, pois, com satisfação que olho para a publicação da Carta Arqueológica, um trabalho de investigação que traduz a missão para que foi inaugurado, em 1989, o Museu Municipal Abade Pedrosa. Se dúvidas houvesse, a elaboração de um documento fundamental na salvaguarda e valorização do património arqueológico só vem confirmar a relevância daquele equipamento municipal como produtor de conhecimento ao serviço da comunidade.

Os objetivos de preservação e de ordenamento do território municipal só podem ser alcançados com um trabalho de inventariação dos bens arqueológicos do concelho e da gestão integrada do património. A Carta Arqueológica que o Município de Santo Tirso agora edita é, portanto, uma ferramenta decisiva para o desenvolvimento sustentável do concelho e, naturalmente, para o estabelecimento de uma estratégia de médio prazo sob o ponto de vista do ordenamento do território.

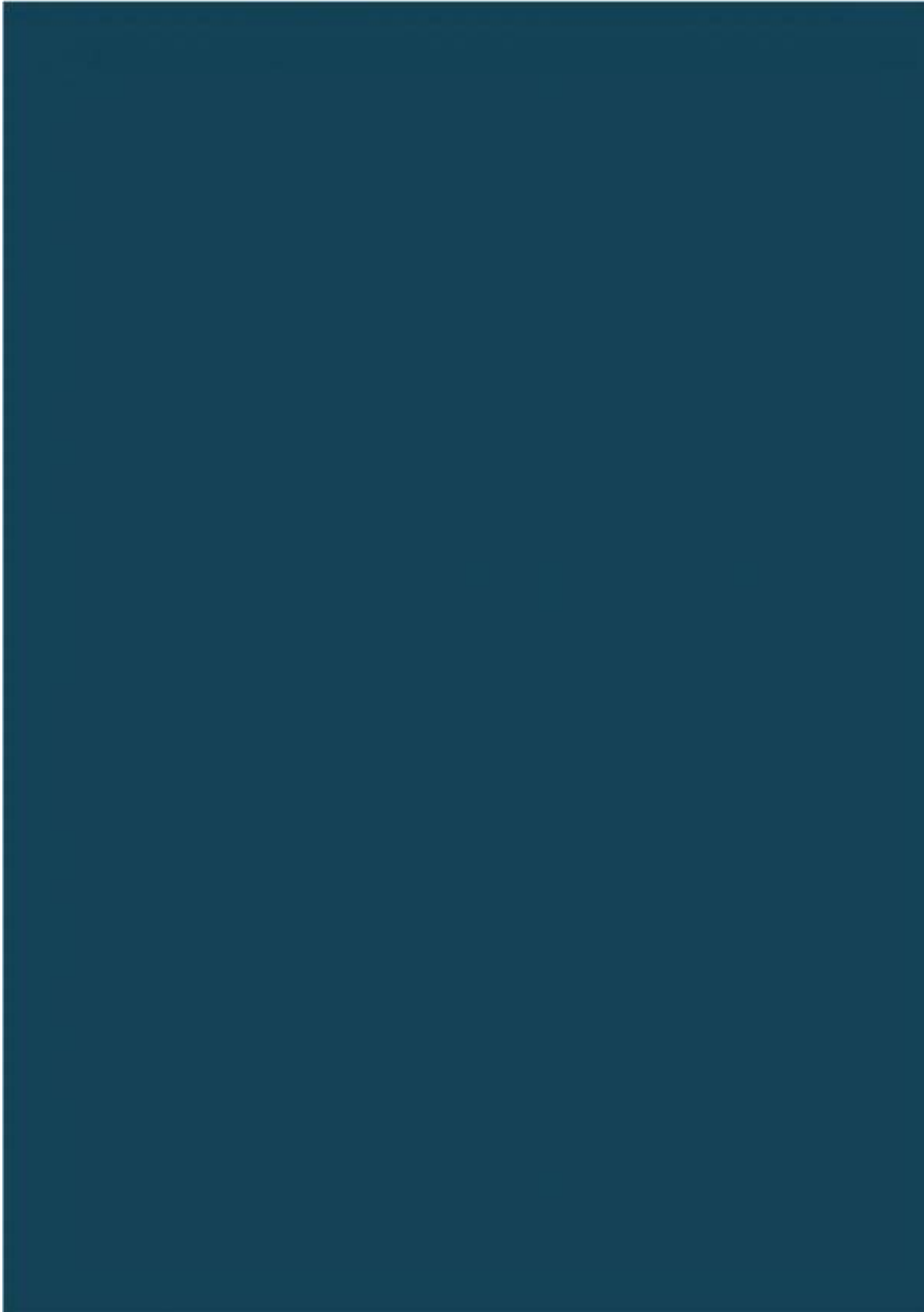
Pode parecer paradoxal, mas a elaboração da Carta Arqueológica do concelho de Santo Tirso não é um ponto de chegada – é, quase por definição, um ponto de partida. Por se tratar de um valioso instrumento na gestão do património cultural do Município, um novo e estimulante desafio se coloca: o da georreferenciação.

Será este o próximo passo que temos de dar, tirando partido das ferramentas tecnológicas que estão ao nosso dispor, com o objetivo de darmos mais um contributo para o desenvolvimento socio-económico de Santo Tirso.

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso



Joaquim Couto



Nota prévia

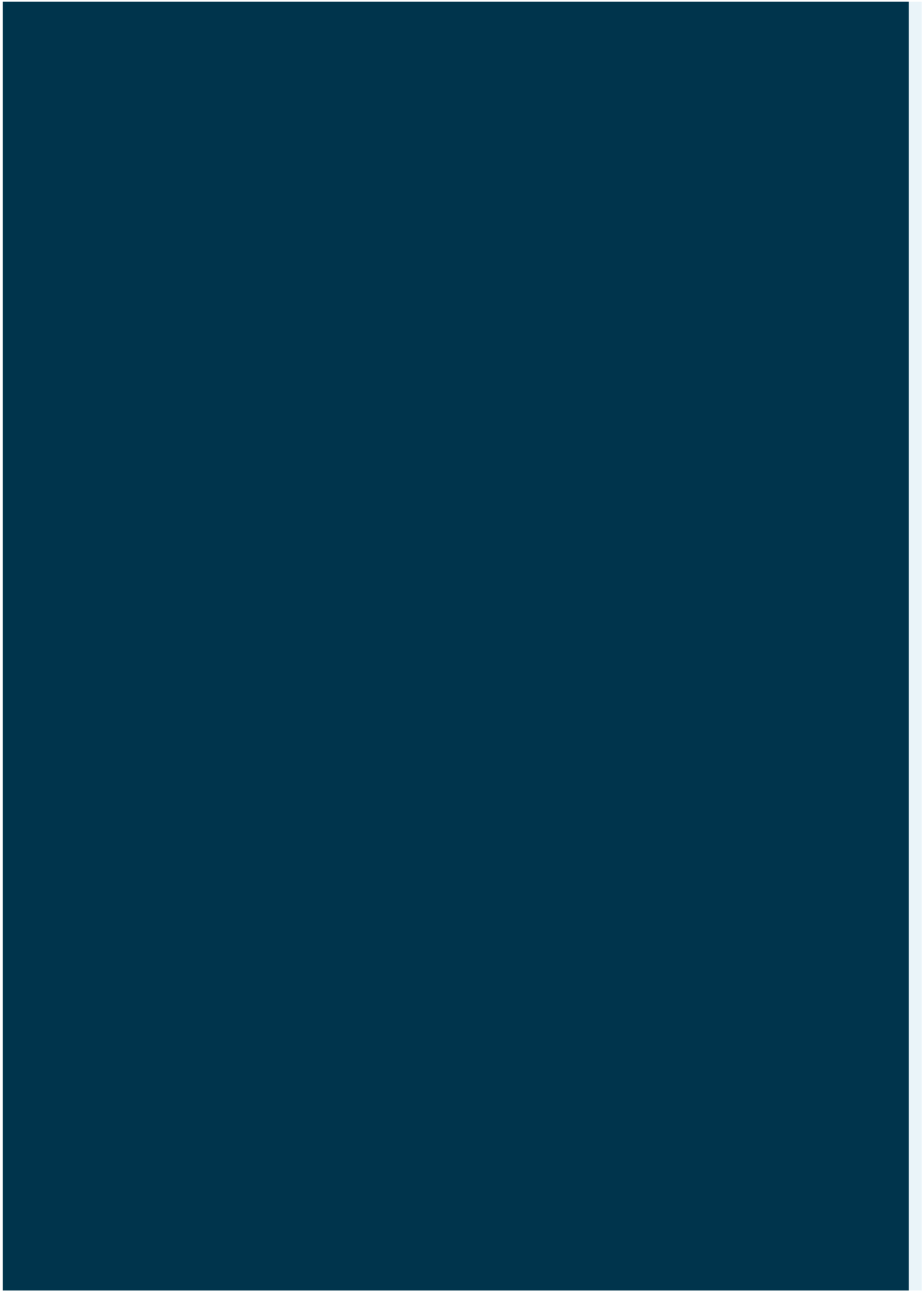
A Carta Arqueológica enquanto instrumento de estudo, salvaguarda e gestão de bens patrimoniais é, *in stricto sensu*, um arrolamento de sítios com interesse arqueológico, cuja metodologia de elaboração, organização e apresentação obedece a critérios relativamente rígidos, constituindo a sua publicação uma referência que marca cronologicamente a condição do conhecimento de um determinado território. Por esse facto, estamos sempre em face de um testemunho inacabado e, desejavelmente, em permanente atualização, cuja disponibilização pública, apesar de representar uma importante etapa na investigação e salvaguarda do património, não pode obstar à consciente assunção que sempre deve acompanhar a realização deste tipo de trabalhos – o dia da sua apresentação não constitui mais do que o momento a partir do qual o processo de estudo e salvaguarda verdadeiramente começa. Neste sentido, a sua concretização permite apreender o verdadeiro alcance da história enquanto elemento matricial da identidade coletiva de uma comunidade, na medida em que o carácter dinâmico da história leva a que experiências fundamentais da temporalidade humana, sempre que analisadas ou reinterpretadas, se transformem numa narrativa fundadora, constituindo um discurso que, a cada atualização, configura novas perceções do passado e do futuro.

A publicação da Carta Arqueológica do concelho de Santo Tirso constitui a concretização de um propósito antigo da Câmara Municipal de Santo Tirso e representa, para todos que de alguma forma contribuíram para a sua realização, o culminar de um longo processo. A sua edição assume maior relevância pelo do facto do trabalho de investigação ter sido desenvolvido no âmbito das competências do Museu Municipal Abade Pedrosa, reforçando assim um dos aspetos mais significativos da sua missão que, em última análise, consiste em produzir conhecimento e disponibilizá-lo à comunidade, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento socioeconómico da região onde está inserido.

A sua edição tem o propósito de contribuir para a salvaguarda e estudo do património arqueológico do concelho de Santo Tirso, concorrer para a divulgação da história local e, fundamentalmente, para a afirmação de uma consciência coletiva, na qual a defesa do património cultural deva constituir numa preocupação central na estratégia de desenvolvimento económico, social e cultural, como aliás reflete o Regulamento do Plano Diretor Municipal – Secção IV – Património Arqueológico e Arquitectónico (DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011), de que a Carta Arqueológica é parte integrante.

Dos estudos iniciais desenvolvidos no âmbito do Gabinete Municipal de Arqueologia, constituído em novembro de 1990, à presente edição, uma longa viagem foi percorrida. Em primeiro lugar, através da bibliografia da especialidade, abordagem que nos permitiu compreender melhor o modo como as diferentes épocas entenderam, interpretaram e se relacionaram com os vestígios do passado. Num segundo plano, o trabalho de investigação de campo e de gabinete, que incluiu inúmeras jornadas de prospeção arqueológica, escavações nas principais estações do concelho, acompanhadas por um contínuo trabalho de gabinete e de laboratório que envolveu o manuseamento, estudo e tratamento de dezenas de milhares de objetos arqueológicos. Por último, com a implementação de um conjunto de ações de divulgação científica e cultural, nomeadamente, exposições, conferências, comunicações, publicações e outras atividades do foro científico.

A concretização de um projecto de investigação desta natureza, pela complexidade inerente ao processo arqueológico, não é possível levar a efeito sem o contributo e empenho de muitas pessoas e instituições. Destas últimas destacam-se, naturalmente, as que mantém relações protocolares de colaboração com a edilidade, como a Escola Profissional de Arqueologia do Marco de Canaveses, a Faculdade de Humanidades de Ourense, a Escola Superior de Conservação e Restauro de Bens Culturais da Galiza, Pontevedra e a Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela, instituições que contribuíram ativamente em todo o processo de investigação, ora participando diretamente nas intervenções arqueológicas através dos seus alunos e professores, ora disponibilizando os seus fundos bibliotecários, ou mesmo, proporcionando graciosamente trabalhos de restauro, desenho e análises de materiais arqueológicos.



I. Metodologia e critérios de apresentação

Introdução

A elaboração da *Carta Arqueológica* do concelho de Santo Tirso, desenvolvida ao longo de vários anos de investigação, resultou da análise e interpretação de um amplo conjunto de fontes e da realização de diferentes ações no domínio da Arqueologia, cujos resultados permitem caraterizar a origem e evolução do povoamento, assim como a transformação da paisagem da região.

Neste sentido, o catálogo das estações arqueológicas e dos achados fortuitos teve origem num exaustivo trabalho de pesquisa bibliográfica, no estudo dos materiais provenientes dos sítios identificados e, fundamentalmente, num sistemático trabalho de prospeção arqueológica que implicou a verificação de todas as estações referenciadas.

Pesquisa bibliográfica e documental – Foi efetuada nas revistas e publicações da especialidade, trabalhos académicos e científicos, periódicos nacionais, regionais e locais, documentação arquivística e alguns acervos particulares, nomeadamente epistolares, que permitiu coligir um extenso repositório informativo sobre os diversos vestígios arqueológicos existentes na região.

Análise toponímica – Desenvolveu-se a partir da análise da cartografia (Cartas Militares e Cartas Corográficas) e dos registos das matrizes prediais, particularmente para o estudo da microtoponímia das estações nucleares (Monte Padrão e Monte dos Saltos), complementada com informações orais recolhidas localmente.

Análise cartográfica – Incidiu sobre diversa cartografia com o objetivo de abordar o estudo e interpretação da geomorfologia, geologia, hidrologia, aptidão agrícola da terra e para a determinação do sistema de referência e suporte da prospeção arqueológica, delimitando áreas com potencial para albergar vestígios de assentamentos humanos.

Carta Militar de Portugal, 1: 25.000 (SCE)

Carta Geológica de Portugal, 1:50.000 (SGP)

Carta de Solos e Carta de Aptidão da Terra de Entre-Douro-e-Minho¹ (DRAEDM)

Carta Hipsométrica (Santo Tirso - Plano Diretor Municipal, 2011)

Carta de Declives (Santo Tirso - Plano Diretor Municipal, 2011)

Carta da Rede Hidrográfica (Santo Tirso - Plano Diretor Municipal, 2011)

Carta de Suscetibilidade Geomorfológica (Santo Tirso - Plano Diretor Municipal, 2011)

Carta de Exposição de Vertentes (Santo Tirso - Plano Diretor Municipal, 2011)

Consulta de acervos museológicos – Foram realizados levantamentos exaustivos dos acervos museológicos e de coleções privadas com vista a identificar materiais provenientes do concelho de Santo Tirso de forma a proceder ao seu estudo e contextualização arqueológica.

Entre outros, foram detetados materiais em depósito nas seguintes instituições – Museu Nacional de Arqueologia; Museu D. Diogo de Sousa; Museu da Sociedade Martins Sarmento; Museu de Etnologia do Porto²; Museu Arqueológico da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; Museu Soares dos Reis.

1. AGROCONSULTORES-GEOMETRAL, 1995, Carta de Solos e Carta de Aptidão da Terra de Entre-Douro-e-Minho, Memórias, DRAEDM - Braga.

2. Inicialmente designado por Museu de Etnografia e História do Douro Litoral.

Prospecção arqueológica – O trabalho de campo foi realizado pelos métodos convencionais a partir de referências identificadas na bibliografia, cartografia, informações orais, toponímia, análise das características do terreno e recolha de materiais de superfície, que consideramos exaustivo, apesar das dificuldades inerentes ao processo³.

Escavação arqueológica – Neste domínio o trabalho abrangeu duas estações arqueológicas - Monte Padrão e Monte dos Saltos -, cuja metodologia de intervenção, em traços gerais, se poderá caracterizar como uma abordagem de natureza monográfica. A escavação arqueológica foi orientada no sentido de documentar estruturalmente os edifícios existentes de forma a possibilitar a sua legibilidade original, definir os principais eixos da estrutura dos povoados e, fundamentalmente, obter elementos estratigráficos de referência para o estudo da cultura material.

A análise e interpretação da ergologia teve como objetivo principal estabelecer uma tabela cronotipológica, documentar os ritmos económicos nas diferentes fases de ocupação, desenvolver um *corpus* de apoio à classificação e datação dos materiais provenientes de achados fortuitos da área regional, definir produções locais, identificar a origem das matérias-primas, assim como registar os principais fluxos comerciais e centros abastecedores nos diferentes momentos culturais. Neste sentido, abordamos o estudo de duas formas. A primeira consistiu na interpretação crono-estratigráfica e estrutural de cada estação. A segunda, mais desenvolvida, no estudo individualizado da ergologia das diferentes fases culturais, onde, além de tratar a problemática dos processos de fabrico (tipologia / cronologia / tecnologia), se analisaram os paralelos regionais.

No caso do Monte Padrão o estudo e salvaguarda da estação arqueológica teve início em 1991 com a implementação de um projecto de investigação científica e a realização das primeiras intervenções arqueológicas.

A singularidade do imóvel no panorama arqueológico do Noroeste Português deve-se à sua prolongada ocupação, à dimensão da área e ao bom estado de conservação dos vestígios, nomeadamente das estratigrafias.

Com a implementação do projecto pretendeu-se, em última análise, responder a questões genéricas que permitissem contribuir para a compreensão da evolução da sua ocupação como, por exemplo: - Quais as características existentes na área envolvente que favoreceram uma ocupação tão prolongada?; Que papel terá desempenhado na área meridional do Noroeste Português em cada uma das etapas culturais?; Em que medida se registam os mesmos critérios de ocupação, evolução e abandono na região?; Qual o ordenamento hierárquico dos diferentes assentamentos na área em estudo nas diferentes etapas culturais e cronológicas?; Quais as motivações de ordem económica social e/ou política que condicionaram a sua formação, evolução e abandono nas diferentes etapas culturais?

Neste sentido, a metodologia implementada teve por objetivo desenvolver um estudo exaustivo e sistemático privilegiando uma perspetiva analítica diacrónica, articulando o resultado do estudo dos materiais e respetivas referências crono-estratigráficas com os dados provenientes de outras estações.

A partir da elaboração de um perfil de referência, associado a elementos caracterizadores da cultura material, estratigraficamente posicionados, procurou-se efetuar um estudo regional articulado com o objetivo de testar as cronologias já estabelecidas, assim como identificar variantes culturais expressas na ergologia. Em resumo, pretendeu-se desenvolver um estudo integrado, de âmbito regional, contextualizando-o na área geográfica que o envolve.

No que respeita à intervenção arqueológica, atendendo às características da estação, o enfoque privilegiou quatro aspetos fundamentais; **Cronologia e estratigrafia** – Analisada com atenção redobrada nas fases transitórias de cada uma das etapas culturais, nomeadamente do Bronze Médio/Final à Idade do Ferro, da Idade do Ferro à Romanização e, por sua vez, desta à Idade Média. Procurou-se também documentar hiatos cronológicos, alternâncias de ritmos de crescimento e transformações arquitetónicas nas etapas culturais em análise, enquadrando os resultados num âmbito histórico-geográfico mais amplo; **Cultura material** – Entendida como expressão das diferentes atividades artesanais e proto-industriais que diretamente refletem a vivência socioeconómica e cultural das comunidades, o estudo da ergologia foi encarada numa perspetiva antropológica, estabelecendo, sempre que possível, uma relação entre a forma e a função dos objetos, em

3. A execução do trabalho de prospecção arqueológica, elaboração do inventário e respetiva cartografia, revelou diferentes níveis de constrangimentos. O primeiro, de carácter técnico, relacionou-se com a dificuldade de desenvolver trabalhos sistemáticos de prospecção devido ao elevado índice de ocupação humana registada na região, associado à forte divisão da propriedade, com frequência expressa em parcelamentos murados, assim como a intensa atividade agrícola. Neste sentido, na maior parte dos casos não foi possível definir e quantificar com rigor a área de dispersão dos vestígios. O segundo, de maior relevância para a interpretação dos resultados, prende-se com a interpretação dos próprios vestígios e a sua classificação que, como é corrente, foi feita apenas através da observação do local de implantação, área de dispersão e natureza dos materiais, vestígios de estruturas identificadas à superfície, entre outros aspetos relevantes.

paralelo com a análise morfotipológica, de maneira a que, por conexão, se verifique a existência de diferentes *facies* originados por soluções locais ou regionais, ou de origem externa. A abordagem seguida, com algumas adaptações, é semelhante ao método desenvolvido por Klaus Randsborg (RANDSBORG 1985, 413-532); **Interpretação funcional dos espaços habitacionais e edifícios públicos** – A análise assumiu quatro níveis. O micro espaço (habitação), o meso espaço (povoado), o espaço regional (território), e o macro espaço (área cultural / circunscrição administrativa); **Interpretação geográfica** – Estudo da evolução da paisagem, procurando identificar aspetos de continuidade/descontinuidade de forma a estabelecer as unidades físicas fundamentais que constituíram a resposta às necessidades e imperativos de ordem socioeconómica, estratégica e política nas diferentes fases culturais.

A interpretação e contextualização dos resultados, apesar das dificuldades técnicas relativas à execução deste tipo de enfoque, permitiu a classificação de todos os vestígios tendo como referência os seguintes descritores – historiografia arqueológica (referência e análise bibliográfica/fontes documentais); caracterização geomorfológica (topografia / dimensão / configuração / relação com os recursos naturais); caracterização arqueológica (planimetria de estruturas / sistemas defensivos / espólio); implantação (inter-relação entre os assentamentos e a rede viária / caracterização dos solos e aptidão agrícola da terra)⁴.

A análise dos inúmeros vestígios arqueológicos resultantes da ocupação das comunidades humanas implantadas desde longa data na área do atual concelho de Santo Tirso permitiu referenciar as suas origens em contextos pré-históricos e esclarecer a formação e desenvolvimento dos seus principais polos de povoamento.

Os inúmeros vestígios detetados deram origem a um extenso *corpus* que integrou a Carta de Património do Plano Diretor Municipal (Planta de Condicionantes e Planta de Ordenamento), pela primeira vez sujeita a um regulamento específico, aprovado em 2011 (DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011)⁵.

SECÇÃO IV – PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E ARQUITECTÓNICO

Subsecção I – Imóveis classificados e em vias de classificação

Artigo 14º – Identificação

Os imóveis classificados e em vias de classificação e as respectivas zonas de protecção encontram-se identificados na Carta Municipal do Património e na Planta de Condicionantes.

Artigo 15º – Regime

Aos imóveis classificados ou em vias de classificação e às respectivas zonas de protecção é aplicável a legislação específica em vigor, ficando qualquer intervenção que incida sobre esse património sujeita a essa legislação, nomeadamente no que se refere a consultas e pareceres das entidades de tutela.

Subsecção II – Imóveis de interesse municipal não classificados

Artigo 16º – Identificação

1. Encontram-se abrangidos pela presente subsecção os imóveis de interesse municipal que, não se encontrando classificados com base na Lei do Património, foram catalogados pelo seu interesse histórico, cultural, artístico, arquitectónico ou científico constituindo testemunhos a preservar como valores essenciais à identidade cultural concelhia.

2. Os imóveis de interesse municipal não classificados são tipificados como monumento, conjunto ou sítio e identificados na Carta Municipal do Património e da Planta de Ordenamento.

Artigo 17º – Níveis de protecção

Para efeito da salvaguarda do valor patrimonial dos imóveis de interesse municipal não classificados, são estabelecidos dois níveis de protecção, A e B, em função do tipo de intervenção admissível, nomeadamente: a) No nível A integram-se os monumentos, conjuntos ou sítios cujo valor arquitectónico, patrimonial ou científico recomenda a salvaguarda das suas principais características arquitectónicas e, no caso de sítios arqueológicos, a salvaguarda das suas potencialidades científicas e patrimoniais; b) No nível B integram-se os monumentos, conjuntos ou sítios com características arquitectónicas, artísticas ou científicas que revelam interesse para a valorização da identidade cultural do local em que se inserem e, no caso dos vestígios arqueológicos, cujo valor potencial recomenda acautelar o seu estudo e a salvaguarda do seu interesse científico e patrimonial.

Artigo 18º – Condicionamentos de intervenção nos imóveis e na sua envolvente

1. Qualquer intervenção em imóveis integrados no nível A referido no artigo anterior deve respeitar as seguintes condições:

a) Nos imóveis do tipo monumento devem ser mantidas as suas características principais, tanto no que se refere ao exterior, como a elementos interiores significativos, nomeadamente materiais de construção, fenestrações, desenho de

4. Abreviaturas - AF – Achado fortuito | CM – Carta Militar | EA – Estação Arqueológica | PDM – Plano Diretor Municipal.

5. Plano Diretor Municipal, CMST, Porto, 2011.

caixilharias, escadas, pinturas decorativas ou qualquer outro elemento estrutural ou acessório característico da edificação na sua originalidade;

b) Nos imóveis do tipo conjunto devem ser mantidas as características principais exteriores referidas na alínea anterior;

c) Nas parcelas onde se localizem imóveis dos tipos monumento ou conjunto são admitidas novas construções desde que não prejudiquem de qualquer forma o seu valor patrimonial.

2. Qualquer intervenção em imóveis integrados no nível B, referido no artigo anterior, deve respeitar as seguintes condições:

a) Nos imóveis do tipo monumento ou conjunto devem ser respeitados os elementos estruturais e a linguagem arquitectónica característicos da construção ou do conjunto, na sua originalidade;

b) Nas parcelas onde se localizem imóveis dos tipos monumento ou conjunto são admitidas ampliações e novas construções desde que estas não prejudiquem de qualquer forma o seu valor patrimonial.

3. As intervenções nos imóveis de interesse municipal não classificados, independentemente do nível em que estão integrados, devem ainda respeitar as seguintes condições:

a) Devem ser mantidos os elementos existentes nos espaços exteriores adjacentes que fazem parte integrante dos imóveis, nomeadamente muros, pavimentos, fontes, escadarias, pérgulas, caramanchões, jardins e espécies arbóreas e arbustivas, originários ou não, que revelem interesse na valorização do imóvel;

b) Nas áreas identificadas como sítios apenas são permitidas actividades agro-florestais e construções de apoio ao usufruto cultural do imóvel desde que não violem a integridade física do local;

c) No caso do património arqueológico é interdita a realização de quaisquer obras ou acções no perímetro ou na envolvente do imóvel, nomeadamente trabalhos de remodelação de terrenos, sem parecer prévio do Gabinete Municipal de Arqueologia, ficando condicionadas à realização de trabalhos arqueológicos, que podem ser de escavação em área, de sondagens ou de simples acompanhamento dos trabalhos, dos quais pode resultar, em função da existência e da natureza dos vestígios identificados, o condicionamento parcial ou integral da intervenção;

d) Por motivos de segurança de pessoas e bens e em casos de qualificação arquitectónica ou urbanística imprescindível e de interesse público, pode ser autorizada a demolição total ou parcial de imóvel, mediante parecer que fundamente essa opção.

4. A intervenção na envolvente dos imóveis de interesse municipal não classificado, nomeadamente a realização de operações urbanísticas, deve garantir a preservação ou valorização do seu enquadramento urbano e arquitectónico, nomeadamente no que se refere à relação volumétrica, revestimentos exteriores e utilizações previstas.

Artigo 19º - Instrução dos pedidos de intervenção

1. Os projectos para intervenção nos imóveis de interesse municipal não classificados devem, de forma detalhada através de levantamento topográfico e fotográfico do imóvel e seus espaços adjacentes e da memória descritiva, especificar as suas características originárias e essenciais e demonstrar que as mesmas são respeitadas e valorizadas com a intervenção proposta.

2. Os projectos de arquitectura relativos aos imóveis de interesse municipal não classificados devem ser da autoria de arquitecto.

3. As operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio municipal no âmbito do RJUE, relativas a intervenções nos imóveis de interesse municipal não classificados ou localizadas na sua envolvente, devem ser objecto de parecer de uma comissão constituída no mínimo por um historiador, um arquitecto e um arquitecto paisagista, dos serviços municipais, podendo esta comissão solicitar o parecer de entidade ou associação de interesse público envolvidas na defesa do património.

4. O pedido de parecer prévio referido na alínea c) do nº 3 do artigo 18º deve ser apresentado directamente no Gabinete de Arqueologia, com identificação do requerente e do prédio objecto de intervenção, acompanhado de planta de localização à escala 1/5000 e de descrição dos trabalhos a realizar.

Âmbito cronológico e apresentação

Os parâmetros cronológicos em que se inscreve o presente estudo balizam-se entre a Pré-História e a Alta Idade Média, tendo como referência histórica o advento da nacionalidade. Pretende-se, desta forma, documentar, analisar e problematizar as dinâmicas de povoamento da área geográfica que atualmente corresponde ao concelho de Santo Tirso.

Do ponto de vista da organização e apresentação da *Carta Arqueológica* privilegiou-se uma abordagem interpretativa da evolução da ocupação do território, pelo que o catálogo das estações arqueológicas e dos materiais provenientes de achados fortuitos estrutura-se por ordem cronológica, sendo precedido por um texto de carácter interpretativo das principais etapas culturais, procurando-se, sempre que possível, promover a contextualização histórico-geográfica dos vestígios.

II. A investigação arqueológica no concelho de Santo Tirso

O desenvolvimento da atividade arqueológica tirsense reflete os diferentes ritmos da evolução que esta ciência conheceu no país. De uma forma simplista, poder-se-á dividir em quatro grandes períodos cronológicos os momentos que ilustram os avanços técnico-científicos registados ao longo dos séc. XIX e XX (LEMOS 1987, 5). Ao contrário de outras realidades geográficas, na área concelhia as escavações arqueológicas executadas com metodologias científicas resumem-se às últimas três décadas, sendo as anteriores intervenções caracterizadas pela diminuta expressão espacial, duração limitada e critérios metodológicos pouco rigorosos.

O **primeiro período**, em traços gerais, corresponde à segunda metade da centúria de oitocentos e às duas primeiras décadas do séc. XX, momento em que várias gerações de investigadores imprimiram um forte rumo à Arqueologia nacional, integrado no movimento romântico que então animava a Europa Ocidental, fortemente influenciado por um conjunto de descobertas de grande monumentalidade e importância científica. Em Portugal este momento enquadra o nascimento e afirmação da Arqueologia enquanto disciplina na área das Ciências Históricas, cuja sustentação teórica se relaciona com a criação de um imaginário de identificação e exaltação dos valores nacionais, em consonância com outras referências do domínio das Ciências Sociais e Humanas. Nesta conjuntura, de intensa e profícua atividade de investigação, várias personalidades impuseram uma forte dinâmica à atividade arqueológica e estiveram na origem da criação de um conjunto significativo de instituições de carácter científico que constituíram as bases do seu desenvolvimento. Entre as mais preponderantes no Norte de Portugal destacam-se o Instituto de Antropologia do Porto, fundado em 1911, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, criada em 1918, cuja origem radica num grupo de investigadores que colaborou com a revista *Portugalia* na transição do século (1899-1906) e, por último, a Sociedade Martins Sarmento, fundada em 1882, que viria a constituir o órgão aglutinador das atividades arqueológicas desenvolvidas na região em que se insere o atual concelho de Santo Tirso.

A par de um largo número de ilustres estudiosos, como Martins Sarmento, Leite de Vasconcellos, Félix Alves Pereira, Estácio da Veiga, Carlos Ribeiro, José Fortes, entre outros, foram inúmeros os “arqueólogos amadores” que procuravam conhecer as antiguidades locais e mantinham os investigadores informados.

Da autoria de alguns elementos do grupo que conheceu projeção nacional são conhecidas várias intervenções no concelho, quer no que respeita a ações diretas de escavação, quer de publicação de estudos de materiais recolhidos fortuitamente. Entre os mais significativos trabalhos publicados no final do séc. XIX (1895), ainda hoje uma referência incontornável para o estudo da rede viária romana do Norte de Portugal, conta-se o extenso *corpus* de epigrafia viária da autoria de Martins Capela⁶, que constitui, em muitos casos, a única referência para o estudo dos marcos miliários ainda existentes, assim como dos já desaparecidos. Na área meridional do Convento Bracaraugustano, no que respeita à via XVI do itinerário de Antonino, que ligava *Bracara Augusta* a *Cale*, identificam-se na área compreendida entre Leça e Ave vários miliários em que a sua leitura constitui a única referência conhecida, a partir da qual atualmente se produzem as diferentes propostas interpretativas, uma vez que, com exceção do marco miliário da Quinta do Paiço, Alvarelhos, nenhum outro conserva a totalidade da inscrição legível. O relacionamento de Martins Capela com o Abade Pedrosa documenta-se a propósito dos achados epigráficos ocorridos em 1888, em Santiago de Bougado, na reconstrução da ponte do rio Sedões, assim como a propósito do marco miliário descoberto pelo Abade Pedrosa no lugar da Espinhosa, S. Pedro de Avioso, em 1894.

6. Martins Capela nasceu no lugar do Assento, freguesia de S. Paio de Carvalheira, Braga, a 28 de outubro de 1842. Ao longo da sua vida desenvolveu importantes estudos no âmbito da Arqueologia Clássica, com claro destaque para a epigrafia viária, área científica em que a sua obra de referência – *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal* – viria a granjear um lugar de destaque na bibliografia arqueológica portuguesa. Contudo, os seus estudos extravasaram o domínio da Arqueologia, designadamente para o campo da Filosofia, onde não foi menos importante ou original. Destaca-se ainda o seu papel no ensino sendo justamente considerado como o restaurador dos estudos tomísticos em Braga. A sua biografia e bibliografia foram alvo de atenção de vários historiadores entre os quais se salientam J. M. da Cruz Pontes e A. Luís Vaz (PONTES 1976; VAZ 1942).

Também José Leite de Vasconcellos⁷ manteve contactos diretos com os investigadores da região, entre os quais o Abade Pedrosa, com quem desenvolveu algumas iniciativas no âmbito da arqueologia, merecendo destaque a que se relacionou com a identificação dos vestígios arqueológicos descobertos na Quinta da Devesa que atestam a origem romana da cidade de Santo Tirso.

Em boa verdade, a autoria da descoberta deveu-se ao Abade Pedrosa que, numa carta dirigida a Martins Sarmiento, refere a recolha de muita telha e fragmentos de olaria romana em desaterros junto ao mosteiro (LEMOS 1989, 11). A confirmação do local como de “interesse arqueológico” foi formalizada pelo ilustre etnólogo, que visitou o local em 9 de janeiro de 1893. Da expedição o próprio daria testemunho na sua obra de referência - *Religiões da Lusitânia* -, no momento em que aborda o estudo da epígrafe romana dedicada a Turiaco, inclusa na parede norte do primeiro claustro do mosteiro de Santo Tirso - (...) *Em Santo Tirso, a uns 300 metros da igreja, houve uma estação archaica, o que se reconhece pelo apparecimento de fragmentos de tégulas e de louça antiga, escóreas, mós, cimento, como verifiquei em 1893. É possível que o monumento do deus Turiacus estivesse primitivamente ahi.* (...) (VASCONCELLOS 1905, 325-326). Martins Sarmiento⁸, seguramente o mais proeminente investigador nortenho do séc. XIX, terá sido o principal mentor da atividade arqueológica desenvolvida pelo Abade Pedrosa, cujos contactos de carácter científico se prolongaram por cerca de 20 anos.

Na historiografia arqueológica tirsense a mais antiga referência é da autoria de Luís Correia de Abreu⁹, ilustre pedagogo que dedicou grande parte da sua vida ao ensino e à divulgação da cultura. A atividade arqueológica que desenvolveu, ainda que discreta, revela um interesse que ultrapassa a do pequeno colecionador, patente nos inúmeros manuscritos que produziu, entre os quais merece destaque o que respeita aos vestígios arqueológicos da sua terra natal, intitulado - *Descrição das antiguidades e costumes velhos da freguesia de Santiago de Burgães*. O seu conteúdo, apesar de pouco rigoroso, conserva informações relevantes, uma vez que, algumas delas, constituem as únicas referências conhecidas relativas aos achados ocorridos na primeira metade do séc. XIX. Entre as mais significativas, refira-se a nota alusiva à descoberta de um tesouro monetário descoberto em 1841, no “Cham das Cruzes”, próximo do lugar de Santa Cruz, Burgães, supostamente de cronologia tardorromana - (...) *... huma panella de barro cheia de moedas de cobre do tempo de Constantino Magno.* (...). No mesmo local ter-se-ão verificado outros achados, nomeadamente de materiais de construção e cerâmica comum romana. Em data anterior à descoberta do tesouro terá sido recolhida a ara dedicada a *Cosunemeoecus* vel *Cosuneneoecus*, que o autor, em 1847, adquiriu e recolheu nos jardins da sua casa¹⁰.

Por último, importa ainda mencionar a referência à descoberta de sepulturas na freguesia de Burgães, com destaque para a identificada na Quinta da Laje que, de acordo com a descrição, poderá corresponder a uma tumulação de época romana - (...) *Dentro da Quinta da Lage no Pomar das Eirozes num pedaço de terra, que nunca foi cultivado appareceo no dia 3 de Fevereiro de 1841 huma sepultura com os lados formados de pedra de cantaria bem labrada, e o lastro de grandes tijolos.* (...) (CORREIA 2000, 23).

Joaquim Augusto Fonseca Pedrosa, ilustre personagem da sociedade tirsense, desenvolveu uma intensa atividade arqueológica cuja ação precursora contemplou intervenções no âmbito da escavação, salvaguarda e recolha de objetos provenientes de achados fortuitos, que estiveram na origem da criação do Museu Municipal, inaugurado a 10 de março de 1989. As fontes para o estudo da sua ação de investigação¹¹, relativamente escassas e de âmbito limitado, são essencialmente constituídas pela correspondência epistolar mantida com Martins Sarmiento, referências indiretas efetuadas por este a propósito de achados arqueológicos ocorridos na região e por notícias de jornais. De facto, como chegou a ser admitido pelo próprio numa carta referida por Augusto Pires de Lima¹², nunca escreveu ou publicou qualquer estudo sobre Arqueologia ou História, apesar das

7. José Leite de Vasconcellos nasceu em Ucanha, Tarouca, a 7 de julho de 1858. Faleceu em Lisboa em 17 de janeiro de 1941. Fundou, em 1887, a *Revista Lusitana*, vasto repositório de Etnografia e Filologia portuguesa. Por proposta sua, em 1893, Bernardino Machado, Ministro das Obras Públicas, criou o Museu Etnológico, de que passou a ser diretor. Dois anos mais tarde inicia a publicação da revista *O Archeólogo Português*, órgão daquela instituição. Foi professor de Filologia Clássica, Filologia Românica, Arqueologia e Epigrafia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Etnólogo e Filólogo da maior notabilidade foi autor de uma vastíssima obra que abrangeu vários domínios do conhecimento.

8. A propósito da sua vida e obra científica veja-se, CARDOZO 1961.

9. Luís Correia de Abreu nasceu em Burgães, Santo Tirso, em 1804 e faleceu em 1877 na mesma vila.

10. Quarenta anos volvidos, em 1887, o seu filho, António Maria Correia de Abreu, ofertou o monumento ao Museu da Sociedade Martins Sarmiento (CORREIA 2000, nota 37).

11. Joaquim Augusto Fonseca Pedrosa nasceu em S. Martinho de Bougado, Trofa, a 30 de novembro de 1848. Faleceu em Santo Tirso a 9 de fevereiro de 1920. De perfil humanista, desenvolveu uma intensa atividade de estudo, defesa e valorização do património arqueológico tirsense. Com o seu trabalho relacionam-se importantes descobertas arqueológicas, escavações e recolha de materiais provenientes de achados fortuitos. Também no âmbito da defesa e valorização do património arquitetónico foi particularmente interventivo, como são exemplo as ações de valorização empreendidas no mosteiro de Santo Tirso e na igreja românica de Roriz.

12. Lamentavelmente, o ilustre historiador que publicou a correspondência epistolar de Martins Sarmiento e o Abade Pedrosa não por-

inúmeras iniciativas que desenvolveu e que constituíram, em muitos casos, ações cruciais para a preservação e salvaguarda de espólio arqueológico de significativo valor científico e patrimonial – (...) *O distinto archeologo a quem V. Ex.^a se dirige é tão distinto (é mesmo unico), que nunca escreveu uma linha sobre archeologia, nem sobre outra coisa, a não ser cartas em correspondência com o Dr. Martins Sarmento sobre pesquisas de velharias que ainda se acoitavam por estes sítios e com o venerando Possidónio da Silva, e mais nada. (...).*



José Leite de Vasconcellos / Martins Sarmento / Abade Pedrosa

Todavia, enquanto arqueólogo amador foi um destacado colaborador de Martins Sarmento, tendo-se distinguindo pelos inumeros achados que protagonizou e pelas escavações que dirigiu. A atividade arqueológica que desenvolveu centrou-se, fundamentalmente, na década de oitenta e noventa do séc. XIX, momento a partir do qual se regista um afastamento progressivo, certamente relacionado com a morte de Martins Sarmento, ocorrida em 1899, cujo relacionamento terá constituído um forte estímulo para a sua participação na atividade arqueológica da época¹³ que, de forma sinóptica, se pode evidenciar nos seguintes momentos. Em 1883, Martins Sarmento visita a cidade de Santo Tirso e, na companhia do Abade Pedrosa, percorre o mosteiro de Santo Tirso no qual identifica a lápide romana dedicada a Turiaco que analisa detalhadamente, dando início ao processo de desmistificação do epitáfio do “soldado que venceu Viriato”, amplamente divulgado na bibliografia da época, da qual publicaria uma nota, utilizando para o efeito os documentos fotográficos disponibilizados pelo Abade Pedrosa¹⁴ - (...) *Nos meados deste ano, indo casualmente a Santo Tirso e visitando um cláustro do seu mosteiro, encontrei embutida numa parede uma inscrição romana, cuja leitura me causou a mais viva surpresa. Nem sequer me lembrava naquele momento que houvesse em Santo Tirso uma inscrição romana. O Sr. Abade Pedrosa, que estava presente avivou-me a memória, dizendo que era esta a lápide, em que os nossos epigrafistas viam o soldado que venceu Viriato (...)* (SARMENTO 1933, 173-174)¹⁵.

No mesmo ano, o clérigo tirsense mandou limpar e fotografar a inscrição e remeteu as cópias a Martins Sarmento - (...) *Tenho à vista a fotografia da inscrição, que o meu ilustrado amigo mandou tirar, depois que consegui libertar a pedra de toda a calça que a remendara. (...)* (SARMENTO 1933, 173-174). Em 1885, participa com o Abade de Tagilde e Martins Sarmento na direção da escavação da necrópole romana de Moure, Vela, no concelho de Guimarães - (...) *Em 1885, pude também fazer algumas escavações, tanto ao nascente, como poente da estrada, sendo auxiliado nestes trabalhos pelos meus amigos, Abade de Santo Tirso e de Tagilde. (...)* (SARMENTO 1933, 252-253).

Na sequência dos resultados obtidos nas escavações promovidas pelo Abade no Monte dos Saltos, Sequeirô, Santo Tirso, Martins Sarmento visita novamente o concelho¹⁶. Os acontecimentos relatados em carta datada

menoriza aspetos importantes, nomeadamente a quem se dirigia a carta, a data, assim como o restante conteúdo (LIMA 1940, 77, nota 1).

13. Apenas assim se compreende a falta de ligação do Abade com importantes descobertas ocorridas no concelho de Santo Tirso nas duas primeiras décadas do séc. XX, como, por exemplo, o achado de um tesouro monetário tardorromano documentado em 1900 no lugar da Lage, Vilarinho, noticiado no jornal *O Popular*, em 22 de agosto, assim como o achado realizado em 1914 no lugar do Corvilho, cuja natureza singular seguramente não permitiria que passasse despercebido. O mesmo se poderá dizer do processo desenvolvido pela Junta Nacional de Educação tendente à classificação do Monte Padrão, então designado Castro de Monte Córdova, que viria a concretizar-se em 1910.

14. SARMENTO 1884, 303-304.

15. A nota de Martins Sarmento integra a publicação póstuma sobre o título – *Dispersos* – datada de 5 de dezembro de 1883.

16. Martins Sarmento dá conta da sua visita ao Monte dos Saltos, Sequeirô, em missiva dirigida ao Abade Pedrosa datada de julho de 1885 (LIMA 1940, 104-105).

de 25 de maio de 1885 referem um significativo conjunto de achados, assim como o resultado das escavações realizadas previamente ao aparecimento da necrópole (Cat. EA13). Em carta de 26 de julho de 1885 (LIMA 1940a, 197, carta II), refere o aparecimento de um tesouro monetário no lugar em que estivera com Martins Sarmiento. Na mesma epístola menciona ainda que um ourives, que vira as moedas, constatou que todas eram de cobre e uma delas do imperador Galieno.

Em 1888, verifica-se a descoberta do “esconderijo de fundidor” no lugar da Abelheira, S. Martinho de Bougado, Trofa, onde a sua intervenção viria a revelar-se crucial na recuperação do espólio, hoje em depósito no Museu da Sociedade Martins Sarmiento, conforme dá conta o patrono do museu vimaranense – (...) *Graças à intervenção do meu amigo, abbade de Santo Thyrsó, a Sociedade Martins Sarmiento fez a aquisição de machados de bronze apparecidos há tempo em S. Martinho de Bougado. Segundo parece, o numero de machados de bronze subia a trinta e quatro; mas alguns foram mandados derreter pelo achador, para se desenganar de que não eram feitos d'ouro. A collecção compõe-se hoje de trinta, dois em fragmentos, os demais completos ou quasi.* (...) (LIMA 1940, 88)¹⁷. A primeira referência à descoberta dos machados regista-se em 7 de agosto de 1888, já numa fase adiantada do processo de recuperação (LIMA 1940a, 199-200, carta IV)¹⁸.

Em carta datada de 28 de outubro de 1888, o Abade Pedrosa refere a visita efetuada às duas mamoeiras da Ervosa – (...) *Fui hoje ver a mamoeira de que nos fallou o regedor, ou antes as mamoeiras, porque são duas, afastadas uma da outra coisa de 50, ou 60 metros. Estão numa bouça próxima da estrada da Trofa para St.º Thyrsó, no sítio em que o terreno principia a pender para um ribeiro, que passa próximo. Medem dez metros de diâmetro na base por um e meio d'alto, ficam a trez kilometros da que vimos na bouça das Bicas e na mesma freguesia de S. Martinho de Bougado* (...).

Em 17 de dezembro do mesmo ano deu conhecimento da descoberta de uma outra mamoeira, eventualmente relacionada com as anteriores¹⁹ – (...) *N'uma bouça immediata áquella em que vimos a mamoeira, ao pé d'Abelheira, na Trofa, encontrei outra mamoeira, apesar de me parecer que já não está intacta, hei-de mandala abrir, para ver se dá alguma coisa.* (...).

Em 1888, descobre a estação pré-histórica de Monte Córdova onde recolhe vários utensílios líticos, nomeadamente machados de pedra polida (MOREIRA 2007, MMAP n.º 6, 11). No mesmo ano desenvolve diligências no sentido de evitar a destruição dos marcos miliários descobertos na Trofa Velha (Santiago de Bougado) na reconstrução da ponte do rio Sedões. O facto foi relatado por Martins Sarmiento em carta dirigida a Emílio Hübner em agosto de 1888 – (...) *O abade comprou os miliários roubados e não me mandou a cópia pedida, por ter desgostos de família que lhe não permitem entregar-se a estas occupaões.* (...) (CARDOZO 1947, 131)²⁰.

No decurso de 1890 a troca de correspondência com Martins Sarmiento regista importantes referências ao marco miliário de S. Tiago de Antas (LIMA 1940a, 202-203, carta VII).

Em carta datada de 6 de maio de 1894 informa Martins Sarmiento do aparecimento do espólio numismático descoberto em Alvarelhos – (...) *As moedas, que appareceram no Castro d'Alvarelhos, são todas de prata, e d'Augusto, todas do mesmo cunho, tenho duas, mas imperfeitas.* (...). No mesmo ano regista-se a oferta ao Museu da Sociedade Martins Sarmiento de um modelo da ara descoberta no Castro de Alvarelhos dedicada ao Génio (GUIMARÃES 1901, 56). A epígrafe foi encontrada num terreno agrícola no castro em data anterior a 1893, momento em que, a partir da Quinta do Paiço, onde se encontrava depositada, terá sido transferida para o Museu da Sociedade Martins Sarmiento, tendo sido posteriormente oferecida ao Museu Etnológico pelo Abade Sousa Maia, através de Félix Alves Pereira que, em 1905, efetuou uma visita à região de Entre-Douro-e-Minho, na qual reuniu inúmeros materiais arqueológicos, designadamente procedentes de Alvarelhos²¹. O monumento

17. SARMENTO 1933, 323.

18. O “esconderijo de fundidor” da Abelheira, S. Martinho de Bougado, Trofa, composto por 30 machados de talão e duplo anel, tipo Monteagudo 35A, constitui um dos mais significativos achados datáveis do Bronze Final registados na área meridional do Noroeste Peninsular. Lamentavelmente, não dispomos de informação precisa sobre o local do achado, nem das características de enterramento e o respetivo contexto arqueológico, não podendo assim relacioná-lo com nenhum povoado conhecido na região (MOREIRA 2007, 24).

19. (Cat. EA1). As referências dos monumentos funerários levou-nos a desenvolver trabalhos de prospeção arqueológica com o objetivo de as localizar e, apesar de não termos redescoberto nenhuma delas, identificamos uma outra em Santa Cristina do Couto, eventualmente pertencente à mesma necrópole.

20. Martins Sarmiento ao mencionar “desgostos de família” referir-se-ia, provavelmente, à morte da mãe do Abade Pedrosa, Angelina da Fonseca Pedrosa, falecida nesse mesmo ano (1898).

21. A carta de agradecimento de Leite Vasconcellos, assim como a promessa de publicação da notícia na revista da instituição data de 28 de fevereiro de 1905. O artigo viria a ser editado no vol. X, do “*O Archeólogo Português*”, pp. 381-382, e dá conta do conjunto de materiais então recolhidos – (...) *Do Ver.º Abade de Canidelo, Manuel Domingues de Sousa Maia, um fragmento, de forma especial, pertencente talvez a algum vaso do castro de Alvarelhos...; um capitel romano, do castro de Alvarelhos; um machado de pedra, do castro de Alvarelhos; um denário deste mesmo castro, e uma moeda de cobre hispânica; vários pesos de barro, de Alvarelhos; um fundo de passador e um bico de bilha de barro, de Alvarelhos; um bordo de vaso ornamentado, com incisões, de Alvarelhos; uma ara votiva, do castro de Alvarelhos* (...) (VASCONCELLOS 1905, 381-382). Regista-se o acontecimento no acervo epistolar de José Leite de Vasconcellos, conforme se aprecia em carta endereçada por este ao Abade de Canidelo, em 28 de fevereiro de 1905 (BRANCO 1963, 37-38).

encontra-se atualmente no Museu Nacional de Arqueologia (MNA, n.º E16711).

Em maio de 1884 identifica e regista sumariamente o marco miliário de S. Pedro de Avioso, Maia²², de que deu conhecimento a Martins Sarmento em carta datada desse mesmo mês – (...) *Na 6ª fui a S. Pedro de Avioso ver o marco milliar de que lhe tinha fallado, está levantado ao lado do caminho junto a uma caza, num lugar a que hoje chamão Espinhosa, a 2 Kilometros abaixo da carriça e a 19 m ao Poente da estrada de Braga ao Porto. Disse-me o dono da caza, que o prazo d'ella refere-se ao marco, e que chama ao terreno aonde ella está sita e proximidades “bouça da pedra d'Anta”. Este marco mede d'alto fora da terra 1,40m, é cylindrico, tem na parte superior 0,70m de diâmetro e na inferior próximo á terra 0,60. Tem vestígios de muitas letras, mas apenas pude ler juntas estas trez, COS, talvez se conheça mais alguma, mas dispersas.* (...) (LIMA 1940a, 206).

Em 16 de junho do mesmo ano informou Martins Sarmento da visita efetuada aos marcos miliários da Trofa e S. Pedro de Avioso na companhia de Martins Capela (LIMA 1940a, 209). Em 1894, identifica e salvaguarda os vestígios arqueológicos associados à villa romana de Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde, designadamente os materiais relacionados com a necrópole (monumentos epigráficos, cerâmicas, moedas, etc.). Segundo os registos epistolares o primeiro a intervir no sítio terá sido David Ramos, colecionador e arqueólogo amador, com quem o prelado se relacionou, conforme se depreende da leitura da carta dirigida a Martins Sarmento em 15 de junho de 1894, na qual relata o desenvolvimento das escavações, assim como a natureza dos materiais identificados²³.

Neste período ocorrem inúmeros achados fortuitos na área do concelho de Santo Tirso que a bibliografia da especialidade exaustivamente dá conta. Entre os mais significativos assinala-se, em 1883, o achado das epígrafes rupestres de S. Martinho do Campo, dadas a conhecer por Martins Sarmento; em 1841 a descoberta em Burgães (Chão das Cruzes), de um tesouro monetário tardorromano e uma epígrafe dedicada a *Cosus*; em 1884, a redescoberta e reinterpretação da lápide votiva dedicada a *Turiaco*; a divulgação dos resultados obtidos nas escavações no Monte dos Saltos, dirigidas pelo Abade Pedrosa entre 1884 e 1885, nas quais se identifica um tesouro monetário, uma necrópole e outros materiais arqueológicos, assim como estruturas de edifícios; em 1887, a divulgação da descoberta de duas epígrafes romanas provenientes de Santa Maria de Negrelos (uma ara funerária e uma votiva dedicada a Júpiter); em 1888, a referência de Martins Sarmento à descoberta de uma sepultura escavada na rocha em Burgães (Monte São); no mesmo ano o Abade Pedrosa dá conta da recolha de vários achados líticos em Monte Córdova, da descoberta de duas mamóas no lugar de Ervosa, assim como de gravuras rupestres (ferraduras e covinhas) em afloramentos junto da Ponte da Lagoncinha; a descoberta, em 1893, de uma “necrópole” romana no lugar de Portelas, S. Mamede de Negrelos, referida por Ricardo Severo; a descoberta acidental, em 1990, de um tesouro monetário tardorromano na “Bouça da Lage”, Vilarinho, noticiado por Pedro Azevedo; em 1906, a identificação da epígrafe de S. Martinho do Campo, consagrada por *Fvscinvs*

22. Marco miliário em granito de formato troncocónico (Alt. – 1,70m; Diâm. – 0,67/0,69m). Encontra-se hoje praticamente ilegível. Foi recolhido no lugar de Espinhosa em 1894 (Lat. – 41° 16' 47" N; Long. – 8° 36' 17" O; Alt. – 105 m (CM 1.25 000, SCE, fl. 110 – Maia, 1975). Em 1895 foi colocado junto à edícula dedicada a Santo António localizada na margem da EN n.º 14, que liga o Porto a Braga, sensivelmente ao km 11, onde se conservou até ao ano 2000, momento em que foi trasladado para o Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, onde atualmente se encontra. As várias propostas de leitura baseiam-se na cópia efetuada por Martins Capela, que nos permitiu elaborar a proposta que apresentamos, coincidente com a leitura de Vasco Mantas, cuja interpretação revela coerência paleográfica, contextualização arqueológica e concordância com os dados históricos. Encontrar-se-á relacionado com o marco miliário identificado no lugar da Peça Má, dedicado a Marco Aurélio Carino (MOREIRA 2011, 441).

Transcrição/ Leitura

[IMP(eratori) CAESARI] / [M(arco) AVR(elio)] CAR[O] P(io) [F(elici)] / [INVICTO] AVG(usto) P(ontifici) M(aximo) / [TRIB(unicia) POTEST(ate)] II CO(n)S(uli) [II ...]

Ao imperador César Marco Aurélio Caro, Pio, Feliz, Invicto, Augusto, pontífice máximo, no seu segundo poder tribunício, cônsul pela segunda vez (...)

Alt. Letras. : 1: 1: ? | 2: 1-4: 2/3 | 3: 1-5: 2/3 | 4: 1-5: 12 | Esp. Inter.: 1/4: ?; 5: 3,2;

Bibli. – CAPELA 1895, 251, n.º 99; HÜBNER – EE VIII, n.º 205; AZEVEDO 1939, 110; ALMEIDA 1969, 17; TRANOY 1981, 207; ALARCÃO 1988, 23, n.º 1/393; MANTAS 1996, 345-348; COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, n.º 556; MOREIRA 2010, 215.

23. (...) *Effectivamente o David é collecionador e tem mais antigualhas na casa do Porto e segundo diz o Abb.e, tem gasto algum dinheiro em excavações.* (...). Quatro meses depois, no dia 5 de outubro do mesmo ano, o Abade referiu novamente os achados de Guilhabreu recolhidos por David Ramos – (...) *O David Ramos encontrou já á annos num campo a que chamão Villa Boa, da mesma freguezia de Guilhabreu algumas antigualhas romanas, como restos de cerâmica, algumas moedas de cobre, uma talha, mas pequena, mós etc.* (...). Por último, em novembro de 1894, quando teve oportunidade de ver a “coleção”, que relatou a Martins Sarmento em 11 de novembro desse mesmo ano, refere vários materiais, nomeadamente cerâmicas comuns, vidros, moedas, tesselas e uma escultura em mármore – (...) *Vi mais o tronco d'uma Vénus, desde o pescoço á cintura, e mede meio palmo, tem também parte da peanha com pé ainda pegado e o lugar do outro, o mármore era bom, muito branco e puro, segundo me disse o David é mármore de Pathmos, o que está, é muito estragado do tempo, a esculptura era excelente.* (...) (LIMA 1940a, 210). O local terá também sido escavado pelo Abade Sousa Maia no início do séc. XX, na qualidade de colaborador do Museu Etnológico Português, cujos materiais deram entrada na instituição – (...) *...espólio funerário, vasos com grafitos e vasos lisos...* (...) (VASCONCELLOS 1915, 191; BRANCO 1963, 35). As escavações terão continuado até finais da década de 1920, uma vez que Serpa Pinto as refere num artigo datado de 1928 (PINTO 1929, 159-160).

à deusa *Abna*, publicada por João Gomes Oliveira Guimarães, em 1907; em 1915, a descoberta da “necrópole” do Corvilho, Santo Tirso, datada do Bronze Final, apenas divulgada em 1956 por Carlos Faya Santarém; ainda nesse ano tem lugar a descoberta no lugar da Capela Velha, no Monte da Nossa Senhora da Assunção, de um machado/placa polido que viria a ser divulgado por Carlos Faya Santarém em 1952; em 1928, a publicação pela mão de Serpa Pinto de vários materiais arqueológicos expostos no claustro do mosteiro de Santo Tirso da coleção do Abade Pedrosa, com especial destaque para os machados líticos e de bronze; por último, datada de 1930, a publicação de vários machados de bronze em depósito no “Museu Municipal Abade Pedrosa” entre outros materiais arqueológicos, também da autoria de Serpa Pinto.

O **segundo período** desenvolve-se a partir de finais da década de 1920 até ao início da década de 1970 do séc. XX. Enquanto o continente europeu mergulhava na 2ª Guerra Mundial, a investigação arqueológica nacional conhecia significativos desenvolvimentos. Localmente, após um início menos promissor, este período poder-se-á caracterizar como um momento de intensa atividade, com particular destaque para as décadas de cinquenta e sessenta, nas quais se registaram importantes trabalhos arqueológicos e inúmeros achados fortuitos, muitos deles salvaguardados nos museus da região, nomeadamente no Museu da Sociedade Martins Sarmento, Museu de Etnografia e História do Porto, Museu Soares dos Reis e Museu da Faculdade de Ciências do Porto, entre outros.

Carlos Faya Santarém²⁴ foi um dos mais relevantes historiadores do concelho de Santo Tirso. A sua atividade de investigação abrangeu um amplo leque de áreas de conhecimento no âmbito das Ciências Históricas, cuja obra constitui hoje uma referência incontornável na historiografia tirsense.

Como arqueólogo desenvolveu uma importante acção de recolha e estudo de materiais arqueológicos que publicou com reconhecida competência. Destacam-se, entre outros, os trabalhos sobre epigrafia latina e portuguesa e o estudo de materiais arqueológicos provenientes de achados fortuitos ocorridos um pouco por todo o concelho. O seu nome encontra-se associado a um significativo conjunto de descobertas arqueológicas, assim como à salvaguarda, inventariação e estudo de materiais com vista à constituição de um museu, cuja coleção tinha já sido iniciada anos antes pelo atual patrono do Museu Municipal, Joaquim Augusto Fonseca Pedrosa.

No âmbito da escavação, o trabalho de maior mérito científico relaciona-se com as intervenções arqueológicas realizadas no Monte Padrão, Monte Córdova, no decurso da primeira metade da década de cinquenta do séc. XX, cujos resultados foram publicados na revista concelhia “*O Concelho de Santo Tirso. Boletim Cultural*” de que foi diretor (SANTARÉM 1951, 49-66; 1955, 397-429). Merece também referência o inventário e estudo da epigrafia romana do concelho, no qual foi compilada a informação bibliográfica das peças (SANTARÉM 1956c, 61-72), e acrescentadas duas epígrafes já anteriormente publicadas pelo próprio, uma votiva proveniente de S. Bartolomeu, dedicada a *Neneoeco*, e outra funerária, identificada no mosteiro de Roriz (SANTARÉM 1953, 397-402). Os textos relativos à epigrafia clássica ficaram concluídos com a publicação da inscrição proveniente do Castro de Alvarelhos, consagrada pelos *Madequisenses* a *Ladronvs Antonivs*, de particular relevância para a compreensão das organizações gentílicas da região (SANTARÉM 1977, 161-170). Entre os trabalhos de menor envergadura contam-se vários artigos de estudo de peças isoladas, entre os quais se destacam os relativos aos instrumentos líticos recolhidos no Monte da Assunção, Monte Córdova (SANTARÉM 1952, 105-111; 1956, 69-72), aos materiais provenientes da necrópole do Corvilho, Santo Tirso (SANTARÉM 1956a, 69-72) e, já no âmbito da romanização, a escultura em bronze recolhida em 1952 no Castro de Alvarelhos (SANTARÉM 1954, 31-39), assim como a pulseira de vidro proveniente da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado (SANTARÉM 1952, 105-111).

Neste curto lapso temporal tiveram lugar inúmeros achados no concelho. Em 1935, são divulgadas por Augusto César Pires de Lima várias ocorrências de materiais romanos nas freguesias de Areias, Lama e Sequeirô, designadamente as que tiveram lugar junto ao atual estabelecimento termal das Caldas da Saúde (tijolos, telhas, cerâmica e moedas), na Casa de Silvalde (telhas ânforas, mós), no lugar do Montinho, Areias (cerâmica, telhas e mós), no lugar de Cimo de Vila, Lama (mós e cerâmica), assim como no Castro da Torre; em 1947, Joaquim Alberto Pires de Lima divulga o achado de materiais arqueológicos num campo designado por Agra de Salas, em S. Miguel do Couto, junto da igreja paroquial (pedras antigas, tijolos e mós de moinhos), associando a sua localização à residência da família do Conde Magno, Guterres Mendes, pai de S. Rosendo; em 1952, Carlos Faya Santarém publica as primeiras referências ao Monte Padrão; no mesmo ano verifica-se a descoberta de uma epígrafe funerária romana depositada no claustro do mosteiro de Roriz. É ainda durante este período, sob

24. Carlos Faya Santarém nasceu em Santo Tirso, a 6 de junho de 1921, e viria a falecer em 7 de fevereiro de 1989. Ilustre investigador da história local deixou publicada uma vasta obra, em muitos campos pioneira, que constitui uma referência incontornável para o estudo da história de Santo Tirso.

a presidência de Alexandre Lima Carneiro, autor de uma intervenção notabilíssima no domínio cultural, que assistimos, em 1954, à criação da Comissão de Arte e Arqueologia na sequência da implementação do Decreto de Lei nº 23.424, no âmbito do Código Administrativo de 1936, concretamente do seu Capítulo VI, respeitante à constituição dos órgãos municipais:

*Código Administrativo de 1936 - Decreto-lei de nº 23.424
31 De Dezembro de 1936
Capítulo VI - Dos Órgãos Municipais
Secção III - Comissão Municipal de Arte e Arqueologia*

Art.º 97 - Nos concelhos em que existam monumentos naturais, artísticos, históricos ou arqueológicos a conservar, defender ou valorizar, funcionará uma comissão municipal de arte e arqueologia, composta por um vereador designado pelo presidente da câmara, que será o presidente, pelo director do museu da sede do concelho, onde houver, por um professor oficial do ensino primário ou liceal nomeado pelo Ministério da Educação Nacional, por um representante das associações culturais ou grupos de amigos dos monumentos ou museus do concelho e pelos párocos ou sacerdotes encarregados do culto em monumentos religiosos de valor reconhecido.

1º Nos concelhos Urbanos é obrigatória a constituição de uma comissão de arte e arqueologia, que serão presididas pelo vereador do pelouro de cultura.

2º Nos concelhos Lisboa e Porto as comissões a que este artigo se refere serão constituídas por um vereador, que será o presidente, pelo director do museu municipal, por um arquitecto municipal e mais quatro pessoas peritas, nomeados pela câmara.

Art.º 98 Compete à comissão municipal de arte e arqueologia

1º Dar parecer sobre a parte do plano de urbanização e expansão relativa à conservação e valorização dos monumentos artísticos, históricos, naturais e arqueológicos,

2º Dar parecer sobre quaisquer projectos de construção, reintegração ou valorização de monumentos, a respeito dos quais seja consultada pela câmara ou pelo seu presidente,

3º Sugerir às câmaras tudo o que entender conveniente ao embelezamento das povoações, à preservação, defesa e aproveitamento dos monumentos e da paisagem, e ao desenvolvimento do turismo,

4º Colaborar com os órgãos da administração central na defesa de interesses artísticos, progresso da cultura e educação do gosto popular, exercendo as atribuições que a lei conferir.

A Comissão de Arte e Arqueologia da Câmara Municipal de Santo Tirso, criada em 21 de janeiro de 1954, apesar de não ter tido qualquer intervenção no âmbito estrito da Arqueologia, desempenhou um papel relevante na defesa do património arquitetónico tirsense. Foi extinta na sequência da Lei n.º 79/77 de 25 de outubro de 1976, tendo sido revogadas as competências dos respetivos órgãos em 22 de abril de 1977, data da ata de posse da última Comissão Municipal de Arte e Arqueologia²⁵.

O **terceiro período**, balizado entre finais da década de sessenta e o final da década de oitenta do séc. XX, registou uma intensa atividade arqueológica que contou com importantes arqueólogos, historiadores e colecionadores. Após um longo hiato no qual não se documenta qualquer tipo de ação no domínio da investigação arqueológica no concelho, quer de natureza editorial, quer ao nível da escavação ou prospeção arqueológica, os inícios dos anos oitenta registaram importantes progressos, designadamente no estudo de materiais arqueológicos, reinterpretados à luz de novas metodologias científicas, assim como relativa ao povoamento e organização do território da proto-história e romanização.

Entre os trabalhos mais significativos levados a efeito na região encontra-se o estudo realizado no final da década de sessenta por Pinho Brandão e Fernando Lanhas, cuja publicação, metodologicamente criteriosa, constituiu um dos primeiros levantamentos arqueológicos sistemático. O estudo, precursor do modelo de “Carta Arqueológica”, viria a ser publicado em 1969 sob o título “*Inventário de objectos e lugares com interesse arqueológico*” (LANHAS; BRANDÃO 1969, 295-344), constitui atualmente uma incontornável fonte de consulta para qualquer trabalho de investigação que se realize na região. Para o concelho de Santo Tirso é

25. Ata de posse da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia:

“Aos Vinte e dois dias de Abril de mil novecentos e setenta e sete, sendo dezoito horas, compareceram nesta Câmara Municipal e no gabinete da Presidência, perante o Presidente da Câmara Municipal, Asuil Dinis Linhares Carneiro, os senhores Adélio Pereira Serra, Paraíso Almeida Machado, Adalberto Pinto da Silva, Vogais da Câmara Municipal e Dona Maria Filipa da Cruz Baganha, arquitecto Artur Amaral, Carlos Manuel Faya Santarém, professor Américo Miranda Soares e Carlos Alberto Moreira Fernandes, para tomar posse das funções como membros da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, constituída de conformidade com a deliberação de dois de Abril corrente. O Excelentíssimo Senhor Presidente após a verificação dos elementos de identificação dos referidos cidadãos e depois de os mesmos houverem prestado o compromisso de honra nos termos legais, declarou instalada a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia. Para constar se lavrou a presente acta, que depois lida em voz alta, vai ser assinada por todos os que nela intervieram e que eu Chefe de secretaria o subscrevo; Ressalvando a entrelinha” Soares”.

especialmente importante a parcela 109.4, dedicada ao concelho de Matosinhos, Vila do Conde, Maia e Santo Tirso. A sua realização enquadra-se num período de intensa atividade arqueológica, patente um pouco por todo o país, fortemente incrementada pelos serviços da administração central, pelas universidades e autarquias. No concelho assinala-se a celebração de um protocolo de colaboração com a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, do qual resultou um profícuo trabalho de recuperação e valorização do Monte Padrão. A investigação arqueológica desenvolvida durante esta fase reflete a aplicação de novas metodologias de escavação e análise estratigráfica, assim como uma forte componente interdisciplinar, cujo conceito passou a constituir um denominador comum dos projetos de investigação arqueológica, refletindo uma maior maturidade e abrangência científica.

Entre os principais arqueólogos da nova geração encontra-se Manuela Martins, investigadora que realizou uma importante intervenção no Monte do Padrão, concretizada em 1985, que consistiu na execução de quatro sondagens das quais merecem particular destaque as que foram implantadas entre o muro leste da *Domus Nordeste* e a primeira muralha (MARTINS 1985, 217-230), pelo facto de terem permitido documentar, pela primeira vez, uma ocupação relativa à Idade do Bronze, que motivou inúmeras referências na bibliografia da especialidade. É também neste período que se concretiza a publicação de um relevante estudo dedicado à atividade arqueológica desenvolvida pelo Abade Pedrosa da autoria de Francisco Sande Lemos (LEMOS 1989), ativo colaborador dos trabalhos desenvolvidos no concelho, enquadrando cientificamente a atividade arqueológica levada a efeito pelo Museu Municipal, através de Jesus Martinho, técnico municipal, designadamente no âmbito da prospeção arqueológica (MARTINHO 1986; 1989; 1989a). Entre os múltiplos trabalhos de escavação então realizados destacam-se as sondagens efetuadas no Sobreiral, Monte Córdova, no Castro de Alvarelhos, Trofa, na necrópole da igreja de Roriz e uma acção de limpeza do Castro de Santa Margarida, lamentavelmente nenhum deles publicado.

O **quarto período** desenvolve-se a partir do início da década de noventa e decorre até a atualidade. Em termos gerais, enquadra um momento de estabilização da atividade arqueológica que contou com os municípios como principais protagonistas, então em clara fase de afirmação da sua identidade através da defesa e valorização dos seus ativos patrimoniais.

O Gabinete Municipal de Arqueologia da Câmara Municipal de Santo Tirso foi criado em 25 de outubro de 1990²⁶ com o objetivo de efetuar a gestão do património arqueológico, atualizar a Carta Arqueológica e promover projetos de investigação científica e de valorização patrimonial. No âmbito das suas competências, ao longo de mais de vinte anos de existência, sob a responsabilidade científica do signatário, desenvolveu intervenções arqueológicas no Castro de Alvarelhos, Trofa, no Monte Padrão, Monte Córdova e no Monte dos Saltos, Sequeirô²⁷, assim como levou a efeito trabalhos de prospeção arqueológica com vista à publicação da Carta Arqueológica cujos resultados integraram o Plano Diretor Municipal, aprovado em 18 de janeiro de 2011. Atualmente, a implementação do *Projecto de Estudo, Valorização e Dinamização do Castro do Monte Padrão e Área Arqueológica do Monte dos Saltos*, constitui a principal referência no domínio da investigação científica, musealização e divulgação do património arqueológico tirsense.

Este último período evidencia-se também pela criação da revista *Santo Tirso Arqueológico*, assim como pela publicação de inúmeros estudos no domínio da investigação arqueológica (MOREIRA 1991, 7-24; 1991a, 28-34; 1991b, 69-76; 1991c; 1992, 15-33; 1992a, 34-47; 1995; 1997, 83-87; 1997a, 14-82; 1997b, 141-142; 1998; 2000, 323-328; 2004, 7-54; 2004a, 55-68; 2005, 9-25; 2005a, 255-276; 2005b; 2005c; 2006; 2007; 2008, 129-145; 2009, 9-93; 2009a, 160-175; 2010; 2010a, 215-317; 2011; 2013, 101-127).

26. O GACMST foi criado por deliberação camarária em 25 de outubro de 1990 (Ata n.º 26, fl. 54-56.).

27. O primeiro projeto de investigação submetido à apreciação do então IPPC tinha por título - *Projecto de Estudo e Salvaguarda da Estação Arqueológica de Monte Padrão e Castro de Alvarelhos* - aprovado em 2 de junho de 1992. Com a criação do Instituto Português de Arqueologia e respetivas alterações regulamentares, foi elaborado novo programa de investigação - *Projecto de Estudo e Salvaguarda da Estação Arqueológica de Monte Padrão e Área Arqueológica de Alvarelhos*-, cuja aprovação ocorreu em 15 de junho de 1998. Uma vez terminado o projeto a atividade arqueológica passou a ser enquadrada num novo projeto de investigação - *Projecto de Estudo e Salvaguarda da Estação Arqueológica de Monte Padrão e Área Arqueológica de Monte dos Saltos* - submetido à apreciação do Instituto Português de Arqueologia e ao Instituto Português do Património Arquitectónico em 23 de maio de 2002, tendo merecido a aprovação deste último órgão em 24 de julho de 2002 e homologado pelo Instituto Português de Arqueologia em 22 de outubro de 2004.

III. O contexto histórico-geográfico

Ocupando uma área geográfica de transição entre o Grande Porto, o Vale do Ave e o Vale do Sousa, o concelho de Santo Tirso localiza-se maioritariamente na região do Douro Litoral e, de forma residual, na margem direita do Ave, onde se situam as freguesias de Sequeirô, Lama, Areias e Palmeira, na Região do Minho. É limitado a norte pelos concelhos de Vila Nova de Famalicão e Guimarães, a leste por Paços de Ferreira, a sul por Valongo e a oeste pelos concelhos da Trofa e Maia, abrangendo uma área de 132,6 Km². O seu território, recentemente redefinido, conheceu ao longo da história diferentes limites administrativos. Se, por um lado, é correto admitir que o antigo couto do mosteiro beneditino constituiu a realidade jurídico-administrativa que lhe deu origem, por outro, não será menos significativo constatar que foram necessárias várias reformas legislativas até se configurarem os atuais limites.

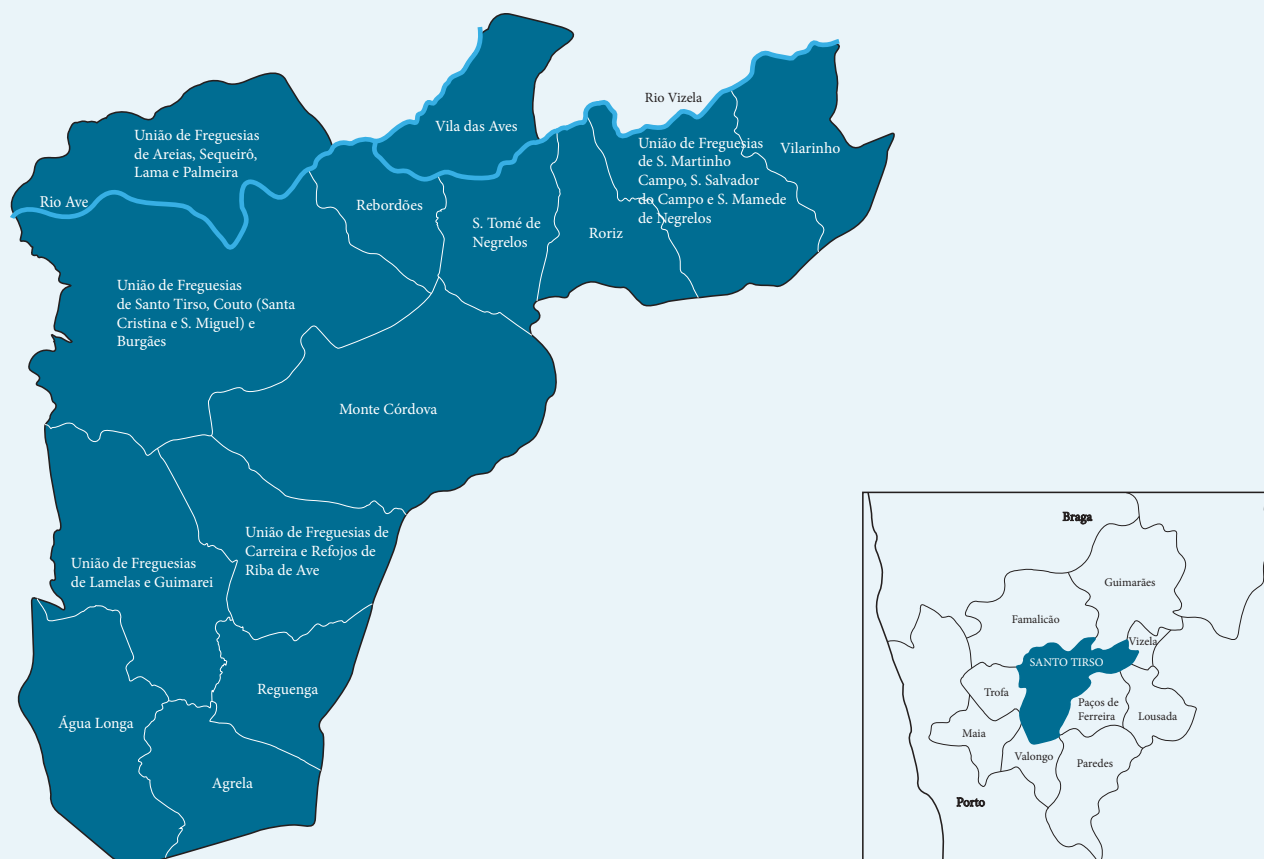
É no decreto n.º 66, de 28 de junho de 1833 que é mencionado pela primeira vez o concelho de Santo Tirso, precisamente com as freguesias e limites que definam o couto do mosteiro – Santo Tirso, Santa Cristina do Couto, S. Miguel do Couto, parte de Burgães e Monte Córdova da Várzea ou de Baixo. No entanto, esta estrutura administrativa, que no país compreendia 816 concelhos, só se tornou efetiva em 1834. Em 1839, passaram a pertencer ao concelho as freguesias de S. Miguel do Couto e Burgães, desanexadas do concelho de S. Tomé de Negrelos que acabaria por ser extinto em 1855, passando todas as suas freguesias a incorporar o concelho de Santo Tirso, com exceção de Penamaior que integrou o concelho vizinho, Paços de Ferreira. Em 1879, por requerimento da população, a freguesia de S. Miguel das Aves foi desvinculada do concelho de Vila Nova de Famalicão e passou a pertencer ao concelho de Santo Tirso²⁸.

A alteração administrativa de 19 de novembro de 1998 criou o concelho da Trofa a partir da desanexação de oito freguesias do concelho de Santo Tirso – Alvarelos, S. Martinho de Bougado, Santiago de Bougado, S. Mamede do Coronado, S. Romão do Coronado, Covelas, Guidões e Muro –, definindo-se, a partir desse momento, a atual configuração do município de Santo Tirso com 24 freguesias, abrangendo parcialmente os vales dos rios Ave, Leça e Vizela. A mais recente reforma, ocorrida em 28 de janeiro de 2013, reorganizou o território concelhio por agregação das freguesias compondo uma nova divisão administrativa que passou a incluir apenas 14 freguesias



Santo Tirso - Vista aérea.

28. Entre os vários contributos para o estudo da origem e desenvolvimento do concelho de Santo Tirso refira-se o trabalho publicado por Carlos Faya Santarém - *Génese do concelho de Santo Tirso*, apresentado no Colóquio de História Local e Regional realizado em Santo Tirso, em Março de 1979 (SANTARÉM 1979, 407-414), e, mais recentemente - *Génese e evolução do concelho de Santo Tirso. Estrutura administrativa e órgãos autárquicos (1834-2012)*, (BORGES; MOREIRA 2012).



Concelho de Santo Tirso - Divisão Administrativa (28 de janeiro de 2013)

Do ponto de vista geográfico o território ocupa um lugar de transição entre a fachada atlântica, composto pela várzea marítima e o interior mais acidentado e montanhoso, que conhece na Serra de Monte Córdova o seu primeiro registo orográfico digno de nota. Esta localização privilegiada influenciou a sua geografia física e humana, quer devido às condições naturais decorrentes da sua localização, quer pela dinâmica social registada ao longo dos tempos, derivada de frequentes contactos comerciais e interculturais documentados desde épocas remotas, favorecidos por uma rede de vias naturais de comunicação de natureza cruciforme, criada pela proximidade do mar e os principais rios da região, circunstância que constituiu um elemento matricial na definição da sua identidade histórica. A ocupação humana e as atividades artesanais conferiram à região uma personalidade particular, cujo *facies* rural, apesar de profundamente alterado pelo processo de industrialização, operado na região a partir de meados do séc. XIX, a sua paisagem ainda parcialmente preserva.

O estudo e a contextualização dos inúmeros vestígios das comunidades humanas radicadas na região permitem perceber as suas origens a partir de contextos da pré-história, possibilitando o resultado das investigações perceber o enquadramento de formação e desenvolvimento dos seus pólos de povoamento na proto-história e época romana numa referência macro-espacial, cuja contextualização, em primeira análise, dever-se-á concretizar na área meridional do Norte de Portugal e, em termos mais abrangentes, no Noroeste Peninsular.

Os parâmetros cronológicos em que se inscreve o presente estudo balizam-se entre o período Neolítico, expresso em manifestações de natureza funerária e religiosa vinculadas ao fenómeno megalítico, e a Alta Idade Média, tendo como referência histórica o advento da nacionalidade. Pretende-se, desta forma, documentar analisar e problematizar as dinâmicas de povoamento da área geográfica que atualmente corresponde ao concelho de Santo Tirso, enquadradas no devenir histórico e nas referências cronológicas e culturais regionais.

O Meio Físico

Localizado na região do Douro Litoral e parcialmente no Baixo Minho, do ponto de vista geográfico, o território do atual concelho de Santo Tirso ocupa uma zona de transição entre a fachada atlântica, que corresponde à planície litoral, e o interior mais acidentado e montanhoso. A ocupação humana e as atividades artesanais conferiram à região uma personalidade geográfica particular que parcialmente ainda preserva, como bem retratou Orlando Ribeiro quando se referiu à paisagem do Minho.

(...) As necessidades da colmeia humana transformaram a terra dos vales baixos, que é exígua, num domínio da policultura. Mas ainda se descobrem traços da antiga economia pastoril, que seria a natural vocação destes lugares. Durante parte do ano, os campos conservam a feição de prados, com árvores em renques que marcam a quadricula das ervas de pasto.

O milho de regadio tornou-se, no século XVI, a providência destes lugares. Com o declínio da criação de gado grosso introduziu-se, a partir de então, a oliveira, séculos antes viera a vinha, perdendo-se assim, com o tempo, o regime alimentar antigo, que tinha a manteiga como gordura e a cerveja ou a cidra como bebida fermentada. (...). No «campo / prado» e nos socalcos construídos nas vertentes de melhor exposição desenvolve-se uma agricultura de tipo intensivo, onde o povoamento é caracteristicamente disperso - (...) os moradores viviam por quintas e casais apartados. Uma ou outra vila e cidade não desmentem a regra de disseminação da gente rural (...). Os termos da dispersão consistem no casal isolado, no grupo de poucas habitações ou no lugar de poucos moradores, com as casas frouxamente agrupadas, e campos, prados e arvoredos insinuados entre elas. Cada uma se abre para o seu terreno de cultura, a sua bouça ou pinhal. A vizinhança atenua-se, a família explora a seu talante as leiras que lhe pertencem, a intimidade é maior entre a casa e o campo do que entre aquela e outra próxima. Salpicando irregularmente a verdura, à beira dos caminhos que se entrecruzam em todas as direcções, as moradias aqui se adensam para logo se dissociarem, sem que nada evoque as verdadeiras aldeias, de casas apinhadas no meio da vastidão dos campos. (...) (RIBEIRO 1963, 132).

O território norte do concelho integra-se no vale do Ave e apresenta um tipo de povoamento disperso, estabelecido ao longo de uma densa e desordenada rede viária, intercalada com campos agrícolas de policultura em sistema de minifúndio que ocupam os vales e a base das encostas das vertentes de melhor exposição solar e unidades fabris de tipologia diversificada. A sul a paisagem dominante é caracterizada por maciços montanhosos (Monte Córdova e Agrela) com declives relativamente acentuados, predominantemente revestidos por um coberto florestal formado por eucaliptais que se estendem até aos vales. A bacia inferior do rio Leça encontra-se ocupada por uma agricultura diversificada que se articula com bolsas florestais de eucalipto e pinheiro e com um tecido edificado muito disseminado na paisagem onde, em algumas zonas, ainda se identifica a persistência da tipologia de espaço rural tradicional conservando ainda fortes traços da paisagem recortada do Baixo Minho, marcada por campos agrícolas de policultura, vinhas, pomares e fragmentos de floresta que revestem as zonas mais altas, menos acessíveis e com solos de menor aptidão agrícola, associada a uma economia de base familiar (MOREIRA 2013, 26).

Relativamente à hipsometria os valores mais elevados (400 - 500 m) situam-se nas freguesias limítrofes com os concelhos de Paços de Ferreira e Lousada (Monte Córdova, Roriz, Negrelos – São Tomé e São Mamede). Estes valores vão progressivamente diminuindo para as áreas mais centrais do concelho, registando-se valores de menor altitude (0 - 100 m) a norte do concelho, coincidindo com o leito do Rio Ave.

Geomorfologia e litologia

A área geográfica do concelho de Santo Tirso está inserida na unidade morfo-estrutural denominada por Maciço Antigo, caracterizada por abatimentos e levantamentos de grandes massas rochosas resultantes dos impulsos tectónicos que originaram relevos íngremes e vales largos.

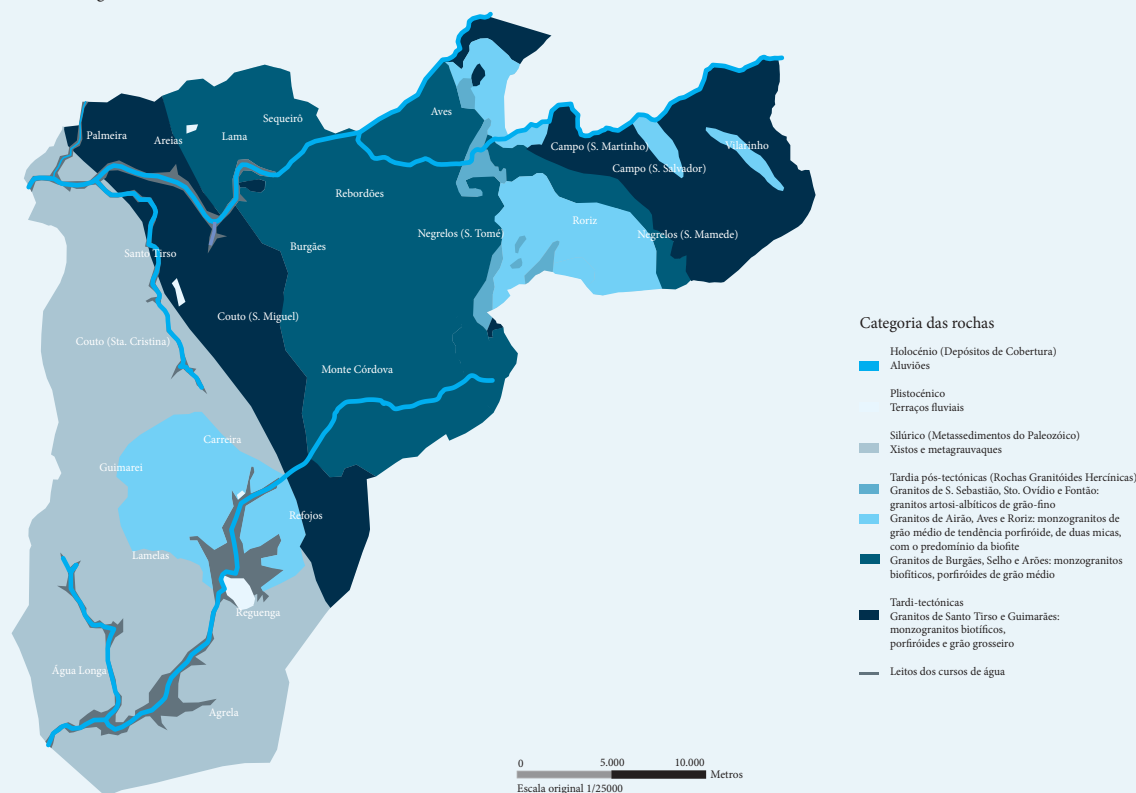
O território enquadra-se no Maciço Hespérico e, como resultado da história tectónica da região, as orlas de metamorfismo e as rochas graníticas surgem na carta geológica como as duas maiores unidades litológicas presentes (LOPES 2011, 57-58). Deste ponto de vista a metade NE do concelho assenta sobre rochas graníticas, enquanto a metade SO é composta essencialmente por xistos e grauvaques, que desenvolvem uma orientação NO-SE (ANDRADE 1952, 303-315).

De orografia suave, a região caracteriza-se pela existência de duas elevações que se destacam na paisagem, com pinos cardeais intermédios que constituem a primeira barreira geográfica significativa de separação entre a facha litoral e o interior. O primeiro localiza-se no extremo oeste do concelho e é designada por Serra da Agrela.

Constitui uma elevação média de orientação noroeste/sudeste com cotas máximas de 213/255 m e prolonga-se deste o limite sul, junto ao rio Leça, até ao limite com o rio Ave, junto à Ervosa. Integra a ampla faixa de xistos amplitosos constituída por regossolos úmbricos e regossolos dístricos. O segundo maciço montanhoso denomina-se por Serra de Monte Córdova. Desenvolve-se segundo uma orientação norte/ sul, apresentando como cota mais elevada 570 m. É composto por granitos onde as variedades porfíroides são as dominantes.

No que respeita ao relevo as formas mais comuns são as depressões - áreas aplanadas circunscritas por rebordos montanhosos colmatados no seu interior por aluviões ao longo dos cursos de água (depósitos recentes de origem fluvial), localizam-se em Monte Córdova, Agrela, Água Longa, Reguenga, Guimarei e Santo Tirso.

Carta Geológica



Solo e capacidade de uso da terra

Relativamente à natureza dos solos verifica-se um predomínio de cambissolos húmicos derivados da degradação e meteorização dos xistos, grauwaques e granitos.

Junto ao fundo dos vales os solos são espessos, derivado do arrasto constante provocado pela erosão e pelo transporte das correntes de água, aproveitados para uma agricultura intensiva. Desta forma, é nos vales dos rios localizados na metade NE do concelho que se verifica uma maior incidência de solos de melhor capacidade de uso – Classe A e C, em que a Classe A corresponde a solos com elevada capacidade produtiva e a Classe C diz respeito a solos com Capacidade de Uso Agrícola Condicionada.

O restante território concelhio, nomeadamente a metade SO, tem uma capacidade de uso muito baixa, com limitações muito severas, sendo a sua utilização mais indicada para a produção florestal.

A classificação obtida para a aptidão da terra para usos agrícolas e florestais permite-nos definir como áreas preferenciais ou de maior aptidão agrícola as que, naturalmente correspondem aos terrenos de melhor aptidão florestal (A1/F1), as Unidades Fisiográficas ou Zonas Homogéneas que integram a Terra Ribeirinha e de Meia Encosta.

No concelho de Santo Tirso encontram-se terrenos de aptidão agrícola elevada ao longo das margens dos rios Leça e Ave, em faixas estreitas e descontínuas que, na maior parte dos casos, confrontam com terrenos de aptidão agrícola moderada. Correspondem à Unidade Fisiográfica Qa.1 (Fluvisolos), com correspondência à Unidade Cartográfica Fd2.1.

Graus de limitações das Unidades de terra com aptidão agrícola elevada

UC	UC	UF	Graus de limitações									
Carta de solo	Aptidão da Terra		t	r	f	d	h	e	01	02	03	04
Rd2.1	A1 F2	La2	1	1	1	4	1	1	1	1	1	1
Rd2.2	A1 F2	Qa1	1	1	1	4	1	1	1	1	1	1
Rd3.1	A1 F2	Qa2	1	1	1	4	1	1	1	1	1	1
Tc 10 .1	A1 F1	Qgp1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1

UC - Unidades Cartográficas/ UF - Unidades Fisiográficas

As unidades de aptidão agrícola moderada (A2 / F1) desenvolvem-se de forma uniforme ao longo do rio Ave, com uma ligeira projeção para sul, ao longo do rio Sanguinhedo, à semelhança do que sucede no percurso médio do rio Leça, que também revela uma ligeira projeção para norte acompanhando a veiga da Agrela, nomeadamente nas freguesias de Santiago da Carreira e Lamelas. Por último, identifica-se uma mancha significativa em toda a área superior da freguesia de Monte Córdova, que corresponde à depressão que configura a nascente do rio Leça. Os terrenos de aptidão agrícola marginal (A3 - F2/F3) desenvolvem-se de forma irregular em pequenas manchas. No concelho identificam-se duas áreas de unidades de terra de aptidão marginal. A primeira localiza-se na ligação da Serra de Agrela e o vale do rio Sanguinhedo e constitui uma pequena faixa de perfil longitudinal que se distribui pelas freguesias de S. Paio de Guimarei e Lamelas. Corresponde à Unidade Fisiográfica Qdo2, cuja limitação mais significativa se relaciona com a topografia. Na sua face oeste liga-se a terrenos sem aptidão agrícola e na vertente leste a terrenos de aptidão moderada.

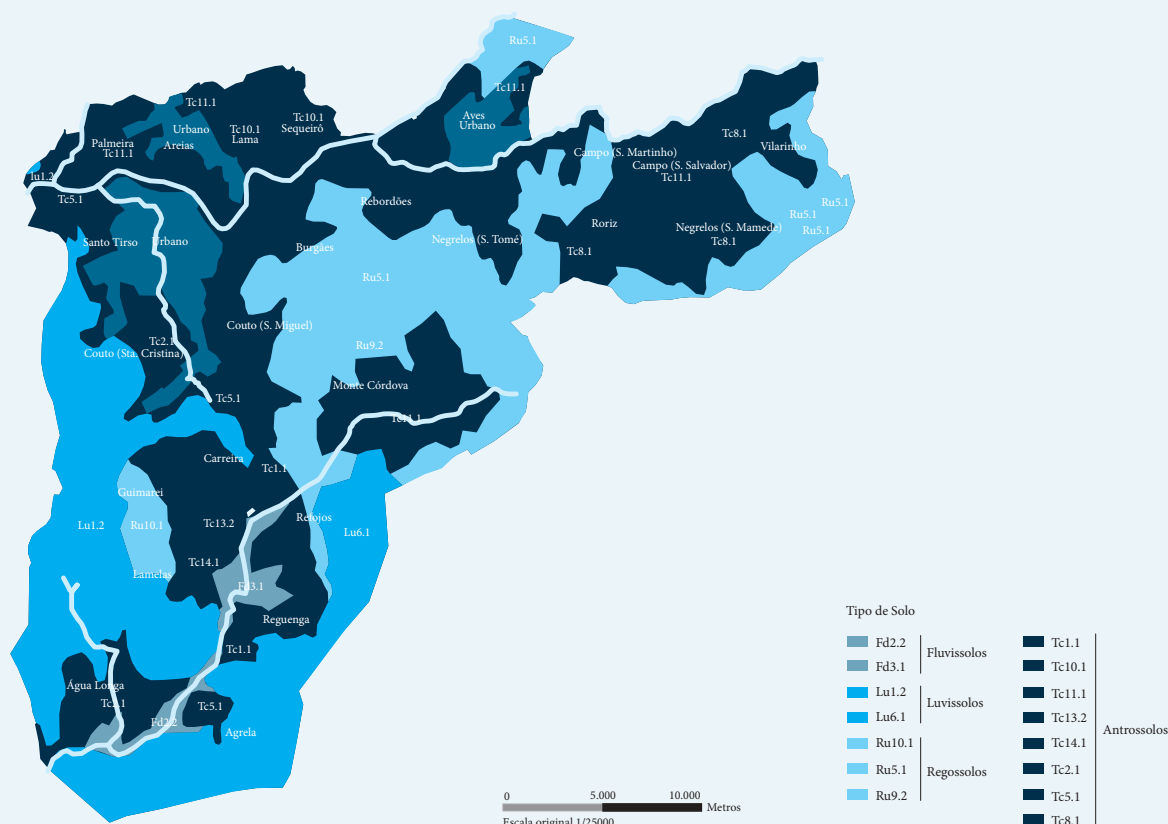
Por último, a unidade de terra de aptidão marginal identificada na freguesia de Monte Córdova corresponde à vertente norte do maciço. Enquadra-se na Unidade Fisiográfica Qgs2 e revela graus de limitações elevados em todos os níveis considerados. Tem ligação a terrenos de aptidão moderada na sua face sul e terrenos sem aptidão agrícola na face norte.

Graus de limitações das Unidades de terra com aptidão agrícola moderada

UC	UC	UF	Graus de limitações									
Carta de solo	Aptidão da Terra		t	r	f	d	h	e	01	02	03	04
Tè1.1	A2 F1	Qxo1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1
Tè2.1	A2 F1	Qxs12	1,4	1,3	1	2,4	1,3	1	1	2,1	12	1
Tè11.1	A2 F1	Qgs1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1
Tè13.2	A2 F1	Qds1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1
Cu3.1	A2 F1	Igpl	1	2	1	2	2	1	1	1	1	1
Cd2.1	A2 F1	Lxpl	1	2	1	2	2	2	1	1	1	1
Cd2.2	A2 F1	Lxp2	1	2	3	2	2	2	1	1	1	1
Cd2.4	A2 F1	Qxp1	1	2	1	2	2	2	1	1	1	1
Cd3.1	A2 F1	Igs1	1	2	1	1	2	2	1	1	2	2
Cd4.1	A2 F1	Itpl	1	2	1	2	2	2	1	1	1	1

UC - Unidades Cartográficas/ UF - Unidades Fisiográficas

Carta de solos



Rede de drenagem

O concelho de Santo Tirso é recortado por inúmeros rios e ribeiros. Também aqui se verifica uma repartição do território em duas partes distintas. No norte existe uma densa rede de cursos de água, destacando-se o rio Ave com os seus afluentes - Sanguinhedo, Vizela e Ribeira de Roriz. Na metade sul do concelho, o rio Leça, que configura uma bacia hidrográfica autónoma drenando diretamente para o mar. De referir ainda a inclusão de uma estreita faixa do território concelhio, localizada a sudoeste, pertencente à bacia do Douro. O conjunto de cursos de água desenha um complexo sistema de drenagem da precipitação atmosférica evidenciando a riqueza hídrica da região, que se reflete na fertilidade dos solos e na elevada aptidão agrícola da terra, designadamente para a prática da policultura. O escoamento das águas pluviais é feita de dois sentidos; **a)** para o rio Ave; **b)** para o rio Leça. A rede mais significativa em dimensão e número de cursos de água é constituída pelo rio Ave - Ribeira do Fojo; Ribeira de Rebordões; Ribeira de Burgães / Ribeira de Gatim; Ribeira do Matadouro²⁹; Rio Sanguinhedo e Ribeira de Ervosa.

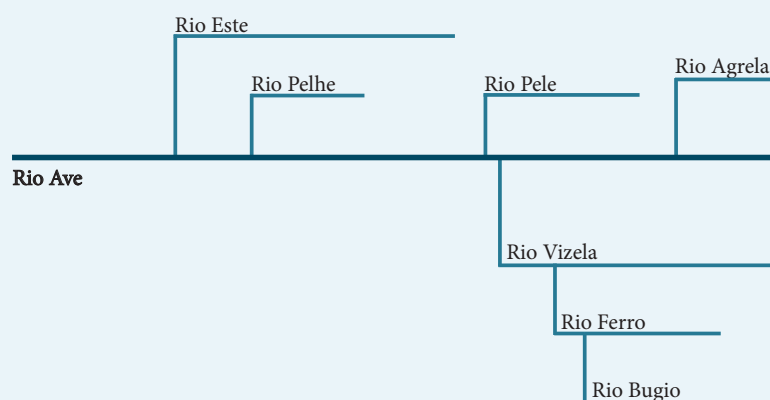
Com drenagem para o rio Leça destacam-se quatro ribeiros - Ribeira do Pisão; Ribeira da Junqueira; Ribeira do Leandro/Ribeira de Paredes; Ribeira do Arquinho.

O rio Ave, à semelhança do rio Douro, apresenta uma orientação no quadrante leste/oeste. Desenvolve-se ao longo de 94 km, desde a sua nascente na Serra da Cabreira, na freguesia de S. Estêvão de Castelões, concelho de Vieira do Minho, no limite da província do Minho e Trás-os-Montes, a 1200 m de altitude (LEAL; FERREIRA 1873-1928, 233), até à foz no oceano atlântico onde desagua entre Vila do Conde e Azurara. Forma uma bacia hidrográfica com 1 390 km² e tem como principais afluentes no concelho de Santo Tirso o rio Pele na margem direita e o rio Vizela e na margem esquerda. Constitui o principal eixo de drenagem entre a Serra

29. Nasce na face oeste da Serra de Monte Córdova, junto ao santuário de Nossa Senhora da Assunção (Capela Velha), a 410 m de altitude. Apresenta uma orientação sul / norte e o seu caudal é constituído por várias linhas de água. O seu curso tem sensivelmente 4 500 m de extensão e, com exceção dos primeiros 1 000 m, apresenta um perfil pouco acentuado. A sua rede de drenagem configura uma bacia hidrográfica de aproximadamente 6,4 km².

da Cabreira e o oceano atlântico (SCE 1973, 31). A sua bacia hidrográfica forma uma das mais pequenas redes de drenagem dos principais rios portugueses, apenas comparável à dos rios Cávado e Mira.

De configuração bastante assimétrica, apresenta maior desenvolvimento para norte onde se destaca a bacia do rio Este, particularmente extensa no seu trajeto inferior. A sua margem sul conforma uma bacia muito estreita na sua fase inferior, para se ampliar consideravelmente no seu tramo médio onde recebe o rio Vizela³⁰, afluente da margem esquerda, voltando a retrair-se junto da Serra de Monte Córdova, para alargar ligeiramente a sua bacia junto da cidade de Santo Tirso, onde recebe o rio Sanguinhedo³¹, voltando a estreitar-se no seu tramo final, onde regista apenas uma pequena faixa de cerca de 2/3 km de largura. Do ponto de vista do substrato geológico a sua bacia desenvolve-se essencialmente entre granitos hercínios que ocupam integralmente o curso inicial e médio verificando-se apenas uma intromissão da faixa de xistos grauvaques ordovícios e pós-ordovícios que integram parte da bacia média e final. Os depósitos mais recentes, que criaram terraços fluviais ao longo das margens, essencialmente formados por cascalheiras de calhaus rolados, localizam-se na zona de Santiago de Bougado, Trofa, Retorta e Vila do Conde. Os depósitos mais modernos, de aluvião, por vezes muito extensos, formados por lodos fluviais e depósitos argilosos, desenvolvem-se fundamentalmente na bacia média e final e apresentam perfis que acompanham o curso dos principais afluentes (MARTINS; ARAÚJO; HENRIQUES; TOVAR; MOURA; SOTTOMAYOR 1993, fig. 1.4. a), que na margem direita são constituídos pelos rios Agrela, Pele, Pelhe e Este. Este último é o mais importante e que maior superfície drena. Nasce na Serra do Carvalho a cerca de 460 m de altitude e percorre, segundo uma orientação nordeste/sudoeste, aproximadamente 45 km e desagua no Ave junto à povoação de Touguinhó, a cerca de 4 km da foz, localizada em Vila do Conde (DINIS 1993, 21).



Esquema de hierarquização da bacia hidrográfica do rio Ave

À semelhança dos principais rios do norte, apresenta um regime muito irregular, acompanhando, com um certo atraso, o ritmo anual das precipitações. No verão sofre severas estiagens e no inverno grandes cheias, cada vez mais frequentes devido a fatores de ordem climática, obras de regularização do leito, construções para aproveitamento hidroelétrico, ausência de revestimento vegetal, declive acentuado e pelo facto do seu leito ser constituído, maioritariamente, por rochas de permeabilidade reduzida ou muito reduzida, respetivamente granitos e xistos. Regista, normalmente, os maiores caudais em janeiro e os índices de maior estiagem em agosto e setembro. Embora de pequena dimensão foi navegável na antiguidade, tendo sido nomeado como *Avus* por Pompónio Mela, quando se referiu à localização dos Gróvios, um dos povos que ocupava a área de Entre-Douro-e-Minho, e por Ptolomeu quando mencionou a localização de um promontório localizado entre

30. O rio Vizela, principal afluente do rio Ave, desenvolve-se no sentido nordeste/sudoeste infletindo, sensivelmente a meio do percurso, para uma orientação leste/oeste. Percorre aproximadamente 50 km desde a sua nascente no Alto de Morgaí, freguesia de Gontim, no concelho de Fafe, a cerca de 472 m, até à confluência com o rio Ave, a cerca de 5 km de Santo Tirso, no lugar de Caniços. Os seus principais afluentes são os rios Ferro e Bugio, ambos situados na sua margem esquerda. A sua bacia hidrográfica drena uma área aproximada de 342 km² (MOREIRA 2010, 49 nota 49).

31. Constitui um dos mais significativos afluentes da margem esquerda do rio Ave no seu tramo médio. Nasce junto ao lugar de Fonte de Cima, Lamelas, à cota de 280 m e desagua à cota de 34 m no lugar de Argemil, Santo Tirso. A sua orientação desenvolve-se no sentido sul/norte registando uma acentuada inflexão para oeste no seu tramo final, junto do lugar da Ponte Velha. O seu percurso, relativamente sinuoso, compreende 8 500 m e drena a vertente leste da Serra da Agrela, configurando uma bacia hidrográfica de aproximadamente 18 km² (MOREIRA 2010, 52).

o Neiva e o Ave (MOREIRA 2010, 48-50).

(...)... *sed a Durio ad flexexens Grovii fluuntque per cos Avo. Celadus, Naesis, Minijs, et cui oblivionis cognomens est Limia...* (...) (MELA III, 10).

Durante o período romano a sua importância na rede de cursos de água navegáveis a partir da costa atlântica deve ser valorizada no contexto do comércio de longo curso, designadamente no abastecimento das povoações limítrofes e mesmo de *Bracara Augusta*, uma vez que, segundo alguns autores, seria navegável até às Caldas das Taipas, a cerca de 9 km de Braga (LEMONS 1999; BLOT 2003, 178; MORAIS 2005, 60). Em época medieval constituiu uma fronteira administrativa, civil e religiosa de demarcação entre as dioceses do Porto e de Braga (MOREIRA 2013, 31).

O rio Leça nasce no concelho de Santo Tirso, na freguesia de Monte Córdova, no lugar de Redundo, a cerca de 475 m de altitude. Após percorrer 46 km, desagua no oceano atlântico entre as freguesias de Leça da Palmeira e Matosinhos. Possui uma bacia hidrográfica de reduzidas dimensões, com apenas 180 km² de área, encravada entre bacia do rio Ave a norte e a bacia do Douro a sul. A análise simplificada do seu trajeto longitudinal mostra um rio com um traçado vigoroso, longe do seu perfil de equilíbrio (DIAS; RODRIGUES; PRAIA 1995, 42). Do ponto de vista geológico, a bacia é dominada pela existência de rochas graníticas que compreendem a parte central e ocidental do seu percurso. Na periferia dos granitos existem rochas do complexo xisto-grauváquico que ocupam uma área significativa na rede de drenagem. Os depósitos mais recentes encontram-se sob a forma de terraços fluviais localizados ao longo das margens, constituídos essencialmente por areias e cascalheiras de calhaus rolados. Os depósitos modernos de aluvião, mais raros, formados por areias, lodos fluviais e depósitos argilosos, localizam-se essencialmente na bacia média e final (MARTINS; ARAÚJO; MOURA; TOVAR; SOTTOMAYOR 1993, 3). A área drenada de maior dimensão é constituída pelos dois afluentes mais importantes – o Ribeiro do Arquinho³² e o Ribeiro do Leandro³³ –, ambos localizados na margem direita.

Na documentação medieval regista-se com frequência o hidrónimo *Letia* ou *Laetia*, assim como *Leza* em referência ao rio Leça. A exceção é feita na *Epistola de Expugnatione Olisiponis*, atribuída a Osberno, que apresenta a forma *Leticia*. O texto constitui um curioso paralelo à descrição pliniana da zona costeira do Noroeste Peninsular. (...) *Post hunc (fluvium Cavaduvam) fluvius Ava supra quem ecclesia beati Tyrsi martiris. Post hunc fluvius Leticia.* (...).

A fórmula aqui apresentada - *Leticia* - deverá, quanto a nós, ser corrigida para *Letia*, conforme aconselham os documentos coevos. Pela posição que ocupa na descrição só poderá corresponder ao rio Leça. Devido a esse facto, e a outros argumentos de natureza arqueológica e documental, há investigadores que consideram a possibilidade de o mítico rio *Lethes*, identificado até ao momento com o rio Lima, e perpetuado na historiografia contemporânea pelo episódio ocorrido com as tropas de Décimo Júnio Bruto, possa, efetivamente, corresponder ao rio Leça, justificando-se o erro de localização por parte de algum autor antigo por desconhecimento do terreno que o identificou erradamente como Lima, cuja tradição historiográfica perpetuou até aos nossos dias (GUERRA 1996, 159).

Esta hipótese encontra ainda fundamento, ainda que indireto, num testemunho epigráfico procedente de Braga onde é registado um indivíduo originário de *Letiobri*³⁴ (TRANOY; LE ROUX 1989-90, 194), cuja forma pode perfeitamente enquadrar um grupo de nomes bastante conhecidos na região, com vários paralelos com o elemento afim -*briga*, como, por exemplo, Avobriga, formado a partir do hidrónimo que hoje se identifica

32. Nasce no lugar da Fonte Cega, Guilhabreu, Vila do Conde, à cota de 205 m e desagua no rio Leça no lugar de Terramonte à cota de 42 m. Constitui o afluente mais significativo da margem esquerda do Leça drenando uma vasta área. Apesar do recorte longitudinal de orientação norte/sul, apresenta um percurso muito sinuoso. O seu perfil é pouco vigoroso permitindo a formação de uma ampla bacia de drenagem que na sua largura máxima atinge cerca de 5 000 m. O seu principal afluente é constituído pela Ribeira da Silva Escura que desagua na sua margem esquerda junto do Moinho do Justino (MOREIRA 2010, 54).

33. Nasce no lugar de Monte de Covas, Covelas, Trofa, à cota de 160 m e desagua no lugar de Vilar de Matos à cota de 72 m. Juntamente com o Ribeiro do Arquinho constitui o principal eixo de drenagem da Veiga dos Coronados. Apesar da sua orientação longitudinal se concretizar no sentido norte/sul, revela um recorte sinuoso de perfil pouco acentuado. Estende-se ao longo de 8 000 m atravessando longitudinalmente o concelho da Maia na sua face leste (MOREIRA 2010, 54).

34. Epígrafe recolhida em Braga (Largo do Paço ou Campo da Vinha). Encontra-se atualmente desaparecida desconhecendo-se as suas medidas, características formais e paleográficas – ALBVR/A . CAT/VRONIS / F(*ilia*) (*castellum* ?) LETI/OBRI? A/NN(*orum*) LXX / H(*ic*) S(*ita*) E(*st*) – (CIL, II, 2430b; TRANOY 1981, 373, n.º 17; TRANOY; LE ROUX 1989-90, 217).

com o rio Ave. A possibilidade de se poder localizar o *Castellum Letiobris* em relação com o nome do rio levar-nos-ia ao «Monte Castelo», castro que se encontra sobranceiro ao rio Leça, cujo índice de romanização é muito significativo³⁵ (MOREIRA 2013, 31-32).



Esquema de hierarquização da bacia hidrográfica do rio Leça

Clima

O clima e a rede hidrográfica estão intimamente ligados com os centros de ação dinâmica da atmosfera, nomeadamente o das faixas de circulação de oeste e o das altas pressões subtropicais. As condições gerais da circulação atmosférica, juntamente com a dissimetria do relevo, provocam maiores precipitações nas montanhas do noroeste, especialmente nas vertentes ocidentais, onde se atingem os valores mais elevados, superiores a 3 000 mm por m².

O clima da região de Santo Tirso é de tipo *meso-atlântico*, representado por *Terras de Transição e manchas de Terra Temperada Quente* nas várzeas, influenciado pela atlanticidade húmida do oceano Atlântico, com certa diferenciação para o Alto Minho, onde as *Terras de Transição* estão associadas à *Terra Temperada Fria* (Agroconsultores-Geometral, 1995). Inclui-se no tipo marcadamente atlântico, ou seja, com invernos pluviosos e com amplitudes térmicas pouco significativas. Assim, no que diz respeito ao número de dias de precipitação (≥ 1 mm) este supera os 100 dias, registando a precipitação total valores que variam entre os 1400 e 2000 mm/ano, bem superiores aos da média nacional. Aqui destacam-se as áreas com elevações mais significativas. Estes níveis de precipitação permitem valores de escoamento (quantidade de água na rede hidrográfica) na ordem dos 600 a 1000 mm, e de evapo-transpiração (quantidade de água devolvida á atmosfera) na ordem dos 600 a 800 mm. A temperatura média do ar varia entre 12.5° e 15.0° centígrados.

A **Terra Temperada Quente Atlântica**, de pouca expressão, compreende o curso superior do rio Leça e parte da vertente oeste da Serra de Monte Córdova, confinando a norte, sul e oeste com a segunda zona de Terra Temperada/Quente Litoral. Caracteriza-se pela marcada influência atlântica, registando uma diminuição progressiva da amplitude térmica anual e ocupa altitudes compreendidas entre os 250 e 400 m. Os valores médios registados são: temperatura média anual $<16^{\circ}$ C; temperatura média do mês mais quente $<20^{\circ}$ C; precipitação média anual 1200 mm <1600 mm.

A **Terra de Transição** abrange todo o planalto de Monte Córdova, local de implantação do Monte Padrão, assim como da nascente do rio Leça que delimita geograficamente a leste e sudeste a área de estudo. Corresponde a um clima de transição entre as zonas frias e as zonas quentes, marítima ou continental, a que equivalem os seguintes valores; temperatura média anual $<14^{\circ}$ C; precipitação média anual 1200 mm <1600 mm.

Coberto vegetal

A ação do homem, a litologia e o clima tiveram profundas repercussões no coberto vegetal do país, nomeadamente em Santo Tirso. As espécies de povoamento natural de folha caduca como a *Carvalho Negral* e *Robur*, foram sendo substituídos por espécies de maior interesse económico como o *Pinheiro Bravo* e o *Eucalipto*, pelo que a floresta local se resume às duas espécies referidas, associadas a Carvalhos e Castanheiros

35. Implantado próximo da foz do rio Leça, na sua margem esquerda, possui notáveis condições estratégicas decorrentes da sua localização geográfica, facto que lhe permitiu, desde muito cedo, beneficiar de uma intensa atividade comercial, na medida em que o estuário do Leça sempre se constituiu como um porto de abrigo natural. A sua primeira ocupação remonta ao final da Idade do Bronze (cerca do séc. VIII/VII a.C.), tendo atingido um significativo desenvolvimento durante a II Idade do Ferro (séc. II a.C. – I d.C.). Em época romana manteve-se como um local de forte dinamismo, funcionando como porto marítimo alternativo a *Portus Cale*, cuja atividade se desenvolveu até ao séc. V d.C. Da extensa bibliografia existente sobre a estação arqueológica veja-se; PEIXOTO 1888; 1902; 1903, 828-931; 1905, 78-79; 1906, 287-288; 1908, 492G - 492H; CRUZ 1897, 300; AZEVEDO 1898, 320; VASCONCELLOS 1898, 270-272; 1958; SARMENTO 1901, 32-38; 1953, 275; 1970, 38-48; FORTES 1905, 15-33; CORREA 1916, 336; 1924; 1935; PINTO 1927, 24-25; CARDOZO 1948, 43; GONÇALVES 1952; 1966; SANTOS 1955; 1959; 1962, 5-25; 1962, 230-282; ALMEIDA; SANTOS 1975, 49-56; CLETO 1990, 239-244; 1992, 152-158; 1993, 38-44; 1995, 11-19; CLETO; FORTUNA 1995-96, 60-62; CLETO; VARELA 1999, 467-479; SILVA; MOREIRA 2010, 89-124.

dispersos.

Nas encostas de altitudes mais elevadas, onde o granito aflora, nas vertentes mais umbrias e no sub-bosque, existe um coberto vegetal arbustivo ou herbáceo, encontrando-se espécies como o tojo, giesta, silva, feto, urzes etc., bem adaptadas a solos graníticos e xistentos, bem como ao tipo de clima atlântico.

Recursos minerais

O conhecimento da ampla gama de recursos minerais disponíveis no atual território concelhio, conhecidos, e alguns deles explorados desde meados do séc. XIX, ainda que de forma rudimentar, é fornecido pela documentação decorrente da implementação do Decreto n.º 188 de 22 de agosto de 1862, que obrigou ao “Registo de Descobrimento de Minas” perante a Câmara Municipal, seguida da Portaria de 25 de julho de 1863 e, posteriormente, pela Portaria de 2 de abril de 1868.

Entre os minerais mais representativos encontra-se o ferro, amplamente distribuído por todo o concelho, e o estanho com maior incidência na área de Santo Tirso e Santa Cristina do Couto. Resulta ainda significativo as numerosas referências a jazidas de ouro e prata na região de Água Longa, onde existem vestígios de explorações antigas³⁶.

Com o advento da II Guerra Mundial verificou-se um forte incremento de pequenas explorações de volfrâmio com particular incidência na área de Santo Tirso, Monte Córdova, St.^a Cristina do Couto, Burgães e nas freguesias de Palmeira e Areias.

No que respeita aos recursos líticos são significativas as explorações de granito na área oriental do concelho, designadamente na região de Monte Córdova.

Registo de Descobrimento de Minas perante a Câmara Municipal, segundo o Decreto n.º 188 de 22 de Agosto de 1862 (Livro 1 de 4) / 1873-1882				
Requerente	Minerais identificados	Topónimo / Lugar	Freguesia	Data
Narcizo José Coelho Pereira	Plombagina (?) / ferro	Pereiras	Santo Tirso	04.07.1874
Narcizo José Coelho Pereira	Cobre	Quinta de Gião / Ponte Velha	Santo Tirso	07.07.1874
José Carneiro Sampaio e Silva	Ferro/ diversos minerais	Enfermaria	Burgães	11.06.1874
António Pinheiro	Ferro/ outros metais	Sobre Gião	Santo Tirso	20.07.1874
José Carneiro Sampaio e Silva	Ferro/ outros minerais	Enfermaria	Burgães	24.08.1874
Augusto Adriano da S. Azevedo	Ferro/ outros metais	Bouça de Joaquim Valle	Santo Tirso	25.09.1874
Augusto Adriano da S. Azevedo	Ferro/ outros minerais	Arquinho	Santo Tirso	03.10.1874
Augusto Adriano da S. Azevedo	Ferro/diversos minerais	São Bartolomeu	Santo Tirso	06.10.1874
Bernardo Peres de Souza	Ferro	Barreiro	Palmeira	09.10.1874
António José Carneiro e Silva	Ferro	Barreiro	Palmeira	10.10.1874
Fernando Pires de Lima				
António José Carneiro e Silva	Ferro	Barreiro	Palmeira	10.10.1874
Fernando Pires de Lima				
António José Carneiro e Silva	Ferro	Barreiro	Palmeira	10.10.1874
Fernando Pires de Lima				
Thomé Bento da Silva	Ferro/mais minerais	Monte das Covas	Água Longa	18.11.1874
Thomé Bento da Silva	Ferro/ mais minerais	Sobradelo	Água Longa	16.11.1874
Thomé Bento da Silva	Ferro/ mais minerais	Monte da Abelha	Água Longa	21.11.1874
Domingos Alves	Ferro/ mais minerais	Junto a sua casa	Água Longa	25.01.1875
Jacinto dos Santos Loureiro	Ferro/ outros metais	Pedralva	St. ^a Cristina do Couto	29.01.1875
Thomé Bento da Silva	Ferro / mais minerais	Monte de Covas	Água Longa	31.03.1875
Thomé Bento da Silva	Ferro/outros minerais	Monte das Covas	Água Longa	31.03.1875
Hermano Leuschner (alemão)	Ferro/Manganes/ Plombagina/	Enfermaria	Burgães	03.04.1875
	Antimónio	Monte das Covas	Água Longa	
		Sobradelo	Água Longa	
		Monte da Abelha	Água Longa	
		Monte de Covas	Água Longa	
		Junto da Casa de Domingos	Água Longa	
		Almeida		
Manuel Martins Pinto	Prata/ Ouro	Ribeiro de Covas	Água Longa	22.04.1875
Registo de Descobrimento de Minas perante a Câmara Municipal, segundo a Portaria de 2 de Abril de 1868 (Livro 2 de 4) / 1882-1941				
Requerente	Minerais identificados	Topónimo / Lugar	Freguesia	Data
Thomé Bento da Silva	Ouro e Prata/ outros metais	Cruz	Água Longa	07.01.1884
Thomé Bento da Silva	Estanho / Galena de Chumbo/Ouro/ outros metais	Tarrio	St. ^a Cristina do Couto	06.02.1884
José Joaquim Bento de Araújo	Antimónio/ outros metais	Costa de Eiró	S. Paio de Guimarei	12.03.1884
Joaquim Monteiro Carneiro				
Domingos Moreira da Costa	Ouro/ outros metais	Covas	Água Longa	25.08.1884
Francisco Joaquim P. de Araújo	Antimónio/ outros metais	Costa de Eiró	S. Paio de Guimarei	10.10.1884

36. (...) Os Montes da Cruz, próximo da Caseta, onde apareceram objetos romanos e existem minas, que se presume serem do tempo dos mouros. Há uma lenda muito curiosa referente ao lugar. (...) (PEREIRA 1997, 34).

Joaquim Monteiro Carneiro	Antimónio/ outros metais	Devesa da Velha	S. Paio de Guimarei	10.10.1884
Thome Bento da Silva	Ouro e Prata/ outros metais	Cruz	Água Longa	10.11.1884
Bacharel João Manoel P. Rebello	Antimónio/ Ouro/ outros metais	Costulho?	Água Longa	18.11.1884
Joaquim Coelho P. de Magalhães	Galena argentífera	Costulho?	Água Longa	25.06.1885
Thome Bento da Silva	Ouro e Prata/ outros metais	Cruz	Água Longa	10.08.1885
José Pereira Macedo	Galena argentífera/ outros metais	Cruz	Água Longa	09.10.1885
Thome Bento da Silva	Ouro / outros metais	Gunceda	Água Longa	05.04.1886
Thome Bento da Silva	Ouro e Prata/ outros metais	Cruz	Água Longa	21.06.1886
Thome Bento da Silva	Ouro e Prata/ outros metais	Cruz	Água Longa	19.02.1887
Francisco da Silva Abreu	Chumbo / outros metais	Bormoi	Santo Tirso	28.02.1887
Dr.º Feliciano Maria dos R. Lopes	Estanho/ Volfrâmio	Bormoi	St.ª Cristina do Couto	03.05.1888
Joaquim Ribeiro de Sousa	Antimónio	Dorniz	Santo Tirso	24.07.1888
António Pereira da Silva	Estanho	S. Bartolomeu	Santo Tirso	24.07.1888
Joaquim Ferreira Coelho	Galena de Chumbo/ outros minerais	Ermida	St.ª Cristina do Couto	28.07.1888
Thome Bento da Silva	Jazigo de Ouro/Prata/ Fosforite / outros minerais	Cruz	Água Longa	08.08.1888
Joaquim Pires Fernandes	Galena de Chumbo/ outros minerais	Dorniz	Santo Tirso	30.08.1888
Damião Lopes dos Santos	Estanho/ volfrâmio	Bormoi	St.ª Cristina do Couto	10.12.1888
Eduardo Francisco Martins	Estanho / volfrâmio	Bormoi	St.ª Cristina do Couto	19.08.1889
Damião Lopes dos Santos	Estanho / volfrâmio	Bormoi	St.ª Cristina do Couto	10.09.1889
Thome Bento da Silva	Ouro/ Prata/Fosforitos/ outros materiais	Cruz	Água Longa	10.06.1890
Dr.º Damião Lopes dos Santos	Estanho e Volfrâmio	Bormoi	St.ª Cristina do Couto	13.01.1891
Thome Bento da Silva	Galena de chumbo/ Prata/ outros minerais	Cruz	Água Longa	05.04.1893
António Pinto	Quartzos auríferos/ outros materiais	Alto de Quatorze	Água Longa	13.07.1896
Henrique Selreg	Quartzos auríferos/ outros materiais	Alto de Quatorze	Água Longa	13.07.1896
António G. Cerejeira Fontes	Águas minerais ou sulfurosas	Vilalva	Santo Tirso	30.11.1904
Joaquim da Rocha Camões	Volfrâmio	Chão do Netto	Agrela	04.03.1905
Joaquim Gomes Vinhais	Estanho / Volfrâmio	Vermoim	Santiago da Carreira	24.10.1916
Filipe Fernandes	Ferro / outros metais	São Roque	St.ª Cristina do Couto	18.04.1917
António Carneiro Gonçalves	Arsénico/ outros metais	Loureiro	Monte Córdova	11.06.1917
Eugénio Gomes de Faria				
António Gomes Gonçalves	Arsénico/ outros metais	Costa de Burgães	Burgães	11.06.1917
Eugénio Gomes de Faria				
António Carneiro Gonçalves	Plombagina/ Carvão / outros metais	Loureiro	Monte Córdova	23.06.1917
Eugénio Gomes de Faria				
António Carneiro Gonçalves	Plombagina/ Carvão / outros metais	Quinta das Coromidas / Areal	Santo Tirso	27.07.1917
Eugénio Gomes de Faria				
Augusto Gomes de Faria	Plombagina/Carvão/ outros minerais	Areal	Santo Tirso	30.07.1917
Augusto Gomes de Faria	Plombagina/ Carvão/ outros minerais	Loureiro	Monte Córdova	02.07.1917
Joaquim M. da C. Faria e Almeida	Arsénico/ outros metais	Costa da Zefa	Monte Córdova / Santiago da Carreira	16.07.1917
Joaquim M. da C. Faria e Almeida	Antracite/ Galena / outros metais	?	Roriz	16.07.1917
António Carneiro Gonçalves	Volfrâmio/ outros metais	Franja	St.ª Cristina do Couto	23.07.1917
António Carneiro Gonçalves	Volfrâmio/ Ferro / outros metais	Quinta de Bairro	St.ª Cristina do Couto	28.08.1917
António Carneiro Gonçalves	Volfrâmio/Ferro/ outros minerais	Barracão	St.ª Cristina do Couto	11.09.1917
António Carneiro Gonçalves	Volfrâmio/ Ferro/ outros metais	Barracão	St.ª Cristina do Couto	20.12.1917
António Carneiro Gonçalves	Volfrâmio/ outros metais	Ermida	St.ª Cristina do Couto	05.02.1918
António Carneiro Gonçalves	Volfrâmio/ outros metais	Quebrada	St.ª Cristina do Couto	05.02.1918
António Carneiro Gonçalves	Volfrâmio / outros metais	Bouça da Telheira	St.ª Cristina do Couto	05.02.1918
José Fernandes Mourão	Volfrâmio/ outros minérios	Franja	St.ª Cristina do Couto	16.07.1919
Tomaz Ferreira Veiga	Antimónio/Carvão/Estanho/outros minerais	Aldeia Nova	S. Miguel do Couto	24.09.1923
Guilherme Guimarães C. Leite	Ouro	?	Água Longa	20.10.1934
Álvaro Cardoso Lima	Ferro/ outros metais	Bouça da Gralheira?	St.ª Cristina do Couto	18.03.1941
Álvaro Cardoso Lima	Ferro/outros minerais	Barracão	St.ª Cristina do Couto	18.03.1941
Álvaro Cardoso Lima	Ferro/ outros metais	Barracão	St.ª Cristina do Couto	18.03.1941
Álvaro Cardoso Lima	Ferro / outros minerais	Quebrada	St.ª Cristina do Couto	18.03.1941
Álvaro Cardoso Lima	Ferro/outros minerais	Ermida	St.ª Cristina do Couto	18.03.1941

Registo de Descobrimento de Minas perante a Câmara Municipal, segundo a Portaria de 2 de Abril de 1868 (Livro 3 de 4) /1941-1942

Requerente	Minerais identificados	Topónimo / Lugar	Freguesia	Data
José Cardoso de Miranda	Volfrâmio/ outros minerais	?	S. Miguel do Couto	08.05.1941
Alberto Augusto Pinto	Volfrâmio/Ferro/ outros metais	Quinta das Pereiras	Santo Tirso	15.05.1941
José Silva Leitão	Volfrâmio/outros metais	Faveira	Santo Tirso	17.05.1941
Augusto da Silva	Volfrâmio/ outros minerais	Remanse?	Santo Tirso	19.05.1941
Sociedade Nacional de Minas, L.d.ª	Volfrâmio/outros metais	Cruz da Igreja	St.ª Cristina do Couto	05.06.1941
Sociedade Nacional de Minas, L.d.ª	Volfrâmio/outros metais	Cruz da Torre da Igreja	St.ª Cristina do Couto	05.06.1941
Sociedade Nacional de Minas, L.d.ª	Volfrâmio/outros metais	Velha	St.ª Cristina do Couto	05.06.1941
Sociedade Nacional de Minas, L.d.ª	Volfrâmio/outros metais	Cruz da Torre da Igreja	St.ª Cristina do Couto	05.06.1941
Sociedade Nacional de Minas, L.d.ª	Volfrâmio/outros metais	Pombais	S. Miguel do Couto	12.06.1941
Sociedade Nacional de Minas, L.d.ª	Volfrâmio/ outros metais	Rendeiro	S. Miguel do Couto	14.06.1941
Sociedade Nacional de Minas, L.d.ª	Volfrâmio/outros metais	Rendeiro	S. Miguel do Couto	14.06.1941
Sociedade Nacional de Minas, L.d.ª	Volfrâmio/outros metais	Rendeiro	St.ª Cristina do Couto	14.06.1941
Sociedade Nacional de Minas, L.d.ª	Volfrâmio/ outros metais	Rendeiro	St.ª Cristina do Couto	14.06.1941
António Martins	Volfrâmio/outros metais	?	Monte Córdova	14.06.1941
António Martins	Volfrâmio/ outros metais	Espinheiros	Monte Córdova	14.06.1941
António Penha Ferreira	Volfrâmio/outros metais	Tarrio	St.ª Cristina do Couto	14.06.1941
Laurindo	Volfrâmio/outros minerais	Gião	Água Longa	14.06.1941
Francisco M. C. Gil C. de Miranda	Volfrâmio/outros metais	Várzea do Monte	Santa Cristina do Couto	19.06.1941
João da Fonseca Cardoso	Volfrâmio/ outros metais	Joane	Palmeira	20.06.1941
Diocleciano de Oliveira Branco	Volfrâmio/ outros metais	Bouça de António Pinheiro	Carreira	27.06.1941
Joaquim Pinheiro Alves Souza	Volfrâmio e outros metais	Monte Padrão	Monte Córdova	27.06.1941
Joaquim de Oliveira	Volfrâmio/outros metais	Real	Burgães	30.06.1941

Francisco M. C. Gil C. de Miranda	Volfrâmio/outros metais	Terrenos de António Sá Couto		08.07.1941
Diocleciano de Oliveira Branco				
Joaquim Maria Ribeiro P. Vilela				
Joaquim Carneiro de Araújo				
Sociedade Nacional de Minas, Ld.ª	Volfrâmio/outros minerais	Monte Fidalgo	Água Longa	14.07.1941
António Gil Monteiro Devesa	Volfrâmio/outros metais	Adufe	Refojos	17.07.1941
António Gil Monteiro Devesa	Volfrâmio/outros metais	Adufe	Refojos	17.07.1941
José da Silva Leitão	Volfrâmio/outros metais	Púgido	Santo Tirso	03.08.1941
António Augusto C. Andrade	Volfrâmio/Estanho/outros metais	Monte de Vermoim	Santiago da Carreira	08.08.1941
Narcizo José Machado Guimarães	Ouro/Prata/Zinco/Antimónio/outros metais	Estrada Municipal nº 7	S. Tomé de Negrelos	14.08.1941
José Soares Fernandes	Volfrâmio /outros metais	Abelha	Burgães	23.08.1941
Domingos Ferreira Fernandes				
António Marcelino	Volframites/Cassiterites/outros minerais	Monte Córdova de Baixo	Monte Córdova	27.09.1941
Américo de Sá e Silva				
Augusto da Silva				
Celestino Ferreira				
Felisberto Lopes da S. Cardoso				
Maria da Glória Teixeira Barros	Volfrâmio/outros metais	Bouça Regueira Grande	Guimarei	05.09.1941
Tungsténia, Ld.ª	Volfrâmio/ Estanho/outros materiais	Pedra Couto	Lamelas	05.09.1941
Tungsténia, Ld.ª	Volfrâmio/Estanho/outros metais	Padrão	Carreira	27.09.1941
Tungsténia, Ld.ª	Volfrâmio/outros metais	Vermoim	Carreira	27.09.1941
Tungsténia, Ld.ª	Volfrâmio/Estanho/outros metais	Carreira	Carreira	27.09.1941
Tungsténia, Ld.ª	Volfrâmio/Estanho/outros metais	Lamelas	Lamelas	27.09.1941
Tungsténia, Ld.ª	Volfrâmio/Estanho/outros metais	Monte de Guimarei	Guimarei	03.10.1941
Tungsténia, Ld.ª	Volfrâmio/Estanho/outros metais	Monte de Guimarei	Guimarei	03.10.1941
Tungsténia, Ld.ª	Volfrâmio/Estanho/outros metais	Monte Guimarei	Guimarei	03.10.1941
Augusto Nunes F. Marques	Pirites arremcais/outros minerais	Portos	Vila das Aves	31.10.1941
Augusto Nunes F. Marques	Pirites arremcais/outros minerais	Ribeirinhos	Vila das Aves	31.10.1941
Julio César Dias Padrão	Pirites/Antimónio/outros minerais	Várzea do Monte	Areias	03.12.1941
Eduardo Cunha de Miranda	Mica/Antimónio/Pirites/outros metais	Quinta da Trofa	Santo Tirso	10.12.1941
Luis Ferreira Alves	Pirites/outros metais	?	S. Mamede de Negrelos	02.02.1942
Francisco Nunes				

Registo de Descobrimento de Minas perante a Câmara Municipal, segundo a Portaria de 2 de Abril de 1868 (Livro 3 de 4) /1942-1960

Requerente	Minerais identificados	Tonónimo / Lugar	Freguesia	Data
Lucindo Carneiro Neto	Manganês/Ferro/ metais associados	Hortal	Monte Córdova	09.03.1942
Bernardo de Souza				
Joaquim Martins Carneiro				
Firmino de Souza				
Manuel da V. Gil da F. Pinheiro	Grafite	Valinhas	Monte Córdova	22.05.1942
Narciso José M. Guimarães	Antimónio	Costa	Roriz	28.05.1942
Sociedade Mineira dos Castelos	Bismutinite	Monte da Várzea	Santo Tirso	27.03.1942
Sociedade Mineira dos Castelos	Bismutinite	Monte da Várzea	Santo Tirso	27.03.1942
Sociedade Mineira dos Castelos	Bismutinite	Chão da Presa	Santo Tirso	27.03.1942
Adriano Alves M. Villas-Boas	Galenite	Aldeia Nova e Corvos	Areias	06.10.1943
António Ferreira Meireles	Galenite	Espinal de Cima	Carreira	06.10.1943
Augusto Faria Carneiro Abreu	Volfrâmio/Cassiterite/Ferro/Prata de	Monte Grande/ Fonte/	Agrela	08.02.1949
	mistura com outros metais	Varzim		
Newton Amândio F. Pereira	Limonite/Hematite	Vale da Lebre/Borrão	Água Longa	17.05.1954
Newton Amândio F. Pereira	Limonite/Hematite	Vale da Lebre/Borrão	Água Longa	17.05.1954

Antimónio é um metaloide sólido de cor cinza, prateado, quebradiço. Apresenta uma textura cristalina e pertence ao grupo 15 (5A) da tabela periódica. **Antracite** é o nome de uma variedade compacta e dura do mineral "carvão", cujos espécimes mais puros são compostos quase inteiramente por carbono. **Arsénio** é considerado um semimetal ou metaloide por possuir características físicas e químicas pertencentes tanto aos metais quanto aos não metais. Elemento químico de símbolo As e número atómico 33. **Bismutinite** é um mineral composto por silício e bismuto. Cristaliza-se no sistema ortorrômbico, tem grau de dureza baixo, brilho metálico, é opaco, tem clivagem perfeita e coloração cinza-claro. **Cassiterite** ou **cassiterite** é um mineral de estanho. Geralmente opaca, de cor preta, púrpura, castanho-avermelhado ou amarelo. Tem grau de dureza relativamente alto. **Cobre** é um elemento químico de símbolo Cu, do latim *cuprum*, com número atómico 29 e massa atómica igual à 63. Em temperatura ambiente encontra-se em estado sólido; tem coloração avermelhada; é dúctil; maleável. **Chumbo** é um elemento químico de símbolo Pb, do latim *plumbum*, com número atómico 82 e massa atómica igual à 207. É um metal tóxico, pesado, macio, maleável. **Estanho** é um elemento químico de símbolo Sn, tem número atómico 50 e massa atómica igual a 118,7. É um metal prateado, maleável, e sólido, na temperatura ambiente. **Ferro** é um elemento químico de símbolo Fe, de número atómico 26 e massa atómica igual à 56. Em temperatura ambiente encontra-se em estado sólido. **Fosforite/Fósforo** é um elemento químico de número atómico 15 e massa atómica igual à 31. Seu símbolo é P, e é sólido. **Galenite/Galena** é um metal que é o minério de chumbo mais comum, e cujas variedades conservam, quase todas, o sulfureto de prata. **Grafite** é um mineral formado por carbono com várias propriedades físicas. É mole, untuosa e de boa condutividade elétrica. A sua cor é o preto-metálico. **Hematita** ou **hematite** é um mineral de óxido de ferro. **Limonite** é um óxido hidratado natural de ferro. **Manganês** ou **manganésio** é um metal de coloração branco acinzentado, parecido como ferro. É duro, refratário, e facilmente oxidável. **Mica** é o nome de um grupo de minerais do grupo dos físilicatos, que têm a divisão basal altamente perfeita. Todos têm cristais monoclinicos e são similares na composição química. **Ouro**, do latim *aurum* "brilhante", é um elemento químico de símbolo Au, número atómico 79 e massa atómica igual à 197. É um metal brilhante, amarelo, pesado, maleável, dúctil, sensível ao cloro. **Prata** é um elemento químico de símbolo Ag, número atómico 47 e massa atómica igual à 107,8. A maior parte da prata é um subproduto do minério de chumbo e está, frequentemente, associada ao cobre. **Volfrâmio (tungsténio)**, metal de transição. Símbolo W de número atómico 74. Em temperatura ambiente encontra-se em estado sólido. **Zinco** é um elemento químico de símbolo Zn, número atómico 30, massa atómica igual à 65,4, e que na temperatura ambiente encontra-se no estado sólido.

IV. As origens do povoamento

1. Pré-história: enquadramento arqueológico e referências cronológicas

As primeiras comunidades humanas que povoaram o território que corresponde ao atual concelho de Santo Tirso reportam-se ao Paleolítico, etapa que, *grosso modo*, se desenvolveu durante o período geológico do Pleistoceno e se subdivide em três grandes períodos – Paleolítico inferior (800.000 – 200.000), Paleolítico Médio (200.000 – 30.000) e Paleolítico Superior (40.000 – 11.000).

A ausência de jazidas paleolíticas que comprovem uma ocupação humana efetiva do território durante a Pré-História Antiga, em virtude da exiguidade de depósitos fluviais quarternários, evidencia a falta, mais ou menos generalizada, de vestígios registados na região sobre esta antiga e vasta fase de evolução do homem, designadamente da sua cultura material e principais elementos caracterizadores.

A escassez dos vestígios identificados tem vindo a ser explicada por um amplo conjunto de fatores, designadamente através de fenómenos de natureza climática, em concreto pela oscilação do nível do mar registada entre o Eemiano e a glaciação de Würm, no qual a orla marítima se manteve sempre em níveis inferiores à atual, pelo que, entre o final do Paleolítico Médio e durante o Paleolítico Superior, a linha de costa estaria em locais atualmente submersos³⁷, justificando-se assim a ausência de vestígios, já que a zona costeira, devido ao efeito moderador da massa de água, deva ter constituído uma área privilegiada de ocupação durante as fases mais frias, dado o carácter inóspito do clima nas áreas de montanha do interior da península onde existiam glaciares ativos (SOARES; ARAÚJO; GOMES 2010, 16).

Na atual território concelhio conhecem-se apenas dois achados de superfície detetados próximos de terraços fluviais do Quaternário, nomeadamente em Santiago da Carreira e Lama. Os objetos do ponto de vista tipológico inserem-se no tecno-complexo Acheulense a que corresponde uma cultura material de macro-utensílios onde se enquadra o biface recolhido no Pinheiro Torto, Lama.

Achados fortuitos sem contexto arqueológico conhecido						
N.º AF	Lugar	Freguesia	Material	Tipo	Classificação	Depósito
AF 1.	Pinheiro Torto	Lama	Quartzito	Biface	---	MMAp, s/n.º
AF 2.	(?)	Carreira	Quartzito	Seixo talhado	---	MMAp, s/n.º

O Epipaleolítico/Mesolítico, do ponto de vista climático corresponde a uma fase pós-glacial³⁸, do qual resultou um progressivo aquecimento da temperatura média com as consequentes alterações bioclimáticas, que estiveram na base da diversificação das atividades de subsistência que caracterizaram as comunidades de caçadores-recolectores-pescadores existentes, tendo permitido um certo grau de sedentarização. Abundantemente documentada na região, nomeadamente nas jazidas costeiras (cascalheiras), a ergologia característica deste período revela fortes tradições dos períodos anteriores cujos utensílios se inserem nos complexos macrolíticos comuns do litoral do Noroeste Peninsular (BETTENCOURT 2010, 35). No concelho de Santo Tirso os vestígios conhecidos são constituídos apenas por um utensílio que se encontra em depósito

37. Presentemente considera-se que no auge da glaciação de Würm, há cerca de 18.000 anos BP, o nível do mar estaria cerca de 120 m abaixo da presente, o que significaria que a linha de costa de situava a cerca de 30-40 km para oeste da atual (SOARES; ARAÚJO; GOMES 2010, 16).

38. Após o zénite da glaciação de Würm os glaciares recuaram e o nível do mar subiu progressivamente, cujo fenómeno se designa por transgressão flandriana, cobrindo uma parte significativa da plataforma continental e originando áreas estuarinas de significativa dimensão, tendo vindo a estabilizar sensivelmente à cota atual por volta de 5000 – 6000 BP (SOARES; ARAÚJO; GOMES 2010, 17).

no Museu Municipal, do qual não se conhece com exatidão o local de proveniência. No âmbito regional estão documentadas várias jazidas no litoral cujo contexto poderá explicar e enquadrar esta ocorrência singular³⁹.

Achados fortuitos sem contexto arqueológico conhecido						
N.º AF	Lugar	Freguesia	Material	Tipo	Classificação	Depósito
AF 3.	?	Sta. Crist.ª do Couto	Quartzito	Pico	----	MMA, s/n.º 8

O Neolítico, período genericamente balizado entre os finais do VI e o IV milénio a.C., regista importantes transformações civilizacionais, quer do ponto de vista social e cultural, quer do ponto de vista tecnológico, no qual se verifica um progressivo aumento da ação humana sobre o meio, resultante do desenvolvimento da agricultura e da crescente domesticação de animais. Este fenómeno, associado a uma profunda transformação da sociedade, indica poder corresponder à transição de comunidades de predadores (caçadores-recoletores), vinculadas a uma economia dependente da caça e da recolha, para uma economia produtiva, em conformidade com a dispersão de vestígios que evidencia as zonas planálticas da área litoral como principal espaço de ocupação, perspetivando a densidade de futuras ocupações (SILVA 1986a, 98). Todavia, na ausência de dados suficientemente caracterizadores destas transformações, para os quais seria necessário um conhecimento mais aprofundado sobre o *habitat*⁴⁰, a ergologia, o comércio e outros elementos associados à vida doméstica, o essencial para a análise e caracterização sociocultural destas comunidades advém quase exclusivamente do estudo dos monumentos sepulcrais e respetivos depósitos funerários.

Os primeiros vestígios de ocupação humana reconhecidos com segurança no concelho de Santo Tirso estão associados a testemunhos vinculados ao fenómeno do megalitismo, cujas expressões mais características são constituídas por monumentos funerários com uma estrutura dolménica formada por uma câmara sepulcral para inumação coletiva, nomeadamente os monumentos que apresentam corredor “monumentos-templo”, estruturados com grandes blocos de pedra, geralmente de planta circular, cobertos por uma mamoa feita de terra e uma carapaça pétrea de proteção e consolidação composta por blocos de pedra de média dimensão, podendo, em alguns casos, apresentar um anel de contenção.

Apesar de se registar um significativo polimorfismo, a partir do qual alguns autores percecionam uma evolução cronológica associada à tipologia das plantas dos monumentos, da mais simples para a mais complexa, a sua estrutura e conformação geral, segundo uma interpretação simbólica, na qual é evidente uma ligação entre o culto dos mortos e o culto da fertilidade, sugere que este tipo de monumentos terá exercido cumulativamente a função de túmulo e santuário, conforme é proposto pela natureza das deposições funerárias e pela presença de determinados objetos associados a práticas rituais.

Estas primeiras arquiteturas funerárias, geralmente constituídas por vários monumentos (necrópoles), construídas preferencialmente em áreas planálticas e na plataforma litoral, que transformaram e marcaram física e simbolicamente o território, terão igualmente funcionado como referências culturais, enquanto lugares consagrados a cerimónias religiosas constituindo lugares de grande significação cultural, associados a um sentimento de pertença⁴¹, relacionados com uma profunda transformação económica, social e cultural das comunidades neolíticas, cujas motivações, respetivo enquadramento cronológico tem vindo progressivamente a ser melhor esclarecido com o resultado de recentes trabalhos de investigação. Se, por um lado, a construção

39. Entre outros, merecem referência os depósitos no estuário do rio Leça, designadamente da jazida identificada como Doca n.º 2 do Porto de Leixões, o depósito da Alfândega e a do Alto de Manhufe, Matosinhos. Na franja costeira ocorrem cascalheiras na área do farol da Boa Nova, Leça da Palmeira e no interior da Praia do Paraíso, também em Leça da Palmeira (BETTENCOURT 2010, 35).

40. Efetivamente, apesar da significativa expressão arquitetónica e monumental das estruturas funerárias, permanecem relativamente obscuros os eventuais povoados com eles relacionados, facto que suscitou diversas interrogações relacionadas com um hipotético carácter sazonal dos *habitats* que, em certa medida, justificaria as poucas estruturas remanescentes. A recolha de restos de materiais utilitários como, por exemplo, mós, cerâmicas e artefactos líticos associados a solos antigos com elevados teores de fóstatos na proximidade de monumentos funerários, identificados em vários contextos geográficos, nomeadamente na Serra da Aboboreira (JORGE 1989, 403), parecem efetivamente apontar para uma provável convivência das estruturas funerárias como os frágeis *habitats*, provavelmente feitos de matérias perecíveis, num padrão temporário e cíclico durante o ano, nomeadamente com uma ocupação de altitude no período estival e em áreas mais protegidas durante o inverno (STOKLER 2000, 90).

41. Manifestação cultural caracterizada pela construção de recintos sagrados ou monumentos funerários de vários tipos, constituídos por pedras de grandes dimensões. Estes tipos de manifestações são comuns a um conjunto muito variado de culturas pré-históricas europeias, com horizontes cronológicos balizados entre o Neolítico Médio e a Idade do Bronze (menir, anta, entre outros).

de tão significativos e imponentes monumentos funerários não documenta diretamente uma organização social fortemente hierarquizada, implica, pelo menos, a implementação de formas de cooperação organizada que, no limite, assumiam um sentido coletivo bem estruturado.

O Calcolítico, período que do ponto de vista cronológico convencionalmente se baliza entre finais do IV e o 3º quartel do III milénio a.C., evidencia uma estratégia de povoamento diferenciado que revela ocupação na plataforma litoral em outeiros e colinas topograficamente destacados relativamente à envolvente, quer se insiram em áreas de planície como de planalto, fenómeno a partir do qual se poderá admitir um significativo aumento populacional associado ao incremento de atividades agrícolas e pastoris⁴².

Apesar de na região se identificarem vários tipos de *habitats*, reveladores de uma intensa e significativa diversidade de soluções de implantação⁴³, eventualmente resultantes de diferentes modos de interações com o meio (BETTENCOURT 2010, 47), a ausência de escavações em povoados desta época não permite uma efetiva caracterização da ergologia, das áreas habitacionais e sua organização, assim como de outras estruturas associadas, como sejam as fossas abertas no saibro, buracos de postes, valados, taludes etc.

No atual concelho de Santo Tirso, relativamente ao Neolítico e Calcolítico, são apenas conhecidos vestígios de carácter funerário, concretamente sete monumentos (mamoas) que integram três distintas necrópoles – Redundo, Monte Córdova; Ermida, Santa Cristina do Couto; Lavatões, Refojos de Riba de Ave –, associadas a um largo conjunto de objetos recolhidos cujos contextos atualmente se desconhecem, mas que documentam uma realidade mais complexa. Na ausência de dados crono-estratigráficos suficientes para uma conveniente caracterização, uma análise simplificada dos seus principais atributos construtivos, nomeadamente a sua conformação, dimensão e estrutura, sugere poder tratar-se de túmulos de câmaras fechadas, eventualmente subordinados a um tempo curto de utilização ou a enterramentos individuais.

Os vestígios documentam a existência de pequenas comunidades dispersas pela região, com uma economia baseada em formas incipientes de agricultura, provavelmente complementada com a criação de gado a recolha e a caça, segundo um modelo deduzido através da análise do espólio recolhido que inclui referências a achados de utensilagem lítica polida (machados, enxós), mós manuais e pontas de seta, morfologicamente consistentes com os fins indicados.

Monumentos identificados					
N.º EA	Lugar	Tipo	Classificação	Freguesia	Legislação
EA 1(I).	Redundo	Mamoa I	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 1(II).	Redundo	Mamoa II	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 1(III).	Redundo	Mamoa III	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 2(I).	Coutada	Mamoa I	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 2(II).	Coutada	Mamoa I	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 3.	Lavatões	Mamoa	PDM – IIMNC (B), n.º 87	Refojos de Riba de Ave	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 4.	Ermida	Mamoa	PDM – IIMNC (B), n.º 26	Santa Cristina do Couto	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011

Monumentos referenciados na bibliografia				
N.º	Lugar	Tipo	Freguesia	Referência Bibliográfica
1.	Ervosa	Mamoa I	Ervosa / Santo Tirso (?)	(LIMA 1940b, 199-200; MOREIRA 2007, 24)
1(II).	Ervosa (Abelheira)	Mamoa II	Santo Tirso / S. Martinho de Bougado (?)	(LIMA 1940b, 199-200; MOREIRA 2007, 24)
2(II).	Campo das Antas	Mamoa III	Rebordões	(CORREIA 2007, 9-10)
3.	Mamoa (Mamoella)	Mamoa (?)	Monte Córdova de Baixo* (?)	(MELO 1995, 38)

Achados fortuitos sem contexto arqueológico conhecido					
N.º AF	Designação	Tipologia	Suporte	Proveniência	Depósito
AF 4.	Machado polido	Tipo I.1.A.1 (VALCARCE 1984, 7)	Gnaise	Torre, Areias	CA_INA, s/n.º
AF 5.	Machado/placa	Tipo I.1F (VALCARCE 1984, 8-9)	Granito / Turmalina	Monte Córdova	MMAF, n.º 6
AF 6.	Machado <i>Bipene</i>	Tipo I.2B (VALCARCE 1984, 9)	Anfibolito	Monte Córdova	MMAF, n.º 11
AF 7(I).	Machado polido	Tipo I.1.A.2 (VALCARCE 1984, 7)	Anfibolito	Monte Córdova	MMAF, n.º 5

42. Ao período designado por Calcolítico está associada a utilização da metalurgia do cobre. Nesta época, quer na faixa sul da Península Ibérica, quer no estuário do Tejo, surgem povoados fortificados com torreões e bastiões, como Liceia, Zambujal ou S. Pedro do Sul. No Norte de Portugal o Calcolítico será mais tardio como se documenta nos povoados de Palheiros (Murça) e Freixo de Numão (Vale do Douro).

43. Entre o atual concelho de Santo Tirso e a orla marítima são conhecidas ocupações nos abrigos de Monte Gentil 1 e 2, entre Vila do Conde e Maia, no Leandro 1, 2 e 3, em Ougreiro e na Subidade, no concelho da Maia (RIBEIRO; MENEZES 2007), e na Praia de Angeiras, em Matosinhos BETTENCOURT 2010, 47).

AF 7(II).	Goiva	Tipo I.1.C,2 (VALCARCE 1984, 7-8)	Anfibolito	Monte Córdova	MMAF, n.º 9
AF 7(III).	Machado poido	Tipo I.1.A,1 (VALCARCE 1984, 7)	Anfibolito	Monte Córdova	MMAF, n.º 10
AF 7(IV).	Cinzel	Tipo I.1.E. (VALCARCE 1984, 8)	Anfibolito	Monte Córdova	MSMS, n.º 560
AF 7(V).	Goiva	Tipo I.1.C,2 (VALCARCE 1984, 7-8)	Arenito	Monte Córdova	MSMS, n.º 678

2. Proto-história

2.1. A Idade do Bronze: enquadramento arqueológico e referências cronológicas

Os parâmetros cronológicos da Idade do Bronze balizam-se genericamente entre o 3º quartel do III milénio a.C. e o séc. VII/VI do I milénio a.C., subdividindo-se em três períodos – Bronze Inicial, Médio e Final. Regista uma significativa diversidade de tipologias de povoamento na qual se verifica uma progressiva utilização de esporões de média altitude, consoante se evolui para o fenómeno de *incastellamento* ocorrido durante o Bronze Final que esteve na génese da cultura castreja.

Bronze Inicial e Médio

A estratégia de povoamento identificada durante a Idade do Bronze no Noroeste Português caracteriza-se pela existência de uma significativa diversidade de *habitats*, distribuindo-se os povoados por colinas integradas em planaltos de baixa altitude e em esporões de média altitude com características de implantação que evidenciam claros propósitos defensivos e de controlo do território. A ocupação concretiza-se desde a fachada atlântica ao interior, garantindo a exploração dos recursos naturais existentes, que alguns autores identificam como causador de uma “profunda e irreversível” degradação da floresta primitiva e do aparecimento de um coberto arbustivo e campos agrícolas resultantes de uma contínua e intensa atividade agro-silvo-pastoril⁴⁴, complementada com atividades de recolha (BETTENCOURT 2010, 53). No atual concelho de Santo Tirso são exíguos os vestígios atribuíveis a esta fase. Apenas o Monte Padrão poderá, eventualmente, registar uma ocupação efetiva enquadrada no Bronze Médio. Os materiais arqueológicos conhecidos relativos a este período resultaram de uma intervenção levada a efeito na face nordeste da plataforma superior na qual se identificou uma fossa detritica onde foram recolhidos cerca de mil e quinhentos fragmentos com – (...) ... *uma certa homogeneidade cultural* (...) –, que a autora da escavação, Manuela Martins, datou do Bronze Final (MARTINS 1985, 217-230).

Contudo, a presença de um significativo número de fragmentos com decoração excisa e tipo boquique (Cogotas I)⁴⁵, cujos paralelos regionais sugerem uma datação balizada entre o final do Bronze Médio e o Bronze Final, permite admitir a possibilidade de a primeira ocupação do povoado datar efetivamente deste período, facto que futuras intervenções com o apoio a métodos de datação absoluta poderão esclarecer. Aos vestígios referidos acresce a ocorrência de um machado plano, datado do Bronze Inicial, identificado como procedente de Monte Córdova (REY 1998, 89, n.º 102).

Monumentos identificados					
N.º EA	Designação	Tipo	Classificação	Localização	Legislação
EA 5.	Monte Padrão	Povoado fortificado	Monumento Nacional	Monte Córdova	Dec. 16/06/1910

Achados fortuitos sem contexto arqueológico conhecido						
N.º AF	Designação	Tipologia	Suporte	Proveniência	Depósito	Referência Bibliográfica
AF 8.	Machado plano	Monteagudo 66	Cobre	?	?	MONTEAGUDO 77, 66.31

44. De forma genérica admite-se que na região se tenha desenvolvido o cultivo de cereais de verão e de inverno (trigo, milho miúdo e cevada), de leguminosas (ervilhas e favas), crucíferas (couves/mostardas), em paralelo com a criação de gado (caprino, ovino, suíno e bovino) (BETTENCOURT 2010, 53).

45. As referências a achados cerâmicos morfológicamente enquadráveis no tipo Cogotas I são relativamente escassas no Noroeste Português. São conhecidos exemplares provenientes do povoado da Bouça do Frade, Baião (JORGE 1988, 70-71, fig. 37, n.º 102), uma taça da necrópole do Tapado da Caldeira, Baião (JORGE 1980, 36-44), um fragmento decorado com incrustação de pasta branca proveniente do Monte da Ínsua, S. João da Ponte, Guimarães (JORGE 1988, 71), um fragmento proveniente do povoado da Sola, Braga (BETTENCOURT 1991-92, 108-109, est. IX, s/n.º) e vários exemplares provenientes do povoado de Lavra, Marco de Canaveses (SANCHES 1988, 129, fig. 3-4). Os materiais provenientes do Monte Padrão encontram-se significativamente representados (MARTINS 1985, est. V, n.º 3-7; MOREIRA 1995, 13, est. I-II, n.º 3-4; 2007, 59-60).

Bronze Final

Os parâmetros cronológicos do Bronze Final situam-se entre 1250 e 750 a.C. (1ª fase 1250 a.C. - 1000/900 a.C. | 2ª fase 1000/900 a.C. - 750 a.C.). Esta etapa caracteriza-se pelo surgimento de uma nova estratégia de povoamento que utiliza esporões com defesas naturais para uma implantação *ex novo* e pela manutenção dos povoados abertos da primeira fase, fenómeno que permite admitir o desenvolvimento de uma estrutura hierárquica do povoamento, na qual os assentamentos com condições de implantação privilegiadas ao nível defensivo e de domínio do território possam ter desempenhado funções específicas na economia e na dinâmica social regional, designadamente no controlo da produção metálica.

Considerando a evolução cultural castreja como um processo de longa duração, iniciado nos finais da Idade do Bronze, segundo os mais recentes dados (SILVA; GOMES 1992; SILVA; MOREIRA 2010), é já possível caracterizar sumariamente o seu *habitat*, correspondente à etapa de formação, que se relaciona com um desenvolvimento excecional da atividade metalúrgica. Na área meridional do Noroeste Português verificou-se, em geral, uma implantação dos povoados em pontos estratégicos situados segundo uma diversidade topográfica, com realce para posições em esporões de altitude média, visando primordialmente o controlo das bacias fluviais, das zonas de aptidão agrícola e a exploração de recursos naturais, nomeadamente mineiros, como o estanho e o ouro, assim como o acesso a vias de penetração e comercialização, revelando um sistema económico de largo espectro, que genericamente se adequa à excelência das condições geográficas, como as que se observam no Monte Padrão, Santo Tirso, em Alvarelos, Trofa⁴⁶ e no Monte Castelo, Matosinhos⁴⁷, povoados fortificados da bacia do rio Leça que registam uma ocupação relativa a este período.

A cultura material da 1ª fase compreende um repertório tipológico relativamente diversificado, composto por pesos de tear, líticos e cerâmicos, vasos troncocónicos, potes, taças lisas e com decoração plástica (mamilos e cordões), muitos deles com incisões ou punccionamentos no bordo. Os objetos líticos relacionam-se com as atividades domésticas, identificando-se, entre outros, mós barquiformes, machados polidos, pesos e lâminas de sílex. A sua abundância, associada à escassez de materiais metálicos, permite admitir que o instrumental de uso quotidiano, necessário às atividades de subsistência, continuou basicamente a ser feito em pedra⁴⁸.

Ainda na primeira fase, no Minho e Douro Litoral, associados a povoados de vocação agro-pastoril, terão surgido necrópoles de sepulturas de inumação individual (em cistas ou abertas no saibro) contendo vasos cerâmicos e outros objetos de natureza ornamental, entre os quais se conta uma forma particularmente conhecida a nível regional, vulgarmente designada por “vasos de largo bordo horizontal” (MARTINS; JORGE 1992, 353-354).

Do ponto de vista da cultura material, a 2ª fase caracteriza-se por um visível incremento da produção e circulação de artefactos metálicos entre os quais se destacam machados de talão e alvado, pontas de lança de alvado, foices de talão e de alvado, facas, cinzeis, fíbulas, capacetes, caldeirões, ganchos e espetos articulados.

Em paralelo aos assentamentos e tipologias de enterramento do período anterior, que parcialmente se

46. O registo arqueológico documentado no Castro de Alvarelos evidencia uma ocupação sequencial desde o Bronze Final a meados do séc. V (MOREIRA 2010). Apesar das inúmeras ocorrências de materiais arqueológicos relativos ao Bronze Final e à Idade do Ferro, sobre a organização estrutural do povoado indígena pouco se sabe, uma vez que, até ao momento, não foram intervencionados estratos arqueológicos relativos à ocupação do Iº milénio a.C.. Contudo, se atendermos ao critério de seleção dos locais de implantação dos povoados registado na bacia média e final do rio Ave constata-se que a importância estratégica do local, nomeadamente o que respeita ao controlo das vias naturais de comunicação, propiciando um domínio visual assinalável sobre a área envolvente, em particular na face oeste, a partir da qual se avista toda a faixa costeira, desde Labruge a Vila do Conde, terá desempenhado um papel determinante para a sua seleção. Neste sentido, é possível que a ocupação se restrinja à acrópole da principal elevação – Monte Grande –, que apesar de possuir uma cota modesta (222 m), apresenta razoáveis condições defensivas, naturalmente reforçada por afloramentos graníticos que se recortam na plataforma superior. Entre o espólio cerâmico recolhido destacam-se dois fragmentos que formam um perfil completo de uma taça carenada de fundo umbilical (MARTINS 1990, 128, forma 5; MOREIRA 2007, 52; 2010, 338), vários fragmentos cerâmicos de produção manual com decoração tipo Baiões e um amplo repertório de instrumentos líticos (MOREIRA 2010, 1003-1009). Referira-se ainda o aparecimento de um machado de talão e dupla aselha recolhido nas suas imediações, no lugar de Palmazão, Vila do Conde, que estará relacionado com esta fase de ocupação do povoado (CRUZ; BRITO 1991, 5-13; ALMEIDA 1995, s/n).

Os achados líticos em pedra polida e sílex são particularmente abundantes, demonstrando, uma vez mais, a perenidade das tradições artesanais anteriores e, simultaneamente, justificando a reduzida expressão de instrumentos metálicos. Entre os materiais líticos polidos destaca-se um conjunto de dez machados polidos e três lâminas de sílex, uma delas retocada, um fragmento de lasca de dorso preparado e um raspador duplo com gume lateral em coche (MOREIRA 2010, 1003-1009, est. CCXXXIV-CCXXXVII).

47. A ocupação do Monte Castelo, ainda mal caracterizado estratigráfica e ergologicamente, identifica-se através de materiais cerâmicos, nomeadamente de um pequeno vaso carenado com asa lateral.

48. Apesar de escassos os vestígios diretos da atividade metalúrgica encontram-se documentados na região, designadamente no povoado da Bouça da Cova da Moura, Maia, num contexto do Bronze Médio (BETTENCOURT; ALVES; RIBEIRO; MENEZES 2008, 71-89; REY; BETTENCOURT 2008; RIBEIRO; ALVES; BETTENCOURT; MENEZES 2010, 89-98).

mantém, assiste-se a um forte incremento de povoados em altura dotados de condições naturais de defesa e claro domínio sobre o território envolvente, denunciando uma progressiva intensificação de instabilidade social resultantes de relações de dominação e hierarquia por parte de certas elites, com base no controlo dos bens de subsistência, assim como das vias de circulação e intercâmbio do metal que terá estado na base do desenho de redes de alianças suprarregionais. A ergologia desta fase caracteriza-se por cerâmicas de produção local ou regional com predomínio de vasos decorados tipo (Baiões/Santa Luzia), taças carenadas de fundo umbilical e cerâmicas brunidas, manifestando claros sinais da influência da cultura mediterrânica.

Além da ocupação documentada no Monte Padrão são vários os achados dispersos identificados na área geográfica do concelho de Santo Tirso que permitem perceber um quadro de povoamento mais denso e complexo. Regista-se um machado de talão e duplo anel proveniente do Chão da Presa, Santo Tirso, um machado de alvado de duplo anel identificado genericamente como proveniente de Santo Tirso e, por último, a necrópole do Corvilho, também localizada em Santo Tirso.

Monumentos identificados					
N.º EA	Designação	Tipo	Classificação	Localização	Legislação
EA 7.	Monte Padrão	Povoado	Monumento Nacional	Monte Córdova	Dec. 16/06/1910
EA 8.	Corvilho	Necrópole	----	Santo Tirso	----

Achados fortuitos sem contexto arqueológico conhecido					
N.º AF	Designação	Tipologia	Suporte	Local de recolha	Depósito
AF 9.	Machado de alvado e dupla aselha	Monteagudo 41	Bronze	Santo Tirso	MNARQ 3276/11039
AF 10.	Machado de talão e dupla aselha	Monteagudo 35	Bronze	Santo Tirso	MMAP n.º 33

2.2. A Idade do Ferro: enquadramento arqueológico e referências cronológicas

Melhor definidas e problematizadas as coordenadas geográficas, os parâmetros cronológicos e as componentes étnicas, técnico-económicas, sociais e culturais do mundo castrejo do Noroeste Peninsular, encontram-se entre os resultados mais recentes um vasto registo de influências alógenas de feição continental e meridional que agiram como elemento dinamizador da cultura indígena e que se manifestaram num quadro de relações de longo curso, atenuando a imagem de isolamento que, a partir de referências clássicas, se foi consolidando na historiografia arqueológica portuguesa, como índice de uma área marginal (SILVA 1986, 2007; MARTINS 1990; SILVA; MOREIRA 2010, 125-315).

A complexidade e a natureza dos dados observados constituem o melhor testemunho de que esta zona geográfica, especialmente na faixa litoral, mais que uma *finisterra*, se configurou como um eixo de comunicação e polo de atração, enquadrado pelos interesses de uma economia à escala europeia, com focos mais ativos irradiantes do Mediterrâneo. Assim, a fachada atlântica da área meridional do Noroeste Peninsular, na qual se integra a área geográfica do concelho de Santo Tirso, terá também constituído um espaço privilegiado de relações exógenas, que agiram como elemento dinamizador da Cultura Castreja, e servido como eixo privilegiado de intercomunicabilidade do litoral com o interior, numa dinâmica de proximidade, conferindo à região, já com estimáveis níveis de densidade populacional, um elevado índice cultural.

A sequência cronológica proposta para a região, decorrente de elementos significativos do registo arqueológico de estações nucleares – Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), Monte Padrão (Santo Tirso), Castro de Alvarelos (Trofa), e Monte Castelo (Matosinhos) –, estrutura-se em três fases que se desenvolveram na 2ª metade do I milénio a. C. até ao advento da romanização, definido pelo reinado de Augusto (SILVA; MOREIRA 2010, 125-315).

I Fase - Corresponde à Iª Idade do Ferro (750 - 500/450 a.C.), com registo de assinaláveis relações meridionais.

II Fase - Período de afirmação da originalidade da cultura castreja, com parâmetros cronológicos definidos entre 500/450 a.C. e cerca de 200 a.C. que se caracteriza, na primeira parte, pela assimilação de estímulos continentais, de teor post-hallstático, de migrações internas peninsulares e de intercâmbios com o Mediterrâneo, nomeadamente, através do comércio púnico, e o seu desenvolvimento posterior, já sob os auspícios das primeiras importações itálicas, que anunciam próximos contactos diretos entre romanos e indígenas, correspondendo à 1ª fase da II Idade do Ferro.

III Fase - Etapa final, que se desenvolve num quadro de forte dinâmica e desenvolvimento civilizacional, tendo como referência histórica a campanha militar de *Decimus Iunius Brutus* (138-136 a.C.), e ter-se-á prolongado até ao reinado de Augusto (29 a.C. / 14 d.C.), com ênfase à reforma administrativa promovida por este imperador, nomeadamente com a construção das capitais de convento, correspondendo à 2ª fase da II Idade do Ferro.

Na área geográfica do concelho de Santo Tirso as Fases I e II apenas se registam no Monte Padrão. Modestamente documentadas na região, as referências arqueológicas conhecidas contextualizam o povoado numa realidade que manifesta uma densidade modesta de povoados com características de implantações muito heterogêneas, correspondendo a um momento de conformação cultural com uma componente fortemente regional.

A Fase I, segundo a sequência crono-estratigráfica das escavações realizadas na acrópole do povoado, onde são manifestos vestígios de ocupação permanente nos níveis imediatamente superiores à ocupação do Bronze Final, momento em que o castro terá conhecido um desenvolvimento assinalável, tornando-se em mais um testemunho da evolução do *habitat* castrejo com forte afirmação de *facies* regionais.

A Fase II identifica-se através da cultura material associada às primeiras estruturas habitacionais pétreas detetadas na face nordeste da plataforma superior, concretamente duas casas circulares (MOREIRA 1991c, 5, corte estratigráfico Este A A', camada 4).

O espólio associado é maioritariamente composto por cerâmica, instrumentos líticos e, numa expressão muito reduzida, por objectos metálicos, exclusivamente de bronze. As cerâmicas caracterizam-se por um forte arcaísmo formal e fabrico rudimentar (MOREIRA 2005a, 255-276). Predominam potes e púcaros de perfil em S, maioritariamente de fabrico manual com cozeduras em ambientes redutores. As pastas, relativamente bem depuradas, apresentam elementos não plásticos bem calibrados compostos essencialmente por grãos de quartzo e, em menor quantidade, por moscovite. Em termos genéricos, o tratamento das superfícies exteriores consiste num acentuado polimento, trazendo à superfície as lâminas de mica que conferem às peças um brilho intenso e um efeito decorativo inovador, contrastando profundamente com o brunido de cor negra, brilhante, característico de algumas peças mais cuidadas do Bronze Final. As decorações, pouco frequentes, são constituídas por motivos incisos, organizadas em bandas, compondo temas geométricos padronizados. O reportório das formas é limitado e pouco especializado, sendo, no entanto de assinalar o aparecimento das panelas de asas interiores, cuja peculiaridade formal as evidencia como uma das formas mais emblemáticas da cerâmica castreja, reconhecendo-se esta fase como de afirmação da sua originalidade, com assimilação de estímulos interiores, de teor celtizante que no caso do Monte Padrão é patente na adoção de motivos decorativos estampados com representação de séries de SS, círculos concêntricos e triângulos. O instrumental lítico, muito abundante, é composto por seixos truncados, pesos e mós de naveta.

Em correspondência à Fase III, no contexto geográfico em que se inserem os castros localizados no concelho de Santo Tirso – Monte Padrão, Monte Córdova; Castro de Santa Margarida, S. Tomé de Negrelos; Castro da Torre, Areias –, identificam-se testemunhos materiais, estratigráficos e arquitetónicos, muitos expressivos em quatro estações nucleares do interflúvio Leça/Ave – Monte Padrão, Citânia de Sanfins, Castro de Alvarelhos⁴⁹ e Monte Castelo⁵⁰. Nesta fase assiste-se ao auge civilizacional da Cultura Castreja patente ao nível da ergologia e

49. Nesta fase o enquadramento arqueológico do Castro de Alvarelhos far-se-á no âmbito dos limites geográficos definidos para o território do qual terá constituído o “lugar central”. A unidade gentilícia que habitava o castro identifica-se a partir da epígrafe dedicada a *Ladronus Antonius* pelos *Madequisenses*, admitindo-se que este tenha assumido a designação de *Castellum Madae*. O seu território seria definido transversalmente pela linha de cumeeira da Serra da Agrela, limitando a leste com o território dos *Fidueneae*, a norte o rio Ave, a sul o rio Leça e a oeste a costa marítima. Esta proposta baseia-se num princípio de estruturação hierárquica do povoamento regional, fundamentada em aspetos de carácter sociocultural, que se expressaram no domínio religioso, designadamente no culto de divindades tutelares próprias, a partir do qual se tem vindo a identificar os territórios dos *castella*, presumindo uma autonomia relativa destes em relação aos *populi*. Os vestígios estratigráficos e estruturais documentam-se a partir de finais do séc. II a.C. desenvolvendo-se até ao reinado de Tibério/Cláudio, momento a partir do qual se registam as primeiras construções romanas integradas numa reforma estrutural planificada, que implicou o sacrifício de parte das construções indígenas, designadamente no espaço que viria a ser o centro cívico do povoado. As construções identificadas correspondem a sete casas e a três estruturas individualizadas de difícil caracterização, cujo estado de conservação, em conjugação com as limitações das áreas intervencionadas, não permite definir a estrutura do povoado indígena, cuja estratigrafia conhecida se limita à última fase.

50. O Monte Castelo, implantado na margem esquerda do rio Leça, sobranceiro à área estuarina, terá beneficiado da sua localização estratégica, para assumir um importante papel na dinâmica do comércio regional, correspondendo nesta fase, como se documenta através de cerâmicas campanienses, datáveis do séc. II, e do acervo anfórico (Mañá C2b/Tipo 7.4.3.2.), a um centro redistribuidor e entreposto comercial em relação aos povoados da sua área de influência, eventualmente com o estatuto de «lugar central», pelo menos de nível intermédio (CLETO; VARELA 2000, 142-143). Alguns autores admitem a possibilidade que o mítico rio *Lethes*, vulgarmente identificado com o rio Lima, e perpetuado na historiografia contemporânea pelo episódio ocorrido com as tropas de Décimo Júnio Bruto, possa

da arquitetura, na qual se desenvolve um fenómeno de reorganização do quadro do povoamento, com destaque para o surgimento de grandes assentamentos cujo *interface* arqueológico corresponde à imagem transmitida pela historiografia contemporânea. O florescimento económico evidenciado, relacionado com a precoce pacificação do noroeste, terá proporcionado uma crescente complexidade social, eventualmente estruturada numa sociedade bélica, cuja evidência arqueológica se traduziu na expressão plástica de estátuas antropomórficas, representativas de chefes guerreiros heroicizados, cumprindo a função de principados centralizados.

Como se depreende da estrutura do povoamento regional e das características estruturais dos principais assentamentos, na sua valorização dever-se-á privilegiar uma raiz endógena, reveladora do crescimento das atividades económicas e de um significativo aumento populacional, resultantes da maturação da estrutura socioeconómica, potencialmente reveladora da existência de uma hierarquia entre os povoados, desenvolvida em contextos culturais relativamente autónomos em que a componente cultural indígena é preponderante, e não decorrente de um processo de inserção na órbita do mundo romano (MARTINS 1990, 115), ou como resposta a uma ameaça militar (MOREIRA 2010, 72-73).

É a este período que se reporta a generalidade dos conhecimentos vulgarizados sobre a Cultura Castreja a partir das escavações de grandes estações arqueológicas, como as citânias de Briteiros (Guimarães), Sanfins (Paços de Ferreira), Terroso (Póvoa de Varzim), S. Julião (Vila Verde), Santa Luzia (Viana do Castelo), Âncora (Caminha/Viana do Castelo), Santa Tecla (La Guardia, Espanha), entre outras. A região terá assistido a profundas alterações de organização espacial, originando o surto de novas aglomerações proto-urbanas com polarização do conjunto das atividades de ordem defensiva, político-administrativa, económica e religiosa em *lugares centrais* de territórios demarcados, cujos limites alguns ensaios de modelização pretendem esclarecer⁵¹ (SILVA 1986; 2007; MARTINS 1990; ALARCÃO 1992).

Este momento, que regista um crescimento sem precedentes, e se materializa numa arquitetura de pedra de grande monumentalidade, reflete uma certa heterogeneidade cultural, não constituindo um processo evolutivo único. Efetivamente, a rápida pacificação da área meridional do Noroeste Peninsular parece ter favorecido um florescimento económico particular desta região, que resultou numa crescente complexidade social, especialmente patente no séc. I a.C., momento a partir do qual se verifica uma significativa abertura a influências exógenas, designadamente provenientes do sul da península, revelando um estágio de desenvolvimento assinalável, que apesar de poder ser considerado como um fenómeno relativamente autónomo, tem lugar num quadro de contactos frequentes com o mediterrâneo, facto que constituirá um elemento facilitador do processo de romanização, que será mais precoce e profundo na área litoral.

Nesta perspectiva, na qual se valoriza uma raiz endógena do processo de evolução civilizacional e *flourit* cultural, amplamente documentado no registo arqueológico, revelador de importantes inovações tecnológicas e diversificação das atividades económicas, refletida de maneira especial na ampliação e remodelação das estruturas defensivas dos povoados, estas justificam-se por razões de prestígio e não por uma efetiva necessidade de defesa (MARTINS; JORGE 1992, 366).

Mantendo-se ocupados alguns sítios estrategicamente privilegiados, vindos dos períodos anteriores, esta fase é também marcada pela fundação de vastas aglomerações, em que a homogeneidade do seu ordenamento e a inexistência de renovações de pisos confirmam o cumprimento, num breve lapso de tempo, de um plano de urbanização, como parece ser o caso da Citânia de Sanfins.

Ainda que detetadas novas fundações castrejas ao longo deste período, de que as mais características serão os chamados «castros agrícolas» (ALMEIDA 1990), visando a exploração dos vales, e algumas outras relacionadas com a exploração mineira, é natural que, simultaneamente, se tivesse assistido a um processo de

corresponder ao rio Leça, justificando-se a imprecisão por desconhecimento do terreno de algum autor antigo que o identificou erradamente como Lima (GUERRA 1996, 159). A esta possibilidade poder-se-á, porventura, associar um testemunho epigráfico encontrado em Braga, onde é registado um indivíduo originário de *Letiobris*, com forma de sufixação assimilável a *-briga* pode enquadrar perfeitamente um grupo de referências onomásticas conhecidas na região, como, por exemplo, *Avobriga* e *Tameobriga*, ambos formados a partir de hidrónimos, que hoje se identificam, respetivamente, com os rios Ave e Tâmega. Nesta conformidade, admite-se a hipótese de se poder evocar a memória de *Letiobris* em relação com o nome do rio, levando-nos ao «Monte Castelo», «o castro do rio do esquecimento», que se encontra implantado na foz do Leça, cujo índice de romanização se encontra amplamente documentado.

51. Armando Coelho, através de uma análise feita a partir da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, segundo princípios de determinação de hierarquias e zonas de influência dos centros urbanos, ao manifestar uma equidistância na ordem dos 25 km de Sanfins (Paços de Ferreira), a Briteiros (Guimarães), ao Castro das Eiras (Vila Nova de Famalicão), a Bagunte (Vila do Conde), a Alvarelos (Trofa), a Vandoma (Paredes), e a Mozinho (Penafiel), correspondente a uma jornada, admite este padrão como um dos princípios de ordenamento regional dos povoados castrejos segundo uma certa estruturação do território, na qual, esses grandes povoados possam ter desempenhado o papel de *lugares centrais*, em posição de metrópoles de territórios demarcados, adstritos a grupos étnicos, como os dos *Madequenses* (Alvarelos), dos *Calaicos* (Porto/Vandoma) e dos *Danaicos*?/Anaicos (Mozinho), pertencentes à zona meridional dos Brácaros.

substituição de pequenas unidades independentes, estabelecidas em pequenos castros (como parece ter sucedido com o Castro de Santa Margarida, S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso), por agrupamentos com configurações mais expressivas, em que uma forte concentração demográfica terá implicado novas formas de organização patente num novo ordenamento espacial onde os alinhamentos quase ortogonais das suas ruas enquadraram, como unidades modulares, vários núcleos autónomos de algumas habitações.

Uma leitura da organização urbana da Citânia de Sanfins fornece-nos, neste aspeto, um modelo paradigmático do povoamento deste período. Ocupando uma superfície intramuros, de mais de 15 h, destacando-se das unidades de arquitetura doméstica, atendendo sobretudo ao seu dimensionamento e implantação no povoado, alguns edifícios de clara função pública, eventualmente de carácter religioso, político ou simplesmente utilitário, de que sobressaem, pelo seu aparato e técnica construtiva, os edifícios destinados a banhos «tipo sauna», interpretáveis como lugares de iniciação, de que se conhecem diversos exemplares por todo o noroeste, desde o Norte da Galiza e Astúrias à margem esquerda do rio Douro, designadamente Santa Maria de Galegos em Barcelos, Briteiros em Guimarães e Eiras em Famalicão, no distrito de Braga, e Sanfins em Paços de Ferreira, Freixo no Marco de Canaveses e, mais recentemente, Monte Padrão, no distrito do Porto (SILVA; MOREIRA 2010, 94-95; MOREIRA 2013, 101-127).

Esta fase proto-urbana de grandes povoados, evidentemente dirigidos por um poder central, patente no seu ordenamento geral, nas suas estruturas defensivas e de serviços públicos, conheceu importantes inovações tecnológicas, de que sobressai a generalização dos moinhos giratórios, certamente coincidentes com a da roda do oleiro, com expressão generalizada nos povoados desta fase, denunciando uma forte organização do sistema de produção, e a vulgarização da metalurgia do ferro, que se tornou sistemática no fabrico de armas, instrumentos de construção, alfaia agrícola e ferramentas artesanais, direta ou indiretamente documentadas no espólio.

Da combinação destes fatores organizativos e técnicos terão surgido as primeiras formas epigraficamente documentadas de associação profissional, constituídas por grupos de artífices, como os que se dedicavam à estatuária e com certeza a obras públicas, de maior cuidado, como os balneários e a construção de sistemas defensivos.

Enquadrados na Fase III conhecem-se no atual concelho de Santo Tirso três povoados – Monte Padrão, Monte Córdova, Castro de Santa Margarida, S. Tomé de Negrelos, Castro da Torre, Areias –, tendo apenas o primeiro sido alvo de intervenções arqueológicas sistemáticas.

O Monte Padrão, ainda que não tenha assumido um estatuto de capitalidade, a menos que de nível intermédio, também regista nesta fase o seu apogeu enquanto povoado castrejo, ao qual correspondem a maior parte das estruturas habitacionais identificadas na acrópole, assim como os dispositivos defensivos, que foram alvo de significativos trabalhos de restauro e ampliação neste período. A cultura material documentada corresponde ao seu auge tecnológico cujo desenvolvimento ocorre já na esfera do mundo romano evidenciando um grande desenvolvimento económico e cultural. A cerâmica, limitada na fase anterior a recipientes de perfil em S, modestamente decorados com motivos incisos, amplia o seu repertório registando uma maior adequação funcional, assim como significativos progressos técnicos no processo de fabrico. Generaliza-se a utilização do torno, as pastas são agora mais depuradas e melhor calibradas e os acabamentos mais elaborados. Surgem, pela primeira vez, tons claros resultantes de cozeduras oxidantes, de cor bege, rosa e amarelo. As inovações técnicas enriqueceram o repertório de formas registando-se o aparecimento de talhas, painéis de «asa de orelha», almofarizes, lucernas, etc. As decorações, agora mais abundantes, conjugam várias técnicas, sendo mais frequentes os motivos impressos e as aplicações plásticas. O instrumental lítico utilitário reduz-se, registando-se a generalização da utilização da mó circular. Os metais conheceram nesta fase uma ampla difusão e registaram importantes melhorias no seu processo de fabrico, encontrando-se amplamente documentadas.

O enquadramento do povoado far-se-á no âmbito dos limites geográficos definidos como «território» da Citânia de Sanfins, designadamente no espaço que se desenvolve desde a face oriental do planalto da Serra de Monte Córdova à Serra da Agrela⁵², integrando um vasto território definido a oeste pela Serra da Agrela, a norte pelo rio Ave e o rio Leça a sul, adstrito à unidade gentílica dos *Fidueneae*.

Esta proposta baseia-se na presunção da existência de uma hierarquia regional do povoamento expressa no domínio religioso, designadamente através do culto de divindades tutelares próprias, unicamente documentadas nesta área, fenómeno a partir do qual se tem vindo a identificar os territórios dos *castella*, admitindo uma autonomia relativa destes em relação aos *populi*. Referimo-nos concretamente às epígrafes dedicadas a *Turiaco*

52. Este limite, definido transversalmente pela linha de cumeeira da Serra da Agrela, confronta com a face oriental do «território» dos *Madequisenses*, cuja capitalidade seria desempenhada pelo Castro de Alvarelhos (*Castellum Madae*).

provenientes de Lamoso⁵³ (Paços de Ferreira) e Santo Tirso⁵⁴ (MOREIRA 1992, 20-21 fot. 4; 2005, 33; 2007, 22, 28, fot. n.º 1; 2010, 311-313, est. XXVII, 7), cuja natureza da divindade tem vindo a ser interpretada como relacionada com as atividades produtivas, a prosperidade e a fecundidade, formando, com *Iupiter* e *Cosunea*, uma tríade de divindades superiores, identificadas com a soberania, a força e a fecundidade, à maneira indo-europeia (SILVA 1999, 64-65).

O Castro de Santa Margarida corresponde a um pequeno povoado de média altura, implantado sobre um esporão rochoso da face nordeste da Serra de Monte Córdova, cujas características topográficas apenas permitem a ocupação da acrópole e parte da vertente nordeste, sendo estruturado a partir de um sistema defensivo simplificado, reduzido a uma linha de muralhas. A inexistência de materiais de influência romana, a par do arcaísmo formal das cerâmicas detetadas, permite admitir que a sua ocupação tenha ocorrido num lapso de tempo reduzido, cujo abandono terá tido lugar num momento prévio ao processo de romanização.

O seu contexto arqueológico corresponde ao ambiente cultural balizado pela Fase II, cujos parâmetros cronológicos tem vindo a ser definidos como a 1ª Fase da II Idade do Ferro, na qual têm lugar profundas alterações na organização do território, tendo o seu abandono eventualmente resultado da emergência de algumas unidades de povoamento de grandes dimensões, vulgarmente designados por *lugares centrais*. Assim, no seguimento dos modelos propostos, o Castro de Santa Margarida, à semelhança do Monte Padrão, estaria integrado no “território” vinculado à unidade gentilícia dos *Fiduenae*, cujo *oppidum* se localizaria na Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.

O Castro da Torre, por sua vez, implantado num pequeno outeiro sobranceiro ao rio Ave, identifica-se sobre a designação de “castro agrícola”. Estrutura-se segundo os modelos indígenas mas a sua implantação e as características topográficas da elevação onde se encontra instalado revelam especificidades que o diferenciam dos assentamentos convencionais, decorrente da sua localização em zona de vale, próximo de terrenos de elevada aptidão agrícola⁵⁵, e pela existência de uma única plataforma de ocupação estruturada segundo um sistema defensivo simplificado composto por apenas uma muralha.

Estes povoados, instalados num momento avançado da Fase III, num quadro de significativo desenvolvimento económico, tecnológico, demográfico e cultural, em que a romanização começava a manifestar a sua influência na área meridional do Noroeste Peninsular⁵⁶, ter-se-ão mantido em funcionamento no decurso do séc. I-II e muitos deles conheceram uma reocupação tardia.

Monumentos identificados					
N.º EA	Designação	Tipo	Classificação	Localização	Legislação
EA 6.	Castro da Torre	Povoado fortificado	---	Areias	Dr. 2ª Série, nº12, 18.01.2011
EA 7.	Monte Padrão	Povoado fortificado	MN	Monte Córdova	Dec. 16/06/1910
EA9.	Santa Margarida	Povoado fortificado	IIP	S. T. Negrelos	Dec. 29/90,17.07.1990

3. O domínio romano: enquadramento arqueológico e referências cronológicas

A conquista e a definitiva ocupação do Noroeste Peninsular, na sequência das guerras cántabras (29 a.C.-

53. Ara recolhida na igreja paroquial de Lamoso, Paços de Ferreira (SILVA 2007, 444, n.º 735); C[osi?]go T/vriaco / Fid(uenearum) Ate/nniens/es / l(ibenter) a(nimo) p(osuerunt) / h(oc) m(onumentum) / ae(re) l(ecto)?.

54. L(ucius) · Valerivs · Silvanvs / Miles · Leg(ionis) VI (Sextae) · Vict(ricis) / Tvriaco / V(otum) · S(olvit) · L(ibens) · M(erito). A estrutura da epígrafe e o contexto histórico-arqueológico da VI legião permitem, com segurança, datar a lápide no período Júlio – Cláudio (TRANOY 1981, 278). A legião VI Victrix, integrada no dispositivo militar das campanhas contra Cântabros, Astures e Vacceos, desenvolvidas por Augusto com o objetivo da conquista definitiva da Península, parece ter integrado, numa primeira fase, o sector ocidental juntamente com a legião X Gemina, cuja presença por volta de 26/25 a.C. se identifica no espaço compreendido entre as localidades de Benavente – Astorga – León (VAQUERO 1999,145). Testemunhos arqueológicos e epigráficos documentam a sua presença no mesmo período em *Lucus Augusti*, a deduzir, designadamente, pela presença de uma inscrição, onde se pode ler L VI (COLMENERO 1995, 16; 1996, 130). A partir do ano 19 a.C., momento em se dá por pacificado todo o território, e se verifica a reorganização dos dispositivos militares, a legião VI Victrix instala-se em León até ao ano 69/70 d.C., data em que abandona definitivamente a Hispânia (VAQUERO 1999, 150). A referência onomástica indica a origem hispânica do dedicante, provavelmente da face leste da Península (LE ROUX 1982, 183, nota 27; ALFOLDY 1975, nº 353-354, 195).

55. Na classificação desenvolvida por Manuela Martins no âmbito do estudo do povoamento proto-histórico e da romanização da bacia do curso médio do Cávado corresponde ao Tipo C (MARTINS 1990, 209).

56. Segundo a opinião de alguns autores este fenómeno terá resultado de uma política emanada da administração romana, que fomentou a deslocação das populações e a sua disseminação pelo *ager*, de forma a organizar e dinamizar a economia num quadro de incremento da atividade agrícola (ALMEIDA 2003, 166), argumentação que nos parece contraditória, na medida em muitos dos povoados intervencionados, nomeadamente na bacia do Cávado, evidenciam cronologias integradas na Fase III, encontrando-se a sua génese num fenómeno de natureza endógena resultante de um avançado estágio de desenvolvimento socioeconómico que caracterizou a fase final da cultura castreja.

19 a.C.), constituíram o ponto de partida de uma profunda transformação política, económica e social que deu início ao fenómeno que a historiografia consagrou como “romanização”. Este processo resultou da convergência de resistências e assimilações onde permaneceram vivos elementos do substrato nativo, cuja identidade se manifestou num quadro de referência cultural de fusão, associando a cultura latina a referências indígenas que se mantiveram ao longo do devenir histórico.

A reorganização administrativa operada na região, de acordo com a estratégia romana, estruturada em centros urbanos servidos por uma eficaz rede viária e alicerçada numa política de desenvolvimento económico a partir da exploração dos recursos naturais, resultou em importantes alterações na estrutura do povoamento, designadamente na instalação de unidades imprescindíveis ao aproveitamento eficiente dos recursos do território, em especial através da mineração, da prática da agricultura, da exploração dos recursos do mar e do incremento da atividade comercial.

A sequência cronológica proposta, decorrente de elementos significativos do registo arqueológico dos principais assentamentos da região, especialmente do “aglomerado urbano secundário”⁵⁷ de Alvarelos (*Castellum Madae*) e do “aglomerado urbano secundário” do Monte Padrão, permite definir uma periodização geral estruturada em quatro fases que documentam as principais transformações socioeconómicas, jurídico-políticas e culturais ocorridas durante o período de domínio romano (MOREIRA 2010, 87-88).

Iª Fase - Corresponde ao momento em que tem início a reforma administrativa promovida pelo imperador Augusto, designadamente a partir da criação dos conventos jurídicos do noroeste, da construção das respetivas capitais e principais infraestruturas viárias, desenvolvendo-se até ao início da dinastia dos Flávios. Caracteriza-se por um forte dinamismo e desenvolvimento económico, no qual, progressivamente, se implanta o sistema monetário. Este processo de reordenamento do povoamento da área meridional do convento bracaraugustano, agora sujeito a outras exigências, resultou em assinaláveis alterações na estrutura do povoamento indígena, designadamente na transformação de importantes assentamentos castrejos da região em aglomerados urbanos secundários, designadamente o Morro da Sé (Porto), o Monte Castelo (Matosinhos), o Castro de Alvarelos (Trofa) e o Monte Padrão (Santo Tirso).

A nova realidade económica e cultural transformou os hábitos da sociedade indígena, ampliando as necessidades de consumo e uniformizando práticas e comportamentos. A grande panóplia de materiais importados de uso quotidiano – cerâmicas, vidros, objetos metálicos, ânforas, sigillatas gálicas, sudgálicas e hispânicas –, até aqui relativamente escassos, generaliza-se, dando origem a produções locais e regionais inovadoras que permitiam suprir a ampla procura dos novos produtos provenientes das mais remotas regiões do império. A rotina do quotidiano alterou-se transformando os hábitos alimentares, de higiene e o vestuário, comportamentos que, em última análise, refletem a progressiva aculturação da população, em grande medida resultante da integração e promoção social das comunidades indígenas no esquema organizativo romano, nomeadamente no exército e na atividade mineira⁵⁸. Entre os materiais arqueológicos mais significativos desta nova realidade socioeconómica destacam-se as ânforas, cuja presença revela o gosto pelo consumo do vinho e de preparados de peixe.

A religião adaptou os ritos e “romanizou” os deuses indígenas. As produções locais e regionais de cerâmica comum conheceram neste período uma profunda alteração, quer ao nível da tecnologia de fabrico, quer ao

57. No âmbito da classificação das novas formas de povoamento encontramos, recorrentemente, a designação de *vicus* atribuído a assentamentos romanos de dimensão média que, hierarquicamente, corresponderam ao «escalão inferior das cidades», cujas características estruturais e posicionamento no quadro do povoamento se encontram ainda relativamente mal conhecidas. Se em relação à sua função no âmbito da administração romana, identificada como sendo eminentemente de carácter económico e religioso (LE ROUX 1993, 151-160) parece não haver dúvidas, já o mesmo não acontece no que respeita à sua identificação, definição e caracterização estrutural, certamente decorrente de um deficiente conhecimento arqueológico.

Resumidamente, os *vici* são um tipo de assentamento que revela um universo bastante diversificado, traduzindo diferentes realidades económicas, de natureza não planeada, sem muralhas, correspondendo a uma formação espontânea e sem estatuto municipal (MARTINS 1995, 91). Perez Losada definiu os *vici* da seguinte forma - (...) *En resume, os vici poderían ser definidos ... como unha forma de habitat agrupada certamente relevante e minimamente “urbana”, dependentes da cidade capital però dotados dun certo grado de autonomia local. As especificidades que os individualizan dentro de um amplo conxunto dos núcleos agrupados secundários semellan ser esencialmente de índole social...: unha organización administrativa propia (magistri, etc.), unha poboación maioritariamente peregrina e, sobre todo, unha xénese endóxena de raíz indíxena, típica e especialmente expandida nas provincias célticas occidentais (...)* (LOSADA 2002, 34).

58. De acordo com Santos Yanguas, o processo de integração das populações indígenas no marco político-administrativo provincial e conventual foi propiciado através da integração de indígenas em corpos auxiliares do exército e através da participação nos diferentes sistemas de exploração mineira de ouro, permitindo controlar os coletivos indígenas uma vez desativada a resistência militar (YANGUAS 1997, 109). Este processo terá tido início após a submissão militar de Cantabros, Astures e Vacceos, e claramente incrementado com a concessão do *ius latii* com Vespasiano (SALAÑER 1998-1999, 235).

nível do reportório de formas que agora revela um elevado grau de especialização, perceptível pela adequação formal dos recipientes às atividades a que eram destinados. À padronização da produção juntam-se progressos tecnológicos importantes, como sejam a calibração das pastas e o melhor controlo das cozeduras, aspetos que se repercutem na qualidade final dos objetos. O esmero e nível tecnológico patente nas produções cerâmicas encontram paralelo nas técnicas de construção na arquitetura, sobretudo nos edifícios públicos, cujas obras evidenciam uma criteriosa seleção dos materiais, assim como um apurado método construtivo que incorpora soluções de engenharia que passam a integrar decorações variadas e significativos dispositivos de conforto (MOREIRA 2010, 344).

IIª Fase - Desenvolve-se a partir do reinado de Vespasiano, em concreto, após a atribuição do *ius latii* à Península, em 73-74, acontecimento que, de forma consensual, tem vindo a ser considerado como o momento a partir do qual se acelera e generaliza o processo de romanização da *Gallaecia*, com significativas repercussões ao nível da organização administrativa, territorial e militar.

A atribuição do direito latino configurou-se, entre muitos outros aspetos, como fator mobilizador da transformação da vida das comunidades indígenas, nomeadamente no abandono do modelo tradicional de povoamento e no desaparecimento das formas ancestrais de organização social e política. A partir desse momento o estímulo à adoção do modelo romano, proporcionado pela promoção jurídica, manifestar-se-á em pleno, na medida em que resultou na difusão da cidade e da respetiva adaptação das elites indígenas dominantes ao carácter das oligarquias que as governavam, constituindo-se em corpos políticos que, graças às magistraturas que passaram a exercer, adquiriram a cidadania romana, beneficiando diretamente a população do facto de deixarem de serem considerados estrangeiros. Dessa forma, concretiza-se a rutura definitiva com o paradigma político e social indígena, uma vez que no plano institucional implicou a substituição do arquétipo do modelo de povoamento, representado pelos *castella* – expressão fragmentada de uma soberania superior do *populus* ou *civitas* –, pelos novos modelos romanos, cuja expressão física é a cidade. Este processo resultou no desaparecimento do papel dos castros na estrutura e organização política, social e cultural do mundo indígena e marcou definitivamente a conversão do noroeste no mundo provincial romanizado.

A cultura material identificada nos assentamentos da região evidencia um significativo desenvolvimento, alicerçado numa economia mista baseada na agricultura, comércio e indústria, com clara preponderância da primeira, bem documentada por um amplo conjunto de alfaías agrícolas, assim como de instrumentos associados à prática da ganadaria. O comércio parece também ter desempenhado um papel fundamental na dinamização da economia. A existência de mercados periódicos terá permitido o desenvolvimento de uma forte atividade comercial regional, funcionando como centros redistribuidores de produtos manufaturados localmente e, eventualmente, de artigos de importação de âmbito interprovincial.

Pela análise do material de proveniência forânea pode constatar-se que o período de maior incremento das importações interprovinciais coincidiu com as dinastias Flávia e Antonina⁵⁹, notando-se uma clara retração no período compreendido entre o segundo e terceiro quartel do séc. III, momento de crise das instituições e de instabilidade⁶⁰ regional que, entre outros aspetos, parece ter resultado num certo isolamento comercial da *Gallaecia*, reforçado pela sua vocação de centro mineiro (MACIEL 1996, 28).

Do ponto de vista do comércio, a área meridional do Noroeste Peninsular encontrava-se perfeitamente integrada na dinâmica económica do convento registando-se uma presença significativa de produções de âmbito regional, como por exemplo, as cerâmicas “tipo bracarense”, ou mesmo as lucernas e os vidros provenientes das oficinas de Braga. Em termos genéricos, assiste-se a uma produção cerâmica morfológicamente muito uniforme e padronizada, de boa qualidade. As formas revelam uma significativa variedade de modelos de função específica, assistindo-se à generalização de morfotipos que se inspiraram em protótipos de produções de luxo de proveniência forânea, como sejam as sigillatas, os almofarizes ou os contentores metálicos.

IIIª Fase - O final do séc. III marca o início de uma nova fase no domínio romano do Noroeste Peninsular que se estenderá ao longo do séc. IV e início do séc. V (409/411), caracterizada por um assinalável ressurgimento económico. Corresponde ao período em que a *Gallaecia* foi constituída como província, em 284-288, com capital

59. A dinâmica comercial de natureza interprovincial registada na região é, em certa medida, um reflexo do panorama constatado em Braga, cidade que terá beneficiado de uma economia de escala, relativamente bem servido de meios de comunicação que, à semelhança das outras capitais conventuais do noroeste, terá funcionado como centro redistribuidor de larga escala (MORAIS 2005, 392).

60. A instabilidade sentida no séc. III é valorizada por vários autores devido à existência de inúmeros tesouro monetários que, em certa medida, testemunham os ecos da invasão bárbara de 275/276 (MACIEL 1996, 29).

em *Bracara Augusta*, integrando os três conventos jurídicos do noroeste (lucence, bracarense e astur) e parte do de Clúnia, readquirindo, a partir desse momento, uma importância política e económica muito relevante, entretanto perdida com a quebra da exploração aurífera. Esta medida, enquadrada na reforma administrativa de Diocleciano, foi acompanhada por outras de menor expressão, nomeadamente de natureza fiscal, cujo efeito foi significativo, tendo implicado a reelaboração dos cadastros e uma nova fórmula de tributação da terra, concretizada agora em função da aptidão agrícola da terra, dos bens produzidos e sobre as pessoas (*iugatio-capitatio*). Acompanhou a reforma administrativa uma ação de arranjo das vias que alguns autores associam à retoma da exploração aurífera, patente na profícua quantidade de *milliara* datados deste período que nos dão conta dos trabalhos de conservação das vias e do seu intenso uso, que foi coincidente com a renovação urbana e edificação de novas unidades rurais de tipo *villa*.

É também no decurso do séc. IV que se assiste à progressiva instalação da “igreja” e ao aumento de comunidades cristãs que terá implicado a organização do território a partir de sedes episcopais e respetivas circunscrições diocesanas que, paulatinamente se vão configurando. O florescimento económico que atravessa todo o séc. IV, em boa medida não sofreu alterações nas primeiras décadas do séc. V, permitindo que o mais alto estrato social mantivesse o seu *status* socioeconómico e dessa forma desenvolvesse um conjunto de atividades que sustentaram um incremento cultural importante, propiciando a emergência de um grupo de personalidades de grande relevo no contexto político, cultural e religioso, que marcaram a realidade sociológica da província no final do séc. IV e princípio do séc. V.

A cultural material identificada neste período regista uma assinalável dinâmica comercial interprovincial, na qual se regista uma presença muito significativa de cerâmicas de proveniência tunisina, eventualmente integrada em correntes de relações comerciais privilegiadas com o Norte de África, uma das mais importantes províncias cristãs do baixo-império. Ainda no âmbito do comércio de longo curso merece destaque a presença de contentores anfóricos de preparado piscícola provenientes da Lusitânia, nomeadamente as forma Almagro 51 a-b, e Almagro 51 c (Classe 23). As sigillatas hispânicas tardias registam também uma presença assinalável, documentando que os canais comerciais com o interior norte se mantinham operacionais e em funcionamento.

Apesar do comércio interprovincial evidenciar alguma normalidade, a procura, certamente superior à oferta, deu origem a um conjunto de produções cerâmicas de âmbito regional morfologicamente inspiradas nas produções africanas e hispânicas, cuja representatividade e área de dispersão progressivamente se vai conhecendo melhor. A testemunhar este momento de forte desenvolvimento económico encontra-se uma significativa movimentação monetária, muito bem documentada em numerosos tesouros e patente na predominância de emissões do séc. IV, em consequência da instabilidade provocada pelas invasões e guerras civis subsequentes.

A produção metalúrgica assume nesta fase uma assinalável expressão, seja na quinquilharia doméstica, seja em objetos de maior requinte como as lucernas ou adereços de vestuário e de ourivesaria, merecendo particular destaque os vestígios de produção de objetos de bronze identificados na região.

A produção vidreira concorre também para documentar o já referido dinamismo económico, apesar de se reportar exclusivamente a uma lavra de qualidade inferior que, genericamente se caracteriza por uma simplificação das formas e um reportório relativamente limitado. Predominam formas abertas, essencialmente copos e taças campaniformes e, em menor número, garrafas cilíndricas, geralmente de vidro de baixa qualidade, de coloração verde-musgo, castanho e amarelo-melado, que revelam uma tendência estética generalizada, à semelhança do que se aprecia nas produções cerâmicas. A relativa exclusividade dos produtos alto-imperiais, associados ao luxo das Fases I / II, dá lugar a uma banalização de baixa qualidade, cujas características permitem identificar os recipientes de vidro de maior circulação como de pouco valor económico.

Por último, merece também uma referência a identificação de um número significativo de contentores de armazenagem de grandes dimensões cuja padronização formal, constituição das pastas e técnicas de fabrico indicia a existência de uma produção regional de largo espectro.

IVª Fase - Enquadra-se a partir do início da segunda década da centúria de quatrocentos, com a fixação de Vândalos e Suevos na Galécia, prolongando-se até meados do séc. V, concretamente até ao período balizado entre 455/459, momento que corresponde à avassaladora guerra civil que antecedeu a queda do reino suevo, em 585. Esta fase, que abarca a primeira metade do séc. V, caracteriza-se pelo estado de guerra civil e profunda insegurança, bem documentado no registo arqueológico, nomeadamente pelo fenómeno de entesouramento.

Apesar de consensualmente se considerar que numa primeira fase a instalação dos povos germânicos no Noroeste Peninsular não tenha resultado numa rutura brusca com as especificidades culturais da sociedade galaico-romana, a profunda alteração política, decorrente da criação de reinos gerou uma forte instabilidade

política e militar que resultou na queda do reino suevo na sequência da guerra civil (455-459), que afetou particularmente o convento bracaraugustano. Entre os episódios mais marcantes conta-se o ataque a *Bracara Augusta*, em 455, promovido por Theudoricus II, que culminou com a captura e a execução de Rechiarius (456) em *Portucale*, na sequência de ataques contínuos por parte dos visigodos a toda a região costeira do convento bracarense. Os episódios militares prolongar-se-iam até 459, ano em que Maldras ataca *Portucale*, tendo vindo a ser eleito rei pelas estirpes suevas agrupadas à volta do Porto, verificando-se a partir desse momento o emergir de um certo protagonismo portugalense que se irá impor ao longo da Alta Idade Média até à formação de Portugal.

Do ponto de vista económico, apesar do contexto político e militar, assiste-se à manutenção do dinamismo da fase anterior, registando-se a permanência de vínculos comerciais com o mediterrâneo oriental, como documentam algumas ocorrências de sigillatas africanas, foceanas e cipriotas tardias, assim como de âmbito continental assinalados através da presença de sigillatas paleocristãs e de alguns contentores anfóricos provenientes da Bética, como, por exemplo, as formas tipo Almagro 50/Keay XVI, a Oriental Tardia e a Africana/Tunisina.

O reportório ceramológico associado a esta fase constitui um natural prolongamento da Fase IV, quer ao nível das produções locais e regionais, quer ao nível da presença de materiais importados, registando-se um significativo incremento das produções de âmbito regional características deste período, como é o caso das cinzentas finas tardias.

As cerâmicas comuns acentuam as características desenvolvidas na Fase IV, nomeadamente na utilização de pastas relativamente pouco depuradas. Ao nível dos acabamentos regista-se também um decréscimo geral de qualidade sendo a solução de acabamento mais frequente o simples alisamento acompanhado por uma aguada pouco espessa. As decorações simplificam-se passando maioritariamente a ser constituídas por aplicação de cordões ao nível da transição do colo para o bordo, simplesmente digitados, compondo motivos de repetição simples. O reportório tipológico diminui progressivamente observando-se um menor requinte formal, assim como uma decrescente especificidade funcional. Predominam formas abertas de pequena dimensão (pratos, panelas, potes, tigelas e taças). Os contentores de armazenamento de média e grande dimensão diminuem de expressão quantitativa. As cerâmicas de mesa são agora constituídas por produções de imitações designadas por cerâmica de engobe vermelho não vitrificável, cerâmicas cinzentas finas tardias, sigillatas hispânicas tardias e, em menor número, por sigillatas africanas.

A produção de vidro, maioritariamente de baixa qualidade, revela um reportório reduzido, com clara predominância de tigelas, copos e taças, produzidas em vidro de cor verde-musgo que, em certa medida, explica a reduzida quantidade de formas destinadas a beber produzidas em cerâmica comum.

As produções metálicas não registam alterações significativas sendo apenas de realçar a ocorrência de novos motivos decorativos compostos por círculos, pontilhado e representações faciais de traços grosseiros que se irão generalizar ao longo do séc. V.

O reordenamento do povoamento operado na área meridional do convento bracaraugustano, onde se inscreve o concelho de Santo Tirso, foi condicionado por um conjunto de fatores relacionados com o novo modelo económico, designadamente a disponibilidade de recursos naturais, a estrutura viária e a proximidade de mercados.

Entre as principais atividades económicas desenvolvidas, visando componentes diversas da exploração da terra, do rio e do mar, assumiu particular relevância a dos recursos do subsolo, nomeadamente dos extensos depósitos auríferos da região da Serra de Valongo (MOREIRA; SILVA 2010, 125-126).

O escoamento do minério, os diversos núcleos populacionais e a situação de charneira entre o litoral e o interior terão determinado uma estruturação do território delineada em torno de uma rede viária de inter-relação regional, que constituiu a efetiva vertebralização da região e o suporte do novo modelo de povoamento.

Neste enquadramento, acompanhando o desenvolvimento da capital de convento – *Bracara Augusta* –, ter-se-á assistido à multiplicação de núcleos de povoamento pelo seu território, reconvertendo algumas estações castrejas e, sob a influência do modelo romano, disseminando pelas terras baixas novos centros, que as fontes clássicas e epigráficas designam com os nomes de *villa*, *vicus* e *pagus*, articulados por uma rede viária de certa complexidade.

Os recursos naturais identificados na região relacionam-se maioritariamente com a prática da agricultura, e a exploração dos recursos marítimos, possibilitando uma complementaridade das atividades económicas.

As condições do meio parecem ter constituído um suporte suficientemente amplo e diversificado para permitir o desenvolvimento de uma atividade primária que terá sido excedentária e que esteve na base do incre-

mento de produções artesanais que constituiriam o suporte económico da região, numa dinâmica direcionada para o abastecimento das populações citadinas.

À medida que a economia comercial se intensificou as “cidades e os aglomerados urbanos secundários” afirmaram-se como locais privilegiados de mercado, atenuando a relação de antagonismo entre o espaço rural e o espaço urbano que, por natureza, se define por oposição, em que no primeiro domina a agricultura e no segundo a função administrativa e comercial. Em termos genéricos, os locais de implantação das explorações agrícolas dependeram da convergência de um conjunto de fatores que, por ordem de importância, se poderiam hierarquizar da seguinte forma; a) Aptidão agrícola da terra ou existência de outros recursos de elevada rentabilidade; b) Características topográficas favoráveis; c) Proximidade à rede viária; d) Inserção na dinâmica económica regional. A densidade de *aglomerados urbanos secundários* na região (Porto, Alvarelos, Monte Castelo e Monte Padrão), que paulatinamente tem vindo a ser melhor conhecida e valorizada na investigação, sugere uma matriz de povoamento claramente romana que foi consolidada com a transformação de alguns castros, iniciada na primeira metade do séc. I e consolidada em época Flávia, correspondendo a uma transformação do substrato cultural na qual se torna evidente uma profunda e progressiva aculturação. Este processo, como tem sido evidenciado por outros investigadores, foi conduzido através das elites indígenas que constituíram o alicerce fundamental da exploração e controle dos recursos, favorecendo a rápida assimilação do modo de vida romano.

O dinamismo económico perceptível no registo arqueológico torna evidente o papel central dos “aglomerados urbanos secundários” na sua área de influência direta, sendo patente um significativo conjunto de funções polarizadoras exercidas por estes núcleos, das quais se destacam a económica e a cultural.

A primeira terá constituído a componente de maior relevo, especialmente no campo produtivo e comercial, onde, certamente se terá revelado como um elemento aglutinador do povoamento disperso, desempenhando uma função dinamizadora da economia local, operando simultaneamente como centro de redistribuição de produtos forâneos e de difusão do artesanato local. Por exemplo, a estrutura identificada como *Praça* no “aglomerado urbano secundário” de Alvarelos – *Castellum Madae* –, claramente vinculada à função de mercado, estaria de acordo com a dinâmica económica que entendemos ver expressa na realidade estrutural do povoado e, desse modo, a importância que terá assumido na região, designadamente no intercâmbio de excedentes, refletindo a forte implantação de uma “economia de mercado”, assim como a integração económica dos habitantes dispersos pela paisagem rural (MOREIRA 2010, 99-102).

A componente cultural desempenhada pelos *aglomerados urbanos secundários* terá também sido particularmente relevante, na medida em que constituiu um elemento facilitador do processo de aculturação, designadamente na difusão do modo de vida romano. A existência de locais onde confluíam pessoas e bens de diferentes origens, atraídas pelos mercados, festas religiosas e divertimentos, terá facilitado a convivência intercultural, homogeneizando um conjunto de ritos e de comportamentos conducentes à unificação cultural. Em certa medida, o propósito da implantação de uma vida coletiva organizada e centrada na autoridade administrativa, socialmente normalizada, é refletido nas características arquitetónicas dos edifícios e na cultura material associada.

Em síntese, o papel desempenhado pelos “aglomerados urbanos secundários” na área meridional do convento bracaraugustano parece ter sido fundamental enquanto elemento estruturante da paisagem no domínio económico e cultural, estabelecendo a ponte entre a cidade e o meio rural, uma vez que, por natureza, viviam para fora da sua realidade, oferecendo serviços à população rural, aos viajantes e funcionários administrativos, operando simultaneamente como centros de desenvolvimento do mundo rural, áreas de prestação de serviços e, em menor escala, como centros de consumo.

O processo de romanização do território do atual concelho de Santo Tirso encontra-se profundamente ligado à infastruturação do território. Após a implementação da nova rede administrativa criada por Augusto, estruturada a partir da capital de convento – *Bracara Augusta* – teve início o efetivo processo de romanização do território (MOREIRA 2013, 91). A construção de uma rede viária que permitisse a ligação rápida e segura entre os diferentes centros administrativos constituiu o principal elemento modelador da nova paisagem física e humana.

A localização privilegiada do Monte Padrão, implantado sobre a via secundária que unia a cidade de *Cale* (Porto) a *Bracara Augusta* (Braga), por intermédio da via oficial de ligação de *Emerita Augusta* (Mérida) a *Bracara Augusta* (Braga), à qual entroncava na área de S. João de Ponte, Guimarães, facilitou o seu crescimento e desenvolvimento. Como elemento fundamental de progresso, a via originou em todo o seu trajeto uma intensa ocupação estruturada em pequenas unidades rurais. No espaço geográfico delimitado pelos rios Leça e Ave é

possível reconstruir o seu percurso a partir da análise de pontes⁶¹ e da identificação de um largo conjunto de vestígios dispersos na paisagem. A via, relacionada com o couto mineiro da Serra de Valongo, terá registado a sua maior importância durante o período de exploração das jazidas auríferas, apresentando um ligeiro declínio a partir de meados do séc. III.

É no início do séc. I que se assiste à profunda remodelação do Monte Padrão, na qual ocorre a definitiva destruição das estruturas habitacionais e defensivas do povoado castrejo. No primeiro quartel do séc. I regista-se a construção de um conjunto de grandes edifícios na plataforma superior, cujas características arquitetónicas revelam uma rutura definitiva com o arquétipo da sociedade indígena, na qual a estrutura socioeconómica se refletia na organização do povoado⁶². Este processo viria a ser decisivamente incrementado no terceiro quartel do séc. I, na sequência das reformas de Vespasiano⁶³, com a atribuição do direito latino à Hispânia, acontecimento que tem vindo a ser interpretado como um momento decisivo no processo de romanização do Noroeste Peninsular.

O povoado indígena, estruturado em plataformas criadas a partir das suas muralhas e dotado de casas de planta circular, dá lugar a um conjunto de estruturas complexas (*domus*) e o sistema defensivo perde a sua operacionalidade, uma vez que algumas das novas construções passam a estar implantadas diretamente sobre a primeira muralha.

Até ao momento foram intervencionadas quatro “*domus*” na plataforma superior. Do conjunto das habitações apenas se conhecem na íntegra os edifícios localizados na face norte da acrópole. A complexidade das plantas, aliada à qualidade construtiva dos edifícios, confirma o significativo dinamismo económico do povoado durante o séc. I e inícios do séc. II, acompanhando a profunda transformação económica e social registada na região⁶⁴.

Monumentos identificados				
N.º EA Designação	Tipo	Classificação	Localização	Legislação
EA 10. Pidre	Casal/Tesouro monetário	--	Água Longa	--
EA 11. Castro da Torre	Povoado	PDM – IIMNC (B), n.º18	Areias	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 12. Caldas da Saúde	Termas	--	Areias	--
EA 13. Montinho	Casal	--	Areias	--
EA 14. Penedo do Ouro	Casal	--	Burgães	--
EA 15. Pinguelo	Casal	--	Burgães	--
EA 16. Quinta S. Simão	Villa	PDM – IIMNC (B), n.º57	Burgães	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 17. Santa Cruz	Villa	PDM – IIMNC (B), n.º56	Burgães	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 18. Cimo de Vila	Casal	--	Lama	--
EA 19. Sobreiral	Casal	--	Monte Córdova	--
EA 20. Capela Velha	Casal	PDM – IIMNC (B), n.º61	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 21. Monte Padrão	Vicus	MN	Monte Córdova	Dec. 16/06/1910
EA 22. Telheira	Casal	--	Santa Cristina do Couto	--
EA 23. Mosteiro	Casal	--	Santo Tirso	--
EA 24. Quinta da Devesa	Villa / Casal	--	Santo Tirso	--
EA 25. Lagarelhos	Casal	PDM – IIMNC (B), n.º74	Sequeiró	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 26. Monte dos Saltos	Villa	PDM – IIMNC (B), n.º52	Sequeiró	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 27. Bocas	Epígrafe	--	S. Martinho do Campo	--
EA 28. Ponte de Negrelos	Ponte	PDM – IIMNC (A),1	S. Martinho do Campo	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 29. Igreja	Casal/Tesouro monetário	--	S. Paio de Guimarei	--
EA 30. Vermoim	Casal	--	S. Paio de Guimarei	--

Achados fortuitos sem contexto arqueológico conhecido					
N.º AF	Designação	Tipo	Classificação	Localização	Legislação
AF 11 (I)	Capela	Ara votiva	--	Santa Maria de Negrelos	--
AF 11 (II)	Capela	Ara votiva	--	Santa Maria de Negrelos	--
AF 11 (III)	Capela	Anepígrafa	--	Santa Maria de Negrelos	--
AF 12.	Igreja	Ara funerária	--	Roriz	--
AF 13.	S. Bartolomeu	Ara votiva	--	Ervosa, Santo Tirso	--
AF 14.	Mosteiro	Lápide votiva	MN	Santo Tirso	Dec. 16/06/19
AF 15.	Portelas	Necrópole	--	S. Mamede de Negrelos	--

61. Ponte de Negrelos, S. Martinho do Campo, Santo Tirso - A ponte romana de S. Martinho do Campo, vulgarmente designada por Ponte de Negrelos, é uma notável obra de engenharia romana que conserva as principais características construtivas da sua fábrica de origem.

62. Este processo teve início durante o reinado dos imperadores Tibério e Cláudio.

63. Tito Flávio Sabino Vespasiano (n. 9; m. 79).

64. A ocupação romana ter-se-á estendido para além da área do povoado como parece sugerir o topónimo Quinchães, localizado nas suas imediações, cuja origem etimológica se vincula à onomástica de um possessor romano (latino) *Villa Quintilianis* (matriz de *Quintum*) - Quintilianis / Quintianis / Quinchães. Evolução fonética por palatização do grupo “ti”, após queda do l intervocálico (MOREIRA 2009, 37, nota 26).

AF 16.	Igreja	Ara votiva	--	S. Martinho do Campo	--
AF 17.	Igreja	Necrópole	--	S. Tomé de Negrelos	--
AF 18.	Ginjo	Tesouro monetário	--	S. Tomé de Negrelos	--
AF 19.	Pinheiros	Objetos de ferro/telhas	--	Vila das Aves	--
AF 20.	Bouça da Lage	Tesouro monetário	--	Vilarinho	--
AF 21.	Paradela/Mouriscais	Necrópole (?)	--	Burgães (?)	--

4. A Alta Idade Média: enquadramento arqueológico e referências cronológicas

A ocupação alto-medieval identificada no atual território de Santo Tirso, no seguimento de uma longa presença humana documentada de forma sequencial desde o estabelecimento das primeiras comunidades de agricultores, historicamente enquadra-se a partir do incremento do processo de reconquista cristã implementado por Afonso III (866-910), alicerçado numa importante reorganização militar e administrativa.

Efetivamente, na região entre Douro e Ave esta nova fase inaugura-se em 868 com a presúria de *Portucale* com Vímara Peres. A partir dessas incursões militares a fronteira cristã avançou até à margem norte do Douro, assistindo-se à reorganização do território, nomeadamente através do repovoamento de Braga, a fundação de Guimarães e a concretização de diversas presúrias em toda a região, na qual se salienta a de Chaves pelo Conde D. Odário. Durante o séc. IX as forças auturo-leonesas continuaram as ações militares para sul acabando por controlar a área compreendida entre os rios Minho e Mondego. No final do séc. X esse largo domínio foi reduzido pelas vitoriosas investidas de Almançor que fizeram retroceder a fronteira cristã de novo até à margem esquerda do Douro. Em finais do séc. IX, princípio do séc. X, os frequentes ataques de mouros e normandos na costa norte terão originado um processo de defesa que a historiografia consagrou como “incastellamento”, que resultou na construção de um conjunto de redutos defensivos de iniciativa popular, cuja implantação, próxima dos locais mais povoados, utilizou espaços estratégicos de grande domínio visual sobre a envolvente, nomeadamente das vias de comunicação, fluviais e terrestres, cuja topografia favorecia a sua natural defesa, coincidindo muitas vezes com antigos povoados da Idade do Ferro, constituindo a resposta das populações face à instabilidade militar. Apesar de estruturalmente mal conhecidos, este tipo de equipamentos militares, anteriores ao castelo românico, muito rudimentares do ponto de vista construtivo, constituíram uma malha densa, bem representativa da dinâmica populacional da região, cuja importância estratégica, militar e administrativa se evidencia através da forma recorrente com que são referenciados na documentação da época, geralmente identificados como *Mons*, *Castro* e, excecionalmente, *Castelo*.

Posteriormente, com o incremento da reconquista cristã e a reorganização administrativa do território, nomeadamente com a criação dos *territoriae* e das *civitates*, assiste-se à personificação dos destinos militares, concentrados agora no castelo governado por um nobre, mas cuja existência não terá anulado o papel das fortalezas de iniciativa popular mas, pelo contrário, dado um novo âmbito ao processo de reconquista, sobretudo nas zonas de fronteira (BARROCA 1990-91, 92). É neste contexto que se inscrevem as guarnições militares da região que encontram paralelo e enquadramento estratégico num vasto conjunto de equipamentos militares similares identificados na área meridional do Noroeste Português⁶⁵.

O “Castelo de Refojos”, localizado na circunscrição do Julgado de Refojos de Riba de Ave, muitas vezes referido como implantado em Monte Córdova, fez com que vários autores sugerissem a sua localização no Monte Padrão⁶⁶. A alusão ao castelo surge, pela primeira vez, nas Inquirições de 1220. Mais tarde, Costa Veiga, com base num Nobiliário datado de 1270 - (...) *infante Alboazar Ramires, filho do rei Ramiro ao qual porque foi bom por armas, puzeron-lhe nome Cide Alboazar e fez uma torre no monte Córdova que hora chamão Pena de Cide e guerreou dahi os mouros* (...) –, admitindo a veracidade da referência, localiza o castelo, que identifica como Castelo de Refojos, no maciço do Pilar, freguesia de Pena Maior, concelho de Paços de Ferreira, cuja fundamentação reforça através da interpretação de um documento datado de 1041, no qual se alude a um pleito judicial, cujos litigantes, convocados para comparecer em juízo perante os magnates da região, se reuniram em

65. Entre Leça e Ave identificam-se mais de uma dezena de castelos cuja implantação nos permite vislumbrar a distribuição dos núcleos populacionais então existentes e a sua relação com as vias de comunicação (MOREIRA 2010a, 245-247).

66. António Augusto Pires de Lima, em 1951, a propósito da referência de Costa Veiga, comenta – (...) *O argumento não é decisivo, porque a convocação para ali podia ter outra explicação, como a de que o pleito diria respeito a terras de Pena Maior. Eu inclino-me a crer – mera conjectura, porém – que o castelo estivesse situado no lugar do Padrão, onde se estão encontrando vestígios de antigos edifícios, que mais parecem revelar a existência de fortificações do que de uma citânia. É conveniente, porém ponderar que uma fortaleza, onde se concentrava o governo militar e civil de uma terra, não passava, por vezes, de construção provisória e tosca. Por isso, como observa A. Herculano, poucos castelos nos restam desses tempos* (...) (LIMA 1951, 38, nota 1).

Pena Maior (DC 140) (VEIGA 1936, 132-133).

No Livro Velho de Linhagens, a propósito do castelo, agora designado de Monte Córdova, pode ler-se – (...) *Reinou depôs el seu filho dom Ordonho em seu logo. Pobrou a vila de Leom, e veio conquerer a Portugal, que era de Mouros, e deu a Santiago porem que o ajudasse o couto de Mo[u]quim e de Cornelham. E veio com ele seu irmão Alboazar. E porque foi bem por armas, puserom-lhe nome Cide Alboazar. E fege uma torre no monte de Monte Córdova, que ora chamam Pena de Cide, e guerreou dahi os Mouros, e deitou os Mouros de São Romão, e foram-se passar Douro e foram-se a São Martinho de Mouros. E desi filhou o castro d'Aveoso a Mouros e deito Mouros de crasto de Gondomar e de Todea e feze-os ir a crasto Marnel de Riba de Vouga. E casou com dona Usco Godins, filha del conde dom Godinho das Astúrias, e ela com seu marido de Riba D'Ave, que ora chamam Santo Tirso de Riba D'Ave (...) (PIEL; MATTOSO 1980, 50).*

José Mattoso, por seu turno, ao aludir aos principais castelos de Entre-Douro-e-Minho, inclui o castelo de Monte Córdova no território de entre Ave e Douro, no concelho de Santo Tirso, como centro da terra de Refojos de Riba D'Ave (MATTOSO 1995, 94).

Na mesma linha de raciocínio, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, ao referir-se ao fenómeno de “incastellamento”, valorizando a componente toponímica, considera esta passagem como alusiva a uma fortificação, eventualmente vinculada à família de S. Rosendo, sem contudo precisar a sua localização – (...) *106 – MONTE CÓRDOVA, Santo Tirso – Este castelo parece ter visto a sua importância diminuída a partir dos princípios do séc. XI. É referido como uma estratégica fortificação no Livro Velho II (1961, 41). Não é extremamente ousado ligar este arcaico castelo à família de S. Rosendo (...) (ALMEIDA 1978, 39).* A fortificação encontra-se referenciada em 1093 (DC 796), num contrato de venda de propriedades localizadas em S. Paio de Guimarei, Santo Tirso, com a designação de *mons* – (...) *in uilla uimarei subtus mons cordua território portugalensis discurente ribulo sanguineto. (...) (MOREIRA 2010a, 215-3).*

As evidências arqueológicas conhecidas até ao momento no Monte Padrão não permitem confirmar a possibilidade de o castelo de Monte Córdova possa aí ter tido a sua localização, apesar de ser conhecida a ocupação medieval do povoado, cuja cronologia estabelece uma longa diacronia que se baliza entre meados do séc. X e o séc. XVII, cuja realidade estrutural aponta claramente para uma ocupação relacionada com a igreja paroquial de S. Salvador e o mosteiro de Monte Córdova.

Relativamente próximo, no lugar do Mouro, identificam-se vestígios de estruturas e materiais de superfície cronologicamente consistentes com esta referência arqueológica, que temos vindo a interpretar como uma atalaia medieval, eventualmente relacionada com o castelo referenciado. Localiza-se num pequeno promontório da cumeeira oeste da Serra de Monte Córdova e ocupa um esporão rochoso onde, à superfície, se apresentam grandes afloramentos. Achados de materiais líticos pré-históricos, designadamente machados de pedra polida, hoje em depósito no Museu Municipal Abade Pedrosa, atestam uma ocupação bastante antiga (PINTO 1930, 306; SANTARÉM 1952, 105-111; DINIS 1993, 105, n.º 10 e 11; MOREIRA 2007, 46). Atualmente não são visíveis quaisquer vestígios de estruturas ou taludes que denunciem a existência de estruturas defensivas. As cerâmicas de superfície enquadram-se maioritariamente em época medieval, embora também se documenta cerâmicas castrejas em pequeno número⁶⁷.

Neste contexto, identificam-se também no concelho vários mosteiros fundados nos séc. X e XI, cuja origem obedece às mesmas prerrogativas e enquadramento político, económico e militar que os “castelos” de iniciativa popular, documentando um processo de estruturação e ocupação do território complexo e bem articulado.

À semelhança do que sucede com as fortificações pré-românicas, a sua localização estabelece uma relação de proximidade com a rede viária e terrenos de elevada aptidão agrícola, diretamente relacionados com os principais núcleos populacionais existentes e com as estruturas defensivas mencionadas (MOREIRA 2010a, 267-269).

A sua expressão e significado no seio da sociedade alto-medieval assumem vários planos e níveis de interesse que extravasa o de centro de religiosidade, afirmando-se como uma referência matricial no plano cultural, político, económico e simbólico. Os seus patronos, além de beneficiarem de apoio espiritual e religioso, garantiam uma sepultura num espaço sacralizado, participavam dos rendimentos gerados e dos proventos oriundos de domínios territoriais crescentes, assim como do poder de legitimação perante a sociedade decorrente da relação privilegiada com o poder divino (TEIXEIRA 2010, 207-209).

Esta íntima relação dos mosteiros familiares com a comunidade local e a sua diminuta dimensão explica a

67. Embora referenciado como castro em trabalhos recentes de inventário (SILVA 1986, 83, n.º 342 e 343; QUEIROGA 1992, 314), outros autores excluem-no pelos motivos referidos (DINIS 1993 105-106, n.º 105 e 106).

sua relativa fragilidade, tendo muitos deles sido extintos ou transformados em igrejas paroquiais. Até meados do séc. XI persistiu uma grande quantidade de pequenos mosteiros familiares, certamente mais próximos dos meios populares do que as grandes abadias protegidas pelos condes e magnates, como se verificaria na região, com a fundação e crescimento do mosteiro de Santo Tirso, vinculado à família dos Maias.

No caso do mosteiro de Monte Córdova assiste-se à criação de um priorado sujeito ao mosteiro de Celanova que se manteve ativo até 1514.

Em termos genéricos, o modelo de povoamento alto-medieval não diferiu substancialmente da estrutura criada a partir da romanização, na qual a rede viária, em articulação com a existência de terrenos de elevada aptidão agrícola e a proximidade de locais estratégicos de defesa, constituíram os principais fatores de ocupação do território.

Castelos

Castelo de Monte Córdova – Relaciona-se com a família condal de S. Rosendo, concretamente com o seu pai, Guterres Mendes, Conde Magno do Porto (926), cujo estabelecimento na *villa* de Salas, S. Miguel do Couto, no sopé de Monte Córdova, dever-se-á enquadrar no contexto de instabilidade militar que caracterizou o final do séc. IX princípio do séc. X.

Mosteiros

Santo Tirso (Moreira de Riba D'Ave) – Mosteiro fundado em 978 por D. Unisco Godins, esposa de Aboazar Lovesendes, antepassado da família da Maia. Foi encerrado em 1834 no âmbito da extinção das ordens religiosas.

Refojos de Riba de Ave (S. Cristóvão) – Mosteiro familiar cuja datação será anterior a 1036 (Stª. Cruz 192v). Inicialmente ligado à família Raupário Jeremias, por sucessivas alianças ligou-se à família dos Maias. Constituiu um pequeno mosteiro de tipo familiar que se converteu em igreja paroquial numa data imprecisa balizada entre 1263 e 1320.

Monte Córdova (S. Salvador) – Mosteiro fundado no séc. X, associado à família de S. Rosendo, supostamente criado por iniciativa do próprio santo. A sua fundação, segundo Frei Benito de La Cueva, terá ocorrido em 934.

Burgães (*Monasterium Burguaes*) – Documentado desde 1120 terá tido uma existência relativamente curta.

S. Tiago de Landim (Areias) – Já existia em data anterior a 991. Extinguiu-se no hiato compreendido entre 1016 e 1057, tendo-se transformado em igreja paroquial.

S. Pedro de Roriz – Manuel Real identifica a sua fundação na segunda metade do séc. XI.

S. Miguel de Vilarinho – Datado de 1070 por Frei Timóteo dos Mártires. Uma referência documental de 1120 menciona-o em simultâneo com os mosteiros de Roriz e de Burgães.

A rede viária, enquanto elemento matricial do povoamento, constitui, por norma, uma realidade de longa duração com reflexos duradouros ao nível da estrutura do povoamento, na dinâmica administrativa e económica do seu aro de influência. Nessa perspetiva, a Idade Média, em grande medida beneficiou do legado viário construído em época romana que terá persistido enquanto elemento base da imensa rede de caminhos desenvolvido em época medieval. O principal eixo medieval que cruzou o concelho de Santo Tirso é constituído pela via que vinda do Porto se dirige a Guimarães, passando no Alto Maia seguindo ao longo do rio Leça para atravessar o rio Vizela na antiga ponte romana de Negrelos.

Na atual área geográfica de Santo Tirso são conhecidos vestígios significativos deste período, destacando-se, pelo nível de informação disponibilizado, o Monte Padrão, alvo de escavações sistemáticas do qual se conhece a sequência crono-estratigráfica e respetiva cultura material associada. A identificação dos sítios medievais resultou da análise e cruzamento de diversas fontes, nomeadamente de carácter bibliográfico e documental, assim como de trabalhos de prospeção arqueológica.

Monumentos identificados					
N.º EA	Designação	Tipo	Classificação	Localização	Legislação
EA 31.	Ponte do Arquinho	Ponte	PDM – Tipo	Água Longa	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 32.	Torre	Torre, Mosteiro Igreja	PDM – Tipo	Areias	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 33.	Monte Sião (Abelha)	Sepultura rupestre	--	Burgães	--
EA 34.	Monte Padrão	Castelo, Mosteiro e Igreja	MN	Monte Córdova	Dec. 16/06/1910
EA 35.	Mouro/Alto da Bela	Atalaia	PDM – Tipo	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 36.	Ponte de Real	Ponte	PDM – Tipo	Palmeira	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 37.	Santa Maria Negrelos	Capela	IIP	Roriz	Dec.14191/DG 18.07.1951
EA 38.	Mosteiro de Roriz	Mosteiro, Igreja	MN	Roriz	Dec. 16/06/1910
EA 39.	Mosteiro de Santo Tirso	Mosteiro	MN	Santo Tirso	Dec. 16/06/1910
EA 40.	Mosteiro de Vilarinho	Mosteiro, Igreja	MN	Vilarinho	Dec. 39175, 17.04.1953

Achados fortuitos sem contexto arqueológico conhecido					
N.º AF	Designação	Tipo	Classificação	Localização	Legislação
AF 22.	Sarcófago	Arcaz subrectangular	---	Refojos de Riba de Ave	---
AF 23.	Lápide funerária	Inscrição funerária	---	S. Bartolomeu, Ervosa	---
AF 24. (1)	Sarcófago	Arcaz subrectangular	---	S. Martinho do Campo	---
AF 24. (2)	Sarcófago	Arcaz subrectangular	---	S. Martinho do Campo	---
AF 25.	Pia baptismal	Pia de imersão	---	S. Miguel do Couto	---

Interpretação dos dados

A análise dos inúmeros vestígios arqueológicos das comunidades humanas implantadas desde longa data na área do atual concelho de Santo Tirso permite identificar as suas origens em contextos pré-históricos e esclarecer a formação e desenvolvimento dos seus principais polos de povoamento.

A interpretação da distribuição dos monumentos e do espólio remanescente define um quadro de sequências culturais registadas desde as primeiras manifestações de formas primárias de atividade agrícola, documentadas em horizontes da cultura megalítica, passando pela valorização do papel de reconhecida abrangência regional identificada durante a Idade do Bronze e Idade do Ferro, na qual se verifica um elevado índice populacional e complexização social em direta relação com o meio físico, designadamente a exploração dos recursos naturais, evoluindo para formas de organização territorial e de níveis de urbanização que apenas a romanização, com a força dos seus agentes de aculturação, alterou através da imposição de novos paradigmas económicos, sociais e culturais, com forte impacto na organização e ocupação do território, que resultou na infraestruturização do território e na deslocação da população para áreas de melhor aptidão agrícola, onde se vieram a desenvolver os principais núcleos de povoamento durante a Idade Média, segundo um modelo agrário de notável pervivência que a atual paisagem tirsense de alguma forma ainda preserva, apesar do forte impacto produzido pelo processo de industrialização desenvolvido no território a partir de meados do séc. XIX.

Das primeiras comunidades sedentárias, de que apenas conhecemos referências em horizontes da cultura megalítica, expressas em sete monumentos funerários agrupados em três necrópoles (Ervosa, Redundo/Coutada, Refojos), genericamente enquadráveis nos períodos do Neolítico e Calcolítico, ressalta a confirmação da significação simbólica da sua implantação (Planalto de Monte Córdova / Cumeeira da Ervosa / Várzea do Leça) na qual se observam motivações sinaléticas e de demarcação de territórios que fundamentam uma interpretação de natureza económica, social e religiosa.

A proto-história, documentada através de um significativo número de povoados em função da área geográfica em análise, cronologicamente enquadráveis no Bronze Final e na Idade do Ferro, demonstra uma forte densidade, confirmando uma concentração populacional significativa, amplamente documentada no registo arqueológico. A sua distribuição espacial, conjugada com as referências cronológicas disponibilizadas fornece uma estrutura significativa quanto ao sistema de povoamento e sua evolução.

Os povoados, localizados em cotas intermédias (200 m - 420 m), implantados em esporões dos maciços mais desenvolvidos, como é o caso do Monte Padrão, com ocupação da Idade do Bronze, constituem o tipo de assentamento de maior desenvolvimento que, no decurso da romanização, registaram uma ocupação efetiva⁶⁸. Estes povoados, provavelmente os mais antigos, evidenciam um tipo de implantação que evita a

68. Os povoados incluídos neste grupo (Tipo B) implantam-se em altitudes que oscilam entre os 200 m e os 420 m. Do ponto de

proximidade dos rios e ribeiros mais importantes, cujos terrenos de maior aptidão agrícola são constituídos por plataformas de aluvião em áreas marginais aos seus territórios de exploração, como é o caso da depressão de Monte Córdova⁶⁹.

Os povoados de vale, vulgarmente designados “castros agrícolas”⁷⁰, como, por exemplo, o Castro da Torre, constituem uma forma de assentamento emergente integrados nos territórios dos castros mais antigos ou em áreas periféricas, constituindo, em certa medida, uma extensão dos povoados de Tipo B, que traduzem a progressiva transformação da economia castreja, na qual a atividade agrícola ganhou progressivamente maior peso, implicando a conquista de novos espaços implantados nos vales integrados em áreas de elevada capacidade agrícola. A este tipo de povoados corresponderiam territórios de menor dimensão devido ao carácter mais especializado da atividade económica permitindo criar uma malha de povoamento mais densa. Ao contrário dos primeiros, estes assentamentos de baixa altitude revelam uma relação de proximidade com os principais ribeiros e terras de cultivo traduzindo a conquista de novos espaços de cultivo e de pastoreio. Este tipo de povoado, integrado num universo eminentemente rural, que reflete uma certa prosperidade económica, terá beneficiado do papel polarizador dos *aglomerados urbanos secundários* e do incremento económico da região, na qual a rede viária que cruzava o território desempenhava um papel crucial na consolidação de uma estrutura socioeconómica adaptada às idiossincrasias da região.

O período de dominação romana teve início com a conquista e ocupação definitiva do Noroeste Peninsular, na sequência das guerras cântabras (29-19 a.C.), a partir da qual se desenvolveu um fenómeno de assimilação cultural, consagrado na historiografia portuguesa como “romanização”.

Este processo resultou da convergência de fatores identitários onde permaneceram vivos elementos do substrato cultural nativo, cuja personalidade se manifestou num quadro de fusão, associando à cultura latina referências indígenas que persistiram ao longo do devenir histórico, cristalizadas na cultura galaico-romana.

A reorganização do território operada por Augusto, estruturada em centros urbanos servidos por uma eficaz rede viária e uma administração centralizada, alicerçada numa política de desenvolvimento económico a partir da exploração dos recursos naturais, resultou em importantes alterações na estrutura do povoamento regional, designadamente na instalação de unidades imprescindíveis ao aproveitamento eficiente dos recursos do território, em especial através da mineração, da agricultura, da exploração dos recursos do mar e do incremento da atividade comercial.

É neste enquadramento que se concretiza a emergência do *aglomerado urbano secundário* do Monte Padrão, cuja génese resultou da convergência de um conjunto de fatores propiciadores, dos quais se salientam o elevado índice de desenvolvimento registado na região, a disponibilidade de recursos naturais na envolvente do castro, a proximidade de uma via e a favorável condição civilizacional e cultural da população indígena sediada no castro, que terá facilitado a implementação de um processo endógeno de transformação do antigo povoado. A complexidade urbanística e o desenvolvimento económico patente no registo estratigráfico tornam evidente o papel central do povoado na área de influência direta, nomeadamente no domínio económico e cultural, cujo efeito teve claras repercussões na construção da paisagem socioeconómica e na estrutura do povoamento.

A arquitetura privada patente no povoado permite compreender uma realidade estrutural bem consolidada, contrária à visão simplista que caracteriza a natureza deste tipo de assentamento como pouco complexa, de pequena dimensão, com plantas unitárias ou de compartimentação reduzida, hierarquização pouco definida, de uso polivalente e escassa presença de elementos de conforto.

vista da sua implantação enquadram-se no tipo de assentamentos inscritos em cabeços de média altitude, no rebordo de rechãs e sobranceiros a vales. Topograficamente apresentam boas condições naturais de defesa, com exceção das vertentes de ligação ao interior, geralmente mais acessíveis. Pelas condições geomorfológicas dos locais de implantação inscrevem-se em terrenos sem aptidão agrícola mas, regra geral, nas imediações existem terrenos de aptidão agrícola moderada ou elevada (MOREIRA 2010, 75-76).

69. A definição territórios de exploração tem por base a construção de modelos teóricos aos quais se encontra subjacente o princípio de “mínimo custo” definido por Vita Finzi e Higgs (FINZI; HIGGS 1970, 1-37). No caso do estudo da proto-história do Noroeste Peninsular a sua aplicação originou múltiplos estudos e ensaios de organização e evolução do povoamento. Este tipo de análise assenta na presunção de que os recursos utilizados por uma determinada comunidade deverão encontrar-se inscritos numa distância máxima do povoado de aproximadamente de 5 km, que equivaleria a 1 hora de percurso a pé em torno do respetivo assentamento (MARTINS 1990, 211).

70. Os povoados referenciados neste grupo (Tipo C) englobam castros cujas cotas de implantação são inferiores aos 200 m e, genericamente, podem designar-se de assentamentos de vale. Caracterizam-se pela sua reduzida dimensão e pela existência de uma única linha defensiva. A sua implantação faz-se sobre pequenos outeiros de baixa altitude e estruturalmente apresentam apenas uma plataforma de ocupação. Localizam-se maioritariamente em áreas de terrenos de aptidão agrícola elevada. (MOREIRA 2010, 78).

O reordenamento da ocupação do território e a estruturação da paisagem rural operada na área do concelho de Santo Tirso foi condicionada por fatores relacionados com o novo modelo económico, designadamente a disponibilidade de recursos naturais, a estrutura viária e a proximidade de mercados.

As condições do meio parecem ter constituído um suporte suficiente para permitir o desenvolvimento de uma atividade primária excedentária que constituiu a base económica da região, numa dinâmica direcionada para o abastecimento das populações citadinas.

A apreciação da distribuição dos sítios identificados como *villae* e *casais* revelam, claramente, a preponderância de implantação das novas unidades agrárias em locais de aptidão agrícola elevada, refletindo uma seleção criteriosa na instalação das unidades de exploração.

Em termos genéricos, o modelo de povoamento alto-medieval não diferiu substancialmente da organização criada a partir da romanização, no qual a estrutura viária, em articulação com a existência de terrenos de elevada aptidão agrícola e a existência de locais estratégicos de defesa nas proximidades, constituíram os principais fatores de ocupação do território.

No período que antecedeu à intervenção de Afonso III, até meados do séc. IX, os antigos castros serviram de refúgio temporário das comunidades de pastores e agricultores quando a região era invadida por muçulmanos e guerreiros normandos e asturianos vindos do norte. Com o estabelecimento dos Condes Delegados a situação alterar-se-ia, assistindo-se à criação de fortalezas exclusivamente militares, passando a sua principal vocação pelo controle e vigilância dos povoados do respetivo território, garantindo a submissão dos habitantes que poderiam desta forma usufruir de maior segurança, embora, eventualmente, de menos liberdade.

Paralelamente à reorganização do território, enquadrando o mesmo modelo de povoamento, naturalmente interligado com as comunidades locais, assiste-se à emergência de numerosas casas religiosas, embora dotadas de um número reduzido de monges. Muitos destes cenóbios foram fundados por comunidades locais de herdeiros que interferiam nos seus destinos e aí colocavam os seus familiares, recuperando os bens da comunidade caso estas se desmembrassem, constituindo, assim, o que a historiografia consagrou como “mosteiros familiares”, devido à sua estreita relação com as organizações gentílicas.

Será neste contexto que se explica a emergência dos princípios e mais antigos núcleos de povoamento do concelho, relacionados geograficamente com os primeiros cenóbios - Santo Tirso, Refojos de Riba de Ave, Monte Córdova, Burgães, Areias, Roriz e S. Miguel de Vilarinho -, evidenciando de forma paradigmática que a paisagem física e humana, assim como a conformação dos territórios, constituem fenómenos de longa duração.

Quadro Resumo

Monumentos identificados					
Neolítico /Calcolítico					
N.º EA	Lugar	Tipo	Classificação	Freguesia	Legislação
EA 1(I).	Redundo	Mamoia I	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 1(II).	Redundo	Mamoia II	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 1(III).	Redundo	Mamoia III	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 2(I)	Coutada	Mamoia I	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 2(II)	Coutada	Mamoia I	PDM – IIMNC (B), n.º 36	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 3.	Lavatães	Mamoia	PDM – IIMNC (B), n.º 87	Refojos de Riba de Ave	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 4.	Ermida	Mamoia	PDM – IIMNC (B), n.º 26	St.ª Cristina do Couto	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
Bronze Médio					
EA 5.	Monte Padrão	Povoado fortificado	Monumento Nacional	Monte Córdova	Dec. 16.06.1910
Bronze Final / Idade do Ferro					
EA 6.	Torre	Povoado fortificado	PDM – IIMNC (A), n.º 17	Areias	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 7.	Monte Padrão	Povoado fortificado	Monumento Nacional	Monte Córdova	Dec. 16/06/1910
EA 8.	Corvilho	Necrópole	---	Santo Tirso	---
EA 9.	St.ª Margarida	Povoado fortificado	IIP	S. Tomé de Negrelos	Dec. 29/90, 17.07.1990
Romanização					
EA 10.	Pidre	Casal / Tesouro	--	Água Longa	--
EA 11.	Torre	Castro	PDM – IIMNC (B), n.º 18	Areias	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 12.	Caldas da Saúde	Termas	--	Areias	--
EA 13.	Montinho	Casal	--	Areias	--
EA 14.	Penedo do Ouro	Casal	--	Burgães	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2
EA 15.	Pinguelo	Casal	--	Burgães	--
EA 16.	Quinta S. Simão	Villa	PDM – IIMNC (B), n.º 57	Burgães	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011

EA 17.	Santa Cruz	Villa	PDM – IIMNC (B), n.º56	Burgães	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 18.	Cimo de Vila	Casal	--	Lama	--
EA 19.	Sobreiral	Casal	--	Monte Córdova	--
EA 20.	Capela Velha	Casal	PDM – IIMNC (B), n.º61	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 21.	Monte Padrão	Vicus	MN	Monte Córdova	Dec. 16.06.1910
EA 22.	Telheira	Casal	--	St.ª Cristina do Couto	--
EA 23.	Mosteiro	Casal	--	Santo Tirso	--
EA 24.	Quinta da Devesa	Villa / Casal	--	Santo Tirso	--
EA 25.	Lagarelhos	Casal	PDM – IIMNC (B), n.º74	Sequeirô	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 26.	Monte dos Saltos	Villa	PDM – IIMNC (B), n.º52	Sequeirô	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 27.	Bocas	Epígrafe	--	S. Martinho do Campo	--
EA 28.	S. Martinho do Campo	Ponte de Negrelos	PDM – IIMNC (A),1	S. Martinho do Campo	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 29.	Igreja	Casal / Tesouro	--	S. Paio de Guimarei	--
EA 30.	Vermoim	Casal	--	S. Paio de Guimarei	--

Idade Média

EA 31.	Ponte do Arquinho	Ponte	PDM – IIMNC (B), n.º 17	Água Longa	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 32.	Torre	Torre, Mosteiro, Igreja	PDM – IIMNC (B), n.º18	Areias	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 33.	Monte São (Abelha)	Sepultura rupestre	--	Burgães	--
EA 34.	Monte Padrão	Castelo, Mosteiro, Igreja	MN	Monte Córdova	Dec. 16.06.1910
EA 35.	Mouro/Alto da Bela	Atalaia	PDM – IIMNC (B), n.º 59	Monte Córdova	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 36.	Ponte de Real	Ponte	PDM – IIMNC (B), n.º 46	Palmeira	DR, 2ª Série, n.º 12, 18.01.2011
EA 37.	Santa Maria Negrelos	Capela	IIP	Roriz	Dec. 14191/DG 18.07.1951
EA 38.	Mosteiro de Roriz	Mosteiro, Igreja	MN	Roriz	Dec. 16.06.1910
EA 39.	Mosteiro de S. Tirso	Mosteiro, Igreja	MN	Santo Tirso	Dec. 16.06.1910
EA 40.	Mosteiro de Vilarinho	Mosteiro, Igreja	MN	Vilarinho	Dec. 39175, 17.04.1953

Achados fortuitos sem contexto arqueológico conhecido**Paleolítico**

N.º AF	Lugar	Freguesia	Material	Tipo	Classificação	Depósito
AF 1.	Pinheiro Torto	Lama	Quartzito	Biface	---	MMAP, s/n.º
AF 2.	(?)	Santiago da Carreira	Quartzito	Seixo talhado	---	MMAP, s/n.º

Epipaleolítico / Mesolítico

AF 3.	(?)	St.ª Cristina do Couto	Quartzito	Pico	---	MMAP, s/n.º 8
-------	-----	------------------------	-----------	------	-----	---------------

Neolítico / Calcolítico

AF 4.	Torre	Areias	Gnaise	Machado polido	Tipo I.1.A,1	CA_INA, s/n.º
AF 5.	(?)	Monte Córdova	Granito / Turmalina	Machado / Placa	Tipo I.1F ²¹	MMAP, n.º 6
AF 6.	(?)	Monte Córdova	Anfibolito	Machado / Bipene	Tipo I.2B	MMAP, n.º 11
AF 7(I).	(?)	Monte Córdova	Anfibolito	Machado polido	Tipo I.1.A, 2	MMAP, n.º 5
AF 7(II).	(?)	Monte Córdova	Anfibolito	Goiva	Tipo I.1.C,2	MMAP, n.º 9
AF 7(III).	(?)	Monte Córdova	Anfibolito	Machado poido	Tipo I.1.A,1	MMAP, n.º 10
AF 7(IV).	(?)	Monte Córdova	Anfibolito	Cinzel	Tipo I.1.E.	MSMS, n.º 560
AF 7(V).	(?)	Monte Córdova	Arenito	Goiva	Tipo I.1.C,2	MSMS, n.º 678

Bronze Médio

AF 8.	(?)	Monte Córdova (?)	Cobre	Machado plano	Monteagudo 66	(?)
-------	-----	-------------------	-------	---------------	---------------	-----

Bronze Final

AF 9.	(?)	Santo Tirso	Bronze	Machado de alvado	Monteagudo 41	MNARQ, 3276/11039
AF 10.	(?)	Santo Tirso	Bronze	Machado de talão	Monteagudo 35	MMAP, n.º 33

Idade do Ferro

---	---	---	---	---	---	---
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Romanização

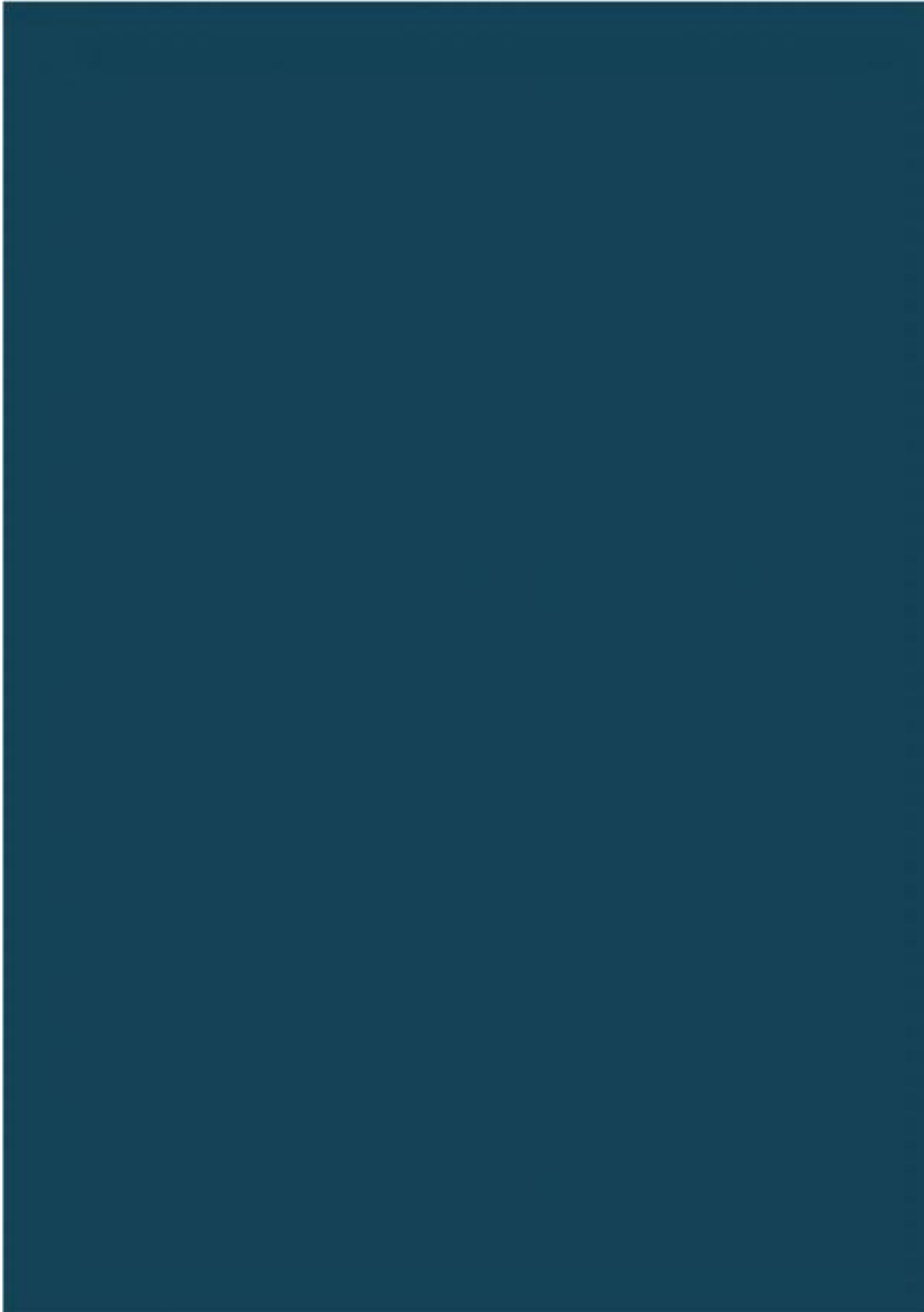
AF 11(I).	Capela (St.ª Maria de Negrelos)	Roriz	Granito	Ara votiva	MSMS, N.º 26
AF 11(II).	Capela (St.ª Maria de Negrelos)	Roriz	Granito	Ara votiva	MSMS, N.º 48
AF 11(III).	Capela (St.ª Maria de Negrelos)	Roriz	Granito	Ara /Anepígrafa	Capela
AF 12.	Igreja	Roriz	Granito	Ara funerária	Igreja
AF 13.	S. Bartolomeu (Ervosa)	Santo Tirso	Granito	Ara votiva	MMAP, N.º 170 (1)
AF 14.	Mosteiro	Santo Tirso	Granito	Lápide votiva	Mosteiro
AF 15.	Portelas	S. Mamede de Negrelos	Cerâmica	Necrópole	(?)
AF 16.	Igreja (S. Martinho do Campo)	S. Martinho do Campo	Granito	Ara votiva	MSMS, N.º 19
AF 17.	Igreja	S. Tomé de Negrelos	Cerâmica	Necrópole	(?)
AF 18.	Ginjo	S. Tomé de Negrelos	Cobre	Tesouro monetário	(?)
AF 19.	Pinheiros	Vila das Aves	Ferro/Cerâmica	Casal (?)	MNARQ, S/n.º
AF 20.	Bouça da Lage	Vilarinho	Cobre	Tesouro monetário	(?)
AF 21.	Paradela / Mouriscais	Vilarinho (?)	Cerâmica	Necrópole (?)	(?)

Idade Média

AF 22.	Igreja	Refojos de Riba de Ave	Granito	Sarcófago	Igreja de Refojos de Riba de Ave
AF 23.	Capela de S. Bartolomeu (Ervosa)	Santo Tirso	Xisto	Lápide funerária	Capela de S. Bartolomeu
AF 24(I).	Igreja (Quinta do Passal)	S. Martinho do Campo	Granito	Sarcófago	Casa de Arnozela
AF 24(II).	Igreja (Quinta do Passal)	S. Martinho do Campo	Granito	Sarcófago	Casa de Arnozela
AF 25.	Igreja	S. Miguel do Couto	Granito	Pia baptismal	Igreja de S. Miguel do Couto



Catálogo



NEOLÍTICO/CALCOLÍTICO

EA 1. Redundo, Monte Córdova, Santo Tirso

Necrópole megalítica



Encontra-se implantada numa área planáltica localizada na face noroeste da Serra de Monte Córdova. A chã de Monte Córdova, do ponto de vista geomorfológico, apresenta uma planta circular definida pela curva de nível dos 400 m delimitada por um conjunto de elevações – Pilar, Pedra Posta, Costouras, Assunção e Monte Padrão –, configurando uma depressão marcada por uma densa rede de drenagem que conforma a nascente do rio Leça, onde se localizam as povoações de Monte Córdova, Cabanas, Santa Luzia, Hortal e Redundo.

Os monumentos megalíticos distribuem-se por uma pequena crista de desenvolvimento longitudinal localizada a norte de Redundo, no sopé da vertente oeste do Monte do Lavradio, onde a topografia marca o início da rede de drenagem, cuja distribuição se concretiza para os três principais rios da envolvente – Leça, Ave e Ribeira de Eiriz –, constituindo, portanto, uma área de certo protagonismo topográfico e de domínio visual sobre a área envolvente.

Mamoa I

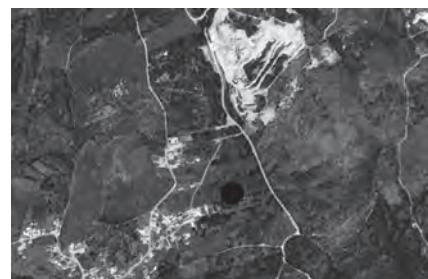
Lat. - 41° 19' 07" N

Long. - 8° 23' 58" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 445 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1997 - Santo Tirso)

Localiza-se a cerca de cinquenta metros para leste da estrada municipal que segue para Bustelo.

A mamoa encontra-se mal conservada, apresentando uma cratera de violação profunda, não sendo visível nenhum dos esteios à superfície do terreno. A elevação, muito ténue, integra-se no relevo envolvente, encontrando-se o monumento definido pela ampla carapaça pétrea que o cobre cujo desenho configura uma planta subcircular de cerca de 10/11 m de diâmetro, constituída por blocos graníticos de pequena/média dimensão com uma





densidade significativa. Num muro de divisória de propriedade localizado a sul do monumento são visíveis dois elementos pétreos que, eventualmente, poderão corresponder aos esteios da câmara funerária.

Dimensões - Diâmetro 10 m; Altura média 1m.

Bibli. - Moreira 1991a, 27, est. I; 2013a, 37-39.

Mamoa II

Lat. - 41° 19' 10" N

Long. - 8° 23' 58" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 450 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Localiza-se junto da estrada municipal que liga Redundo a Bustelo, a cerca de quinhentos metros para noroeste de Redundo. O monumento está relativamente bem conservado, embora a câmara tumular se encontre parcialmente violada. É perceptível a existência de uma carapaça pétrea formada por blocos de granito de pequena dimensão.

Dimensões - Diâmetro 13,5 m; Altura média 1 m.

Bibli. - MOREIRA 1991a, est. I; 2013a, 37-39.

Mamoa III

Lat. - 41° 19' 17" N

Long. - 8° 23' 55" W (meridiano de Greenwich)

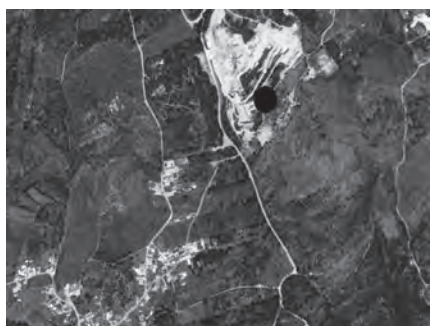
Alt. - 400 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Localiza-se a 200 metros a norte da mamoa II, junto da estrada municipal que liga as aldeias de Redundo e Bustelo.

Trata-se de um pequeno *tumulus*, muito destruído, embora ainda se observem as pontas de três esteios da câmara.

Dimensões - Diâmetro 6 m; Altura média 1,20 m.

Bibli. - MOREIRA 1991a, 27, est. I; 2013a, 37-39.



EA 2. Coutada, Monte Córdova, Santo Tirso

Necrópole megalítica



Os tumúlos megalíticos da Coutada constituem um prolongamento da necrópole do Redundo cujos monumentos se implantem a cerca de 500 m a nordeste do núcleo principal, num local que a microtoponímia identifica como Cova da Loba. As

mamoas inscrevem-se sensivelmente à mesma cota (480 m) numa pequena plataforma natural da vertente oeste do Monte Lavradio, sobranceira à linha de água que configura a nascente da Ribeira de Eiriz. Não são conhecidos materiais provenientes de nenhum dos monumentos megalíticos em análise.

Mamoa I

Lat. - 41° 19' 23" N

Long. - 8° 23' 46" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 480 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

A mamoa encontra-se implantada sobre um pequeno *plateau* junto da estrada municipal que liga as aldeias de Redundo e Bustelo (face leste). Apresenta-se bem preservada embora possua uma cratera de violação de dimensões significativas. Não conserva a tampa de cobertura, assim como nenhum dos esteios da câmara tumular. Atendendo à sua localização o montículo que configura a mamoa encontra-se muito desgastado e integrado na topografia da envolvente, identificando-se, contudo, abundantes elementos da carapaça pétrea cuja distribuição se desenvolve de forma irregular por uma área de cerca de 10 m de diâmetro.

Dimensões – Diâmetro 10,5 m; Altura média 1,1 m.

Bibli. - MARTINHO 1986, 8; MOREIRA 1991a, 27, est. I; 2013a, 37-39.



Mamoa II

Lat. - 41° 19' 32" N

Long. - 8° 23' 44" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 475 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Encontra-se implantada no sopé noroeste do Monte Lavradio (Cova da Loba) a cerca de 100 m a norte da mamoa I, a leste do caminho que liga Redundo a Bustelo. O monumento apresenta-se relativamente bem conservado apesar de revelar uma profunda cratera de violação, na qual não se deteta nenhum esteio da câmara tumular. A mamoa configura uma planta subcircular de pequena expressão onde são perceptíveis abundantes elementos pétreos que integravam a carapaça pétrea de contenção da estrutura tumular.

Dimensões – Diâmetro 8 m; Altura média 1m.

Bibli. - MARTINHO 1986, 8; MOREIRA 1991a, 27, est. I; 2013a, 37-39.



EA 3. Bouça das Mamoas (Lavataães), Refojos de Riba de Ave

Santo Tirso

Mamoas (?)

Lat. - 41° 17' 20" N

Long. - 8° 27' 37" W (meridiano de Greenwich)

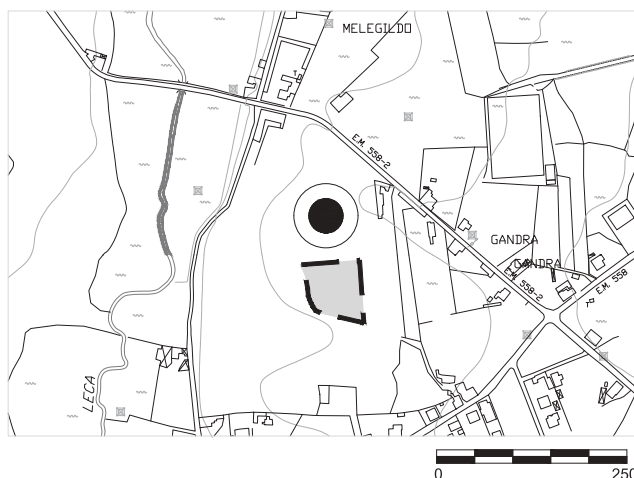
Alt. - 148 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Localizam-se a cerca de 200 metros a leste do rio Leça num terreno agrícola, atualmente florestado com eucaliptos. As mamoas configuram dois montículos artificiais que se destacam na topografia envolvente, encontrando-se relativamente bem preservadas, não revelando cratera de violação, esteios ou elementos pétreos de revestimento e contenção (carapaça pétrea) à superfície do terreno. São formadas por dois montículos contíguos, de planta ovalada,





com orientação no quadrante nordeste/sudeste, com cerca de 27 m diâmetro, apresentado um comprimento máximo de 12 m, por 9 m largura e cerca de 1,90 m de altura em relação à topografia da área envolvente. A sua definitiva classificação e eventual caracterização estrutural e cronológica apenas poderá ser esclarecida através da realização de uma escavação arqueológica.

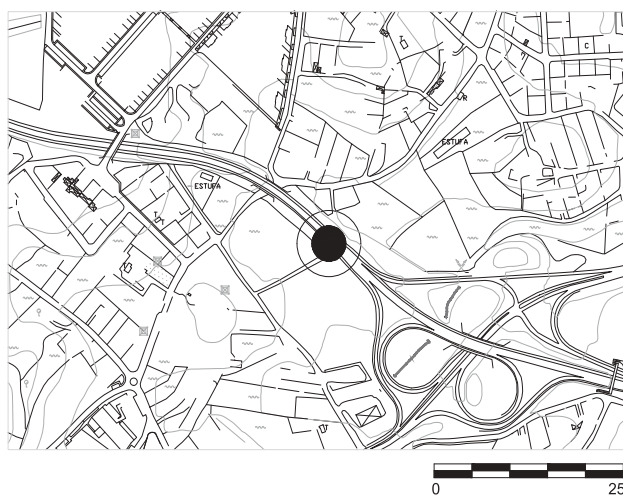


(...) Nesta freguesia, no lugar de Lavatões, nas proximidades do rio Leça, num pinhal conhecido por "Bouça das mamoa's", visitámos em Dezembro de 1981 o que parece corresponder a dois montículos artificiais, contíguos, um dos quais de grandes dimensões, cobertos por denso mato e árvores de elevado porte. Não apresentavam qualquer cratera de violação. Um estudante que nos acompanhou esclareceu-nos que, quando o mato referido não existia, se viam perfeitamente os dois montículos. É possível que se trate de duas mamoa's, mas só uma escavação poderia esclarecer a exacta natureza dos eventuais monumentos em causa. (...) (JORGE 1982, 501).

Bibli. – JORGE 1982, 501; MARTINHO 1986, 8; MOREIRA 1991a, 27, est. I; 2013a, 37-39.



EA 4. Ermida, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso Mamoa



Lat. – 41° 19' 59" N
Long. – 8° 29' 32" W (meridiano de Greenwich)
Alt. – 99 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 – Santo Tirso)

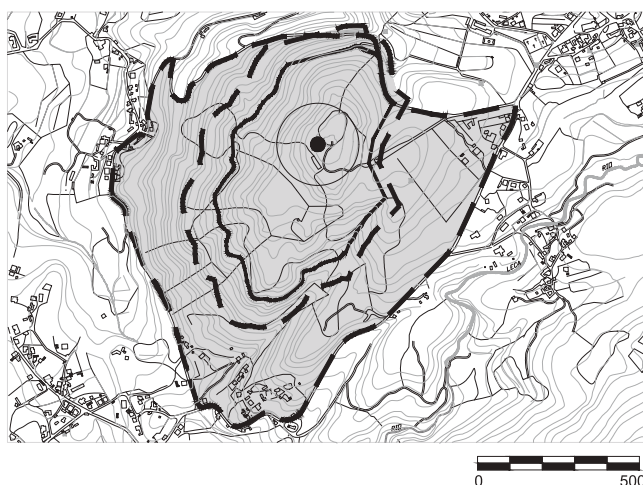
Túmulo megalítico localizado a cerca de 2 km a sudoeste da cidade de Santo Tirso, junto da via intermunicipal de acesso à cidade. A mamoa configura uma elevação de planta oval, de recorte irregular, com cerca de 8,30 m de comprimento, 6,20 m de largura e cerca de 1,10 m de altura em relação à topografia da área envolvente. Na zona central, correspondente ao *tumulus*, existe uma cratera de violação relativamente extensa e profunda, na qual não se evidencia qualquer esteio da câmara tumular. A estrutura de contenção encontra-se relativamente preservada revelando alguns elementos da carapaça pétrea à superfície. De acordo com informações fornecidas pelo Abade Pedrosa o monumento integraria uma necrópole composta por vários monumentos funerários, atualmente já desaparecidos⁷².

Bibli. – MARTINHO 1986, 8; MOREIRA 2007, 24-25; 2013a, 37-39.

BRONZE MÉDIO

EA 5. Monte Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso

Povoado fortificado



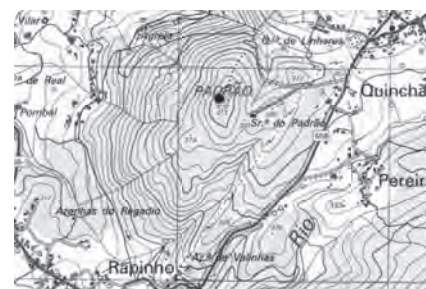
Coordenadas geográficas

Lat. - 41° 18' 45" N

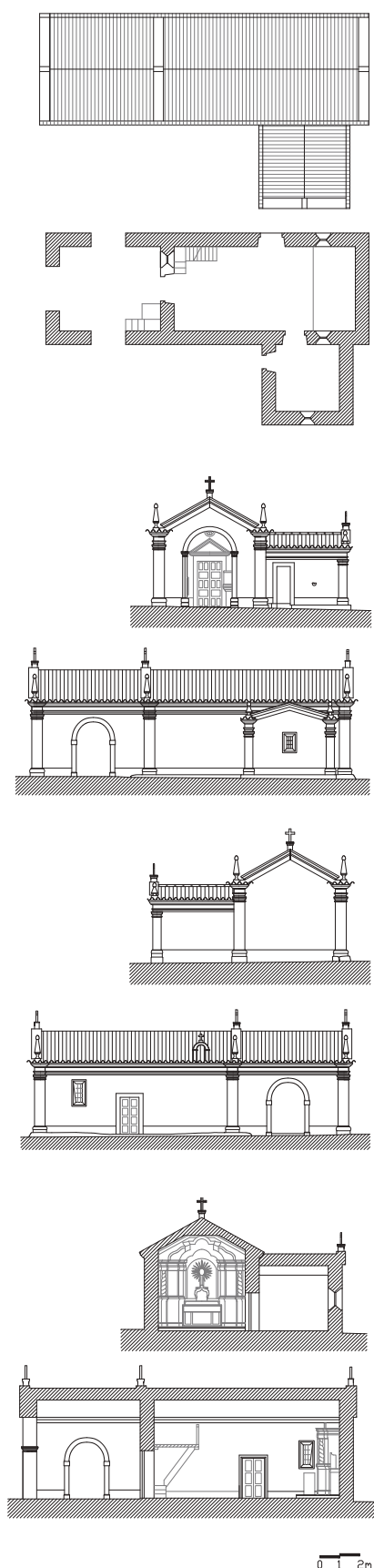
Long. - 8° 26' 57" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 403 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

O Monte Padrão constitui uma referência incontornável no panorama da arqueologia do Norte de Portugal, cujo interesse científico tem vindo a ser evidenciado pelos resultados das intervenções arqueológicas desenvolvidas nas duas últimas décadas,



72. Em carta datada de 28 de outubro de 1888, o Abade Pedrosa refere a visita efetuada às duas mamoas da Ervosa – (...) Fui hoje ver a mamôa de que nos fallou o regedor, ou antes as mamôas, porque são duas, afastadas uma da outra coisa de 50, ou 60 metros. Estão numa bouça próxima da estrada da Trofa para St.º Thyrsó, no sítio em que o terreno principia a pender para um ribeiro, que passa próximo. Medem dez metros de diâmetro na base por um e meio d'alto, ficam a trez kilometros da que vimos na bouça das Bicas e na mesma freguesia de S. Martinho de Bougado (...). Em 17 de dezembro do mesmo ano dá conhecimento da descoberta de uma outra mamoa, eventualmente relacionada com a anterior – (...) N'uma bouça immediata áquella em que vimos a mamôa, ao pé d'Abelheira, na Trofa, encontrei outra mamôa, apesar de me parecer que já não está intacta, hei-de mandá-la abrir, para ver se dá alguma coisa. (...) (LIMA 1940, 77-109).



Capela do Nosso Senhor do Padrão - Levantamento arquitetónico (planta, cortes e alçados).

como reflete a extensa bibliografia publicada sobre o imóvel⁷³.

Na sequência de um trabalho de investigação sistemático⁷⁴, que teve início na década de 1990, a Câmara Municipal de Santo Tirso através do seu Gabinete de Arqueologia assumiu o projeto de estudo, salvaguarda e musealização do imóvel. A área arqueológica encontra-se classificada como Monumento Nacional desde 1910 e beneficia de uma ZEP criada em 2011⁷⁵.

O local foi referenciado desde finais do séc. XVI na bibliografia de hagiógrafos, cronistas, corógrafos e viajantes, relacionando-o, fundamentalmente, com a figura egrégia de S. Rosendo e o mosteiro de Monte Córdova. A partir do início da primeira década do séc. XX, com a classificação da estação arqueológica como Monumento Nacional, teve início a história do imóvel enquanto monumento arqueológico.

O Monte Padrão localiza-se na freguesia de Monte Córdova, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto, a poucos quilómetros a sudeste da sede do concelho. O acesso ao castro pode fazer-se a partir da povoação de Monte Córdova, em direção ao lugar de Quinchães, tomando-se, de seguida, o caminho florestal que permite o acesso à Capela do Senhor do Padrão que se localiza no sopé do castro.

O seu topónimo ficou a dever-se ao achado de uma cruz recolhida na acrópole do povoado tendo dado origem à edificação da capela do Senhor do Padrão, construída no segundo quartel do séc. XVIII, concretamente entre 1738 e 1742⁷⁶.

73. Bibli. SANTARÉM 1951, 49-66; 1955, 397-429; COUSELO 1973, 7-13; PONTE 1984, 129, n.º 15; MARTINS 1985, 217-230; SILVA 1986, 83, n.º 344; CENTENO 1987, 115-116; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/360; MOREIRA 1991a, 28-34; 1997, 13-82; 1997, 83-87; 2005a, 255-276; 2005b; 2006; 2006a; 2007, 32-34; 2008, 129-145; 2009, 9-93; 2009a, 160-175; 2010, 269-291; 2010a, 215-317; 2011, 455-449; 2013, 101-127; 2013d, 9-130; QUEIROGA 1992, 169, n.º 242; DINIS 1993, 98-99, n.º 39; VALDEIRAS 1997, 131-137; FARTO 2000, 65-76.

74. O projeto de investigação científica que norteia a intervenção arqueológica que temos vindo a desenvolver no Monte Padrão - *Projecto de estudo, valorização e dinamização do Monte Padrão e Estação Arqueológica do Monte dos Saltos* - conforme o título sugere, consiste numa abordagem de âmbito geográfico definido, cujo enfoque, ao nível da escavação, incide fundamentalmente em duas estações. Em termos de contextualização o espaço em análise encontra-se balizado a norte pelo rio Ave, a sul pelo rio Leça e pela costa atlântica a oeste, compreendendo uma área geográfica de aproximadamente 390 km² que abrange parcialmente os concelhos de Santo Tirso, Trofa, Vila do Conde, Matosinhos, Maia e Valongo. Este território configura uma unidade geo-histórica cujas características geomorfológicas propiciaram, desde tempos remotos, o desenvolvimento de uma intensa atividade agropecuária e marítima que, até há relativamente pouco tempo, lhe conferiu um *facies* rural, cujos atributos tem vindo a alterar-se desde o incremento do processo de industrialização, desenvolvido na região a partir de meados do séc. XIX. A área regista abundantes vestígios relativos à Pré-história Recente, designadamente associados à cultura megalítica, assim como ao Calcolítico e Bronze Final, manifestando-se na Idade do Ferro como um espaço muito dinâmico, de elevada densidade populacional, que conheceu em época romana um intenso desenvolvimento.

75. O imóvel foi inicialmente classificado com a designação de Castro de Monte Córdova (Decreto de 16 de Junho de 1910 / Diário de Governo, n.º 136, de 23 de Junho de 1910), tendo sido retificada a sua denominação para Castro do Monte do Padrão em 1951 (Decreto n.º 38491 / Diário de Governo, n.º 230, de 6 de Novembro de 1951 - Dec. Lei n.º 38.491, art.º 3). A Portaria n.º 372 de 2011, publicada no DR IIª Série n.º 35 de 18 de Fevereiro de 2011, fixou uma Zona Especial de Proteção - (...) *É fixada a zona especial de protecção (ZEP) do Castro do Monte Padrão, sito na freguesia de Monte Córdova, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto, classificado como monumento nacional por decreto de 16 de Junho, publicado no Diário de Governo, n.º 136, de 23 de Junho de 1910, com a alteração de denominação concretizada pelo Decreto n.º 38 491, publicado no Diário do Governo, n.º 230, de 6 de Novembro de 1951, de acordo com a delimitação constante da planta anexa à presente portaria, da qual faz parte integrante (...).*

76. A referência toponímica - Monte Padrão - relaciona-se com a edificação da capela implantada no sopé do Castro e documenta-se apenas a partir da

A estação arqueológica ocupa um esporão rochoso da Serra de Monte Córdova, que corresponde a um dos relevos mais significativos da vertente oeste. Localiza-se na área limite das bacias hidrográficas dos rios Ave e Leça, integrando a face norte a rede de drenagem do rio Ave e, a face sul, a do rio Leça. A sua implantação, de grande protagonismo na paisagem, revela uma posição de destaque na região, permitindo um amplo controlo dos principais eixos de circulação. Topograficamente caracteriza-se pela existência de uma plataforma superior de planta oval, relativamente plana e extensa, que, *grosso modo*, corresponde à área definida pela primeira muralha do povoado. A acrópole desenvolve-se no sentido norte/sul por cerca de 180 m e, 100 m no sentido leste/oeste, perfazendo uma área aproximadamente de 17.000 m².

O modelado existente proporciona boas condições naturais de defesa. As faces norte, sul e oeste possuem vertentes com pendor acentuado, apresentando-se a encosta leste mais suave e curta, configurando uma zona de ligação ao interior do maciço montanhoso.

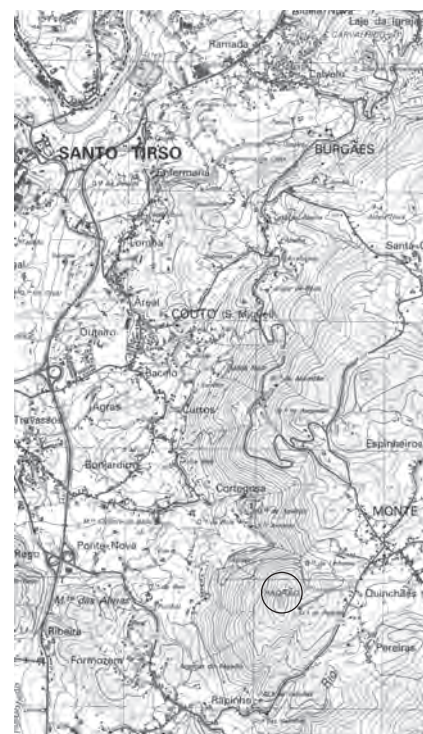
A área geográfica em que o povoado se insere corresponde à zona climática designada por Terra Temperada/Quente Atlântica que compreende o tramo superior do rio Leça e parte da vertente oeste de Monte Córdova, confinando a norte, sul e oeste com a zona identificada por Terra Temperada/Quente Litoral. Do ponto de vista climático caracteriza-se pela marcada influência atlântica registando uma significativa amplitude térmica anual. Os valores médios observados são: 14° C de temperatura média anual; 16° C de temperatura média do mês mais quente e precipitação média anual na ordem dos 1200 mm a 1600 mm por m³.

O substrato geológico da região corresponde à grande mancha de granito da face oriental do concelho de Santo Tirso, identificando-se a variedade porfiróide como predominante.

Na área envolvente do castro existem terrenos de elevada aptidão agrícola ao longo das margens do rio Leça, em faixas estreitas e descontínuas, que confrontam com terrenos de aptidão agrícola moderada que ocupam praticamente toda a área da depressão do planalto de Monte Córdova, cujo recorte configura a rede de drenagem do tramo superior do rio Leça. Ao longo dos tempos a atividade humana na área envolvente da estação arqueológica, a ritmos diferenciados, através da prática da agricultura, da pastorícia e da silvicultura, tem intervindo profundamente na composição dos solos, na topografia e no coberto florestal. Entre os principais fatores de transformação da paisagem destaca-se a construção de socalcos, operados em toda a região em zonas com declives superiores a 4-5 %, com vista ao aumento da espessura e nivelamento dos solos, de forma a permitir uma utilização intensiva da terra através da prática de métodos de rega tradicionais e evitar a erosão. Este processo, que alterou significativamente a topografia original de toda a região, foi potencialmente incrementado com a introdução da cultura do milho, da batata e do feijão, nomeadamente a partir do momento em que estes produtos passaram a constituir a base da alimentação da população.

As referências da cultura material e as sequências estratigráficas

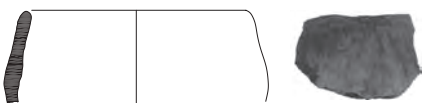
sua construção, em 1738, sob a designação de Senhor do Padram do Mosteiro Velho. Entre a bibliografia mais significativa sobre a capela veja-se; Melo 2004, 95-100; CORREIA 2004b, 4; MOREIRA 2005b, 57.



Carta militar (SCE: 1/25000)
Carta geológica (SG: 1/25000)
Carta de aptidão da terra (Geométral: 1/100000)



Sondagens arqueológicas efetuadas na plataforma superior (1985).



identificadas no Monte Padrão documentam uma longa ocupação que tem início no Bronze Médio e se desenvolve até ao 2º quartel do séc. XVII, registando-se um hiato entre o *terminus* da ocupação romana e a Alta Idade Média. Os dados atualmente disponíveis permitem rever as propostas anteriores formuladas e esboçar uma periodização balizada em dez fases que parametrizam os principais momentos de ocupação.

Fase I	 1250 a.C.(BM)
Fase II	1250 a.C. 1000 a.C. /900 a.C. (BF /1ª Fase)
Fase III	1000 a.C. / 900 a.C. 700 a.C. (BF /2ª Fase)
Fase IV	700 a.C. 500 a.C. / 450 a.C. (1ª IF)
Fase V	500 a.C. /450 a.C. 200 a.C. (IIª IF/ 1ª Fase)
Fase VI	200 a.C. Tibério/Cláudio (IIª IF /2ª Fase)
Fase VII	Tibério/Cláudio 1ª Metade do séc. II
Fase VII a	1ª Metade séc. II Meados do séc. III
Fase VIII	900 Finais séc. XII
Fase IX	Finais do séc. XII 1ª metade do séc. XVII
Fase X	1738 ----.....

À luz dos atuais conhecimentos o povoado regista a sua primeira ocupação efetiva no decurso do Bronze Médio. Os materiais arqueológicos conhecidos relativos a este período resultaram de uma intervenção na face nordeste da plataforma superior na qual se identificou uma fossa detritica e estratos arqueológicos onde foram recolhidos cerca de mil e quinhentos fragmentos com – (...) ... *uma certa homogeneidade cultural* (...) –, que a autora da escavação, Manuela Martins, datou genericamente do Bronze Final. Contudo, a presença de um significativo número de fragmentos com decoração excisa e tipo boquique (Cogotas I), cujos paralelos regionais sugerem uma datação balizada entre o final do Bronze Médio e o Bronze Final pleno, permite admitir a possibilidade de a primeira ocupação do castro datar efetivamente deste período, facto que futuras intervenções com o apoio a métodos de datação absoluta poderão confirmar.

Acompanha a ergologia cerâmica um significativo acervo de objetos líticos relacionados com as atividades domésticas, identificando-se, entre outros, mós de naveta, um diversificado reportório de instrumentos em pedra polida (machados, goivas, cinzéis, etc.), pesos (cerâmicos e líticos) e utensilagem diversa em sílex (lâminas de dorso preparado, raspadores, etc.)

Como testemunho da ocupação da área envolvente durante o Bronze Inicial e Bronze Médio, eventualmente conotado com a ocupação identificada no Monte Padrão, merece referência a ocorrência de um machado plano, datado do Bronze Inicial, identificado como procedente de Monte Córdova (REY 1998, 89, n.º 102).

MATERIAL ILUSTRADO

1. Fragmento de bordo de pote

Proveniência – Monte Padrão - [N.º Inv.º – PAD 85 M1 = 205 =, 5084]

Material – Cerâmica. Pasta compacta e dura de cozedura irregular destacando-se o núcleo negro em contraste com as faces. Constituição grosseira, mal calibrada, com abundantes elementos não plásticos de diferente calibre, formados por grãos de quartzo e, em menor percentagem, mica. Superfície alisada com

espatulamento intenso, vestígios de exposição ao fogo (R5)⁷⁷.

Descrição – Fragmento de parede e bordo de pote de perfil ovoide de modelação manual. Bordo reto, ligeiramente introvertido, rematado por um lábio de secção arredondada. Peça assimétrica com superfície irregular.

Classificação e cronologia – Tipo Manuela Martins, fase I – Forma 1 / Monte Padrão – Fase I.

Dimensões – Comprimento máximo 56 mm; Largura máxima 88 mm; Diâmetro máximo do bordo 140 mm; Espessura máxima do bordo 7 mm.

Depósito – CMST / MMAP 45.

Bibli. – MARTINS 1985, 220, est. III, n.º 8; MOREIRA 2007, 59.

2. Fragmento de cerâmica com decoração puncionada

Proveniência – Monte Padrão - [N.º Inv.º – PAD 85 (M1.207), 5139]

Material – Cerâmica. Pasta de constituição arenosa, muito friável. Compactação média com cozedura homogénea (M67). Elementos não plásticos compostos exclusivamente por grãos de quartzo de dimensão média. Superfície alisada e pouco polida (M67).

Descrição – Fragmento de parede de vaso de modelação manual. Decoração composta por motivos incisos de formato oval efetuados a punção. A reduzida dimensão do fragmento não permite compreender o tema na sua totalidade, todavia a composição circular das linhas sugere uma temática relacionada com grinaldas.

Classificação e cronologia – Tipo “Cogeces” / Monte Padrão – Fase I.

Dimensões – Comprimento máximo 26 mm; Largura máxima 22 mm; Espessura máxima 4 mm.

Depósito – CMST / MMAP 54.

Bibli. – MARTINS 1985, 220, est. V, n.º 6; MOREIRA 2007, 60; SILVA; MOREIRA 2010, 115, n.º 091.



3. Fragmento de cerâmica com decoração tipo boquique.

Proveniência – Monte Padrão [N.º Inv.º – PAD 05A, op. 24]

Material – Cerâmica. Pasta compacta, medianamente depurada, com cozedura homogénea. Elementos não plásticos abundantes, bem calibrados, compostos por quartzo e mica. Superfície alisada e polida (P71).

Descrição – Fragmento de parede de vaso de modelação manual decorado com motivos geométricos (meandros alternados com motivos retilíneos). A área rebaixada encontra-se preenchida com argila de cor branca, que se mantém perfeitamente conservada e bem aderida.

Classificação e cronologia – Tipo Cogotas I / Monte Padrão – Fase I.

Dimensões – Comprimento máximo 76 mm; Largura máxima 64 mm; Espessura máxima 9 mm.

Depósito – CMST / MMAP 46.

Bibli. – MOREIRA 2005, 21; 2007, 59; BETTENCOURT 2010, 74.



4. Fragmento de cerâmica com decoração tipo boquique

Proveniência – Monte Padrão [N.º Inv.º – PAD 85 (M1.214), 5376]

Material – Cerâmica. Pasta compacta, bem depurada, de cozedura irregular com núcleo escuro (T51). Elementos não plásticos bem calibrados, compostos por quartzo e mica. Superfície alisada e polida (P69).

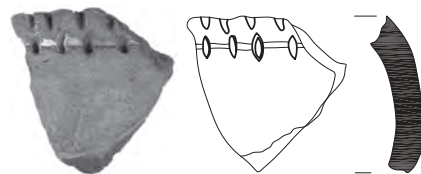
Descrição – Fragmento de parede de vaso de modelação manual. Decoração composta por motivos incisos de formato oval, efetuados a punção.

Classificação e cronologia – Tipo “Cogotas I”, fase II / Monte Padrão – Fase I.

Dimensões – Comprimento máximo 28 mm; Largura máxima 24 mm; Espessura máxima 4 mm.

Depósito – CMST / MMAP 53.

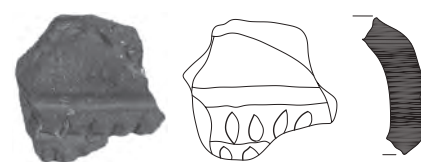
Bibli. – MARTINS 1985, 220, est. V, n.º 7; MOREIRA 2007, 60; SILVA; MOREIRA 2010, 115.



5. Fragmento de cerâmica com decoração tipo boquique

Proveniência – Monte Padrão [N.º Inv.º – PAD 85 (M2.0116)]

Material – Cerâmica. Pasta compacta, bem depurada, com cozedura uniforme



77. As referências à cor das pastas, superfície dos fragmentos cerâmicos e objetos líticos é feita segundo o código de cores de solos de A. Cailleux (CAILLEUX, s/d)

(S31). Elementos não plásticos bem calibrados, compostos por quartzo e mica. Superfície alisada e polida (S31).

Descrição – Fragmento de parede de vaso de modelação manual. Decoração composta por motivos incisos de formato oval efetuados a punção, limitados na face superior por uma canelura.

Classificação e cronologia – Tipo “Cogotas I”, fase II / Monte Padrão – Fase I.

Dimensões – Comprimento máximo 36 mm; Largura máxima 32 mm; Espessura máxima 8 mm.

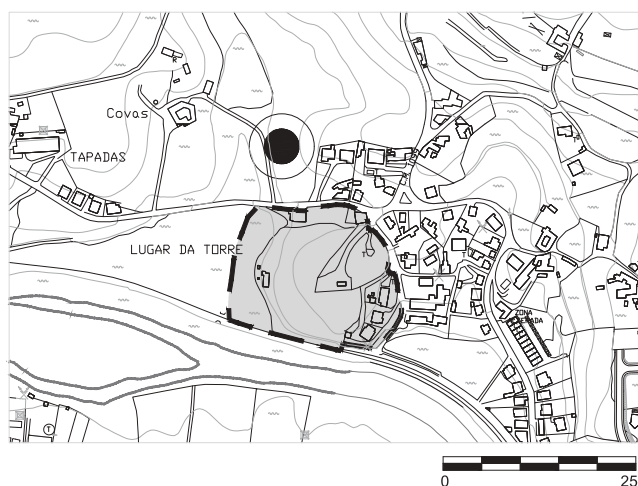
Depósito – CMST / MMAP 49.

Bibli. – MARTINS 1985, 220, est. V, n.º 4; MOREIRA 2007, 60.

BRONZE FINAL | IDADE DO FERRO

EA 6. Torre, Areias, Santo Tirso

Castro



Coordenadas geográficas

Lat. – 41° 21' 15" N

Long. – 8° 28' 38" W (meridiano de Greenwich)

Alt. – 50 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98 – Santo Tirso, 1977)

O Castro da Torre localiza-se na freguesia de Areias, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto. O acesso à estação arqueológica pode fazer-se através da EM n.º 204, no sentido Santo Tirso - Famalicão, infletindo-se, ao km 45, em direção à localidade de Freixieiro, cujo acesso, após 1 km de percurso, conduz ao sopé do castro. O imóvel encontra-se mal preservado tendo registado inúmeras perturbações que transformaram a sua topografia original, destruição de estruturas e respetivas estratigrafias associadas⁷⁸.

O castro encontra-se implantado sobre um pequeno promontório sobranceiro à margem direita do rio Ave. Possui vertentes relativamente abruptas com exceção da face nordeste que configura a ligação ao interior. A acrópole, relativamente plana e extensa, apresenta uma planta ovalada, atualmente muito alterada devido à construção de um muro de sustentação de terras para a criação do adro da capela. A sua localização permite o acesso a terrenos agrícolas de aptidão agrícola elevada, formados pelos depósitos aluviais do rio Ave.



Castro da Torre - Vista aérea.

78. Designadamente a plataforma superior que foi terraplanada e parcialmente ocupada por uma capela dedicada a Nossa Senhora “do Parto”.

No momento da construção de uma habitação na vertente sudeste, na década de 70 do século passado, surgiu, a cerca de três metros de profundidade - (...) “*uma rua lajeada, muita cerâmica e pedras aparelhadas*” (...). Na abertura de acesso à capela também se identificaram “*alicerces de casas e muita cerâmica*”. A análise dos materiais cerâmicos e as características topográficas do terreno apontam para uma ocupação da Idade do Ferro, período romano e época medieval. Desta última há notícia da existência de uma torre ameada, demolida no séc. XIX, para reutilização dos materiais na construção da ponte sobre o rio Ave (LIMA 1956, 225-227)⁷⁹. O conhecimento oficial da existência da estação arqueológica por parte da Câmara Municipal remonta, pelo menos, à década de cinquenta, momento em que o então Presidente da edilidade, Alexandre Lima Carneiro, sugeriu a sua aquisição (Sessão de 12 de Abril de 1955).

Relativamente à ocupação a Idade do Ferro o conhecimento atual decorre apenas da análise e interpretação de materiais de superfície que remetem para uma cronologia relativa à Fase 2 da II Idade do Ferro. Apesar de se desconhecer a sua estrutura e respetivo sistema defensivo as restantes características permitem identificá-lo sob a designação de “castro agrícola”. Estruturado segundo os modelos indígenas a sua implantação revela especificidades que o diferenciam dos assentamentos convencionais, nomeadamente pela proximidade a terrenos de elevada aptidão agrícola⁸⁰, a modéstia das condições naturais de defesa e a existência de uma única plataforma de ocupação estruturada segundo um sistema defensivo simplificado, composto apenas por uma muralha. Este povoado, instalado num momento adiantado da 2ª. Fase, num quadro de desenvolvimento económico, tecnológico, demográfico e cultural da Cultura Castreja, em que a romanização começava a manifestar a sua influência⁸¹, segundo a análise dos materiais recolhidos, ter-se-á mantido em funcionamento no séc. I-II.

Bibli. – COSTA 1868/69, 324; PIMENTEL 1902, 64; LIMA 1956, 222-223; SANTARÉM 1956d, 20; SILVA 1986, 83, n.º 337; 2007, 134, n.º 419; CORREIA 1989, 36-38; QUEIROGA 1992, 168, n.º 241; DINIS 1993, 59-60; MOREIRA 2004, 27; 2007, 41; 2010, 292.

EA 7. Monte Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso Castro (Bronze Final – Idade do Ferro)

Lat. - 41° 18' 45" N

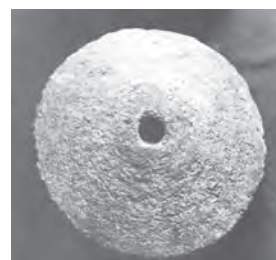
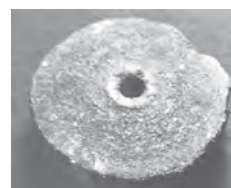
Long. - 8° 26' 57" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 403 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

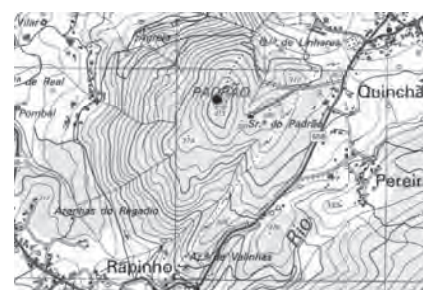
79. Sobre o paço senhorial da Torre Alta e seu domínio, veja-se: CORREIA 1989, 206-223; *Jornal de Santo Thyrsó* de 2, 9, 16 e 23 de outubro de 1987 e 28 de outubro de 1988.

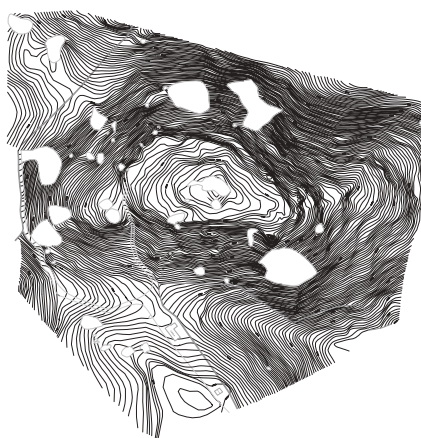
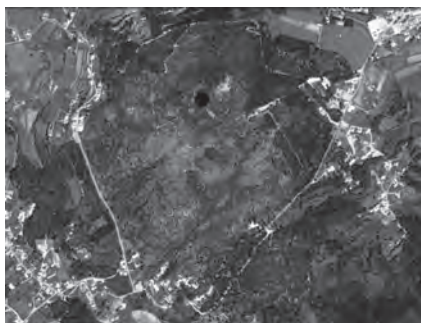
80. Na classificação desenvolvida por Manuela Martins no âmbito do estudo do povoamento proto-histórico e da romanização da bacia do curso médio do Cávado, corresponde ao Tipo C (MARTINS 1990, 209).

81. Segundo a opinião de alguns autores este fenómeno terá resultado de uma política emanada da administração romana, que fomentou a deslocação das populações e a sua disseminação pelo *ager*, de forma a organizar e dinamizar a economia através do incremento da atividade agrícola (ALMEIDA 2003, 166), argumentação que nos parece desajustada, na medida em muitos dos povoados intervencionados, nomeadamente na bacia do Cávado, evidenciam cronologias integradas na Fase 2 da II Idade do Ferro, enquadrando-se a sua génese num fenómeno de natureza endógena resultante de um avançado estágio de desenvolvimento socioeconómico e de crescimento demográfico que caracterizou a fase final da Cultura Castreja.



Instrumentos em pedra polida e mós rotativas recolhidas no Castro da Torre (CORREIA 1989,41).





Monte Padrão - Levantamento topográfico simplificado.



Perfis da envolvente do Monte Padrão. Quadrantes este/oeste e sudeste/nordeste.



A sequência cronológica proposta para a ocupação identificada com a *Cultura Castreja* no Monte Padrão (Bronze Final / I Idade do Ferro / II Idade do Ferro), decorrente de elementos significativos do registo arqueológico, enquadra-se nas referências cronológicas balizadas entre a Fase II e a Fase VI.

Fase I	 1250 a.C.(BM)
Fase II	1250 a.C. 1000 a.C. / 900 a.C. (BF / 1ª Fase)
Fase III	1000 a.C. / 900 a.C. 700 a.C. (BF / 2ª Fase)
Fase IV	700 a.C. 500 a.C. / 450 a.C. (Iª IF)
Fase V	500 a.C. / 450 a.C. 200 a.C. (IIª IF / 1ª Fase)
Fase VI	200 a.C. Tibério/Cláudio (IIª IF / 2ª Fase)
Fase VII	Tibério/Cláudio 1ª Metade do séc. II
Fase VII a	1ª Metade séc. II Meados séc. III
Fase VIII	900 Finais séc. XII
Fase IX	Finais do séc. XII 1ª metade do séc. XVII
Fase X	1738 ----.....

Fase II/III/IV- Apesar de terem sido recolhidos materiais relativos à etapa do Bronze Final em praticamente todas as intervenções realizadas na plataforma superior do castro, não foi ainda identificada qualquer estrutura habitacional ou defensiva diretamente relacionada com este período. Contudo, a dispersão e a densidade da ocorrência de materiais permitem, com alguma segurança, admitir que o povoado teria uma dimensão significativa, cuja ocupação se desenvolveria em toda a face leste da acrópole⁸². Do ponto de vista estratigráfico encontra-se documentada na face nordeste da plataforma superior, cujo espólio compreende taças de fundo umbilicado⁸³, vasos troncocónicos, potes e cerâmicas decoradas tipo «Baiões» e também um amplo reportório de materiais líticos – mós de naveta, machados polidos, pesos cerâmicos e líticos⁸⁴.

82. A intervenção arqueológica levada a efeito por Manuela Martins, em 1985, consistiu na execução de quatro sondagens, das quais merecem particular relevo as implantadas entre o muro leste da *Domus Norte* e a muralha (MARTINS 1985).

83. MOREIRA 1991a, 14, est. VI, n.º 3 - Corte D (05) K 29.

84. Este tipo de pesos em quartzito ou arenito, de formato oval e secção plano-convexa, com entalhes laterais de perfil ovalado, são relativamente abundantes

e lâminas de sílex.

Apesar de na área geográfica do concelho de Santo Tirso apenas se registar ocupação efetiva relativa a este período no Monte Padrão, este momento encontra-se amplamente documentado na região, contextualizando o povoado numa realidade complexa que manifesta alta densidade de povoados com características de implantação muito heterogéneas, reforçada por um elevado número de vestígios dispersos, eventualmente conotados com outros assentamentos ainda não identificados, que permitem uma visão mais abrangente do quadro de povoamento. No âmbito geográfico definido pelos rios Leça e Ave, regista-se ocupação no Castro de Alvarelhos (Trofa), no povoado do Corgo (Azurara, Vila do Conde), no povoado de Santa Cruz (Maia), e no povoado Bouça da Cova dos Mouros, Ardegães (Maia). Este último compreende uma realidade arqueológica mais complexa que integra um núcleo de arte rupestre, do qual o painel mais conhecido é a “Pedra de Ardegães”⁸⁵. Entre outros achados vinculados a este momento cronológico, além do machado de duplo anel proveniente de Palmazão, Guilhabreu, Vila do Conde, relacionado com o Castro de Alvarelhos, regista-se o “depósito de fundidor” identificado no lugar da Abelheira, S. Martinho de Bougado, Trofa, composto por 30 machados de talão de dupla face e duplo anel (LIMA 1940a, 199-200, carta IV; SILVA 1986, Gráfico 4; MOREIRA 2007, 29), o machado de talão de duplo anel proveniente do Chão da Presa, Santo Tirso (MOREIRA 2007, 53, n.º 33), e o machado de alvado de duplo anel, em depósito no MNA (11039), proveniente de Santo Tirso (CARDOZO 1969, fig. 5; MONTEAGUDO 1977, 245, Tipo 41 C; HARDAKER 1976; COFFYN 1983, 194; 1985, 221, 331, carta 42, est. LV, n.º 4; SILVA 1986, Gráfico 4; MELO; ARAÚJO 2000, 53-56/MOREIRA 2013, 47-48), enquadrado na tipologia de Monteagudo como Tipo 41 C Santo Tirso.

Fase V – 500 a.C. | 200 a.C. (II Idade do Ferro, 1ª fase) - Segundo a sequência crono-estratigráfica identificada, onde são manifestos vestígios de ocupação permanente nos níveis imediatamente superiores à camada correspondente ao núcleo do Bronze Final, por meados do I milénio a.C. o povoado terá conhecido um particular desenvolvimento, tornando-se em mais um testemunho da evolução do *habitat* castrejo com afirmação de *facies* regionais.

Este momento identifica-se através da cultura material associada às primeiras estruturas habitacionais pétreas intervencionadas na face nordeste da plataforma superior, nomeadamente as construções VI, VII e uma outra estrutura que, eventualmente corresponderá à primeira linha defensiva (MOREIRA 1991c, 5, corte estratigráfico Este A-A', camada 4). As cerâmicas indígenas caracterizam-se por um forte arcaísmo, simplicidade formal e rudimentar técnica de fabrico (MOREIRA 2005a, 255-276).

Relativamente a esta fase foram intervencionadas duas estruturas habitacionais (VI/VII) e um muro de sustentação de terras, que teria a dupla função de nivelamento da plataforma superior e de constituir a primeira linha defensiva. A estrutura desenvolve-se pela face interna da muralha construída na Fase VI, a sensivelmente dois metros desta. É composta por blocos graníticos de diferente calibre, dispostos desordenadamente, não formando uma estrutura consistente. As construções habitacionais identificadas localizam-se no extremo norte da plataforma superior. A primeira implanta-se junto da estrutura defensiva, no lado norte da vala de sondagem. É composta apenas por duas fiadas de pedra aparelhada. Da restante estrutura apenas subsiste o alicerce, formado por um leito de saibro e pedra miúda. A totalidade da construção encontrava-se coberta por uma camada de saibro de espessura variável, resultante de trabalhos de nivelamento da plataforma. O paramento, aparentemente de dupla face, tem de largura máxima 0,60 m, e a casa 2,40 m de diâmetro interno. No seu interior encontra-se um afloramento nivelado pela face interna da estrutura, denotando vestígios de trabalho de pico⁸⁶.

A segunda construção identificada localiza-se no extremo sul da área intervencionada. Está implantada diretamente no afloramento granítico e conserva apenas uma fração mínima da totalidade do seu perímetro. Avaliando a curvatura da estrutura remanescente, e partindo do princípio que seria circular, o seu diâmetro interno teria cerca de 3,40 m e a largura máxima do paramento 0,40 m. Na face sul, local em que assenta sobre o afloramento, existe um pequeno sulco de perfil em U que acompanha a curvatura da estrutura com cerca 0,08 m de largura e 0,10

e foram inicialmente interpretados como indicadores da atividade piscícola (LANHAS; BRANDÃO 1971, 581-589), sendo atualmente admitidas funções mais amplas, designadamente relacionadas com a atividade de tecelagem (CANO PAN 1986).

85. O sítio arqueológico desenvolve-se aproximadamente por 3h. Encontra-se implantado numa vertente de meia encosta, de declive suave, orientada a nascente, cuja topografia oscila entre os 101 e os 120 m. O local foi alvo de várias intervenções encontrando-se já amplamente referenciado na bibliografia arqueológica, contudo, recentes descobertas documentam de forma mais precisa este horizonte cronológico-cultural, assim como a dimensão e as características do povoado (JÚNIOR 1940, 357; 1963, 119-120; TWOHIG 1981, 49-55).

86. Os resultados dos trabalhos realizados em povoados com ocupação relativa a esta fase manifestam as particularidades destas estações, que se tornam mais evidentes quando confrontados os elementos comuns entre o rio Minho e rio Douro com os da área a sul deste rio, sendo, todavia, de observar, por se tratar de um significativo elemento caracterizador da arquitetura castreja, a adoção sistemática da planta circular documentada no Coto da Pena (Caminha) na Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim), Santo Estêvão da Facha (Ponte de Lima) e também no Morro da Sé do Porto, onde apareceram os alicerces de parte de uma construção redonda, com aparelho constituído por pedra muito miúda, com idênticas características construtivas aos edifícios desta época, que geralmente revelam paredes pouco espessas, de dois paramentos unidos por argamassa de saibro, sem utilização de pico de ferro e com estratos de ocupação de pisos finos.

m de profundidade, cuja função seria drenar as águas pluviais, evitando infiltrações no alicerce.

O espólio é composto maioritariamente por cerâmica, objetos líticos e, numa expressão pouco significativa, por instrumentos metálicos, exclusivamente de bronze. As cerâmicas, de uso corrente e de armazenamento, revelam um forte arcaísmo técnico e formal. Predominam potes e púcaros de perfil em S de fabrico manual. As pastas, relativamente bem depuradas, apresentam elementos não plásticos bem calibrados compostos essencialmente por grãos de quartzo e, em menor quantidade, mica e feldspato. Em termos genéricos, o tratamento das superfícies exteriores revela um acentuado polimento, trazendo à superfície as lâminas de mica que conferem às peças um acentuado brilho e um efeito decorativo inovador, contrastando profundamente com o brunido intenso, de cor negra, brilhante, característico de algumas peças mais cuidadas do Bronze Final. As decorações, pouco frequentes, são constituídas por motivos incisos, organizados em bandas, compondo motivos geométricos padronizados. O reportório das formas é limitado e pouco especializado, sendo, no entanto, de assinalar o aparecimento de painéis com asas interiores cuja peculiaridade as evidencia como uma das formas mais emblemáticas da cerâmica castreja, reconhecendo-se esta fase como de afirmação da sua originalidade, com assimilação de estímulos interiores, de teor celtizante, que, no caso do Monte Padrão, é patente na adoção de motivos decorativos estampados com representação de séries de SS, círculos concêntricos e triângulos aplicados em recipientes cerâmicos de modelação manual. O instrumental lítico, muito abundante, é composto por seixos truncados, pesos e mós de naveta.

Fase VI – 138/136 a. C. | Tibério/Cláudio (Idade de Ferro, Fase II) - Esta fase encontra-se balizada pelos primeiros contactos diretos entre romanos e indígenas, que tiveram início com a campanha de *Decimus Iunius Brutus*, e foram seguidos por outros episódios militares que resultaram em amplas movimentações internas e, conseqüentemente, num contacto mais direto com o mundo castrejo, entre as quais se destacam as campanhas Sertorianas. É geralmente identificada como a fase de apogeu da Cultura Castreja, no qual se desenvolve um fenómeno de reorganização do quadro do povoamento, com destaque para o surgimento de grandes povoados dotados de um ordenamento de características proto-urbanas e estruturas defensivas assinaláveis, aos quais, hipoteticamente, corresponderá uma certa preponderância militar e política na sua área de influência.

Após as guerras cántabras (27-19 a.C.), fundamentalmente a partir da paz de Augusto e a implementação do modelo administrativo romano na área que mais tarde viria a ser a província da Galécia, documenta-se uma acelerada assimilação cultural.

O Monte Padrão, ainda que presumivelmente não tenha assumido um estatuto de capitalidade, regista nesta fase o seu apogeu enquanto povoado castrejo, ao qual correspondem a maior parte das estruturas habitacionais identificadas na acrópole, as principais estruturas defensivas, que foram alvo de significativos trabalhos de restauro e ampliação neste período, assim como o balneário identificado na face sudeste do povoado. No interior do recinto formado pela primeira muralha foram intervencionadas oito estruturas de carácter habitacional, identificando-se duas distintas fases construtivas, estrutural e cronologicamente diferenciadas.

Do dispositivo defensivo do povoado apenas se conhece parte da primeira muralha e um pequeno segmento de um pano de reforço que se desenvolve transversalmente à primeira, localizado na face sul da acrópole. Todavia, os taludes e as plataformas existentes, perceptíveis pela análise da topografia do terreno, permitem admitir a presença de mais uma linha defensiva, assim como a de estruturas complementares de defesa localizadas na face leste do povoado, que corresponde a uma zona de ligação ao interior onde as condições topográficas impõem maior vulnerabilidade defensiva. Estruturalmente a muralha forma um muro contínuo e uniforme, apresentando uma ligeira inclinação para o interior em toda a sua extensão, intencionalmente criada no momento da sua construção para maior solidez.

A estrutura é composta por um paramento simples, em alvenaria de granito, de apenas uma face, sem travamento. Regista uma técnica construtiva de elevada qualidade, com aparelho poligonal, composto por blocos de pedra irregular de dimensão média, justa posta com junta seca bem ajustada, apresentando os poucos interstícios existentes preenchidos com pequenos elementos ligeiramente recuados à face. O tratamento da superfície é de pico fino revelando uma estereotomia uniforme. O paramento ostenta uma superfície muito regular evidenciando uma criteriosa seleção dos elementos construtivos e um trabalho descriminado para cada um deles, de forma a garantir uma integração e ajuste perfeito em todas as faces. A sua construção assenta sobre o afloramento granítico.

O balneário do Monte Padrão foi identificado em 2007 no âmbito da realização de sondagens de avaliação da área periférica da plataforma intermédia localizada na face sudoeste do povoado, cujas características evidenciavam as condições ideais para a instalação de um equipamento dessa natureza (MOREIRA 2013, 101- 127; 2013d, 75 - 80).

Ao significado científico e patrimonial da sua identificação, um dos poucos exemplares descoberto através de escavação planeada, acresce o facto de, aparentemente, o monumento se encontrar bem conservado, como sugere o estado de preservação dos elementos arquitetónicos identificados, a topografia da envolvente e as estratigrafias associadas, perspetivando a sua escavação um importante contributo para o conhecimento da cronologia, arquitetura e dinâmica operacional deste tipo de equipamentos, cuja funcionalidade está hoje perfeitamente atestada como sendo

destinados a banhos⁸⁷, eventualmente relacionados com a componente religiosa, cuja origem remota se associa às “cabanas de sudação”⁸⁸ que, pelo aparato construtivo, se destacam das restantes manifestações arquitetónicas que notabilizaram esta cultura na fase do seu apogeu, vulgarmente designada como proto-urbana (SILVA 2007, 14).

O edifício localiza-se no remate da plataforma intermédia da face sudoeste do castro, cuja topografia configura uma área de transição entre a acrópole e as vertentes inferiores do povoado. A sua implantação concretiza-se numa pequena depressão modelada por um desnível natural recortado em torno de uma nascente, em conformidade com a inserção típica deste tipo de monumentos, geralmente localizados nas zonas baixas dos povoados na proximidade de linhas de água ou de nascentes, em subordinação à necessidade de abastecimento dos banhos de água fria e de produção de vapor, de acordo com a corrente interpretação funcional deste tipo de equipamentos, fundamentada em elementos da arqueologia experimental e referências etno-arqueológicas. A modelação do terreno, cuja topografia evolui a partir da implantação do átrio no sentido nordeste, permite perspetivar a sua instalação parcialmente soterrada, com carácter ctónico, como é característico deste tipo de monumentos, invocando contextos característicos de rituais iniciáticos⁸⁹.

Esta particularidade, como foi já referido, para além do significado ritual, estará relacionada com aspetos específicos do seu funcionamento, nomeadamente a captação de água e, particularmente, com a manutenção do calor. No Monte Padrão é evidente a adoção desta solução construtiva uma vez que o local de captação de água se localiza a uma cota superior, na face noroeste do átrio, possibilitando a sua condução por efeito gravitacional.

A estrutura do monumento, que se percebe pela configuração do átrio e pelo estudo comparado de exemplares próximos, nomeadamente da Citânia de Sanfins, da Citânia de Briteiros, do Castro das Eiras e de Santa Maria de Galegos, permite admitir o desenvolvimento de uma planta que se integra na tipologia comum dos edifícios conhecidos entre Douro e Minho, correspondendo ao núcleo cultural da área meridional da Cultura Castreja⁹⁰.

A proposta interpretativa da composição arquitetónica do monumento, que aqui se apresenta de forma simplificada, consiste num exercício interpretativo da dinâmica funcional deste tipo de equipamento, cujos fundamentos têm por base as evidências arqueológicas identificadas, aspetos de natureza arquitetónica e a análise dos edifícios conhecidos na região, valorizando a possibilidade de existência de um grupo de artífices que poderá ter operado em itinerância, como se depreende da afinidade das soluções construtivas e da gramática decorativa dos conjuntos conhecidos. Assim, assumindo como referência um padrão tipológico regional e a evidência dos

87. A historiografia arqueológica, desde a década de 1930, documenta uma significativa diversidade interpretativa deste tipo de monumentos, cuja funcionalidade foi associada a fornos de diferente utilidade - cozer pão ou cerâmica, crematórios, de fundição, etc. -, ou mesmo de matadouro, que foram progressivamente sendo abandonadas em detrimento da interpretação funcional como balneários a partir da década de 1950 (VALVÍS 1955, 432-446; LAMAS 1955, 68-69; ALMEIDA 1974, 149-172; SILVA 1983, 101, 135; 1983-84, 125; 2007, 66-67; SILVA; MACHADO 2007, 21-30), assinalando-se para o território nacional o contributo muito significativo para a sua interpretação a escavação do balneário de Santa Maria de Galegos, Barcelos, cujo estado de conservação permitiu clarificar muitos dos seus principais aspetos funcionais e construtivos.

88. A concordância das fontes clássicas com a interpretação funcional dos equipamentos foi já suficientemente referida por outros autores, em particular com a referência de Estrabão - (III, 3, 6) (...) *Dizem que alguns povos que habitam junto do rio Douro têm hábitos espartanos: untam-se com óleo duas vezes, tomam banhos de vapor, que fazem com pedras aquecidas pelo fogo e [depois] banhos de água fria (...).*

89. Sobre os paralelos proto-históricos e etnológicos europeus veja-se; ALMAGRO; ÁLVAREZ 1993, 192-202.

90. Com a descoberta do balneário do Monte Padrão, Santo Tirso, passam a ser 16 os monumentos conhecidos na área meridional da cultura castreja - 1. Monte Castro, Sardoura, Castelo de Paiva (PINHO 1947, 50-53; CARDOZO 1949, 487-516; CORTEZ 1948, 269-281; SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX; ALMAGRO; ÁLVAREZ 1993, 185, Fig. 3, n.º 7; MACHADO 2005; SILVA; MACHADO 2007, 32-33; 2. Freixo, Marco de Canaveses (SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX; ALMAGRO; ÁLVAREZ 1993, 185, Fig. 3, n.º 3; DIAS 1997; MACHADO 2005; SILVA; MACHADO 2007, 34-35; 3. Castro de Ribalonga, Ribalonga, Alijó (PARENTE 2003; MACHADO 2005; SILVA 2007, 66, Est. IX; SILVA; MACHADO 2007, 36-37; 4. Castro de Vermoim, Vila Nova de Famalicão (SARMENTO 1999 (1880); SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX; MACHADO 2005; SILVA; MACHADO 2007, 38-39; 5. Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira (ARGOTE 1973; ALMEIDA 1974, 149-172; SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX, XXXIII; ALMAGRO; ÁLVAREZ 1993, 185, Fig. 3, n.º 5; MACHADO 2005; SILVA; MACHADO 2007, 39-41; 6. Alto das Eiras, Pousada de Saramagos, Vila Nova de Famalicão (SARMENTO 1999 (1880); QUEIRÓS 1992; ALMAGRO; ÁLVAREZ 1993, 191, Fig. 5, n.º 13b; DINIS 1993; MACHADO 2005a; SILVA; MACHADO 2007, 42-43; QUEIROGA; SILVA 2007, 66, Est. IX; DINIS 2008-2009, 139-147; 7. Forno dos Mouros, Monte da Saia, Chavão, Barcelos (SARMENTO 1999 (1880); CARDOZO 1951, 5-28; 1985, 159, n.º 98; BELLIDO 1968, 5-24; ALMEIDA 1996; SILVA 2007, 67-68, Est. IX; ALMAGRO-ÁLVAREZ 1993, 185, Fig. 4, n.º 3; MACHADO 2005; SILVA; MACHADO 2007, 44-45; 8. Castro de Sabroso, S. Lourenço de Sande, Guimarães (SARMENTO 1906, 41-51; CARDOZO 1960; SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX; ALMAGRO-ÁLVAREZ 1993, 191, Fig. 5, n.º 17; MACHADO 2005; SILVA; MACHADO 2007, 32-33, 46-47; 9. Citânia de Briteiros (I), S. Salvador de Briteiros, Guimarães (CRAESBEECK 1992, 44-45; ARGOTE 1973; SILVA 1876, 136; HÜBNER 1879, 19; 1880; SARMENTO 1879, 157; VASCONCELOS 1905; CARDOZO 1928, 139-152; 1929; 1932, 87-102; 1935, 150-153; BELLIDO 1968, 16-44; SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX; ALMAGRO; ÁLVAREZ 1993, 191, Fig. 5, n.º 16; MACHADO 2005; SILVA; MACHADO 2007, 48-49; 10. Citânia de Briteiros (II), S. Salvador de Briteiros, Guimarães (RIBEIRO 1930-1934, 171-175, 205-208; CARDOZO 1932; BELLIDO 1968; SILVA 1986; 2007, 66, Est. IX; ALMAGRO; ÁLVAREZ 1993, 191, Fig. 5, n.º 16; MACHADO 2005a; SILVA; MACHADO 2007, 50-51; 11. Maximinos, Braga (LEMOS; LEITE; BETTENCOURT; AZEVEDO 2003, 43-46; SILVA; MACHADO 2007, 52-53; 12. Alto das Quintas, Castro de Calvos, Póvoa de Lanhoso (DINIS 2002, 159-179; MACHADO 2005; SILVA 2007, 66, Est. IX; SILVA; MACHADO 2007, 54-55; 13. Santa Maria de Galegos, Barcelos (ALMAGRO; ÁLVAREZ 1993, 191, Fig. n.º 11; ALMEIDA 1996; MACHADO 2005; SILVA 2007, 68-69, Est. IX, XXXI; SILVA; MACHADO 2007, 56-57; 14. Castro de Roques, Vila Franca, Viana do Castelo (SILVA; MACIEL 2005, 115-131; MACHADO 2005a; SILVA 2007, 66, Est. IX; SILVA; MACHADO 2007, 58-59; 15. Castro das Eiras, Arcos de Valdevez (QUEIROGA 1992; MACHADO 2005; SILVA 2007, Est. IX SILVA; MACHADO 2007, 48-49).

elementos escavados, seu dimensionamento e posição relativa, quer ao conjunto edificado, quer ao afloramento rochoso, propôs-se um dimensionamento geral dos espaços. Planimétrica e altimetricamente foram transpostas as proporções conhecidas das diversas câmaras, o que, desde logo, equaciona, ainda que de forma experimental, a tectónica do edifício e dos seus eventuais elementos caracterizantes.

O ângulo da cobertura, a estimativa da altura interior e da passagem livre dos portais, toma como referencial de base a proporção das “Pedras Formosas” da região. A geometria estrutural do modelo, enquanto tal, está alicerçada na axialidade, regularidade e na ortogonalidade, referenciando-se uma vez mais aos exemplos similares de proximidade.

Ao nível da construção assumiram-se também os métodos e os materiais utilizados na região. A proporção adotada é adequada e viabiliza a utilização pontual de elementos de cantaria de granito, nomeadamente nas lajes de cobertura das câmaras, exceção feita ao átrio, e na execução de vãos, ombreiras e padieiras de portais. Os restantes paramentos, ainda que se conheçam exemplos em que também são assim construídos, são aqui representados apenas esquematicamente, podendo também ser constituídos por sobreposição simples de blocos graníticos de estereotomia diversa e irregular, como sugerem os elementos escavados da parede posterior ao tanque. Quanto à câmara de combustão, tipologicamente caracterizada como circular, encimada por calote esférica, seria mais adequadamente constituída por blocos de média ou pequena dimensão, viabilizando construtivamente a forma pretendida. No átrio, conferida a característica de axialidade e simetria é proposta a execução de uma cobertura mais ligeira que as anteriores, por força do dimensionamento dos vãos a vencer, constituída por vigas, madres e ripado de madeira, rematadas por colmo ou outra matéria vegetal. Esta tecnologia, conhecida e corrente, é aqui articulada nos pormenores dos apoios com as soluções de talhe e travamento nas paredes, da cobertura em laje das câmaras e viga central principal. O provável soterrar de todo o conjunto, servindo entre outros, os propósitos de consolidação de toda a estrutura, por compressão, e o de isolamento térmico, devido ao seu uso, far-se-ia com exceção da zona do átrio, cuja previsível estrutura não comporta este acabamento, mantendo também assim possível e desimpedida a entrada.

Os balneários castrejos constituem construções de superior relevância cultural, quer pela sua expressão arquitetónica, quer pelo papel que desempenhavam na estrutura da sociedade castreja. Estes edifícios, genericamente datados da última fase desta cultura, correspondem a um momento de esplendor social, económico e cultural que se reflete de forma paradigmática na organização estrutural e arquitetónica dos povoados, designadamente no ordenamento proto-urbano que alguns conheceram, no qual se torna patente o propósito de estruturação hierárquica e organização do espaço, na imponência das estruturas defensivas e nas múltiplas expressões artísticas patentes, nomeadamente a escultura e a ourivesaria. A descoberta de mais um exemplar deste tipo de complexo arquitetónico, integrado num núcleo já de si numeroso e significativo, constitui um contributo relevante para a compreensão do horizonte cultural, político e religioso, em que se concretiza o seu auge civilizacional que terá resultado de um processo endógeno, alicerçado num forte desenvolvimento civilizacional e cultural que assimila várias influências, mas cuja identidade e originalidade prevalece e se desenvolve à margem do processo de romanização do território.

A cultura material documentada nesta Fase corresponde ao auge civilizacional da cultura castreja, evidenciando um grande desenvolvimento económico e cultural. A cerâmica, praticamente limitada na fase anterior a recipientes de perfil em S, modestamente decorada com motivos incisos, amplia o seu reportório formal registando uma maior adequação à função, assim como significativos progressos técnicos no processo de fabrico. Generaliza-se a utilização do torno, as pastas são agora mais depuradas e melhor calibradas e os acabamentos mais elaborados. Surgem, pela primeira vez, tons claros, resultantes de cozeduras oxidantes, de cor bege, rosado e amarelo. As inovações enriquecem o reportório de formas documentando-se o aparecimento de talhas, painéis de “asa de orelha”, painéis de asa interior, almofarizes, etc. As decorações, mais numerosas e complexas, frequentemente conjugam várias técnicas, sendo mais comuns os motivos impressos e as aplicações plásticas. No plano comercial verifica-se um forte incremento das importações, nomeadamente de ânforas e, no final do séc. I a.C., de vidros e cerâmicas de luxo, concretamente de produções de terra sigillata de tipo itálico, sudgálico e, mais tarde, de produções hispânicas. O instrumental lítico utilitário reduz-se, sendo, no entanto, de salientar a generalização da utilização da mó circular. Os metais conhecem nesta fase uma ampla difusão e registam importantes melhorias no seu processo de fabrico (MARTINS 1990, 164-165). Apesar do acervo instrumental metálico identificado no Monte do Padrão ser relativamente pobre, merece destaque a significativa abundância de vestígios relacionados com a atividade metalúrgica.

O seu enquadramento regional far-se-á no âmbito dos limites geográficos definidos como “território” da Citânia de Sanfins, designadamente o espaço que se desenvolve na face oriental do planalto da Serra de Monte Córdova e a Serra da Agrela⁹¹, integrando uma vasta área definida a oeste pela Serra da Agrela, o rio Ave a norte e o rio Leça a sul,

91. Este limite, definido transversalmente pela linha de cumeeira da Serra da Agrela, confronta com a face oriental do «território» dos

adstrita à unidade gentilícia dos *Fidueneae*.

Esta proposta baseia-se na presunção da existência de uma hierarquia regional do povoamento e, fundamentalmente, em aspetos de carácter sociocultural expressos no domínio religioso, designadamente através do culto de divindades tutelares próprias, fenómeno a partir do qual se tem vindo a identificar os territórios dos *castella*, admitindo uma autonomia relativa destes em relação aos *populi*. Referimo-nos concretamente às epígrafes dedicadas a *Turiaco* provenientes de Lamoso (Paços de Ferreira)⁹² e de Santo Tirso (MOREIRA 1992, 20- 21 fot. 4; 2005b, 33; 2007, 22, 28, fot. n.º 1; 2010, 311-313, est. XXVII, 7/ 2013d, 18- 100), cujo teónimo tem vindo a ser interpretado como uma evocação especial de proteção divina relacionada com as atividades produtivas, a prosperidade e a fecundidade, formando com *Iupiter* e *Cosunea*, divindades amplamente representados na região, uma tríade, identificada respetivamente com a soberania, a força e a fecundidade, à maneira indo-europeia (SILVA 1999, 64-65).

Referências Documentais - Inquirições de D. Afonso III, pp. 541, col. 2ª;

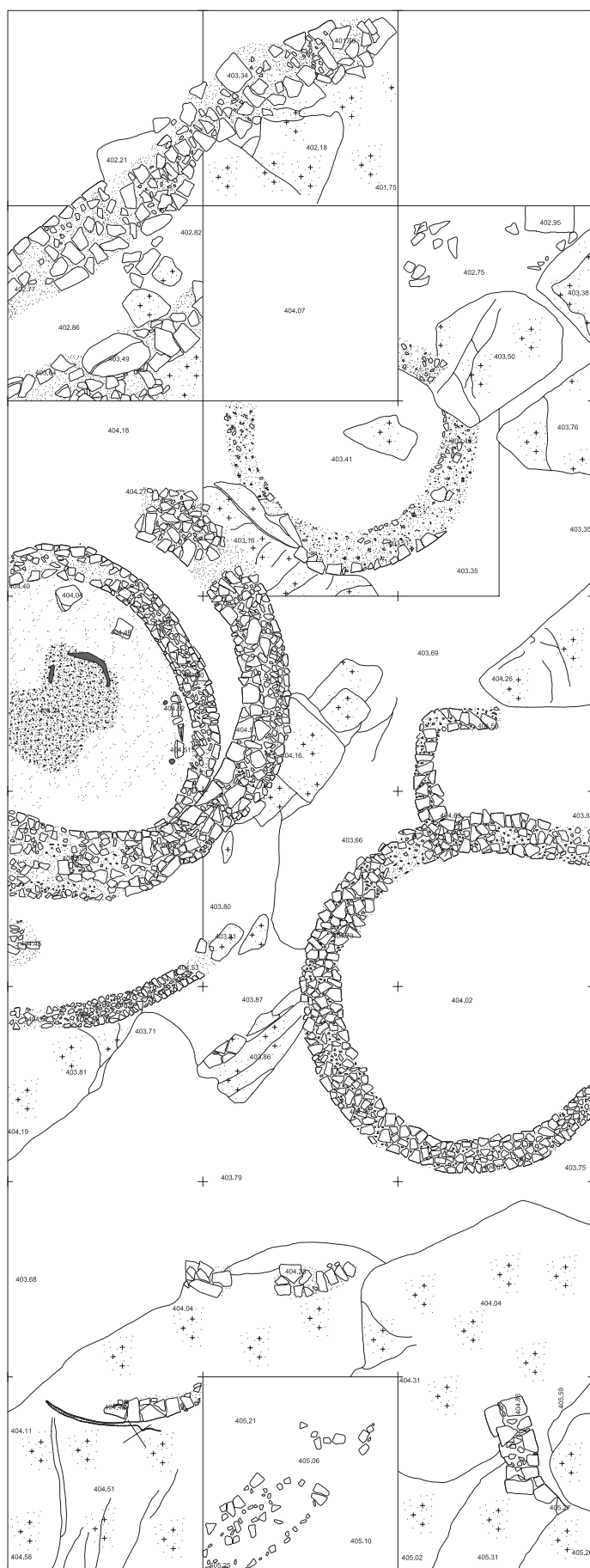
Bibli. - TOMAS 1651, 159-160; CUNHA 1742, 259; LEAL; FERREIRA 1873, v, p. 471-472; VASCONCELLOS 1895, 12-13; SANTARÉM 1951, 49-66; 1955, 397-429; PONTE 1984, 129, n.º 15; MARTINS 1985, 217-230; SILVA 1986, 83, n.º 344; CENTENO 1987, 115-116; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/360; MOREIRA 1991, 28-30; 2005a, 255-276; 1997, 83-87; 2005d; 2007, 32-34; 2008, 129-145; 2009, 11-95; 2009a, 160-175; 2010a, 215-317, 2013d, 98-100; QUEIROGA 1992, 169, n.º 242; DINIS 1993, 98-99, n.º 39.



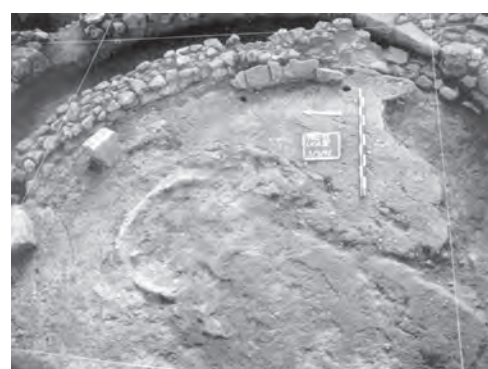
Monte Padrão - Vistas aéreas.

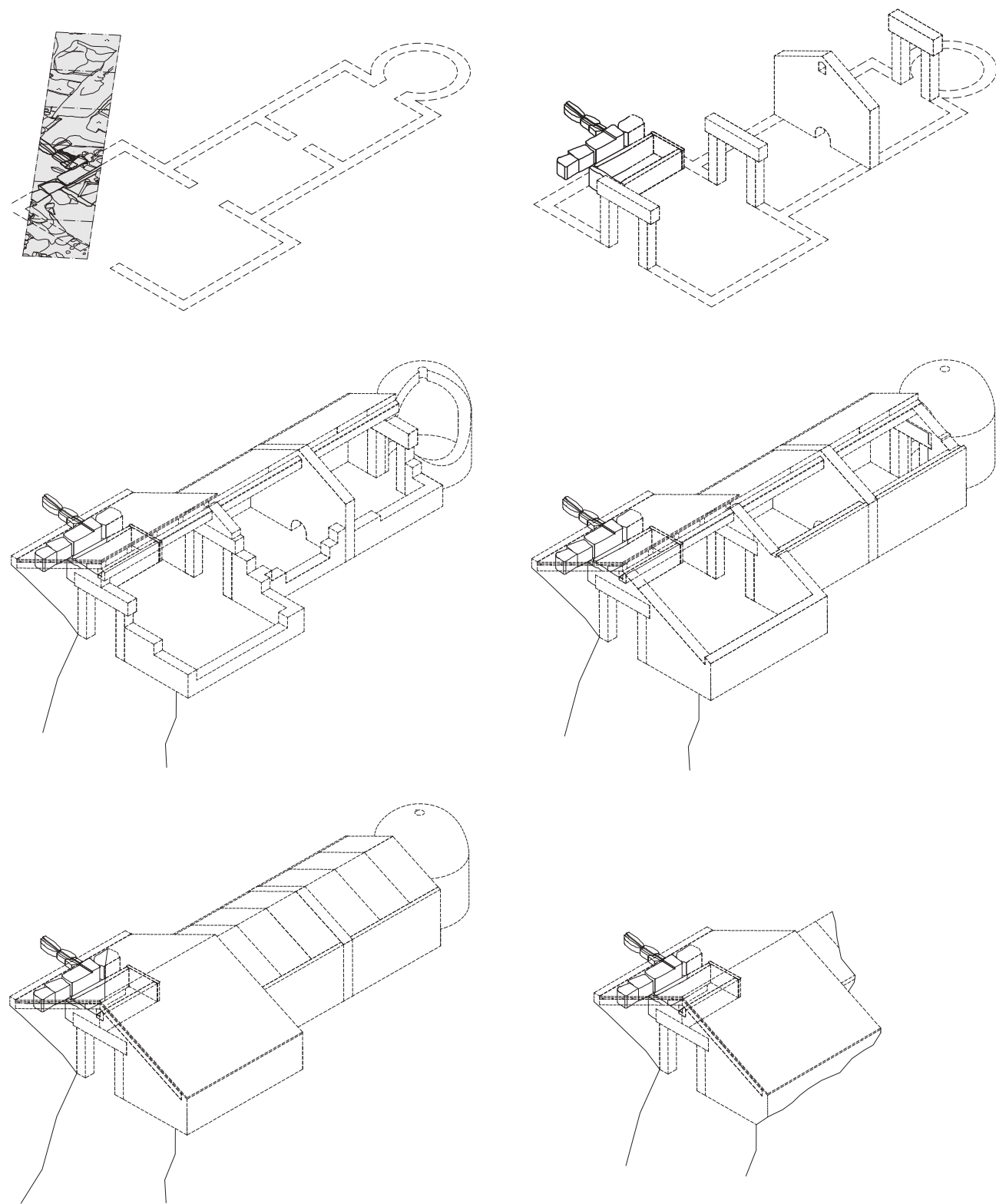
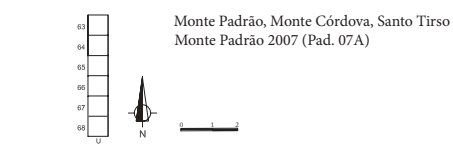
Maedesisenses cuja capital estaria sedeada no Castro de Alvarelhos (*Castellum Madiae*) sendo os restantes limites concretizados a norte pelo rio Ave, a sul o rio Leça e a oeste a costa marítima.

92. Ara recolhida na igreja paroquial de Lamoso, Paços de Ferreira (SILVA 2007, 444, n.º 735); C[osi?]go T/vriaco / Fid(uenearum) Ate/nniens/es / l(ibenter) a(nimo) p(osuerunt) / h(oc) m(onumentum) / ae(re) l(ecto)?.



Ocupação da Idade do Ferro na face norte da acrópole do povoado (1991/1992).





Balneário Castrejo - Proposta interpretativa

MATERIAL ILUSTRADO | BRONZE FINAL



1. Lasca de sílex

Proveniência - Monte Padrão [Pad. 99 B1 (F32.00), op. 39]

Material - Sílex

Descrição - Lasca de sílex de cor negra (S71), de boa qualidade. Resíduo de talhe sem retoque. Arestas angulosas e cortantes.

Classificação e cronologia - Tipo ... / Fase I/II

Dimensões - Comprimento 41 mm; Largura 24 mm; Espessura 11 mm; Peso 12,1 gr.

Depósito - CIMP, 1.

Bibli. - Inédito



2. Raspador

Proveniência - Monte Padrão [Pad. 02 B (G25.00), op. 16a]

Material - Sílex

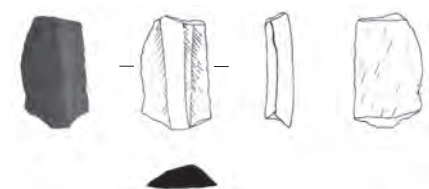
Descrição - Lasca / raspador de sílex de cor negra (91M / 70 N), de boa qualidade. Resíduo de talhe sem retoque. Arestas angulosas e cortantes.

Classificação e cronologia - Tipo ... / Fase I/II.

Dimensões - Comprimento 34 mm; Largura 36 mm; Espessura 19 mm; Peso 14,3 gr.

Depósito - CIMP, 3.

Bibli. - Inédito



3. Fragmento de lâmina de dorso preparado

Proveniência - Monte Padrão [Pad. 2005, achado de superfície]

Material - Sílex

Descrição - Lâmina de sílex de cor creme com laivos rosáceos (91M). Dorso alongado de secção trapezoidal. Retoque integral, bifacial, marginal e oblíquo. Conserva vestígios claros de utilização.

Classificação e cronologia - Lâmina de dorso preparado tipo Levallois / Fase I/II.

Dimensões - Comprimento 32 mm; Largura 19 mm; Espessura 7 mm; Peso 5,6 gr.

Depósito - CIMP, 5.

Bibli. - Inédito



4. Fragmento de parede pote troncocónico com asas laterais

Proveniência - Monte Padrão [Pad. 85 (M2.176), 6254, 6255, 6260]

Material - Cerâmica. Pasta pouco depurada com cozedura uniforme (70N / 70P).

Descrição - Fragmento de parede de pote troncocónico com duas asas opostas de desenvolvimento do bojo ao bordo. Perfil troncocónico, levemente arqueado. Modelação manual.

Classificação e cronologia - Tipo ... / Fase I/II (Unidade estratigráfica - Sondagem M2 (1985), camada 2).

Dimensões - Altura 98 mm; Largura 132 mm; Espessura 10 mm.

Depósito - CIMP, 20.

Bibli. - MARTINS 1985, 220, est. V, 2.



5. Potinho

Proveniência - Monte Padrão [Pad. II, 66]

Material - Cerâmica. Pasta pouco depurada com compactação média. Abundantes elementos não plásticos compostos essencialmente por quartzo de pequena granulometria. Face externa irregular, alisada e polida (P52). Superfície interna rugosa com vestígios de exposição ao fogo.

Descrição - Perfil integral de pote de pequenas dimensões de modelação manual. Formato globular com reservatório ovalado rematado por bordo levemente estrangulado com lábio vertical de secção retangular com arestas arredondadas a formar uma ligeira projecção para o exterior. Fundo plano de assentamento pleno.

Classificação e cronologia - Tipo ... / Fase I/II.

Depósito - CIMP, s/n.º

Bibli. - Inédito



6. Fragmento de pote de bordo vertical e aba interna

Proveniência - Monte Padrão [Pad. 85 (M1. 205), 5028, 5085, 5086]

Material - Cerâmica. Pasta compacta com abundantes elementos não plásticos (quartzo) de diferente granulometria. Cozedura uniforme.

Descrição - Fragmento de bordo e arranque de parede de pote de perfil troncocónico com aba interna. Modelação manual. Parede vertical com lábio de secção retangular desprovido de decoração. Aba interna horizontal perpendicular à parede localizada a cerca de um centímetro do bordo.

Classificação e cronologia - Tipo ... / Fase II. Unidade estratigráfica - Sondagem M1 (1985), camada 2.

Dimensões - Comprimento 980 mm; Largura 42 mm; Espessura 15 mm; Diâmetro 342 mm.

Depósito - CIMP, 22.

Bibli. - MARTINS 1985, 220, est. V, 1.

7. Fragmento de pote de bordo vertical decorado

Proveniência - Monte Padrão [Pad. II, 1106]

Material - Cerâmica. Pasta compacta com abundantes elementos não plásticos (quartzo) de diferente granulometria e cozedura uniforme.

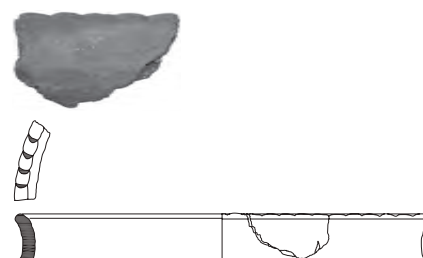
Descrição - Fragmento de bordo e arranque de parede de pote troncocônico de modelação manual. Parede vertical com lábio de perfil retangular decorado com golpes transversais de recorte irregular. Lábio de espessura uniforme, levemente extrovertido.

Classificação e cronologia - Tipo ... / Fase II. Unidade estratigráfica M1. 205.

Dimensões - Comprimento 56 mm; Largura 42 mm; Espessura 16 mm; Diâmetro 300 mm.

Depósito - CIMP, s/n.º

Bibli. - Inédito



8. Fragmento de vaso decorado

Proveniência - Monte Padrão [Pad. 85 M1, =229= 5559]

Material - Cerâmica. Pasta compacta, medianamente depurada de composição laminar. Cozedura uniforme de cerne regular (P51). Elementos não plásticos compostos por quartzo e mica de pequena dimensão e distribuição uniforme. Superfície alisada e polida (P51).

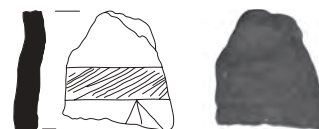
Descrição - Fragmento de parede de vaso de modelação manual. Decoração composta por uma sucessão de linhas incisadas de orientação transversal inscritas numa banda definida por duas linhas paralelas também incisadas.

Classificação e cronologia - Tipo "Baiões" Armando Coelho - A2, 41 / Fase II / Fase II. Unidade estratigráfica =229= 5559.

Dimensões - Comprimento 36 mm; Largura 32 mm; Espessura 7 mm.

Depósito - CIMP, s/n.º

Bibli. - Inédito



9. Peso

Proveniência - Monte Padrão [Pad. 01A (A15.01), 1937]

Material - Xisto

Descrição - Peso em xisto, de tom rosáceo (33N), integralmente polido. Recorte e secção oval com ligeira aresta longitudinal numa das faces. Apresenta três entalhes, dois dos quais localizados nas arestas laterais.

Classificação e cronologia - Tipo... / Fase II. Unidade estratigráfica A15.01

Dimensões - Comprimento 59 mm; Largura 29 mm; Espessura 17 mm; Peso 34.4 gr.

Depósito - CIMP, s/n.º

Bibli. - Inédito



10. Mó de naveta (dormente) / Mó de rebolo (movente)

Proveniência - Monte Padrão [Achado de superfície]

Material - Granito.

Descrição - Mó de naveta (dormente) de contorno subretangular, fraturado numa das extremidades. Superfície superior integralmente polida. Mó manual de rebolo (movente) de contorno subretangular, fraturado numa das extremidades.

Classificação e cronologia - Tipo ... / Fase II.

Dimensões - Mó dormente / Comprimento 600 mm; Largura 296 mm; Espessura 230 mm; Mó movente / Comprimento 309 mm.

Depósito - CIMP, s/n.º

Bibli. - BETTENCOURT 2010, 85.

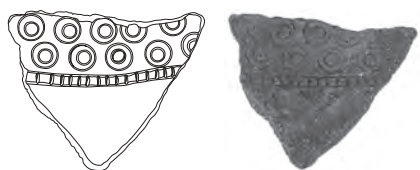
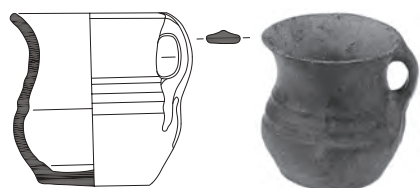
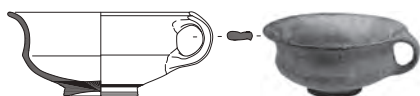


MATERIAL ILUSTRADO | IDADE DO FERRO

1. Pote

Proveniência - Monte Padrão [N.º Inv.º - s/n.º, MMAP 81]

Material - Cerâmica. Pasta muito compacta com cozedura uniforme. Elementos não plásticos de pequena dimensão, distribuídos uniformemente, compostos essencialmente por mica e quartzo. Superfície alisada, integralmente polida, de



tonalidade escura (P53).

Descrição – Pote modelado ao torno. Perfil em S com reservatório bojudo e bordo lançado para o exterior. Lábio mais estreito que o bordo de secção arredondada. Parede de espessura uniforme com vestígios de estrias do levantamento da peça. Fundo plano de assentamento pleno.

Classificação e cronologia – Tipo Armando Coelho C1e / Fase VI.

Dimensões – Altura máxima 113 mm; Espessura máxima 6 mm; Diâmetro máximo do bordo 106 mm.

Depósito – MMAP, 81.

Bibli. – MOREIRA 2005b, 31; 2007, 66.

2. Taça

Proveniência – Monte Padrão [N.º Inv.º – PAD II E1, C2, 036]

Material – Cerâmica. Pasta bem depurada e compacta. Elementos não plásticos de pequena dimensão, bem calibrados entre si, compostos por quartzo e mica. Superfície alisada e muito polida com vestígios de aguada espessa e aderente (M71/P30).

Descrição – Perfil em S com carena marcada no terço inferior. Fundo com pé de secção triangular com base côncava. Bordo projetado para o exterior rematado por lábio de perfil arredondado. Asa de fita de secção subretangular com arestas arredondadas, implantada ao nível superior do bordo e no terço inferior da parede.

Classificação e cronologia – Tipo Armando Coelho A2b (fase III) / Fase VI.

Dimensões – Diâmetro máximo do bordo 126 mm; Altura máxima 57 mm; Espessura máxima ao nível do bordo 6 mm.

Depósito – MMAP, 108.

Bibli. – MOREIRA 2005b, 31; 2007, 70.

3. Púcaro

Proveniência – Monte Padrão [N.º Inv.º – PAD 85 (E1A.020), 1451]

Material – Cerâmica. Pasta compacta, bem depurada, com cozedura uniforme. Elementos não plásticos, com distribuição uniforme, bem calibrados, compostos por quartzo, feldspato e, em maior quantidade, mica. Superfície alisada e muito polida (P51).

Descrição – Púcaro modelado ao torno. Perfil em S com bojo ligeiramente rebaixado. Bordo projetado para o exterior rematado por lábio de secção arredondada. Fundo discoidal de assentamento pleno. Asa de secção plano-convexa com arestas arredondadas, implantada diretamente no lábio e na face superior do bojo. A asa remata em três nervuras divergentes. Decoração composta por três caneluras de perfil arredondado implantadas na face superior do bojo. Parede com aumento progressivo de espessura para o fundo.

Classificação e cronologia – Tipo Armando Coelho C2b (fase III) / Monte Padrão – Fase VI.

Dimensões – Diâmetro máximo 75 mm; Espessura máxima 4 mm; Altura máxima 80 mm.

Depósito – MMAP, 59.

Bibli. – MOREIRA 2005, 30; 2007, 61.

4. Fragmento de cerâmica com decoração incisa e impressa

Proveniência – Monte Padrão [N.º Inv.º – PAD II B, 067]

Material – Cerâmica. Pasta compacta e dura com cozedura uniforme (T51). Estrutura laminar com poucos elementos não plásticos compostos por mica de pequeno calibre. Superfície alisada e medianamente polida (N51).

Descrição – Fragmento de parede de pote modelado ao torno. Decoração composta por um conjunto de duplos círculos impressos, organizados em duas fiadas. O limite inferior consta de um friso composto por duas linhas incisadas, paralelas entre si, seccionadas por elementos verticais, formando pequenos retângulos.

Classificação e cronologia – Tipo Armando Coelho C – 559 (fase II) / Fase VI.

Depósito – MMAP, 86.

Dimensões – Comprimento máximo 70 mm; Largura máxima 55 mm; Espessura máxima 7 mm.

Bibli. – SANTARÉM 1955, est. VII, 50; MOREIRA 2007, 67.

5. Fragmento de cerâmica com decoração impressa e aplicada

Proveniência – Monte Padrão [PAD II, X, 107]

Material – Cerâmica. Pasta compacta e dura com cozedura uniforme (T51).

Estrutura laminar com abundantes elementos não plásticos compostos por mica de pequeno calibre. Superfície alisada e medianamente polida com abundantes lâminas de mica à superfície (N51).

Descrição – Fragmento de parede de pote modelado ao torno. Parede com asa de desenvolvimento horizontal formada por uma banqueta de três semicírculos ligados por um elemento horizontal. Decoração composta por uma banda superior onde se inscreve uma sequência de SS impressos. No seguimento da asa identifica-se uma banda com 2 linhas de pontos incisos.

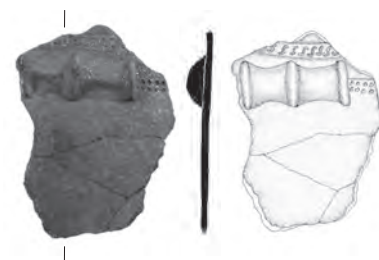
Motivo composto por duplos círculos impressos, organizados em duas fiadas. O limite inferior consta de um friso formado por duas linhas incisas, paralelas entre si, seccionadas por elementos verticais, formando pequenos retângulos.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Fase VI.

Depósito – CIMP, 39.

Dimensões – Comprimento máximo 78 mm; Largura máxima 62 mm; Espessura máxima 10 mm.

Bibli. – Inédito.



6. Fragmento de bordo com grafito

Proveniência – Monte Padrão [N. Inv.º PAD, II B, C1 – 001 / CP 221]

Material – Cerâmica. Pasta compacta e dura com cozedura uniforme (P51). Estrutura laminar com abundantes elementos não plásticos compostos essencialmente por quartzo e mica de pequeno calibre. Superfície alisada e medianamente polida (P51).

Descrição – Fragmento de bordo e arranque de parede de *dolium* de modelação ao torno. Bordo de projecção oblíqua, reto, de secção retangular rematado por lábio levemente pontiagudo e reentrante, a formar uma aba para receção de uma tampa. Carena interna angulosa a marcar o início do arranque da parede. Decoração inscrita na parede interna do bordo composta por um grafito digitado formado por dois círculos concêntricos.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Fase VI.

Dimensões – Comprimento máximo 131 mm; Largura máxima 124 mm; Espessura máxima 18 mm; Diâmetro máximo 380 mm.

Depósito – CIMP, 40.

Bibli. – Inédito



7. Fragmento de bordo com grafito

Proveniência – Monte Padrão [N. Inv.º PAD, II x, 347]

Material – Cerâmica. Pasta compacta e medianamente dura. Cozedura uniforme com cerne de coloração regular (P51). Estrutura laminar com abundantes elementos não plásticos compostos por quartzo e mica de pequeno calibre. Superfície alisada e medianamente polida coberta por uma aguada uniforme de coloração avermelhada (P51).

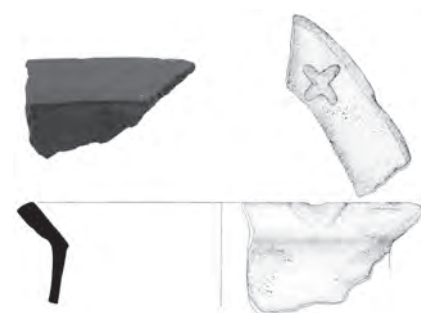
Descrição – Fragmento de bordo e arranque de parede de *dolium* de modelação ao torno. Bordo de projecção oblíqua, reto, de secção retangular e espessura progressiva rematado por lábio subretangular a formar uma aba para receção a tampa. Carena interna angulosa a marcar o início do arranque da parede. Decoração inscrita na parede interna do bordo composto por um grafito digitado que configura uma cruz de braços iguais.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Fase VI.

Dimensões – Comprimento máximo 128 mm; Largura máxima 130 mm; Espessura máxima 21 mm; Diâmetro máximo 407 mm.

Depósito – CIMP, 41.

Bibli. – Inédito



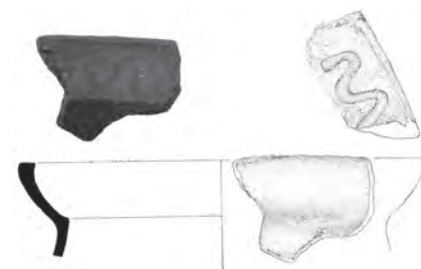
8. Fragmento de bordo com grafito

Proveniência – Monte Padrão [N. Inv.º PAD, II B, C1 – 081]

Material – Cerâmica. Pasta muito compacta e dura. Cozedura uniforme com cerne de coloração escura (P51). Estrutura laminar com abundantes elementos não plásticos compostos essencialmente por mica de pequeno calibre. Superfície alisada e medianamente polida coberta por uma aguada espessa e uniforme de coloração avermelhada (P45).

Descrição – Fragmento de bordo e arranque de parede de *dolium* de modelação ao torno. Bordo de projecção oblíqua, curvo e reentrante, com espessura progressiva para o bordo a formar uma aba para receção da tampa. Carena interna muito vincada a marcar o arranque da parede do reservatório. Grafito digitado inscrito na face interior da aba composto por uma linha ondulante interrompida ao nível da fratura.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Fase VI.





Dimensões – Comprimento máximo 145 mm; Largura máxima 138 mm; Espessura máxima 18 mm; Diâmetro máximo 420 mm.

Depósito – CIMP, 42.

Bibli. – Inédito.

9. *Mó rotativa*

Proveniência – Monte Padrão [N.º Inv.º – s/n.º, MMAP 105]

Material – Granito.

Descrição – Elemento dormente de mó rotativa. Contorno circular com orifício central cónico e faces laterais verticais. Secção trapezoidal com topo superior aplanado e polido com claros vestígios de utilização.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Fase VI.

Dimensões – Diâmetro máximo 420 mm; Altura máxima 145 mm; Largura máxima 160 mm; Diâmetro orifício central 71 mm; Altura das faces laterais 145 mm.

Depósito – MMAP, 105.

Bibli. – MOREIRA 2007, 70.

10. *Elemento de canalização*

Proveniência – Monte Padrão [Pad. 2007, (U67.01), op. 04]

Material – Granito.

Descrição – Fragmento de elemento de canalização. Desenvolvimento longitudinal com canal retangular formado por dois muretes verticais, assimétricos, que conformam a face exterior. Talhe irregular e superfícies medianamente regularizadas. Fundo plano rudemente afeiçãoado.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Fase VI.

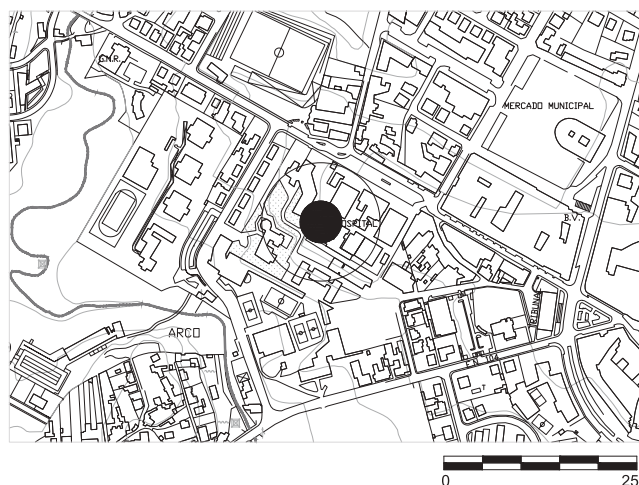
Dimensões – Comprimento máximo 320 mm; Largura máxima 272 mm; Espessura média 152mm.

Depósito – CIMP, s/n.

Bibli. – Inédito

EA 8. Necrópole do Corvilho, Santo Tirso, Santo Tirso

Necrópole



Lat. – 41° 20' 31.23" N

Long. – 8° 28' 49.34" W (meridiano de Greenwich)

Alt. – 75m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Conjunto de objetos arqueológicos recolhidos nas obras de construção do hospital da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, em 1915, num terreno desanexado à Quinta de Gião, junto do caminho do Corvilho, no lugar de Lagoa, Santo Tirso.

O achado viria a designar-se na bibliografia da especialidade por *Necrópole do Corvilho*. Todavia, o contexto arqueológico do depósito é completamente desconhecido, não se sabendo qual a relação entre os diferentes materiais identificados, assim como da hipotética existência de estruturas associadas. Contudo, localmente

registra-se uma forte tradição oral que refere “um cemitério muito antigo”, eventualmente relacionado com os achados que, associada às características morfológicas das peças em questão, e por conexão com contextos arqueológicos do mesmo horizonte cronológico com espólio de características tipológicas semelhantes permite, com alguma segurança, afirmar que provavelmente tratar-se-ia de um depósito funerário, cujo horizonte cronológico corresponde ao Bronze Final. Parte dos materiais arqueológicos então recolhidos foram oferecidos ao Abade Pedrosa pelo provedor da Santa Casa da Misericórdia, Domingos Venceslau Moreira da Silva, e os restantes pela sua filha, Conceição Marinho da Silva. O estudo das peças já foi abordado por vários autores (SANTARÉM 1956b, 169-177; SANCHES 1981, 97; 1982, 56-61; PEREZ 1997, 5-11, est. I, n.º 2; MOREIRA 2007, 40; 2013d, 49-50) cujo acervo é atualmente constituído por seis vasos troncocónicos e um bracelete de bronze (MOREIRA 2007, 53-54, MMAP, 34-41), embora notícias coevas refiram o aparecimento de outros fragmentos cerâmicos, dos quais se desconhece o paradeiro.

Materiais cerâmicos N.º	Forma	Perfil	Tipo	Pasta	Cor
1.	Vaso	subelíptico	bordo em aba	média/fina	N70
2.	Vaso	troncocónico	bordo vertical	média/fina	N70
3.	Vaso	troncocónico	bordo trapezoidal	média	N70
4.	Vaso	subelíptico	bordo triangular	média	M51
5.	Vaso	troncocónico	bordo em aba	média/fina	M75
6.	Vaso	troncocónico	bordo arredondado	média/fina	P51

MATERIAL ILUSTRADO

1. *Pulseira decorada*

Proveniência – Necrópole do Corvilho, Santo Tirso

Material – Bronze.

Descrição – Bracelete aberto, maciço, fundido em molde e posteriormente martelado. Forma circular, ligeiramente achatada nas faces superior e inferior. Secção subquadrangular com interior plano e liso. Dorso exterior de secção circular. Remates em botão de secção arredondada com face interior lisa. Apresenta decoração na face exterior. Composição geométrica formada por três linhas longitudinais de pontos incisos, paralelas entre si. A partir dos remates apresenta incisões transversais no aro (nove de um lado e cinco do outro) paralelas entre si.

Classificação e cronologia – Tipo... / Bronze Final / Corvilho.

Dimensões – Diâmetro interno 61 mm; Espessura máxima do aro 13 mm; Remates 14 mm / 12 mm; Distância entre o extremo dos terminais 7 mm; Peso 150 gr..

Depósito – MMAP, 34.

Bibli. – SANTARÉM 1956a, 401-402; SANCHES 1981, 95; 1982, 56-61; PEREZ 1997, 5-11; MOREIRA 2007, 53-54, MMAP 34; 2013d, 49-50.

2. *Vaso troncocónico*

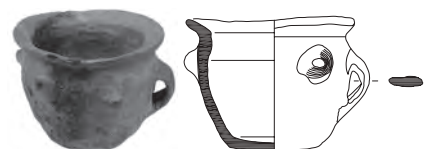
Proveniência – Necrópole do Corvilho, Santo Tirso.

Material – Cerâmica. Pasta de estrutura compacta com abundantes elementos não plásticos de pequeno calibre, formados por mica e quartzo. O tratamento da superfície exterior foi efetuado por alisamento simples. Conserva vestígios de exposição ao fogo (N70).

Descrição – Vaso de modelação manual de perfil subelíptico com inflexão acentuada ao nível do bojo. Fundo plano-convexo. Bordo formado por aba curta de orientação oblíqua com lábio arredondado. Asa lateral de desenvolvimento vertical de secção retangular, implantada ao nível intermédio da parede. A decoração é composta por cinco saliências circulares de perfil subelíptico “mamilos”.

Classificação e cronologia – Tipo... / Bronze Final / Corvilho.

Dimensões – Altura máxima 82 mm; Diâmetro máximo do bordo 100 mm;





Diâmetro máximo do bojo 95 mm; Diâmetro máximo do fundo 55 mm; Espessura média da parede 7 mm; Altura máxima da asa 41 mm; Largura média 20 mm; Espessura média 4 mm.

Depósito – MMAP, 35, N.º Inv.º - COR 1086.

Bibli. – SANTARÉM 1956a, 401-402; SANCHES 1981, 95; 1982, 56-61; MOREIRA 2007, 53-54, MMAP, 35; 2013d, 49-50.

3. Vaso troncocónico

Proveniência – Necrópole do Corvilho, Santo Tirso.

Material – Cerâmica. Pasta de estrutura compacta com abundantes elementos não plásticos constituídos por quartzo de calibre médio e, em menor percentagem, mica. A superfície, de cor castanha, encontra-se bastante corroída, conservando apenas algumas áreas com o alisamento original, revelando vestígios de exposição ao fogo (N70).

Descrição – Vaso de modelação manual de perfil troncocónico, levemente sinuoso. Bordo vertical com face plana e lábio de secção pontiaguda projetado para o exterior. Paredes verticais de espessura irregular. Fundo plano e espesso, ligeiramente convexo. A parede regista os negativos de implantação de uma asa de desenvolvimento vertical.

Classificação e cronologia – Tipo... / Bronze Final / Corvilho.

Dimensões – Altura máxima 95 mm; Diâmetro máximo do bordo 112 mm; Espessura do bordo 9 mm; Diâmetro máximo do fundo 73 mm; Espessura média da parede 10 mm; Altura máxima provável da asa 40 mm.

Depósito – MMAP, 36, N.º Inv.º – COR 1091.

Bibli. – SANTARÉM 1956a, 401-402; SANCHES 1981, 95; 1982, 56-61; MOREIRA 2007, 53-54, MMAP 36; 2013d, 49-50.



4. Vaso troncocónico

Proveniência – Necrópole do Corvilho, Santo Tirso.

Material – Cerâmica. Pasta de estrutura compacta e constituição grosseira com abundantes elementos não plásticos constituídos por grãos de quartzo de calibre médio. A superfície, de cor castanha clara, é rugosa e encontra-se muito degradada. Conserva vestígios de exposição ao fogo (M51).

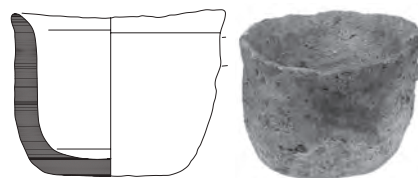
Descrição – Vaso de modelação manual de perfil subelíptico ligeiramente contracurvado com estrangulamento ao nível da face inferior do bordo. Bordo de secção trapezoidal com face superior plana. A parede regista os negativos de implantação de uma asa de desenvolvimento vertical.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Bronze Final / Corvilho.

Dimensões – Altura máxima 98 mm; Diâmetro máximo do bordo 102 mm; Espessura máxima do bordo 9 mm; Diâmetro máximo do bojo 112 mm; Diâmetro máximo do fundo 75 mm; Espessura média da parede 7 mm.

Depósito – MMAP, 37, N.º Inv.º – COR. 1088.

Bibli. – SANTARÉM 1956a, 401-402; SANCHES 1981, 95; 1982, 56-61; MOREIRA 2013, 53-54, MMAP 37; 2013d, 49-50.



5. Vaso troncocónico

Proveniência – Necrópole do Corvilho, Santo Tirso.

Material – Cerâmica. Pasta de estrutura pouco compacta, muito friável, com núcleo negro. Abundantes elementos não plásticos constituídos por quartzo e, em menor percentagem, mica de calibre muito fino. A superfície conserva diferentes tonalidades que oscilam entre o castanho claro e o castanho muito escuro (M75). Apresenta um acabamento de má qualidade efetuado através de alisamento pouco cuidado. Conserva vestígios de exposição ao fogo.

Descrição – Vaso de modelação manual de perfil troncocónico ligeiramente sinuoso. Fundo plano. Bordo vertical de secção triangular. A parede revela negativos de implantação de uma asa de desenvolvimento vertical e secção plano-convexa.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Bronze Final / Corvilho.

Dimensões – Altura máxima 75 mm; Diâmetro máximo do bordo 102 mm; Diâmetro máximo do fundo 60 mm; Espessura média da parede 9 mm.

Depósito – MMAP, 38, N.º Inv.º – COR 1089.

Bibli. – SANTARÉM 1956a, 401-402; SANCHES 1981, 95; 1982, 56-61; MOREIRA 2007, 53-54, MMAP 38; 2013d, 49-50.



6. Vaso troncocónico

Proveniência – Necrópole do Corvilho, Santo Tirso.

Material – Cerâmica. Pasta de estrutura compacta com abundantes elementos não plásticos constituídos por mica de calibre muito fino e, em menor percentagem, quartzo de calibre médio. A superfície, de cor castanha (N51), encontra-se bem polida. Na face interior regista os negativos das matérias orgânicas que integravam a pasta e que desapareceram no momento da cozedura. Conserva vestígios de exposição ao fogo.

Descrição – Vaso de modelação manual de perfil troncocónico. Bordo formado por pequena aba de orientação oblíqua e face superior plana com lábio facetado. Carena interna de perfil anguloso muito marcada. A parede regista os negativos de implantação de uma asa de desenvolvimento vertical. Fundo plano.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Bronze Final / Corvilho.

Dimensões – Altura máxima 109 mm; Diâmetro máximo do bordo 122 mm; Diâmetro máximo do fundo 65 mm; Espessura média da parede 7 mm; Altura máxima da asa (?) 75 mm.

Depósito – MMAP, 39, N.º Inv.º – COR 1087.

Bibli. – SANTARÉM 1956b, 401-402; SANCHES 1981, 95; 1982, 56-61; MOREIRA 2007, 53-54, MMAP 39; 2013, 49-50.

7. Vaso troncocónico

Proveniência – Necrópole do Corvilho, Santo Tirso.

Material – Cerâmica. Pasta de constituição compacta e composição grosseira, com abundantes elementos não plásticos constituídos por grãos de quartzo de calibre médio e mica. A superfície, de cor castanha (P51), é apenas alisada e encontra-se muito corroída. Conserva vestígios de exposição ao fogo.

Descrição – Vaso de modelação manual de perfil troncocónico. Bordo extrovertido com lábio de secção arredondada. Fundo plano-convexo. A decoração é composta por uma fiada de quatro saliências circulares “mamilos” de perfil subelíptico e extremidade arredondada.

Classificação e cronologia – Tipo... / Bronze Final / Corvilho.

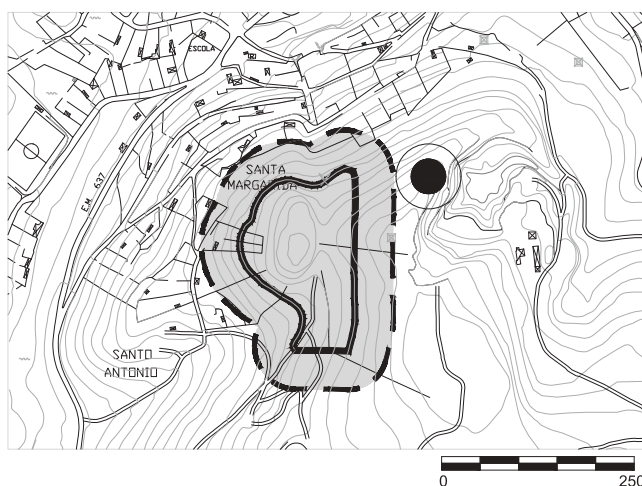
Dimensões – Altura máxima 82 mm; Diâmetro máximo do bordo 93 mm; Diâmetro máximo do fundo 65 mm; Espessura média da parede 5 mm.

Depósito – MMAP, 40.

Bibli. – SANTARÉM 1956b, 401-402; SANCHES 1981, 95; 1982, 56-61; MOREIRA 2007, 53-54, MMAP n.º 40; 2013, 49-50.



EA 9. Santa Margarida, S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso Castro



Lat. – 41° 21' 09" N

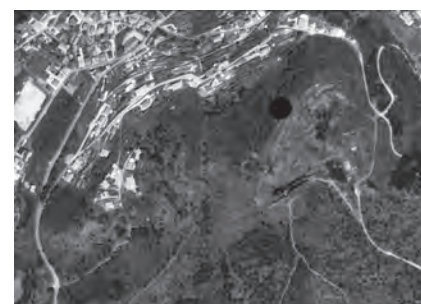
Long. – 8° 23' 39" W (meridiano de Greenwich)

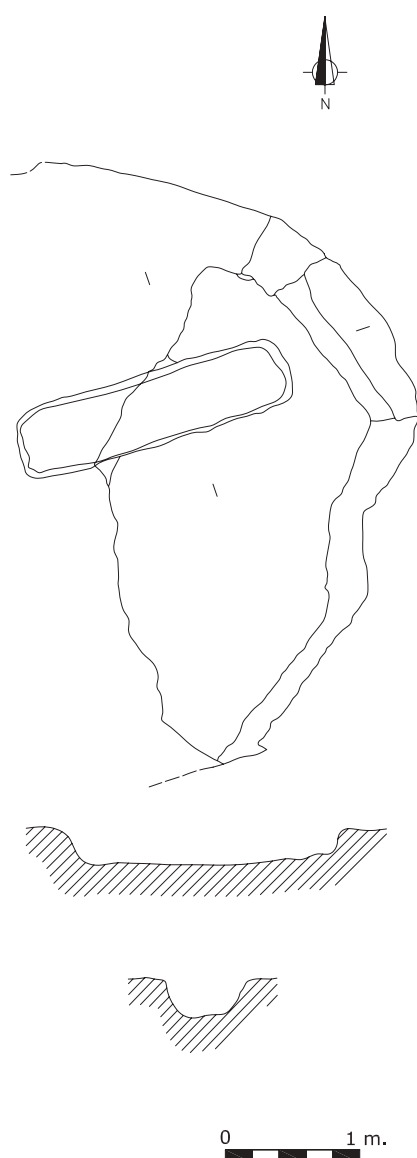
Alt. – 275 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98 – Santo Tirso, 1977)

Imóvel de Interesse Público (Dec. N.º 29 / 90, DR 163 de 17 de Julho de 1990). Zona de Proteção automática estabelecida pelo n.º 3 do art.º 22, da Lei 13/85 de 6. 7.

O acesso ao castro pode fazer-se através da estrada municipal n.º 209 - 2 que se dirige de Roriz para Santo Tirso. Sensivelmente a 1,5 km desta entroncar com a EN n.º 15, ao km 8,5, inflete-se à esquerda por um caminho florestal que conduz ao sopé do castro.

Atualmente protegido pela sua classificação, no século passado registou inúmeras agressões, fundamentalmente resultantes de construções, como nos reporta o *Jornal de Santo Thyrsó*, em 16 de abril de 1954, na rubrica “*Pelo Concelho*” sob o subtítulo – *Achados*





Tanque escavado na rocha localizado na acrópole do Castro de Santa Margarida.

Arqueológicos .

(...) *À falta de proprietários que vendam terrenos mais próprios para construções, os habitantes desta freguesia vêm-se obrigados a edificar as suas moradias nos montes.*

Nos últimos anos, a encosta do alto de Santa Margarida, tem sido a que mais se tem povoado. Por isso, os seus novos habitantes, tratam de remover aquelas terras áridas e escabrosas, para as transformar em quintais produtivos. Nestes trabalhos, alguns proprietários têm encontrado uma espécie de mós de moinhos antigos e outros objectos, que devem ser arrecadados por quem de direito, para estudo.

É preciso que não se repita o que sucedeu em 1946, com as centenas de moedas antigas achadas no lugar de Ginja, que todas foram parar às mãos de particulares. (...) (Jornal de Santo Thyrsó, 16-IV-1954, n.º 50).

As referidas habitações ocupam parte da vertente norte, encontrando-se o resto do promontório liberto de construções. O coberto vegetal é composto essencialmente por eucaliptos e giestas.

A primeira referência ao Castro de Santa Margarida surge na obra de José Augusto Vieira – *O Minho Pitoresco* –, numa alusão breve mas significativa, que nos remete para a existência de um topónimo revelador da existência de um povoado fortificado – (...) *No monte do Castro, ao sul da freguesia, há vestígios de fortificações, cuja origem se presume ser romana. (...) (VIEIRA 1887, 322).*

Mais tarde, em 1902, Alberto Pimentel refere o imóvel de forma muito superficial mencionando apenas o microtopónimo – *Castro* – alusivo ao monte localizado a sul da povoação de S. Tomé de Negrelos que, na sua interpretação (...) *indica, pelo onomástico, ter havido aqui outróra uma castro luso-romano. (...) (PIMENTEL 1902, 342).*

Em 1953 Martins Pinheiro, na obra “*Á roda de Negrelos*”, apresenta uma breve nota sobre os achados arqueológicos da freguesia referindo-se ao Alto de Santa Margarida como sendo o local de uma edificação castreja onde tem aparecido – *mós, tegulae, etc., e alicerces de casa circulares* –, (PINHEIRO 1957, 23-25 nota 2)⁹³.

Na década de oitenta é mencionado pela primeira vez num estudo de carácter científico (SILVA 1980, 69), momento a partir do qual passa a ser integrado nos vários inventários elaborados como suporte de estudos de ocupação e organização do território da designada *cultura castreja* (SILVA 1986, 83, n.º 345; QUEIROGA 1992, 314), assim como em estudos de ordenamento de território e gestão de recursos patrimoniais (TEIXEIRA 1999, 31).

O povoado encontra-se implantado num pequeno promontório da face norte do maciço montanhoso conhecido por Serra de Monte Córdova. A vertente da face norte corresponde ao prolongamento natural do maciço montanhoso que apresenta um decréscimo suave de cotas, a partir do ponto mais alto registado na Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira. O contraforte onde se encontra o esporão em que está implantado o castro apresenta um perfil alongado marcado por dois vales relativamente profundos, onde correm dois ribeiros que estruturam a rede de drenagem da região – a oeste a Ribeira de Negrelos e a leste a Ribeira de S. Martinho do Campo. O seu posicionamento sobranceiro ao rio Vizela, assim como a sua cota

93. Refira-se, entre outros achados, o aparecimento de um tesouro monetário romano no lugar de Ginjo, onde se descobriu, nas palavras do autor - (...) *um recipiente com cerca de três quilos de moedas romanas, em cobre, de Constantino Magno, e anteriores. (...)*. O facto noticiado no *Jornal de Notícias*, de 22 de julho de 1964, e também no *Jornal de Santo Thyrsó*, n.º 50 16 de abril de 1954. Posteriormente, o tesouro seria recorrentemente referenciado, lamentavelmente com várias incorreções.

(283 m), permite um controle visual muito significativo para norte, leste e oeste abrangendo uma parte significativa do tramo inferior do rio Vizela e do tramo médio do rio Ave.

Estruturalmente apresenta uma planta oval, definida pela curva de nível dos 250 m, com o maior eixo no sentido norte/sul, relativamente plana, apesar da existência de abundantes afloramentos graníticos à superfície. O perfil revela encostas pronunciadas a norte, sul e oeste, enquanto que a face leste corresponde a uma zona de ligação ao interior do maciço montanhoso evidenciando uma vertente mais suave e curta. Na sua maior extensão regista cerca de 110 m de comprimento e 65 m de largura máxima.

O substrato geológico onde se inscreve o povoado corresponde à grande mancha de granito biotítico da face oriental do concelho que apresenta variedades porfíroides e granosas de grão de diferente calibre, atravessada por veios aplíticos (ANDRADE 1952, 304-305, est. I).

O local de implantação integra a Unidade Cartográfica Ru5.1 a que correspondem as unidades pedológicas dominantes em rególitos de granitos tendo um horizonte A úmbrico com 25/60 cm, franco arenoso ou arenoso-franco e por vezes arenoso (horizonte substituído por material resultante da alteração e desagregação da rocha subjacente)⁹⁴.

Relativamente à aptidão agrícola da terra, devido à sua implantação, inscreve-se numa mancha sem aptidão agrícola (A/0) e de aptidão florestal moderada (F2) (Carta da Aptidão da Terra, Folha 9, 1996, esc. 1: 100 000, Memórias, 3).⁹⁵ Contudo, importa referir que o povoado se encontra sobranceiro ao vale do rio Vizela, que evidencia nas suas margens e no prolongamento para o interior da Ribeira de Negrelos, terrenos de aptidão agrícola moderada.

Os vestígios de ocupação atualmente visíveis abrangem a plataforma superior e uma parte significativa das vertentes e são constituídos por várias estruturas habitacionais e defensivas.

O conjunto de ruínas identificado resultou de duas intervenções de limpeza levadas a efeito pela Câmara Municipal de Santo Tirso em 1985 e 1986⁹⁶. Na totalidade identificaram-se cinco estruturas circulares com muros de dupla face. Algumas construções revelam um estado de conservação bastante débil, conservando apenas uma ou duas fiadas de pedras do aparelho original.

O sistema defensivo aparenta estruturar-se em duas linhas de muralhas com panos de 1,5 m de largura que, em alguns locais, aproveitam a penedia existente. Atualmente apenas se conserva visível um pequeno troço na face leste da acrópole que revela uma estrutura de dupla face constituída por blocos graníticos de média dimensão, formada por aparelho poligonal, com o interior composto por blocos de menor dimensão.

Os materiais cerâmicos revelam as características vulgarizadas na Fase III da Cultura Castreja. Os perfis predominantes correspondem a copos, taças e potes e, em menor quantidade,

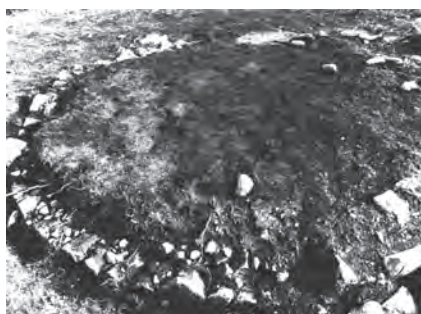


Plataforma superior
- Casa circular
- Muralha
- Casa circular.

94. Carta de Solos Folha 9, 1996, esc. 1: 100 000; Memórias, 47.

95. Na avaliação da aptidão agrícola da terra foi adotada a metodologia recomendada pela FAO (land suitability evaluation) - *Carta de solos e de aptidão da terra de Entre-Douro-e-Minho - Memórias*, Agroconsultores / Geometral, Lisboa 1995, pp. 3-4.

96. A primeira campanha de limpeza realizada no Castro de Santa Margarida ocorreu em 1985 e desenvolveu-se no âmbito de um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. A segunda intervenção realizou-se em 1986 e foi levada a efeito por técnicos da Câmara Municipal de Santo Tirso. Nesta última intervenção realizou-se a desmatização e limpeza da vegetação rasteira de cerca de 3 000 m², a que corresponde, sensivelmente, a acrópole do castro.



Plataforma superior - Casas circulares.



pratos e panelas. As pastas, muito micáceas, são maioritariamente escuras.

A ausência de materiais claramente romanos, ou mesmos de tradição indígena com influência romana, sugere que o povoado deverá ter sido abandonado antes do advento da romanização.

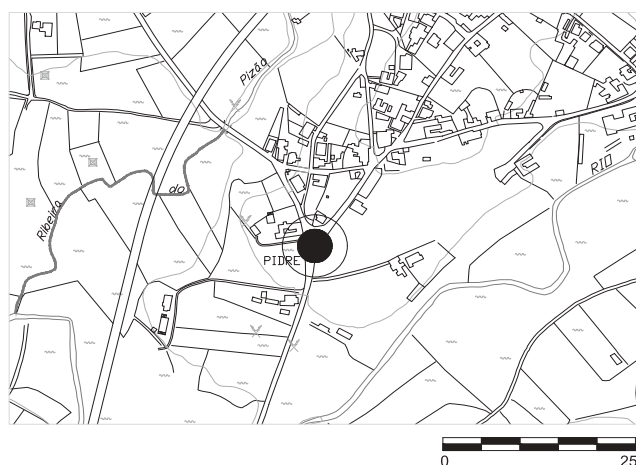
O seu contexto arqueológico na Fase III corresponde, *grosso modo*, ao momento de forte desenvolvimento económico e cultural registado num grande número de povoados ao longo do séc. II / I a.C. e terá acompanhado as profundas alterações registadas na organização do território, de que resultou, entre outros fenómenos, a emergência de alguns povoados estruturalmente classificados como proto-urbanos, que se constituíram em *lugares centrais* providos de uma certa capitalidade a que corresponderiam territórios demarcados que integravam unidades de povoamento menores, subsidiárias das primeiras, que alguns autores admitem como adstritas a grupos étnicos, alguns dos quais identificados com unidades suprafamiliares, designadas singularmente por *castellum* (SILVA 1995, 517). Da identificação e delimitação dos respetivos territórios tem resultado um conjunto de ensaios de modelização e hierarquização do povoamento (SILVA 1986, 1995, 505-546; MARTINS 1990; ALARCÃO 1987, 35-72; 1992, 62-66; DINIS 1993; LEMOS 1993; ALMEIDA 1996; TRANOY 1981, 72), que procuram estruturar e dar coerência territorial à designada Cultura Castreja.

Nesta perspetiva, o Castro de Santa Margarida na última fase da sua ocupação estaria integrado no "território" a que correspondia a unidade gentilícia dos *Fiduenae*, cujo *oppidum* se identifica na Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira. O seu território, hipoteticamente, desenvolver-se-ia nuclearmente a partir da citânia e teria como limites naturais a Serra da Agrela a oeste, o rio Ave a norte e o rio Leça e a Serra de Valongo a sul.

Bibli. - VIEIRA 1887, 322; PIMENTEL 1902, 342; PINHEIRO 1957, 23-25, nota 2; SILVA 1980, 79; 1986, 83, n.º 345; 2007, 134, n.º 423; QUEIROGA 1992, 314; TEIXEIRA 1999, 31; MOREIRA 2004a, 55-68.

Romanização

EA 10. Pidre, Água Longa, Santo Tirso Casal / Tesouro monetário



Lat. - 41° 15' 13.03" N
Long. - 8° 29' 34.14" W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 125 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 111, 1975 - Paços de Ferreira)

Tesouro monetário recolhido no lugar de Pidre em abril de

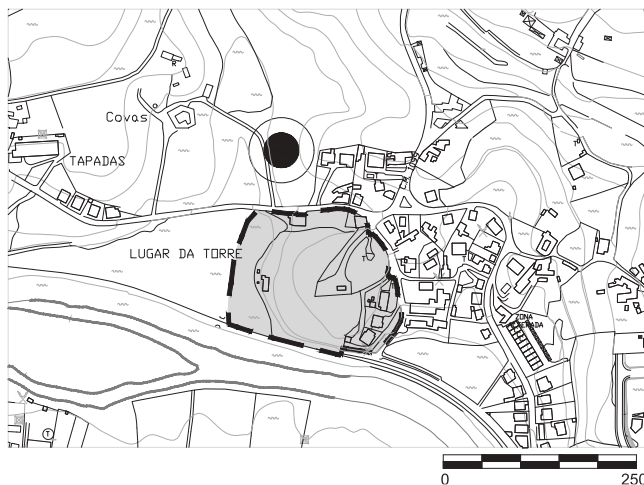
1973, juntamente com materiais cerâmicos (PEREIRA 1997, 36-37). O local da recolha, sobranceiro à veiga da Agrela, próximo de uma ampla mancha de terrenos de elevada aptidão agrícola, sugere tratar-se de um assentamento do tipo *casal*. Próximo do sítio, no lugar de St.^a Cruz, foram descobertos abundantes materiais romanos, nomeadamente cerâmicas comuns e ânforas⁹⁷. Às presentes ocorrências dever-se-ão juntar outras registadas nas imediações, designadamente de escórias de ferro e um vaso de barro, também de época romana (PEREIRA 1997, 36-37).

Ainda na freguesia de Água Longa documenta-se a existência de jazidas de metais (ferro, plumbagina, antimónio, prata e ouro), com vestígios de explorações antigas - (...) *Os Montes da Cruz, próximo da Caseta, onde apareceram objetos romanos e existem minas, que se presume serem do tempo dos mouros. Há uma lenda muito curiosa referente ao lugar.* (...) (PEREIRA 1997, 34).

Hipólito Correia, em função da análise de cinco moedas do referido tesouro, sugere que a cronologia do tesouro rondará os meados do séc. IV - (...) *Um pote de barro, e um montão de moedas, "do século III e algumas identificadas como sendo do ano 515" ? Moedas; Constantinus I (como Augustus) - 307 - 337; Constantinus II (como Caesar) - 324- 327; Crispus (317-326), CII (324-327), ou Cs (324-337) - como Caesares; 1 moeda entre 330 e 346. Tesouro enterrado pelos meados do século IV, disperso sem ter sido examinado.* (...) (HIPÓLITO 1974, 5-6).

Bibli. - ALARCÃO 1988, 24, n.º 1/404; HIPÓLITO 1974, 5-6; PEREIRA 1997, 36-37; MOREIRA 2010a, 295, n.º 8.

EA11. Torre, Areias, Santo Tirso Povoado



Lat. - 41° 21' 15" N
Long. - 8° 28' 38" W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 50 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

A recolha de materiais arqueológicos de época romana encontra-se bem documentada, tendo ocorrido descobertas significativas no momento da construção de uma moradia na vertente sudeste, onde se identificou, a cerca de três metros de profundidade - (...) *uma rua lajeada, muita cerâmica e pedras aparelhadas* (...). A análise



97. Coordenadas geográficas - 41° 15' 0.39" N / 8° 26' 51.64" W / Alt. 125m.

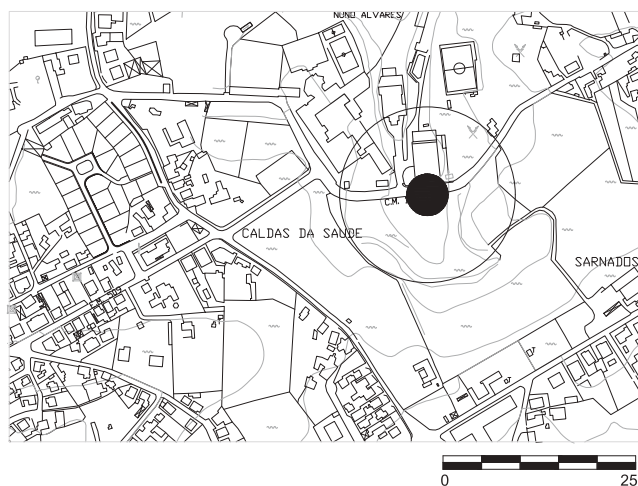
dos materiais cerâmicos sugere uma cronologia alto-imperial. A inexistência de escavações arqueológicas não permite qualquer apreciação relativamente ao tipo e dimensão do povoado, assim como à natureza das estruturas.

Bibli. - COSTA 1706, 324; PIMENTEL 1902, 64; LIMA 1956, 222-223; SANTARÉM 1956d, 20; SILVA 1986, 83, n.º 337; CORREIA 1989, 36-38; QUEIROGA 1992, 168, n.º 241; DINIS 1993, 59-60; MOREIRA 2004a, 27; 2010a, 292.



AE 12. Caldas da Saúde, Areias, Santo Tirso

Termas (?)



Lat. - 41° 22' 8.39" N

Long. - 8° 28' 46" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 84 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Balneário termal (?) detetado em 1905 no decurso da construção do novo complexo termal das Caldas da Saúde. Foram recolhidas inúmeras moedas romanas, telhas e tijolos cujo paradeiro atualmente se desconhece (LIMA 1962, 19; CORREIA 1989, 102-103; 1989a, 44).

Francisco Carvalho Correia refere as Termas das Caldas da Saúde mencionando as conhecidas ocorrências de materiais arqueológicos de época romana (moedas, telhas, tijolos, etc.), associando-as a uma eventual *villa* romana - *villa Gaudii* -, a partir da análise do topónimo *Pena de Gouve*. Apesar da escassez de referências concretas, assinala-se a informação relativa à descoberta de uma mó rotativa recolhida na face norte da elevação onde se encontra implantado o Instituto Nun' Alvares (Colégio das Caldinhas), associando-o a outros dois sítios com ocupação da mesma época - *Torre* e *Cristelo* (CORREIA 1989a, 10c; 2000c, 143).

Por sua vez, Augusto Cesar Pires Lima ao reportar os vestígios arqueológicos de época romana recolhidos nas freguesias de Além Rio (Lama, Sequeirô, Areias e Palmeira) traça, genericamente, o panorama da ocupação relacionada com as "Termas Romanas" das Caldas da Saúde - a) (...) ... na quinta de Silvalde, da mesma freguesia, encontraram-se por diferentes vezes fragmentos de mós e duas ânforas (...).

Atualmente não se conhece o paradeiro dos materiais referidos, cujo enquadramento parece ser consistente com o tipo de estação referenciada, da qual dista apenas cerca de 1000 m; b) (...) não muito longe vê-se o campo de Cristelo (castelo) e junto do Ave há o castro luso-romano da Torrê-Alta, nome que vem de uma torre

magnífica, vandalicamente destruída, e no qual aparecem ainda, quasi à flor da terra, tégulas e imbrices (...). Dupla referência a vestígios arqueológicos que, na nossa opinião se reportam à mesma realidade. Claramente, o topónimo *Cristelo*, diminutivo de castro, referenciado um pouco a norte do Castro da Torre, corresponde a um deslocamento do topónimo, fenómeno relativamente frequente, reportando-se, provavelmente, ao referido castro, cujas características são consistentes com o topónimo, quer no que respeita à sua dimensão, como à sua topografia e altimetria; c) (...) *na freguesia de Lama apareceram objectos de interesse arqueológico no lugar de Cima de Vila (...).*

Referência às ocorrências divulgadas por Serpa Pinto (PINTO 1930, 306), que induziu muitos autores em erro classificando o lugar como castro, conforme já referimos noutra local (MOREIRA 2004a, 61). Efetivamente, o lugar de Cima de Vila localiza-se na freguesia da Lama a cerca de 1500 m a norte, e os materiais identificados correspondem a um estabelecimento de época romana do tipo *casal*.

As nascentes das Caldas da Saúde integram-se no Maciço Hespérico, a norte do Rio Douro. Localizam-se numa área constituída por monzonitos (biotíticos, porfiroides e de grão médio), correspondentes a uma fase tardia à pós-tectónica da orogenia hercínica e de possível idade pós-Estefaniana, sendo de destacar, igualmente, algumas manchas de coluviões e aluviões muito pouco espessas constituídas por areias e areias lodosas com pouco transporte. Afloram em pequenas manchas mais ou menos contínuas ao longo das principais linhas de água. A influência da fracturação à escala quilométrica de direcções NNE e NE aparenta ser quase nula, dominando os acidentes tectónicos de expressão local com direcção NNW, que condicionam directamente a emergência, bem como, segundo A. Cavaco (1988), os acidentes transversais NE.

Os estudos geofísicos efetuados, particularmente o levantamento geofísico, confirmam claramente uma fratura de direcção NNW, passando pela emergência clássica, sugerindo, também, um acidente de direcção NE.

A circulação da água é feita, excetuando nas pequenas manchas colúvio-aluvionares, através de diáclases resultantes da meteorização da rocha cristalina, que, em algumas zonas, poderá alcançar espessuras da ordem de várias dezenas de metros. A circulação é tanto mais favorecida quanto menor for o preenchimento das diáclases com materiais argilosos⁹⁸.

Bibli. – PIMENTEL 1902, 259; LIMA 1951a, 325; CARNEIRO 1962, 19; ALARCÃO 1988, 17, n.º 297; CORREIA 1989, 102-103; 1989a, 44; MOREIRA 2004a, 27-28; 2010d, 295, n.º 9; 2013a 127.

EA 13. Montinho (Igreja⁹⁹), Areias, Santo Tirso Casal

Lat. - 41° 21' 47" N

Long. - 8° 28' 29" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 102 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)



98. Para uma abordagem mais desenvolvida sobre as propriedades das nascentes veja-se; LOPES 1892, 476; DMSG 1953; CAVACO 1988, 10; 1988a, 6; CARNEIRO 1931; LEPIERRE 1917, 75;

99. O lugar da Igreja, atualmente assim designado, corresponde ao topónimo do século passado do lugar do *Montinho* ou da *Cruz* (CORREIA 1989a, 196; «*Jornal de Santo Thyrsó*» 25 de setembro 1987).



Materiais romanos recolhidos em Silvalde (CORREIA 1989, 56).

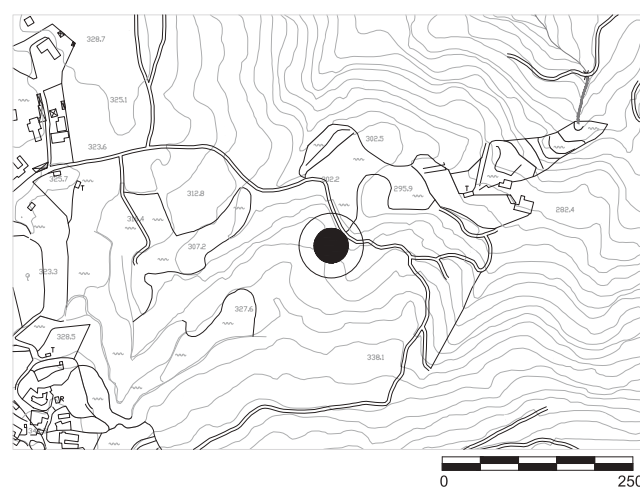
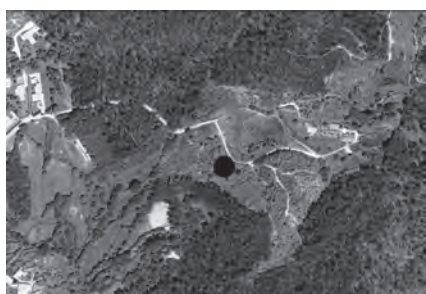


Local de aparecimento de inúmeros vestígios, nomeadamente objetos líticos, cerâmica comum, fragmentos de ânfora e elementos de mós rotativas (LIMA 1951, 325). Francisco Carvalho Correia, a partir da análise do topónimo Beire, sugere a possibilidade de ser este o local de assentamento da *Villa Valerii* (CORREIA 1989, 44). Não são conhecidas estruturas associadas à ocorrência dos materiais.

A área de dispersão dos vestígios regista uma localização privilegiada, de amplo domínio visual e acesso a extensos terrenos de aptidão agrícola elevada.

Bibli. – LIMA 1951, 325; CORREIA 1989, 44; MOREIRA 2004a, 28; 2010a, 296, n.º 10.

EA 14. Penedo do Ouro / Santa Cruz, Burgães, Santo Tirso. Casal



Lat. - 41° 20' 20" N

Long. - 8° 25' 20" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 309 m (C. M. 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Localiza-se a noroeste da aldeia de Santa Cruz e encontra-se cortado pela EM n.º 1105, ocupando uma extensa plataforma de meia encosta sobranceira ao vale do rio Ave. Os vestígios de superfície distribuem-se por uma área considerável sendo possível observar alguns alinhamentos à superfície. Do abundante material recolhido, além da cerâmica comum e do enorme número de telhas é de assinalar um conjunto significativo de fragmentos de terra sigillata

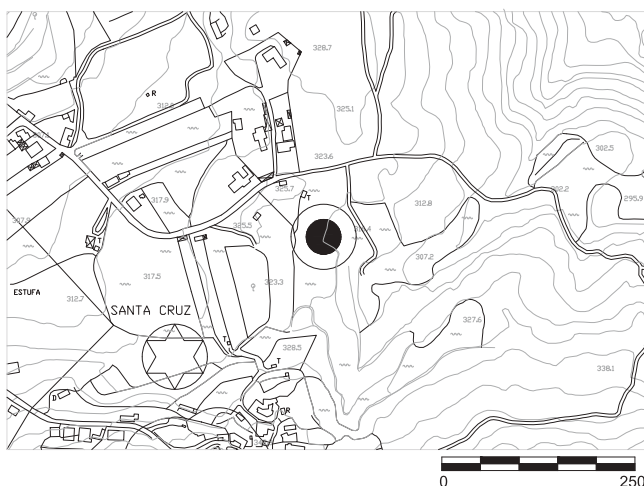
hispânica com cronologia compreendida entre a dinastia dos Flávios e finais do séc. II¹⁰⁰. No campo denominado por *Penedo do Ouro*, ao serem abertas valas para a plantação de vides foram remexidos níveis arqueológicos que revelam muita cerâmica comum romana¹⁰¹.

Um dos moradores informou-nos que, ao abrir os caboucos para os alicerces de uma moradia, a cerca de 1,5 m de profundidade recolheu uma bilha em cerâmica fina intacta.

Inscribe-se na Unidade Cartográfica Ru5.1, a que equivale a Unidade Fisiográfica Qgo2, e terrenos sem aptidão agrícola.

Bibli. – MOREIRA 2004a, 28-29; 2010, 266-267; 2010a, 307-308, n.º 26; 2013d, 127.

EA 15. Pinguelo, Rebordões, Santo Tirso Casal

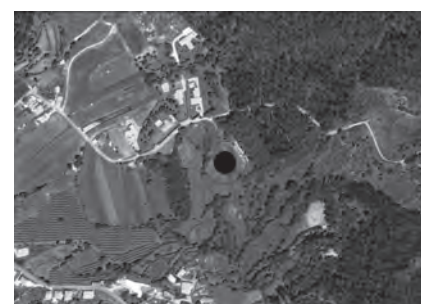
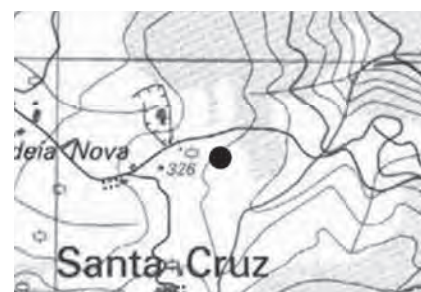


Lat. - 41° 20' 25" N

Long. - 8° 26' 00" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 304 m (CM 1 25 000, SCE, fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Casal localizado a nordeste da aldeia de Santa Cruz num terreno denominado *Bouça da Salgueira*, onde se encontra uma pedreira desativada. Na área próxima à exploração observam-se à superfície abundantes fragmentos de telhas. A área de implantação aproveita uma plataforma de meia encosta, estreita e alongada, que acompanha a morfologia do terreno. Os vestígios de superfície são constituídos por pedra aparelhada e materiais cerâmicos (cerâmica comum



100. Os materiais cerâmicos recolhidos (fragmentos de *dolia* e cerâmica comum) encontram-se depositados no Museu Municipal sob o código – CAST. 86 PEB – N.º 0064 a 0078.

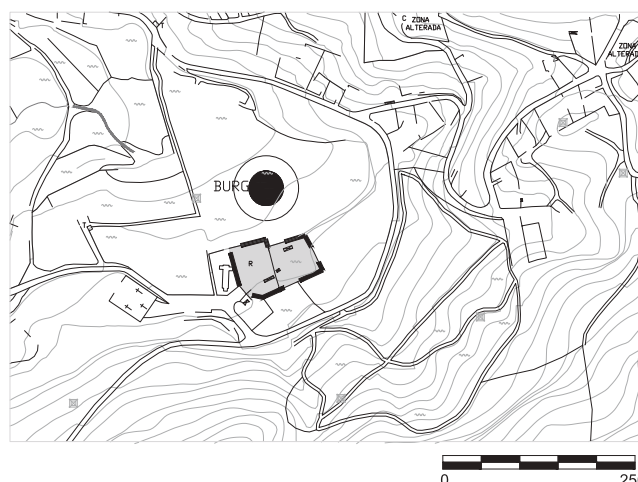
101. Armando Coelho Ferreira da Silva, baseado nas observações de Martins Sarmiento (SARMENTO 1887 = 1933, 303-304), referencia-o como castro (SILVA 1986, 83, n.º 341), classificação que não corresponde à realidade, uma vez que, para além da inexistência de condições topográficas para a implantação de um povoado fortificado, não se verificam quaisquer outros vestígios que apontem para uma ocupação claramente castreja, como aliás foi já referido por outros autores (DINIS 1993, 106, n.º 12 e 13). O mesmo autor identifica ainda na mesma freguesia de Burgães, num local muito próximo a Santa Cruz, o Monte de S. João do Carvalhido, como sendo um castro (SILVA 1986, 83, 340). Este local, apesar de reunir condições topográficas que correspondem às características de implantação dos povoados da Idade do Ferro, não evidência qualquer tipo de vestígio de ocupação, quer seja de materiais de superfície de alinhamentos de construções, ou mesmo taludes que indiquem a existência de muralhas, que permitam, ainda que hipoteticamente, classificá-lo como castro.



e telhas). A escassez de materiais construtivos provavelmente resultará dos intensos trabalhos de regularização dos terrenos, assim como da construção de terraços que terão originado a sua destruição, reutilização ou encobrimento. No início da década de noventa o proprietário da pedreira pôs a descoberto uma cavidade na rocha natural (saibro), que continha no seu interior bastantes cinzas e alguma cerâmica comum romana que podem indicar a existência de uma necrópole. O *casal* inscreve-se na Unidade Cartográfica RU5.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica Qgo2, e terrenos sem aptidão agrícola (A0). A sua implantação a meia encosta, associada à inexistência de terrenos com aptidão agrícola, sugere uma vocação essencialmente agro-silvo-pastoril.

Bibli. – MOREIRA 2004a, 34; 2010, 302; 2010a, 307, n.º 25; 2013, 127.

AE 16. S. Simão / Quinta da Lage, Burgães, Santo Tirso
Casal/Villa (?)



Lat. - 41° 20' 46" N

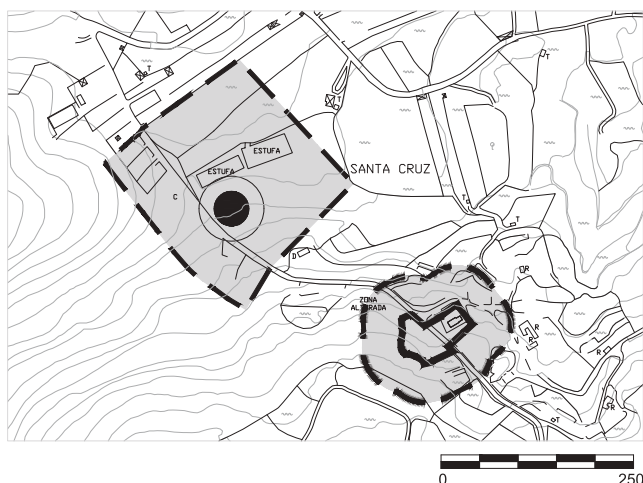
Long. - 8° 26' 47" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 150 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Encontra-se implantada numa plataforma natural da encosta norte da Serra de Monte Córdova, sobranceira ao rio Ave. Os vestígios atualmente visíveis resumem-se a materiais de superfície, designadamente cerâmicas comuns e de construção (telhas, ímbrices e tijolos) e pedra de construção, dispersos por uma área de 200 m por 300 m. A topografia atual revela intensos trabalhos de terraceamento para a criação de plataformas de cultivo, que resultaram no aumento significativo da espessura do solo e no consequentemente encobrimento dos vestígios. Da ocorrência de vestígios diversos deu conta Luís Correia de Abreu nos seus apontamentos – *Antiguidades e costumes velhos da freguesia de S. Tiago de Burgães - (...) Tem apparecido em diferentes epocas e em diferentes sítios da freguesia de Burgães varias sepulturas. Dentro da Quinta da Lage no Pomar das Eirozes num pedaço de terra, que nunca foi cultivado appareceu no dia 3 de Fevereiro de 1841 huma sepultura com os lados formados de pedra de cantaria bem labrada, e o lastro de grandes tijolos. (...)* (CORREIA 2000, 23).

Bibli. – MOREIRA 2004a, 30-31; 2010a, 294-295, n.º 6; 2013d, 127-130.

AE 17. Santa Cruz (Chão das Cruzes), Burgães, Santo Tirso
Villa (?) Povoado (?) / Ara votiva



Lat. - 41° 20' 19" N
 Long. - 8° 26' 31" W (meridiano de Greenwich)
 Alt. - 309 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

O local de identificação dos vestígios localiza-se a noroeste da aldeia de Santa Cruz, nas imediações da EM n.º 1105. Ocupa uma extensa plataforma de meia encosta sobranceira ao vale do rio Ave. Os vestígios de superfície encontram-se dispersos por uma área considerável, sendo possível observar alguns alinhamentos à superfície. Do abundante material cerâmico recolhido no local, além da cerâmica comum e de telhas em grande quantidade, é de assinalar um conjunto de fragmentos de terra sigillata hispânica com cronologia compreendida entre meados do séc. I e finais do séc. II.

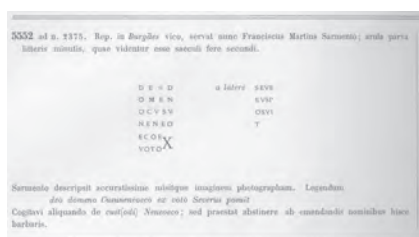
Provavelmente, terá sido este o local de proveniência da ara votiva dedicada ao deus *Cusuneneoeco*, assim como do tesouro de moedas tardorromanas recolhido em 1841, cujo paradeiro atualmente se desconhece-se.

Luís Correia de Abreu deixou uma nota nos seus apontamentos “*Antiguidades e costumes velhos da freguesia de S. Tiago de Burgães*”, que relata o sucedido - (...) No sítio chamado Cham das Cruzes, próximo (...) do lugar de St.ª Cruz, aparecem tijolos, e varios vestígios, que indicão ruínas de povoação: neste mesmo sítio, escavando na terra no anno de 1841 José das Casas – Novas achou huma panella de barro cheia de moedas de cobre do tempo de Constantino Magno, como se vê de algumas das moedas, que se conservão na posse (?) da Casa da Quinta da Lage. Junto a este denominado (?) Cham das Cruzes existe huma propriedade de terra lavradia, chamada S. Simão, pertencente à Casa do Corgo da mesma freguezia, onde appareceo (?) há annos hum pequeno Padrão com huma legenda, de que apenas se pode ler Severus. (...) (CORREIA 2000, 22).

O aparecimento do tesouro foi também divulgado por Martins Sarmiento que, a propósito do estudo da ara, efetuou uma descrição detalhada da natureza e distribuição dos achados - (...) A pequena ára, em que se lê esta inscrição, foi achada há cerca de 40 annos, parece, numa propriedade chamada S. Simão, próxima á Chan das Cruzes. Na Chan foi desenterrada em 1841 uma panela com moedas romanas, algumas de Constantino, segundo um apontamento que tenho á vista. A sul da Chan e contigua a ella há um outeiro, por cuja encosta se descobrem fragmentos de telha com rebordo, que mais abundantes se tornam para a corôa do cabeço.

Vêm-se aqui e alli alicerces de construções e pelas paredes





dos campos e bouças vizinhas não faltam pedras, que de certo lhes pertenceram. Às vezes desenterra-se por aqueles sítios um grande «testo de pedra», que, sabidas as contas, é uma das peças d'um moinho de mão.

Em summa, há todas as provas de que o alto fosse a sede d'uma povoação, em que o deus Cusuneneoeco dava leis, antes que o Christianismo o derribasse do seu throno – povoação que se estendeu na epocha romana para a Chan de Santa Cruz. (...) (SARMENTO 1888-1889, 234-235; 1933, 304).

O local de identificação dos vestígios inscreve-se no limite norte da Unidade Cartográfica Ru5.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica Qgo2, e terrenos sem aptidão agrícola. No entanto, a norte dispõe de amplos terrenos de aptidão agrícola moderada. Presentemente, toda a vertente noroeste da Serra de Monte Córdova evidencia uma intensa ocupação humana. A topografia revela profundos trabalhos de terraceamento para a criação de plataformas de cultivo que resultaram no aumento significativo da espessura do solo e, consequentemente, no encobrimento dos vestígios. A ara recolhida e depositada na Quinta da Laje, em 1841, foi oferecida à Sociedade Martins Sarmiento em 1887, por António Correia¹⁰², fazendo hoje parte da exposição de epigrafia e escultura daquele Museu (MSMS n.º 0021).

MATERIAIS ILUSTRADOS

Ara votiva

Ara em granito de grão fino, trabalhada nas quatro faces, fraturada na face anterior e no canto superior esquerdo. O capitel, onde apenas se adivinha o fôculo, tem forma quadrangular e encontra-se muito danificado. No lado direito há vestígios de ter existido um toro. Base de forma quadrangular com molduração constituída por um filete reverso seguido de dois toros.

Caracteres atuários muito ténues com inclinação à direita. A paginação é deficiente, tendo obrigado o *ordinator* a colocar a fórmula final consacratória, da qual consta o nome do dedicante, na face direita do monumento.

Dimensões: 0,60 m x 0,20 m x 0,57 m.

Campo Epigráfico: 23,5 cm x 19,5 cm.

DEO D/OMEN/O CVSV/NENEO *vel* NEMEO/ECO EX / VOTO || SEVE/RVS P/OSVI/T

Ao deus Cusuneneoeco / Cusunemeoeco erigiu Severo, em cumprimento de voto.

Altura das letras: L1 1:4,5; 2:5; 3:4; 4:4,5

L2 1:3,5; 2:3; 3:4,4

L3 1:3; 2:3,2,5; 4:3,5

L4 1:1; 2:3,5; 3:4,3; 5: 4

L5 1:3,5; 2:2; 3:4,2,5; 5:4

L6 1:3; 2:3,2,8; 4:4

L7 1:3,8; 2:4; 3:3,5; 4:4,4

L8 1:1,4; 2:3,5; 3:4,4

L9 1:3; 2:3; 3:3,3; 4:4

L10 1:4

Espaços interlineares: 1:2,5/3; 2:1; 3:4,0,5; 5:0,7; 6:0,7; 7:7; 8:0,8/1; 9:1; 10:0,8; 11:6

Leituras e propostas interpretativas

CIL 2375 – DEO/OMEA/OVS/VEM/ECOE/VOTOX ao lado SEVE/RVS F/ OSVE/F.

102. O agradecimento expresso por Martins Sarmiento encontra-se inscrito num artigo publicado na *Vida Moderna*, no qual formula uma leitura alternativa da epigrafe, introduzindo algumas correções à transcrição proposta por Hübner (SARMENTO 1985, 1-3).

1888-1889 – DEO D/OMEN/O CVSV/NENEO/ECO EX / VOTO | SEVE/RVS P/OSVIT/T. – SARMENTO 1888-1889, 234.

1901 – Deo domeno Cuseneneoeco ex voto Severus posuit – GUIMARÃES 1901, 48.

1905 – DEO D II OMEN II OCVSV II NEN(vel M)EO II ECOEX II VOTO na frente; SEVE II RVSP II OSVI II T II em um dos lados – VASCONCELOS 1905, 326-327.

1947 – DEO DOMENO CVSENEMEOECO EX VOTO SEVERVS POSVIT – MATOS 1947, 57.

1956 – Deo domeno Cvsveneneoeco ex voto Severvs posvit – SANTARÉM 1956, 64.

1957 – DEO D/OMEN/O CVS/NEMEO/ECOEX/VOTO - «Prontos fizemos nossas oferendas ao Nemeano» - AZEVEDO 1957, 298

1962 – DEO D/OMEN/O CVSV/NENEO/ECO EX / VOTO (en un lado) SEVE/RVS P/OSVI/T – MARTINEZ 1962, 121.

1970 – DEO D/OMEN/O CVSV / NENEO/ECO EX VOTO / SEVE/RVS POSVIT – ENCARNÇÃO 1970, 227.

1990 – DEO D/OMEN/O CVSE / NENEO/ECO E/ X / VOTO SEVE/RVS P/OSVIT – ALBALAT 1990, 249.

1991 – DEO D/OMEN/O CVSV / NENEO/ECO EX / VOTO (No lado direito) – SEVE/RVS P/OSVI/T – GARCIA 1991, 303

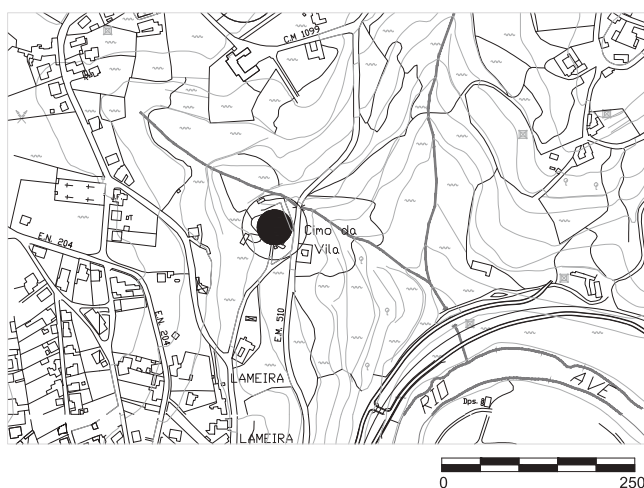
1992 – DEO D/OMEN/O CVSV / NENEO/ECO EX / VOTO / SEVERVS P/OSVI/T – MOREIRA 1992, 22.

2007 – *Deo d/omen/o Cusu / Nemeo/eco ex / voto* - SILVA 2007, 438, n.º 682

2010a – DEO D/OMEN/O CVSV/NENEO/ECO EX / VOTO / SEVERVS P/OSVIT – MOREIRA 2010a, 294.

Bibli. - CIL, II 2325; CIL II, S, 5552; ILER 796; HAE, 514; SARMENTO 1885, 1-3; 1895, 178-179; 1888-1889, 234-235; 1927, 9; 1930, 85; 1933, 289, 303-304, 309, 341; COELHO 1887, 365, 369; GUIMARÃES 1901, 48; VASCONCELLOS 1905, 326-327, fig. 74; CUEVILLAS 1933-34, p. 354; CARDOZO 1935a, 30; 1947, 93-95, 104, 109, 149, 153; 1958, 105, 109; MATOS 1947, 57; TOVAR; NAVASCUES 1950, 182, 189, 190; SANTARÉM 1953, 397-399; 1956c, 64-65; AZEVEDO 1957, 293-301; BLAZQUEZ 1957, 57; 1962, 120-122; 1970, 72-73, fig. 24; BOUZA BREY 1957, 255-259; ENCARNÇÃO 1970, 164-169, f. 26; 1975, 164-169, f. 26; TRANOY 1981, 274; SILVA 1986, 288, nota 330; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/359; ALBALAT 1990, 249, nota 13; CORRREIA 2004d, 113-116; MOREIRA 1992, 22-23, fot. 6; 2004a, 29-30; 2007, 93, MMAP 170 (1); 2010a, 293-294, n.º 5; 2013d, 72-74.

AE 18. Cimo de Vila, Lama, Santo Tirso Casal



Lat. - 41° 21' 31" N

Long. - 8° 27' 59" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 55 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Identificado a partir da ocorrência de um amplo conjunto de cerâmica comum, assim como de materiais de construção (pedra faceada, telhas e imbrices) e vários moinhos rotativos.



Corresponderá a um *habitat* de tipo *casal*. O local de distribuição dos vestígios ocupa uma extensa plataforma de terrenos de elevada aptidão agrícola, orientados a nascente com abundantes recursos hídricos.

Bibli. – MOREIRA 2004, 33; 2010a, 296, n.º 12;



Sobreiral - Vestígios de superfície (muro).

AE 19. Sobreiral, Monte Córdova, Santo Tirso

Casal



Lat. - 41° 20' 05" N

Long. - 8° 24' 32" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 424 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Encontra-se implantado numa plataforma intermédia da face noroeste da Serra de Monte Córdova. O local de distribuição dos vestígios constitui uma extensa plataforma natural sobranceira ao vale do rio Vizela, dominando visualmente para norte uma ampla região. Os vestígios de superfície ocupam uma extensa área onde se observam abundantes fragmentos de cerâmica comum e telhas, alinhamentos de estruturas, alguns dos quais à superfície do terreno, assim como taludes que denunciam a existência de muros. Os materiais distribuem-se por uma ampla zona revelando maior concentração na face leste da plataforma.

Inscrive-se na Unidade Cartográfica Ru9.2, correspondente à Unidade Fisiográfica Qgs2, com terrenos de aptidão agrícola marginal (A3), embora nas imediações, para sul, se desenvolva uma ampla mancha de terrenos de aptidão agrícola moderada (Unidade Cartográfica Te11.1 = Unidade Fisiográfica Qgs1 = terrenos de aptidão agrícola moderada A2).

O local foi sondado no século passado pelo Abade Pedrosa, que detetou alguns alicerces de habitações, onde foram recolhidos materiais arqueológicos cujo paradeiro desconhecemos.

Bibli. – MOREIRA 2004, 33-34; 2010a, 296, n.º 13; 2013d, 127-130.



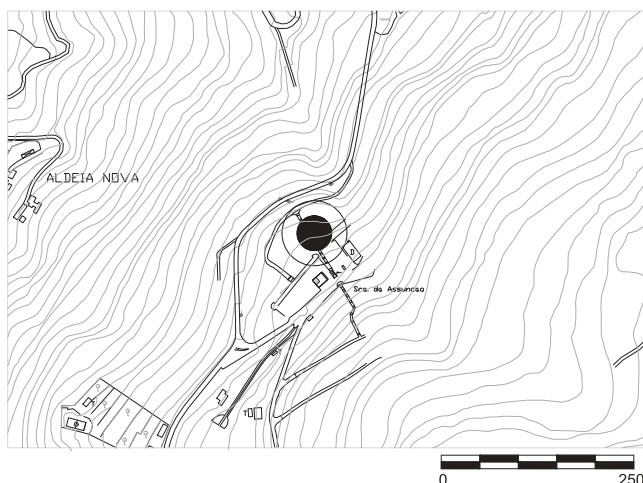
AE 20. Capela Velha, Monte Córdova, Santo Tirso

Casal

Lat. - 41° 19' 40" N

Long. - 8° 25' 55" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 350 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)



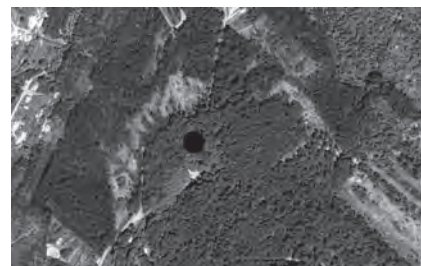
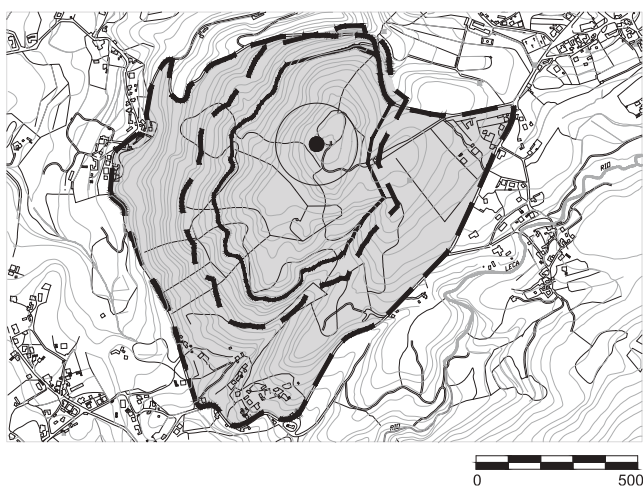
Localiza-se na vertente sudoeste do Monte da Nossa Senhora da Assunção a cerca de quinhentos metros a noroeste da Capela Velha. O acesso ao local faz-se a partir da cidade de Santo Tirso tomando a EN 319 (Santo Tirso – Paços de Ferreira) em direção ao Monte de Nossa Senhora da Assunção. Percorridos 4,5 km, desvio à esquerda em direção à referida capela.

O local ocupa uma plataforma bastante extensa, de planta retangular, que acompanha a topografia da vertente. Os vestígios de superfície, compostos por cerâmica de construção e blocos graníticos que integravam as estruturas, são observáveis numa extensão considerável¹⁰³.

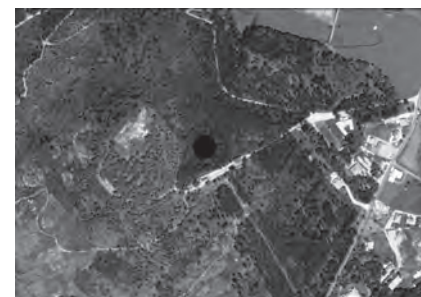
A sua implantação a meia encosta, associada à inexistência de terrenos de aptidão agrícola elevada nas imediações, sugere uma maior apetência para a exploração de recursos de natureza silvo-pastoril, sem que se descarte a possibilidade de utilização de terrenos de menor qualidade existentes nas imediações para uma prática agrícola de autossuficiência.

Bibli. – MOREIRA 2010, 269-230; 2010a, 295, n.º 7; 2013d, 217-230.

AE 21. Monte Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso *Aglomerado urbano secundário*



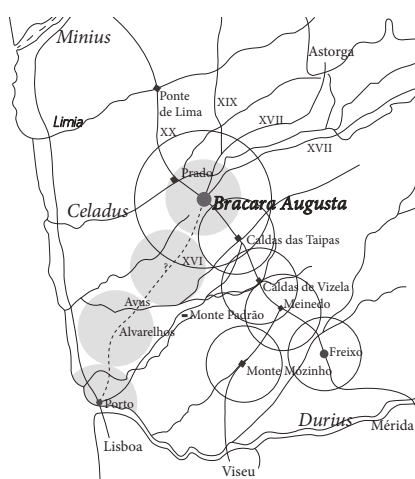
Capela Velha - Vestígios de superfície (muro).



103. Os materiais cerâmicos recolhidos (fragmentos de talha, tegulas e ímbrices e cerâmica comum) encontram-se em depósito no Museu Municipal Abade Pedrosa sob o código – CAST 86 MAS – N.º 0001 a 0041.



Monte Padrão - Vista aérea da face norte da acrópole do povoado.



Aglomerados urbanos secundários relacionados com a via XVI do Itinerário Antonino.

Lat. - 41° 18' 45" N
Long. - 8° 26' 57" W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 403 m (CM 1:25 000, SCE 1950, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Acompanhando o desenvolvimento de urbanização de *Bracara Augusta* ter-se-á assistido à emergência de novos núcleos de povoamento no seu território denominados singularmente por *villa*, *vicus* e *pagus*.

Estes centros, vocacionados para a exploração intensiva das potencialidades do solo, subsolo e dos recursos flúvio-marítimos, desenvolveram-se em articulação com uma rede viária de alguma complexidade. O reordenamento do povoamento operado na área meridional do convento *bracarensis* foi condicionado por um conjunto de fatores relacionados com o novo modelo económico, designadamente a disponibilidade de recursos naturais, a estrutura viária e a proximidade de mercados.

A par da exploração da terra, do rio e do mar, surgiu também a dos recursos do subsolo. O escoamento do minério, os diversos núcleos populacionais e a situação de charneira entre o litoral e o interior terão determinado uma organização do território delineada em torno de uma rede viária de inter-relação regional, que constituiu a efetiva estruturação da região e o suporte do novo modelo de povoamento.

A densidade de *aglomerados urbanos secundários* identificada na região a partir da primeira metade do séc. I sugere uma matriz de povoamento claramente romana, evidenciando um elevado índice populacional. O dinamismo económico perceptível no registo arqueológico torna evidente o papel central na sua área de influência direta, sendo patente um significativo conjunto de funções polarizadoras exercidas por estes núcleos, das quais se destacam as de natureza económica e cultural.

A primeira terá constituído a componente de maior relevo, tendo desempenhado um papel dinamizador da economia local, nomeadamente na difusão do artesanato e distribuição de produtos do comércio de larga escala. A componente cultural constituiu o elemento facilitador do processo de aculturação, designadamente na difusão do modo de vida romano.

Em certa medida, o propósito de implantação de uma vida coletiva organizada e centrada na autoridade administrativa é refletido nas características arquitetónicas dos edifícios e na cultura material, como se documenta no Monte Padrão, em Alvarelhos, no Monte Castelo e no Porto. Neste sentido, o papel desempenhado pelos *aglomerados urbanos secundários* na área meridional do convento *bracaraugustano* parece ter sido fundamental enquanto elemento estruturante do povoamento, estabelecendo a ponte entre a cidade e o meio rural, uma vez que estes núcleos viviam para fora da sua realidade económica oferecendo serviços à população campestre, aos viajantes e funcionários administrativos, operando simultaneamente como centros de desenvolvimento do mundo rural, áreas de prestação de serviços e, em menor escala, como centros de consumo.

A localização privilegiada do Monte Padrão em relação à via secundária de ligação da cidade de *Cale* (Porto) a *Bracara Augusta* (Braga), por intermédio da via oficial de ligação de *Emerita Augusta* (Mérida), na qual entroncava próximo de S. João de Ponte, Guimarães, facilitou o seu desenvolvimento enquanto *aglomerado urbano secundário*.

Como elemento fundamental de progresso, a via originou em todo o seu percurso uma intensa ocupação estruturada em pequenas unidades rurais. No espaço geográfico delimitado pelos rios Leça e Ave é possível reconstruir o seu trajeto a partir do local de implantação das pontes e pela identificação de um largo conjunto de vestígios dispersos na paisagem. A via, relacionada com o couto mineiro da Serra de Valongo, terá registado a sua maior dinâmica durante o período de exploração das minas auríferas, apresentando um ligeiro declínio a partir de meados do séc. III.

Terá sido neste contexto que se assiste à profunda transformação do povoado, no qual se verifica o definitivo abandono e destruição das estruturas castrejas (habitacionais e defensivas) e a construção de um conjunto de edifícios de carácter privado, cujas características arquitetónicas revelam uma rutura definitiva com o arquétipo da sociedade indígena, no qual o castro deu lugar a um *aglomerado urbano secundário* de pequena / média dimensão.

Fase I	 1250 a.C.(BM)
Fase II	1250 a.C. 1000 / 900 a.C. (BF /1ª Fase)
Fase III	1000 a.C. / 900 a.C. 700 a.C. (BF /2ª Fase)
Fase IV	700 a.C. 500 / 450 a.C. (Iª IF)
Fase V	500 / 450 a.C. 200 a.C. (IIª IF/ 1ª Fase)
Fase VI	200 a.C. Tibério/Cláudio (IIª IF /2ª Fase)
Fase VII	Tibério/Cláudio 1ª Metade do séc. II
Fase VII a	1ª Metade séc. II Meados séc. III
Fase VIII	900 Finais séc. XII
Fase IX	Finais do séc. XII 1ª metade do séc. XVII
Fase X	1738 ----.....

O Monte Padrão revela particularidades que o distinguem do panorama do povoamento romano regional, ilustrando, de forma paradigmática, a considerável diversidade de tipologias de assentamentos e de soluções adotadas no domínio da arquitetura privada. Até ao momento foram identificadas e intervencionadas quatro *domus* na plataforma superior. Apesar de estruturalmente semelhantes, apenas se conhecem na íntegra os dois edifícios localizados na face norte.

O resultado das escavações efetuadas permitem ainda afirmar que o povoado romano se desenvolveria em várias plataformas, designadamente na face sul, onde se identificam vestígios de edifícios ainda não integralmente caracterizados.

Na face norte da acrópole foram intervencionados e identificados na íntegra dois edifícios de carácter doméstico – *Domus nordeste* e *Domus noroeste*, e na face leste e sul outros dois, apesar destes estarem apenas parcialmente escavados e possuírem uma maior complexidade interpretativa devido à sobreposição de estruturas de cronologia posterior, nomeadamente, do Mosteiro, Igreja e cemitério de Monte Córdova.

Nas cidades de dimensão média, a construção doméstica que mais notoriedade assumiu, foi a *Domus*, cuja planta não possuía uma forma regular rígida, sendo projetada de um modo simples e baseada no mesmo conceito. Este tipo de arquitetura doméstica era composta por um ou mais pátios, em torno dos quais eram distribuídos os diversos compartimentos da casa.

A conceção do espaço interior era projetada com base na mesma distribuição programática, na qual a sala de maior importância se situava no alinhamento do eixo principal da casa (*tablinum*), ficando os restantes vestíbulos mais afastados da entrada. Numa das alas do pátio encontravam-se a cozinha (*culina*) e as salas menores (*triclinium*, *exedra*), situando-se na outra ala, a zona mais privada da casa, os quartos (*cubicula*). A organização era pensada de um modo linear e bem definido, onde os diversos espaços não interferiam entre si.

A planta da *Domus nordeste* evidencia esse conceito. Os espaços “públicos” localizam-se na zona de acesso mais direto desde a entrada, através do átrio central, enquanto a ala privada (quartos) encontra-se mais afastada desta. De modo a não haver conflitos entre as atividades de domínio público e privado, as zonas de trabalho e armazém encontravam-se numa zona afastada e, neste caso específico, com acesso exclusivo, ou seja, sem passagem pelo pátio.

A *Domus nordeste*, situada na plataforma superior, apresenta uma planta quadrangular, estruturada a partir de um pátio central aberto que formava uma galeria porticada a partir da qual, radialmente se distribuíam os diferentes aposentos. Na face norte revela uma estrutura atípica, acrescentada à primeira construção em época tardia, que desvirtua a planta original, conferindo uma linguagem vernacular à arquitetura rígida da primeira construção. Pela distribuição das *Domus* já intervencionadas e pela interpretação da topografia do terreno, será de admitir a existência de mais construções semelhantes.

Na historiografia arqueológica a *Domus noroeste* tem vindo a ser interpretada como um edifício ligado a atividades de carácter agro-pastoril, todavia, atualmente considera-se que este segundo edifício poderia ter sido

igualmente uma *Domus* de planta mais complexa, de dois pátios, com uma distribuição programática um pouco diferente das casas encontradas noutras povoações romanas.

No Monte Padrão, os edifícios foram construídos em pedra granítica da região e, de acordo com o registo arqueológico, alguns compartimentos no interior eram revestidos com uma argamassa de cal. Os pavimentos eram maioritariamente em terra batida, excetuando-se as zonas exteriores (como os pátios) e outros compartimentos de menor importância em que foi utilizado lajeado de pedra irregular.

As coberturas seguiam a norma, ou seja, telha romana (tégula e ímbrices), feitas em cerâmica e compostas por dois elementos - uma telha plana (*tégula*) e uma curva (*ímbrice*).

A complexidade das plantas, aliada à qualidade construtiva dos edifícios, confirma o significativo dinamismo económico do povoado durante o séc. I e início do séc. II, acompanhando a profunda transformação socioeconómica registada na região.

Neste momento da sua longa ocupação o Monte Padrão ilustra de forma singular a considerável diversidade de soluções patentes no povoamento regional, quer ao nível da tipologia dos povoados, quer ao nível das soluções arquitetónicas adotadas no domínio da arquitetura privada.

O início da dinastia dos Flávios e a atribuição do *ius latii* à Hispânia com Vespasiano, no ano de 73-74, consensualmente interpretado como um momento decisivo no processo de romanização do noroeste, ao qual correspondem uma parte muito significativa das obras alto-imperiais identificadas na região, registou a continuação da transformação do povoado indígena, patente, entre outros aspectos, em obras de ampliação e remodelação dos edifícios existentes.

A ergologia diversificou-se alargando exponencialmente o espectro dos materiais importados, nomeadamente de vidros¹⁰⁴, ânforas, sigillatas gálicas, sudgálicas e hispânicas, assim como de produções de âmbito regional como as cerâmicas bracarenses, ou as calcíticas pintadas, incrementando-se também o registo de espécies numismáticas.

O enquadramento arqueológico do povoado no âmbito da romanização do Noroeste Peninsular far-se-á, em primeira análise, na área meridional do convento bracaraugustano, região de elevada densidade populacional e detentor de importantes recursos e infraestruturas, nomeadamente viárias e portuárias. Após a implementação da nova estrutura administrativa, desenvolvida a partir do câmbio de Era, articulada a partir da capital de convento – *Bracara Augusta* –, teve início o efetivo processo de transformação do território. A criação de uma rede viária que garantisse a ligação rápida e segura entre os diferentes centros administrativos viria a constituir o principal elemento modelador da nova paisagem física e humana.

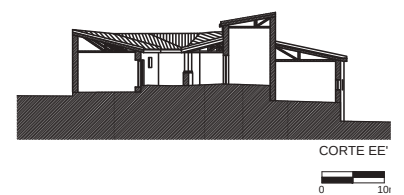
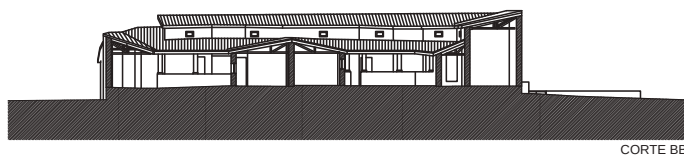
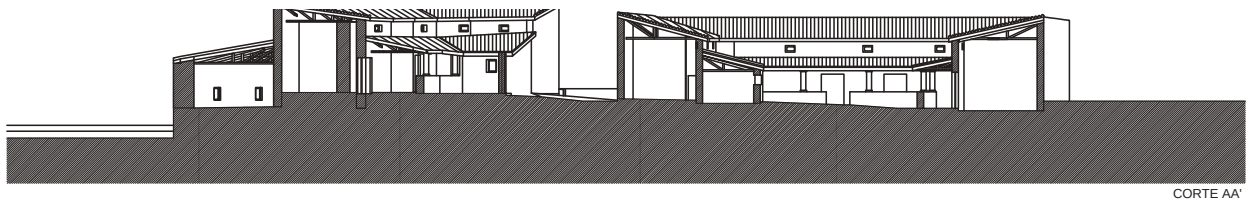
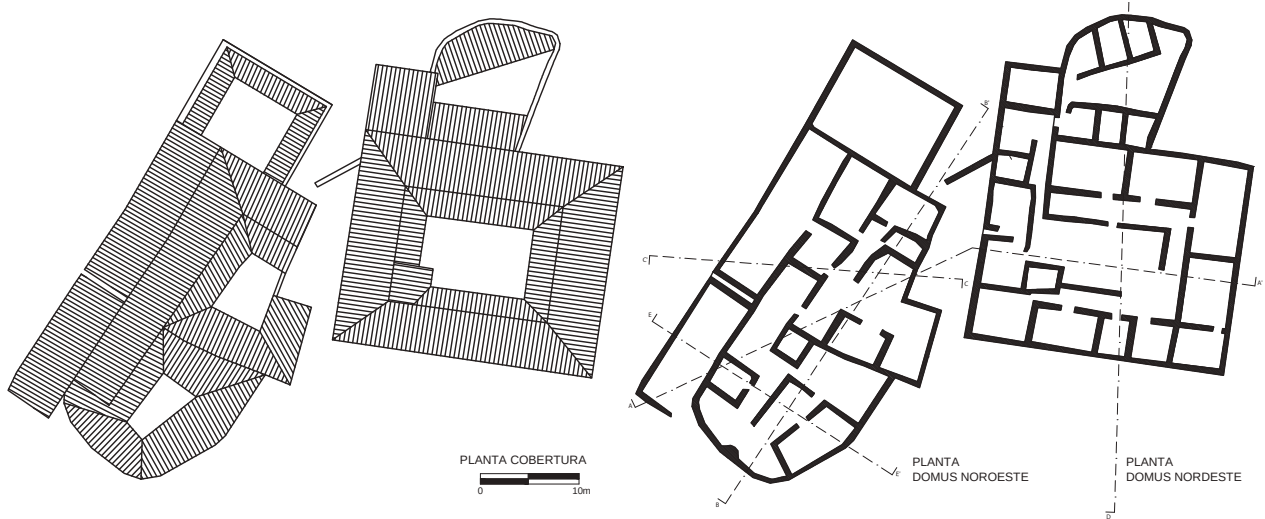
A localização privilegiada do Monte Padrão em relação à estrutura viária¹⁰⁵, aliada à disponibilidade de condições naturais para uma prática de uma atividade agrícola de alta rentabilidade, viabilizada pela existência de terrenos agrícolas de elevada aptidão que se distribuem na depressão que configura a nascente do rio Leça, permitiu o seu rápido desenvolvimento. A via, certamente relacionada com o couro mineiro da Serra de Valongo, terá registado a sua maior importância durante o séc. I, apresentando um ligeiro declínio a partir de meados do séc. III, momento em que se regista o abandono do Monte Padrão, cujo registo arqueológico, até ao momento, não evidencia nenhum acontecimento concreto que o justifique.

Bibli. - TOMÁS 1651, 159-160; CUNHA 1742, 259; LEAL; FERREIRA 1873, v, p. 471-472; VASCONCELLOS 1895, 12-13; SANTARÉM 1951, 49-66; 1955, 397-429; PONTE 1984, 129, n.º 15; MARTINS 1985, 217-230; SILVA 1986, 83, n.º 344; CENTENO 1987, 115-116; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/360; MOREIRA 1991, 28-30; 2005b, 255-276; 1997a, 83-87; 2005c; 2007, 32-34; 2008, 129-145; 2009, 11-95; 2009a, 160-175; 2010, 270-292; 2010a, 215-317, 2013, 91-94; 2013d, 127-130; QUEIROGA 1992, 169, n.º 242; DINIS 1993, 98-99, n.º 39.



104. Para além de vários exemplares das formas importadas mais comuns, como sejam as garrafas prismáticas, tipo Isings 50, ou as taças caneladas – *phiales côteles* –, tipo Isings 3, merece particular destaque, pela sua raridade na produção vidreira do Noroeste Português, um fragmento de taça de vidro laminado, elaborado por justaposição, com cronologia da 1ª metade do séc. I (MOREIRA 1997a, 26, est. XV, n.º 76).

105 A via a partir do Porto desenvolver-se-ia para nordeste em direção a Valongo onde cruzava o rio Leça na Ponte de Alfena, seguindo a meia encosta, acompanhando o perfil do Ave, em direção a S. Martinho do Campo onde transpunha o rio Vizela na Ponte de Negrelos, dirigindo-se posteriormente para S. João de Ponte (MOREIRA 2010, 189-190).



Monte Padrão - Domus noroeste/Domus nordeste. Proposta interpretativa.

MATERIAIS ILUSTRADOS

1. Moeda

Proveniência – Monte Padrão.

Material – Bronze.

Descrição – As – Campanha de P. Carisius, 27 – 25 a. C.

Anverso – [IMP]. AVG. DIVI. F – Cabeça nua de Augusto à esquerda.

Reverso – Escudo redondo (*caetra*) com umbo central.

Eixo / Diâmetro – 0h. / 25mm | Marca / Peso – ___ / 6.8 gr.

Classificação e cronologia – Villaronga 3 / meados do séc. I - Fase VII.

Depósito - MMAP 238 (1).

Bibli. – MOREIRA 2007, 110, MMAP, n.º 23(1), 2013d, 90.



2. Moeda

Proveniência – Monte Padrão.

Material – Bronze.

Descrição – As – Cláudio I, 41 – 54, At. Hispânico.

Anverso – TI CLAVDIVS CAESAR [AVG PM TRP IMP] – Busto à esquerda.

Reverso – S|C – Minerva à direita.

Eixo / Diâmetro – 6.30h / 27 mm | Marca / Peso – ___ / 10 gr..

Classificação e cronologia – RIC 68 / meados do séc. I / Fase VII

Depósito - MMAP 238 (2).

Bibli. – SANTARÉM 1955, est. XVII, 149; MOREIRA 2007, 110.



3. Moeda

Proveniência – Monte Padrão.

Material – Prata (forrado).

Descrição – *Denarius* – Vespasiano – 75 ou 76.

Anverso – [...] – Cabeça laureada para a direita.

Reverso – Ceres sentada, para a esquerda, com espiga de trigo e facho.

Eixo / Diâmetro – 6.00h. / 17.5 mm | Marca / Peso – ___ / 1.5 gr..

Classificação e cronologia – RIC 90 ou 91 / Fase VII/VIIa.

Depósito - MMAP 237 (1).

Bibli. – CENTENO 1987, 116, est. XIX – Castro do Monte Padrão n.º 2;

MOREIRA 2007, 111, MMAP, n.º 239(1); 2013d, 90.



4. Base de coluna

Proveniência – Monte Padrão.

Material – Granito.

Descrição – Base de coluna de bom recorte e proporção. Base de planta retangular a formar um soco de 10 cm de espessura. Toro recuado de perfil convexo marcado por canelura na face superior. Sumoscampo desenvolvido vincado na face inferior por um ligeiro toro de perfil curvo de demarcação. Na face superior conserva-se um círculo de acerto de perfil em U.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Fase VII / VIIa.

Dimensões – Comprimento máximo da base 460 mm; Largura máxima da base 250 mm.

Depósito - MMAP, s/n.º, PAD. II X, 806.

Bibli. - MOREIRA 2005, 37; 2007, 93, MMAP, N.º 170.



5. Base de coluna

Proveniência – Monte Padrão.

Material – Granito.

Descrição – Base de coluna de bom recorte e bem proporcionada. Base de planta subretangular, alargada, a formar um soco de 12 cm de espessura. Toro recuado de perfil convexo marcado por canelura na face superior. Sumoscampo desenvolvido vincado na face inferior por um toro de perfil curvo de demarcação para o arranque da coluna com diâmetro mais estreito.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Fase VII/VIIa

Dimensões – Base 352 mm x 348 mm; Altura máxima 270 mm; Diâmetro do arranque da coluna 366 mm.

Depósito - CIMP, [Achado de superfície].

Bibli. – MOREIRA 2013d, 92.



6. Fragmento de coluna

Proveniência – Monte Padrão.

Material – Granito de grão médio da região.

Descrição – Fragmento de coluna de recorte cilíndrico com diâmetro ligeiramente irregular. Superfície regularizada mas pouco polida. Base plana bem aplanada.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Fase VII/VIIa.

Dimensões – Comprimento máximo 346 mm; Diâmetro máximo 220 mm.

Depósito - CIMP, [Achado de superfície].

Bibli. – Inédito.

**7. Tégula**

Proveniência – Monte Padrão.

Material – Cerâmica. Pasta compacta de constituição grosseira. Elementos não plásticos muito abundantes com distribuição irregular, compostos por quartzo e cerâmica moída. Cozedura homogênea. Cor bege (91K). Superfície coberta por uma fina película avermelhada (N45) lisa e impermeável, resultante da sedimentação das partículas mais finas da argila.

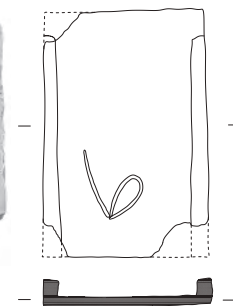
Descrição – Tégula. Formato subrectangular de rebordo decrescente com encaixe superior com interrupção do rebordo e encaixe inferior de tipo universal. Rebordo com contorno trapezoidal com aresta interior suavizada. Superfície plana, ligeiramente empenada. Encontra-se fragmentada no canto superior direito.

Classificação e cronologia – Tipo Cardoso A / Fase VII / Fase VIIa.

Dimensões – Comprimento máximo 620 mm; Largura máxima 415 mm; Espessura máxima ao nível do rebordo 65 mm; Espessura da superfície interna 31 mm.

Depósito - MMAP, s/n.º, PAD 80 X.

Bibli. – MOREIRA 2005b, 37; 2007, 92, MMAP, 167; 2013d, 92.

**8. Tégula**

Proveniência – Monte Padrão.

Material – Cerâmica. Pasta compacta e dura com cozedura homogênea. Elementos não plásticos muito abundantes à base de quartzo e, em maior percentagem, cerâmica moída, apresentando pontualmente pontos ferruginosos (M27). Superfície alisada sem qualquer tipo de revestimento de cor bege (M27).

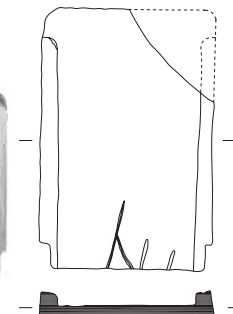
Descrição – Formato subrectangular de rebordo decrescente. Encaixe superior com interrupção do rebordo e encaixe inferior de tipo universal. Rebordo de contorno subrectangular com aresta ligeiramente suavizada. Superfície plana, levemente empenada. Encontra-se fraturada no canto superior esquerdo e nos cantos inferiores.

Classificação e cronologia – Tipo Cardoso A / Fase VII / VIIa.

Dimensões – Comprimento máximo 630 mm; Largura máxima 415 mm; Espessura ao nível do rebordo 68 mm; Espessura da superfície interna 26 mm.

Depósito - MMAP, 168.

Bibli. – MOREIRA 2005,b 37; 2007, 92, MMAP 168; 2013d, 92.

**9. Fragmento de ara**

Proveniência – Monte Padrão.

Material – Granito de grão médio da região.

Descrição – Capitel de ara de pequena dimensão, fragmentada ao nível do arranque do fuste. Capitel subrectangular, assimétrica, com cantos arredondados, sem vestígios de fôculo na superfície. Nas quatro faces recortam-se dois toros em alto-relevo, paralelos entre si, de desenho irregular. Não se reconhece qualquer vestígio da epígrafe.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Fase VII / VIIa.

Dimensões – Altura máxima 185 mm; Largura máxima 237 mm; Comprimento máximo 257 mm.

Depósito - CIMP, [Achado de superfície].

Bibli. – Inédito.





AE 22. Telheira, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso Casal



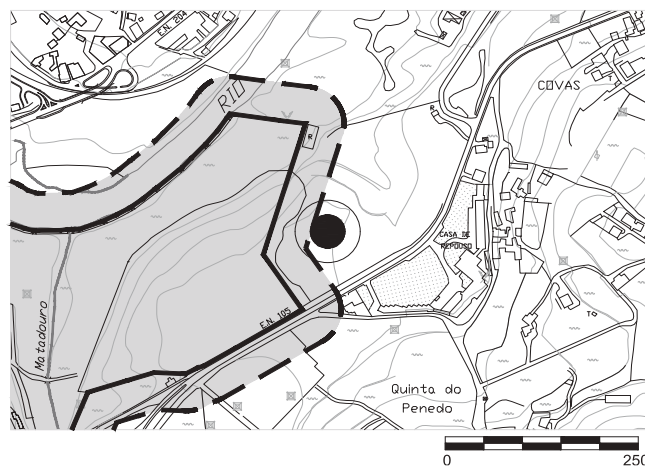
Lat. - 41° 20' 12" N
Long. - 8° 28' 37" W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 94 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

O local de dispersão dos vestígios encontra-se implantado numa pequena elevação a cerca de um quilómetro a sul da cidade de Santo Tirso. Foram recolhidos abundantes materiais cerâmicos (telhas, cerâmica comum, sigillatas hispânicas e *cerâmica de engobe vermelho de verniz não vitrificável*) e dois fragmentos de mó rotativa. Atualmente o local encontra-se no interior da área social da sede do concelho, não sendo possível avaliar a amplitude de dispersão dos materiais e a eventual existência de estruturas. A informação oral fornecida por quem recolheu os materiais (Dr. António Miranda), ainda que pouco detalhada, aponta para a existência de um forno e respetiva telheira associada. A sua localização numa zona de terrenos de aptidão agrícola moderada (Unidade Cartográfica Te2.1 = Unidade Fisiográfica Qxs1 = Aptidão agrícola A2), e a sua implantação sobre o vale do rio Sanguinhedo revela boas condições para o estabelecimento de um assentamento vocacionado para a exploração agro-silvo-pastoril.

Bibli. – MOREIRA 2004a, 41; 2010, 313; 2010a, 296, n.º 11; 2013d, 127-130.



EA 23. Mosteiro, Santo Tirso, Santo Tirso Casal



Lat. - 41° 20' 48" N
 Long. - 8° 27' 47" W (meridiano de Greenwich)
 Alt. - 69 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Encontra-se implantado num pequeno promontório sobranceiro ao rio Ave no limite nordeste da cerca do antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso. A pequena elevação possui uma plataforma relativamente extensa e aplanada onde, numa área relativamente localizada, se detetaram materiais arqueológicos, nomeadamente cerâmica comum, telhas e pedra de construção. Pela sua concentração e reduzida área de dispersão corresponderá, provavelmente, a um *casal* que se encontraria dentro do *dominium* da *villa* romana da Devesa.

Inscribe-se na Unidade Cartográfica Te5.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica Qxs1, terrenos de aptidão agrícola moderada A2.

Bibli. - SANTARÉM 1955, 169-177; 1956a, 171; MOREIRA 2004a, 37-38; 2010, 309-310; 2010a, 304, n.º 14; 2013d, 127-130.

EA 24. Quinta da Devesa, Santo Tirso, Santo Tirso Necrópole / Villa



Lat. - 41° 20' 36" N
 Long. - 8° 28' 30" W (meridiano de Greenwich)
 Alt. - 61m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

A necrópole da Quinta da Devesa foi referenciada pela primeira vez por Alberto Pimentel, em 1902 - (...) *existência de um castro luso-romano onde hoje estão as Escolas e quintas vizinhas, havendo talvez povoação ao norte e poente desse castro, como se inferiu da aparição de fragmentos de telha, vasilhas de barro, restos de mós, vestígios de sepulturas antigas e até de uma lápide votiva na parede oriental do claustro.* (...) (PIMENTEL 1902, 15).

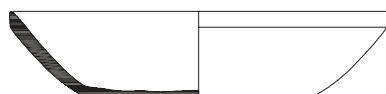
Posteriormente, foi mencionada por Carlos Faya Santarém (SANTARÉM 1956a, 401-402) a título de contextualização no âmbito do estudo da necrópole do Bronze Final do Corvilho, Santo Tirso¹⁰⁶.

106. A necrópole do Bronze Final do Corvilho, Santo Tirso (Cat. EA. 8), foi detetada em 1915 no decurso das obras de construção do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, num terreno da Quinta de Gião, junto do caminho do lugar do Corvilho. O espólio recuperado é composto por seis vasos troncocónicos e um bracelete de bronze. Todos os materiais integram a exposição permanente do Museu Municipal Abade Pedrosa e contam já com uma importante bibliografia de referência; SANTARÉM 1955, 169-177; 1956a,





Villa da Devesa - Elementos construtivos integrados no muro da atual residência de estudantes.



O enquadramento arqueológico far-se-á com a *villa* identificada nas suas imediações, a cerca de 150 m para norte.

O espólio recolhido encontra-se hoje em exposição no Museu da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães e no Museu D. Diogo de Sousa, em Braga, e é constituído por quinze peças, todas em cerâmica comum (armários C e E) (GUIMARÃES 1980, 38-72, est. XXV). As formas identificadas morfológicamente enquadram-se em 4 grupos, recorrentemente registadas noutras necrópoles da região.

CATÁLOGO DOS MATERIAIS

Pratos (1-5)

1. Prato

Proveniência - Necrópole da Devesa, Santo Tirso.

Material - Cerâmica. Pasta compacta de cozedura homogénea com elementos não plásticos de calibre médio compostos por mica, quartzo e cerâmica moída. Superfície alisada com polimento deficiente e textura rugosa.

Descrição - Prato de perfil troncocónico. Parede reta com bordo reentrante marcado por carena externa e lábio pontiagudo ligeiramente sobrelevado. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo e assentamento pleno com espessura uniforme.

Tipologia - Grupo IV, Forma 3.

Dimensões - Altura máxima 45 mm; Diâmetro máximo do bordo 170 mm; Diâmetro máximo do fundo 120 mm.

Capacidade - 580,24 cm³ / 0,58 L.

Depósito - MSMS, n.º Inv.º MSA - 3133 (g), (Armário D, n.º 6).

Bibli. - MOREIRA 2004, 9, n.º 1; 2010, 302-307/2013d, 127-130.

2. Prato

Proveniência - Necrópole da Devesa, Santo Tirso.

Material - Cerâmica. Elementos não plásticos de pequeno calibre compostos por mica e quartzo. Superfície alisada com polimento irregular de cor vermelha com vestígios de engobe no exterior e interior.

Descrição - Prato de perfil troncocónico. Parede reta com bordo reentrante e espesso, rematado por lábio de desenvolvimento oblíquo de perfil pontiagudo. Fundo plano de assentamento pleno com espessamento desproporcional em relação à parede. Pasta compacta de cozedura homogénea.

Tipologia - Cerâmica de engobe vermelho não vitrificável, Grupo XII, Tipo Hayes 61.

Dimensões - Altura máxima 41 mm; Diâmetro máximo do bordo 210 mm; Diâmetro máximo do fundo 170 mm.

Capacidade - 836,79 cm³ / 0,84 L.

Depósito - MSMS, n.º Inv.º MAS - 3136 (g), (Armário D, n.º 9).

Bibli. - MOREIRA 2004, 9, n.º 2; 2010, 302-307; 2013d, 127-130.

3. Prato

Proveniência - Necrópole da Devesa, Santo Tirso.

Material - Cerâmica. Pasta pouco compacta de cozedura homogénea com elementos não plásticos compostos por mica, quartzo e cerâmica moída de pequeno calibre. Superfície alisada com polimento irregular de cor avermelhada com vestígios de engobe da mesma cor, fino e pouco aderido.

Descrição - Prato de perfil troncocónico com parede ligeiramente arqueada e bordo oblíquo projetado para o exterior rematado por lábio arredondado. Fundo de desenvolvimento oblíquo com aresta angulosa e assentamento pleno. Espessura regular.

Tipologia - Grupo XI, Tipo Hayes 50.

Dimensões - Altura máxima 52 mm; Diâmetro máximo do bordo 200 mm; Diâmetro máximo do fundo 122 mm; Espessura máxima 4 mm.

Capacidade - 1 167,65 cm³ / 1,16 L.

Depósito - MSMS, n.º Inv.º MAS - 3132 (g), (Armário D, n.º 5).

Bibli. - MOREIRA 2004, 10, n.º 3; 2010, 302-307; 2013d, 127-130.

4. Prato

Proveniência - Necrópole da Devesa, Santo Tirso.

71; SANCHES 1981, 97; 1982, 56-61; PEREZ 1997, 5-11, est. 1, n.º 2; MOREIRA 2007, 40-41; 2013d, 49-50.

Material - Cerâmica. Pasta compacta e dura de cozedura uniforme com elementos não plásticos de pequeno calibre compostos por mica e quartzo. Superfície alisada com polimento irregular de cor acastanhada com engobe da mesma cor e vestígios de fuligem.

Descrição - Prato de perfil troncocónico com paredes arqueadas e muito abertas. Bordo espessado e reentrante marcado por carena angulosa, facetado no exterior e rematado por lábio pontiagudo de orientação oblíqua. Fundo plano de assentamento pleno com ligação à parede de perfil arredondado.

Tipologia - Grupo IV, Forma 1.

Dimensões - Altura máxima 36 mm; Diâmetro máximo do bordo 94 mm; Diâmetro máximo do fundo 53 mm.

Capacidade - 441,35 cm³ / 0,44 L.

Depósito - MSMS, n.º Inv.º MAS - 3134 (g), (Armário D, n.º 7).

Bibli. - MOREIRA 2004, 10, n.º 4; 2010, 302-307; 2013d, 127-130.



5. Prato

Proveniência - Necrópole da Devesa, Santo Tirso.

Material - Cerâmica. Pasta compacta e dura de cozedura uniforme. Elementos não plásticos de calibre médio compostos essencialmente por quartzo e mica. Superfície alisada com polimento irregular de cor castanha com sinais de fuligem no exterior e interior.

Descrição - Prato de perfil troncocónico com paredes altas e arqueadas, ligeiramente reentrantes. Bordo facetado com carena angulosa a marcar a diferenciação com a parede. Lábio pontiagudo de orientação vertical. Fundo plano de desenvolvimento oblíquo com assentamento pleno e espessura regular.

Tipologia - Grupo I, Forma 1.

Dimensões - Altura máxima 55 mm; Diâmetro máximo do bordo 213 mm; Diâmetro máximo do fundo 146 mm; Espessura média 6 mm.

Capacidade - 1 317,62 cm³ / 1,31 L.

Depósito - MSMS, n.º Inv.º MAS - 3135 (g), (Armário D, n.º 8).

Bibli. - MOREIRA 2004, 10, n.º 5; 2010, 302-307; 2013d, 127-130.



Copos (6-7)

6. Copo

Proveniência - Necrópole da Devesa, Santo Tirso.

Material - Cerâmica. Pasta compacta de cozedura uniforme. Elementos não plásticos de pequeno calibre compostos por mica, quartzo e feldspato. Superfície alisada com polimento regular de cor castanha com manchas mais escuras.

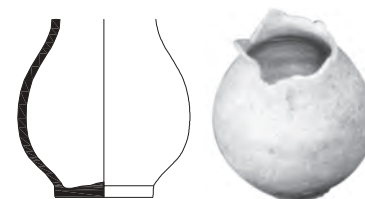
Descrição - Copo de perfil em S de corpo oval com colo alto e pouco estrangulado. Bordo extrovertido fragmentado ao nível do arranque do colo. Pé curto, discoidal, de desenvolvimento vertical com aresta boleada e fundo plano de assentamento pleno e espessura progressiva para o centro.

Tipologia - Grupo I, Forma 1.

Dimensões - Altura máxima 84 mm; Diâmetro máximo do bojo 77 mm; Diâmetro máximo do fundo 45 mm.

Depósito - MSMS, n.º Inv.º MAS - 1912 (g), (Armário C, n.º 8).

Bibli. - MOREIRA 2004, 9, n.º 6; 2010, 302-307; 2013d, 127-130.



7. Copo

Proveniência - Necrópole da Devesa, Santo Tirso.

Material - Cerâmica. Pasta compacta de dureza média e cozedura uniforme. Regista abundantes elementos não plásticos de pequeno e médio calibre, compostos essencialmente por mica, quartzo e feldspato. Superfície alisada com polimento deficiente, de cor castanha, com aguada da mesma cor com manchas irregulares.

Descrição - Copo de perfil em S de corpo esférico com colo alto e pouco estrangulado. Bordo extrovertido de desenvolvimento oblíquo e lábio de perfil arredondado. Pé curto, discoidal, de desenvolvimento vertical com aresta inferior angulosa e ligeiramente excisa. Fundo plano de assentamento pleno com espessamento progressivo para o centro.

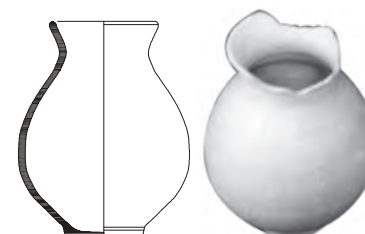
Tipologia - Grupo I, Forma 1.

Dimensões - Altura máxima 112 mm; Diâmetro máximo do bojo 86 mm; Diâmetro do fundo 40 mm.

Capacidade - 339,07 cm³ / 0,33 L.

Depósito - MSMS, n.º Inv.º MAS - 1911 (g), (Armário C, n.º 7).

Bibli. - MOREIRA 2004, 10-11, n.º 7; 2010, 302-307; 2013d, 127-130.

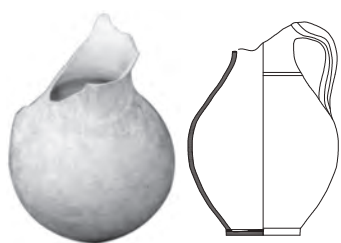


Púcaros (8)

8. Púcaro

Proveniência - Necrópole da Devesa, Santo Tirso.

Material - Cerâmica. Pasta pouco compacta, ligeiramente friável. Elementos



não plásticos abundantes compostos por mica, quartzo e feldspato. Superfície alisada com polimento deficiente e textura rugosa, de cor castanha com vestígios de fuligem.

Descrição - Púcaro de perfil em S de corpo oval com colo alto e curto de estrangulamento suave. Bordo extrovertido de desenvolvimento oblíquo com lábio arredondado. Asa de fita de secção plano-convexa fragmentada ao nível do arranque. Pé curto, discoidal, de desenvolvimento oblíquo para o exterior. Fundo plano de assentamento pleno com espessamento progressivo para o centro.

Tipologia - Grupo VIII. Forma 2.

Dimensões - Altura máxima 159 mm; Diâmetro máximo do bojo 120 mm; Diâmetro máximo do fundo 55 mm.

Capacidade - 893,61 cm³ / 0,89 L.

Depósito - MSMS, n.º Inv.º MAS - 1910 (g), (Armário C, n.º 6).

Bibli. - MOREIRA 2004, 11, n.º 8; 2010, 302-307; 2013d, 127-130.

Jarros (9-10)

9. Jarro

Proveniência - Necrópole da Devesa, Santo Tirso.

Material - Cerâmica. Pasta medianamente compacta com cozedura irregular. Abundantes elementos não plásticos compostos por mica, quartzo e cerâmica moída. Superfície alisada com polimento deficiente e textura rugosa de cor castanho-claro.

Descrição - Jarro de perfil em S de corpo oval com colo alto e pouco estrangulado. Bordo levemente projetado para o exterior de desenvolvimento oblíquo com lábio arredondado, fragmentado no local de implantação do vertedouro. Asa de fita de secção plano-convexa com nervura central interna. Pé muito curto de desenvolvimento oblíquo com aresta boleada excisa. Fundo plano de assentamento pleno com espessura irregular e espessamento progressivo para o centro. Decoração composta por duas linhas incisivas implantadas ao nível superior do bojo a marcar o início do colo.

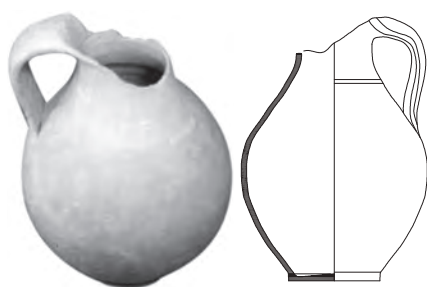
Tipologia - Grupo IX, Forma 1ª.

Dimensões - Altura máxima 219 mm; Diâmetro máximo do bojo 166 mm; Diâmetro máximo do fundo 92 mm; Diâmetro do bordo 78 mm.

Capacidade - 1 896,09 cm³ / 1,89 L.

Depósito - MSMS, n.º Inv.º MAS - 1908 (g), (Armário C, n.º 3).

Bibli. - MOREIRA 2004, 11, n.º 9; 2010, 302-307; 2013d, 127-130.



10. Jarro

Proveniência - Necrópole da Devesa, Santo Tirso.

Material - Cerâmica. Pasta muito compacta e dura com abundantes elementos não plásticos de calibre médio compostos por mica, quartzo e feldspato. Superfície alisada com polimento deficiente de cor avermelhada.

Descrição - Jarro de perfil em S. Corpo oval, simétrico, com colo alto e curto de estrangulamento suave. Bordo de desenvolvimento oblíquo com lábio espessado de perfil arredondado. Vertedouro pouco marcado e ligeiramente soerguido em relação ao nível do bordo. Asa de fita plano-convexa de desenvolvimento oblíquo com ligação ao bordo. Fundo plano com assentamento pleno e espessura regular.

Tipologia - Grupo IX, Forma 1ª.

Dimensões - Altura máxima 177 mm; Diâmetro máximo do bojo 126 mm; Diâmetro máximo do fundo 60 mm.

Capacidade - 1 410,09 cm³ / 1,41 L.

Depósito - MSMS, n.º Inv.º MAS - 1913 (g), (Armário C, n.º 9).

Bibli. - MOREIRA 2004, 11, n.º 10; 2010, 302-307; 2013d, 127-130.



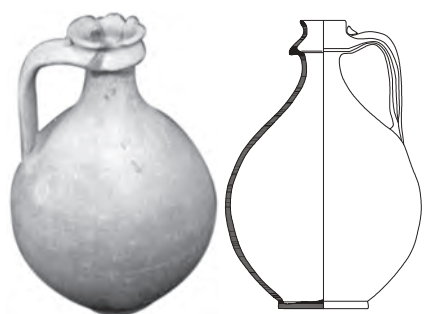
Bilhas (11-15)

11. Bilha

Proveniência - Necrópole da Devesa, Santo Tirso.

Material - Cerâmica. Pasta compacta e dura de cozedura uniforme. Elementos não plásticos compostos por quartzo e mica de pequeno calibre. Superfície alisada de cor castanha com polimento intenso e aguada espessa da mesma cor, bem aderida.

Descrição - Bilha de perfil globular. Corpo esférico de colo alto e muito estrangulado com gargalo bitroncocónico marcado por carena externa angulosa e muito vincada. Bordo de desenvolvimento oblíquo, pouco extrovertido, com lábio de perfil arredondado. Asa de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical com ligação ao bordo ao nível da carena onde conserva uma dedeira de planta oval. Pé curto com aresta de perfil arredondado. Fundo discoidal de assentamento pleno com espessura progressiva para o centro.



Tipologia - Grupo VI, Forma 2.

Dimensões - Altura máxima 220 mm; Diâmetro máximo do bojo 154 mm; Diâmetro máximo do fundo 69 mm.

Capacidade - 1 622,63 cm³ / 1,62 L.

Depósito - MSMS, n.º Inv.º MAS -1909 (g), (Armário C, n.º 4).

Bibli. - MOREIRA 2004, 12, n.º 11; 2010, 302-307; 2013d, 127-130.

12. Bilha

Proveniência - Necrópole da Devesa, Santo Tirso.

Material - Cerâmica. Pasta compacta de cozedura uniforme com elementos não plásticos de calibre médio compostos por quartzo, mica e feldspato. Superfície de cor castanha, alisada com polimento mediano e engobe da mesma cor espesso e bem aderido.

Descrição - Bilha de perfil globular. Corpo oval e colo alto, muito estrangulado. recorte marcado por carena externa angulosa mas pouco pronunciada. Recorte circular de perfil bitroncocónico com bordo de desenvolvimento oblíquo, exciso, com lábio de perfil arredondado. Asa de fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical com ligação ao bordo ao nível da carena onde conserva uma dedeira de planta oval muito espessa e saliente. Pé curto de projeção vertical com aresta de ligação ao fundo de perfil arredondado. Fundo plano de assentamento pleno com espessura irregular.

Tipologia - Grupo VI, Forma 2.

Dimensões - Altura máxima 260 mm; Diâmetro máximo do bojo 172 mm; Diâmetro máximo do fundo 92 mm.

Capacidade - 2 445,29 cm³ / 2,44 L.

Depósito - MSMS, Inv.º MAS -1907 (g), (Armário C, n.º 2).

Bibli. - MOREIRA 2004, 12, n.º 12; 2010, 302-307; 2013d, 127-130.



13. Bilha

Proveniência - Necrópole da Devesa, Santo Tirso.

Material - Pasta compacta de cozedura homogênea com elementos não plásticos de pequeno calibre compostos por mica e quartzo. Superfície de cor acastanhada, alisada, com polimento e vestígios de aguada espessa e aderente da mesma cor.

Descrição - Bilha de perfil globular de corpo oval. Colo alto e estrangulado com gargalo bitroncocónico marcado por duas carenas de perfil anguloso mas pouco salientes. Gargalo circular com bordo introvertido e lábio de perfil pontiagudo. Asa de secção plano-convexa de projeção vertical com ligação ao gargalo ao nível da carena inferior. Apresenta uma dedeira aplicada de planta oval de ligação ao bordo. Pé curto com aresta angulosa de ligação à base. Fundo discoidal de assentamento pleno e espessura regular.

Tipologia - Grupo VI, Forma 2.

Dimensões - Altura máxima 247 mm; Diâmetro máximo do bojo 160 mm; Diâmetro máximo do fundo 71 mm.

Capacidade - 1 956,74 cm³ / 1,95 L.

Depósito - MSMS, n.º Inv.º MAS -1906 (g), (Armário C, n.º 1).

Bibli. - MOREIRA 2004, 12, n.º 13; 2010, 302-307; 2013d, 127-130.



14. Bilha

Proveniência - Necrópole da Devesa, Santo Tirso.

Material - Pasta compacta de cozedura uniforme com elementos não plásticos de calibre desigual entre si compostos por mica e quartzo. Superfície alisada com polimento intenso de cor vermelho escuro com engobe espesso e aderente.

Tipologia - Grupo VI, Forma 6.

Descrição - Bilha de perfil sinuoso de corpo bicónico com colo alto e estrangulado. Gargalo circular de perfil bitroncocónico marcado por uma carena de recorte anguloso. Bordo de desenvolvimento oblíquo, extrovertido, com lábio de perfil arredondado. Asa de fita com secção plano-convexa fragmentada ao nível do arranque. Reservatório baixo marcado por carena pouco angulosa. Fundo discoidal de desenvolvimento oblíquo com assentamento pleno e espessura regular. Decoração composta por dois conjuntos de três linhas incisas ao nível do bordo. Pasta compacta com cozedura uniforme. Elementos não plásticos de calibre desigual entre si compostos por mica e quartzo. Superfície alisada com polimento intenso de cor vermelho escuro com engobe espesso e aderente.

Tipologia - Grupo VI, Forma 6.

Dimensões - Altura máxima 188 mm; Diâmetro máximo do bojo 169 mm; Diâmetro máximo do fundo 141 mm.

Capacidade - 1 794,49 cm³ / 1,79 L.

Depósito - MSMS, Inv.º MAS - 1915 (g), (Armário C, n.º 5).

Bibli. - MOREIRA 2004, 12-13, n.º 14; 2010, 302-307; 2013d, 127-130.



Copos



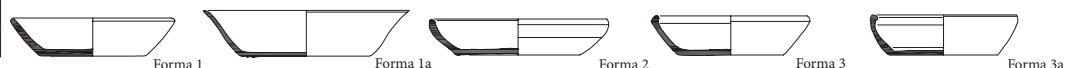
Tijelas



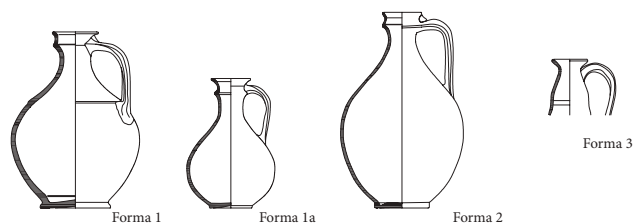
Potes



Pratos



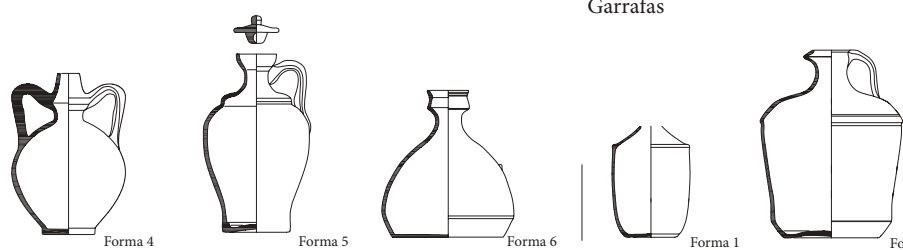
Bilhas



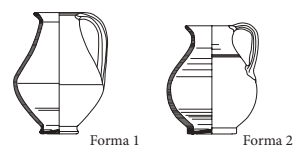
Frigideiras



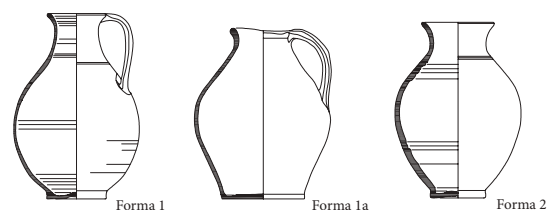
Garrafas



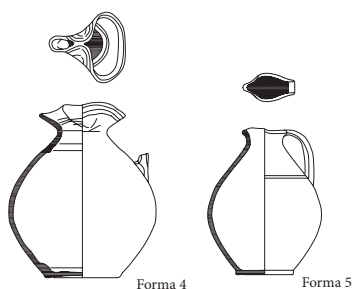
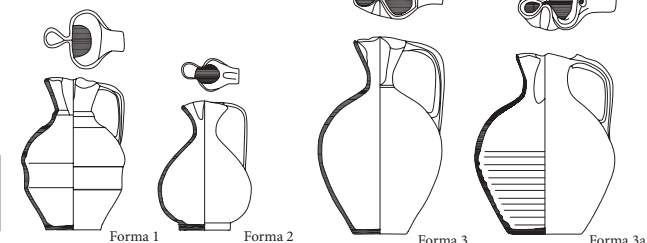
Púcaros



Jarros



Jarros tribolados



Cerâmicas comuns de engobe vermelho | Imitações de sigillatas

Prateiras



Pratos



Cerâmicas cinzenta fina tardia

Taças



Taças



Quadro tipológico da cerâmicas identificadas nas necrópoles localizadas entre Leça e Ave (MOREIRA 2010, 135-170, est. XVII).

A *villa* romana da Devesa encontra-se implantada no interior do perímetro da cidade de Santo Tirso, concretamente na vertente noroeste da propriedade denominada por Quinta da Devesa, cuja ocupação se poderá relacionar com a origem romana da cidade de Santo Tirso. A autoria da sua descoberta deve-se ao Abade Pedrosa que, em carta dirigida a Martins Sarmiento, refere a descoberta de muita telha e fragmentos de olaria romana em desaterros junto ao mosteiro (LEMOS 1989, 11). A confirmação do local como de “interesse arqueológico” foi efetuada pelo ilustre Etnólogo José Leite de Vasconcellos que, em 9 de janeiro de 1893, inspecionou o local. A notícia foi publicada no *Jornal de Santo Thyrsó* que deu conta da sua estadia na vila de Santo Tirso na qual, acompanhado do abade, terá visitado o local de implantação do “castro romano”¹⁰⁷, e recolhido alguns fragmentos de cerâmica romana¹⁰⁸. Da excursão a Santo Tirso ficaria ainda uma importante referência de José Leite de Vasconcellos na sua obra de referência, *Religiões da Lusitânia*, no momento em que aborda o estudo da epígrafe dedicada a *Turiaco*, descoberta na parede norte do primeiro claustro do antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso - (...) *Em Santo Tirso, a uns 300 metros da igreja, houve uma estação archaica, o que se reconhece pelo aparecimento de fragmentos de tegulas e de louça antiga, escóreas, mós, cimento, - como verifiquei em 1893. É possível que o monumento do deus Turiacus estivesse primitivamente ahi.* (...) (VASCONCELLOS 1905, 325-326).

As referências reportam-se à *villa* romana da Quinta da Devesa da qual, infelizmente, apenas se conhece parte do espólio do seu antigo cemitério, descoberto em data posterior às notícias do Abade Pedrosa e de Leite de Vasconcellos. Apesar do pouco detalhe da descrição dos vestígios a referência à existência de materiais de superfície numa área de dispersão tão significativa, associada a um contexto funerário e a vestígios epigráficos é, sem dúvida, indicador da importância do assentamento. No que respeita à referência da existência de um castro localizado a sudeste do local de aparecimento dos vestígios - (...) *onde estão as Escolas e quintaes visinhos* (...) ¹⁰⁹ - de acordo com a opinião de Leite de Vasconcellos, traduz uma imprecisão de linguagem, uma vez que os materiais cerâmicos recolhidos não se enquadram nesse horizonte cronológico, assim como o local não apresenta as condições topográficas características desse tipo de assentamento¹¹⁰.

A *villa* ocupava uma extensa plataforma natural com ligeiro pendor para norte, orientada para o rio Ave. Os vestígios distribuíam-se por uma extensa área, tendo sido parcialmente destruídos nos trabalhos de terraplanagem da construção da Escola EB2/3 de S. Rosendo, em 1979.

Apesar dos extensos trabalhos de construção desenvolvidos na área de ocorrência dos vestígios, que originaram uma profunda alteração da topografia e do subtrato arqueológico, nas obras de repavimentação das estradas ou na reparação das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento ainda hoje se identificam materiais arqueológicos, nomeadamente, tegulas, tijolos, cerâmica comum e, em menor número, materiais de importação como sejam ânforas, sigillatas e vidros. Na altura da sua destruição foi referenciado um hipocausto que atesta a existência de termas privadas. Com a *villa* está relacionado o *casal* identificado junto da cerca do antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso e a epígrafe que se encontra inserida na parede nordeste do primeiro claustro do mosteiro de Santo Tirso dedicada a *Turiacus*.

Embora hoje integre a Unidade Cartográfica que identifica a *Área Social* da cidade de Santo Tirso ocupava a Unidade Cartográfica Te5.1, com correspondência na Unidade Fisiográfica Qxs1, na qual se integram terrenos de aptidão agrícola moderada (A2) que compõem a veiga do rio Ave e os seus afluentes, nomeadamente o rio Sanguihedo e da Ribeira do Matadouro.

Enquadramento arqueológico

Os vestígios arqueológicos identificados no perímetro urbano da cidade de Santo Tirso enquadram-se num amplo conjunto de testemunhos que atestam a intensa ocupação romana da área ribeirinha dos rios Ave e Vizela nos seus tramos médio e final. A ocupação do espaço revela-nos não só uma significativa densidade demográfica, em continuidade com a época castreja mas, fundamentalmente, uma assinalável diversidade de tipos de assentamentos, refletindo um modelo de ocupação do território diretamente relacionado com a exploração dos recursos naturais disponíveis, mantendo-se, em alguns casos, os locais anteriormente ocupados. Naturalmente, o espaço do médio Ave, além de reunir uma gama variada de recursos naturais, designadamente para a prática da atividade agrícola e

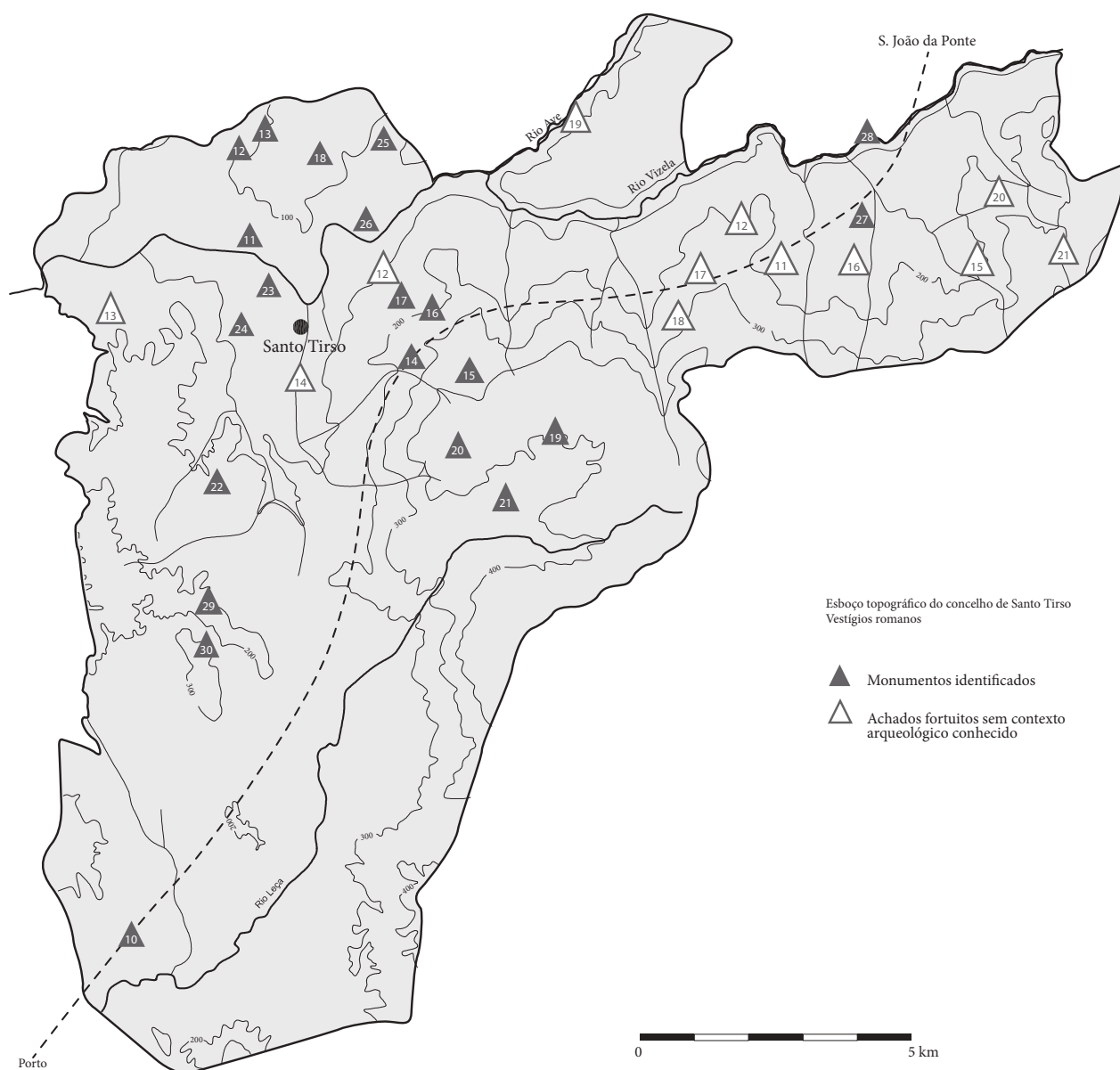
107. Erroneamente relacionado por alguns autores com o lugar do Corvilho (CORREIA 2000, 29, nota 99). Efetivamente a estação arqueológica do Corvilho (Cat. EA8) corresponde a uma necrópole cronologicamente datada do Bronze Final cuja identificação ocorreu em 1915, não sendo possível confundir os dois locais, nomeadamente se atendermos à natureza dos vestígios e ao desfasamento das datas.

108. *Jornal de Santo Thyrsó*, n.º 36, 12 de janeiro de 1893, 3, col. 1.

109. O autor refere-se à Escola Primária Conde S. Bento, Santo Tirso.

110. Apesar de existirem vários tipos de castros, com diferenças estruturais significativas, poder-se-à afirmar, de forma genérica, que os requisitos indispensáveis para o seu assentamento se prendem com a existência dos seguintes fatores; a) condições naturais de defesa proporcionadas pelo local de implantação; b) amplo controlo visual da envolvente c) existência de recursos naturais propiciatórios à prática de uma atividade económica de natureza agro-silvo-pastoril. Ora, como se observa, nenhuma destas condições se regista no local referenciado o que nos leva a crer que a referência à existência de um castro será o resultado de uma interpretação errónea dos vestígios ou, simplesmente, devido a uma imprecisão de linguagem.

pastoril, beneficiava da proximidade de dois eixos viários importantes que constituíram os elementos estruturantes do território, funcionando não só como dinamizadores das atividades económicas mas, fundamentalmente, como meio de aproximação aos centros de decisão e de difusão dos novos padrões económicos e culturais. Referimo-nos, em concreto, à via XVI do itinerário *Antonino* que ligava *Olisipo* a *Bracara Augusta*, e à via secundária que unia *Cale* à via de ligação de *Emerita Augusta* a *Bracara Augusta*, na qual entroncava em S. João da Ponte, Guimarães (MOREIRA 2010, 189-190).



Relativamente à primeira, a via de ligação de *Olisipo* a *Bracara Augusta*, a área geográfica entre Douro e Ave encontra-se bem delimitada por marcos miliários e por pontes cujas características construtivas atestam indubitavelmente a sua origem romana tendo o seu estudo sido abordado de forma mais ou menos aprofundada, por vários autores (ALMEIDA 1968, 26-27; 1969 15-19; ALMEIDA 1980, 155-156; LOPES 1995-97, 313-346; MANTAS 2000, 53-87; MOREIRA 2010, 185-189).

O seu traçado constitui um dos principais eixos sobre o qual se estruturou o povoamento entre Leça e Ave cujos vestígios acompanham todo o seu trajeto, podendo-se facilmente identificar núcleos de vestígios mais ou menos densos na Maia, Santa Maria de Avioso, S. Pedro de Avioso, Alvarelhos e um pouco mais para norte, já na veiga de Bougado, em Lantemil e Rorigo Velho. Após transpor o rio Ave, na ponte da Lagoncinha, Lousado, Vila Nova de

Famalicão, a via passava por Santa Catarina¹¹¹, Cabeçudos, para se dirigir para S. Paio de Antas¹¹² e, depois, rumaria a Braga. Também no interflúvio Ave – Cávado se verifica uma intensa ocupação nas imediações da via¹¹³.

A segunda, a via secundária de ligação de *Cale* à via de ligação de *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta*, encontra-se documentada por duas pontes cujas características construtivas são indiscutivelmente romanas, sendo, no entanto, o seu traçado de difícil concretização.

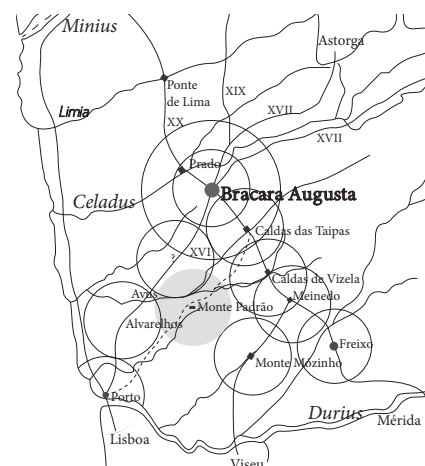
O seu percurso a partir do Porto desenvolver-se-ia para nordeste em direção a Valongo e Alfena, onde cruzava o Leça na Ponte de S. Lázaro, para se dirigir a S. Martinho do Campo onde transpunha o rio Vizela seguindo para S. João da Ponte para entroncar na via de ligação de *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta*. No seu tramo entre o Leça e o Vizela contornava a meia encosta o maciço de Monte Córdova pela face oeste, passando muito próximo do Monte Padrão, cujos vestígios de ocupação romana indicam um papel importante como ponto central entre S. João da Ponte e o Porto. Ao contornar a face norte de Monte Córdova a via seguia a meia encosta acompanhando o perfil do vale do Ave para depois seguir o rio Vizela, cruzando Burgães, Rebordões, S. Tomé de Negrelos e Roriz, para transpor o rio na ponte de Negrelos, em S. Martinho do Campo¹¹⁴.

Em época romana a estruturação do território reflete uma administração centralizada, polarizada em vários centros económicos e administrativos, evidenciando uma realidade muito diversificada de formas de povoamento, muitas vezes difícil de caracterizar e enquadrar nos modelos e tipologias mais correntes.

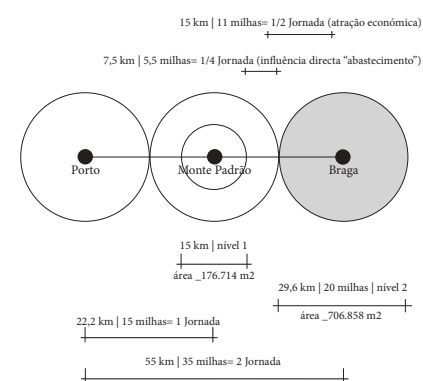
No que respeita aos assentamentos agrícolas, em toda a área meridional do convento bracaraugustano, os espaços privilegiados para a sua instalação, parecem corresponder a um padrão cujas principais características se podem resumir nos seguintes critérios - boa aptidão agrícola dos solos, e boa exposição solar, disponibilidade de água e proteção dos ventos predominantes, designadamente de nordeste, enquadramento topográfico com amplo controlo visual da zona envolvente e, por último, proximidade relativa às principais vias de comunicação.

Os elementos cronológicos disponíveis permitem admitir que na região este processo se desenvolveu de forma mais efetiva a partir da primeira metade do séc. I e terá perdurado até meados do séc. V.

É neste contexto, em que se implementa uma nova estratégia



Monte Padrão - Aglomerado urbano secundário implantado sobre a via secundária de ligação do Porto a Braga por intermédio da via *Bracara Augusta* - *Emerita Augusta*.



Esquema de distribuição dos aglomerados urbanos secundários segundo o princípio de "atração económica" - (MOREIRA 2010,103)

111. Em Santa Catarina, Cabeçudos, Famalicão, apareceu um marco miliário sem leitura (CAPELA 1985, 150; ALMEIDA 1968, 28; ALARCÃO 1988, 17, n.º 1/296).

112. Nesta zona detetaram-se cinco marcos miliários; um em Lousado, talvez de Magnêncio (SANTOS; LE ROUX; TRANOY 1983, 201; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1/344) um na Portela de Baixo, dedicado a Caracala (CAPELA 1985, 149; ALARCÃO 1988, 17, n.º 1 / 294; CIL II 4741 / 4740) outro na Devesa Alta, e outros dois perto da residência paroquial de S. Paio de Antas, dois dedicados a Adriano a indicar a milha XVIII e a milha XVII (respetivamente CIL II 4737, CIL II 4738), e um dedicado a Trajano sem indicação de milha (CIL II 4739; ALARCÃO 1988, 17, n.º 1/293).

113. Refira-se que no Montinho, Areias, Santo Tirso (Cat. EA. 13) (Lat. - 41° 21' 47" N | Long. - 8° 28' 22" W (meridiano de Greenwich) Alt. - 121 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso) registaram-se o aparecimento de inúmeros vestígios, nomeadamente objetos líticos, cerâmica comum, fragmentos de ânfora e mós rotativas (LIMA 1940, 9; 1951, 325; ALARCÃO 1988, 17, n.º 1 / 297).

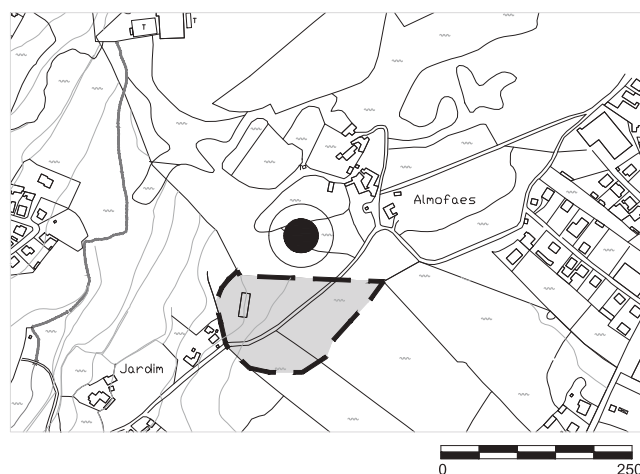
114. Carlos Alberto Ferreira de Almeida propôs um outro percurso, sugerindo que a via atravessaria a Serra de Monte Córdova, passando junto à Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, para descer novamente em direção a S. Martinho do Campo (ALMEIDA 1968, 42).



de desenvolvimento e organização económica que se terá registado a ocupação ribeirinha do curso médio dos rios Ave e Vizela na qual se enquadra a *villa* romana da Devesa.

Bibli. - VASCONCELLOS 1905, 15; PIMENTEL 1902, 15; MOREIRA 2004a, 7-54; 2005, 9-25; 2010, 303-309; 2010a, 297-302, n.º 16; 2013d, 127-130.

EA 25. Lagarelhos, Sequeirô, Santo Tirso *Casal*



Lat. - 41° 22' 5" N

Long. - 8° 26' 38" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 106 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Local de ocorrência de inúmeros vestígios de superfície, designadamente pedra faceada, telhas e cerâmica comum. Os materiais distribuem-se ao longo de uma plataforma definida pela curva de nível dos 100 m, numa extensão aproximada de 120 m por 80 m. A sua implantação topográfica numa chã sobranceira ao Ave confere ao local uma localização privilegiada de controlo sobre toda a área envolvente.

Identificam-se em duas zonas de afloramentos rochosos vários pios escavados cuja utilização estará relacionada com atividades documentadas no topónimo que nomeia o lugar.

Bibli. - MOREIRA 2004a, 43; 2010a, 308, n.º 27; 2013d, 127-130.



EA 26. Monte dos Saltos, Sequeirô, Santo Tirso *Casal / Villa romana*

Lat. - 41° 21' 26" N

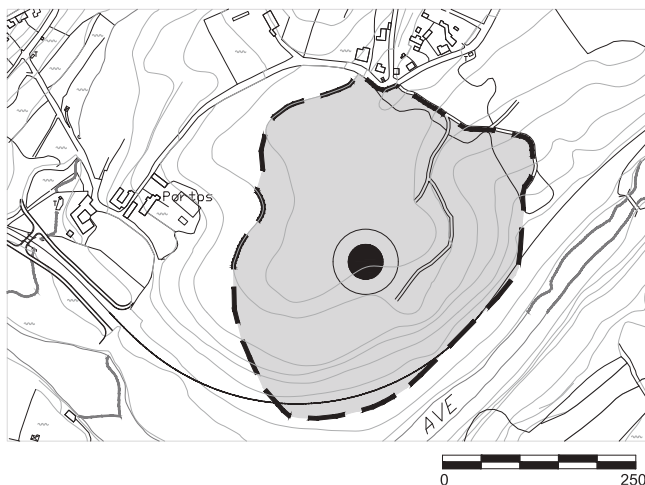
Long. - 8° 27' 35" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 75 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

A estação arqueológica do Monte dos Saltos localiza-se na freguesia de Sequeirô, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto. O acesso ao imóvel faz-se a partir da EN n.º 204 no sentido Santo Tirso - Famalicão, com desvio na rotunda do Operário Têxtil em direção à igreja matriz de Sequeirô, tomando-se, de seguida, a EM n.º 1102 até ao lugar de Portos (Lama).

A estação arqueológica encontra-se implantada num

promontório da margem direita do rio Ave¹¹⁵ e estrutura-se a partir de uma plataforma superior de planta oval com cerca de 200 m de comprimento no sentido norte/sul e 100 m no sentido leste/oeste. Topograficamente as suas vertentes sul, leste e oeste são relativamente acentuadas, descendo de forma abrupta até às margens do rio. A encosta nordeste é mais suave estabelecendo uma zona de ligação com o interior. A área de dispersão de vestígios ocupa uma vasta plataforma onde se observam à superfície fragmentos dispersos de cerâmica romana, assim como taludes que denunciam a existência de estruturas¹¹⁶.



O local foi sondado no séc. XIX pelo Abade Pedrosa que detetou alicerces de habitações onde foram recolhidos materiais arqueológicos cujo paradeiro desconhecemos, excetuando um bloco de argamassa com seixos, atualmente em depósito no Museu Municipal. Martins Sarmento por várias vezes visitou o local tendo registado a ocorrência de inúmeros vestígios¹¹⁷. Há ainda conhecimento, apesar de pouco preciso, do aparecimento de um tesouro de moedas da época de Constantino, referido por Mário Hipólito (HIPÓLITO 1960-61, 41), no seguimento de uma notícia publicado no jornal *Economista* - (...) *Dizem de Santo Tirso que nas escavações a que se anda procedendo no monte dos Sultos, freguesia de Sequeirô, foi encontrado um vaso com cerca de quatrocentas moedas de cobre romanas, quase todas da época de Constantino. Há diferença na cunhagem, mas o tamanho não excede o das nossas moedas de 5 réis. São muito semelhantes às que apareceram há anos no bairro das Travessas dessa cidade. Tratava-se evidentemente de pequenos bronzes. (...)* ¹¹⁸. Alberto Pimentel, além das referências aos achados já mencionados, refere ainda o aparecimento de - (...) *algumas sepulturas revestidas de tijolo. (...)* (PIMENTEL 1902, 349).

115. O topónimo Porto ou Portos terá origem na remota existência de uma barca de passagem do rio Ave. A referência documenta-se no Inquérito Paroquial, a que deu resposta o Reverendo Abade José Rebelo Pacheco, em 21 de maio de 1758 - (...) *Nomes dos lugares ou aldeias desta freguesia são: Gomariz, Carvalha, Ribeiro, Rosal, Jardim, Gondarim, Seara, Azenhas, Bexigo, Penela, Sequeirô, Porto. Em cujo lugar do Porto há uma barca de passar no Rio Ave, cujo rio divide esta freguesia como acima fica dito, e não há notícia de que tenha outro nome do que Ave (...)* (CARNEIRO 1955, 452).

116. Os materiais cerâmicos recolhidos nos trabalhos de prospeção arqueológica encontram-se no Museu Municipal Abade Pedrosa inventariados com o código CAST 86 MAS - n.º 0132 a 0139.

117. Martins Sarmento dá conta da sua visita ao Monte dos Saltos, Sequeirô, em carta dirigida ao Abade Pedrosa datada de julho de 1885 (LIMA 1940a, 104-105).

118. *Economista*, n.º 7, vol. V, 2ª Série, de 25 de outubro de 1896.



Os materiais arqueológicos, todos os registos e elementos fotográficos decorrentes da execução da escavação encontram-se depositados provisoriamente nas instalações das empresas de arqueologia: Arqueologia e Património – Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca, Lda, e J. Menéndez Unipessoal Lda.

Fase 1. Materiais arqueológicos

Na Fase 1 predomina a pasta pouco calibrada ou grosseira, com elementos não plásticos muito abundantes. A cerâmica apresenta-se mais rolada sendo difícil a identificação de formas. Não foram identificadas peças de luxo. Em qualquer caso identifica-se um predomínio da cerâmica bege-alaranjada e, comparativamente com a fase 2, uma maior presença de cerâmica negra. Junto destas produções aparecem também fragmentos de cerâmica de construção romana: tégula e ímbrex. (p.46)

Fase 2. Materiais arqueológicos

Na Fase II destacam-se as pastas muito calibradas, homogêneas ou finas definindo-se pela fraca concentração de elementos não plásticos tais como a cerâmica moída e quartzo. No que diz respeito à técnica de fabrico a análise das cerâmicas leva-nos a supor que seja maioritariamente feita a torno. A coloração e o tipo de pasta revelam diferentes cozeduras: oxidante (coloração bege alaranjada) e redutora (coloração cinza e negra).

Foram identificados conjuntos cerâmicos de superfície lisa com decoração brunida e não brunida, bem como o grupo de cerâmicas vermelhas foscas e as imitações de sigillatas. O grupo mais significativo é composto por cerâmicas de uso comum (de mesa, cozinha e armazenamento) de pastas beges e alaranjadas, com pintura vermelha e engobe castanho e vermelho de tradição local. Entre as formas correspondentes a estes tipos cerâmicos pode identificar-se a presença de bilhas, frigideiras, jarras, potes, pratos, fogareiros, almofarizes e alguidares.

Foram ainda identificadas, nesta fase, as cerâmicas de luxo, entre as quais se destacam os fragmentos de Terra Sigillata; as paredes finas e as cinzentas fina. Entre a cerâmica de armazenamento destaca-se a presença de ânforas, anforetas e dolia. Também foram encontrados diversos fragmentos de lucernas de época tardo-romana e material de construção, nomeadamente as telhas romanas – tégula e ímbrex – e numerosas tesselas procedentes da destruição de mosaicos.

Cronologicamente estas produções integram-se na época tardo-romana, embora tenham sido encontrados alguns fragmentos cerâmicos pertencentes a época alto-imperial, sécs. II-III d. C, provenientes, sem dúvida, da ocupação romana do topo do monte.

O conjunto dos fragmentos de Terra Sigillata identificados na escavação arqueológica enquadra-se dentro dos séculos IV e V d. C. São

maioritariamente peças de produções tardias, tanto do tipo conhecido como Terra Sigillata Hispânica tardia como no tipo da Terra Sigillata Africana. Com estas produções tardo-romanas aparecem também alguns fragmentos de Terra Sigillata Hispânica de época alto-imperial, essencialmente dos séculos II e III d. C.

O conjunto de metais encontrado nos trabalhos arqueológicos realizados (Fase 1/2) é formado por 24 moedas de cobre pertencente, maioritariamente, à época tardo romana (21) aparecendo apenas 3 moedas em níveis superficiais correspondentes ao século XX.

As moedas de época romana identificadas nas sondagens correspondem cronologicamente ao século IV. O mau estado de conservação das moedas, integradas em aterros procedentes da parte superior do monte impede a sua classificação rigorosa, embora se possa indicar de maneira genérica que pertencem à chamada Casa de Constantino. Entre estas moedas é possível identificar algumas correspondentes ao Imperador Júlio César (354-360 d. C.), bem como a Constantius Gallus (351-354 d.C.). Estas datas, correspondentes a dinastia iniciada pelo Imperador Constantino, coincidem com a cronologia da maioria do espólio cerâmico recolhido, tanto da cerâmica comum como da Terra Sigillata.

O conjunto cerâmico exumado no sítio arqueológico de Portos é cronologicamente homogéneo. O espólio é, na sua maior parte, constituído por vários tipos de cerâmica romana. Estes materiais foram depositados em aterros deslocados desde o topo do monte, até a encosta junto ao rio, onde é conhecida a presença de uma importante ocupação de época romana.

Nos níveis superficiais foram encontradas algumas peças de época moderna procedentes de actividades agrícolas realizadas recentemente nesta encosta. (TEIXEIRA; FONSECA; MENÉNDEZ 2002).



Numismas-“Casa de Constantino”.



Lucerna.

No âmbito do “Projeto de remodelação da linha de Guimarães, Troço – Santo Tirso/Lordelo”, em 2001/2002, desenvolveram-se trabalhos arqueológicos na vertente sul (sondagens e recolha de materiais de superfície) promovidos pelas empresas *Arqueologia e Serviços* e *Arqueologia & Património*, em consórcio.

Em termos genéricos, os materiais recolhidos revelam proximidade morfológica e cronológica com o acervo proveniente do Castro de Alvarelos, do Monte Padrão e demais estações romanas intervencionadas entre Leça e Ave, nomeadamente as de cronologia tardorromana. Referimo-nos, em particular, às *cerâmicas de engobe vermelho de verniz não vitrificável*, às cerâmicas comuns de mesa e de armazenamento, às lucernas de fabrico local ou regional e às cerâmicas pintadas. A mesma observação é válida ao nível das cerâmicas de importação, quer de *sigillatas africanas* quer *hispânicas*, que revelam a mesma representação percentual ao nível das formas e âmbito cronológico.

(...) Na zona 1.2, situada entre vários penedos, foram identificadas as seguintes fases arqueológicas – 1. Camada vegetal. 2. Camada alterada pelas raízes das árvores. 3. Camada de terras pretas. 4. Camada formada por derrube de pedras. 5. Buracos de poste. 6. Afloramento.

As primeiras duas fases desta sondagem correspondem a níveis contemporâneos com materiais romanos dos séculos IV-V. A fase 3 corresponde a um nível de escorrimento de terras com materiais exclusivamente romanos, correspondentes aos séculos IV-V. As fases 4 e 5 oferecem menos materiais embora correspondentes também à época tardo-romana. O nível de buracos de poste (Sondagens 11 e 14) pode estar estruturado com um pequeno muro e alguns penedos próximos. É provável que possa corresponder a uma estrutura agrícola de época tardo-romana. Entre os materiais mais significativos encontrados nesta zona destacam-se 3 moedas do séc. IV, fragmentos de lucernas, terra sigillata, imitações de sigillatas, cerâmica pintada, cerâmica comum, vidros, tesselas de mosaico e fragmentos de materiais de construção – imbrex e tegulae – todos de época tardo-romana. (...) (MENÉNDEZ; TEIXEIRA; FONSECA 2002, 4-5).

Em 2002, enquadradas no plano de trabalhos que tem por título – *Projeto de Estudo e Salvaguarda da Estação Arqueológica de Monte Padrão e Área Arqueológica de Monte dos Saltos* -, do qual o signatário é responsável, desenvolveram-se escavações arqueológicas com vista à avaliação do potencial arqueológico da plataforma intermédia da vertente sul.

(...) A área intervencionada recebeu a denominação de Monte dos Saltos 02B, perfazendo uma área total de 32 m² dos quais foram intervencionados 16 m². A quadrícula foi estabelecida para toda a plataforma intermédia, onde decorreu a escavação, segundos os eixos ortogonais, Norte/Sul e Este/Oeste, sendo que o primeiro estabelece a divisão entre o sector A / C e os sectores B / D e o segundo divide os sectores A / B dos sectores C / D, a partir do qual se desenvolve a quadrícula geral subdividida em quadrados de 4 m². A área escavada delimita-se, em termos de referência, pelas coordenadas A e as abscissas 1 – 9, tendo sido apenas intervencionados os Qs. A1, A2 / A 8, A9. A metodologia de escavação consistiu na decapagem horizontal dos estratos naturais, tendo por base uma quadrícula 8 m², mantendo--se, para efeito de referência, a quadrícula de 4m². A escavação foi acompanhada pela execução de planos e de registo fotográfico para cada estrato natural e pela realização de um posicionamento tridimensional dos materiais mais significativos, com referência a uma coordenada, uma abcissa e um posicionamento altimétrico.

A intervenção decorreu na plataforma intermédia da face leste, sobranceira à área intervencionada no âmbito do “Projeto de remodelação da linha de Guimarães, Troço – Santo Tirso / Lordelo” levada a efeito

empresas Arqueologia e Serviços e Arqueologia e Património em 2001. Os objetivos inicialmente definidos para a intervenção podem hierarquizar-se nos seguintes pontos;

- Identificar e confirmar a ocupação romana sugerida pelas várias fontes bibliográficas e, sobretudo, pelos resultados da intervenção acima mencionada¹¹⁹.

- Recolher elementos de ordem crono-estratigráfica que permitissem contextualizar um conjunto de estações de época romana identificados na margem direita do rio Ave, no espaço administrativo de Santo Tirso.

Os resultados, conforme dá conta o respetivo relatório, foram inconclusivos, uma vez que nas duas sondagens executadas, numa área total de 16 m², não foi detetado qualquer vestígio de ocupação, tendo resultado a intervenção na recolha de duas dezenas de fragmentos de cerâmica, muito rolados, de época contemporânea, sem expressão formal e cronológica precisa.

A estratigrafia identificada resume-se a duas camadas, sendo a primeira de terra vegetal de cerca de 7/8 cm de espessura e a segunda de saibro muito argiloso completamente estéril, que no entanto foi escavada até à profundidade de 70 cm.

Ficou por explicar a abundância de espólio recolhido na intervenção de salvamento já anteriormente referida, sobretudo se valorizarmos o facto do local da sua implantação corresponder à área mais periférica e declivosa de todo o promontório.

Todavia, estamos certos da ocupação romana da estação de Monte dos Saltos, que, muito provavelmente, se encontrará na plataforma superior e/ou na face nordeste. (...) (MOREIRA 2003).

Merece ainda referência a identificação de uma estela em granito inclusa na face sul da igreja paroquial de Sequeirô. No mesmo local encontram-se depositados inúmeros materiais líticos, provavelmente também recolhidos no Monte dos Saltos (mós rotativas e de naveta, estelas discóides, etc.).

MATERIAIS ILUSTRADOS

1. Estela

Proveniência – Monte dos Saltos

Material – Granito de grão médio da região.

Descrição – Estela de formato retangular, irregular, com a face superior arredondada e decorada com um tríscele, não conservando atualmente qualquer vestígio de inscrição. Tríscele *dextrosum* de oito braços, com campo definido por um círculo em baixo relevo. Possui um sulco longitudinal desde o círculo até à base, de cronologia posterior. Junto da base, onde a estela se encontra fragmentada desenvolvem-se dois pequenos sulcos divergentes que sugerem a representação de uma base.

Dimensões – Comprimento máximo 0,96 m; Largura máxima 0,42 m/0,35 m; Diâmetro do tríscele 0,33 m.

Depósito – Igreja paroquial de Sequeirô, Santo Tirso (incrustado no alçado sul da nave)

Bibli. – MOREIRA 2007, 28.

2- Opus signinum

Proveniência – Monte dos Saltos

Material – Opus signinum (seixos)

Descrição – Fragmento de grandes dimensões de opus signinum com seixos integrados. Argamassa de elevada consistência e dureza, muito compacto e impermeável. A superfície é plana e revela um alisamento significativo que



Sigillata Africana
Hayes 56



Vidro - Taças campaniformes



Vidro - Tessela



119. Referimo-nos em concreto a um amplo conjunto de cerâmicas de importação, assim como espólio vítreo, numismático, e musivário recolhido no âmbito da escavação que reflete uma intensa ocupação tardorromana (MENÉNDEZ; TEIXEIRA; FONSECA 2001). A estes elementos haverá que acrescentar importantes referências bibliográficas reveladoras de uma extensa ocupação, em particular os trabalhos desenvolvidos pelo Abade Pedrosa (LIMA 1940, 103; HIPÓLITO 1960, 61).

evidencia um elevado polimento, conservando, no entanto, os seixos aparentes. Integraria provavelmente uma espécie de tanque, cuja função atualmente se desconhece, mas que poderia consistir numa estrutura de tipo cisterna.

Dimensões – Comprimento máximo 0,94 m / 0,72 m; Largura máxima 0,53 m / 0,55m; Espessura máxima 0,45 m.

Depósito – Museu Municipal Abade Pedrosa

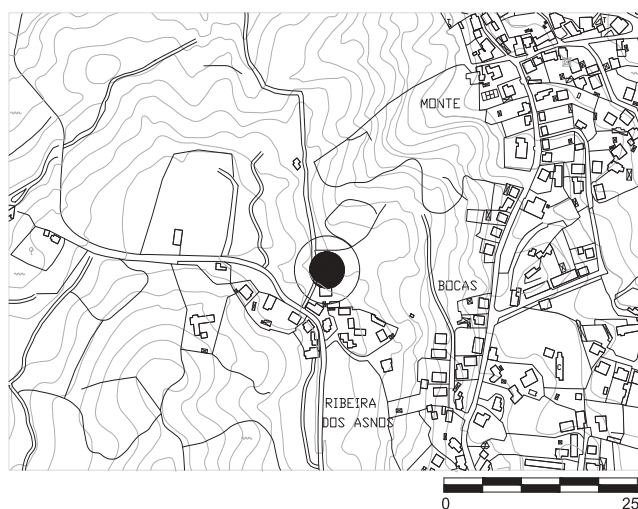
Bibli. – Inédito

Bibli. - SARMENTO 1888, 7; CRUZ 1896, 292; PIMENTEL 1902, 349; LIMA 1940, 103; CARNEIRO 1955, 452; HIPÓLITO 1960-61, 124; MONTEIRO 1985-5/6/7, 3; SILVA 1986, 83, n.º 339; ALARCÃO 1988, 20, 1/356; LEMOS 1989, 10-11/14; PEREIRA; BOST; HIERNARD 1974, 307, n.º 62; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/356; DINIS 1993, 104, n.º 5; MENÉNDEZ; TEIXEIRA; FONSECA 2002; MOREIRA 1991a, 28-34; 1992, 15-34; 2004, 41-42; 2004a, 61; 2007, 23-24; 2010a, 293; 2013d, 127 - 130.



EA 27. Bocas, S. Martinho do Campo, Santo Tirso

Inscrição rupestre



Lat. – 41° 21' 55"N

Long. – 8° 22' 59" W (meridiano de Greenwich)

Alt. – 157 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Inscrição rupestre gravada sobre um afloramento granítico no lugar de Bocas (Penedo da Moura), S. Martinho do Campo, a pouca distância do rio Vizela.

Carlos Faya Santarém apresentou a transcrição da inscrição tendo por base os textos de Martins Sarmiento e de Emílio Hübner, não efetuando qualquer interpretação, referindo que distariam cerca de 500 passos de uma outra, mas que, quando visitou o local, em 1956, não encontrou a segunda, assim como qualquer memória da sua existência, presumindo ter sido destruída quando da abertura da estrada que vai para a capela da Senhora do Espinho.

A segunda inscrição, segundo Martins Sarmiento, era composta por sete letras que alcançavam 17 cm de altura – *Ivd. T. Rve* – configurando, na opinião de Rodríguez Colmenero, em função da existência do T entre pontos, um marco territorial com referência a comunidades vizinhas (*Ivd / Rve*) identificadas no princípio e no final do letreiro.

A primeira inscrição, ainda preservada, revela a particularidade de estar separada por uma linha de cerca de 50 cm de comprimento e 3 cm de profundidade, alinhada no sentido norte/sul, apresentando do lado oeste a seguinte legenda - *Avici Ruf.* - e, no lado leste, – *Ilvd...? H.* O desdobramento proposto por Rodríguez Colmenero é

o seguinte – *Avici Ruf(iniani) | Ilvd...? H(onorati)*.

Na opinião do autor, a tipologia e a dimensão das letras (cerca de 30 cm de altura) e a relativa perfeição dos nexos, assim como a composição do letreiro, designadamente a presença do sulco de separação e a disposição em ambos os lados das referências gentílicas, aparentemente contrapostas, convertem a inscrição num marco territorial, sobressaindo a particularidade da utilização de uma designação dupla para nomear cada etnia, sem contudo propor uma leitura para a segunda parte do letreiro.

A inspeção que realizamos ao local e a análise do decalque do letreiro existente revelou particularidades que importa considerar no momento da interpretação da epígrafe.

O primeiro aspeto reporta-se à coerência epigráfica do letreiro. Quanto a nós, as características da gravação, nomeadamente a dimensão, proporção, orientação e patine da segunda parte do letreiro, incluindo o traço vertical, sugerem-nos uma execução apócrifa, posterior à gravação original, genuinamente romana. Neste sentido, a interpretação que propomos resume-se à formulação de uma sagração honorífica da unidade gentílica dos *Avici* em honra de Rufo – *AVICI • R(v)F(iniani)*. A sua implantação topográfica, de claro destaque na paisagem e de domínio do vale do rio Vizela, sugere que a sua localização identificaria o limite de fronteira de dois territórios.

AVICI • R(v)F(iniani)
Os *Avici* em honra de Rufo

Alt. das letras:

1:1:33; 2:30; 3:30; 4:41; 5:40; 6:39; 7:40; 8:40;

AVICI – Etnónimo indo-europeu latinizado. O radical *-vi*, de origem indo-europeia¹²⁰, com o significado de ave, precedido pelo artigo *a-*, identificativo da natureza feminina do rio (*avi-*), aglutinado do plural latino *-ci* (*avici*), identifica uma unidade gentílica sediada nas imediações do rio *avicella* (rio Vizela/pequeno Ave). A sua evolução, do ponto de vista etimológico, explica-se através da linguística latina. O hidrónimo é formado pelo artigo e o radical acoplado de diminutivo, em direta relação de subordinação com o rio Ave do qual é afluente (=Av-ic-ella). No português arcaico, o artigo, através do fenómeno da aférese¹²¹, pelo facto de ser átono¹²² foi suprimido e a sonorização do *c* para *z* deveu-se à sua posição intervocálica.

O mesmo fenómeno linguístico identifica-se no teónimo *Aviobrigensis*, unidade suprafamiliar que é identificada a partir da epígrafe votiva recolhida em Delães, Vila Nova de Famalicão, provavelmente sediada no Castro de S. Miguel-o-Anjo.

Bibli. – SARMENTO 1884, V, 1; 175; CARDOZO 1947, 37; *CIL*, II, S, n.º 5608; *AP*, IV, 59; SANTARÉM 1956c, 65; COLMENERO 1995a, 229-230; MOREIRA 2010a, 308, n.º 28; 2013d, 127-130.

120. Formas indo-iranianas sem a vogal inicial; *véd. véh* “pássaro” (nom. plur. *vayah*, instr. plur. *vibhih*, etc.), *av. vayo* (nom. plur.) Também no arménio *haw* “pássaro”, no qual o *h* não tem valor etimológico

121. Supressão do artigo próprio (supressão / ablação).

122. Sem tom.



Vista aérea da área envolvente da inscrição.

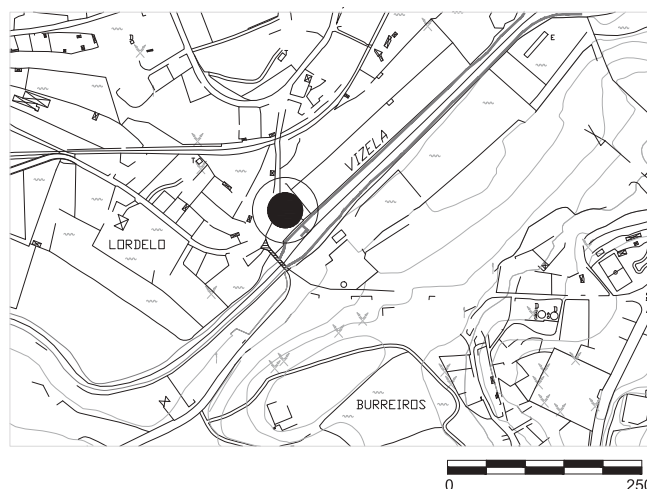


AVICI R(v)F | Ilvd



EA 28. S. Martinho do Campo, Santo Tirso

Ponte romana



Lat. - 41° 21' 59" N

Long. - 8° 21' 19" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 100 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

A ponte de S. Martinho do Campo, vulgarmente designada por *Ponte de Negrelos*, é uma notável obra de engenharia romana que conserva as principais características construtivas da sua fábrica de origem.

Apesar das várias intervenções de conservação e restauro de que foi alvo ao longo da sua milenar existência manteve a sua integridade estrutural, permitindo que hoje se possa considerar como um monumento de referência, tanto pelo seu valor intrínseco, enquanto imóvel de reconhecido interesse arquitetónico, como pelo testemunho de uma vivência multisecular, a partir da qual é possível perscrutar inúmeras realidades históricas.

A *Ponte de Negrelos*¹²³ encontra-se implantada sobre o tramo final do rio Vizela. Na margem direita tem acesso através da Rua da Ponte, em Lordelo, e pela Travessa da Ponte, em Moreira de Cónegos, concelho de Guimarães. Na margem esquerda, pela Rua da Flor do Campo, em S. Martinho do Campo, concelho de Santo Tirso¹²⁴.

Única no concelho, apresenta as características arquitetónicas que distinguiram a obra pública latina, realçando todo o potencial de uma filosofia e técnica construtiva pensada para servir e durar, própria da mentalidade romana, na qual o pragmatismo tinha primazia em relação à forma¹²⁵.

As limitações técnicas existentes na época, designadamente o desconhecimento do índice de resistência dos materiais, dos

123. As inquirições de 1258 referem o lugar de "Pons" onde se documentavam quatro casais, do qual subsiste na toponímia local a Quinta de Pontes, sobranceira à Ponte de Negrelos (PINHEIRO 1957, 17).

124. O rio Vizela constitui nesta zona o limite entre o concelho de Santo Tirso e o concelho de Guimarães.

125. A obra vitruviana elucida, de forma clara e concisa, que nada deve ser deixado ao acaso na planificação de uma obra de arquitetura (...) ... *Aedium compositio constare x symetria, cuius rationem diligentissime architecti tenere debent. Ea autem paritur a proportione, quae graece avayia dicitur. Proportio est ratae partis membrorum inomni opere totiusque commodulatio, ex qua ratio efficitur symmetriarum. Namque non potes aedis ulla sine symmetria atque proportione rationem habere compositionis, nisi uti hominis bene figurati membrorum habuerit exactam rationem.* (...) VITRUVIO, III, I.

coeficientes de carga, tensão e elasticidade das estruturas, impunham um trabalho com margens de segurança muito elevadas, e terão estado na origem do segredo da sua resistência e durabilidade, fatores que viriam a granjear à “construção romana” uma justa reputação de solidez e longevidade, sabendo-se, contudo, que os engenheiros que levantaram este tipo de obras, geralmente militares, tinham como propósito a sua resistência e durabilidade.

A estrutura é edificada em alvenaria de granito e apresenta um tabuleiro horizontal, de perfil longitudinal, assente em três arcos de volta perfeita¹²⁶.

Os dois arcos laterais conservam agulheiros para assentamento do cimbri, enquanto o arco central apresenta uma consola saliente ao nível do saimel. A estrutura de três arcos de volta perfeita, apoia-se nos estribos inseridos nas margens e em dois pilares implantados no leito do rio. Os tímpanos são constituídos por paramentos de alvenaria de granito aparelhados pela face exterior, dispostos em fiadas horizontais.

Os dois pilares, apoiados diretamente no afloramento rochoso do leito do rio, apresentam secção retangular e conservam talhamares e esporões de construção parcialmente autónoma, adossados à estrutura da ponte a montante e a jusante respetivamente, sendo os primeiros altos de perfil triangular e, os segundos, ligeiramente mais baixos e retangulares. Ambos ultrapassam os arranques dos arcos encobrindo as primeiras aduelas dos arcos e invadindo parte dos tímpanos.

O tabuleiro, com cerca de 3 m de largura e 32 m de comprimento, implantado a cerca de 10 m do leito do rio, conserva o pavimento revestido de lajes de granito de pequena e média dimensão, de recorte retangular, dispostas em fiadas regulares¹²⁷, provavelmente resultantes da intervenção de restauro de 1853. As guardas, também em granito, são compostas por silhares retangulares dispostos lateralmente, com travamento alternado, cuja construção terá também sido resultado da mesma intervenção de restauro.

O paramento dos tímpanos e estribos é formado por aparelho isódomo e integra silhares de diferentes origens, sendo a maior parte deles lisos, alguns com siglas, embora conserve abundantes elementos almofadados e/ou com marcas de utilização de “*ferrei fôrlices*” da fábrica de origem, evidenciando uma grande variabilidade na dimensão dos silhares, aspeto que associado à existência de um significativo número de siglas, especialmente localizadas no intradorso dos arcos, documenta as obras de restauro de que foi alvo na Idade Média.

A modelação da obra reflete uma simetria característica da engenharia romana, perceptível, por exemplo, na distância entre os pilares e respetivos estribos.

Vitruvio (III, 3) aconselhava para a realização do alicerce (*substructio*) a abertura de sanjas até ao solo firme e, no caso de não se identificar o afloramento rochoso, a construção de uma “estrutura sólida” com maior largura que os elementos que se iam apoiar neles. No presente caso encontramos os dois pilares implantados diretamente sobre a rocha de base, documentando-se a regularização do afloramento num plano horizontal único para facilitar o assentamento da silharia.

Os três arcos apresentam vãos de 7,5 m, 6,5 m e 7,5 m, revelando uma simetria assinalável, sendo formados por 33, 31 e 33 aduelas, respetivamente. Estas apresentam perfil trapezoidal e recorte homogéneo, aparelhadas em todas as faces, respeitando uma morfologia muito regular. Alguns dos silhares conservam o “almofadado” característico das construções romanas, assim como os orifícios de encaixe do *forceps*. O lançamento dos arcos concretizou-se a partir da colocação de um cimbri em madeira cuja forma de apoio estrutura duas soluções distintas. No primeiro arco da face norte, onde o pilar de assentamento se resume a apenas uma fiada do paramento, apoiado diretamente sobre o afloramento, o encaixe do cimbri far-se-ia por introdução do travejamento em três agulheiros localizados ao nível do saimel, do qual resultou o negativo no paramento. Esta solução foi também empregada no primeiro arco da face sul. O arco central, de menor vão, apresenta uma solução distinta, revelando um saimel projetado para o exterior, em forma de consola, na qual se apoiaria o travejamento de suporte do cimbri.

Os intradorsos dos arcos possuem paramentos regulares com silhares de dimensão homogénea, dispostos em fiadas alternadas.

Os pilares apresentam planta retangular e conservam-se até ao nível do arranque dos arcos praticamente inalterados. A sua fundação faz-se diretamente sobre o afloramento que sofreu um trabalho de nivelamento para assentamento da primeira fiada de silhares. Os talhamares localizados a montante apresentam uma planta triangular e desenvolvem-se para além do arranque dos arcos, invadindo parcialmente os tímpanos. A sua atual configuração, nomeadamente nos dois terços superiores, resultou de obras de conservação e restauro posteriores ao momento da construção, conservando-se apenas o terço inferior inalterado, perceptível no travamento dos elementos que compõem as estruturas dos pilares, que aqui resultaram no prolongamento das fiadas do aparelho original, onde se conservam um maior número de silhares almofadados, de maior homogeneidade ao nível da dimensão e tratamento

126. Os estudos de carácter arqueológico, de forma mais ou menos generalizada, utilizam uma terminologia predefinida na descrição das pontes, evidenciando as características arquitetónicas, técnicas e construtivas, definindo tipologias que, em alguns casos, refletem considerações de carácter cronológico. São dezassete os elementos arquitetónicos considerados; Arcos, Pilares, Estribos, Tímpanos; Arcos de aligeiramento; Talhamares, Esporões, Via, Guardas, Passeios, Cimbri, Caixão, Chave, Contra chave, Saimel, Contra saimel, Boca do arco.

127. O pavimento original encontra-se muito bem conservado em todo o tabuleiro, conforme foi documentado nas sondagens efetuadas em 02-06-03, para determinar a possibilidade de integração de uma galeria técnica e, dessa forma, libertar a ponte do conjunto de tubagens que se encontravam suspensas ao nível do tabuleiro.

da superfície.

Os esporões revelam uma planta retangular e, à semelhança dos talhamares, nos dois terços superiores apenas se encontram adossados. Apresentam diferentes cotas, sendo o esporão da margem sul 0,90 m mais alto. Contudo, ambos se prolongam para além do arranque dos arcos, invadindo parte dos tímpanos. Os talhamares e esporões participam das características gerais dos pilares, dos quais não se diferenciam formalmente, constituindo um corpo único.

O tabuleiro da ponte, com cerca de 3 m de largura e 32 m de comprimento, sem passeio, conserva o revestimento de lajes de granito, de recorte retangular, de pequena e média dimensão dispostas transversalmente e de forma alternada. As características da via, apesar de representarem um elemento pouco relevante para a datação das obras de engenharia romana, em muitos casos, constituem um indicador seguro para a sua classificação. Em termos gerais, poder-se-á afirmar que as pontes romanas são mais largas que as medievais, e que, a partir dos três metros de largura, as probabilidades de que uma ponte seja romana e não medieval aumentam de forma diretamente proporcional ao da largura da via. Também neste caso, a Ponte de Negrelos, com um tabuleiro com três metros de largura, cumpre os preceitos da construção romana.

As guardas atualmente existentes resultaram de uma intervenção realizada em 1853, na qual se menciona expressamente a colocação de “grades”, até aí inexistentes. Construídas em granito, são compostas por silhares retangulares dispostos lateralmente com travamento alternado, apresentando uma dimensão regular de aproximadamente 0,25 m x 0,80 m.

Os tímpanos conservam paramentos regulares compostos por fiadas horizontais sensivelmente até ao nível interior dos arcos, zona a partir da qual é perceptível a alteração estrutural do paramento com a intromissão de elementos de diferente natureza, calibre e talhe. Verifica-se, aliás, a existência de duas fiadas ao nível inferior do pavimento do tabuleiro, particularmente alteradas, cuja morfologia desvirtua a linguagem expressa pela estereotomia do alçado, que, genericamente se poderá caracterizar como uniforme.

Os estribos constituem os elementos mais sacrificados da obra original, ora devido às várias intervenções de restauro, ora pela alteração das margens, designadamente pela construção de muros de suporte dos terrenos adjacentes. As alterações em ambas as margens são de tal forma significativas que não é possível efetuar uma caracterização da sua composição estrutural. Importa apenas referir que o estribo da margem sul, na face jusante, revela a existência de um esporão em forma de contraforte, ligeiramente menos robusto que os pilares, implantado sensivelmente à mesma cota. Este facto, é por si só revelador que o estribo original se prolongaria substancialmente mais para o interior, necessitando de um reforço suplementar.

Apesar de a ponte estruturalmente ter conservado as principais características do momento da sua construção, encontram-se documentadas duas intervenções de restauro realizadas em distintos momentos.

A primeira, de época medieval, é revelada pela existência de abundantes siglas, uma inscrição na aduela de fecho do 1º arco (lado sul) da face jusante e vários vestígios de alteração da silharia, tanto ao nível da disposição como da inclusão de novos elementos, observáveis na estereotomia dos intradorsos dos arcos, tímpanos e estribos. Porventura, terá constituído a mais significativa reforma realizada na ponte.

A obra ter-se-á limitado à face superior dos arcos, uma vez que, tanto quanto é perceptível pela distribuição das siglas, esta, apesar de ter abrangido os três arcos, ter-se-á restringido à face superior superior dos apoios de assentamento do cimbre, uma vez que não se regista a ocorrência de siglas nos pilares, assim como pelo facto da silharia existente, maioritariamente almofadada, revelar forte uniformidade no assentamento e no calibre dos diferentes elementos.

A intervenção terá consistido apenas no reposicionamento parcial dos arcos, substituição de alguns dos elementos que os constituíam, facilmente observáveis no intradorso dos mesmos, pela diferente natureza do granito e, fundamentalmente, pela alteração da disposição dos elementos originais, que, ora colocaram em evidência os orifícios de apoio do *fórceps*, como é o caso dos intradorsos dos arcos, ora ocultaram os mesmos, como se regista nas aduelas que formam os arcos e nos paramentos dos estribos e do tímpano.

A epígrafe inclusa na aduela de fecho do arco da margem sul (alçado jusante), pela raridade em obras congéneres, assim como pelas possibilidades interpretativas que proporciona, merece algum destaque.

Tratar-se-á de uma referência ao mestre encarregado da obra, que escolheu para signo lapidar identificativo da sua oficina as iniciais do seu próprio nome – *Iohannes* –, antropónimo particularmente comum na nossa região durante a Idade Média, evidenciando um patronímico também vulgar – *Anes* ou *Eanes*.

A interpretação da sigla como identificativa do *magister* decorre da constatação, mais ou menos sistemática, de uma certa autonomia braquigráfica e simbólica na criação de siglas, aqui reforçada pela associação morfológica entre a sigla e a representação do M que, neste horizonte cronológico, quer na epigrafia tumular quer na honorífica, apresenta frequentemente um recorte arredondado, com hastes inferiores horizontais prolongadas nos dois sentidos e as descendentes reduzidas ao mínimo da sua expressão. O posicionamento da epígrafe na aduela chave do primeiro arco, em claro destaque, uma vez tratar-se do mais importante elemento estrutural, assim como pelo facto de constituir a única referência gráfica nos paramentos laterais, reforçam o protagonismo da mesma, corroborando esta perspetiva interpretativa.

Regista-se em Roriz, no decurso da 2ª fase de construção, datada do primeiro quartel do séc. XIII, uma sigla interpretada como pertencente ao mestre encarregado da obra, *Iohannes*, cuja grafia abrevia o seu nome se faz igualmente representar pela abreviatura – *IO* – revelando semelhanças morfológicas assinaláveis com a epígrafe

aqui tratada, podendo, porventura, existir alguma relação entre as oficinas encarregues das duas obras, mesmo não se verificando contemporaneidade entre elas. De facto, as siglas documentadas na ponte não revelam qualquer semelhança morfológica com as documentadas em Roriz neste período, sendo mais razoável admitir que a obra da ponte possa ser cronologicamente posterior à construção da igreja, num momento em que a oficina, por transmissão de ofício e propriedade, poderia já ser do filho do primeiro mestre, explicando-se assim, a filiação e a formação do antropónimo.

O significativo conjunto de siglas detetado é revelador da amplitude da intervenção medievá. O seu número, distribuição e reduzido reportório induzem a pensar que ter-se-á tratado apenas de uma única intervenção com a participação de um diminuto número de oficiais, porventura apenas dois ou três.

Identificam-se (18) cruces de braços iguais de morfologia e recorte semelhante, sendo que a maior parte se inscrevem em elementos pétreos diferentes dos da fábrica de origem. Registam-se também erres (5) e, em menor número, um símbolo de recorte semelhante à letra A (4) que poderia, neste caso, representar a abreviatura de um nome A(*ntoni*us) se atendermos ao facto que, da mesma maneira que uma convenção geométrica ou figurativa das siglas pode representar um apelido, também uma simples letra, que na escrita corrente nunca se representaria como tal, está muitas vezes a abreviar um nome (REAL; SÁ 1982, 15).

Por último, regista-se a ocorrência singular de dois grafitos. Um composto por duas letras – VI – associada a uma sigla que representa o A, e um segundo composto por dois elementos verticais – II.

A segunda intervenção documentada no imóvel tem lugar num momento muito posterior, já no advento da industrialização, concretamente em 1853. A obra, de iniciativa da Câmara Municipal de S. Tomé de Negrelos, realizou-se em parceria com a Câmara Municipal de Guimarães e implicou um custo total de 155\$900 r\$, que foi repartido, em partes iguais, pelos dois municípios. A intervenção consistiu na reposição do pavimento que se encontrava completamente degradado - (...) *o seu piso quase a tocar nas aduelas da arcaria*. (...) e - (...) *na colocação das grades até aí inexistentes*. (...) (PINHEIRO 1957, 149-150).

O enquadramento arqueológico da *Ponte de Negrelos* far-se-á, em primeira análise, na área meridional do Convento Bracaraugustano. Após a implementação da rede administrativa, criada pelo imperador Augusto, estruturada a partir da capital do convento – *Bracara Augusta* –, teve início o efetivo processo de romanização do território do Noroeste Peninsular. A concretização de uma rede viária que permitisse a rápida e segura ligação entre os diferentes centros administrativos viria a revelar-se como o principal elemento modelador de uma nova realidade económica e social. Como elemento fundamental de desenvolvimento a via originou, em todo o seu trajeto, uma intensa ocupação de pequenas unidades rurais.

Neste período a *Ponte de Negrelos* integrava a estrada secundária que unia *Cale* à via de ligação de *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta*, encontrando-se documentada pela existência de duas pontes cujas características construtivas são indiscutivelmente romanas, sendo o seu traçado de difícil concretização. A partir do Porto desenvolver-se-ia para nordeste com destino a Valongo e Alfena onde cruzava o rio Leça na Ponte de S. Lázaro,¹²⁸ seguindo posteriormente em direção a S. Martinho do Campo onde transpunha o rio Vizela e se dirigir a S. João da Ponte. No seu percurso entre o rio Leça e o rio Vizela contornava, a meia encosta, pela face oeste o maciço montanhoso vulgarmente designado por Serra de Monte Córdova, passando muito próximo do Monte Padrão, cujos vestígios de ocupação romana indiciam ter tido um papel importante como ponto central da via. Ao contornar a face norte da Serra de Monte Córdova seguia a meia encosta acompanhando o perfil do vale do rio Ave, para posteriormente acompanhar o rio Vizela, atravessando as freguesias de Rebordões, S. Tomé de Negrelos e Roriz, transpondo o rio Vizela em S. Martinho do Campo¹²⁹.

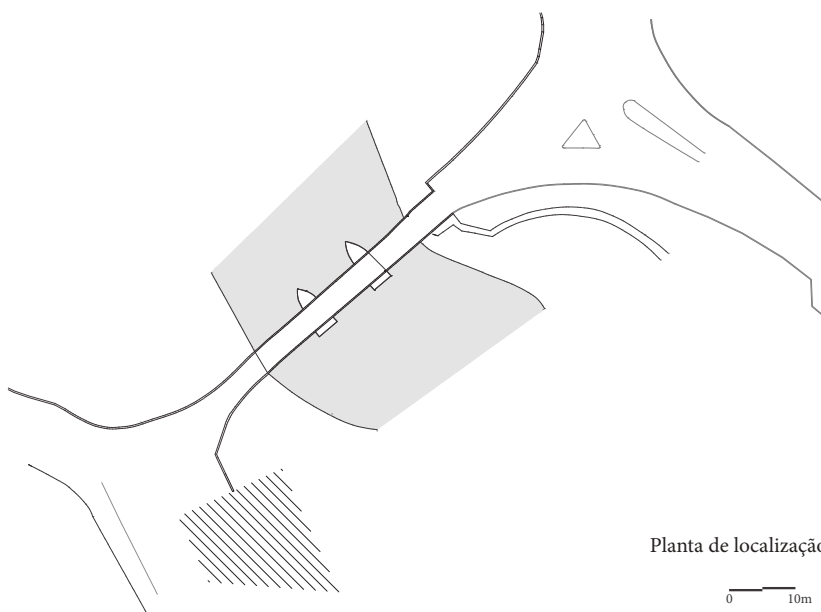
Os vestígios arqueológicos de época romana identificados ao longo da via enquadram-se num vasto conjunto de testemunhos que atestam a intensa ocupação da área ribeirinha dos rios Ave e Vizela. A ocupação do espaço revela-nos não só uma significativa densidade demográfica, em continuidade com a época castreja, mas, fundamentalmente, uma assinalável diversidade de tipos de assentamentos, refletindo um modelo de ocupação e exploração do território direta e particularmente relacionada com os recursos disponíveis, mantendo-se, em alguns casos, os espaços anteriormente ocupados, como é o caso do Monte Padrão e do Castro da Torre, alargando-se às zonas ribeirinhas e aos vales interiores (MOREIRA 2004a, 23). À via romana sobrepôs-se a estrada medieval de ligação do Porto a Guimarães, amplamente documentada na bibliografia da especialidade¹³⁰ (ALMEIDA 1968, 172-73).

Bibli. - ALMEIDA 1968, 188-189; LOZA; TEIXEIRA 1999, 55; REAL; SÁ 1982; MOREIRA 2004, 31-32; 2007, 2010a,

128. Atualmente a ponte de S. Lázaro apresenta características construtivas medievais, mas a existência de silhares romanos almofadados e de marcas de utilização de *ferrei fórfiles*, sugerem a existência de uma construção anterior de época romana (LOPES; SILVA; MOTA; CENTENO 1994, 163).

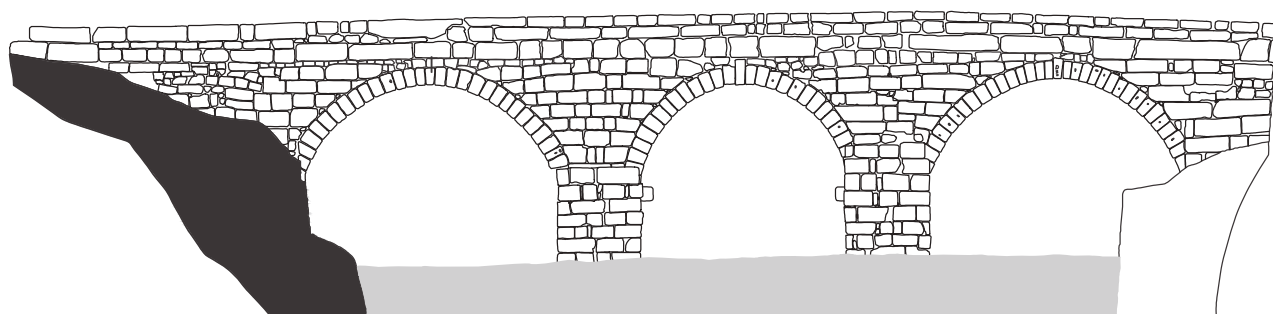
129. Carlos Alberto Ferreira de Almeida propôs um outro percurso, sugerindo que a via atravessaria Monte Córdova, passando junto à Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, para descer, novamente, em direção a S. Martinho do Campo (ALMEIDA 1968, 42).

130. A referência bibliográfica mais antiga conhecida até ao momento encontra-se no documento n.º 138 do *Diplomata et Chartae*, datado de 985, onde a ponte surge referenciada como “*ponte lapidea*”. Sobre a passagem pela ponte de Alfena veja-se *Povoação de entre Douro e Minho no XVI século* (FREIRE 1905, 241-247). O trajeto por Água Longa é documentado na Inquirição da segunda alçada e, por último, em relação a S. Paio de Guimarei encontra-se documentada em 1048, como “*carera antiqua*”.

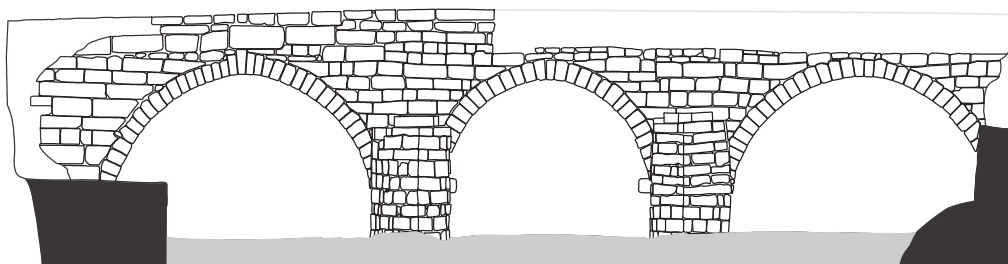


Planta de localização

0 10m

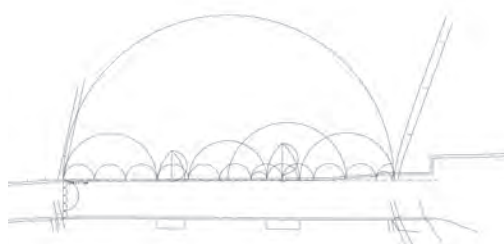


Alçado jusante



Alçado montante

0 1 2m



Ponte de Negrelos - Levantamento arquitetónico (Planta, alçados e esquema de modelação)

289-292; 2013, 101-105; 2013d, 127 - 130.

MATERIAIS ILUSTRADOS

1. *Epígrafe romana*

Inscrição inserida num bloco granito de grão fino da região, de formato retangular localizado no intradorso do primeiro silhar do arco da margem esquerda. O letreiro encontra-se descentrada ocupando o topo da face lateral esquerda do silhar. Não apresenta campo epigráfico delimitado.

Inscrição nítida com letra monumental quadrada bem vincada.

Comprimento máximo da epígrafe – 300 mm; Altura máxima 120 mm.

Altura máxima das letras – 1ª linha / 1; 120; 2; 118 mm.

Transcrição

VI

Leitura

Sextae

Tradução

Sexta

As evidências arqueológicas sugerem a forte possibilidade da sua origem se relacionar com a presença de um destacamento (*vexillatio*) da VI legião “a vencedora” na região, possivelmente envolvido na construção da cidade de *Bracara Augusta* e infraestruturas viárias do Convento Bracaraugustano, como corroboram outros vestígios epigráficos documentados na região, nomeadamente a lápide dedicada a Turiaco identificada no mosteiro de Santo Tirso, cuja datação sugerida por Alain Tranoy se situa no período Júlio-Cláudio (TRANOY 1980, 278), consistente com o enquadramento cronológico que propomos para a construção da ponte de Negrelos.

2. *Epígrafe medieval*

Epígrafe inscrita na aduela de fecho do arco da margem sul do alçado jusante. A inscrição encontra-se deteriorada no extremo inferior e não possui qualquer delimitação do campo epigráfico. A gravação, em caracteres cursivos regulares, é nítida e bem vincada, apresentando letras de recorte desigual. No fim da linha, devido à exiguidade de espaço, as letras encontram-se ligeiramente mais apertadas e as duas últimas formam-se a partir de um nexa.

Comprimento máximo da epígrafe – 520 mm; Altura máxima 120 mm.

Altura máxima das letras – 1ª linha / 1 (grafito); 120; 2; 80; 3; 60; 4; 100; 5; 90; 6; 90/100 mm

Transcrição

IOSI

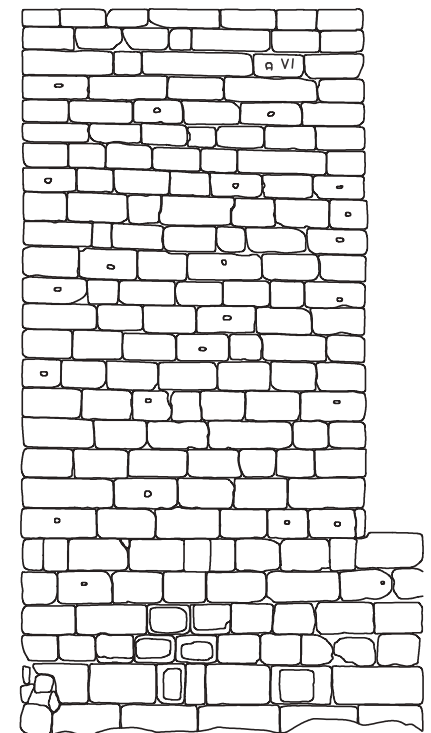
Leitura

(*Magister*) IO(*hannes*)S I(o)HN(*nis*)

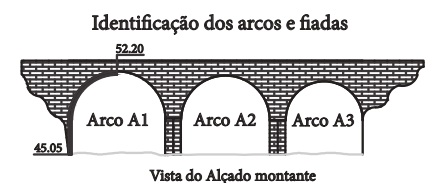
Tradução

Mestre João Anes

Tratar-se-á de uma referência ao mestre encarregado da obra, que escolheu para signo lapidar identificativo da sua oficina as iniciais do seu próprio nome – *Iohannes* –, antropónimo particularmente comum em toda a Idade Média, evidenciando um patronímico também comum – *Anes* ou *Eanes*.



Implantação da epígrafe no intradorso do Arco 1.



Identificação dos arcos e fiadas

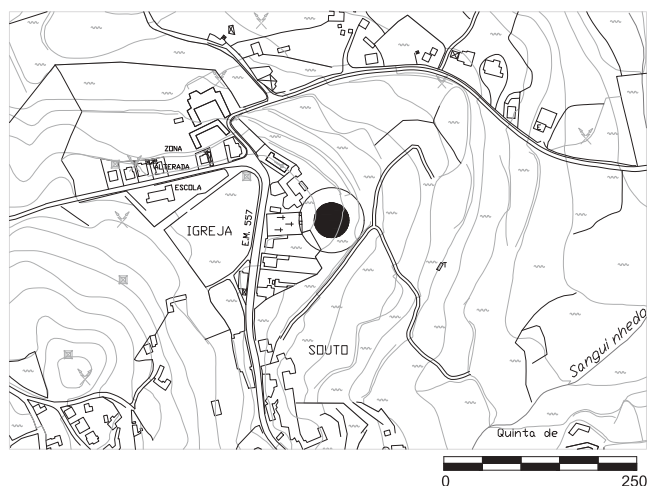
Vista do Alçado montante



Epígrafe medieval.



AE 29. Igreja, S. Paio de Guimarei, Santo Tirso
Casal / Tesouro monetário



Lat. - 41° 18' 07" N
Long. - 8° 28' 36" W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 196 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Tesouro monetário de cerca de 40 moedas, do qual apenas se conhecem referências orais de um dos achadores. Pela descrição provavelmente corresponderá a um conjunto de *nummus* de cronologia tardorromana. O local onde foi detetado é contíguo a atual igreja paroquial de S. Paio de Guimarei, onde, ainda hoje, é possível recolher materiais cerâmicos à superfície (telhas e cerâmica comum).

A sua implantação num pequeno esporão sobranceiro ao vale do rio Sanguinhedo não permitiria uma ocupação muito extensa. Apesar dos trabalhos de terraceamento levados a efeito para atenuar o declive em relação ao vale, a vertente leste conserva ainda um pendor assinalável. A face de ligação ao interior revela uma zona relativamente plana com boas condições para a atividade agrícola. A sua implantação numa zona de aptidão agrícola moderada (A2) correspondente à Unidade Fisiográfica Qds1, confere uma boa localização para o desenvolvimento de atividades de carácter agro-silvo-pastoris.

Bibli. – MOREIRA 2004a, 34-35; 2010, 295; 2010a, 297, n.º 14; 2013, 127-130.

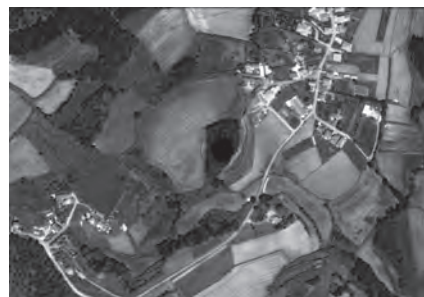
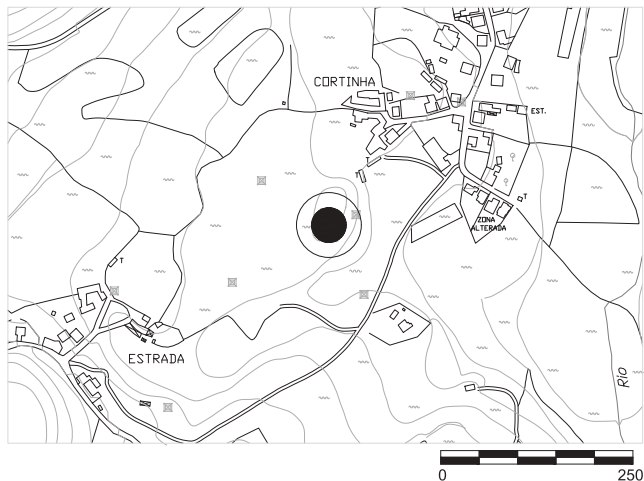


EA 30. Vermoim, S. Paio de Guimarei, Santo Tirso
Casal

Lat. - 41° 18' 48" N
Long. - 8° 28' 28" W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 192 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Encontra-se implantado num pequeno promontório no lugar de Barreiro, sobranceiro ao rio Sanguinhedo e à ribeira de Covas. Corresponde a um dos contrafortes da face leste da Serra da Agrela que, nesta zona, se encontra perfeitamente integrado no vale. A elevação demarca-se na paisagem e a sua topografia revela uma planta oval, com uma plataforma superior plana, ressaltada por um talude que o circunda integralmente. Os vestígios cerâmicos identificados à superfície não são particularmente abundantes sendo constituídos

por telhas, cerâmica comum e pedra de construção. Na face leste da plataforma superior são ainda visíveis dois alinhamentos à superfície. A área de dispersão de materiais é relativamente reduzida, compreendendo apenas a plataforma superior.

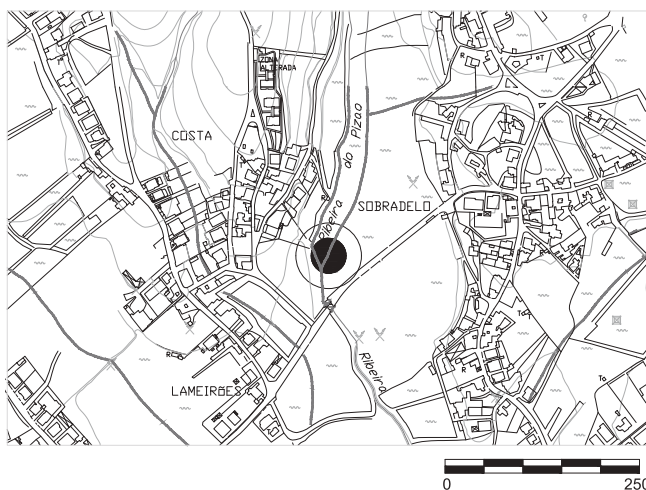


Encontra-se numa zona em que se diferenciam duas realidades pedológicas. A face norte e leste correspondem ao maciço xistento da Serra da Agrela e a sul à zona de granitos. Integra a Unidade Fisiográfica Qds1 que revela terrenos de aptidão agrícola moderada.

Bibli. – MOREIRA 2004a, 35; 2010, 295-296; 2010a, 297, n.º 15.

IDADE MÉDIA

EA 31. Ponte do Arquinho, Água Longa, Santo Tirso *Ponte*

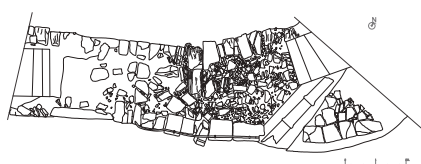


Lat. – 41° 15' 43" N

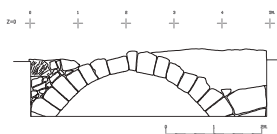
Long. – 8° 29' 46" W (meridiano de Greenwich)

Alt. – 120 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

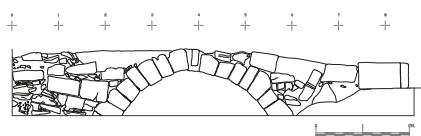
A Ponte do Arquinho localiza-se no lugar de Costa, freguesia de Água Longa, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto. O acesso ao imóvel pode ser feito a partir da povoação de Água Longa, em direção ao lugar de Costa, encontrando-se o monumento a sensivelmente seis metros a montante da ponte nova.



Planta



Alçado Montante



Alçado Jusante

A Ribeira do Pizão constitui o principal afluente da margem direita do rio Leça. Nasce no lugar Monte dos Peixotos à cota de 260 m e desagua no rio Leça no lugar de Pidre, Água Longa. Apresenta uma orientação norte/sul e corre num vale encaixado conformando uma bacia de drenagem relativamente pequena. Estende-se ao longo de 5 500 m e apresenta um perfil diferenciado, correspondendo o tramo superior à área de pendor mais acentuado e, o inferior, que se desenvolve a partir do lugar de Sobradelo, mais plano, apresenta-se próximo do seu perfil de equilíbrio.

A área geológica integra uma zona de formações do silúrico superior, correspondendo a uma área de depósitos onde abundam xistos amplitosos – (...) *são xistos argilosos de cores variadas, fortemente dobrados e muito fracturados, que, em determinados locais, assumem uma posição quase vertical.* (...) (ANDRADE 1952, 303-310).

O pontão é constituído apenas por um arco de volta perfeita com aduelas em granito dispostas alternadamente, com uma dimensão média de 0,30 m x 0,45 m. A área atualmente visível revela 14 aduelas, mais a aduela chave, configurando um diâmetro máximo de 3,20 m. O assoreamento do ribeiro não permite identificar a solução adotada para o apoio do cimbrio e respetivo lançamento do arco, sendo admissível, pelas reduzidas dimensões do arco, a utilização de uma consola saliente que, provavelmente constituiria o nível de apoio dos estribos. Tendo em conta a dimensão média das aduelas e o prolongamento do arco, o seu diâmetro máximo situar-se-ia próximo de 3,75 m, composto por um total de 18 aduelas mais a aduela chave, configurando uma flecha de 1,80m. O trabalho de cantaria dos elementos que compõem o arco é uniforme e de boa qualidade.

O tabuleiro é horizontal e tem um comprimento máximo de 8,50 m e 2,40 m de largura. Não conserva o lajeado de origem, revelando o enchimento de assentamento que é composto por pequenas pedras de xisto e granito. Não apresenta guardas ou vestígios de alguma vez as ter tido.

Os materiais construtivos utilizados na edificação dos estribos revelam uma significativa irregularidade quanto à sua natureza e dimensionamento. Grandes silhares em xisto alternam com blocos de granito de pequena dimensão. Na margem direita, já no acesso à via, o tabuleiro é marginado por grandes silhares de xisto que acompanham a pequena curvatura desenhada pela calçada.

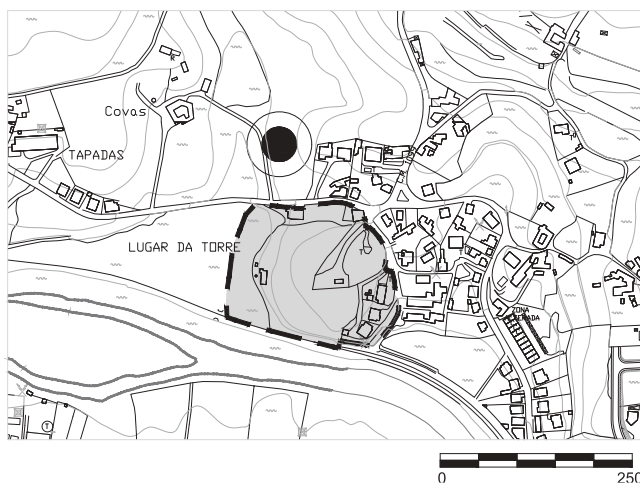
A sigla identificada no segundo silhar da quinta fiada da margem esquerda é reveladora da sua origem medieval. O seu número e reduzido reportório admitem a possibilidade de se tratar de uma construção que contou com a participação exclusiva de uma única oficina. O ateliê a que pertence a sigla está documentado no mosteiro de Roriz, concretamente na 4ª fase da sua construção (REAL, SÁ 1982, 20).

A Ponte do Arquinho integrou a via medieval que ligava o Porto a Guimarães. A estrada a partir de Ermesinde passaria por Alfena, onde existia uma gafaria junto à ponte de S. Lázaro, local em que transpunha o rio Leça. Relativamente perto, em Ferraria, documenta-se uma feira em época medieval. As Inquirições da segunda alçada referenciam a via como limite da freguesia de Água Longa - (...) *Interrogatus de terminus ipsus hereditates dixit quod incipiunt in strata vimaranis* (...) (ALMEIDA 1968, 172). Em seguida a estrada dirigir-se-ia para S. Paio de Guimarei, onde se encontra documentada no ano 1048 como *carrera antiqua*, dirigindo-se para S. Tiago da Carreira. Posteriormente o seu trajeto sobrepunha-se à via romana secundária que ligava a cidade do Porto a Braga por intermédio da via oficial que se dirigia desta cidade para *Emerita Augusta*.

Bibli. – ANDRADE 1952, 303-315; ALMEIDA 1968, 172; MOREIRA 1991, 6-13; 2013d, 127-130; REAL; SÁ 1982; 20.

EA 32. Torre, Areias, Santo Tirso

Torre (fortificação), mosteiro, igreja



Lat. – 41° 21' 21" N

Long. – 8° 28' 33" W (meridiano de Greenwich)

Alt. – 63 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98 – Santo Tirso, 1977)

O lugar da Torre localiza-se na freguesia de Areias, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto. O acesso à estação arqueológica pode fazer-se através da EM n.º 204, no sentido Santo Tirso - Famalicão, infletindo-se, ao km 45, para a localidade de Freixieiro, cujo acesso, após 1 km de percurso, conduz ao imóvel. O local encontra-se implantado sobre um pequeno promontório sobranceiro ao rio Ave, na margem norte. A plataforma superior está terraplenada e parcialmente ocupada por uma capela dedicada a Nossa Senhora "do Parto".

A análise dos materiais cerâmicos e as características topográficas do terreno apontam para uma ocupação da Idade do Ferro, período romano e época medieval.

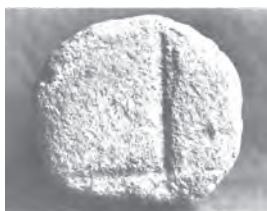
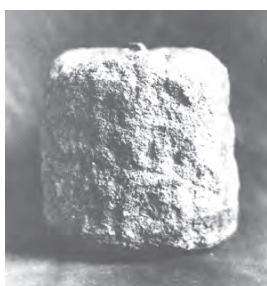
Desta última há notícia da existência de uma torre ameada, demolida no séc. XIX, para reutilização dos materiais construtivos na edificação da ponte sobre o rio Ave (LIMA 1956, 225-227)¹³¹.

Na *Corografia Portuguesa*, em 1706, Carvalho da Costa referia-se à Torre Alta nestes termos - (...) *Santa Eulalia de Palmeyra, Abbadia do Convento de Landim com reserva ordinária, rende cento & trinta mil reis, tem setenta vizinhos. Aqui está a quinta da Palmeyra com humra Torre da parte de fora, na qual vivião os Forjazes Palmeyras, senhores deste Condado, até que o derão ao Mosteiro de Landim, que fundarão, & elles forão viver á quinta de Pereyra, Solar desta família.* (...) (COSTA, 1706, 331).

Ainda na mesma obra o autor a propósito da freguesia refere - (...) *Santiago de Areas, Abbadia da Mitra, rende outro tanto, tem sessenta & dous vizinhos. Sobre o rio Ave pouco abaixo do Mosteiro de S. Thirso, está humra grande, & alta Torre com vestígios de mais fortificaçoens, que devia servir em tempos de Mouros, quando este rio fosse raya entre eles, & Christaõs. Não sabemos que solar fosse; mas de*



131. Sobre o paço senhorial da Torre Alta e seu domínio veja-se: CORREIA 1989, 206-223; *Jornal de Santo Thyrs* de 2, 9, 16 e 23 de outubro de 1987 e 28 de outubro de 1988.



Torre Alta - Peso (CORREIA 1989, 43).



Torre Alta - Caçarola (MOREIRA 2007, 165).



boa razão se deve entender haver sido do Infante Alboaza Ramires, e seus descendentes, que sobre ganharem aos Mouros a terra dalém, r por aqui viverão. Comprou esta Torre há pouco tempo Luiz Camelo Falcão do Porto, que hoje a possui. (...) (COSTA 1706).

Meio século volvido, nos *Inquéritos Paroquiais* de 1751, o Padre Luís Cardoso forneceu informações adicionais sobre a torre descrevendo alguns dos aspetos arquitetónicos e construtivos da edificação - (...) ... *é feita em esquadria de pedra de galho, mas bem lavrada, e alta, e pelo que mostra algum dia teve sobrados sustentados em hum grande pilar de pedra quadrado que dizem estava no meio da torre, a qual derrobarão, e não se sabe a que fim. Tem esta Torre quatro frestas para os quatro lados, cada huma com sua pedra de alto abaixo: para Norte tem sua janella de sacada, e he por todos os lados cercada de parapeitos de pedra lavrada. Conserva ainda algumas ameias, que a maior parte lhe derribarão. A porta por onde se entra para a Torre he de arco por cima, e não muito grande, levantada de terra couda de cinco palmos; ao que parece mostra ser porta de comunicação de casas, que houve naquelle plano, de que se divisão alguns vestígios, e alicerces. Nesyte mesmo plano há uma Ermida dedicada a Nossa Senhora da Expectação, obra antiga da qual, ainda que está no districto desta Freguezia de S. Vicente, tem della o uso e liberdade o Abade de S. Miguel da Lama.*

Na resposta aos *Inquéritos Paroquiais* de 1758, o Abade Atanásio Mendes Freitas, o Pe. Manuel Pacheco da Silva e o Abade António Lourenço forneciam a seguinte descrição da torre - (...) *Não é terra murada, mas há na freguesia, no lugar chamado da Torre, uma torre antiquíssima, bastante levantada, e toda construída de pedra sólida de cantaria muito bem lavrada; tem só uma porta, não muito grande, levantada em coisa de sete palmos de princípio da torre; não tem nada por dentro; está já em falta de algumas ameias, que se supõem caíram com os tempos, e não faltou quem delas se aproveitasse. Está situada sobre um rochedo, contíguo, eminente ao rio Ave, que lhe corre pelo fundo; por quem fosse fabricada se ignora. E na circunvalação se vêem ainda vestígios de que antigamente houve ali casas. E, pegado a ela, se acha situada a sobredita capela de Nossa Senhora da Expectação. Está edificada em terras da Sereníssima Casa de Bragança, que pelo mesmo lugar da Torre tem outras mais, cujos possuidores lhe dão a capitulação de pertencentes à Torre Alta, e delas pagam renda ao enfiteuta da dita Sereníssima Casa; que hoje ignoro quem é, porque passado lhe foram tiradas por omissões que cometeu. (...)*

S. Tiago de Landim, Areias – O mosteiro de S. Tiago de Landim encontra-se documentado desde 991 e ter-se-á extinguido no hiato compreendido entre 1016 e 1057 (CORREIA 1989, 81; 2000, 242).

Bibli. – COSTA 1706, 331; COSTA 1868/69, 324; PIMENTEL 1902, 64; LIMA 1956, 222-223; SANTARÉM 1956 c, 20; SILVA 1986, 83, n.º 337; CORREIA 1989, 36-38; QUEIROGA 1992, 168, n.º 241; DINIS 1993, 59-60; MOREIRA 2004a, 27; 2010a, 292, n.º 3 2013d, 127-130.

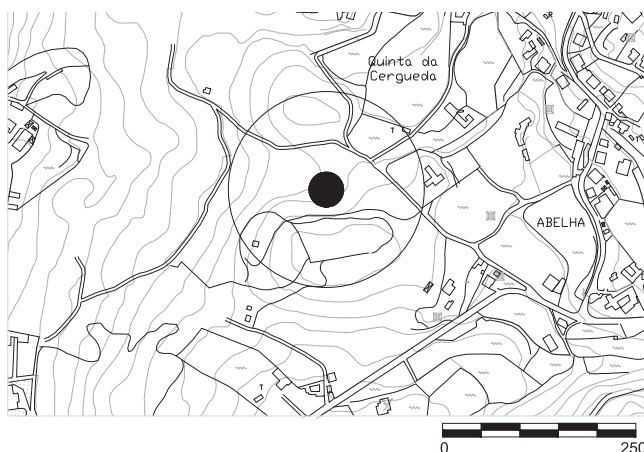
EA 33. Monte Sião (Costa)¹³², Burgães, Santo Tirso Sepultura escavada na rocha

Lat. – 41° 20' 25.13"N

Long. – 8° 27' 24.25" W (meridiano de Greenwich)

Alt. – 168 m (CM 1. 25 000, SCE 1950, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

132. Quinta da Cerqueda.



Sepultura aberta sobre um pequeno afloramento granítico de grão grosseiro. A caixa tumular apresenta uma forma alongada, levemente trapezoidal, com os ângulos arredondados. O fundo é plano, bem regularizado, ligeiramente inclinado, conservando a cabeça mais alta. Não revela qualquer tipo de rebaixamento para encaixe da tampa. Encontra-se orientada no sentido oeste/leste.

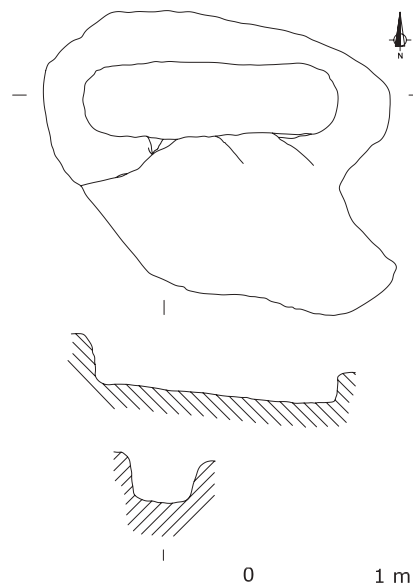
Martins Sarmento refere-se a esta sepultura numa epístola dirigida ao Abade Pedrosa, em resposta a uma missiva que não se identifica na correspondência trocada entre os dois ilustres estudiosos - (...) *O aparecimento de moedas romanas dentro da campa de Burgães(1)*¹³³ *tem para mim muito valor, e tanto, que vou incomodar-o de novo pedindo o obsequio d'averiguar de pessoa auctorizada, sendo possível, authenticidade do achado. Campas de forma e dimensões da de Burgães e outras de diferente feitio, mas abertas na rocha tenho-as encontrado quasi por toda a parte; mas são para mim um enigma, a começar pela epocha, em que estiveram em uso. Por isso que ellas são apropriadas p.^a receber um corpo inteiro, está claro que não pertencem ao tempo da incineração. Eu, partindo desta ideia, quis já acreditar que ellas já são posteriores ao período romano. Inclina-me mesmo á opinião de que a influência do Christianismo não era extranha a esta "inovação", mas tudo isto são também hypoteses, e nesta escuridade a certeza do achado de moedas romanas, se não vale muito, vale alguma cousa. Não há que extranhar que a cavidade não tenha o bordo refundado p.^a receber uma lousa. (...)* (LIMA 1940, 110-101).

Posteriormente, Martins Sarmento referiu-se a este tipo de sepultura como "caixões em penedo", mencionando a sepultura de Burgães que identifica com o topónimo de "Campa dos Mouros" (SARMENTO 1888, 8).

No seguimento da correspondência referida, coligida por Augusto César Pires de Lima, Mário Barroca integra o monumento no catálogo das "sepulturas escavadas na rocha" no imenso *corpus* dedicado às *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho* (BARROCA 1987, 165, n.º 89).

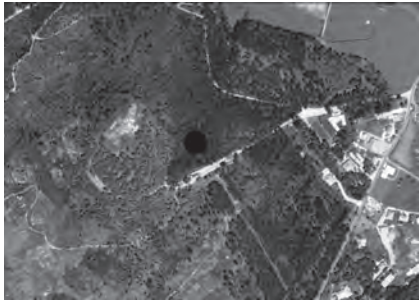
Segundo a proposta do autor, na esteira de Alberto Castillo, este tipo de sepultura rupestre de recorte ovalado "tipo banheira", possui uma cronologia balizada entre o séc. VII e VIII (BARROCA 1987, 135). Trata-se, quanto se sabe, de um exemplar isolado, cujo contexto arqueológico é atualmente desconhecido.

Bibli. - MARTINHO, 1986, s/p; LIMA 1940, 110-101; SARMENTO 1888, 1-5; 1933, 315, nota 317; BARROCA 1987, 105, 165; MOREIRA 2013d, 127-130.



Monte São/Quinta da Cerqueda - Sepultura rupestre.

133. Freguesia do concelho de Santo Tirso.



EA 34. Monte Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso
Castelo, Mosteiro e Igreja paroquial



Lat. - 41° 18' 53" N
Long. - 8° 26' 57" W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 403 m (CM 1. 25 000, SCE 1950, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

A ocupação medieval do Monte de Padrão reporta-se a uma realidade complexa cujos parâmetros cronológicos se desenvolvem entre o séc. X e meados do séc. XVII.

Fase I	 1250 a.C.(BM)
Fase II	1250 a.C. 1000 / 900 a.C. (BF /1ª Fase)
Fase III	1000 a.C. / 900 a.C. 700 a.C. (BF /2ª Fase)
Fase IV	700 a.C. 500 / 450 a.C. (1ª IF)
Fase V	500 / 450 a.C. 200 a.C. (IIª IF/ 1ª Fase)
Fase VI	200 a.C. Tibério/Cláudio (IIª IF /2ª Fase)
Fase VII	Tibério/Cláudio 1ª Metade do séc. II
Fase VII a	1ª Metade séc. II Meados séc. III
Fase VIII	900 Finais séc. XII
Fase IX	Finais do séc. XII 1ª Metade do séc. XVII
Fase X	1738 ----.....

O mosteiro e a igreja de S. Salvador de Monte Córdova encontram-se referenciados na bibliografia de cronistas, hagiógrafos, corógrafos e viajantes desde finais do séc. XVI, até poucos anos antes de ser definitivamente abandonado, no segundo quartel do séc. XVII. Entre os principais autores contam-se referências de André Resende, D. Rodrigo da Cunha, Gaspar Estaço, Carvalho da Costa e Frei Leão de S. Tomás. Na historiografia castelhana assinala-se a referência de Ambrosino de Morales, em 1572 (IGLESIAS 1999, 57-58) e, mais tarde, em 1600, na historiografia galega, nos livros da autoria de Fray Benito de La Cueva, *Historia de los Monasterios e Priorados Anejos a Celanova*, que viria a ser publicado em 1991 (CUEVA 1991, 93-97), e *Celanova Ilustrada y Anales de San Rosendo*, editado em 2007 (CUEVA 2007).

Mais tarde, já em meados do séc. XVIII, em resposta ao *Inquérito Paroquial* de 1758, o Reitor de Monte Córdova, Padre Veríssimo de Araújo, forneceu um importante contributo para a interpretação dos vestígios medievais do Monte do Padrão, assim como para a história da toponímia local. Mais recentemente registaram-se referências de Alberto Pimentel e Alberto Pires de Lima (PIMENTEL 1902, 50-54; LIMA 1948, 543). A partir do início da primeira década do séc. XX inicia-se verdadeiramente a história do imóvel enquanto

monumento arqueológico. Em 1910, com a sua classificação como Monumento Nacional, definiu-se, com clareza, a sua importância científica e patrimonial. Todavia, seria apenas a partir do início da década de cinquenta do século passado, concretamente em 1951, que se desenvolveriam os primeiros trabalhos arqueológicos empreendidos por Carlos Manuel Faya Santarém. A publicação da planta dos edifícios romanos intervencionados na face norte da plataforma superior, pela sua singularidade no panorama arqueológico do Noroeste Peninsular, faria com que os seus trabalhos fossem recorrentemente citados em estudos de síntese dedicados ao período romano. Os registos bibliográficos posteriores ocorrem apenas na década de oitenta e noventa e refletem já metodologias científicas. Merece particular destaque o trabalho publicado por Manuela Martins, em 1985, pelo facto de documentar, pela primeira vez, a ocupação relativa ao período do Bronze Final, facto que motivou inúmeras referências à estação arqueológica em trabalhos científicos do mesmo horizonte cronológico.

A década de noventa, além de registar importantes trabalhos de carácter científico (MOREIRA 1991a, 28-34; 1997, 83-87; 2005a, 255-276; 2007)¹³⁴ reflete também uma significativa preocupação ao nível da valorização patrimonial do imóvel (VALDEIRAS 1997, 131-137; FARTO, MOREIRA 1999¹³⁵; FARTO 2000, 65-76).

A referência a uma estrutura militar na circunscrição do Julgado de Refojos de Riba D'Ave com a designação de Monte Córdova fez com que vários autores admitissem a sua localização no Monte Padrão¹³⁶. A alusão ao castelo de *Pena de Cide* surge, pela primeira vez, nas Inquirições de 1220 e, mais tarde num Nobiliário datado de 1270 – (...) *infante Alboazar Ramires, filho do rei Ramiro ao qual porque foi bom por armas, puzeron-lhe nome Cide Alboazar e fez uma torre no monte Córdova que hora chamão Pena de Cide e guerreou dahi os mouros ...* (...). Costa Veiga, admitindo a veracidade da referência do Nobiliário e com base na análise de um documento datado de 1041, no qual se alude a um pleito judicial cujos litigantes, convocados para comparecer em juízo perante os magnates da região, se reuniram em Pena Maior (DC 140) (VEIGA 1936, 132-133), localiza o castelo no maciço do Pilar identificando-o com o *Castelo de Refojos*, atualmente inscrito na freguesia de Pena Maior, concelho de Paços de Ferreira.

No Livro Velho de Linhagens, a propósito do castelo de Monte Córdova pode ler-se – (...) *Reinou depòs el seu filho dom Ordonho em seu logo. Pobrou a vila de Leom, e veio conquerer a Portugal, que era de Mouros, e deu a Santiago porem que o ajudasse o couto de Mo[u]quim e de Cornelham. E veio com ele seu irmão Alboazar. E porque foi bem por armas, puserom-lhe nome Cide Alboazar. E feze uma torre no monte de Monte Córdova, que ora chamam Pena de Cide, e guerreou dahi os Mouros, e deitou os Mouros de São Romão, e foram-se passar Douro e foram-se a São Martinho de Mouros. E desi filhou o castro d'Aveoso a Mouros e deito Mouros de crasto de Gondomar e de Todea e feze-os ir a crasto Marnel de Riba de Vouga. E casou com dona Usco Godins, filha del conde dom Godinho das Astúrias, e ela com seu marido de Riba d'Ave, que ora chamam Santo Tirso de Riba D'Ave* (...) (PIEL; MATTOSO 1980, 50).

José Mattoso, por seu turno, ao aludir aos principais castelos anteriores à nacionalidade, localizados Entre-Douro-e-Minho, inclui o castelo de Monte Córdova no território de entre Ave e Douro, no concelho de Santo Tirso, como centro da *Terra de Refojos de Riba D'Ave* (MATTOSO 1995, 94).

Na mesma linha, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, ao referir-se ao fenómeno de “incastellamento”, valorizando a componente toponímica, considera a fortificação vinculada à família de S. Rosendo, sem contudo precisar a sua localização – (...) 106 – MONTE CÓRDOVA, S^{to} Tirso – *Este castelo parece ter visto a sua importância diminuída a partir dos princípios do séc. XI. É referido como uma estratégica fortificação no Livro Velho II (Ed. 1961, p. 41). Não é extremamente ousado ligar este arcaico castelo à família de S. Rosendo* (...) (ALMEIDA 1978, 39).

A fortificação encontra-se referenciada em 1093 (DC 796), num contrato de venda de propriedades localizadas em S. Paio de Guimarei, Santo Tirso, com a designação de *mons* – (...) *... in uilla uimarei subtus mons cordua território portugalensis discurente ribulo sanguineto.* (...) ¹³⁷.

As evidências arqueológicas conhecidas até à data não permitem admitir a possibilidade do castelo de Refojos

134. Ao longo da história a estação foi alvo de inúmeras referências de diferente validade científica, mas que refletem a importância sempre crescente que foi assumindo no panorama arqueológico do Norte e Portugal.

Bibli. – RESENDE 1593; CUNHA 1623, Parte I, 143, Parte II, 403; ESTAÇO 1625, 20; TOMÁS 1651, 159-160; ARGAIZ 1675; COSTA 1706, 363; LEAL; FERREIRA 1873, V, p. 471-472; PIMENTEL 1902, 50-54; SANTARÉM 1951, 49-66; 1955, 397-429; SOUSELO 1973, 7-13; PONTE 1984, 111-114, n.º 15; MARTINS 1985, 217-230; SILVA 1986, 83, n.º 344; CENTENO 1987, 115-116; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/360; CUEVA 1991, 93-97; 2007, 76-78; MOREIRA 1991a, 28-30; 1997, 83-87; 2005b; 2005a, 255-276; 2007; 2008, PP. 129-149; 2009, PP. 9-13; 2009a, PP. 160-175; 2010; 2010a, 215-317; 2013, 101-127; 2013c, 7-39; 2013d, 9-130. QUEIROGA 1992, 169, n.º 242; DINIS 1993, 98-99, n.º 39; FERNANDES 1996, 107; VALDEIRAS 1997, 131-137; FARTO 2000, 65-76.

Referências Documentais – *Inquirições de D. Afonso III*, pp. 541, col. 2ª; *Livro Velho de Linhagens*, 1980, pp. 49-50.

135. Comunicação apresentada no colóquio “Conservação e Gestão do Património Arqueológico, “Póvoa de Varzim 25 e 26 de Novembro de 1999” – *Conservação e manutenção de estruturas arqueológicas das estações arqueológicas de Monte Padrão e Alvarelos*”.

136. António Augusto Pires de Lima, em 1951, a propósito da referência de Costa Veiga, que sugere a localização do castelo em Pena Maior, Paços Ferreira, comenta – (...) *O argumento não é decisivo, porque a convocação para ali podia ter outra explicação, como a de que o pleito diria respeito a terras de Pena Maior. Eu inclino-me a crer – mera conjectura, porém – que o castelo estivesse situado no lugar do Padrão, onde se estão encontrando vestígios de antigos edifícios, que mais parecem revelar a existência de fortificações do que de uma citânia. É conveniente, porém ponderar que uma fortaleza, onde se concentrava o governo militar e civil de uma terra, não passava, por vezes, de construção provisória e tosca. Por isso, como observa A. Herculano, poucos castelos nos restam desses tempos* (...) (LIMA 1951, 38, nota 1).

137. Ver - Anexo documental, 1.

de Riba d'Ave (*Pena Cide*) possa ter tido a sua localização no Monte Padrão, apesar de ser conhecida a ocupação medieval do povoado, cuja cronologia aponta para um período que se baliza entre o início do séc. X e o segundo quartel do século XVII, mas cuja realidade estrutural se relaciona com a igreja paroquial e o mosteiro de Monte Córdova.

Todavia, relativamente próximo do Monte Padrão, no lugar do Alto da Bela / Mouro, identificam-se vestígios estruturais e materiais de superfície cronologicamente consistentes com esta referência arqueológica, que temos vindo a interpretar como uma atalaia medieval que, eventualmente, poderá corresponder ao castelo referenciado.

Localiza-se num pequeno promontório da cumeeira oeste do maciço de Monte Córdova (Cat. EA.35) e ocupa um esporão rochoso onde, à superfície, se distribuem grandes afloramentos com claros vestígios de talhe. Achados de materiais líticos pré-históricos, designadamente machados de pedra polida atestam uma ocupação bastante recuada (PINTO 1930, 306; SANTARÉM 1952, 169-177; DINIS 1993, 105, n.º 10 e 11; MOREIRA 2007, 46). Atualmente não são visíveis vestígios de estruturas ou taludes que denunciem a existência de sistemas defensivos. Os materiais recolhidos enquadram-se maioritariamente em época medieval, embora tenham sido recolhidas cerâmicas castrejas em pequeno número.

Ao fenómeno de *incastellamento*, desenvolvido entre nós a partir de finais do séc. IX e que duraria até aos princípios do séc. XII, está subjacente o processo de organização defensiva, de povoamento e administração do território (ALMEIDA 1978, 27). Estas fortificações constituíram a resposta das populações locais face às incursões normandas e às investidas muçulmanas. Apesar deste tipo de dispositivos, anteriores ao castelo românico, se encontrar estrutural mal caracterizado, a perceção geral, formada pela análise dos vestígios conhecidos, é de que deveriam ser muito rudimentares, com estruturas defensivas precárias, cuja implantação privilegiaria espaços em que morfologia acentuasse as diferenças de cota da área intramuros da extramuros e reduzisse o esforço de construção. A sua área deveria ser reduzida e adaptada à disponibilidade do espaço existente, privilegiando uma implantação com um amplo domínio visual sobre o entorno e, em particular, das vias de comunicação.

Posteriormente, com o incremento da reconquista cristã e a reorganização administrativa do território, nomeadamente com a criação dos *territoriae* e das *civitates*, assiste-se à personificação dos destinos militares, concentrados agora num castelo governado por um nobre, cuja existência, no imediato, não terá anulado o papel dos “castelos” de iniciativa popular mas sim dado um novo enquadramento ao processo de reconquista, sobretudo nas zonas de fronteira (BARROCA 1990-91, 92).

É neste contexto que se inscreve o reduto defensivo de Monte Córdova que encontra enquadramento estratégico num conjunto de equipamentos afins identificados na área meridional do Noroeste Peninsular. Na área geográfica envolvente que, *grosso modo*, corresponde à *Terra da Maia*, identificam-se mais de uma dezena de castelos cuja implantação nos permite perceber a distribuição dos núcleos populacionais então existentes e a sua relação com as vias de comunicação.

A igreja de S. Salvador de Monte Córdova, fundada no séc. X, terá sido trasladada entre 1623 e 1651 – (...) *Poucos anos há, que a dita igreja do Salvador se mudou do alto do monte para outra parte da freguesia, aonde parece que ficava mais accommodada pera serviço dos Parrochianos, que são mais de quatrocentos.* (...) (TOMÁS 1651, 161).

Os vestígios arqueológicos identificados até ao momento permitem identificar um edifício pré-românico que terá sofrido obras de remodelação e ampliação na primeira metade do séc. XIII, relacionadas com a construção de um edifício anexo que corresponde ao mosteiro cordubense.

Da primeira construção identifica-se o cunhal da face sudeste, cuja estrutura remanescente revela uma base sólida, de alvenaria de granito, assente na rocha de base. O aparelho, composto por silhares retangulares, de calibre regular, estruturados alternadamente, revela um paramento bem ajustado. O muro é de dupla face, sendo o interior da estrutura composto por pedras de pequeno calibre e cerâmicas de construção de época romana (tégulas e tijolos), integrados numa argamassa de saibro, compacta e dura.

O edifício do séc. XIII, de características distintas do anterior, terá integrado na sua planta original parte da construção do templo pré-românico, sobrepondo, integralmente, a parede que limita a face sul do edifício. Este momento corresponderá à construção de um novo remate do alçado leste que, provavelmente, estará relacionado com o colapso parcial do edifício, uma vez que este, em parte, assentava sobre um lajeado de época romana, com apoio a uma cota inferior na margem do afloramento que serviu de base a todo o edifício.

Neste local, os vestígios remeniscentes resumem-se ao alicerce cujas características construtivas, de extrema solidez, em certa medida justificam a necessidade de reforço do edifício neste espaço concreto. O alicerce é composto por blocos de grande calibre, faceados e nivelados na face superior, fortemente implantados no solo, com os interstícios preenchidos por elementos de menor dimensão, garantindo solidez à construção. A totalidade da construção apoia-se num alicerce de grandes dimensões que ultrapassa a espessura da parede em 30 cm de cada um dos lados. No limite oeste, junto à igreja, define-se a entrada do claustro, com cerca de 1,60 m de largura, cujos apoios para assentamento das ombreiras são compostos por grandes blocos graníticos, claramente diferenciados do alicerce do muro.

O edifício apresenta uma orientação sudoeste/nordeste, respeitada pelo alinhamento das sepulturas, e desenha uma planta retangular, provavelmente com cabeceira recuada também de planta retangular. Relativamente aos elementos decorativos e revestimentos parietais não restam vestígios *in situ*, sendo no entanto admissível a existência de painéis de azulejos de tipo hispano-árabe, de acordo com as recolhas efetuadas em estratos arqueológicos relativos à destruição do edifício (MOREIRA 2007, 160-161, n.º 309-313). Do pavimento interior apenas se conserva um

pequena área residual, composto por saibro com revestimento de argila, assente diretamente sobre a rocha de base que conformaria o suporte natural da totalidade do edifício, com exceção da área marginal do alçado leste. À semelhança dos revestimentos parietais, de acordo com as recolhas efetuadas, é também admissível a existência de um pavimento revestido a azulejos de caixilho ou enxaquetados, com superfícies coberta por esmaltes de cor branca e castanho morado ou negro (MOREIRA 2007, 160-161, n.º 309-313). Este tipo de azulejos, característico de finais do séc. XV princípios do séc. XVI, é contemporâneo dos azulejos designados de “corda seca” de ampla difusão peninsular¹³⁸.

A igreja de Monte Córdova, cujo direito de apresentação foi confirmado ao mosteiro de Celanova em 1225, pelo bispo Martinho Rodrigues, manteve-se unida ao mosteiro *auriense* por cerca de trezentos anos, dependendo diretamente do prior de Celanova que nomeava um cura, monge do mosteiro, para administrar a igreja, destinando, portanto, todos os rendimentos ao mosteiro de Celanova¹³⁹. Assim se manteve a relação entre os dois cenóbios até à perda definitiva do priorado, em 1514, momento em que D. Manuel I, através de uma comenda o atribuiu à Ordem de Cristo, de que resultou na nomeação de um abade comendatário, António Castilbrac (MOREIRA 2005b, 45).

A partir de 1542, de acordo com o Censual da Mitra, a igreja de Monte Córdova, assim como o seu padroado ativo, S. Miguel do Couto¹⁴⁰, que se manteve anexo, surge como uma igreja de apresentação do bispo do Porto¹⁴¹.

Os objetos arqueológicos recolhidos no decurso da escavação diretamente associados com a liturgia são, até ao momento, relativamente escassos e pouco significativos, revelando o carácter rural e a diminuta importância da comunidade.

A necrópole medieval do Monte do Padrão integra-se no fenómeno da emergência dos cemitérios rurais, polarizados em torno das igrejas paroquiais, documentado no Noroeste Peninsular a partir do séc. IX. A emergência do processo de *tumulatio appud ecclesiam*, por oposição à *tumulatio ad sanctos*, consiste num fenómeno tipicamente rural (BARROCA 1987, 24). O cemitério medieval enquadra-se no momento em que este se concretiza no adro da igreja¹⁴², no qual a maioria dos *fili ecclesiae* se contentava em ser sepultado – (...) *no espaço sagrado, aonde chegava a fortaleza do som dos ritos, o poder da aspersão da água benta e a sombra das cruzeiras da igreja* (...) (ALMEIDA 1978a, 11).

A intervenção da necrópole compreendeu, até ao momento, a escavação de setenta e seis sepulturas, quatro ossários e três sarcófagos, do que se antevê ser um extenso cemitério que se desenvolve ao longo da face leste da plataforma superior, prolongando-se para além dos limites da acrópole do povoado, designadamente para a encosta sudeste¹⁴³. A área intervencionada abrange parte de um edifício de carácter religioso, parte da área claustral, delimitada na face leste pelas celas do mosteiro e parte do adro da igreja, que se prolonga para sul até ao limite da plataforma superior, num espaço que ultrapassa 70 m de comprimento¹⁴⁴.

Da sua escavação resultou um reduzido acervo de objetos de carácter funerário, facto que se explica, entre outras razões, pelas motivações de carácter religioso, de acordo com as orientações escatológicas do cristianismo

138. Este tipo de azulejo surge em edifícios de carácter religioso em Portugal e Espanha, formando superfícies cerâmicas policromas, em coberturas, pavimentos e outros tipos de revestimentos interiores. Entre os exemplos de maior significado artístico encontra-se a cobertura da Sé Velha de Coimbra (CALADO 1999, 171).

139. A confirmação surge na sequência do pleito jurídico mantido com a coroa portuguesa pela posse de Castro Laboreiro e da igreja e mosteiro de Monte Córdova, do qual resultou a decisão referida que viria a ser formalizada por D. Sancho, como consta do “Livro das Igrejas e Capelas do Padroado dos Reis de Portugal”, recolha documental feita por Cristóvão de Benavente e Padre Nuno de Arezo em 1574, a pedido de D. Sebastião, que assinala a existência de um contrato – (...) *Contratto q se fez entre El Rey dom Sancho Capello com o moesteiro e conuento de Sallanoua, per que o ditto rei ouue Crasto Leboeiro com suas pertensas e o ditto moesteiro ouue a igreja de Monte Cordoua* (...), (SERRÃO 1971, 59).

140. No capítulo «Apresentações e taxas» refere-se (...) ÇELANOVA. *Item o mosteiro de Momte Corvoda com Sam Miguel do Couto sua annexa taxado em çemto e çimquoenta livras he de apresemtaçam da Çelanova*.

BISPO. *Aguora apresemta o bispo segundo se vera por hun comtrato que seta no çemsual*. (...) (SANTOS 1973, 210).

141. (...) AS IGREJAS DE APRESENTAÇÃO IN SOLIDO DO BISPO - ... 2) *a vigairia da comeda de Momte Corvoda* 2) *as rações do dito do sito (sic) mosteiro / 2) a igreja de Sam Miguel do Couto sua annexa* ... (...) (SANTOS 1973, 535).

142. Os adros das igrejas constituíam espaços ainda santificados, nos quais se estabelecia, em termos de *hierarquia do sagrado*, a transição entre o espaço civil e o sacro. Estes espaços, demarcados nos atos de fundação das igrejas, possuíam áreas junto do templo para receber as tumulações dos fiéis.

143. Registe-se a identificação de apenas quatro sepulturas de criança, cuja diminuta expressão, se atendermos ao elevado índice de mortalidade infantil característico das populações medievais, se deverá interpretar como resultante da prática generalizada da não tumulação em cemitérios de recém-nascidos e crianças. (BOÛARD 1977, 48).

144. O estudo antropológico da necrópole medieval desenvolve-se em parceria com Nicholas Márquez Grant, investigador do Instituto de Arqueologia da Universidade de Oxford. A metodologia de estudo pode resumir-se em nove alíneas: a) Marcação b) Reconstituição c) Descrição do estado de conservação (tafonia, fragmentação, etc.) d) Identificação e) Cálculo do número de indivíduos, sexo e idade f) Obtenção de informações sobre a estatura g) Observação de patologia bucal (cárie, cálculo, periodontites, hipoplasia, etc.) h) Observação da patologia craniana e pós-craniana (traumatismos, infeções, artrose, etc.) i) Recolha de dados métricos e não métricos j) Interpretação dos resultados.

Os objetivos são: 1) Caracterizar a estrutura demográfica da população, de acordo com a idade e sexo 2) Abordar o estudo do estado da saúde da população 3) Identificar as condições de estilo de vida da população mediante a observação e estudo das lesões 4) Contribuir para o registo osteológico do norte de Portugal de forma a construir uma base de dados que permita, no futuro, o cruzamento de informação com locais próximos ao Monte Padrão.

medieval. Da mesma forma, não se documentaram vestígios de rituais ou cerimónias litúrgicas associadas aos enterramentos, fenómeno registado em necrópoles da região no mesmo horizonte cronológico¹⁴⁵. Todavia, as sepulturas intervencionadas forneceram importantes elementos de natureza antropológica que permitirão caracterizar a estrutura demográfica da população.

Os vários tipos de sepulcros identificados – sarcófagos, sepulturas de tampa única e sepulturas de caixa –, revelam uma comunidade cristã com poder aquisitivo diferenciado, polarizada em torno da igreja paroquial.

A “sepultura de caixa”, própria dos estratos mais baixos da sociedade medieval, apresenta poucos cuidados construtivos devido à falta de recursos dos seus proprietários, assim como um carácter oculto, não revelando qualquer elemento que as individualize, constituindo, por isso, enterramentos anónimos, retratando, de acordo com a expressão de Mário Barroca, “a morte despersonalizada” (BARROCA 1987, 299). Este tipo de túmulo terá sido, porventura, o mais vulgarizado a partir do séc. XII, embora a sua origem se possa situar cronologicamente no séc. X, revelando-se como um fenómeno de longa duração, documentado na região até finais do séc. XVII, embora do ponto de vista arqueológico não abundem registos arqueológicos publicados na região. A generalização deste tipo de estrutura funerária resulta do facto de serem de elementar construção, elaboradas a partir de um material abundante, muitas vezes reaproveitado de estruturas de cronologia anterior, não necessitando, portanto, de trabalho especializado (BARROCA 1987, 300).

Estruturalmente as caixas das sepulturas apresentam paredes definidas por blocos de granito de formato e calibre irregular, sumariamente trabalhadas, dispostas verticalmente, estruturadas por encosto simples, com a face orientada para o interior do sepulcro, formando uma planta retangular ou ligeiramente ovalada, com dimensões que oscilam entre 1,60 m/1,80 m x 0,60 m/0,70 m. A cobertura é composta por lajes de dimensões variadas, de formato trapezoidal, recorte irregular e talhe rudimentar, dispostas horizontalmente com a face melhor nivelada orientada para o interior. As suas plantas subdividem-se em três tipos, sem diferenciação cronológica – formato sub-retangular, por vezes com as faces laterais arredondadas, com os extremos planos; contorno trapezoidal com a face superior mais larga que o fundo; contorno antropomórfico com definição do encaixe da cabeça bem definido. Este último tipo, vulgarizado a partir do séc. XI, tem vindo a ser interpretado por alguns autores como tendo tido origem na preocupação de imobilizar a cabeça do defunto numa posição vertical, “olhando o céu”, pormenor que parece ser solucionado de forma mais simples nos restantes tipos com a colocação de uma laje “almofada” na base ou lateralmente, configurando um falso contorno antropomórfico que, juntamente com uma das faces da sepultura, garantia a manutenção da posição pretendida.

As “sepulturas de caixa de tampa única”, mais escassas que as primeiras, encontram-se representadas apenas por três exemplares. Caracterizam-se, à semelhança das anteriores, por possuírem uma caixa formada por pequenos blocos de granito, muitas vezes reaproveitados de construções anteriores, dispostos verticalmente, com a face orientada para o interior, estruturados apenas por encosto das arestas. A sua planta, geralmente retangular ou trapezoidal, revela sinais evidentes de uma construção cuidada, apresentando um recorte simétrico. As tampas, monolíticas, também de planta trapezoidal e de secção subretangular, revelam um talhe cuidado e contorno bem definido.

Este tipo de sepultura vulgariza-se nos séc. XIII e XIV e, segundo alguns autores, destinava-se a conservar a tampa à vista, sendo, por isso, frequentes as decorações com símbolos místicos, com carácter apotropaico, designadamente a cruz de cinco bicos (pentalfa) ou, simplesmente, motivos geométricos. As características da sua construção revelam o estatuto socioeconómico dos seus proprietários, claramente superior ao das sepulturas de caixa simples. Ao contrário da orientação sudoeste/nordeste das restantes sepulturas que compõem a necrópole, duas das três sepulturas identificadas apresentam uma orientação oeste/este assumindo, portanto, um claro protagonismo na área na qual se integram. A única tampa decorada identificada até ao momento pertence a uma sepultura trapezoidal, implantada na área claustral. Trata-se de uma tampa em granito de recorte regular e acabamento uniforme, com planta trapezoidal e secção subretangular. A decoração é composta por um pentalfa em baixo relevo. Na orla, percorrendo a periferia da face superior, existe um sulco que forma uma espécie de cercadura de definição do campo “epigráfico”.

Identificaram-se até ao momento três sarcófagos, dos quais dois encontravam-se deslocados. Um deles, exumado na intervenção arqueológica de 2005, permanece *in situ*, integrado no corte estratigráfico da face norte da área intervencionada. Os dois primeiros, tipologicamente pertencem à forma mais arcaica, característica do período pré ou protorromânico, cronologicamente enquadráveis nos séc. IX e X, que compreende arcazes de talhe rudimentar, sem qualquer sinal de antropomorfismo. Apresentam contornos ovalados de formato subrectangular com os laterais arqueados, não revelando simetria axial nem secções regulares. Ambos conservam orifícios de drenagem no plano inferior¹⁴⁶.

145. Referimo-nos, em concreto, à necrópole da Citânia de Sanfins, associada à capela dedicada a S. Romão, intervencionada em 1977 e 1978, cuja escavação revelou a existência de um ritual de cremação anterior ao encobrimento do túmulo – (...) *Antes da colocação das lajes de cobertura teria havido lugar a qualquer cerimónia litúrgica em que se procedeu a uma simples fogueira ou a uma cremação de carácter ritual, conforme denuncia a existência sistemática de carvões e cinzas sobre a terra de enchimento* (...) (SILVA; CENTENO 1980, 58).

146. Esta solução resulta do facto do processo de decomposição do corpo originar a formação de líquidos e daí decorrerem problemas sanitários. Outra solução, também largamente utilizada, consistiu na deposição de cal no sepulcro de forma a acelerar o processo de

O terceiro sarcófago evidencia uma construção mais cuidada. Consiste num arcaz não antropomórfico de contornos retangulares com laterais retos, revelando uma composição regular e uma simetria axial quase perfeita. A sua cronologia será relativamente mais tardia e poderá integrar-se no séc. X ou XI. A semelhança das sepulturas de caixa, também a tipologia de inumação nestes monólitos compreendia uma deposição do corpo em *decupito supino*, com o defunto envolto num sudário, normalmente desprovido de qualquer espólio, com exceção dos atavios que compreendiam o próprio vestuário e singelos elementos de adorno (fivelas, botões, anéis, alfinetes, etc.).

A identificação deste tipo de enterramentos não só é cronologicamente consistente com a proposta de datação da igreja, como é revelador da existência de uma comunidade cristã bem estruturada, com membros de elevado estatuto social e elevado poder aquisitivo, uma vez que o uso de sarcófagos era exclusivo daqueles que possuíam bens e se encontravam em condição de os poder pagar.

O enterramento neste tipo de sepulturas era efetuado sem qualquer tipo de caixão, sendo o corpo depositado apenas envolto num sudário, geralmente na posição de *decubito dorsal* e, posteriormente, coberto com terra, de forma que o defunto ficasse em repouso a contemplar o céu. Esta prática, repetida sistematicamente, revela uma intenção deliberada de conferir ao corpo uma posição “durável”, utilizando-se na preparação do corpo materiais que minimizassem a desarticulação do corpo resultante do processo de decomposição. A utilização do sudário, muitas vezes cingido através da utilização de alfinetes, parece corroborar este propósito. Da mesma forma, a posição dos membros sugere obedecer à mesma intenção se atendermos ao facto de as extremidades das mãos e dos pés serem as primeiras a desarticularem-se e que, num espaço amplo naturalmente sofreriam maior deslocação. Os membros superiores apresentam-se invariavelmente posicionados acima da cintura com as mãos entrelaçadas ou cruzadas sobre o peito ou no baixo-ventre, aspeto que parece relacionar-se com a pose de oração, exprimindo humildade diante de Deus, ou mesmo, como sugerem alguns autores, de um certo pudor perante o criador, (BIDON 1993, 193).

A orientação das sepulturas no sentido sudoeste/nordeste respeita a orientação da igreja, encontrando-se assim em consonância com a crença da ressurreição das almas no dia do Juízo Final, de forma a que os defuntos ao erguerem-se dos seus túmulos tivessem a oportunidade de olhar diretamente para Cristo, vindo de oriente, do lado da luz. Do conjunto de sepulturas identificado, do ponto de vista estatístico, verifica-se uma aproximação entre homens e mulheres não se registando diferenças na tipologia dos enterramentos, no posicionamento dos corpos e nos rituais de inumação.

A reutilização das sepulturas é um fenómeno muito bem documentado em todo o cemitério, verificando-se, em média, três a quatro tumulações no mesmo sepulcro. O processo das novas tumulações originou a criação de pequenos ossários acumulados no fundo das sepulturas, junto aos pés, preservando-se, normalmente, o crânio e os ossos longos, como testemunho do enterro anterior, o que poderá indiciar a existência de sepulturas familiares¹⁴⁷.

São relativamente abundantes os casos de deposição intencional de moedas no interior das sepulturas, fenómeno que se relaciona com a pervivência de determinados cultos pagãos, nomeadamente com o pagamento da “viagem” ou “portagem”, conforme as variações regionais das crenças populares, próprias de uma religião cristã não oficial, em convivência com inúmeras crenças pagãs. Em particular no cemitério do Monte Padrão regista-se a prática, relativamente comum, de deposição de moedas, muitas vezes batidas, colocadas sobre o peito, junto ao pescoço (MOREIRA 2007, 158-159, n.º 304 (25) – 304 (32))¹⁴⁸.

O reportório de estelas funerárias e tampas de sepulturas identificadas é relativamente reduzido e a temática decorativa pouco diversificada. Entre os materiais mais significativos assinala-se uma estela discoidal em granito, reutilizada como elemento da caixa de uma sepultura de criança. Trata-se de uma estela de dupla face formada por um disco circular decorado nas duas faces, rematado por um talão de formato subrectangular. A decoração é composta por quatro círculos concêntricos, definidos por sulcos de perfil em U, com uma cruz de braços iguais inscrita no centro. A face anterior possui a mesma decoração. A segunda estela apresenta um recorte irregular e talhe rudimentar, encontrando-se fraturada ao nível do arranque do talão. Configura uma planta subcircular, ligeiramente côncava. A cruz latina inscrita ao centro encontra-se gravada com sulcos de perfil em U e apresenta as extremidades terminadas em segmentos de reta.

Cronologicamente enquadram-se na Fase IX¹⁴⁹, correspondendo, portanto, a um lato período cronológico. Na Idade Média, a forma de homenagear os mortos, além do ritual de enterramento, consistiu na colocação de lápides à cabeceira das sepulturas de forma a assinalar o local do sepulcro. A sua iconografia, geralmente muito rica, revela aspetos de carácter sociológico, muitas vezes associados às profissões dos defuntos. Contudo, a representação de

decomposição dos corpos (BARROCA 1987, 320).

147. Este fenómeno parece ser relativamente comum registando-se, por exemplo, na necrópole de Lagares, Penafiel e Roriz, Santo Tirso.

148. São oito as moedas identificadas *in situ* com a colocação referida, identificando-se apenas uma como sendo uma moeda de X reais de D. João III (1521-1557). Todas as moedas apresentam sinais de terem sido deliberadamente batidas, de forma a obliterar a sua legenda, apresentando um perfil ligeiramente côncavo. Um dos casos revela um pequeno orifício que, eventualmente, terá servido para aplicação de um fio para suspensão ao pescoço (MOREIRA 2007, 158-159, n.º 304 (29)).

149. Um dos problemas mais relevantes associados ao estudo deste tipo de cabeceiras de sepultura refere-se à sua cronologia. Apesar de se documentarem ocorrências até ao início do séc. XX (CASTELO-BRANCO, 1968, 63; CARDOSO 1981, 30-32, est. II, XI; MOREIRA 1982-1983, 479), deve considerar-se como momento de grande difusão o período compreendido entre os séc. XVI e XVIII (MOREIRA 1982-1983, 480).

maior expressão é a crucífera, seguindo-se os motivos geométricos e a representação de instrumentos de ofícios.

O restante “mobiliário fúnebre” é composto por alfinetes e anéis em bronze, contas em osso, marfim e azeviche. O espólio numismático compreende uma ampla cronologia que abarca a primeira e segunda dinastia, identificando-se as últimas ocorrências no reinado de D. João III.

A fundação do cenóbio de Monte Córdova enquadra-se num fenómeno de larga expressão geográfica de formação de mosteiros familiares que terá desempenhado um papel muito relevante na estruturação do povoamento ao longo do período de reconquista, designadamente no decurso do séc. X e XI. A sua fundação, segundo Frei Benito de La Cueva, terá ocorrido em 934, por iniciativa de S. Rosendo. Frey Benito, arquivista do mosteiro de Celanova, refere-o na sua obra *Cela Nova Ilustrada*, fundamentando a sua afirmação com a referência documental inscrita no Lib. Gotic fol. 167, onde é feita a divisão de parte dos bens dos pais de São Rosendo pelos quatro filhos, no qual afirma constar a referência à doação a S. Rosendo da “Yglesia de San Salvador de Monte Corba” e de San Miguel de Salas” – (...) *La ess^{ra} de Division está en Lib. Gotic fol 167 y de ella consta que le cupieron a San R^o estas Yglesias y la Villa de Castro en la cumbre del Monte leboeyro q^e divide a Portugal de Galicia, y es fuerza inexpugnable.* (...) (CUEVA 2007, 76).

Curiosamente, o documento referido (doc. 478, ff. 166r – 167v / datado de 11 de março de 934) (CERNADES 1995, 662-664), apesar de apresentar o arrolamento dos bens distribuídos pelos quatro irmãos, a relação respeitante aos bens de S. Rosendo não regista qualquer referência à igreja de S. Miguel de Salas (hoje igreja paroquial de S. Miguel do Couto), assim como à igreja de S. Salvador do Monte Corba (hoje igreja paroquial de Monte Córdova).

Apesar de referido no Censual da Mitra do Porto, em 1542, a extinção do mosteiro terá ocorrido ainda na primeira metade do séc. XVI (SANTOS 1973, 84-85).

O mosteiro de Monte Córdova integrou uma unidade geo-histórica cuja ancestralidade encontra raízes na proto-história do Noroeste Peninsular, que em época medieval viria a configurar a *Terra da Maia*, posteriormente subdividida em vários *Julgados* e *Termos* – nomeadamente o de Refojos de Riba D’Ave, ao qual o mosteiro cordubense pertenceu até à sua extinção no séc. XVI.

Nesta região são vários os mosteiros fundados no séc. X e XI, cuja emergência obedece às mesmas prerrogativas e enquadramento político, religioso e económico. À semelhança do que sucede com as fortificações pré-românicas, a sua localização estabelece uma relação de interdependência com a rede viária e a proximidade de terrenos de elevada aptidão agrícola, factor naturalmente relacionado com a localização dos principais núcleos populacionais existentes e as estruturas defensivas a que já aludimos.

As ruínas identificadas como pertencentes ao cenóbio cordubense encontram-se implantadas na acrópole do antigo castro, concretamente na face leste. Os vestígios patentes permitem admitir tratar-se de um edifício de dimensão reduzida que acompanha o corpo da igreja, desenvolvendo-se até ao limite da muralha que define a plataforma superior, sobre a qual parcialmente se encontra implantado. Aliás, de acordo com o relato de Frey Benito de La Cueva, as instalações destinam-se-iam a uma comunidade de monges muito reduzida, composta apenas por três monges – (...) *Posheia nro Santo muchas villas y Yglesias en Portugal, de todas hizo un cuerpo unido a San Salvador de Monte Corba y anejo a Celan^a puso três monges que administrasen las R^{tas} y los sacram^{tos}, el Prior administrava las rentas y acudia com la gruesa de ellas a Zelanova; los dos monges administravan los Santos Sacramen^{tos}, porque San Salvador hera Parroquia.* (...) (CUEVA 2007, 76).

Os níveis estratigráficos, apesar de muito perturbados pelos intensos revolvimentos de que foram alvo devido à contínua utilização do cemitério, em paralelo com a análise dos materiais associados, permitem datar as construções identificadas como celas, assim como o muro que delimita a área claustral pela face sul no início do séc. XIII.

O conjunto de estruturas identificadas até ao momento apenas compreende parte do complexo, não sendo ainda possível percecione a planta integral dos edifícios e a totalidade dos seus momentos de ocupação, consistindo em dois aposentos de planta retangular, com acesso a partir da área claustral. No seu interior, em oposição ao espaço intermédio definido pela face leste da igreja e os muros da face oeste dos aposentos, onde se detetaram inúmeras sepulturas, não se registaram enterramentos, evidenciando que apesar das estruturas identificadas se reportarem a um período tardio da ocupação do mosteiro, este era, desde o início, um espaço destinado a área residencial.

O espólio associado a esta fase é relativamente abundante e diversificado quanto à sua natureza. Além do acervo cerâmico, sempre muito abundante, regista-se a presença de materiais metálicos, essencialmente de componentes de peças de vestuário, mobiliário, objetos relacionados com a liturgia e abundantes espécies numismáticas datadas da 1^a e 2^a dinastias.

As cerâmicas formam um grupo bastante uniforme ao nível morfológico, distinguindo-se claramente dois grupos. O primeiro, de fabrico mais grosseiro, formado por cerâmicas de armazenamento, sobretudo potes de perfil em S e bordo em forma de aba. As pastas são grosseiras, mal depuradas, de aspeto arenoso e friável. O acabamento é rudimentar, essencialmente elaborado através de um polimento incipiente. As decorações, pouco frequentes, são compostas por cordões aplicados ao nível do bordo, decoradas com depressões digitadas de perfil oval e motivos puncionados a cobrir as asas. O segundo grupo, de fabrico mais cuidado, integra uma produção de expressão regional, vulgarmente designado por “Cerâmica do Prado”. Constitui uma produção bem documentada no Monte Padrão, cujo fabrico, muito característico e distintivo, se caracteriza tanto pelos seus rasgos morfológicos e decorativos, como pela tecnologia de fabrico e constituição das pastas. Ao nível formal são peças particularmente elaboradas e profusamente decoradas, revelando, invariavelmente, a conjugação de vários motivos – perfurações, cordões aplicados, motivos

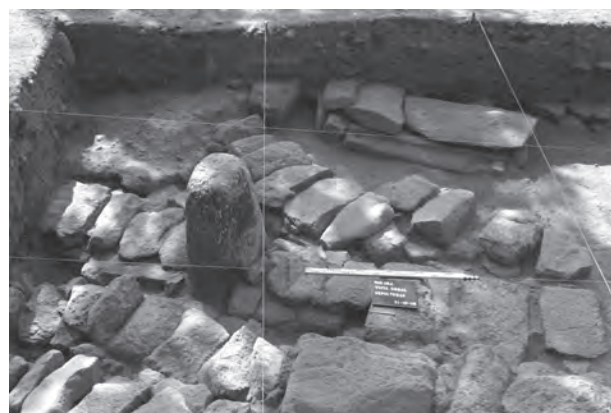
incisos, golpeados, cintas verticais, entre outros. As pastas são particularmente finas, bem depuradas e as cozeduras realizadas em ambientes oxidantes a altas temperaturas. Apresentam uma elevada consistência e dureza, revelando um toque vítreo.

Referências documentais - Inquirições de D. Afonso III, pp. 541, col. 2ª;

Bibli. - TOMÁS 1651, 159-160; CUNHA 1742, 259; LEAL; FERREIRA 1873, v, p. 471-472; VASCONCELLOS 1895, 12-13; SANTARÉM 1951, 49-66; 1955, 397-429; PONTE 1984, 129, n.º 15; MARTINS 1985, 217-230; SILVA 1986, 83, n.º 344; CENTENO 1987, 115-116; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/360; MOREIRA 1991a, 28-30; 2005a, 255-276; 1997a, 83-87; 2005b; 2007, 32-34; 2008, 129-145; 2009, 9-93; 2009a, 160-175; 2010a, 215-317; 2013d, 127-130; QUEIROGA 1992, 169, n.º 242; DINIS 1993, 98-99, n.º 39.



Monte Padrão - Necrópole medieval (2004/2005).



Monte Padrão - Área medieval.

MATERIAIS ILUSTRADOS

1. Estela funerária

Proveniência – Monte do Padrão.

Material – Granito.

Descrição – Estela discóidal. Recorte irregular, de formato oval, bem faceada, onde se inscreve uma cruz potêntea em baixo-relevo, com esboço de arranque do pé. A configuração geral da estela sugere tratar-se de um bloco granítico reaproveitado de construções anteriores, eventualmente de época romana.

Classificação e cronologia – Estela discóidal / Monte do Padrão – Fase IX.

Depósito – CIMP, s/n, achado de superfície.

Dimensões – Altura máxima 238 mm; Largura máxima 330 mm; Espessura 301 mm.

Bibli. – Inédito.



2. Estela funerária

Proveniência – Monte do Padrão [Pad. 04, B1, (K26. 00), op. 16].

Material – Granito.

Descrição – Estela discóidal. Disco decorado nas duas faces com quatro círculos concêntricos. No centro apresenta uma cruz de braços iguais com ligeira inclinação à esquerda. Talão de formato subrectangular de recorte irregular.

Classificação e cronologia – Estela discóidal / Monte do Padrão – Fase IX.

Depósito – CIMP, s/n.

Dimensões – Altura máxima 570 mm; Altura do pé 260 mm; Largura máxima do pé 250/290 mm; Espessura do pé 110/130 mm; Diâmetro máximo do disco 310/320 mm; Espessura máxima do disco 80/100 mm.

Bibli. – MOREIRA 2005b, 51; 2007, 168; 2010, 262; 2013d, 110.



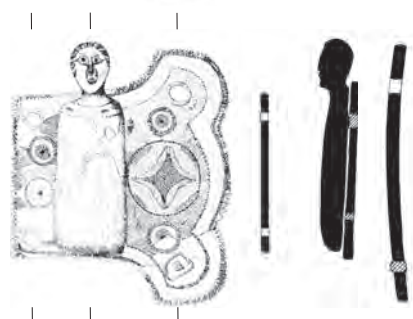
3. Placa esmaltada

Proveniência – Monte do Padrão

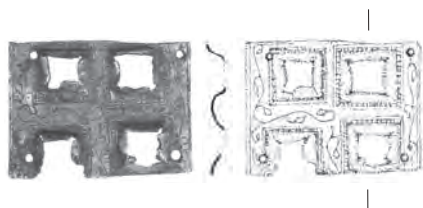
Material – Bronze dourado com esmalte policromático em *champlevé*.

Descrição – Peça elaborada a partir de uma placa de 4 mm de espessura, na qual foi efetuado um rebaixamento para aplicação de esmalte policromo. Formato trapezoidal com a face lateral direita recortada em três lóbulos. Apresenta quatro orifícios localizados nas extremidades para fixação. Conserva uma figura em relevo, em posição frontal, de modelado simples e pouco volume, aplicada com dois cravos ao fundo esmaltado. O rosto possui um recorte ovalado, com nariz reto, queixo quadrado e cabelo liso, estilizado. Os olhos, redondos e salientes, com pupilas dilatadas, elaboradas com pequenos pontos de esmalte negro, conferem uma grande expressividade ao rosto, de acordo com a posição rígida e austera da figura. A personagem retratada (S. João Evangelista), segura um livro ao nível do peito e veste uma túnica larga, decorada com bandas em volta do pescoço, mangas e fundo. A cobrir os ombros possui um manto. O tratamento do panejamento é produzido por pequenas linhas incisadas de perfil anguloso, pouco vincadas. O fundo é decorado com motivos geométricos e florais estilizados. O limite exterior da área esmaltada é delimitado por um pequeno “murete” que percorre a totalidade da peça. O elemento decorativo de base é constituído por círculos nos quais se desenvolvem motivos fitomórficos. A peça corresponde ao revestimento de uma cruz de altar ou processional, concretamente a um dos braços laterais, como sugerem os inúmeros paralelos conhecidos, nomeadamente a cruz que integra a coleção do *Victoria and Albert Museum*, n.º M.575-1910¹⁵⁰, datada de meados do séc. XIII, de proveniência desconhecida, cuja afinidade morfológica é assinalável, considerada como tendo pertencido a um altar onde estaria colocada em lugar de destaque ladeada por dois castiçais. Trata-se de uma cruz decorada com elementos esmaltados sobre cobre em *champlevé*, combinadas com placas de cobre douradas, gravadas com motivos vegetalistas para encastrar cristais, pastas vítreas e uma ametista. Figuras de São João e da Virgem ocupam os extremos dos braços da cruz e o topo superior e inferior, representa-se a figura de um anjo e S. Pedro. Ao centro, Cristo em Majestade com referências aos quatro evangelistas e um anjo (<http://collections.vam.ac.uk/item/O128930/cross-unknown/>).

Classificação e cronologia – Produção de Limoges / Monte Padrão – Fase IX.



150. Referência e contexto histórico do objeto - *Heckscher Collection sale 1898, lot 180, Salting Bequest, 2059.*



Dimensões – Comprimento máximo 84 mm; Altura máxima 100 mm; Espessura média 4/5 mm; Altura máxima da figura 86 mm; Largura máxima 28 mm; Peso 86.3 gr.

Depósito – MMAP, 343.

Bibli. – MOREIRA 1997, 83-87; 2005b, 52; 2009, 58; 2010, 254; 2013d, 108.

4. Placa de revestimento de cruz

Proveniência – Monte Padrão

Material – Cobre dourado.

Descrição – Aplique decorativo de revestimento de cruz. Placa metálica de recorte retangular com quatro orifícios quadrangulares rasgados na própria placa, dispostos simetricamente. Arestas ligeiramente reviradas para o interior para fixação dos materiais encastrados. Nos cantos apresenta quatro orifícios para fixação. A decoração, elaborada através de cinzelamento, conjuga motivos geométricos a moldurar os orifícios e motivos naturalistas estilizados nos espaços intermédios. O acabamento é composto por douramento na face superior. Encontra-se ligeiramente fragmentada na face superior direita.

Trata-se de uma placa gravada para encastrar cristais, pastas vítreas ou pedras semipreciosas, cujo contexto arqueológico sugere tratar-se de parte do revestimento da cruz processional ou de altar que integraria a placa esmaltada acima referida.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Monte Padrão – Fase IX.

Dimensões – Comprimento máximo 45 mm; Largura máxima 34 mm; Espessura máxima 1 mm; Peso 6 gr..

Depósito – MMAP 335.

Bibli. – MOREIRA 2005b, 52; 2007, 165; 2010, 254.



5. Cruz

Proveniência – Monte Padrão [Pad. 04A, B1 (K21. 00), op. 11]

Material – Prata dourada.

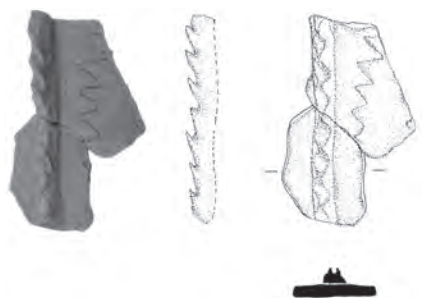
Descrição – Cruz de braços iguais de perfil triangular rematada na face superior por motivos esféricos. Na junção da face inferior dos braços, junto ao centro, repete-se a representação dos motivos esféricos. O processo de fabrico consistiu na união de duas faces iguais através de soldagem em toda a periferia. O volume da peça é produzido através da criação de nervuras centrais que se desenvolvem através dos braços em direção ao centro da cruz. O douramento, bem conservado, apenas se regista numa das faces e é formado por uma finíssima película.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Monte do Padrão – Fase IX.

Dimensões – Comprimento máximo 30 mm; Largura máxima 29 mm; Espessura máxima 6 mm; Peso 1.7 gr.

Depósito - MMAP 345.

Bibli. – MOREIRA 2005b, 53; 2007, 167; 2010, 254.



6. Fragmento decorado (Jarro)

Proveniência – Monte Padrão [PAD 8, R30, 003 55]

Material – Cerâmica. Pasta de elevado grau de compactação e dureza, de toque vítreo. Cozedura irregular revelando um núcleo escuro (N92) e superfícies beges (N67). Elementos não plásticos (quartzo, mica e feldspato) pouco abundantes e de pequeno calibre com distribuição homogénea. Superfície de cor uniforme (N67) e polimento intenso.

Descrição – Fragmento de parede e arranque de fundo de jarro com cinta vertical aplicada. Parede com caneluras horizontais conjugadas com linhas incisais verticais a formar uma composição de matriz reticulada. Cinta de secção triangular decorada na aresta com golpes horizontais de recorte retilíneo.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Monte Padrão – Fase IX.

Depósito – CIMP, s/n.º

Dimensões – Comprimento máximo 108 mm; Largura máxima 42 mm; Espessura da parede 4 mm.

Bibli. – Inédito.

7. Fragmento decorado (Jarro ou pote)

Proveniência – Monte Padrão [N.º Inv.º – PAD. 99, B1 (G31.01), 439]

Material – Cerâmica. Pastas de elevado grau de compactação e dureza, de toque vítreo. Cozedura irregular revelando um núcleo escuro (N92). Elementos não plásticos pouco abundantes, de pequeno calibre e distribuição homogénea, compostos por quartzo, mica e feldspato (N67). Acabamento cuidado com polimento intenso.

Descrição – Fragmento indiferenciado de parede de jarro ou pote com cinta vertical aplicada, de perfil triangular decorada no vértice com golpes horizontais de recorte arredondado. Parede decorada por bandas horizontais formadas por linhas incisais verticais.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Monte Padrão – Fase IX.

Depósito – MMAP, 305.

Dimensões – Comprimento máximo 74 mm; Largura máxima 32 mm; Espessura da parede 4 mm.

Bibli. – MOREIRA 2007, 160.



8. Azulejo tipo hispano-árabe

Proveniência – Monte Padrão [PAD. 87,931.000.201]

Material – Cerâmica. Pasta bem depurada com cozedura homogênea de cor bege (M75). Elementos não plásticos esparsos e de pequeno calibre, compostos por mica e quartzo. Superfície superior coberta por esmaltes de cor branca, verde, azul pardo, amarelo melado, castanho morado e negro. Esmalte em mau estado de conservação.

Descrição – Fragmento de azulejo tipo hispano-árabe elaborado a partir da técnica de aresta ou “cuenca”. O motivo decorativo apresenta uma composição geométrica com laçarias e motivos naturalistas.

Classificação e cronologia – Tipo hispano-árabe / Monte Padrão – Fase IX.

Depósito – CIMP 133.

Dimensões – Comprimento máximo 89 mm; Largura máxima 84 mm; Espessura máxima 28 mm.

Bibli. – Inédito.



9. Azulejo tipo hispano-árabe

Proveniência – Monte Padrão

Material – Cerâmica. Pasta bem depurada com cozedura homogênea de cor bege (M75). Elementos não plásticos compostos por mica e quartzo. Superfície superior coberta por esmaltes de cor branca, verde, azul pardo, amarelo melado e castanho morado ou negro.

Descrição – Fragmento de azulejo tipo hispano-árabe elaborado a partir da técnica de aresta ou “cuenca”. O motivo decorativo apresenta uma composição geométrica com laçarias e motivos naturalistas a emoldurar uma esfera armilar.

Classificação e cronologia – Tipo hispano-árabe / Monte Padrão – Fase IX.

Depósito – CIMP 134.

Dimensões – Comprimento máximo 89 mm; Largura máxima 84 mm; Espessura máxima 28 mm.

Bibli. – Inédito.



10. Jarro decorado com mascarão [sátiro]

Proveniência – Monte Padrão [PAD. 86 (1A.009), 722]

Material – Cerâmica. Pasta compacta, medianamente depurada, de estrutura laminar. Elementos não plásticos muito abundantes, de médio calibre, compostos por quartzo e mica. Cozedura uniforme revelando um núcleo avermelhado. Superfície interna e externa vidrada de cor esverdeada (N79). Vidrado espesso e aderente.

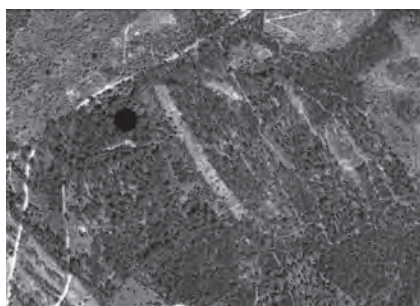
Descrição – Fragmento de parede de vaso com aplicação plástica de face humana. Rosto assimétrico de recorte ovalado, com nariz reto, mento arredondado e barba lisa, estilizada. Os olhos são redondos e salientes, com pupilas dilatadas, formados por dois orifícios, que conferem uma grande expressividade ao rosto. Boca entreaberta, ligeiramente descaída para a direita.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Monte Padrão – Fase IX.

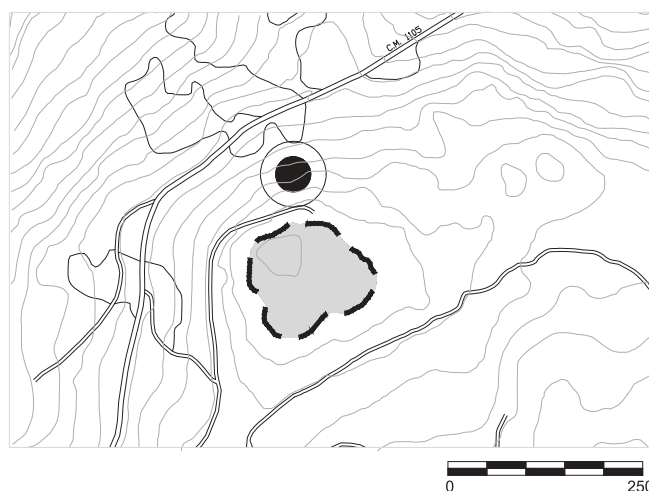
Depósito – MMAP, 307.

Dimensões – Comprimento máximo 42 mm; Largura máxima 39 mm; Espessura máxima 28 mm.

Bibli. – MOREIRA 2007, 160.



EA 35. Alto da Bela/Mouro, Monte Córdova, Santo Tirso
Atalaia



Lat. - 41° 19' 24" N
Long. - 8° 26' 30" W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 472 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Localiza-se num pequeno promontório da face oeste da cumeeira do maciço de Monte Córdova. O acesso faz-se a partir da cidade de Santo Tirso tomando a Estrada Nacional n.º 319 (Santo Tirso – Paços de Ferreira), em direção ao Monte de Nossa Senhora da Assunção, em Monte Córdova. Uma vez chegados ao Santuário, toma-se o caminho florestal (nascente). Percorridos cerca de 200 metros chega-se ao Lugar do Mouro.

A área de dispersão dos vestígios ocupa um esporão rochoso onde à superfície se verificam grandes afloramentos com claros vestígios de talhe.

Achados de materiais líticos pré-históricos, designadamente machados de pedra polida, atestam uma ocupação bastante recuada (PINTO 1930, 306; SANTARÉM 1952, 169-177; DINIS 1993, 105, n.º 10 e 11; MOREIRA 2007, 46). Atualmente não são visíveis vestígios de estruturas ou taludes que denunciem a existência de dispositivos defensivos. As cerâmicas recolhidas no local enquadram-se maioritariamente em época medieval, embora também ocorram cerâmicas castrejas em pequeno número¹⁵¹.

Inscribe-se na unidade cartográfica Ru5.1, com correspondência à Unidade Fisiográfica Qgo2, e a terrenos sem aptidão agrícola.



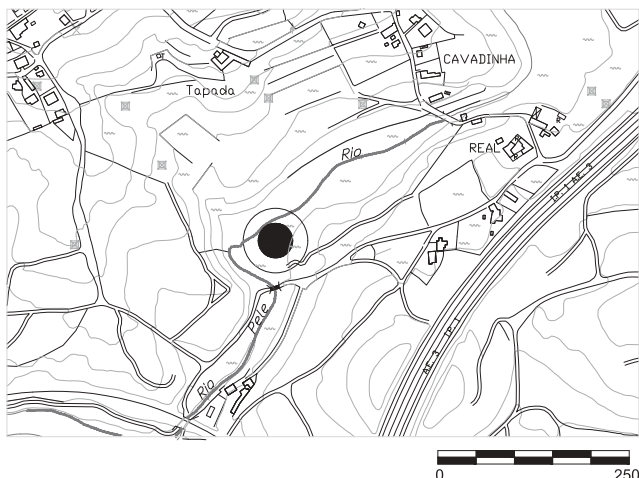
EA 36. Ponte do Arquinho/Ponte de Real, Palmeira, Santo Tirso
Ponte

Lat. - 41° 21' 24" W
Long. - 8° 30' 25" (meridiano de Greenwich)
Alt. - 40 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

A Ponte do Arquinho / Ponte de Real localiza-se no lugar da Tapada, freguesia da Palmeira, concelho de Santo Tirso. Encontra-se implantada no tramo final do rio Pele, a cerca de 80 m da margem direita do rio Ave. O acesso ao lugar do Arquinho faz-se a partir da EN 204 no sentido Santo Tirso – Famalicão. No cruzamento das

¹⁵¹. Inventário do MMAP. - 0087 a 0125 - (Código - CAST 86 ALB)

Caldinhas, inflete-se em direção da freguesia da Palmeira pela EM n.º 509 que segue até à zona limite do concelho de Santo Tirso com o de Famalicão. Na freguesia da Palmeira, após a passagem sobre a A3, desvio à esquerda, seguindo-se por um caminho em terra batida até à ponte.



Originalmente constituída por dois arcos, apenas conserva o da margem esquerda. Num momento que não é possível precisar, por colapso da estrutura, as obras realizadas não respeitaram as características originais da construção, tendo sido levantado um pontão no lugar do arco da margem esquerda. Atualmente apresenta uma guarda em alvenaria, de construção recente, que desvirtua significativamente as características arquitetónicas originais.

É constituída apenas pelo arco de volta perfeita, implantado na margem direita, que conserva aduelas em granito com intradorso reto e extradorso ligeiramente convexo, dispostas alternadamente, com uma dimensão média de 0,30 m x 0,35 m, apresentando uma métrica regular. A área visível revela 28 aduelas, mais a aduela chave, configurando um diâmetro máximo de 4,74 m. O lançamento do arco realizou-se a partir do apoio do cimbrio por introdução do travejamento em três agulheiros localizados na fiada acima do saimel. O trabalho de cantaria dos elementos que compõem o arco é uniforme e de boa qualidade. O intradorso conserva um paramento muito regular composto por fiadas horizontais, bem ajustadas entre si.

O segundo “arco”, que se localiza na margem esquerda, foi substituído por um pontão de planta retangular, estruturado por blocos de diferentes dimensões e recorte irregular. Ao nível do tabuleiro apresenta silhares de grande dimensão que cumprem o vão desde o apoio do pilar ao estribo.

O tabuleiro é plano, ligeiramente descendente, no sentido da margem esquerda e tem de comprimento 14,40 m e de largura máxima de 3,20 m.

O pilar revela uma planta retangular, de construção irregular. A sua fundação faz-se diretamente sobre o afloramento que mostra um tratamento de nivelamento para assentamento da primeira fiada de silhares, não revelando a existência de talhamar nem esporão. Apresenta 1,60 m de largura com aumento progressivo para o fundo onde chega a atingir cerca de 1,85 m de largura.

O conjunto de siglas patente é revelador da sua origem medieval. O seu número e reduzido reportório, composto apenas por cruzeiros e letras, indicam que a sua construção terá resultado de apenas de uma única lavra, com a participação de um reduzido número de oficinas envolvidas. Distribuem-se de forma uniforme no intradorso do arco e revelam um posicionamento simétrico em relação ao recorte dos

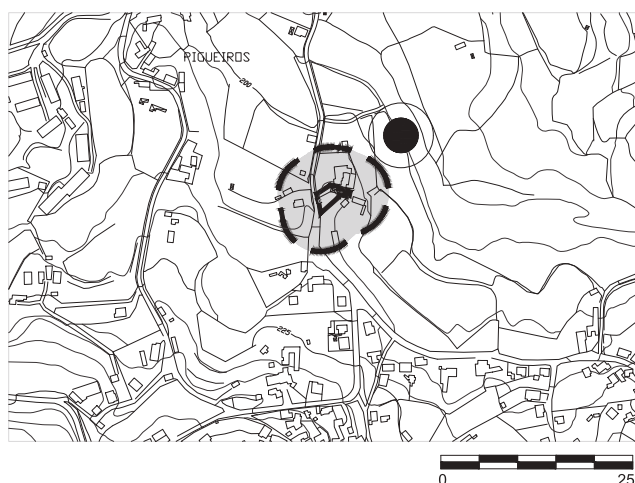
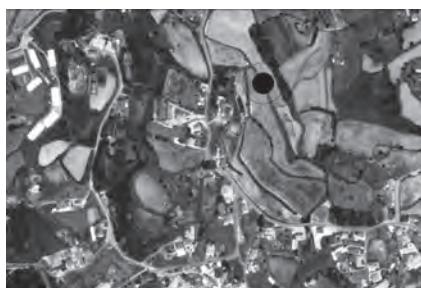


silhares.

A Ponte do Arquinho integrou a via medieval secundária que ligava Vila do Conde a Guimarães. A estrada desenvolvia-se ao longo da margem direita do rio Ave, cruzando as diferentes vias que se dirigiam para norte, em direção a Braga para, posteriormente entroncar na antiga via romana que ligava *Cale* a *Bracara Augusta* por intermédio da via oficial - *Bracara Augusta* / *Emerita Augusta*.

Bibli. – ALMEIDA 1968; MOREIRA 2004a, 55-58.

AE 37. Capela de Santa Maria de Negrelos, Roriz, Santo Tirso
Capela



Lat. - 41 ° 20 ' 39 " N

Long. - 8 ° 21 ' 48 " W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 205 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Imóvel classificado como IIP, Dec. N.º 41191, DG 162 de 18 de Julho de 1957. A capela localiza-se junto ao lugar de Samoça, do lado direito da Estrada Nacional n.º 513 no sentido Roriz, S. Martinho do Campo.

Igreja românica datada do séc. XII (conjetural). Embora tenha registado inúmeras obras ao longo dos tempos, que parcialmente desvirtuaram a sua traça original, mantém íntegra a capela-mor e alguns elementos decorativos exteriores. Os frescos que cobrem a abside do altar datam do séc. XV. O corpo da nave do séc. XVII (conjetural).

Planta retangular de desenvolvimento longitudinal. Corpo de uma só nave e alpendre, encontrando-se a sacristia adossada a sul. Os volumes são escalonados e cobertos por telhados de duas águas no corpo principal, três águas no alpendre e uma na sacristia. Os paramentos exteriores são desprovidos de qualquer tipo de reboco, evidenciando um aparelho irregular de pedra justaposta com junta tomada e rebaixada. O trabalho de cantaria está presente na elaboração das pilastras que marcam os cunhais, na envolvente dos vãos, na sineira, colunas do alpendre e elementos decorativos. A estrutura de madeira do telhado do alpendre é suportada por dois fortes pilares de secção quadrangular e duas delgadas colunas a meio dos vãos laterais, entrando as vigas laterais no paramento do corpo da nave. O alpendre é limitado por um murete no seu lado esquerdo. As colunas implantam-se a meio do vão e apresentam base moldurada, fuste liso e capitel de inspiração toscana com colarinho bem marcado, apoiando-se a do lado esquerdo sobre o murete e a do lado direito sobre um plinto. Na fachada principal, voltada a poente, sob o alpendre, abre-se uma porta de lintel reto com um púlpito do

lado esquerdo de base e guarda de granito fechada. Sobre a linha de cumeeira do telhado encontramos um óculo circular gradeado e uma cornija moldurada a rematar a empena, coroada por uma cruz tipo trevo sobre plinto e dois pináculos cónico-esféricos no seguimento das pilastras que marcam os cunhais. Na fachada lateral esquerda da nave abre-se uma porta de lintel reto num nível ligeiramente elevado com acesso por uma escada de granito com quatro degraus, adossada ao paramento, prolongando-se o patamar até ao cunhal posterior da nave. O paramento é rematado por cornija moldurada, visualizando-se uma pequena janela retangular que foi entaipada, ao lado direito da porta e a dois terços da altura da parede. A empena nascente da nave, que se eleva acima da linha do telhado da capela-mor, é sobrelevada e rematada por cornija coroada por uma cruz pátea em que as extremidades dos quatro braços se unem formando uma circunferência. As fachadas laterais da capela-mor são simétricas, revelando um embasamento irregular ligeiramente avançado, dando origem a um paramento onde se abre uma janela de vão em rampa rematado por uma cachorrada que suporta a cornija. A fachada posterior, também rematada por cornija e coroada por cruz pátea, mais pequena do que a que coroa a nave, revela neste paramento uma fresta estreita e lintel em arco pleno. A fachada sul da nave está adossada à sacristia. A sua fachada poente é sobrelevada, com remate horizontal, encobrindo totalmente a empena do telhado que a cobre, possui uma porta de lintel reto. Na restante fachada sul da nave encontra-se uma porta de lintel reto aberta ao nível do primeiro piso, com acesso por uma escada de granito de um só lanço, paralela à fachada e adossada a esta.

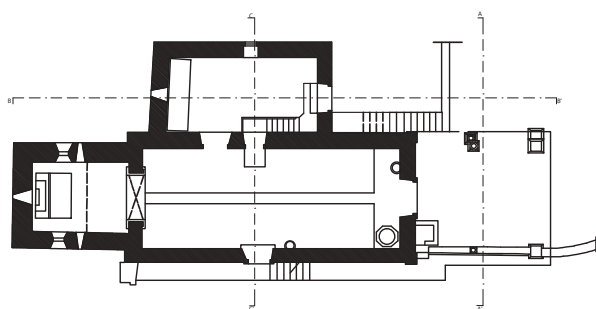
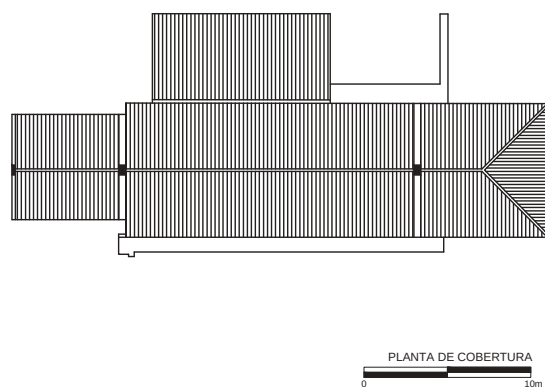
O interior é composto por dois espaços, a nave e a capela-mor. Na nave os paramentos são rebocados e pintados a branco, o teto poligonal de madeira. O pavimento mostra-nos vestígios dos antigos enterramentos aí realizados, pela marcação destes por guias de granito sendo o interior agora revestido por soalho. À direita da porta principal encontra-se inserida na parede uma pia de água benta de granito, à esquerda a pia batismal em forma de cálice com a inscrição datada de 1565 e sobre a porta o coro alto com balaustrada de madeira. A meio da nave do lado da epístola, encontra-se um púlpito sobre uma mísula de granito em aleta, base do mesmo material moldurada e guarda composta por uma balaustrada de madeira. Ainda deste lado, à esquerda do púlpito, existe uma porta de lintel reto de acesso à sacristia. Do lado do evangelho abre-se apenas uma porta para o exterior. A transição da nave para a capela-mor é marcada por um arco triunfal de cantaria com impostas molduradas a partir do qual arranca um arco pleno com fecho evidenciado por ornato. Na capela-mor a mesa do altar de granito, cujo pé é constituído por uma ara romana (Cat. AF 11), está apoiada sobre um estrado do mesmo material. As paredes laterais não possuem qualquer reboco, onde se abrem de forma simétrica duas janelas retangulares de vão em rampa. Na parede do fundo destaca-se um fragmento de reboco que suporta uma pintura a fresco envolvendo a fresta central. É possível ver ainda algumas das imagens aí representadas, S. Pedro à esquerda, S. Paulo à direita e quatro anjos, sendo difícil determinar com precisão os restantes elementos da composição devido ao estado de conservação do suporte da pintura.

Bibli. - ALMEIDA 1976, 411; MATTOSO 1955, 205-209.

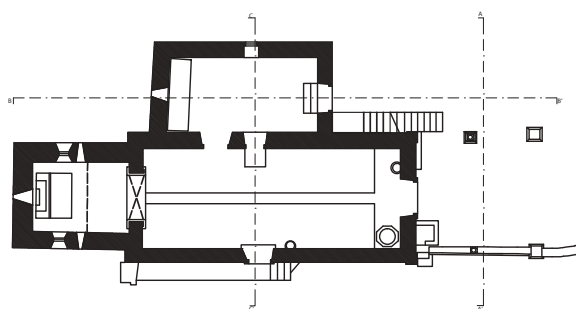


Capela de Santa Maria de Negrelos.

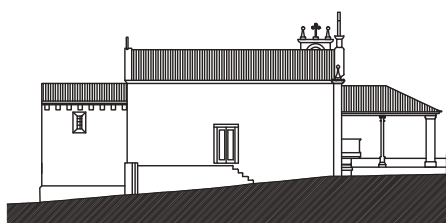




PLANTA PISO 0



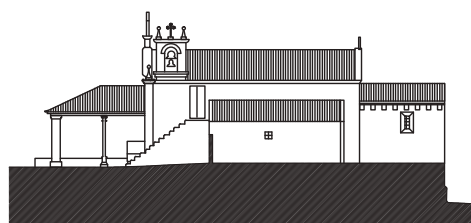
PLANTA PISO 1



ALÇADO NORTE



ALÇADO POENTE



ALÇADO SUL



CORTE AA'



CORTE BB'



CORTE CC'



Capela de Santa Maria de Negrelos - Lavantamento arquitetónico (Plantas, alçados e cortes).

AE 38. Mosteiro de Roriz, Roriz, Santo Tirso
Mosteiro

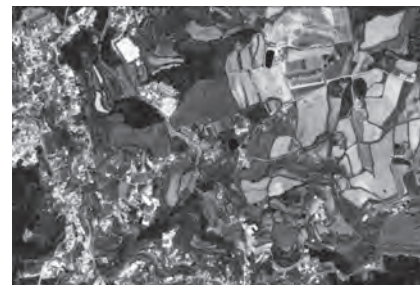


Lat. - 41° 20' 43,7" N
Long. - 8° 22' 47" W (meridiano de Greenwich)
Alt. - 230 m (CM. 1:25 000, SCE, fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Imóvel classificado como Monumento Nacional (Dec. de 16 de Junho de 1910). Beneficia de uma Zona de Proteção de 50 m estabelecida pelo n.º 3 do art.º 22, da Lei 13/85 de 6. 7. A igreja é propriedade do Estado pertencendo a gestão administrativa à Direção Geral do Património do Estado

A configuração atual do imóvel é composta pela igreja, cuja estrutura revela uma nave de planta retangular, alongada e cabeceira de dois tramos com remate redondo pelo exterior e poligonal pelo interior. O corpo e a capela-mor possuem alçados bastante elevados, sendo a nave coberta por telhado de duas águas e a cabeceira por abóbada de arestas radiais, incidindo nos ângulos do polígono interior da abside. Do lado sul da cabeceira encontra-se anexo um corpo mais baixo, de planta retangular com cobertura de telhado de duas águas, que serve atualmente de sacristia. Este aposento, que era a antiga Sala do Capítulo, delimitava pelo nascente o desaparecido claustro que após as obras de restauro apresenta na frontaria do mesmo lado, duas janelas, uma porta central, um arco quebrado com duas arquivoltas, e uma pequena rosácea na parede sul. Do lado norte da nave adossam-se as ruínas da antiga igreja cemiterial de St.^a Maria, de planta retangular com campanário de tripla ventana no topo norte e portal de arco quebrado com duas arquivoltas na parede leste. A fachada principal da igreja apresenta um portal de arco quebrado com três arquivoltas decoradas com bolas assentes em três colunas, duas das quais prismáticas. Possui tímpano liso, apoiado em consolas que representam cabeças de bovídeos. No alto, abre-se uma grande rosácea decorada com bolas e temas vegetalistas de talhe biselado. A empena, de duas águas, apresenta cornija decorada com bolas e remate encimado por cruz recortada. A fachada lateral norte da nave revela uma pequena porta de duas arquivoltas em arco quebrado, um nível de mísulas lisas de apoio de um antigo coberto lateral, e três frestas muito altas e estreitas. A fachada lateral sul possui duas portas.

O estudo da arqueologia da arquitetura, desenvolvido por Manuel Real e Pedro Sá, identificou cinco fases construtivas balizadas entre finais do séc. XII e finais do 3º quartel do séc. XIII. Todavia, vestígios arquitetónicos identificados nas obras de restauro promovidas pela DGEMN, em 1936, permitem confirmar a existência de um edifício anterior, de acordo com a documentação



conhecida, cuja datação proposta se reporta a finais do séc. XI.

Sinopse cronológica

1070. Fundação do mosteiro por D. Toure Sernão (Toderedo Sesnandes?)

1096. Primeira referência documental conhecida, em que o mosteiro efetua permuta de propriedades.

1173. Doação do mosteiro por D. Afonso Henriques a Santa Cruz de Coimbra, que seguirá a regra de Santo Agostinho.

1492. D. João II entrega o mosteiro a um comendatário.

1572. Encerramento do convento com a morte do último Prior Comendatário, Luís Fernandes. Extingue-se a comunidade monástica .

1573. O mosteiro é anexo ao Colégio de São Paulo de Braga, uma das principais casas da Companhia de Jesus, que o reduz a simples residência particular.

1759. Com a extinção da ordem da Companhia de Jesus o mosteiro é entregue à Universidade de Coimbra.

1755. O mosteiro é vendido a um privado, Sebastião José Teixeira de Carvalho e Sousa, que efetuou várias alterações nos edifícios, transformando-os em residência.

Intervenções realizadas no imóvel

1959. Reparação dos telhados e arranjo do adro.

1962. Reconstrução de um troço do muro de suporte do adro.

1967. Trabalhos de beneficiação e escoramento da parede lateral direita da nave.

1971. Reconstrução da parede lateral - desmonte e apeamento de parte da parede lateral direita, consolidação da sapata de fundação, reconstrução do troço apeado, construção de frechais de betão armado e colocação de tirantes de ferro.

1976. Reconstrução de caixilharia da sacristia.

1978. Reparação da cobertura.

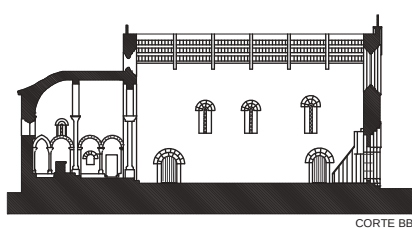
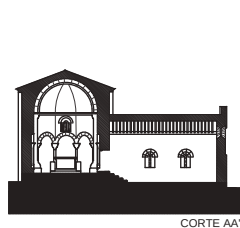
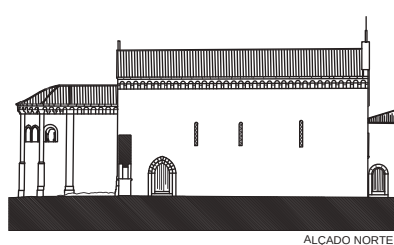
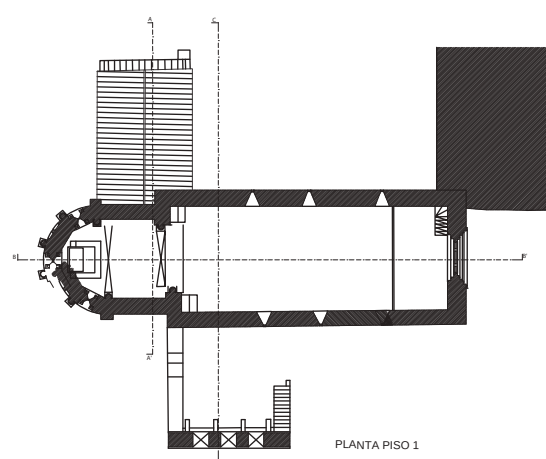
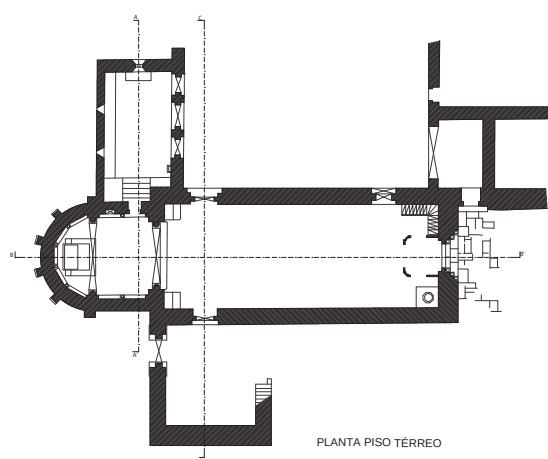
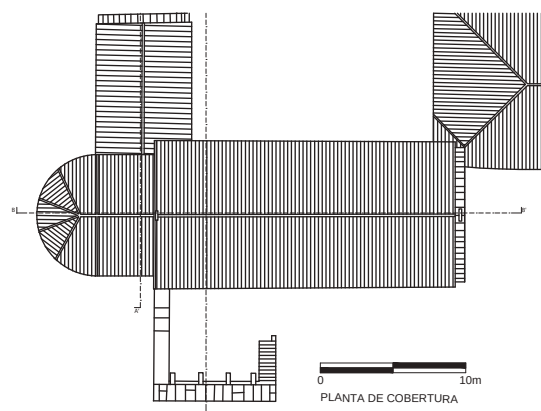
1982. Reparação de caixilhos.

1993. Instalação elétrica e revisão de coberturas.

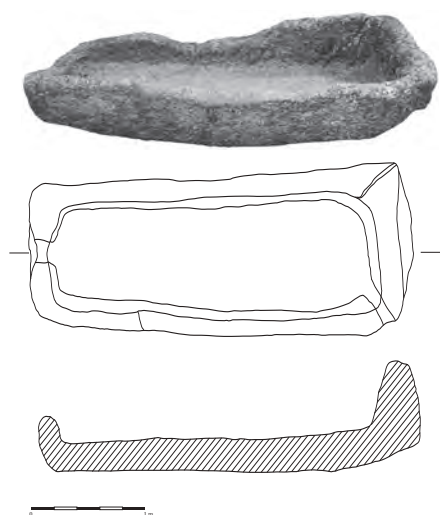
Bibli. – AZEVEDO 1938; REAL; SÁ 1982; CORREIA 1997; ALMEIDA 1976, 486; SANTARÉM 1955, 275-284; ALMEIDA 1972, 29, 33; 1978, 259-260; 1986, 82-84.



Mosteiro de Roriz - Capela de Santa Maria, rosácea e portal da fachada principal.



Mosteiro de Roriz - Levantamento arquitetónico (Plantas, alçados e cortes).



MATERIAIS ILUSTRADOS

1. Sarcófago

Proveniência – Igreja de S. Pedro de Roriz, Roriz, Santo Tirso

Material – Granito. Constituição uniforme com várias linhas de fratura e falhas de formação. Grão médio/grosso.

Descrição – Sarcófago de planta subretangular de cantos arredondados, simétrico. Laterais verticais de espessura irregular, levemente arqueados para o exterior, com arestas arredondadas, apresentando-se muito desgastados e recortados. Base interna plana e bem regularizada. No remate inferior, ao nível da base, apresenta um orifício (dreno) de perfil troncocónico e inclinação descendente. Corpo robusto, relativamente curto, bem uniformizado nas faces externas e rudemente talhado na face inferior. Não revela qualquer tipo de decoração. Tampa ausente.

Classificação e cronologia – Sarcófago não antropomórfico | 2ª metade séc. XI

Dimensões – Comprimento máximo 2,30 m; Largura externa 0,87m/0,71m; Largura interna 0,54 m/0,46 m; Profundidade interna e externa 0,18/0,33 m; Espessura das paredes 0,24/0,13 m.

Depósito – Igreja Paroquial de Roriz junto da torre sineira,

Bibli. – BARROCA 1987, 180, 211, est. XXX, n.º 2; REAL; SÁ 1982.

2. Elemento decorativo com cruz pátea (Tampa ou topo de sarcófago (?))

Proveniência – Igreja de S. Pedro de Roriz, Roriz, Santo Tirso

Material – Granito. Constituição uniforme com várias linhas de fratura e falhas de formação. Grão médio/fino.

Descrição – Pedra de recorte irregular, fragmentada. Decoração em relevo composta por uma cruz grega patada e pé alto, levemente mais estreito que o remate da haste inferior.

Classificação e cronologia – Tampa ou topo de sarcófago | 2ª metade séc. XI

Dimensões – Comprimento máximo 0,67 m; Largura máxima 0,41 m/0,39 m; Espessura média 0,16 m.

Depósito – Igreja Paroquial de Roriz - área claustral.

Bibli. – BARROCA 1987, 184, est. XIX, n.º 2.

3. Capitel

Proveniência – Igreja de S. Pedro de Roriz, Roriz, Santo Tirso

Material – Granito.

Descrição – Capitel figurativo de composição complexa onde se representa um ser alado de difícil identificação, uma mão e um *falus*. Encontra-se fragmentado no topo superior. A face inferior é rematada por um toro de perfil arredondado muito detriorado. A face anterior encontra-se plana e relativamente bem regularizada evidenciando tratar-se de um elemento adossado a um paramento.

Classificação e cronologia – Capitel | 3º quartel do séc. XI

Depósito – Igreja paroquial de Roriz - área claustral.

Bibli. – REAL; SÁ 1982,10-11, est. X, n.º 1.

4. Elemento de friso

Proveniência – Igreja de S. Pedro de Roriz, Roriz, Santo Tirso

Material – Granito.

Descrição – Fragmento de friso de recorte retangular com decoração geométrica (enxaquetada) composto por três bandas com elementos alternados.

Classificação e cronologia – Friso | 3º quartel do séc. XI

Dimensões - Comprimento máximo 0,40m; largura máxima 0,45m; altura 0,28m.

Depósito – MMAP, s/n.º

Bibli. – REAL; SÁ 1982,10-11, est. X, n.º 2.

5. Imposta

Proveniência – Igreja de S. Pedro de Roriz, Roriz, Santo Tirso

Material – Granito.

Descrição – Fragmento de imposta decorada em duas faces cujas dimensões permitem admitir ter pertencido a uma fresta. A gramática decorativa é formada por duas linhas de cordões enlaçados, sendo o inferior de maiores dimensões e debruado a pérolas. Este elemento decorativo permite situar a primeira construção do mosteiro de Roriz no âmbito da corrente ornamental que desde cedo floresceu na diocese de Braga (REAL; SÁ 1982, 11).

Classificação e cronologia – Friso | 3º quartel do séc. XI

Dimensões – Comprimento máximo 0,68 m; largura máxima 0,38 m; espessura máxima 0,28 m.

Depósito – MMAP, s/n.º

Bibli. – REAL; SÁ 1982,10-11, est. X, n.º 3.

6. Base de coluna decorada

Proveniência – Igreja de S. Pedro de Roriz, Roriz, Santo Tirso

Material – Granito.

Descrição – Base de coluna adossada de perfil troncocónico, com soco e face anterior proeminente para integrar o paramento. A decoração inscrita no soco é composta por fitas enlaçadas que se reproduzem também na imposta. A escócia é coberta por um elemento decorativo formado por uma corda. Este elemento parece filiar-se em anteriores modelos árabes (REAL; SÁ 1982, 11)¹⁵². Encontra-se levemente fragmentada ao nível da base.

Classificação e cronologia – Friso | 3º quartel do séc. XI

Dimensões – Base 0,10 m / 0,32 m / 0,49 m / 0,32 m; Altura máxima 0,29 m; Espessura da base 0,11 m;

Depósito – MMAP, s/n.

Bibli. – REAL; SÁ 1982,10-11, est. X, n.4.



7. Base de coluna

Proveniência – Igreja de S. Pedro de Roriz, Roriz, Santo Tirso

Material – Granito.

Descrição – Base de coluna de recorte troncocónico. O primeiro toro é rematado nos ângulos com elementos geométricos esféricos que dissimulam as arestas do soco. A base revela numa das faces um sulco longitudinal paralelo ao plano de assentamento. Este morfotipo de recorte simplificado viria a tornar-se clássico a partir do primeiro românico.

Classificação e cronologia – Friso | 3º quartel do séc. XI

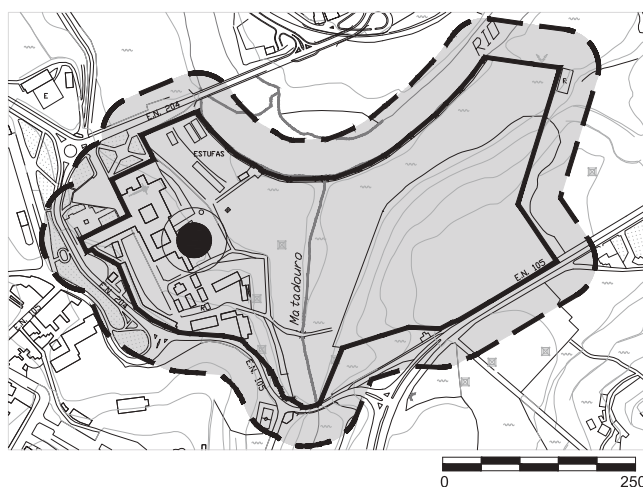
Dimensões – Comprimento máximo 0,50 m; Largura máxima 0,30 m; Altura máxima 0,55 m.

Depósito – Igreja paroquial de Roriz - área claustral.

Bibli. – REAL; SÁ 1982,10-11, est. X, nº. 5.

EA 39. Mosteiro de Santo Tirso, Santo Tirso

Igreja, mosteiro



Lat. – 41° 20' 45" N

Long. – 8° 28' 11" W (meridiano de Greenwich)

Alt. – 50 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98 – Santo Tirso, 1977)

Imóvel classificado como Monumento Nacional (Igreja do Mosteiro de S. Bento, convento, cerca e cruzeiro processional - Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 de Junho de 1910; Dec. n.º 38 491, DG 230 de 6 de Novembro de 1951 e Dec. n.º 28/82, DR 47 de 26 de Fevereiro de 1982) (Zona de Proteção de 50 m estabelecida pelo n.º 3 do art.º 22, da Lei 13/85 de 6. 7).

No cenário geopolítico anterior à nacionalidade identifica-se

152. Identificam-se paralelos na charola de Santiago de Compostela (1075-1088) (REAL; SÁ 1982, 11, nota 19).

no território tirsense a fundação de vários mosteiros, cuja origem documenta um processo complexo de estruturação e ocupação do território. A sua localização estabelece uma relação de subsidiariedade com os povoados, a rede viária, a disponibilidade de recursos diferenciados e, naturalmente, com as estruturas defensivas existentes. Até meados do séc. XI persistiu uma significativa quantidade de pequenos mosteiros familiares, certamente mais próximos dos meios populares do que as grandes abadias protegidas pelos condes e magnates, como se verificaria na região com a fundação e crescimento do mosteiro tirsense, vinculado à família dos Maiais.

Nas últimas décadas do séc. XI, concretamente a partir de 1080, com a chegada dos cluniacenses, difusores da liturgia romana, da Reforma Gregoriana e da Regra de S. Bento, iniciou-se um processo de transformação do panorama monástico, no qual os pequenos cenóbios ou optaram pelas novas ordens, como foi o caso do mosteiro de Santo Tirso, que perfilhou a Regra Beneditina em 1090, ou foram progressivamente conduzidos à extinção. Todavia, aqueles que assumiram as novas observâncias conheceram um novo impulso. Os fundamentos em que assentava a Regra de S. Bento - *Ora et Labora* - conduziram as comunidades a empenharem-se na solenização do culto, no incremento de um maior número de manifestações litúrgicas, na melhoria do nível de vida, numa maior atividade económica e na criação de edifícios mais amplos e melhor cuidados a nível artístico.

É neste contexto histórico-geográfico que se inscreve a fundação do mosteiro de Santo Tirso, cumprindo o preceituado básico das regras monásticas, no qual o cenóbio devia implantar-se num local com terras agrícolas de boa qualidade, beneficiar de abundância de água e estar próximo de bosques, de forma a propiciar a autossuficiência e a vida recatada da comunidade.

Implantado sobre um pequeno outeiro nas margens do Ave, ladeado a leste pela Ribeira do Matadouro, que topograficamente o destaca na vertente inferior da Serra de Monte Córdova, com acesso a extensos terrenos de natureza aluvial com elevada aptidão agrícola que marginam o Ave, de áreas de floresta na envolvente, assim como de um certo isolamento, o local de implantação do mosteiro de Santo Tirso reunia as condições ideais. Desde a sua fundação até ao advento da industrialização, ocorrida na região a partir da segunda metade do séc. XIX, que originou uma profunda transformação da paisagem, o mosteiro marcaria a zona de separação entre o *ager*, os terrenos agrícolas da várzea fluvial, e o *saltus*, a zona superior de bosque onde se recolhiam matos e lenhas, para acomodação de animais, produção de materiais de construção e matéria-prima de combustão.

O seu desenvolvimento económico consolidou-se a partir da outorga do couto, em 1097, cujo património foi progressivamente crescendo através de inúmeras doações e da aplicação de uma política contínua de aquisição de terrenos, fortemente incrementada a partir da reforma da Ordem, nomeadamente de propriedades confinantes com a Cerca ou localizados nas suas imediações, como são exemplo a Quinta de Varziela, a Quinta do Penedo, a Quinta de Pereiras e a Quinta da Batalha.

Enquanto território isento de direitos e com forte autonomia jurídico-administrativa, o couto ultrapassava os limites do próprio mosteiro, materializado pela cerca que limitava a Quinta de Dentro e a Quinta de Fora. Esse espaço disponibilizava os necessários recursos para que se desenvolvesse como um potentado económico na região, autossuficiente, porque era detentor de extensos recursos agrícolas e florestais, de um rio como fonte de energia e com abundantes recursos piscícolas, de um território bem estruturado ao nível da rede viária e uma localização estratégica na região, equidistante dos principais centros de decisão – Porto, Braga e Guimarães.

Decorrente da sua existência milenar, o atual complexo edificado, como é frequente em monumentos similares, resultou de múltiplas intervenções, informadas por diferentes sensibilidades estéticas, colocando em evidência que a sua conformação resultou de um processo contínuo, que apesar de ter conhecido períodos de aparente estabilidade, exprimindo a solidez da comunidade que o moldou, revelou um dinamismo contínuo, derivado de distintos modos de apropriação da realidade material, assim como de diferentes ritmos económicos, culturais e mentais que caracterizaram a Ordem de S. Bento ao longo do tempo, e este mosteiro em particular.

As soluções arquitetónicas patentes refletem na plenitude a sua adequação aos preceitos da vida conventual, postulado dos princípios cluniacenses de clausura e recolhimento absoluto, apesar da organização padronizada dos espaços, por referência ao modelo ideal, apenas se ter concretizado com a construção de todo o complexo a partir da segunda metade do séc. XVIII, e mantido, de forma consistente no edificado subsequente, no qual se reconhece uma exuberante expressão monumental, quer nos programas construtivos quer nos conteúdos artísticos, em que os edifícios, a cerca, os jardins e a paisagem agrícola se articulam numa verdadeira “obra de arte total” que reflete magistralmente o referencial da regra beneditina.

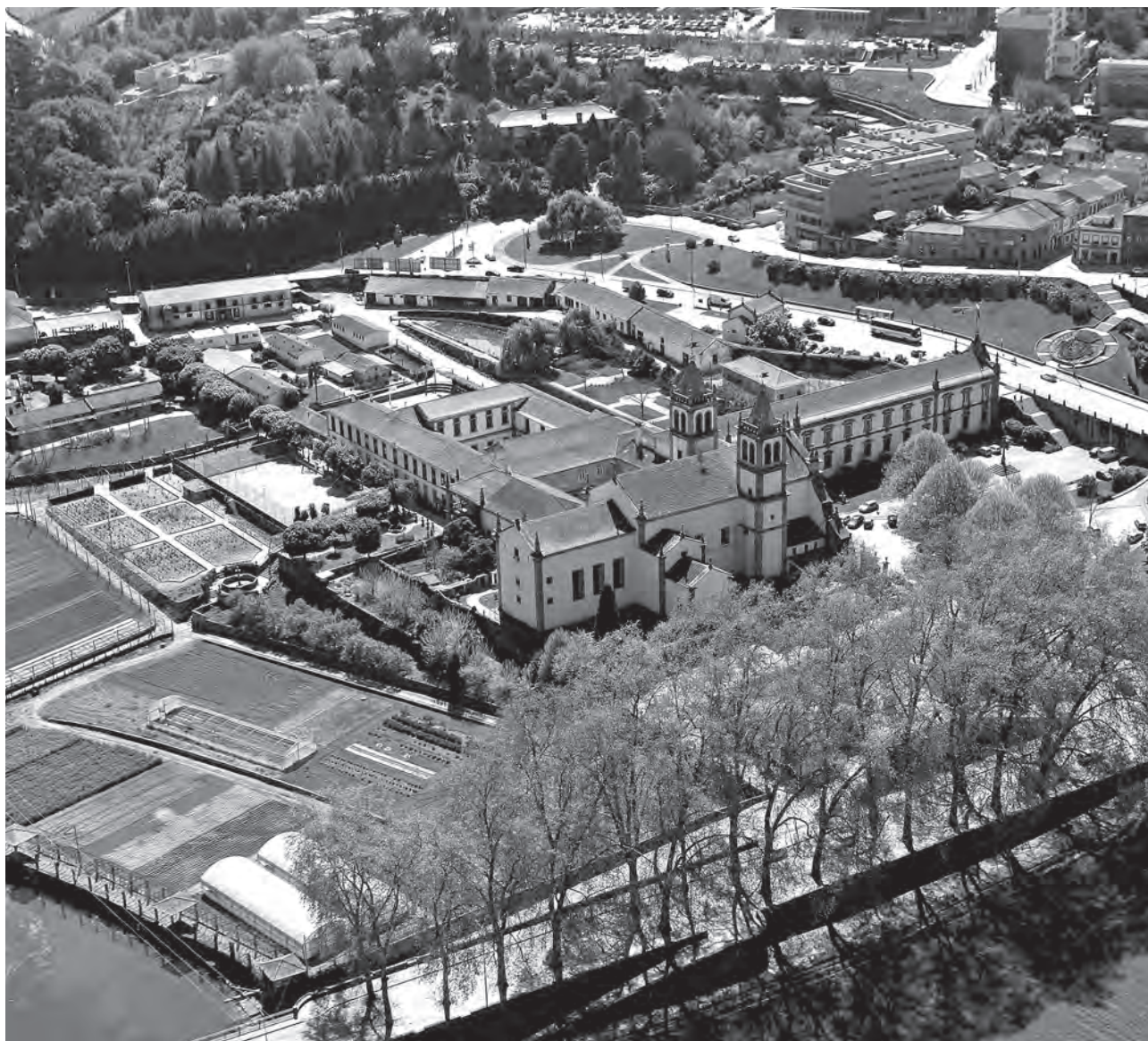
Neste sentido, o mosteiro de Santo Tirso, à semelhança dos seus congéneres, incorpora o conceito de “perfeição utópica”, na qual a síntese espiritual da Ordem Beneditina se encontra patente no programa construtivo, revelando características que podem, em certa medida, ser entendidas como uma materialização da própria Regra. Constatase na sua planta que todas as edificações e demais espaços que formavam o universo do mosteiro estão ordenados de forma setorizada. A igreja, dado que acolhia também a comunidade laica, localizava-se à margem do complexo monacal, limitada pelas outras construções interditas aos leigos, como, por exemplo, os claustros, em torno dos quais se disponham diversos espaços com funções específicas - os dormitórios, a livraria, o cartório, a sala do capítulo,

o noviciado, a escola, o refeitório, a cozinha e os serviços com eles relacionados. Fora deste núcleo, os celeiros e a adega, a sala do “recibo” a enfermaria, a hospedaria, a botica, as estrebarias, diversas oficinas, hortas e pomares. O programa respondia à necessidade e a um desejado recolhimento e isolamento da comunidade conventual em relação à comunidade e à autossuficiência do mosteiro.

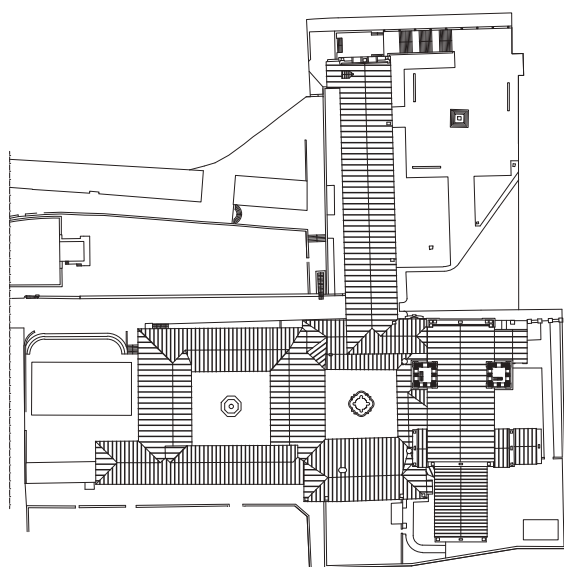
A ordenação espacial do conjunto é formada por volumes adicionados em diferentes momentos, articulados por um eixo cartesiano principal e outro secundário que definem uma ortogonalidade rígida em toda a composição. O eixo principal (sudoeste/nordeste) organiza os diversos prismas da fachada principal e a orientação da igreja, enquanto o eixo secundário (noroeste/sudeste) circunscreve os blocos que compõem os claustros, jardins, arruamentos internos e, *grosso modo*, os edifícios que constituíam a antiga botica.

Considerando a preponderância da organização linear ditada pelo sentido longitudinal dos blocos que compõem os claustros, os vínculos formais entre as partes, tal como a conhecemos atualmente, foram definidos pela introdução de um elemento de conexão e encerramento da composição, paralelo ao volume da igreja, constituído pelas hospedarias “ricas” que, para além de cumprir uma função objetiva, satisfazia um dos principais preceitos do postulado de clausura, como bem expressou o estadista que documentou a sua construção no relatório trienal do abaciado de D. Frei Plácido de S. Bento (1737-1739).

(...) E outro sim, porque dispoem a nossa Constituicao nao possam entrar mulheres nas hortas imediatas ao Mosteiro, muito mais quando se nao achao separadas com muro ou parede. Respeitando a extensao do Mosteiro como o choristado que de novo se fes, assignamnos por clausura exterior em cujo destricto se não podera tolerar o ingresso das mulheres... (...).

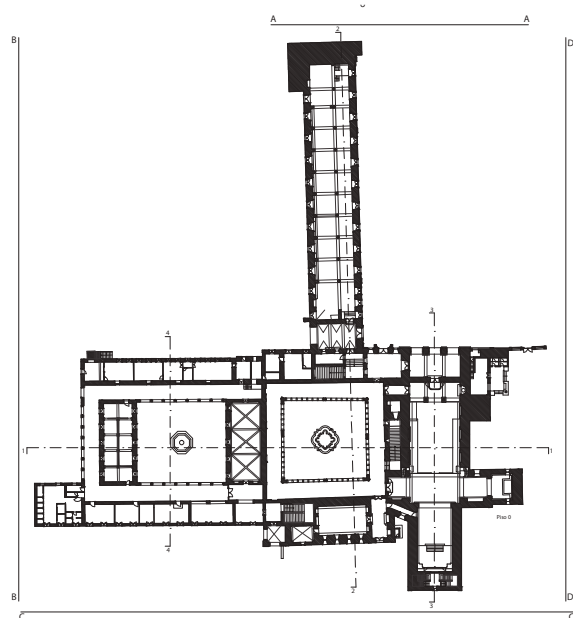


Mosteiro de Santo Tirso - Vista aérea.

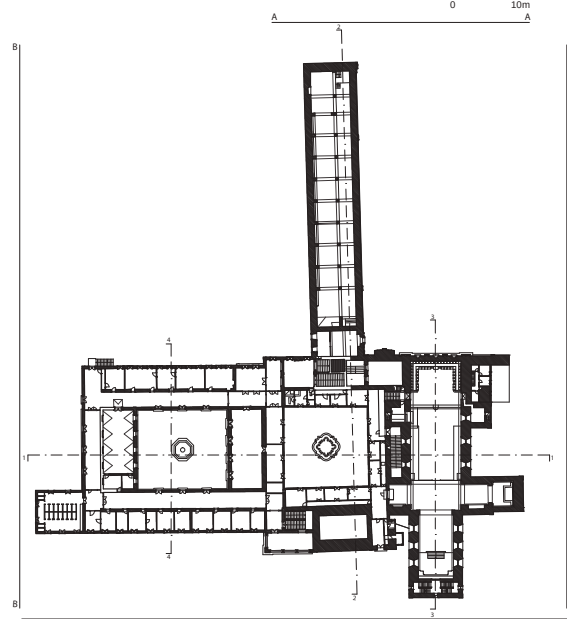


PLANTA DE COBERTURA

0 10m

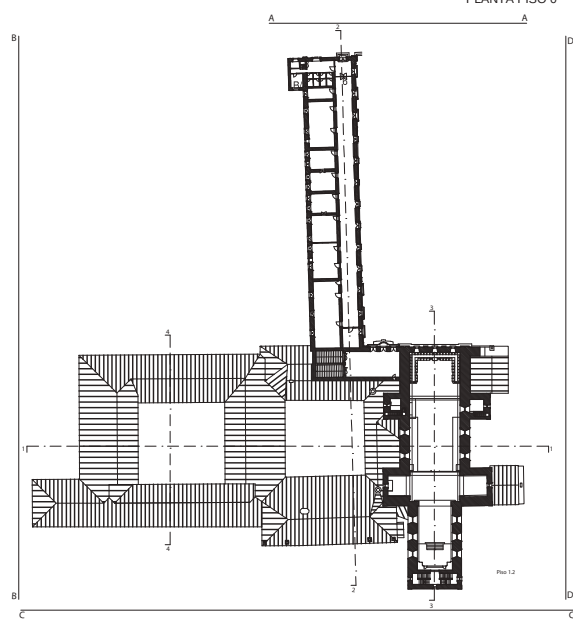


PLANTA PISO 0



PLANTA PISO 1.1

0 10m



PLANTA PISO 1.2



ALÇADO A

0 10m

Mosteiro de Santo Tirso - Levantamento arquitetónico (Plantas e alçado principal).



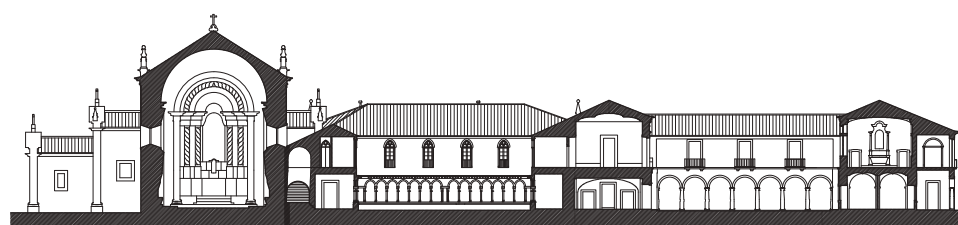
ALÇADO B



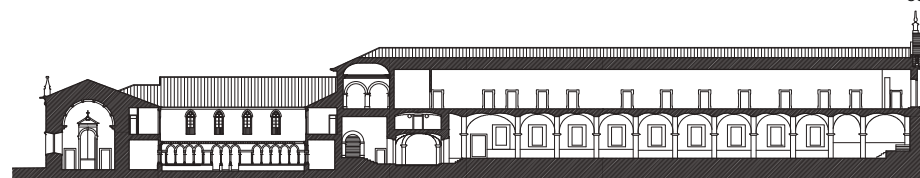
ALÇADO C



ALÇADO D



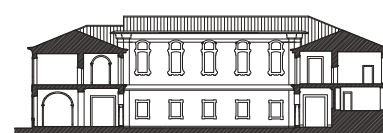
CORTE 1



CORTE 2



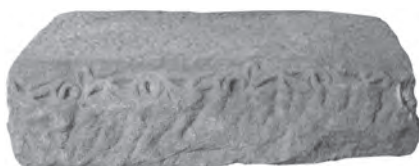
CORTE 3



CORTE 4



Mosteiro de Santo Tirso - Levantamento arquitetónico (alçados e cortes).



MATERIAIS ILUSTRADOS

1. *Capitel pré-românico*

Proveniência – Igreja paroquial de Santo Tirso

Material – Granito. Constituição uniforme. Grão fino.

Descrição – Capitel de coluna adossada. Composição sub-triangular marcada na base inferior por um toro subcircular, gola e toro subcircular mais estreito junto ao capitel. Decoração do tipo vegetalista composta por laçarias e florões. Talhe em bisel.

Classificação e cronologia – Protorromânico (edificação do séc. X (978))

Dimensões – Comprimento máximo 0,23 m; Largura máxima 0,23 m; Altura máxima 0,22 m; Diâmetro da base da coluna 0,18 m.

Depósito – Igreja paroquial de Santo Tirso (Claustro)

Bibli. – MOREIRA 2013, 120.

2. *Friso pré-românico*

Proveniência – Igreja paroquial de Santo Tirso

Material – Granito. Constituição uniforme. Grão fino.

Descrição – Fragmento de friso. Planta e secção retangular. Decorada na face lateral com os mesmos motivos que o capitel anterior (laçarias e florões, talhe em bisel).

Classificação e cronologia – Protorromânico (edificação do séc. X (978))

Dimensões – Comprimento máximo 0,70 m; Largura máxima 0,41 m; Espessura máxima 0,20 m.

Depósito – Igreja paroquial de Santo Tirso (Claustro)

Bibli. – Inédito

3. *Capitel românico decorado com motivos vegetalistas*

Proveniência – Igreja paroquial de Santo Tirso

Material – Granito. Constituição uniforme. Grão médio.

Descrição – Capitel de coluna adossada, fragmentado na face principal e superior. Os elementos decorativos conservam-se apenas nas laterais e são compostos por motivos vegetalistas e elementos geométricos. Plano superior horizontal e regularizado. Na face inferior a rematar o motivo decorativo encontra-se um toro a marcar o início do fuste.

Classificação e cronologia – Românico (edificação do séc. XI (1092)).

Dimensões – Comprimento máximo 0,47 m; Largura máxima 0,36 m; Altura máxima 0,34 m.

Depósito – Igreja paroquial de Santo Tirso (Claustro)

Bibli. – CORREIA 1991, 194.

4. *Friso enxaquetado*

Proveniência – Igreja paroquial de Santo Tirso

Material – Granito. Constituição uniforme. Grão fino/médio.

Descrição – Monólito de configuração retangular decorado na face lateral com um motivo geométrico (enxaquetado), composto por três bandas com elementos alternados.

Classificação e cronologia – Românico (edificação do séc. XI (1092)).

Dimensões – Comprimento máximo 1,29 m; Largura máxima 0,37 m; Espessura 0,20 m.

Depósito – Igreja paroquial de Santo Tirso (Claustro)

Bibli. – CORREIA 1991, 196; MOREIRA 2013, 120.

5. *Capitel românico figurativo (Evangelista)*

Proveniência – Igreja paroquial de Santo Tirso

Material – Granito. Constituição uniforme. Grão fino.

Descrição – Capitel de coluna adossada com figuração simbólica de evangelista representado sobre a forma de anjo alado com nimbo e volume na mão direita. Recorte triangular que aproveita a composição para conferir uma forte projeção dos elementos esculpidos. Encontra-se fragmentado na face superior, designadamente no rosto da personagem representada. A face interior é rematada com um toro a marcar o arranque do fuste. Plano superior bem regularizado.

Classificação e cronologia – Românico (edificação do séc. XI (1092)).

Dimensões – Comprimento máximo 0,43 m; Altura máxima 0,32 m; Largura máxima 0,27 m.

Depósito – Igreja paroquial de Santo Tirso (Claustro)

Bibli. – CORREIA 1991, 194.

6. *Capitel românico figurativo*

Proveniência – Igreja paroquial de Santo Tirso

Material – Granito. Constituição uniforme. Grão médio.

Descrição – Capitel de coluna adossada. Encontra-se muito deteriorado conservando-se perceptível apenas parte de uma figura humana (guerreiro ?) vestido com saiote e capacete (?)/penacho (?), decorado com bandas verticais. Eventualmente, integraria um tema mais elaborado com diversas personagens. A sua orientação concretiza-se lateralmente em relação à orientação do capitel.

Classificação e cronologia – Românico (edificação do séc. XI (1092)

Dimensões – Comprimento máximo 0,33 m; Largura máxima 0,33 m; Altura máxima 0,42 m.

Depósito – Igreja paroquial de Santo Tirso (Claustro)

Bibli. – CORREIA 1991, 194; MOREIRA 2013, 120.

7. Tímpano

Proveniência – Igreja paroquial de Santo Tirso

Material – Granito. Constituição uniforme. Grão fino/médio.

Descrição – Tímpano decorado com uma cruz grega patada, rebaixada, inscrita num quadrado ao centro, ladeada por dois motivos circulares concêntricos de significação astrológica, o Sol à esquerda e a Lua à direita. O primeiro, é representado em negativo, rebaixado, e o segundo, em positivo, formado por dois círculos concêntricos. A enquadrar a composição recortam-se dois semicírculos rebaixados que marcam o alinhamento da porta, reforçando a simbologia da transposição de um espaço profano para um espaço sacralizado.

Classificação e cronologia – Tímpano | 2ª metade séc. XI

Dimensões – Largura máxima 1,40 m; Altura máxima 0,70 m; Espessura 0,23 m

Depósito – O tímpano encontra-se apoiado sobre duas ombreiras que configuram o acesso a um pequeno vestíbulo localizado sob a escadaria de acesso ao coro-alto que a construção setecentista da igreja matriz anulou do edifício trecentista onde configuraria a nave lateral direita

Depósito – (Igreja paroquial de Santo Tirso - Claustro).

Bibli. – CORREIA 1991, 45; MOREIRA 2013, pp. 121-122.

Verifica-se nos tímpanos românicos com temáticas afins uma certa prevalência da estrutura da composição. No portal ocidental de Rio Mau, Vila do Conde, e no portal sul de Fonte Arcada, à semelhança do tímpano de Santo Tirso, o Sol mostra-se à esquerda do observador e a Lua à direita. Esta disposição altera-se no tímpano do portal ocidental de Paço de Sousa, o Sol à direita e a Lua à esquerda do observador, e os dois elementos são erguidos por figuras humanas, o Sol por um homem e a Lua por uma mulher. A associação do Sol e da Lua com a Cruz deve ser relacionada com o momento da morte de Cristo – (...) *por volta do meio-dia, as trevas cobriram toda a região ate as três da tarde. O Sol tinha-se eclipsado e o véu do templo rasgou-se ao meio.* (...) Lucas 23:44-45. A cruz é, desde tempos remotos, um símbolo universal. A crucificação de Jesus Cristo, o tema central da iconografia cristã e pedra angular do Cristianismo, fez da cruz o seu signo principal. É um símbolo de vida, de imortalidade, de plenitude e de felicidade perpétua. A cruz que aparece dentro do quadrado é sempre um sinal de salvação porque é tida como símbolo de eternidade, de união do positivo e do negativo. É o tema mais frequente na ornamentação dos tímpanos românicos portugueses. A escolha maioritária da Cruz Grega, em detrimento da Latina, ou de qualquer outro modelo, deve-se a motivos de adequação plástica. A primeira, ao contrário da Cruz Latina, favorece a sua inscrição num círculo ou num quadrado, representação muito frequente nos tímpanos. A cruz grega remete-nos de imediato para o quadrado e este simboliza a terra, associada ao número quatro. Esta expressão representa as coisas materiais essenciais, a que se pode associar os quatro elementos (terra, água, ar e fogo), as quatro fases da vida (infância, juventude, maturidade e velhice), os quatro pontos cardeais (norte, sul, este e oeste), as quatro estações do ano (primavera, verão, outono e inverno), e os quatro evangelistas que se lhe conectam – Mateus, Ar, Norte, Inverno; Marcos – Fogo, sul, verão; Lucas – Terra, Nascente, Primavera; Joao Água, Poente, Outono.

8. Base de coluna com toro retangular e cantos figurados

Proveniência – Igreja paroquial de Santo Tirso

Material – Granito. Constituição uniforme. Grão médio.

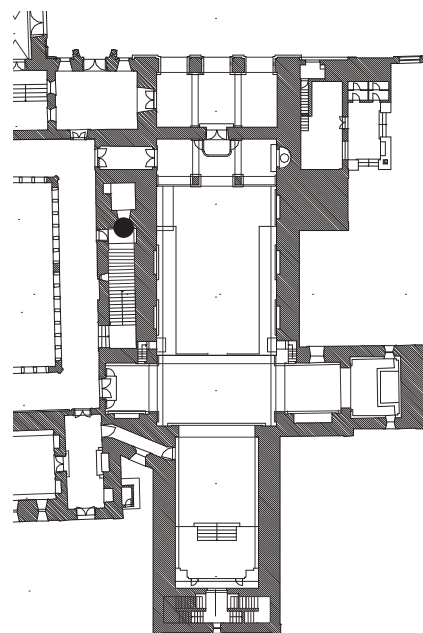
Descrição – Base de coluna de recorte simples e perfil quadrangular. O primeiro toro é rematado nos ângulos com elementos geométricos figurativos que dissimulam as arestas do soco. A base é composta por um plinto de seção retangular. Este morfotipo de recorte simplificado viria a tornar-se clássico a partir do primeiro românico.

Classificação e cronologia – Românico (edificação do séc. XI (1092)

Dimensões – Comprimento máximo 0,50 m; Largura máxima 0,48 m; Altura máxima 0,35 m; Diâmetro da base da coluna 0,43 m

Depósito – Igreja paroquial de Santo Tirso (Claustro)

Bibli. – CORREIA 1991, 194.



Mosteiro de Santo Tirso - Localização do tímpano.





9. Base de coluna adossada

Proveniência – Igreja paroquial de Santo Tirso

Material – Granito. Constituição uniforme. Grão fino.

Descrição – Base de coluna de recorte simples e planta quadrangular. Composta por dois toros concêntricos de recorte assimétrico assentes sobre um soco de recorte quadrangular. O remate superior é formado por um toro mais fino a marcar o arranque do fuste.

Classificação e cronologia – Românico (edificação do séc. XI (1092)

Dimensões – Comprimento máximo 0,05 m; Largura máxima 0,48 m; Altura máxima 0,35 m.

Depósito – Igreja paroquial de Santo Tirso (Claustro)

Bibli. – Inédito.

10. Topo ou tampa de sarcófago decorado com uma cruz pátea

Proveniência – Igreja paroquial de Santo Tirso

Material – Granito. Constituição uniforme. Grão médio.

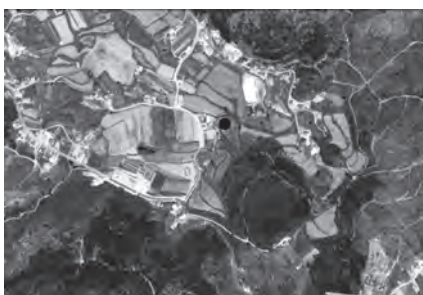
Descrição – Pedra de recorte irregular, fragmentada. Decoração em relevo composta por uma cruz grega patada e pé alto levemente mais estreito que o remate da haste inferior.

Classificação e cronologia – Tampa ou topo de sarcófago | 2ª metade séc. XI – séc. 1ª metade do séc. XII

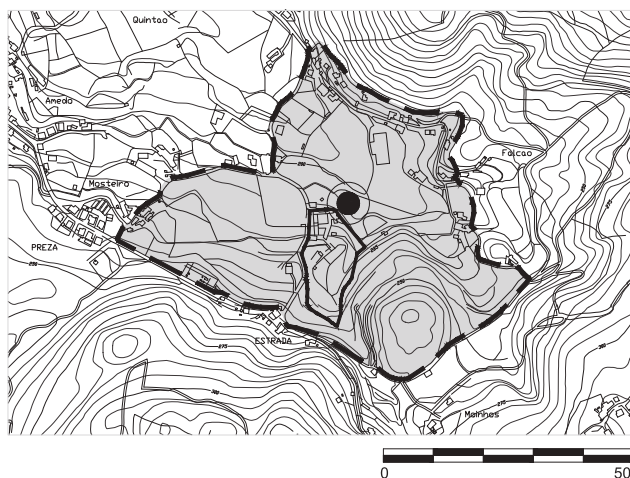
Dimensões – Comprimento máximo 0,39 m; Largura máxima 0,33 m; Espessura 0,21 m.

Depósito – Igreja paroquial de Santo Tirso (Claustro)

Bibli. – CORREIA 1991, 196; MOREIRA 2013, 120.



EA 40. Mosteiro de Vilarinho, Vilarinho, Santo Tirso Igreja, Mosteiro



Lat. - 41° 21' 52" N

Long. - 8° 20' 14" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 209 m (CM 1:25 000, SCE, fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Monumento classificado como Imóvel de Interesse Público (Dec. n.º 39 175, DG 77 de 17 de Abril de 1953 - Zona de Proteção de 50 m estabelecida pelo n.º 3 do art.º 22, da Lei 13/85 de 6. 7). Propriedade do Estado com gestão administrativa do Instituto Português do Património do Estado.

O acesso ao mosteiro pode fazer-se através da via intermunicipal (VIM), a partir de S. Martinho do Campo no sentido de Vizela, infletindo-se à esquerda pela EM N.º 513-1 que conduz ao mosteiro.

A abadia começou por ser capela tumular dos fidalgos Fafes, mas o primeiro abade, Gonçalo Anes Fafes, mais tarde, tornou-a mosteiro com a autorização de D. Diogo Fafes, a quem pertencia apresentação da igreja. Segundo a tradição, o mosteiro começou a ser edificado por volta de 1070 tendo sido concluído em 1074. É o único da regra dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho que teve

o privilégio dos abades se passarem a designar por Dom Prior. Na crónica da ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, da autoria de Frei Nicolau de Santa Maria, datado de 1668, pode ler-se;

(...) O Mosteiro de S. Miguel de Villarinho està situado no mesmo Arcebispado de Braga, pouco distante da ponte de Negrellos. Foi em seus princípios Abbadia secular muito rica, que fundarão pera seu enterro huns fidalgos da geração dos Fafes; porém sendo Abbade desta Igreja Gôçalo Anez Fafes... (...).

Decorrente da sua existência multisecular, o atual complexo, como é corrente em monumentos similares, resultou de múltiplas intervenções de diferente cronologia e sensibilidades estéticas. No entanto, os traços arquitetónicos fundamentais da igreja enquadram o estilo românico.

O conjunto é atualmente constituído por volumes articulados em vários planos com coberturas diferenciadas em telhados de duas águas. A igreja desenvolve-se numa planta longitudinal de orientação nascente/poente e é composta por três volumes - capela-mor, nave e nártex. Este plano projeta-se ao longo de um eixo de simetria axial, com entrada a poente do edifício, interrompido por um acesso ao mosteiro através da capela-mor, pelas aberturas ao exterior e pelo acesso ao claustro do antigo mosteiro, na zona da nave, e ainda pela escadaria de acesso ao coro-alto.

O alçado principal encontra-se no mesmo plano das construções conventuais e tem uma porta de arco pleno com um pequeno óculo e no remate uma sineira de ventana.

A fachada principal, no mesmo plano das construções conventuais, configura o acesso ao nártex por uma porta de arco pleno, sem grande lavor, sobre o qual se encontra um pequeno óculo e o remate em empena truncada por sineira.

A fachada lateral de acesso ao claustro revela uma porta travessa de verga reta e moldura simples, uma outra porta emoldurada com arco em ogiva de duas voltas, assente em capitéis com figuras, um nível de mísulas lisas e lacrimal, frestas muito altas e estreitas, pilastras e ainda a existência de um arcossólio.

A norte, a sua fachada apresenta aberturas em frestas muito altas e estreitas, pilastras e também uma porta emoldurada com arco em ogiva, assente em capitéis com figuras.

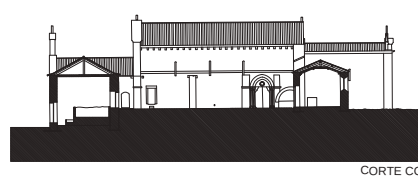
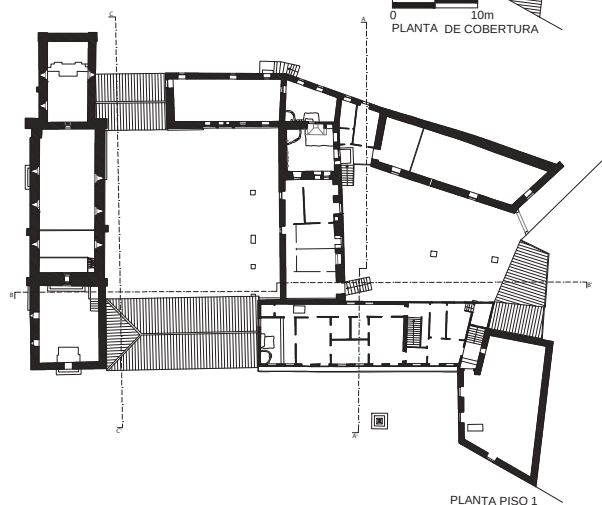
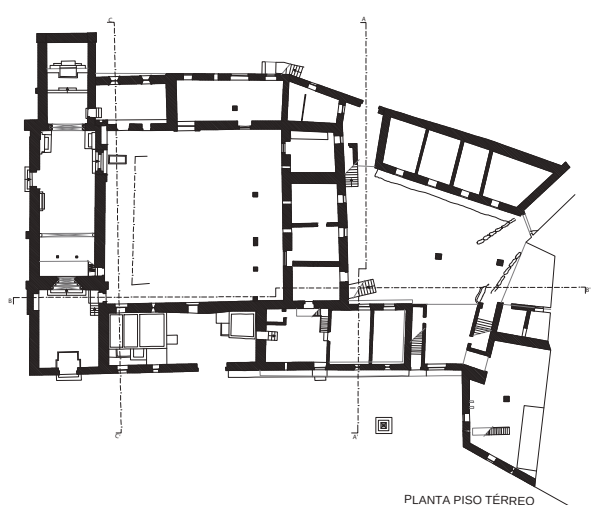
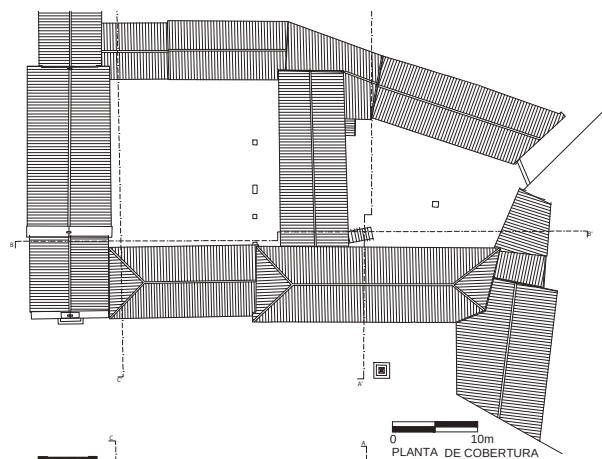
No interior do nártex, com teto de madeira a três águas, desenvolve-se um pórtico de três arquivoltas assentes em colunas com capitéis lavrados com motivos zoo e fitomórficos. A nave, de planta retangular, com cota mais alta que o nártex tem coro-alto assente em arco abatido, de grande dimensão, púlpito no lado do Evangelho e três retábulos colaterais. O arco triunfal, pleno, tem a base e capitéis com motivos fitomórficos encimado por um nicho, com escultura de pedra anã figurando o orago, S. Miguel Arcanjo. A capela-mor conserva um retábulo em talha dourada e teto apainelado. A capela-mor, de planta retangular, é definida por um arco de volta perfeita assente em colunas duplas, com capitéis decorados com motivos fitomórficos, tem um retábulo de talha dourada e teto apainelado.

O claustro do antigo mosteiro, com acesso através da sacristia, encontra-se bastante alterado, sendo no entanto de destacar a existência numa das paredes um arco sólio quinhentista e noutra um vão de porta em arco quebrado (entaipado), com impostas e padieira lavrada, registando uma inscrição no saimel.

Bibli. - MOREIRA 2004a, 55-68.



Mosteiro de Vilarinho - Claustro e fachada principal.



Mosteiro de Vilarinho - Levantamento arquitetónico (Planta, alçados e cortes).

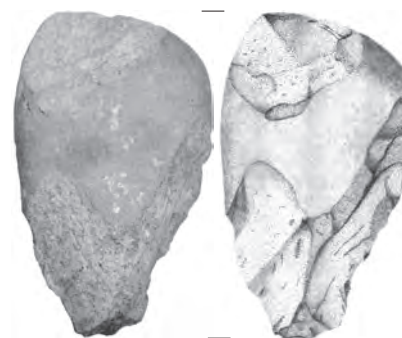
Achados fortuitos sem contexto arqueológico conhecido

Paleolítico

AF 1. Pinheiro Torto, Lama, Santo Tirso

Biface

Proveniência – (?), Pinheiro Torto, Lama, Santo Tirso
 Material – Quartzito (Seixo rolado de proveniência fluvial)
 Descrição – Formato amendoado de recorte simétrico. Talhe bifacial, assimétrico. Encontra-se parcialmente fraturado ao nível do córtex e do bico. Arestas erosionadas de perfil arredondado. Superfície com lustre e pátina acentuada.
 Classificação e cronologia – Biface / Paleolítico Inferior.
 Dimensões – Comprimento máximo 180 mm; Largura máxima 104 mm; Espessura máxima 60 mm.
 Depósito - MMAP, s/n.
 Bibli. – MOREIRA 2013d, 35.



AF 2. ?, Santiago da Carreira, Santo Tirso

Seixo talhado

Proveniência – (?), Santiago da Carreira, Santo Tirso
 Material – Quartzito (Seixo rolado de proveniência fluvial)
 Descrição – Seixo tipo “Chopper”. Formato subcircular. Talhe apenas localizado na extremidade destinada ao corte. Arestas roladas de perfil arredondado. A superfície de talhe apresenta uma pátina acentuada.
 Classificação e cronologia – Seixo talhado/ Paleolítico Inferior.
 Dimensões – Comprimento máximo 95 mm; Largura máxima 90 mm; Espessura máxima 45 mm.
 Depósito - MMAP, s/n.
 Bibli. – Inédito.

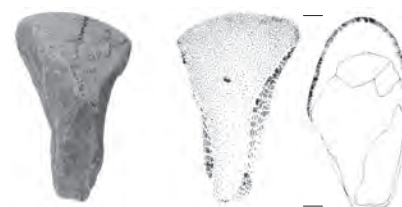
Epipaleolítico / Mesolítico

AF 3. ?, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso

Pico talhado

Objeto integrado na coleção do Abade Pedrosa cujos registos de proveniência, contexto e demais informações associadas à história do objeto são desconhecidas. Abundantemente documentada na região, nomeadamente nas jazidas costeiras (casalheiras), a ergologia característica do Epipaleolítico / Mesolítico, designadamente de picos, revela fortes tradições dos períodos anteriores inserindo-se tipologicamente nos complexos macrolíticos comuns do litoral do Noroeste Peninsular (BETTENCOURT 2010, 35).

Proveniência – (?), Santo Tirso
 Material – Quartzito (Seixo rolado de proveniência fluvial)
 Descrição – Pico talhado a partir de um seixo rolado. Talhe unifacial elaborado por técnica de percussão direta com extrações bidirecionais de perfil curvo, conservando apenas um terço do córtex. Gume sem fio com arestas erosionadas.
 Classificação e cronologia – Pico / Epipaleolítico| Mesolítico (?)
 Dimensões – Comprimento máximo 68 mm; Largura máxima 56 mm.





mm; Espessura máxima 40 mm; Peso 223, 4 gr.
Depósito - MMAP, 8, s/n.
Bibli. – MOREIRA 2007, 47, n.º 8; 2013d, 35-36.

Neolítico / Calcolítico

AF 4. Torre, Areias, Santo Tirso

Machado de pedra polida

Machado polido recolhido no lugar da Torre, freguesia de Areias. Integra a coleção arqueológica do Museu do Instituto Nun' Alvres (CAINA, s/n.º).

Proveniência – (?), Torre, Areias, Santo Tirso

Material – Gnaisse (?)

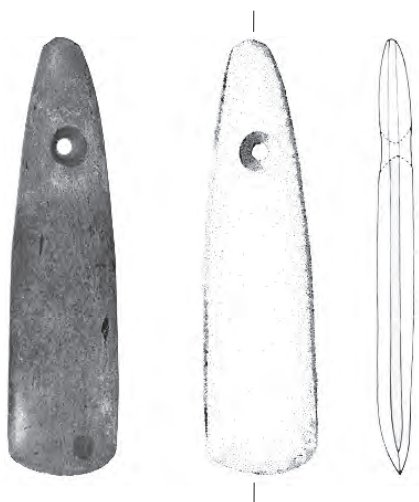
Descrição – Machado rudemente polido. Contorno subretangular, assimétrico, com gume plano-convexo. Secção subretangular. Gume muito erosionado com vestígios de utilização. Encontra-se fraturado ao nível do talão.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Neolítico | Calcolítico / ...

Dimensões – Comprimento máximo 115 mm; Largura ao nível do gume 48 mm; Secção do gume 28 mm; Secção do talão 31 mm.

Depósito – Museu Instituto Nun'Alvres, Santo Tirso, s/n.º.

Bibli. – Inédito



AF 5. Capela Velha, Monte Córdova, Santo Tirso

Machado/Placa perfurada

Machado/placa em pedra polida recolhido em 1915 no decurso das obras de ampliação da esplanada da “Capela Velha”, santuário consagrado a Nossa Senhora da Assunção, em Monte Córdova¹⁵³. Encontra-se atualmente em depósito no Museu Municipal Abade Pedrosa, em Santo Tirso, e integra a sua exposição permanente.

Proveniência – Capela Velha, Monte da Nossa Senhora da Assunção, Monte Córdova.

Material – Granito de grão muito fino com abundante turmalina.

Descrição – Machado/placa polido de granito de grão muito fino, de cor amarelada com abundante turmalina, integralmente polido¹⁵⁴. Contorno trapezoidal, alongado, com gume convexo descentrado e assimétrico. Talão pontiagudo de arestas arredondadas. Orifício para fixação de secção bitroncocónica, ligeiramente descentrado e assimétrico. Secção biconvexa. Não revela vestígios de utilização. Possível utilização votiva.

Classificação e cronologia – Tipo Machado-placa / Calcolítico

Dimensões – Comprimento máximo 171 mm; Largura máxima do gume 43 mm; Diâmetro máximo do orifício 5 mm; Espessura máxima 133 mm; Peso 155, 25 gr.

Depósito - N.º Inv.º MMAP 11 - MMAP, 6, s/n.

153. (...) Este instrumento apareceu um pouco mais acima da meia encosta do Monte de Nossa Senhora da Assunção, elevação destacada a Norte do maciço orográfico denominado Monte Córdova, freguesia do mesmo nome, Concelho de Santo Tirso, quando em Maio de 1915 se fizeram escavações para o alargamento da esplanada, nas traseiras da Capela ali existente, que hoje é conhecida por Esplanada da Capela Velha (...) (SANTARÉM 1952, 106).

154. Este tipo de granito é relativamente abundante no concelho de Santo Tirso, nomeadamente em Monte Córdova, junto ao santuário da Nossa Senhora da Assunção (ANDRADE 1952, 126-127).

Bibli. – PINTO 1930, 306; SANTARÉM 1952, 106-109, fig. 1; MOREIRA 2007, 46, n.º 6; 2013d, 41-42.

Do ponto de vista da técnica de fabrico ressalta a sua perfeita simetria e intenso polimento, não revelando vestígios de ter sido utilizado como instrumento de corte. O orifício, bem centrado no eixo definido pelo gume e pelo talão, apresenta um contorno bitroncocónico, com estreitamento no centro, consistente com um processo de elaboração concretizado em dois momentos de perfuração, cuja simetria revela um alinhamento perfeito em relação à secção.

Genericamente datados do Calcolítico, cujo contexto arqueológico de todas as ocorrências conhecidas se relaciona com túmulos megalíticos, este tipo de objetos têm vindo a ser interpretados como um tipo de oferenda funerária, característico de contextos de enterramento, constituindo um símbolo de prestígio e poder, revelador de um elevado estatuto hierárquico (LILLIOS; READ; ALVES 2000, 12-13) cujas características, nomeadamente a inexistência de vestígios de utilização do gume, assim como de desgaste nos orifícios de suspensão, parecem confirmar.

Objeto de grande perfeição de talhe e polimento sobre uma rocha particularmente dura, revelando uma técnica de execução extraordinária com poucos paralelos em Portugal. Constitui um digno exemplar do relativo escasso grupo de machados/placas perfurados conhecidos no Noroeste Peninsular, entre os quais se destacam os provenientes da Lagoa de Óbidos (LILLIOS; READ; ALVES 2000, 5-13), do Monumento 3 de Vale de Rodrigo, Évora; da Orca de Fojinho, Vila Nova de Paiva, Viseu (LEISNER 1998, 58); de Fronteira, Alentejo (FERREIRA 1970, 167-168), e na Galiza provenientes de Abelleira, Xermade, Lugo (BOUZA BREY; OTERO; MARTÍNEZ 1973, 46, 50, 52, Lám. I.1; VALCARCE 1984, 153-154, fig. 18) e Cerro del Garrote, Cárceres (VALCARCE 1984, 153) e Santa Cruz, Oviedo (JORDÁ CERDÁ 1977, 186-187).

AF 6. Nossa Senhora da Assunção, Monte Córdova, Santo Tirso

Machado polido / Bipene

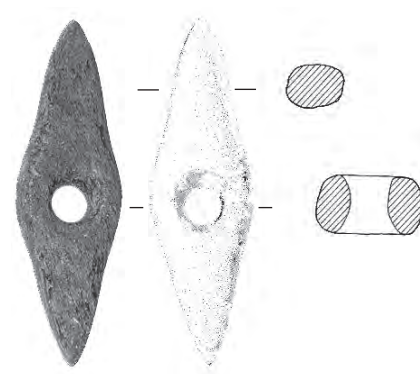
Instrumento de pedra polida de gume duplo com orifício central para fixação do cabo. O objeto foi recolhido em Abril de 1954, no decurso da abertura da estrada que liga a esplanada do santuário de Nossa Senhora da Assunção ao Alto da Bela (Mouro). Junto a este utensílio apareceu outro pequeno “machado” cujo paradeiro se desconhece. Integra atualmente o acervo expositivo do Museu Municipal Abade Pedrosa tendo sido alvo de várias referências bibliográficas (SANTARÉM 1955, 69-72; MOREIRA 2007, 47, n.º 11; 2013d, 43-44).

Proveniência – Santuário da Nossa Senhora da Assunção, Monte Córdova.

Material – Anfibolito.

Descrição – *Bipene* com perfuração central, integralmente polido nos dois planos. Duplo gume simétrico. Orifício central de perfil cilíndrico de recorte bitroncocónico. Secção circular. Gumes pontiagudos e afiados sem vestígios claros de utilização. Provável utilização votiva.

Classificação e cronologia – Fábregas Valcarce Tipo I.2B / Finais do



III milénio - Primeira metade do II milénio.

Dimensões – Comprimento máximo 103 mm; Espessura máxima 29 mm; Largura máxima 47 mm; Diâmetro do orifício 17 mm; Peso 275.6 gr.

Depósito - MMAP, 11.

Bibli. – SANTARÉM 1956, 69-72; MOREIRA 2007, 47, n.º 11, 2013, pp. 43-44.

Peças morfologicamente afins estão documentadas desde a região danubiana ao mundo mediterrânico, central e oriental (ALARCÃO; BARROCA 2012, 60), colocando em evidência a existência de fortes conexões entre diferentes regiões atlânticas, perceptíveis pela distribuição de outros materiais como, por exemplo, as pontas tipo Palmela. A cronologia de referência para os utensílios líticos perfurados de outras regiões da Europa centra-se entre finais do III milénio e a primeira metade do II milénio, cujo contexto parece consistente com as ocorrências do Norte de Portugal e da Galiza, associando-se a este fenómeno uma eventual reestruturação ideológica cuja formulação poderia entroncar em transformações de carácter socioeconómico e não fruto de contactos diretos (VALCARCE 1992, 265-280).

Este tipo de instrumento, a par das duplas “azuelas”, reúne um conjunto de rasgos morfológicos que lhes conferem um carácter de prestígio, perceptível pelo material em que são elaborados, o cuidado geral da execução das peças, em particular o polimento dos gumes e, fundamentalmente pela sua prevalência em contextos rituais, especificamente funerários, cuja cronologia e enquadramento cultural se relaciona com o aparecimento de sepulturas individuais de personagens masculinas de elevado estatuto, tumulados com um conjunto de objetos impregnados de um simbolismo guerreiro, constituindo, portanto, um fenómeno limitado a um segmento muito reduzido da sociedade.

Apesar de não ser conhecido o contexto do achado, a área geográfica em que se insere permite, com alguma segurança, intuir um contexto funerário, sugerido pelo elevado número de monumentos megalíticos conhecido na área do planalto de Monte Córdova.

São relativamente escassos os exemplares identificados no Noroeste Peninsular, onde se destacam os objetos provenientes da Galiza de Veiga das Mámoas, Guntín, Lugo, Monte Campelo, Begonte, Lugo (RELLÁN; VALCARCE, 2011, 259, fig. 1) e de Portugal, na região de Pombal (CASTRO 1963-64, 7-9, fig. 1, n.º 7).

AF 7. Monte Córdova, Santo Tirso

Objetos (machados, enxós) de pedra polida

Achado referido pelo Abade Pedrosa em carta dirigida a Martins Sarmento datada de 17.12.1888 - (...) *Ahi vae mais uma novidade, que não é de desprezar, tenho em meu poder um machado de pédra, apparecido em Monte Cordova debaixo d'um penedo assim como mais cinco ou seis, que me devem ser entregues ainda esta semana. Logo que os receba hei-de ir ao sítio saber a historia, não vou já para não espantar a caça. Segundo me affirmarão, são de diferentes tamanhos, há-os de palmo e palmo e meio, o que eu tenho mede um palmo escasso, tem d'um lado corte e do outro furador, ou ponta aguda. (AF 7(II))(...).*

Atualmente encontram-se no MMAP três dos cinco machados referidos pelo Abade Pedrosa como provenientes de Monte Córdova,

a que crescem outros dois depositados no Museu da Sociedade Martins Sarmento, identificando-se, portanto, a totalidade do depósito.

AF 7(I) - Machado de pedra polida

Proveniência – Monte Córdova, Santo Tirso

Material – Anfibólito.

Descrição – Machado integralmente polido. Contorno retangular e gume plano-convexo. Secção subretangular. Gume afiado com vestígios de utilização.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Neolítico | Calcolítico / ...

Dimensões – Comprimento máximo 104 mm; Largura máxima 29 mm; Espessura máxima 31 mm; Peso 304.6 gr.

Depósito – Inv.º Geral 922; MMAP, 5.

Bibli. – MOREIRA 2007, 46.



AF 7(II) - Machado de pedra polida

Proveniência – Monte Córdova, Santo Tirso

Material – Anfibólito.

Descrição – Machado (*azuela*) com superfície integralmente polida. Contorno subelíptico, alongado, com gume plano-convexo, simétrico. Talão pontiagudo com extremidade arredondada. Secção subcircular de contorno irregular. Gume afiado sem vestígios de utilização. Apresenta uma ligeira deformação na área central do corpo.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Neolítico | Calcolítico / ...

Dimensões – Comprimento máximo 234 mm; Largura máxima 50 mm; Espessura máxima 50 mm; Peso 1033.5 gr.

Depósito – MMAP Inv.º. Geral 923; MMAP, 9.

Bibli. – LIMA 1940, 201-202; MOREIRA 2007, 47.



AF 7 (III) - Machado de pedra polida

Proveniência – Monte Córdova, Santo Tirso

Material – Anfibólito.

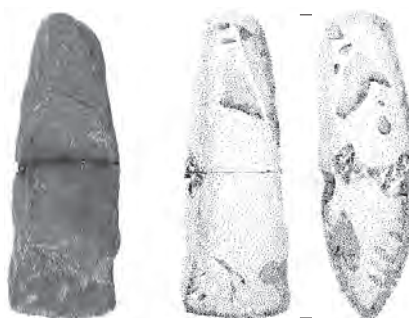
Descrição – Machado polido num único plano. Contorno trapezoidal assimétrico. Gume plano-convexo descentrado e assimétrico. Talão de contorno retangular. Secção subretangular. Gume pouco afiado com vestígios de utilização.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Neolítico | Calcolítico / ...

Dimensões – Comprimento máximo 127 mm; Largura máxima 44 mm; Espessura máxima 40 mm; Peso 393.4 gr.

Depósito – Inv.º Geral 224; MMAP, n.º 10

Bibli. – MOREIRA 2007, 47.



AF 7 (IV) - Machado (Furador)

Proveniência – Monte Córdova

Material – Xisto.

Descrição – Machadinha votiva (?) integralmente polida. Contorno trapezoidal simétrico. Gume plano-convexo centrado e simétrico, pouco afiado e com vestígios de utilização. Secção subretangular. Talão pontiagudo, simétrico.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Neolítico | Calcolítico / ...

Dimensões – Comprimento máximo 86 mm; Espessura máxima 18 mm; Peso 34 gr.

Depósito – MSMS, n.º 560.

Bibli. – Inédito



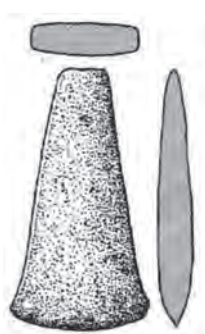
AF 7 (V) - Enxó

Proveniência – Monte Córdova

Material – Arenito.

Descrição – Enxó parcialmente polida. Contorno trapezoidal e perfil assimétrico. Planos diferenciados, sendo um deles côncavo. Gume

Guimarães, Francisco José Salgado (1980) *Museu Martins Sarmento. Secção de Indústrias Pré e Proto-históricas. Guia descritivo*, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães (MSMS, n.º 560; 678).



plano-convexo, simétrico. Secção subrectangular. Talão pontiagudo, simétrico, deficientemente polido.

Classificação e cronologia – Tipo ... / Neolítico | Calcolítico / ...

Dimensões – Comprimento máximo 190 mm; Espessura máxima 60 mm; Peso 643 gr.

Depósito – MSMS, n.º 678.

Bibli. – Inédito

Bronze Médio

AF 8. Monte Córdova (?), Santo Tirso

Machado plano

Machado recolhido em data imprecisa cujo contexto arqueológico se desconhece, divulgado em primeira mão por Mário Cardozo (CARDOZO 1930, 61) e, posteriormente integrado na tipologia de Monteagudo. Beatriz Comendador Rey apresenta um desenho elementar referindo que esteve depositado no Museu de Etnologia do Porto com o n.º 3511, sendo o atual paradeiro desconhecido (REY 1998, 89, n.º 102).

Segundo a mesma autora, que teve por base o trabalho de Monteagudo e Mário Cardozo (CARDOZO 1930, 61; MONTEAGUDO 1977, n.º 66), trata-se de um machado plano de perfil trapezoidal, de talão truncado e lados retos. De acordo com o desenho a secção apresenta um plano subretangular com talão pontiagudo e lâmina triangular, gume simétrico de recorte convexo, com as arestas levemente projetadas para além do desenvolvimento das faces laterais, apresentando uma ligeira curvatura para o interior.

Proveniência – Monte Córdova, Santo Tirso

Material - Bronze

Descrição - Machado plano de perfil trapezoidal e faces laterais retas. Talão truncado de secção retangular.

Tipologia / Datação - Tipo Monteagudo IB, Tafel 3, 66 | III milénio a.C. (2500 – 2000 a.C.).

Dimensões - Comprimento máximo 90 mm; Largura máxima do gume 43 mm; Espessura máxima 10 mm; Peso (?)

Depósito – Desconhecido.

Bibli. – CARDOZO 1930, 61; MONTEAGUDO 1977, n.º 66, 31; REY 1988, 89, n.º 102; JORGE 1986, 867; MOREIRA 2013d, 46.



AF 9. Santo Tirso, Santo Tirso

Machado de alvado e dupla aselha

Machado adquirido por José Leite de Vasconcellos em setembro de 1910 na cidade de Guimarães como sendo proveniente de Santo Tirso. Amplamente citado na bibliografia da especialidade, foi estudado pela primeira vez por L. Monteagudo, em 1977, tendo-lhe atribuído a designação *Santo Tirso* - Tipo 41. Recentemente foi alvo de um estudo exaustivo da autoria de Ana Ávila de Melo e Maria de Fátima Araújo que, para além da descrição, enquadramento tipológico e cronológico, conta com uma análise não destrutiva realizada através de espectrometria de fluorescência de Raios X. Trata-se de uma produção integrável na última fase do Bronze Final do Ocidente Peninsular da qual existem vários paralelos regionais que documentam a prevalência deste tipo de objetos na fachada costeira do Norte de Portugal.

Proveniência – Santo Tirso

Material – Bronze [**A** – Cu 75,6; Sn 11,8; Pb 12,4; Fe 0,1; Sb 0,1 / **B** – Cu 63,5; Sn 14,8; Pb 12,4; Fe 0,2; Sb 0,1]

Descrição – Machado de alvado e duas aselhas de patine verde acastanhada. Apresenta uma secção subquadrangular no alvado. A abertura do alvado é marcada por uma nervura espessa, seguida de uma canelura cavada, rematada por outra nervura muito espessa, a partir da qual arrancam as duas argolas. Aselhas ligeiramente assimétricas, de secção oval, de recorte desigual. Lâmina de secção triangular rematada por gume plano-convexo mais largo que o corpo. Numa das faces apresenta uma decoração composta por um duplo V a formar um nexo, em relevo, perfeitamente centrado no plano do gume, formando uma decoração triangular dupla.

Dimensões – Comprimento máximo 158 mm; Largura máxima 60 mm; Abertura do alvado 63 mm; Abertura ao nível das aselhas 72 mm; Espessura máxima 60 mm; Peso 850 gr.

Depósito – MNARQ – IG 11039.

Bibli. - MELO; ARAÚJO 2000, 53-63; CARDOZO 1969, fig. 5; MONTEAGUDO 1977, 245, Tipo 41 C; HARDAKER 1976; COFFYN 1983, 194; 1985, 221, 331, carta 42, est. LV, n.º 4; MOREIRA 2013d, 48.

AF 10. Chão da Presa, Santo Tirso

Machado de talão e dupla aselha

Machado recolhido na coleção do Abade Pedrosa que integrou a exposição exibida nos claustros do mosteiro, onde foi observado e sumariamente descrito por Serpa Pinto. Presentemente faz parte da exposição permanente do Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso.

Proveniência – Chão da Presa, Santo Tirso

Material – Bronze.

Descrição – Machado de talão de duplo anel e faces simétricas. Encontra-se fragmentado ao nível do arranque do talão que corresponde ao limite superior dos anéis. Lâmina plana e espessa, alargada, com gume de perfil curvo, isenta de nervuras. Lâmina de secção trapezoidal, fragmentada ao nível do gume.

Talão retangular com ressalto médio e espesso com abas laterais. Anéis de secção subcircular, assimétricos, implantados no centro das faces laterais dividindo a lâmina do talão. Ausência de rebarbas de fundição. Os vestígios de utilização são visíveis em ambas as faces da lâmina e no gume.

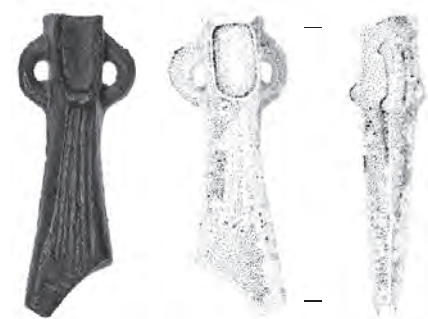
Classificação e cronologia – Tipo Monteagudo 35 A / Bronze Final.

Dimensões – Comprimento máximo 155 mm; Largura máxima 35 mm; Espessura máxima 40 mm; Peso 784.2 gr..

Depósito - MMAP, 33.

Bibli. - PINTO 1930, 306; MOREIRA 2005b, 19; 2007, 53, MMAP 33, 2013d, 51-51.

Em termos cronológicos, tradicionalmente, os machados de talão são atribuídos ao Bronze Final, ou, na designação de alguns autores ao “Bronze Tardio” (MONTEAGUDO 1977, 173). Durante a segunda metade do II milénio a.C. assiste-se a um forte incremento e diversificação da produção metalúrgica, na qual se identifica o aparecimento de formas de inspiração atlântica e mediterrânica, revelando um crescente contacto com comunidades da área meridional, certamente relacionado com a disponibilidade de estanho na região, assim como o incremento de produção das formas de tradição local, como é o caso dos machados de dupla



aselha.

O registo de inúmeros contextos funerários e deposicionais, que constituem a esmagadora maioria das ocorrências, reforça a ideia de atribuição de um carácter ritualizado da atividade metalúrgica, assim como uma dimensão mágica dos próprios artefactos, reforçando o seu valor simbólico. Neste contexto é admissível, como referiu Ana Bettencourt, que os vulgarmente designados – (...) ... “depósitos de fundidor”, inicialmente interpretados como ocultações concretizadas numa lógica funcionalista e económica, representem ações de ocultação e amortização de objetos de elevado valor e significado social, relacionadas com o mundo espiritual e religioso, cujas referências geográficas deverão corresponder a lugares de particular relevo ritual e de importância primordial para as respetivas comunidades (...) (BETTENCOURT 2010, 54).

Refira-se, a propósito, que o lugar do Chão da Presa, Santo Tirso, localiza-se nas proximidades da área de implantação da necrópole megalítica de Ervosa, assim como do lugar da Abelheira, Trofa, local onde foi identificado uma ocorrência deposicional de 30 machados de talão e dupla aselha, revelando uma certa continuidade de sacralização de lugares de forte significação coletiva, ressaltando o carácter excecional e o valor simbólico do achado.

Romanização

AF 11. Santa Maria de Negrelos, Roriz, Santo Tirso.

Aras votivas e funerárias

AF 11(I) - Ara votiva

Fragmento de ara identificada em 1884 no adro da capela de Santa Maria de Negrelos, oferecida à Sociedade Martins Sarmento por Jeronymo Theophilo Coelho de Sousa Leão, onde se encontra em exposição.



Metade superior de ara votiva de granito de grão grosso, muito poroso. Trabalhada nas quatro faces. Sobre a cornija apresenta um plinto com toros e fóculo. Capitel sobre faixa saliente em lintel simples. Não revela delimitação do campo epigráfico. O letreiro está apenas composto pela primeira linha que se encontra interrompida ao nível da face inferior das letras. Letreiro em caracteres atuários, bem nítidos e vincados. A primeira letra está omissa devido à fratura da face superior da aresta do fuste.

Dim.: 0,30 m x 0,16 m x 0,16 m

Diâm. externo do fóculo: 0,13.5 m

[I] OVI / [...]

A Júpiter

Alt. Letras

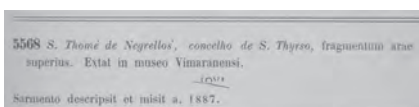
L1: 1: 4,5; 2: 3; 3: 2,5

Leituras e propostas interpretativas

1991 - [I] OVI / [...] – GARCIA 1991, 398.

1992 - [I] OVI / [...] – MOREIRA 1992, 24

Bibli. - CIL, II, S 5568; SARMENTO 1887, 185; 1933, 309-310, nota 3; GUIMARÃES 1901, 52; VASCONCELLOS 1905, 227, nota 3; CARDOZO 1935, 43, n.º 26; 1947, 105-106; SANTARÉM 1956c, 67;



CIL, II, S 5568

MOREIRA 1992, 23-24, est. III, fot. 7; 2004a, 35.

AF 11 (II) - Ara funerária

Ara encontrada inclusa numa parede do adro da capela de Santa Maria de Negrelos, Roriz. Foi oferecida, em 1884, à Sociedade Martins Sarmento¹⁵⁵ por Jeronymo Theophilo Coelho de Sousa Leão, onde atualmente integra a coleção da secção lapidar.

Ara funerária de granito de grão fino, de tom rosáceo, trabalhada nas quatro faces. Encontra-se fraturada no canto superior esquerdo e nos cantos inferiores. Capitel de formato quadrangular, com dois toros laterais lisos, fôculo soerguido. A base é constituída pelo prolongamento do fuste, sem que exista qualquer diferenciação. Delimitação do campo epigráfico inexistente.

Inscrição nítida em caracteres atuários, com ligeira inclinação à direita.

Dimensões: 0,65 m x 0,35 m x 0,29 m

Campo epigráfico: 0,32 x 0,21 m

Diâmetro externo do fôculo: 0,17 m

D(is) • M(anibus) • P(ompeius) • FLA/VINVS SOR/ORI • A(nnorum) • XX

Aos deuses Manes Pompeu Flavino erigiu à irmã de 20 anos.

Altura das letras:

L1 1:5,5; 2:5; 3:6,5; 4:6; 5:5,5

L2 1:4; 2:4,5; 3:5; 4:4,5; 5:5; 6:5,3; 7:3; 8:3,5

L3 1.2.3: 4,5; 4:5; 5.6:5

Espaços Interlineares:

1:2; 2:2,5/3; 3:1,5; 4:3/5

Leituras e propostas interpretativas

1887 – *Diis Manibus Piis. Flavinus sorori, (quae vixit) anos XX* – SARMENTO 1887, 187.

1901 – D(ais) m(anibus) P(ompeius) Flavinus sorori a(nnorum) XX – GUIMARÃES 1901, 63.

1956 – D(iis) M(anibvs) P(ompeivs) Flavinvs sorori a(nnorum) xx – SANTARÉM 1956, 68.

1992 – D(is) • M(anibus) • P(ompeius) • FLA/VINVS SOR/ORI • A(nnorum) XX – MOREIRA 1992, 25.

Bibli. - SARMENTO 1887, 187; 1933, 310-315; CARDOZO 1935, 90, n.º 48; 1947, 105; *CIL*, II, S, 5582; GUIMARÃES 1901, 63; MATTOS 1947, 78; SANTARÉM 1956, 65-66; MOREIRA 1992, 25-26, est. III, fot. 9; MOREIRA 2004a, 36.

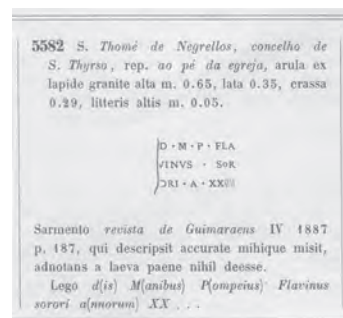
AF 11(III) - Ara anepígrafa

Ara anepígrafa. Serve atualmente de suporte ao altar da capela de Santa Maria de Negrelos, Roriz. Granito amarelo de grão médio com ligeiros laivos rosados. Encontra-se ligeiramente fraturada num dos cantos inferiores. Capitel de forma quadrangular com dois toros laterais lisos. Fuste quadrangular. Base quadrangular da mesma dimensão do capitel com ligação rampeada ao fuste.

Dimensões: 0,72 m x 0,36 m x 0,36 m

Campo epigráfico: 0,45 m x 0,28/0,29 m.

Bibli. – MOREIRA 2004, 36.



CIL, II, S 5582



155. A ara encontra-se atualmente no Museu da Sociedade Martins Sarmento sob o número de inventário 48.



AF 12. Igreja paroquial, Roriz, Santo Tirso.

Ara funerária

Ara funerária depositada no claustro da igreja paroquial de Roriz, descoberta na sequência das obras efetuadas pela Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1939, dada a conhecer por Carlos Faya Santarém em 1952¹⁵⁶.

Granito de grão médio da região. Forma paralelepípedica, assimétrica, apenas trabalhada na face e no lado direito. Encontra-se fraturada na face superior ao nível da 1ª linha, cujas letras foram cortadas sensivelmente a meio, desconhecendo-se, por isso, quantas linhas faltam. O campo epigráfico é apenas delimitado na face inferior onde transversalmente se inscrevem dois sulcos paralelos que recortam um toro de perfil arredondado. Na face epigrafada, junto do sulco inferior, desenha-se uma cruz de braços iguais em baixo relevo inscrita num círculo.

Inscrição nítida, em caracteres atuários bem vincados, de recorte e dimensão desigual, com inclinação predominante à direita.

A 1ª linha, de difícil interpretação, coloca um problema de leitura na segunda e terceira letras, que poderão ser transcritas como um D, I ou S.

O mau estado da superfície epigrafada impede-nos de interpretar corretamente as duas primeiras linhas, onde, por certo, estaria a identificação do dedicante.

Dimensões: 0,85 m x 0,43 m x 0,33 m

Campo epigráfico: 0,30/0,32 m x 0,43 m

(....) / EMISA A(?) (...) / VR • ECELD / D(e) • S(uo) • F(ecit) • AN(norum) / XXXXXI

Altura das letras:

L1 1:5,8; 2.3:5,5; 4:6,5; 5:7; 6: 6,5

L2 1:7; 2:6,5; 3:8; 4:7; 5.6:8,5; 7:7,5

L3 1:8; 2:7; 3.4:7,5; 5:6

L4 1:6; 2.3:7; 4.5:6,5; 6:7,5

Espaços interlineares

1:?: 2:0,7; 3:0,8; 4:1/2,5; 5:1,5

Leituras e propostas interpretativas

1953 - D(e) S(uo) F(ecit) An(norum) XXXXXI – SANTARÉM 1953, 401-402.

1956 - D(e) S(uo) F(ecit) An(norum) XXXXXI – SANTARÉM 1956c, 69.

1992 - EMISA / VR • ECELD / D(e) S(uo) • F(ecit) • AN(norum) / XXXXXI – MOREIRA 1992, 26.

Bibli. – SANTARÉM 1953, 401-402; 1956c, 69; MOREIRA 1992, 26-27, est. III, fot. 10; 2004, 36-37.

AF 13. S. Bartolomeu, Ervosa, Santo Tirso.

Ara votiva

Ara encontrada na capela de S. Bartolomeu, Santo Tirso, onde

156. O monumento encontra-se atualmente no claustro da igreja paroquial de Roriz.

servia de pia para água benta. Foi retirada por Carlos Faya Santarém em 1952 e colocada no Museu Municipal Abade Pedrosa, em Santo Tirso, onde atualmente se encontra (MMAF, n.º 170(1)).

Ara votiva em granito de grão fino, trabalhada nas quatro faces, com as arestas muito erosionadas e fraturada na face inferior. Base de forma quadrangular moldurada com três toros. O capitel, de forma paralelepípedica, com os cantos arredondados, apresenta uma cruz gravada no seu lado esquerdo e dois pequenos orifícios circulares na face. Fóculo escavado de recorte circular.

Epígrafe composta por caracteres atuários, muito ténues, de recorte desigual e de difícil leitura. Letreiro com inclinação predominante à direita e paginação deficiente, sem qualquer alinhamento ou eixo de simetria. O mau estado de conservação da epígrafe apresenta sérias dificuldades de leitura, em particular nas suas últimas linhas, tendo originado diferentes transcrições e interpretações.

Dimensões: 0,82 m x 0,24 m x 0,24 m;

Campo Epigráfico: 0,16 m x 0,17 m

Diâm. externo do fóculo: 0,17 m; Profundidade máxima 0,06 m

Dim.: da cruz – 0,13 m x 0,12 m

DOM(*ino*) DEO / N[EN]EOEC[O] / SEVERV(s) / [S]ATVRNI/NI
[F(*ilius*)] [EX] VO/TO POSV/IT NVMIN(*i*) / ...

Ao deus (Cosus) Neneoeco, Severo, filho de Saturnino, erigiu em cumprimento de voto

Altura das letras:

- 1: 1.2: 1,8; 3: 2; 4.5: 2,5; 6: 2,2;
2: 1: 2,2; 2: ?; 3: ?; 4.5: 2; 6: 2,5; 7: 2,2; 8: ?
3: 1: ?; 2: 2,6; 3: 2; 4.3,3; 5: 3; 6.2; 7: ?;
4: 1: ?; 2: 2; 3.4: 2,5; 5: 3; 6: 1,8; 7: ?;
5: 1: 2,4; 2: 2; 3.4.5: ?; 6: 1,8; 7: 2;
6: 1.2: 2; 3: 2,5; 4: 1,8; 5: 2,5; 6: 1,5;
7: 1: 2,5; 2: 2;

Esp. Inter.: 1: 0,5/1; 2: 1/1,5; 3: 1; 4: 0,5; 5: 1,5/2; 6: 2; 7: 1,5;

A inscrição apresenta caracteres muito ténues e mal recortados, tendo originado diferentes leituras entre os vários autores que abordaram o seu estudo;

Leituras e propostas interpretativas

1956 – DOM(*ino*) DEO / NENEOECO / SEVERVS / SATVRNINI/
NI F(?) (*ilius*) EX VOTO POSSVIT ... (...) – BOUZA BREY 1957,
256¹⁵⁷.

1901 – Deo domeno Cuseneneoeco ex voto Severus posuit –
GUIMARÃES 1901, 48.

1953 – DOM(*ino*) DEO NENEOEC[o] SEVERV[s] [s]ATVRNINI
F(?) (*ilius*) VOTO POSVIT ... – SANTARÉM 1953, 399.

1956 – Dom(*ino*) Deo Neneoec[o] Severv[s] [S]atvrnini F(?)(*ilivs*)
[ex]voto posvit.... – SANTARÉM 1956c, 68.

1962 – DOM(*ino*) DEO / NENEOECO / SEVERV(s) / [S]ATVRNI/
NI F(*ilius*) VO/TO POSVIT. NVMIN(*i*) / ... – MARTINEZ, 1962,
122.

1990 – DOM(*ino*) DEO / NENEOC[O] / SEVERV[S] / [S]ATVRNI/
NI F(*ilius*) EX VO/TO POSVIT – ALBALAT 1990, 249, n.º 10b.



157. A interpretação parcial das duas últimas linhas, segundo o autor, poderia revelar a fórmula final consacratória - *numini maiestatique eius dicatissimus*.

1991 – DOM(ino) DEO / NENEOEC[O] / SEVERV[S] / [S]ATVRNI / NI F(ilius) [EX] VO/TO POSV/IT HOMVLLV/S CATVR[O?] – GARCIA 1991, 303.

1992 – DOM(ino) DEO / N[EN]EOEC[O] / SEVERV[S] / [S]ATVRNI NI [F(ilius)] [EX] VO/TO POSV/IT [...] – MOREIRA 1992, 21.

1995 – Dom(inus) deus / 2 N(em) eoec(us).... – PALAZÓN 1995, 85.

2000 – DOM(ino) DEO NENEOECO / SEVERV(S) / (S)ATURNI / NI F(ilius) VO/TO POSV/IT. NVMUN(i) / – MARTINHO 2000, 98.

2007 – Dom(ino) deo / Nen(=m)eoec[o] / Severu[s] / [S]aturni/ni f(ilius) [ex] vo/to posu/it numin(i)/... – SILVA 2007, 438, n.º 683

Bibli. – ILER 896; SANTARÉM 1953, 397-402; BOUZA BREY 1957, 256; HAE 514; AE 1957, 315; AZEVEDO 1957, 293-301; BLÁZQUEZ 1962, 122; 1975, 32; ENCARNACÃO 1975, 164-179; SILVA 1986, 274; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/357; fig. 31; ALBALAT 1990, n.º 10b, 249, nota 14; GARCIA 1991, 303, n.º 51; TRANOY 1991, 274; PALAZÓN 1995, 85; MARTINHO 2000, 98; PEDREÑO 2002, n.º 20, 166; SILVA 2007, 438; MOREIRA 1992, 21-22, fot. 5; 2007, 93; 2004, a 38-39; 2010, 310-311; 2013d, 72-74.

AF 14. Mosteiro de Santo Tirso, Santo Tirso.

Inscrição votiva

A epígrafe encontra-se incrustada na parede norte do 1º claustro do antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso. Segundo Carlos Passos, teria sido recolhida nos escombros da velha igreja do séc. XIV, demolida no séc. XVII, para a construção da atual matriz (PASSOS 1956, 30). Foi dada a conhecer por Jorge Cardoso, em 1666, e transcrita, posteriormente, por Carvalho da Costa, em 1706-1708¹⁵⁸, por Vilhena Barbosa em 1863 e em 1877 por Pinho Leal, sendo recorrentemente citada a partir dessa data¹⁵⁹.

Lápide votiva de granito de grão fino, de tom rosáceo, de formato retangular. Encontra-se danificada no canto inferior esquerdo com prejuízo da integridade da epígrafe. Não apresenta campo epigráfico delimitado.

Inscrição nítida com letra monumental quadrada bem vincada. Apesar de as duas últimas linhas sugerirem uma disposição de texto segundo um eixo de simetria central, as duas primeiras linhas apresentam alinhamento à esquerda, assim como a terceira, se tivermos em conta que a inscrição nesse local se encontra fraturada.

Pontuação bem colocada. Sobre os numerais apresenta-se a habitual barra horizontal. A primeira letra da fórmula final consacratória tem vindo a ser apresentada como inexistente de



158. Carvalho da Costa originou um conjunto de equívocos relacionados com deficientes leituras que deram lugar à mítica referência da lápide que registava o feito do soldado romano que tinha morto Viriato - (...) *O Mosteiro Duples de S. Tirso, situado no mesmo Concelho de Refoyos, & Bispado do Porto, cujo Bispo Dom Rodrigo da Cunha chama da Magdalena, fundado junto do rio Ave, que lhe banha a cerca, parece haver sido hum Templo da Gentilidade, por hum sepulchro que nelle se achou com letras, que dizião: Aqui jaz Sylvano Capitão de huma legião Romana.* (...) (COSTA 1706-1708, 326 = FERNANDES 1986, 326).

159. Veja-se, BARBOSA 1863, 238; 1886; CARDOSO 1666.

Pinho Leal, de forma fantasiosa, refere o contexto da sua descoberta - (...) *Quando se andava reedificando a egreja (1650) se achou embutido em uma das suas paredes, um sepulchro de pedra, ainda inteiro, contendo cinzas. Tinha esculpidas as águias imperiaes, e por baixo d'ellas esta inscripção* – L. VALERIVS SILVANVS MILES LEG. VI VIXIT VIRIATO. – (Lúcio Valério Silvano, militar da 6ª legião, que venceu Viriato) (...), (LEAL; FERREIRA 1877, 612).

forma que se transcreve dentro de parênteses retos, leitura que não adotamos, depois de termos verificado que, apesar de a lápide se encontrar fraturada no local, a haste direita do V ainda é visível.

A sua leitura não revela dificuldades de maior, pelo que adotamos a fórmula corrente à qual introduzimos apenas a correção da leitura da 3ª linha, que vinha a ser interpretada como [DE](o) TVRIACO, pela existência do que se supunha ser a parte superior do O. Efetivamente, uma observação mais minuciosa limita essa interpretação, não só pelo facto do esboço da letra não ser conclusivo, como também se depreende do alinhamento do texto no qual a colocação de *Turiaco* se encontra perfeitamente centrada, obedecendo à paginação rígida de todo o monumento.

O seu contexto arqueológico estará diretamente relacionado com a *villa* romana da Devesa, Santo Tirso, que dista do local em que se encontra hoje apenas 1000 m.

Dim.: 0,38 m x 0,87 m; Camp. Epig. 0, 325 m x 0,795 m.

L(*ucius*) • VALERIVS • SILVANVS / MILES • LEG(*ionis*) VI(*sextae*)
• VICT(*ricis*) / TVRIACO / V(*otum*) • S (*olvit*) • L(*ibens*) • M(*erito*)

Lúcio Valério Silvano, soldado da VI legião, a “Vencedora”, a Turiaco cumpriu este voto de boamente.

Altura das letras:

1: 1: 7; 2.3: 6,5; 4: 7; 5.6.7: 7,5; 8.9.10: 7; 11: 7,3; 12.13.14.15.16.17: 7.
2: 1: 7,3; 2: 7; 3.4: 7,4; 5: 7,5; 6: 7,4; 7.8: 7; 9.10: 6,8; 11.12: 7; 13: 6,5;
14: 7.

3: 1: 7,2; 2.2: 3.4: 7; 5: 6,8; 6.7: 7.

4: 1.7; 2: 7,3; 3.4: 7.

Espaços Interlineares:

1: 2,5/3; 2: 2; 3.4: 3; 5: 5; 6: 3;

Bibli. - CARDOSO 1666; COSTA 1706-1708, 326; BARBOSA 1863, 238; 1886; SARMERNTTO 1884, 106, 303-304; 1895, 178-79; 1933, 173, 179, 304, 422; COELHO 1887, 375-377; CARNEIRO 1894, 19-IV-1894; GUIMARÃES 1901, 53; VASCONCELLOS 1905, 324-326; CARDOZO 1935, 40, n.º 23; 1947, 127, 149-152; LIMA 1940, 97-99, 100; MATTOS 1947, 72-73; TOVAR NAVASCUES 1950, 184; PASSOS 1956, 30-31, fig. 3; SANTARÉM 1956c, 170; 1955, 66-67; BLAZQUEZ 1962, 196-197; 1975, 182-183; *CIL* II, 2374; II, S, 5551; *ILER* 945; ENCARNAÇÃO 1975, 298; UNTERMANN 1980, 350, 360; TRANOY 1980, 278; LE ROUX 1982, 182-183; 2002, 16, 107-128, fig. 1; 2011, 255; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/358; ALBALAT 1990, 152-153, nota 148; GARCIA 1991, 351, n.º 199; MOREIRA 1992, 20-21 fot. 4; 2004a, 39-41; 2005, 33; 2007, 22, 28, fot. N.º 1; 2010, 311-313; 2013d, 98-100; VILLAR 1993-95, 364-365; *HE*, 1071; PEDREÑO 2000, 71; SILVA 2007, 444, 736 (Epig. 151).

Leituras e propostas interpretativas

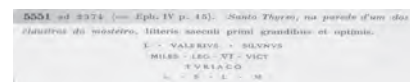
1666 – L. VALERIVS SILVANVS / MILES LEG. VI VIXIT / VIRIATO – CARDOSO 1666, 824.

1901 – L. Valerius Silvanus miles leg(ionis) VI vict(ricis) (De)o Turiaco s(olvit) l(libens) m(erito) – GUIMARÃES 1901, 53.

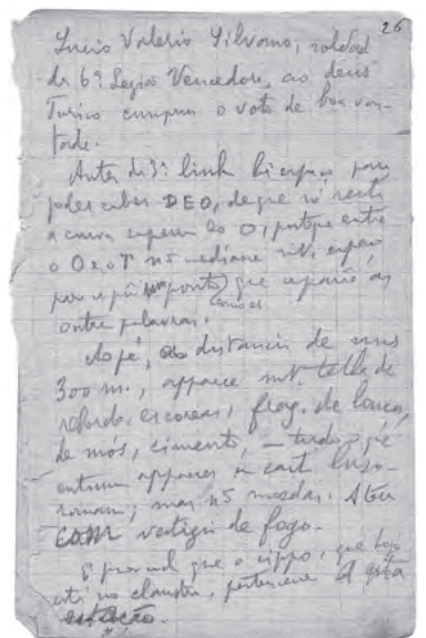
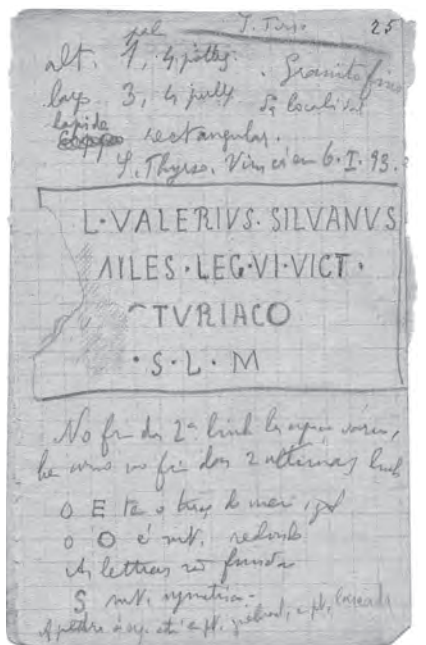
1905 – L(*ucius*) Valerius Silvanus, miles leg(ionis) VI Vict(ricis), [de] o TURIACO [v](*otum*) s(*olvit*) l(*ibens*) m(*erito*) – VASCONCELLOS 1905, 324.

1947 – LVCIVS VALERIVS SILVANVS MILES LEGIONIS SEXTA VICTRICIS DEO (?) TVRIACO VOTVM SOLVIT LIBENS MERITO – MATOS 1947, 72.

1956 – L. Valerius Silvanus / Miles Leg. VI Vict. / Turiaco / S.L.M. –



CIL, II, S, 5551.



VASCONCELLOS, José Leite de
[Autógrafo]. Acessível na biblioteca do
Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa,
Portugal.
Arquivo pessoal JLV. Cx5 Informações e
achados por proveniência, env. St.º Tirso.

1956 – L(vcivs) Valerivs Silvanvs miles leg(ionis) VI vict(ricis)
 [Deo?] Turiaco v(otvm) s(olvit) l(ibens) m(erito) – SANTARĒM
 1956c, 67

1991 – L(*ucius*) • VALERIVS • SILVANVS / MILES • LEG(*ionis*) • VI
• VICT(*ricis*) / [DE]O TVRIACO / V(*otum*)] • S(*olvit*) • L(*ibens*) •
M(*erito*) – GARCIA 1991, 351.

2007 – *L(ucius) Valerius Silvanus / miles Leg(ionis) VI Vict(ricis) / [de]o Turiaeco / [v(otum)] s(olvit) l(ibens) m(erito)* – SILVA 2007, 444, n.º736.

A estrutura da epígrafe e o contexto histórico-arqueológico da *legio VI Victrix* sugeriram a Alain Tranoy uma datação no período Júlio-Cláudio (TRANOY 1980, 278).

A interpretação epistemológica da palavra *Turiaco* foi abordada, em primeira mão, por Adolfo Coelho e Leite de Vasconcellos, cujos estudos se complementam (COELHO 1889, 375-377; VASCONCELLOS 1905, 324-325). Segundo Leite de Vasconcellos a palavra seria composta por *Turi+acus*, cujo radical, de origem céltica, se identifica no irlandês *tor*, que representaria o primitivo *tur*, encontrando-se a fórmula *tor* com sentido de «senhor», «nobre» ou

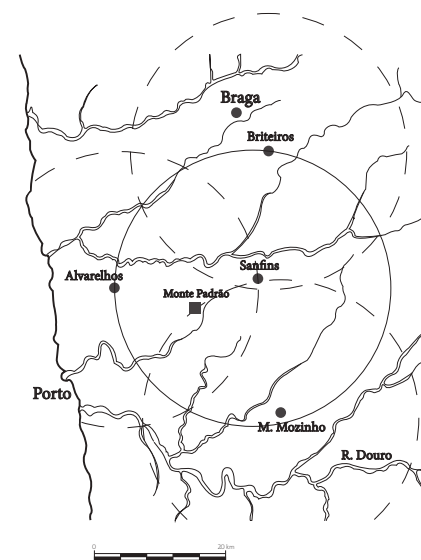
«rei». O sufixo *-acus*, também de origem céltica, serviu para formar nomes de pessoas, povos e lugares, considerando-se a primitiva significação dos nomes assim formados de adjetival possessiva (VASCONCELLOS 1905, 253). Neste sentido, numa interpretação literal, poder-se-ia entender a formação de *Tur+i+acus*, como «nosso senhor» ou «nosso deus».

A cúpula onomástica – *Valerius Silvanus* –, indica a origem hispânica do dedicante, concretamente da face leste da Península (LE ROUX 1982, 183, nota 27; ALFOLDY 1975, n.ºs 353-354, 195). O antropónimo *Silvanus* parece revelar uma incidência cultural e um expressivo carácter mitonímico – *Silvanus* –, deus das florestas¹⁶⁰ embora muito pouco vulgar entre nós, são conhecidos alguns exemplos na Lusitânia¹⁶¹ (ENCARNAÇÃO 1984, 797, 838, n.º 435; 636, n.º 570).

O deus *Turiaco* documenta-se na epígrafe de Santo Tirso e numa outra proveniente de Lamoso, Paços de Ferreira. A sua análise em estudos mais recentes tem vindo a estabelecer duas linhas interpretativas. A primeira assume a designação da divindade como um epíteto que corresponderá ao deus *Cosus* com correspondência a Marte no panteão romano. A proposta de Jorge Alarcão (ALARCÃO 2000, 48), que sustenta a possibilidade de existência de um “cantão” *Torebriga* ou *Turebriga* como sede em *Tureia* ou *Turaia*, integrado no território dos *Callaeci*, é formulada a partir da interpretação da dedicatória de Lúcio Valério Silvano ao deus indígena *Turiacus*, epíteto que se relaciona com o deus *Cosus* (*Nemetati*), – *Cosus Turiacus* –, divindade protetora do cantão *Tureia* ou *Turaia*, eventualmente identificado com o Castro de Alvarelhos, estabelecendo uma relação com a paróquia suévica – *Torebria* –, que Almeida Fernandes localiza no concelho de Penafiel.

A opinião de Olivares Pedreño, à semelhança de Alain Tranoy (TRANOY 1981, 278) e José de Encarnação (ENCARNAÇÃO 1975, 294), não admite a identificação de *Turiaco* como divindade aquática defendida por Blázquez (BLÁZQUEZ 1962, 196), considerando estarmos perante um apelativo cujo teónimo se desconhece, que pode não estar relacionado com hidrónimos, uma vez que a raiz se encontra em outros epítetos, valorizando o contexto geográfico onde se identificam três epígrafes dedicadas a *Cosus*, equacionando mesmo a possibilidade de estarmos perante uma dedicatória a esse deus (PEDREÑO 2000, 71). Recentemente também F. Villar sugeriu que a inscrição poderia ser dedicada a *Reve* estando o teónimo subentendido (VILLAR 1993-95, 364-365), constituindo *Turiaco* um adjetivo derivado do hidrónimo *Turia*.

A segunda perspectiva de análise, valorizando uma abordagem de carácter regional, identifica o deus *Turiaco* numa ótica Dumeziliana, admitindo a existência de uma tríade funcional, representada de forma simplista pela sabedoria (*Iupiter*), pela força (*Cosunea*) e pela



Proposta de hierarquização do povoamento proto-histórico no Noroeste Português.



Organizações gentílicas da área meridional do Noroeste Português.

160. *Silvanus*, divindade romana de estatuto secundário no panteão romano. Presidia aos bosques e campos e, em menor grau, à caça e à pastorícia, recebendo, por vezes, o epíteto de *domesticus* e *silvestris*. O seu culto foi bastante popular em época imperial, constituindo na Lusitânia a principal divindade dos meios rurais, onde se constata através dos antropónimos mais frequentes e da estrutura nominal, que os ofertantes, maioritariamente seriam escravos ou libertos (FERNANDES 2002, 149-150). Do ponto de vista iconográfico era frequentemente representado como um velho alegre, coroado de hera e com uma foice na mão (SCHMIDT 1985, 245).

161. Veja-se, por exemplo, a epígrafe conservada na igreja de Idanha-a-Velha, datada do séc. I – *Caerivs · Dauto/nis · f(ilius) · Silvanvs / sibi · et · uxori / Silae · Silionis · f(ilia) / f(aciendum) c(uravit)* – (HAE 1096; FERREIRA 2004, 82-83, n.º 48, lám. VI, 9: HE 346, n.º 897), e a inscrição de Conímbriga – [...i]us · Silvanus / [ol]isiponensis / [S] aturnino · f(ilio) / [q(ui)] vix(it)] na(nos) III – (Exposição Permanente no Museu Monográfico de Coimbra. Roteiro 1984, 42).

fecundidade (*Turiaco*) (SILVA 1999, 64-65). A proposta baseia-se na análise da estrutura do povoamento regional, na presunção de uma hierarquia dos assentamentos e, fundamentalmente, em aspetos de carácter sociocultural expressos no domínio religioso, designadamente através do culto de divindades tutelares próprias, fenómeno a partir do qual se tem vindo a identificar os territórios dos *castella*, presumindo uma autonomia relativa destes em relação aos *populi*. Referimo-nos, em concreto, às epígrafes provenientes de Lamoso, Paços de Ferreira¹⁶² e Santo Tirso. Nesta perspetiva, *Turiaco* assume-se como uma divindade indígena evocativa de uma forma especial de proteção relacionada com as atividades produtivas ou, de forma mais abrangente, com a prosperidade e a fecundidade, que, a par de *Iupiter* e *Cosunea*, esta última explicitamente mencionada na epígrafe de Burgães, Santo Tirso, no Penedo das Ninfas, Paços de Ferreira, e subentendida na ara de S. Bartolomeu, Santo Tirso, formaria uma tríade de divindades superiores (MOREIRA 2010, 180-182).



SEVERO 1893,131

AF 15. Portelas, S. Mamede de Negrelos, Santo Tirso
Necrópole (?)

Necrópole referenciada e dada a conhecer por Ricardo Severo, em 1893. O achado ocorreu em 1886 no lugar de Portellas, S. Mamede de Negrelos, cuja descrição indicia tratar-se de um contexto funerário – (...) *Ahi, no lugar de Portelas, construía-se, a meia encosta, uma casita que apenas mostrava o começo das suas alvenarias; e, na abertura do cabouco para assentar de nível os alicerces, descobriram entre a camada superior da terra vegetal vários restos de louça e alguns vasos ainda completos (...)*. O único vaso conservado intato, ilustrado no artigo, consiste numa bilha de bojo rebaixado de perfil troncocónico que o autor descreve da seguinte forma – (...) *Têm, como se vê, forma muito vulgar nos mobiliários dos romanos, que plenamente justifica esta sua classificação. De um barro grosseiro, ligeiramente micáceo, conserva o estriado e a regularidade circular que dá o torno do oleiro, caracteres idênticos aos dos outros restos de louça que ainda pude examinar, fragmentos de grandes vasos, de fôrma indeterminável (...)*. (SEVERO 1893, 130-131).

O local referenciado dista cerca de seiscentos metros da capela de Santa Maria de Negrelos, local em que foram recolhidos inúmeros vestígios, designadamente epigráficos - uma ara votiva dedicada a Júpiter, uma ara funerária e uma ara anepígrafa (Cat. AF 15 (I, II, III)), indiciando a possibilidade de nas imediações poder existir um assentamento de tipo *villa*.

Proveniência - Lugar de Portelas, S. Mamede de Negrelos, Santo Tirso.

Material - Cerâmica.

Descrição - Bilha / Garrafa - Revervatório subcilíndrico, levemente troncocónico, marcado por uma carena na face superior que distingue nitidamente o bojo do arranque do colo. Fundo plano, levemente recuado, de assentamento pleno. Colo curto muito pronunciado a definir um gargalo afunilado. O bordo é marcado por uma moldura arredondada, evidenciando um perfil contracurvado, rematado por um lábio projetado para o exterior de secção arredondada. Asa de fita, de secção plano-convexa, com desenvolvimento a partir da carena

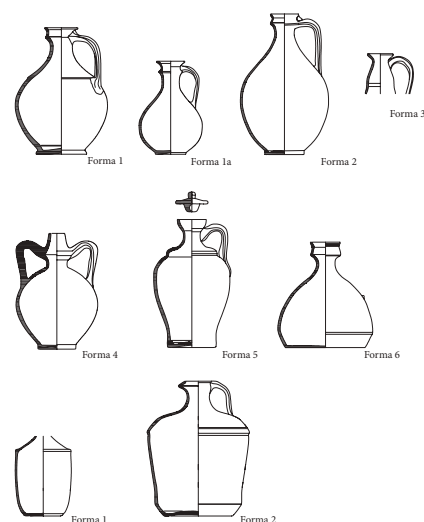
162. Ara recolhida na igreja paroquial de Lamoso, Paços de Ferreira. Segundo proposta de Armando Coelho (SILVA 2007, 444, n.º 735) a sua transcrição apresenta-se da seguinte forma; C[osi?]^o T/uriaco / Fid(uenearum) Ate/nniens/es / l(ibenter) a(nimo) p(osuerunt) / h(oc) m(onumentum) / ae(re) l(ecto)?.

que marca a distinção do bojo e o colo até à moldura implantada na zona do bordo, apresentado uma progressiva inclinação para o interior.

Dimensões - A ilustração refere a seguinte referência de escala 1/4 gr. Nat.

As bilhas/garrafas constituem uma forma cuja função se relaciona diretamente com a armazenagem e o ato de servir líquidos (água, vinho). Constitui uma peça de ampla representação nas necrópoles desde época alto-imperial até ao final do império. No norte são frequentes em contextos tardorromanos constituindo uma forma que se vulgariza em contextos funerários, tendo sido frequentemente decorada com pintura. A sua morfologia associa-se diretamente à difusão da forma Isings 50 e 51 da produção vidreira com a qual se encontra formalmente vinculada. Encontra-se mal representada no acervo ceramológico das necrópoles estudadas entre Leça e Ave onde apenas se identificaram dois exemplares, a que corresponde uma expressão percentual de 1,4%. As *garrafas de corpo cilíndrico e gargalo curto* apresentam um perfil reto e o corpo levemente troncocónico. Colo alto e muito curto de estrangulamento suave. Gargalo bitroncocónico com bordo introvertido e lábio arredondado projetado para o interior, marcado por carena externa vincada com ângulo pronunciado. O bojo, de perfil troncocónico, apresenta ombros largos vincados por uma canelura de perfil arredondado. Fundo discoidal levemente côncavo, de espessura irregular com aumento progressivo para o centro. Asa em fita de secção plano-convexa de desenvolvimento vertical a partir do ombro à carena do bordo. Capacidade de referência 900 cm³. Morfologicamente apresenta características muito próprias distinguindo-se claramente dos demais recipientes de transporte e armazenagem de líquidos, integrando, provavelmente, um serviço de mesa e destinar-se-ia a servir líquidos. É vulgarmente designada nos diferentes estudos por garrafa, apesar da sua dimensão, nomeadamente o diâmetro do reservatório, a aproximar mais das bilhas do que das garrafas. Apresenta algumas variantes ao nível do bordo e estrangulamento do gargalo sem que, no entanto, seja possível, a partir desse elemento, estabelecer qualquer diferenciação tipológica ou cronológica. A. Martim ao estudar os materiais provenientes de Arcóbriga refere a associação desta forma com peças de sigillata hispânica de cronologia alto-imperial, nomeadamente a Forma 55 de Mesquíz (MARTÍN 1992, 157). A datação sugerida pela necrópole da Valdoca, Aljustrel, aponta para uma ampla cronologia que se estende desde a segunda metade do séc. I a finais do séc. IV.

Do Alentejo são conhecidos paralelos provenientes de Aramenha (NEVES 1972, 18, est. IV, n.º 28) e da necrópole da Valdoca com dois exemplares com cronologias distintas - o primeiro, datado da 2ª metade do séc. I e 1ª metade do séc. II, o segundo, da 2ª metade do séc. III - primeira metade século V (ALARCÃO; 1966, 51-53, est. XIV, sep. 198, n.º 2; 65-66, est. XVII, sep. 244, n.º 4). São ainda conhecidos paralelos da necrópole de Serrones (VIANA 1955, n.º 137, 153), da Horta de Pinas, Elvas (VIANA 1958, est. XVIII, n.º 176) e Santo André (NOLEN; DIAS; VIEGAS 1981, 82, 128, fig. XXIII, D 15/16.9; fig. XLIV, F3.14). Os exemplares pintados, provenientes de Clúnia integram a forma 5 da tipologia de Abascal Palazón, para as produções alto-imperiais (PALAZÓN 1986, 66-67, 338-343, n.º 192-195, 198-226). Os paralelos regionais são relativamente abundantes, designadamente provenientes de ambientes funerários, merecendo particular destaque o exemplar procedente da necrópole de Gulpilhares, Vila Nova de Gaia, cujas características morfológicas são idênticas ao exemplar da Forca (LOBATO 1995, 64, est. XXX, n.º



Quadro tipológico das bilhas e garrafas identificadas nas necrópoles localizadas entre Leça e Ave (MOREIRA 2010, 135-170, Est. XVII).



107) e ao de S. Mamede de Negrelos.

Bibli. – SEVERO 1893, 130-131.

AF 16. Igreja, S. Martinho do Campo, Santo Tirso

Ara votiva

Ara votiva recolhida em janeiro de 1907 na igreja de S. Martinho do Campo, Santo Tirso, onde servia de suporte à pia batismal. No mesmo ano foi entregue, a título de depósito, ao Museu Arqueológico da Sociedade Martins Sarmento pela Junta da Paróquia da freguesia de S. Martinho do Campo, onde permanece integrada na exposição permanente (GUIMARÃES 1907, 81).

Suporte em granito de grão fino de tom rosáceo, trabalhada nas quatro faces, fragmentada no capitel e no fuste. Capitel de forma quadrangular, com toro liso do lado direito. Fóculo escavado.

Caracteres atuários, nítidos, com inclinação predominante à direita e ligeiramente descaídos. Paginação deficiente, decrescendo progressivamente a dimensão dos caracteres, assim como dos espaços interlineares, o que obrigou à junção da última linha à base e à utilização da face lateral direita para a colocação da fórmula final consagratória.

Dimensões: 0,62 m x 0,26 m x 0,25 m / Fóculo - 0,16 m
Campo Epigráfico - 0,26.5 m x 0,21 m / Face lateral esquerda - 0,19 m x 0,15 m

FVSCIN/VS FVSC(*i filius*) / D(*eae?*) D(*ominae?*) N(*ostrae*) / ABNE ||
M(*erito*) / L(*ibens*) A(*nimo*) / P(*ossuit*).

Fuscino, filho de Fusco, de boamente erigiu ao mérito da deusa e senhora, Abna.

Altura das letras:

L1: 1:5; 2:5,5; 3:5; 4:5; 4; 6:6
L2: 1:5; 2:6; 3:4:6; 5:6: 6,5
L3: 1:6; 2:5,5; 3:5
L4: 1:5; 2:6; 3:4; 4:4,5

Sinistra:

L5: 1:5
L6: 1:7; 2:6,5
L7: 1:8

Espaços Interlineares:

L: 1:2,5; 2: 3; 3:0,8; 4:2

A primeira leitura e desdobramento do letreiro foram fornecidos por João Gomes de Oliveira Guimarães no momento em que deu conta da integração da peça na coleção da Sociedade Martins Sarmento em 1907 (GUIMARÃES 1907, 81). O desdobramento das abreviaturas viria a ser interpretado pelo autor da seguinte forma – Fvscinvs Fvsci (*filius*) d(*onum*) d(*edit*) Afatone. M(*erito*) L(*ibens*) a(*nim*) p(*ossuit*). Posteriormente, em 1913, Leite de Vasconcellos, propôs a seguinte interpretação – Fvscinvs Fvsci d(*eae*) d(*ominae*)² a(*ugustae?*)³ ABNE (=Abnae)⁴ m(*erito*) l(*ibens*) a(*nimo*) p(*ossuit*) –, (VASCONCELLOS 1913, 214-215, fig. 89). Com esta interpretação concordou José de Encarnação que, apesar de algumas hesitações, manteve a proposta de Leite de Vasconcellos (ENCARNAÇÃO 1970, 209-210). Reproduzimos a leitura de Armando Coelho cuja leitura

diverge sensivelmente das anteriores.

Leituras e propostas interpretativas

1907 - Fuscinus Fusc(i) filius) d(onum) d(edit) Afatone. M(erito) L(ibens) a(nim) p(osuit) – GUIMARÃES 1907, 82.

1913 - Fvscinvs Fvsci d(eae) d(ominae)² a(ugustae?)³ ABNE (=Abnae)⁴ m(erito) l(ibens) a(nimo) p(ossuit) – VASCONCELLOS 1913, 215.

1946 – FVSCINVS FVSCI DEAE DOMINAE AVGVSTAE (?) ABNE MERITO LIBENS ANIMO POSVIT – MATTOS 1946, 79.

1956 – Fvscinvs Fvsc(i) d(eae) d(ominae) a(ugustae ?) Abne (= Abnae) m(erito) l(ibens) a(nimo) p(osuit) – SANTARÉM 1956c, 65.

1970 – FVSCIN/VS FVSCI (filius) / D(eae) D(ominae) A(ugustae?) / ABNE / M(erito) / L(ibens) A(nimo) / P(osuit) – ENCARNAÇÃO 1970, 210.

1981 - Deux (-a) Dominus (-a) Noster (-ra) Anba – TRANOY 1981, 268.

1991 – FVSCIN/VS FVSC(i) filius) / D(eae?) D(ominae?) N(ostrae) / ABNII (Na face direita) – M(erito) / L(ibens) A(nimo) / P(osuit) – GARCIA 1991, 281.

1992 – FVSCIN/VS FVSC(i) / D(ea) D(ominae) A(ugustae) / ABNE / M(erito) / L(ibens) A(nimo) / P(osuit) – MOREIRA 1992, 24-25.

2007 – Fuscini/us Fusc(i) filius) / d(eae?) d(ominae?) n(ostrae) / Abne || m(erito) / l(ibens) a(nimo) / p(osuit) – SILVA 2007, 433.

Bibli. – CIL II, 779; GUIMARÃES 1907, 81-82; 91-92; VASCONCELLOS 1913, 214-215, fig. 89; SARMENTO 1933, 9; CUEVILLAS 1933-34, 219; CARDOZO 1935, 23, n.º 19; MATTOS 1947, 79; SANTARÉM 1956c, 64-65; BLÁZQUEZ 1962, 15; ENCARNAÇÃO 1970, 209-211; 1975, 77-78; ILER, 704; TRANOY 1981, 23, 268; ALARCÃO 1988, 2 (1), 20:1/365; GARCIA 1991, n.º 1, 281; MOREIRA 1992, 24-25, Est. III, fot. 8; 2004, 32-33; PRÓSPER 1997; PEDREÑO 2002, 78; SILVA 2007, 433, 643 (Epig. 58).

AF 17. Igreja, S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso Necrópole romana

É conhecida apenas através de uma referência bibliográfica da autoria de Martins Pereira. As características apresentadas para a sepultura detetada remete-nos para uma tipologia romana - (...) em S. Tomé de Negrelos, lembramos que, quando da abertura dos alicerces do corpo da actual igreja nova, lado norte, puseram-se a descoberto umas sepulturas antiquíssimas, com pavimento e lados em largas placas de tijolo, a uns quatro metros de profundidade. Infelizmente não foram estudadas. (...) (MARTINS 1953, 132, nota 2;).

Bibli. - MARTINS 1953, 132, nota 2.

AF 18. Ginjo (Mourinha), Tomé de Negrelos, Santo Tirso. Tesouro monetário

Achado monetário ocorrido em 1946 num campo junto ao caminho de Ginjo, em S. Tomé de Negrelos. Segundo Martins Pereira o tesouro seria composto, por - (...) Três quilos de moedas romanas, em cobre, de Constantino Magno, e anteriores (...) (PEREIRA 1953, 131). Segundo o mesmo autor - (...) A vasilha de barro logo se desfez, indo as moedas parar às mãos de particulares (...).

O achado foi noticiado pelo *Jornal de Notícias* de 22 de julho de 1946, onde, segundo Martins Pereira, terá sido trocado o nome do

local de proveniência do tesouro. Por último, o mesmo achado, terá sido lembrado no *Jornal de Santo Thyrsó*, na correspondência de S. Tomé de Negrelos (16-IV-1954, n.º 50).

Atualmente desconhece-se o seu local de depósito.

(...) São abundantes os vestígios no Norte do país da passagem e domínio romano. De vez em quando descobre-se um Castro, uma Citânia, ou objectos dessas épocas recuadas.

Agora mesmo, quer dizer, na passada sexta-feira em S. Tomé de Negrelos, no monte da Mourinha, sobranceiro a Santa Margarida, ou seja próximo duma Citânia em exploração, há tempos descoberta, um rapazito de 10 anos, que por ali andava a fazer regos para levar a água aos campos de milho, foi atraído por umas pequenas rodela acobreadas que lhe pareceram sob a vista, e que lhe despertaram desde logo a curiosidade. Removendo o terreno, o rapazito em questão foi encontrando numerosos daqueles objectos, alguns deles bastante gastos, quase a desfazer-se, mas outros ainda inteiros.

Que seria? Que não seria? O petiz juntou cerca de três quilos do dito achado. E logo que os mostrou à gente do local, não faltou quem disse-se: É dinheiro! São moedas antigas. E eram.

De facto, o nosso correspondente em Negrelos (Aves) trouxe-nos 39 dessas moedas. A maior parte delas estão a desfazer-se. Mais ainda há uma ou outra em que se vê claramente a efígie e as figuras que lhe correspondem.

Um nosso camarada pode identificar uma dessas efígies, como a do imperador Constantino. Enfim, estamos em presença dum achado que embora não se deva considerar precioso, tem manifesto valor histórico (...). JN, n.º 51, de 22 - VII - 1946

(...) A falta de proprietários que vedam terrenos mais próprios para construções, os habitantes desta freguesia (S. Tomé de Negrelos) vêm-se obrigados a edificar as suas moradias nos montes.

Nos últimos anos, a encosta do alto de Santa Margarida, tem sido a que mais se tem povoado. Por isso, os seus novos habitantes, tratam de remover aquelas terras áridas e escabrosas, para as transformar em quintais produtivos. Nestes trabalhos, alguns proprietários têm encontrado uma espécie de mós de moinhos antigos e outros objectos, que devem ser arrecadados por quem de direito, para estudo.

É preciso que não se repita o que sucedeu em 1946, com as centenas de moedas antigas achadas no lugar de Ginja, que todas foram parar às mãos de particulares. À secção do Turismo de Santo Tirso, compete velar por estas coisas. E já que se fala no alto de Santa Margarida e no Turismo, cabe aqui um alvitre: o Turismo de Santo Tirso, servindo-se do horto municipal, devia mandar arborizar aquele alto belo-miradouro de panoramas admiráveis. (...) JST, 16 - IV - 1954, n.º 50

Bibli. - BARCA 1953, 34; PINHEIRO 1957, 24, nota 2; *Jornal de Notícias*, ano 59, n.º 51 de 22 de julho de 1946; *Jornal de Santo Thyrsó*, 16.04.1954, n.º 50; MOREIRA 2004a, 37.

AF 19. Pinheiros, Vila das Aves, Santo Tirso

Materiais romanos

Materiais romanos (tégulas, machados e enxadas de ferro) encontrados em 1920. Segundo o autor da notícia, Padre Joaquim da Barca, teriam sido enviados para o Museu Etnológico «Leite de Vasconcellos» pelo Sr. João Bento Padilha (BARCA 1953, 34). Em carta datada de abril de 1921, o Padre Manoel D'Aguiar Barreiros, em epístola dirigida ao pároco de S. Miguel das Aves, Santo Tirso, dá conta da oferta dos materiais ao Seminário de Braga, onde era

professor de Arqueologia. Posteriormente, os materiais terão sido doados ao Museu Nacional de Arqueologia onde atualmente se encontram em depósito.

(...) Um depósito arqueológico num campo do Sr. Luís Martins Ribeiro. Pelas fugidias palavras que trocamos a respeito desse depósito, as quais, como é óbvio, não compensam uma inspecção directa do achado e visinhanças, julgo poder dizer-lhe, salvo melhor juízo, que o aludido depósito não será único da região, e acusa a proximidade de um ou mais castros, restos, na maior parte, de povoações mortas, pertencentes à época luso-romana, como se deduz dos utensílios aí encontrados, cuja amostra cuidadosamente guardo.

A telha de rebordo é caracteristicamente romana, e assim a enxada e a picareta de pá. Estas últimas. Estas últimas parecem-me não terem servido, ainda: Destinadas à venda, estavam por concluir de todo, o que, certamente, se efectuava conforme a procura.

Como vê, a analogia com as actuais, no género, é quasi perfeita, não obstante o avantajado das proporções, e mesmo sem contar com o desfalque produzido pelo desagregar das recamas oxidadas. Pois se lhe parece, com tal carcassa de séculos em cima!...

Não me sendo possível enviar-lhe agora a fotografia dos exemplares que possuo de boa-fé, pois a sua última e muito presada cartinha veio confirmar a doação que delas me fez, ai vão, ao menos, as medidas:

Picareta de pá - 0,37 de comp. Total; 0,09 de comp. da pica; 0,05 de largura na extrimidade da mesma; 0,13 de largura na extrimidade da pá; Enxada - 0,31 de comprimento (com um canto cortado); 0,17 de largura

P.e Manoel D'Aguiar Barreiros

Ecos de Negrelos, n.º 1, pp. 3, de 2 de abril de 1921

O lugar de Pinheiros dista apenas cerca de 700 m do local onde hoje se encontram as termas do Amieiro Galego. Os vestígios de superfície, muito pouco relevantes, ocupam uma pequena plataforma, de perfil longitudinal, sobranceira à margem esquerda do rio Ave.

Enxada

Proveniência - Pinheiros/Amieiro Galelo, Vila das Aves, Santo Tirso
Material - Ferro

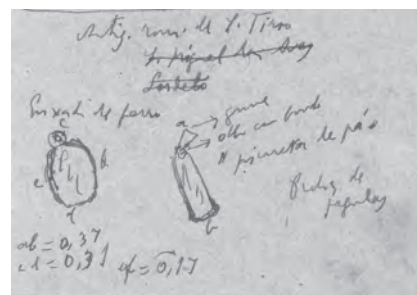
Descrição - Enxada (*sarculum*). Lâmina de formato triangular com «ombros» horizontais e arestas arredondados, dividida por uma nervura central que se prolonga até ao final da lâmina. Orifício de fixação ligeiramente elevado, de formato troncocónico. Na face exterior, no eixo oponente à lâmina, é rematada por uma protuberância de secção trapezoidal.

Dimensões - Comprimento máximo 310 mm; Largura máxima 170 mm.

Depósito - Museu Nacional de Arqueologia

Este tipo de instrumento, genericamente designado por *sarculum*, que alguns autores identificam como *sarchio* em italiano, e em português como enxada, sacho e em algumas regiões com sachola, conhece algumas variações morfológicas em função dos terrenos em que era empregue.

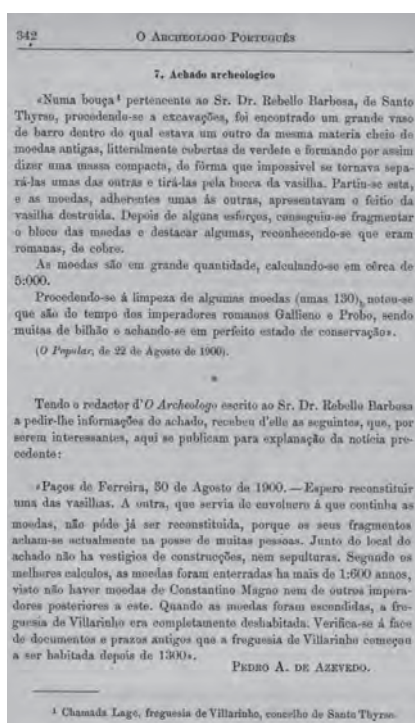
O nosso exemplar, de formato triangular, não revela uma adaptação específica para o tipo de solos da área onde foi descoberto, que se caracterizam por serem pesados e húmidos, livres de pedras, ao contrário do que se verifica em regiões de característica calcárias ou basálticas, como, por exemplo, a região centro do país em que se estabelece uma melhor relação entre forma e função (OLIVEIRA;



Apontamentos de José Leite de Vasconcellos. VASCONCELLOS, José Leite de [Autógrafo]. Acessível na biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal.

Arquivo pessoal JLV. Cx5 Informações e achados por proveniência, env. St.º Tirso.





GALHANO; PEREIRA 1968, 245, fig. 126 b e c). São conhecidos alguns paralelos, nomeadamente provenientes de Conímbriga, n.º 107, da destruição da *insula d' Andercus*, com correspondência cronológica e tipológica (ALARCÃO; PONTE 1979, 42, 44, est. VIII, n.º 107), assim como do Vale de Junco, Mação, designadamente o exemplar n.º 1, cujas características morfológicas são em tudo idênticas ao nosso exemplar - lâmina de formato trapezoidal com reforço central, anel de suporte do cabo oblíquo de secção circular e ombros retos sem garganta (CARVALHO; CABRAL 1996, 163, est. V, n.º 1 e 2)¹⁶³.

O paralelo geograficamente mais próximo é proveniente do Castro de Alvarelos (MOREIRA 2010, 987-988, vol. II, est. CCXXVIII, n.º 21).

Bibli. - BARCA 1953, 34; PINHEIRO 1957, 24-25, nota 2; MOREIRA 2004a, 28.

AF 20. Bouça da Lage, Vilarinho, Santo Tirso.

Tesouro monetário

Tesouro monetário recolhido em 1900, do qual apenas conhecemos referências bibliográficas. O local exato do seu ocultamento não se conhece, assim como o paradeiro das moedas. O "Noticiário Arqueológico" publicado na revista *O Archeólogo Português* de 1900 transcreve a notícia do jornal *O Popular* de 22 de agosto de 1900, que dá conta da sua descoberta, informando que o achado ocorreu no âmbito de "umas escavações", sem precisar a sua natureza. Segundo a descrição o lote de moedas, cerca de 5000, encontrava-se no interior de um vaso de cerâmica que, por sua vez, estava depositado dentro de um outro, que terão sido fragmentados para retirar as moedas, que estariam em bom estado de conservação, apesar de concrecionadas, tendo sido desagregadas para análise.

A segunda parte do artigo transcreve o conteúdo de uma carta dirigida a Leite de Vasconcellos por Rebello Barbosa em resposta a um pedido de informação formulado pelo autor da notícia, na qual é referido que não se identificou qualquer contexto arqueológico associado - (...) *Junto do local do achado não há vestígios de construções, nem sepulturas.* (...).

Embora a descrição do "tesouro" seja pouco precisa, a referência aos imperadores Galieno (253-268) e Probo (276-282), após a "análise" de 130 moedas, remetem-no para uma cronologia do séc. III.

A datação deste tesouro, cujo paradeiro se desconhece, é pouco precisa, uma vez que a referência bibliográfica apenas nos remete para "moedas dos imperadores Galieno e Probo, após a limpeza de 130 moedas", o que considerando o volume do tesouro é manifestamente pouco relevante, além de que, os tesouros monetários do séc. III identificados no do convento bracaraugustano não são abundantes, e na área meridional simplesmente episódicos. Refira-se, a propósito - 1. Tesouro de Panóias, apenas conhecido pela referência de Mateu y Llopis, que o identifica como tesouro de Salonina (MATEU Y LLOPIS 1947-48, 68; MIRA 1995-1997, 132-133); 2. Tesouro de Vila Caiz, Amarante, descoberto na década de 1940, composto por 54 exemplares de Aureliano, sendo 52 radiados e 2 quarto radiados (CENTENO 1981, 121-129; MIRA 1995-1997, 142, 167) 3. Tesouro das Fragas do Piago, Salto, Montalegre,

163. Estas duas peças foram inicialmente publicadas em 1987 num artigo específico sobre o espólio metálico da estação referenciada, embora sem referência crono-estratigráfica (CARVALHO; PONTE 1987, 105-106).

descoberto em 1954, composto por 2.873 unidades, incluindo vários exemplares de DIVO CLAUDIO, sendo os exemplares mais tardios de Tácito (275-276) (RAMÍRES 1995, 75 - 93; HIPÓLITO 1960-61, 103-105; MIRA 1995-1997, 144, 173); 4. Tesouro de Chaves, descoberto em data anterior a 1929, desconhecendo-se o número exato de exemplares, conservando-se apenas 212 exemplares que se repartem entre radiados e radiados reformados de Aureliano e 3 denários de Severina (CENTENO 1991, 99-120; MIRA 1995-1997, 145).

Bibli. - *O Popular*, 22 de agosto de 1990; AZEVEDO 1900, 342-343; HIPÓLITO 1960-61, 110-111, VI; MIRA 1995-97, 144.

AF 21. Paradela, Vilarinho (?), Santo Tirso *Necrópole (?)*

Referência avulsa à incorporação de uma peça no Museu da Sociedade Martins Sarmento oferecida por José de Sousa Pinto. Trata-se de - (...) *Uma vasilha de barro, romana, aparecida em Paradela, Mouriscas (Santo Tirso).* (...). Corresponderá, eventualmente, ao lugar de Mouriscas, Paradela, freguesia de Vilarinho, no extremo leste do concelho, local em que, a pouco mais de 1000 m, foi descoberto o tesouro monetário tardorromano no lugar da Lage (Bouça da Lage). A inexistência de uma descrição mais pormenorizada da peça não permite reconhecê-la com total segurança no acervo da Sociedade Martins Sarmento, contudo identifica-se um vaso como proveniente de Santo Tirso que, eventualmente poderá corresponder a este achado.

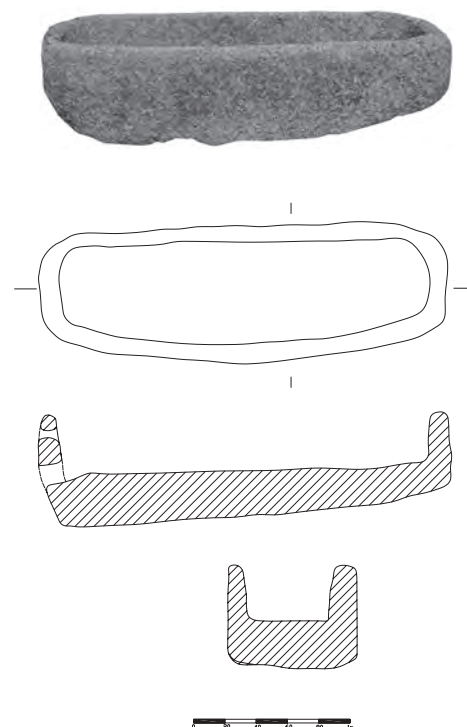
Bibli. - CARDOZO 1959, 336.

Idade Média

AF 22. Refojos de Riba de Ave, Refojos, Santo Tirso *Sarcófago*

Mosteiro efêmero, cuja datação será anterior a 1036 (*St^a. Cruz* 192v), ligado à família dos Maías. Segundo José Mattoso ter-se-á extinguido entre 1263 e 1320 (MATTOSO 1968, 35-36). Constituiu um pequeno mosteiro de “tipo familiar” que, à semelhança de muitos outros, acabou por se converter em igreja paroquial. Este tipo de cenóbios, cuja comunidade tinha uma expressão muito reduzida – geralmente composta por três ou quatro monges –, e por natureza pouco recetivos ao acolhimento de vocações extrafamiliares, estiveram sempre dependentes do percurso da família fundadora. O mosteiro de Refojos de Riba D’Ave, inicialmente ligado à família de Raupário Jeremias, na sequência de sucessivas alianças matrimoniais com os senhores de Moreira, viria a perder a sua linhagem autónoma e, nessa sequência, regista-se a transição de proprietários e, posteriormente a sua extinção (TEIXEIRA 2010, 230).

Apesar de nas construções adjacentes à igreja se identificarem elementos construtivos avulsos que eventualmente podem ter pertencido à primeira edificação, atualmente não são conhecidos vestígios estruturais relacionados com o período medieval. O elemento arqueológico mais seguro relaciona-se com um sarcófago de granito depositado no adro da igreja, cujas características tipológicas remetem para uma datação do séc. X-XI.



Sarcófago

Proveniência – Refojos de Riba de Ave

Material – Granito. Constituição uniforme sem diáclases e falhas de formação. Grão grosso.

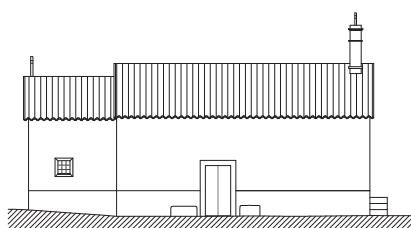
Descrição – Sarcófago de planta subretangular de cantos arredondados, assimétrico. Laterais levemente arqueados para o interior com arestas arredondadas. Base interna plana e bem regularizada. No remate inferior, ao nível da base, apresenta um orifício (dreno) de perfil troncocónico. Corpo robusto bem uniformizado nas faces laterais e rudemente talhado na inferior. Não revela qualquer tipo de decoração. Tampa ausente.

Classificação e cronologia – Sarcófago não antropomórfico | Séc. XI.

Dimensões – Comprimento máximo 2,10 m; Largura máxima 0,74 m; Profundidade 0,40/0,62 m; Espessura das paredes 0,16/0,20 m.

Depósito – Igreja Paroquial de Refojos de Riba de Ave

Bibli. – BARROCA 1987, 180, 211, est. XXX, n.º 1; TEIXEIRA 2010, 230.



0 1 2m

Capela de S. Bartolomeu - Levantamento arquitetónico (Alçados).

AF 23. S. Bartolomeu, Ervosa, Santo Tirso

Inscrição funerária

Inscrição funerária incluída na parede sudeste da capela de S. Bartolomeu de Ervosa, Santo Tirso, na qual teria sido embutida nas obras realizadas em 1823, ou, mais provavelmente, no momento da (re)edificação da capela em 1500, por iniciativa de D. Miguel da Silva. De qualquer forma, encontra-se, distante do seu contexto arqueológico original¹⁶⁴. A sua ocorrência corrobora a existência de uma igreja paroquial medieval localizada em Ervosa.

Lápide em xisto negro de recorte irregular sem campo epigráfico definido. Inscrição nítida em letra cursiva bem vincada, com gravação em bisel e profundidade regular. Letreiro organizado sem qualquer eixo de simetria. Alinhamento à esquerda com letras de diferente dimensão. Destaca-se a primeira linha, especialmente a identificação do defunto cujo nome apresenta sensivelmente o dobro do tamanho das restantes letras. Espaço interlinear irregular e alinhamento deficiente. Sofreu ao longo dos tempos várias ações que perturbaram a sua leitura, nomeadamente um decalque a negro, incongruente com os próprios signos, que originou leituras deficientes.

Dimensões – 0,325 m x 0,07 m

Altura média das letras:

L1: 1,8-2,4; L2: 1,4-1,8; L3: 1,6-1,8; L4: 1,4-1,8;

Espaços interlineares:

1: 0,5-1; 2: 0,5-2; L3: 0,8-1;

[(...) SESNA(n)DI (?) EIMICRATO FUT] / [EX H] OC S(ae)C(u)

164. A reconstrução do templo encontra-se documentada numa epígrafe consagrada por D. Miguel da Silva, à época abade comendatário do mosteiro de Santo Tirso, descoberta nas imediações da capela, hoje depositada no Museu Municipal.

Leitura: [M]ICHAEL [SYLVIVS] / [E]PISCOPUS V[ISENSIS] / [TE]MPLVM BAR[THOLOMAEI] / [VE]TVSTATE COM[SVMPTVM] / RESTIT[VIT] / NA MD [...]

Tradução: Miguel da Silva, bispo de Viseu, restaurou este templo de S. Bartolomeu, arruinado pela velhice, no ano de 15(...).

LO DE(t) IL(l)I D(omi)N(u)S REQUIEM / [AET]ERNAM AMEN
ERA MCLIII / (...) APRILIS

Sesnando partiu deste mundo. Que o Senhor lhe dê o descanso eterno. Ámen. Era de 1154 (1116) de Abril.

Leituras e interpretações

1953-56 - ... SESNÁDI / / DNS REQVIEM / RNAM AMEN
ERA MCL(?) III / ... APRILIS - SANTARÉM, 436, n.º 2; 455

1989 - (...) SESNANDI DEI FAMULUS MIGRAVIT (?) / (EX)
HOC SAECULO. DET ILLI DOMINUS REQUIEM / AETERNAM.
AMEN ERA MCLIII / (...) APRILIS - CORREIA 1989=1997, 99-100.

1999 - [...] SESNA(n)DI EIMICRATO FUIT / HOC S(e)C(u)LO
DE ALI (?) D(omi)N(u)S REQUIEM / [ete]RNAM AMEN ERA M
C^a 2^a IIII^a / APRILIS - BARROCA 1999, 154-156

Bibli. - SANTARÉM 1953a, 436, 455; CORREIA 1989, 9-10; 1997
99-100; 2000b, 87-94; BARROCA 1999, 154-156, 320 est. XXII, n.º
1-2.

AF 24. S. M. do Campo, S. Martinho do Campo, Santo Tirso *Sarcófagos*

Sarcófagos recolhidos na Quinta de Arnosela, S. Martinho
de Campo. Estiveram depositados durante muitos anos na Quinta
do Passal, na mesma freguesia, junto da igreja paroquial, de onde
provavelmente serão oriundos.

AF 24 (I) - Sarcófago

Proveniência - Igreja matriz de S. Martinho do Campo, S. Martinho
do Campo, Santo Tirso.

Material - Granito da região. Constituição uniforme sem diáclases e
falhas de formação. Grão grosso e abundante biotite.

Descrição - Sarcófago de planta subretangular de cantos
arredondados, assimétrico, de recorte antropomórfico com leve
estritamente junto à cabeceira. Laterais levemente arqueados para o
interior com arestas arredondadas configurando uma arca ovalóide.
Base interna plana ligeiramente irregular. No remate inferior, ao
nível da base, apresenta um orifício (dreno). Corpo robusto bem
uniformizado nas faces. Tampa ausente.

Decoração composta por um cordão circundante a meia altura,
relevado nos dois topos, cabeceiras e pés, formando um cruciforme
quando é cruzado por um segmento vertical. Na face lateral direita,
por cima do cordão, encontram-se representados dezasseis arcos
de pequena dimensão unidos pelo cordão em relevo. Iconografia
diversa, mas, simultaneamente, afim em alguns aspetos à decoração
identificada no sarcófago de Serzedelo, Guimarães, facto que permite
supor que poderá eventualmente pertencer ao mesmo ateliê, cuja
proximidade dos achados parece reforçar.

Classificação e cronologia - Sarcófago oval de recorte antropomór-
fico | Séc. IX-X.

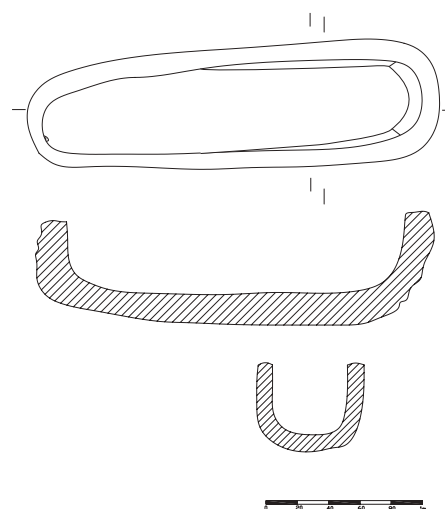
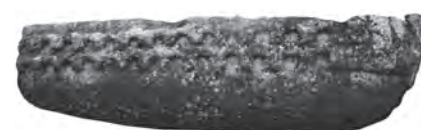
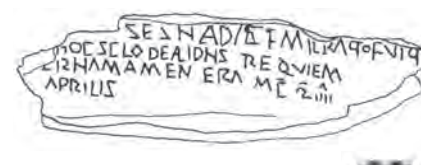
Dimensões - Comprimento máximo 2,10 m; Largura máxima 0,76
m; Profundidade 0,45/0,69 m; Espessura das paredes 0,16/0,18 m.

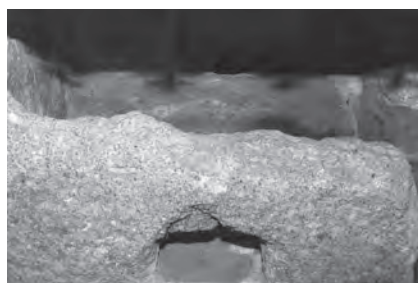
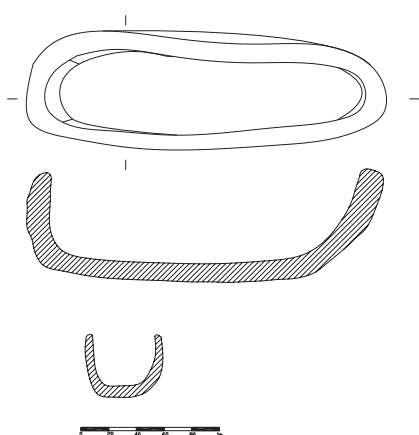
Depósito - Quinta de Arnosela, S. Martinho do Campo.

Bibli. - BARROCA 1987, 211, est. XXIX, n.º 6.

AF 24 (II) - Sarcófago

Proveniência - Igreja matriz de S. Martinho do Campo, S. Martinho





Igreja S. Miguel do Couto
- Pia Batismal

do Campo, Santo Tirso.

Material – Granito da região. Constituição uniforme sem diáclases e falhas de formação. Grão grosso e abundante biotite.

Descrição – Arcaz de planta ovoide, não antropomórfico, de recorte irregular e assimétrico. Laterais levemente arqueadas para o interior com arestas arredondadas. Base interna plana ligeiramente irregular. No remate inferior, ao nível da base, apresenta um orifício irregular (dreno). Corpo robusto bem uniformizado nas faces. Tampa ausente.

Classificação e cronologia – Sarcófago ovoide | Séc. IX-X.

Dimensões – Comprimento máximo 2,10 m; Largura máxima 0,76 m; Profundidade 0,42/0,58 m; Espessura das paredes 0,14/0,18 m.

Depósito – Quinta de Arnosela, S. Martinho do Campo.

Bibli. – BARROCA 1987, 211, Est. XXIX, n.º 5.

AF 25. S. M. do Couto, S. Miguel do Couto, Santo Tirso *Pia batismal, Igreja Paroquial*

A pia batismal recolhida na igreja de S. Miguel do Couto, amplamente referida por hagiógrafos, corógrafos e historiadores, como tendo sido utilizada no batismo de S. Rosendo, constituiu a razão de ser de um extenso reportório de lendas que, no essencial, relatam o milagre do batismo do ilustre santo tirsense – (...) *aproximando-se o tempo de batismo, o pai e a mãe de S. Rosendo tomam a firme resolução de que recebesse o sacramento da fé no local onde tinha sido prometido por Deus através de S. Miguel Arcanjo (Igreja do Salvador / Monte Padrao). Ora quando a pia de pedra, na qual havia de ser regenerado, era transportada num carro puxado por bois, por providência da divina graça, ao passar diante dos batentes da Igreja de S. Miguel, que ha pouco haviam consagrado, o carro quebrou-se, tal como a pia, que vulgarmente se chama fonte, e que se encontra guardada com todas as honras na actual igreja Matriz de S. Miguel do Couto. Os pais, que interpretaram o acontecimento como sinal e determinação divina, baptizaram ali o menino e desvincularam por direito testamentário a igreja de S. Miguel da igreja de S. Salvador, que fica no monte Córdova, onde tinha sido prometido. (...)* (CORREIA; MOREIRA; BORGES 2007, 11).

A pia encontra-se atualmente sob o altar colateral da capela-mor da igreja de S. Miguel do Couto, dedicado a S. Rosendo. Foi redescoberta por Joaquim Alberto Pires de Lima, em 1939, com base na tradição popular e, fundamentalmente, no relato de Frei Leão de S. Tomás, produzido na sua obra de referência *Benedictina Lusitana* (1651) (LIMA 2000, 308-310; CORREIA 2000, 308-310).

Relacionado com os mais antigos vestígios de ocupação, eventualmente conotados com a pia batismal e sua abrangência cronológica, regista-se a referência do aparecimento de materiais arqueológicos (pedras antigas, tijolos e mós de moinhos) num campo designado *Agra de Salas*, em S. Miguel do Couto, junto da igreja paroquial – (...) *Em S. Miguel do Couto, na encosta do monte, mais acima da igreja, existe um rochedo, ainda hoje denominado Penedo da Condessa. Reza a tradição que ali receberia Santa Ilduara a anunciação que lhe fez o Arcanjo S. Miguel. Ainda hoje se cultiva, ali perto, um grande campo denominado Agra de Salas, no qual e junto do qual, se têm encontrado "pedras antigas, tejos e mós de moinho. (...)*. (LIMA 1947, 166-167)¹⁶⁵.

165. A mesma referência bibliográfica pode identificar-se no - *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural* de 1952, vol. II, n.º 2, inteiramente dedicado

Segundo a sequência da descrição, o autor refere-se ao local de aparecimento dos “materiais arqueológicos” como estando localizado acima da igreja de S. Miguel do Couto, próximo do “Penedo da Condessa”, portanto, sensivelmente a meio do trajeto da atual vila de S. Miguel do Couto e o Monte Padrão. Apesar dos intensos trabalhos de prospeção arqueológicos realizados na área não se conhece a localização dos vestígios reportados, sendo mesmo questionável a sua existência nos termos referidos. Aliás, a primeira menção bibliográfica a propósito, com significativas semelhanças à do autor, identifica-se na *Benedictina Lusitana*, onde Frei Leão de S. Tomás reporta – (...) *Teue também Dom Gutierre o titolo de Conde como seu Pay, que naqueles tempos era o mesmo, que governador de alguma Provincia, e assi se entende que teue o mesmo governo, parte em Galisa, parte em Portugal. Era Senhor de hum Villa chamada Salas no Bispado do Porto, que estaua fundada perto do nosso Mosteyro de Santo Thyrsso, ao pé de monte Cordoua, e à vista do Rio Que; e ainda hoje naquela parte há hum campo de muyto pedregulho chamado Sala, por onde parece que ali estalão os paços em que o Conde Dom Gutierre, e a Condeça Dona Aldara fazião sua habitação ordinária* (...) (TOMÁS 1651, vol. II, 145, col.1-2) – sugerindo que a referência tenha servido de base à que aqui se aprecia.

Pia Batismal

Proveniência – S. Miguel do Couto

Material – Granito. Constituição uniforme sem diáclases e falhas de formação. Grão médio.

Descrição – Pia monolítica em granito da região. Possui um formato subquadrangular, assimétrico, de recorte irregular, fundo plano de assentamento pleno e paredes verticais de espessura desigual. Está fragmentada ao nível das paredes, encontrando-se completamente ausente a do topo mais estreito e parte de uma das laterais. Numa das paredes, ao nível do fundo, apresenta um orifício de recorte irregular com cerca de 12/13 cm de diâmetro. O seu deficiente recorte e acabamento revelam que a sua produção provavelmente terá sido local.

Classificação e cronologia – Pia monolítica | Séc. X.

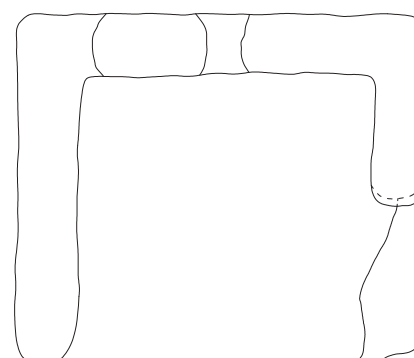
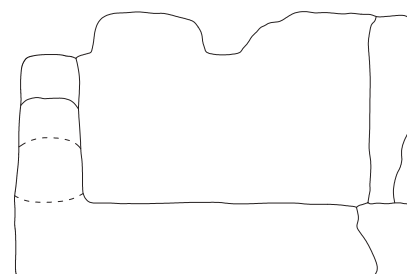
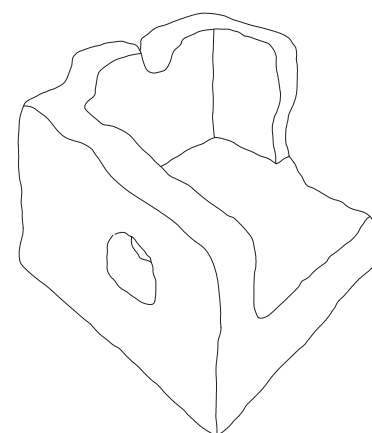
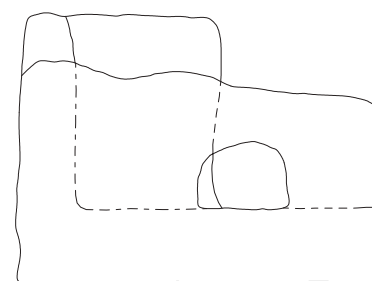
Dimensões – Comprimento máximo 0,45 m / 0,48 m; Largura 0,48 m / 0,55 m; Altura 0,21 m / 0,29 m; Orifício da parede lateral 0,11 m / 0,12 m de diâmetro.

Depósito – Igreja Paroquial de S. Miguel do Couto.

Bibli. – LIMA 2000, 308-310; CORREIA 2000, 308-310; CORREIA; MOREIRA; BORGES 2007, 11; MOREIRA 2013d, 115-116.

Constitui um dos raros exemplos de pia batismal (*vas sacrum*) de tradição pré-românica identificada em Portugal. Encontra-se vinculada às tradições visigóticas, morfologicamente afim das pias octogonais, revelando paredes verticais de baixa altura, apoiadas diretamente no solo ou sobre uma pequena base, reservada a recolher a água sagrada destinada ao batismo por aspersão ou imersão.

Morfologicamente a sua significação simbólica evoca o número quatro – a imagem do mundo terreno, as quatro paredes da terra; os quatro rios do paraíso; os quatro evangelistas; os quatro pontos



0 25cm

ao autor, no qual se recolhem excertos de textos publicados pelo mesmo. A referência em análise inscreve-se num capítulo dedicado a S. Rosendo pp. 289-300.

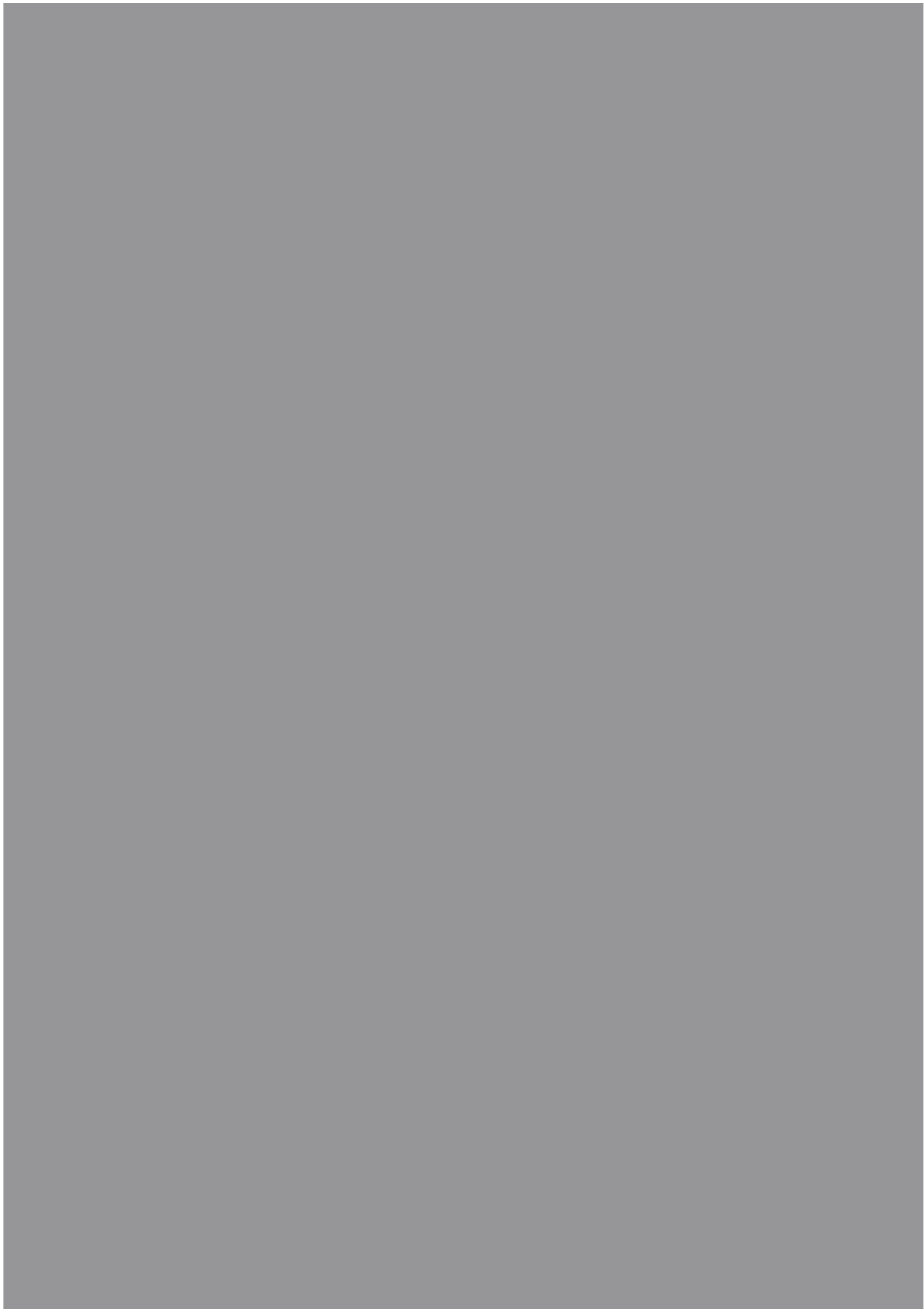
cardiais; os quatro ventos, etc.

O surgimento das pias batismais decorre do amadurecimento da cultura paleocristã, designadamente do incremento do batismo infantil, que resultou na progressiva perda de importância das piscinas profundas, uma vez que diminuía a quantidade de adultos por batizar, ao mesmo tempo que se alterava o aparato do rito com a supressão da *immersio*¹⁶⁶.

A pia batismal de S. Miguel do Couto é herdeira das formas pré-românicas características da área setentrional da península, cuja cronologia de referência, atendendo ao contexto histórico e à sua tipologia, se situa no séc. X, dentro de um repertório arcaico, à margem das obras promovidas pelas grandes instituições senhoriais. A sua possível relação com a igreja de “S. Salvador de Monte Córdova”, onde, segundo a «*Vita Sancti Rudesendi*», Ilduara recebera o anúncio do nascimento de seu filho, S. Rosendo, é confirmada pelos vestígios que atestam a existência de um templo e respetivo cemitério.

166. O batismo é o primeiro dos sete sacramentos e a porta para os demais. Era um rito purificativo praticado por certos grupos judaicos no tempo de Cristo. É também, a par do crisma e da comunhão, o primeiro dos três sacramentos requeridos para ser cristãmente adulto. No séc. I, a igreja já praticava o batismo por imersão. No séc. II a celebração do batismo torna-se mais complexa. Voltado para ocidente, o catecúmeno (alguém que já foi admitido à fé, mas que está em preparação para os sacramentos) renunciava ao pecado, e depois, voltando-se para oriente, proclamava a sua fé. Descendo nu para a piscina, o sacerdote derramava-lhe água na cabeça por três vezes (CORREIA; MOREIRA; BORGES 2007, 11).

Bibliografia



Abreviaturas (bibliografia)

AAH - Acta Arqueológica Hispánica - Madrid
 AE - L'Année Epigraphique - Paris
 AEA - Archivo Español de Arqueología - Madrid
 AP - Arqueólogo Português - Lisboa
 AB - Arquivo de Beja - Beja
 BAR - British Archaeological Reports - Oxford
 BCP - Boletim Cultural do Porto - Porto
 BCST - Boletim Cultural de Santo Tirso - Porto
 BCM - Boletim Cultural de Matosinhos - Matosinhos
 BDGEMN - Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais - Lisboa
 BRAACAP - Boletim da Real Associação dos Archite-
 tos Civis e Archeologos Portuguezes - Lisboa
 BSEAA - Boletín del Seminario de Estudios de Arte y
 Arqueología - Valladolid
 CA - Cadernos de Arqueologia - Braga
 CIL - Corpus Inscriptionum Latinarum = Hübner
 1869-1892
 CC - Censual do cabido da Sé do Porto, Porto 1924
 CM - Carta Militar
 DC - Portugaliae Monumenta Histórica. Diplomata et
 Chartae (Olisipone, 1867).
 DL - Douro Litoral - Porto
 DR - AZEVEDO, Rui de - Documentos medievais por-
 tugueses. Documentos régios I, Lisboa, 1958-1961.
 DP - Documentos Particulares. Documentos Medie-
 vais Portugueses, Lisboa, 1940.
 EAE - Excavaciones Arqueológicas en España - Ma-
 drid
 FE - Ficheiro Epigráfico - Coimbra
 HE - Hispânia Epigráfica. Archivo Epigráfico de His-
 pânia - Madrid
 IA - Informação Arqueológica - Lisboa
 IPA - Instituto Português de Arqueologia
 ILER - Inscriptiones Latinas de la España Romana =
 Vives 1971-1972
 JGS - Journal of Glass Studies - New York
 JST - Jornal Santo Tirso
 LRBC - Late Bronze Roman Coinage - London
 LV - Livros de linhagens. Livro Velho 1, Gabinete de
 Estudos Heráldicos e Genealógicos, Lisboa, 1961.
 MCV - Melanges de La Casa Velázquez - Madrid
 PDMST - Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
 RG - Revista de Guimarães - Guimarães
 RA - Revista de Arqueologia - Lisboa
 RCRFA - Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta. Ton-
 gres et Munich - Munich
 RFLPSH - Revista da Faculdade de Letras do Porto -
 Série História - Porto
 RIC - Roman Imperial Coinage, London
 RRC - Roman Republican Coinage
 RSL - Rivista di Studi Liguri, Bordighera
 SANP - Seminário de Arqueologia do Noroeste Penin-
 sular - Guimarães
 SCE - Serviços Cartográficos do Exército
 TA - Trabalhos Arqueológicos - Lisboa

Abreviaturas e acrónimos de instituições

CMP - Câmara Municipal do Porto
 CACCTI - Centro Tecnológico de Apoio à Investiga-
 ção, Universidade de Vigo - Vigo.
 CAINA - Coleção Arqueológica do Instituto Nun'Al-
 vres - Santo Tirso
 CMST - Câmara Municipal de Santo Tirso
 CMM - Câmara Municipal de Matosinhos
 CMM - Câmara Municipal da Maia
 CMPF - Câmara Municipal de Paços de Ferreira
 CMVC - Câmara Municipal de Vila do Conde
 CRAT - Centro Regional de Artes Tradicionais - Porto
 DGEMN - Direcção Geral de Edifícios e Monumentos
 Nacionais - Lisboa
 DRAEDM - Direcção Regional de Agricultura de En-
 tre-Douro-e-Minho
 FCUP - Faculdade de Ciências da Universidade do
 Porto
 FLUP - Faculdade de Letras da Universidade do Porto
 - Porto
 GACMST - Gabinete de Arqueologia da Câmara Mu-
 nicipal de Santo Tirso
 GEAP - Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto -
 Porto
 GIAN - Grupo de Investigação Arqueológica do Norte
 - Porto
 IAFLUP - Instituto de Arqueologia da Faculdade de
 Letras da Universidade do Porto - Porto
 IAFLUC - Instituto de Arqueologia da Faculdade de
 Letras da Universidade de Coimbra - Coimbra
 IPPAR - Instituto Português do património Arquitec-
 tónico e Arqueológico - Lisboa
 IPPC - Instituto Português do Património Cultural
 MEHP - Museu de Etnografia e História do Porto -
 Porto
 MMAP - Museu Municipal Abade Pedrosa - Santo Tir-
 so
 MDDS - Museu D. Diogo de Sousa - Braga
 MNA - Museu Nacional de Arqueologia - Lisboa
 MFCUP - Museu da Faculdade de Ciências da Univer-
 sidade do Porto - Porto
 MNAE - Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia
 - Lisboa
 MPG - Museu do Pobo Galego - Santiago de Compos-
 tela
 MSMS - Museu da Sociedade Martins Sarmento - Gui-
 marães
 SCE - Serviços Cartográficos do Exército - Lisboa
 SGP - Serviços Geológicos de Portugal - Lisboa
 SPAE - Sociedade Portuguesa de Arqueologia e Etno-
 logia - Porto
 UAUM - Unidade de Arqueologia da Universidade do
 Minho - Braga
 UNIARQ - Unidade de Arqueologia da Universidade
 Nova de Lisboa - Lisboa

Bibliografia

AGROCONSULTORES-GEOMETRAL

(1995) – *Carta de Solos e de Aptidão da Terra de Entre-Douro-e-Minho*, Memórias, DRAEDM, Braga.

ALARCÃO, Jorge

(1966) - O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel), *Conímbriga*, vol. V, Coimbra, pp. 7-104.

(1987) - Renovação urbana em Portugal: A formação de «Lugares Centrais» em Portugal, da Idade do Ferro à Romanização, *Ciclo de Conferências – Cidades e História*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp. 35-72.

(1988) - *Roman Portugal*, Warminster, England, vol. I, II, Fasc. 1.

(1992) - A evolução da cultura castreja, *Conímbriga*, vol. XXXI, Coimbra, pp. 39-71.

(2000) - Sobre os cantões proto-históricos do noroeste de Portugal, *Santo Tirso Arqueológico*, n.º 2-3, 2ª Série, Porto, pp. 45-50.

ALARCÃO, Jorge; **BARROCA**, Mário Jorge

(2012) – *Dicionário de arqueologia Portuguesa*, Lisboa.

ALARCÃO, Adília Moutinho; **PONTE**, Salette

(1979) - Trouvailles diverses, *Fouilles de Conímbriga – Trouvailles Diverses*, Conclusions Générales, VII, Paris, pp. 11-200.

ABALAT, Blanca García Fernández

(1990) - *Guerra y religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas*, A Coruña.

ALFOLDY, G.

(1975) - *Die Romischen Inschriften von Tarraco*, Berlin.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado

(1990) - *Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima*, Estudos Regionais, 7/8, Viana do Castelo.

(1995) - *Plano Director de Vila do Conde - Relatório de Arqueologia*, Policopiado, Vila do Conde.

(2003) - *O povoamento romano do Litoral Minhoto entre Cávado e o Minho*, Porto.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira

(1968) - *Vias Medievais de Entre-Douro-e-Minho*, Dissertação para licenciatura em História, FLUP, (policopiado).

(1969) - *A romanização das Terras da Maia*, Estudos sobre a Terra da Maia, IV, Maia.

(1974) – O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973, *III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, pp. 149-172.

(1978) - *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, Dissertação de doutoramento em História da Arte, FLUP, Porto 1978, (policopiado).

(1978) - *Casteologia medieval de Entre-Douro-e-Minho (desde as origens até 1220)*, Tese complementar de doutoramento, FLUP, policopiado, Porto.

(1972) - *Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa*, Porto.

(1986) - *O Românico, história da Arte em Portugal*, Lisboa.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira; **SANTOS**, Joaquim Neves

(1975) – Cerâmica romana tardia de Guifões, *Archaeologica Opuscula*, 1, Porto, pp. 49-56.

ALMEIDA, José António Ferreira (org.)

(1976) - *Tesouros Artísticos de Portugal*, Lisboa.

ANDRADE, Miguel Montenegro

(1952) - Carta geológica da região de Santo Tirso, *Boletim Cultural – Câmara Municipal de Santo Tirso*, Porto, pp. 303-315.

AZEVEDO, Agostinho

(1938) - *O mosteiro de Roriz. Subsídios para a sua história*, Artes e Letras, Suplemento Literário de “Novidades”, n.º 25, Porto.

(1939) - *A terra da Maia*, Subsídios para a sua monografia, vol. I, Porto.

AZEVEDO, Pedro A.

(1898) – «Guifões» Extractos Archeologicos das Memórias Paroquiais de 1758, *O Archeólogo Português*, 4, Lisboa, p. 320.

(1900) - Notícias Várias – 7. Achado Archeologico, *O Archeólogo Português*, vol. V, Lisboa, 342-343.

AZEVEDO, Rogério

(1957) – A «Ara» de Burgães» e a «Ara de Ervedosa», *O Concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural*, vol. V, n.º 3, Porto, pp. 293-301.

BARBOSA, Ignacio Vilhena

(1863) - Santo Tirso, *Archivo Pitoresco*.

(1886) – *Monumentos de Portugal: Históricos, Artísticos e Archeológicos*, Lisboa.

BARROCA, Mário Jorge

(1987) *Necrópoles e sepulturas medievais entre Douro e Minho (séc. V a XV)*, (Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, (policopiado).

(1990-91) - Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII), *Portugália*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto, pp. 89-136.

(1999) - *Epigrafia Medieval Portuguesa*, (IV vol.), Porto.

(2006) - A Cruz do Lugar das Marcas (Lousado, Vila Nova de Famalicão) e o Couto do Mosteiro de Santo Tirso, Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques, 4, Porto, pp. 137-160.

BETTENCOURT, Ana M. S.

(1991-92) – O povoado da Sola, Braga: Notícia preliminar das escavações 1991-92, *Cadernos de Arqueologia*, IIª Série, 8-9, Braga, pp. 97-118.

(2010) – Comunidades Pré-Históricas da Bacia do Leça, *O rio da memória. Arqueologia no território do Leça*, CMM, Porto, pp.33-87.

BETTENCOURT, Ana M. S.; **ALVES**, Lara B.; **RIBEIRO**, André T.; **MENEZES**, Rui T. de (2008)

– O lugar da Bouça da Cova da Moura (Ardegães, Maia), no contexto da Pré-História Recente da bacia do Leça, *Actas das Iª Jornadas Arqueológicas da Bacia do Rio Leça*, MATESINUS, n.º 6, Câmara Municipal de Matosinhos, no prelo = Gravuras rupestres da Bouça da Cova da Moura (Ardegães, Maia, Norte de Portugal), no contexto da Pré-história Recente da bacia do Leça, *Gallaecia*, n.º 31, Santiago de Compostela, pp. 47-62. 2012, ISSN: 0211-8653.

BLAZQUEZ, J. M.

(1962) - *Las religiones primitivas de Hispania*, Fuentes literárias y epigráficas, vol. I, Roma.

(1970) - Las relegiones Indígenas del área Noroeste de la Península Ibérica en relación com Roma, *Legio VII Gemina*, Leon, pp. 65-76.

(1975) - *Diccionario de las religiones prerromanas de Hispania*, Madrid.

BLOT, Maria Luísa B. H.

(2003) - Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal, *Trabalhos de Arqueologia*, 28, IPA, Lisboa.

BOUZA BREY, Fermin

(1957) - A deidade galaica Cusuneneoeco, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. V, n.º 2, Porto, pp. 252-259.

BOUZA BREY, F.; CARRO OTERO, J.; GARCÍA MARTINEZ, C.

(1973) - Excavación de túmulos dolménicos en San Andrés de Lousada (Lugo), *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 2, Madrid, pp. 39-55.

BORGES, Nestor; MOREIRA, Álvaro

(2012) - *Génese e evolução do concelho de Santo Tirso. Estrutura administrativa e órgãos autárquicos (1834-2012)*, Santo Tirso.

BRANCO, Fernando Castelo

(1963) - Correspondência de Leite de Vasconcelos com o abade Sousa Maia, *Câmara Municipal do Porto - Boletim Cultural*, n.º 26 (1-2), Mar. Jun., Porto, pp. 29-73.

CANO PAN, J. A.

(1986) - La industria lítica tallada en la cultura castreña de Galicia, *Actas - Coloquio de Proto-História e História Antiga da Península Ibérica*, Santiago de Compostela (policopiada).

CAPELA, Martins

(1895) - *Milliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal. Relíquias d'epigraphia romana trasladadas dos próprios monumentos*, Porto.

CARDOZO, Mário

(1930) - Joias arcaicas encontradas em Portugal, *Seminário de Estudos Galegos*, 75, VII, Santiago de Compostela, pp. 43-63.

(1935) - *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmento. Secção de Epigrafia Latina e de Escultura Antiga*, vol. I, Guimarães.

(1947) - *Correspondência Epistolar entre Emilio Hübner e Martins Sarmento* (Arqueologia e Epigrafia, 1879-1899), Guimarães.

(1948) - *A Citânia e Sabroso*, 3a edição, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, p. 43.

(1959) - Museu, *Revista de Guimarães*, vol. LXIX (1-2), Guimarães, p. 336.

(1961) - *Francisco Martins Sarmento. Esboço da sua vida e obra científica*, Guimarães.

(1969) - Machados de bronze ornamentados, *Abrente*, I, La Coruña, pp. 75-79.

CARDOSO, Jorge

(1666) - *Agiolégio lusitano*, III.

CARNEIRO, Alexandre LIMA

(1931) - *As águas minerais das Caldas da Saúde*. Porto. Edição do Autor. Arquivo da DRHG. Pasta IV.

(1955) - Documentário, Dicionário geográfico de Portugal, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, 3 (4), Santo Tirso, pp. 452.

CARVALHO, Rogério; CABRAL, Madalena Costa

(1996) - Algumas peças metálicas do Vale de Junco - Mação, Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado, *Actas das primeiras Jornadas Sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*, Lisboa, pp. 157-178.

CARVALHO, Rogério; PONTE, Salette

(1987) - Seis peças metálicas do vale do Junco, *Portugália*, Nova Série, vol. VI-VII (1985-86), Porto, pp.105-106.

CAVACO, A.

(1988) - *Estudo hidrogeológico das Caldas da Saúde*, p. 10.

(1988a) - *Furos de pesquisa e eventual captação de água mineral nas Caldas da Saúde*, p. 6.

CENTENO, Rui Manuel Sobral

(1981) - A circulação monetária dos Divo Cláudio na Península Ibérica: Notas sobre um tesouro do concelho de Amarante, *Portugália*, Nova Série, vol. 2/3, Porto, pp. 121-129.

(1987) - *Circulação Monetária no Noroeste da Hispânia até 192*, Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto.

(1991) - Tesouro monetário romano da região de Chaves, *Numunus*, 2ª Série, vol. 11, Porto, pp. 99-120.

CLETO, Joel

(1990) Rocha Peixoto: breves notas biográficas e arqueológicas, *O Tripeiro*, 7ª série, 9 (8), Porto, pp. 239-244.

(1992) Matosinhos: Perspectivas arqueológicas sobre 10 000 anos de ocupação humana, *O Tripeiro*, 7ª série, 11 (5), Porto, pp. 152-158.

(1993) - Castro de Guifões: a primeira «cidade» de Matosinhos, *Matosinhos - Revista Municipal*, 4, Matosinhos, pp. 38-44.

(1995) - Arqueologia matosinhense: notas histórico-bibliográficas, *Matesinus - Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos*, Matosinhos, pp. 11-19.

CLETO, Joel; FORTUNA, Jorge

(1996) - Monte Castelo. Um tesouro escondido do património histórico-natural de Matosinhos, *Matosinhos - Revista Municipal*, 14, Matosinhos, pp. 42-46.

CLETO, Joel; VARELA, J. M.

(1999) - O castro de Guifões (Matosinhos): dos estudos de Martins Sarmento às investigações da actualidade, *Revista de Guimarães*, Volume Especial, 2, Guimarães, pp. 467-479.

(2000) - O Gabinete Municipal de Arqueologia e História de Matosinhos, *Al-Madan*, 2ª Série, 9, Almada, pp. 141-144.

COELHO, F. Adolfo

(1887-89) - Nomes de deuses lusitânicos, *Revista Lusitana*, I, Porto, pp. 351-378.

COLMENERO, António Rodriguez

(1995) - Lugo, capital romana del extremo noroeste peninsular. Genesis de una ciudad, *Lucus Augusti. Urbs Romana. Los orígenes de la ciudad de Lugo*, Lugo, pp. 11-18.

(1996) - Lucus Augusti, capital de la Gallecia septentrional, *Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad. Epoca prerromana y romana* (Coord. Fernández Ochoa), Madrid, pp. 129-133.

COLMENERO, A. Rodríguez; **SIERRA**, Santiago Ferrer; **ASOREY**, Ruben D. Alvarez

(2004) - *Callaeciae et Asturiae Itenera Romana. Miliarios e outras inscrições viarias romanas do noroeste hispânico (Conventos Bracarense, Lucense e Asturicense)*, Lugo.

COFFYN, A.

(1983) - La fin de Lâge do Bronze dans le centre - Portugal, *O Arqueólogo Português*, IV Série, 1, Lisboa, pp. 169-196.

(1985) - *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Paris.

CORRÊA, António Augusto Mendes

(1916) - Sobre alguns objectos proto-históricos e lusitano romanos especialmente de Alpiarça e Silvã, *O Arqueólogo Português*, 21, Lisboa, p. 336.

(1924) - *Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto.

(1935) - *As origens da cidade do Porto*, 2ª edição, Porto.

CORREIA, Francisco Carvalho

(1989) - Areias até ao séc. XI, *Ave - Cadernos de Cultura*, 4, Câmara Municipal de Santo Tirso, Braga.

(1994) - *A Igreja matriz e o antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso*, Colecção de Guias do Património Cultural do Concelho de Santo Tirso, 1, Porto.

(1997) - *O mosteiro de Roriz*, Guias do Património do Concelho de Santo Tirso, n.º 2, Porto.

(1998) - *O abade Pedrosa. O perfil do Sacerdote*, JST, 27 de Novembro de 1998, pp. 8-9, (Página Literária de Cultura Tirsense, 100).

(1999) - *A Igreja Matriz de Santo Tirso*, Câmara Municipal de Santo Tirso, Porto.

(2000) - O Abade Pedrosa. Perfil de humanista de um sacerdote. Na senda dos pioneiros da arqueologia de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, n.º 2-3, 2ª Série, Santa Maria da Feira, pp. 15-44.

(2000a) - O abade Pedrosa. O perfil do Sacerdote, *Santo Tirso da Cidade e do seu Termo*, vol. II, Braga, pp. 559-571 = *O abade Pedrosa. O perfil do Sacerdote*, JST, (Página Literária de Cultura Tirsense, 100, 27 de Novembro de 1998, pp. 8-9.

(2000b) - A paróquia medieva de S. Bartolomeu de Ervosa ou da Lagoncinha, *Santo Tirso da Cidade e do seu Termo*, vol. I, Braga, pp. 87-94 =, JST, *A paróquia medieva de S. Bartolomeu de Ervosa ou da Lagoncinha*, Página Literária de Cultura Tirsense, 100, 17, 24 de Novembro de 1998, pp. 9-10.

(2000c) - Contribuição para a carta arqueológica do

concelho. A ocupação humana das Caldas da Saúde, *Santo Tirso da Cidade e do seu Termo*, vol. I, Braga, p. 143.

(2001) - O Abade Pedrosa. Nos 150 anos do seu nascimento, *Santo Tirso da Cidade e do seu Termo*, vol. III, Braga, 2001, pp. 229.

(2004) - Carlos Faya Santarém (1921-1989). Um notável estudioso das coisas de Santo Tirso, *Santo Tirso da Cidade e do seu Termo*, vol. V, Santo Tirso, pp. 341-347 = Página Literária de Cultura Tirsense, n.º 126, JST de 30 de Março de 2001, pp.10-11.

(2004a) - O culto do deus Cosus na geografia de Santo Tirso, *Santo Tirso. Da cidade e do seu Termo*, vol. V, Braga, pp. 113-116.

COSTA, D. António Carvalho

(1706-1708) *Corografia Portuguesa*, Lisboa.

CRUZ, Belchior

(1897) - Objectos entrados ultimamente no Museu Figueira da Foz, *O Archeólogo Português*, 3, Lisboa, p. 300.

CRUZ, Domingos Jesus; **BRITO**, Mário

(1991) - *A coleção arqueológica do Abade Sousa Maia*, Vila do Conde, N/S, 7, Vila do Conde, pp. 5-13.

CUEVILLAS, Lopez;

(1933-34) - Estudos sobre a idade do ferro no noroeste da península - A relíxion, *Archivo Español de Arqueologia*, VI, Madrid, pp. 295-367.

DIAS, António José Guerner; **RODRIGUES**, Benedito Gonçalves; **PRAIA**, João Félix

(1995) - *Geologia do Concelho de Matosinhos. Aspectos mais significativos*, Matosinhos, Monografias do Concelho, 1, Matosinhos.

DINIS, António Pereira

(1993) - *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio a.C.*, FLUP, Porto (Tese de mestrado, policopiado).

DMSG

(1953) - *Le Portugal Hydromineral*. Lisboa.

DGEMN

(1937) - *Igreja de S. Pedro de Roriz*, Boletim n.º 9, Lisboa.

ENCARNAÇÃO, José

(1970) - Lápides a divindades indígenas no Museu de Guimarães, *Revista de Guimarães*, vol. LXXX, Guimarães, pp. 207-238.

(1975) - *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.

(1984) - *Inscrições romanas do convento Pacensis*, Coimbra.

FÁBREGAS VALCARCE, R.

(1984) - La industria de piedra pulida en las sepulturas megalíticas de Galicia, *Trabajos de Prehistorias*, 41, Madrid, pp. 129-163.

FERNANDES, R. M. Rosado

(1996) *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes, Lisboa.

FERNANDES, Luís da Silva

(2002) - Os bosques e os campos e seus deuses

no âmbito da província da Lusitânia, *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, Coord. de José Cardim Ribeiro, Lisboa, pp. 145-156.

FERREIRA, A. P. R.

(2004) - *Epigrafia funerária romana da Beira interior: Inovação ou continuidade*, Trabalhos de Arqueologia, 34, Lisboa.

FERREIRA, Oliveira da Veiga

(1970) - Alguns objectos inéditos, bastante raros, da colecção do Professor Manuel Heleno, *O Arqueólogo Português*, 4, Lisboa, pp. 165-173.

FINZI, Vita; **HIGGS**, E. S.

(1970) - Prehistoric economies in the Mount Carmel área of Palentine: site catchment analysis, *Proceedings of the Prehistoric Society*, 36, pp. 1-37.

FORTES, José

(1905) - As fíbulas do noroeste da Península, *Portugalia*, 2 (1), Porto, pp. 15-33.

GARCIA, José Manuel

(1991) - *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos. Fontes epigráficas*, Lisboa.

GONÇALVES, Flávio

(1952) - Museu Nacional de Soares dos Reis. Mós manuais de Guifões, *Catálogo-Guia do Museu Nacional de Soares dos Reis*, 2ª edição, Porto, p. 5.

(1966) - *Rocha Peixoto: depoimentos e manuscritos*, Câmara Municipal de Matosinhos, Matosinhos.

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo

(2006-07) - Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C. - 50 d.C.), *Brigantium*, 18-19.

GUERRA, Amílcar Manuel Ribeiro

(1996) - Os nomes do Rio Lima. Um problema de toponímia e de geografia histórica, *Hispania prerromana. Actas del VI Colóquio sobre Linguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*, Salamanca, pp. 147-161.

GUIMARÃES, Oliveira

(1901) - Catálogo do Museu Arqueológico, *Revista de Guimarães*, vol. XVIII, Guimarães, pp. 38-72.

(1907) - O Museu Arqueológico, *Revista de Guimarães*, vol. XXIV, Guimarães, pp. 79-86.

HARDAKER, R.

(1976) - Las hachas de cubo en la Península Ibérica, *Cuadernos de Pre-historia y Arqueología Castellonense*, 3, Castellon de la Plana, pp. 151-171.

HÜBNER, E.

(1869) - *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. II, Berlim.

JORDÁ CERDÁ, F.

(1977) - *História de Asturias*, Vitoria, Ayalga

JORGE, Victor Oliveira

(1982) - *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto - Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu* (dissertação de doutoramento (policopiado), Porto.

(1989) - Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais, *Revista da Faculdade de Letras - Série de História*, II Série, VI, Porto, pp. 365-443.

JORGE, Susana Oliveira

(1980) - A necrópole do Tapado da Caldeira, *Arqueologia*, 2, Porto, pp. 36-44.

(1980a) - A estação do Tapado da Caldeira, Baião, *Portugália*, Nova Série, I, Porto, pp. 29-50.

(1986) - *Povoados da Pré - História recente da Região de Chaves - V.ª P.ª de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental)*, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, Braga.

(1988) - *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Monografias Arqueológicas, 2, GEAP, Porto.

JÚNIOR, J. R. Santos

(1940) - Arte rupestre, Congresso do Mundo Português - *Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (I Congresso)*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários. Secção dos Congressos, vol. I, Lisboa, pp. 327-376.

(1963) - As gravuras litotripticas de Ridevides (Vilarica), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, n.º 19 (2), Porto, pp. 111-144.

LAMAS, M. Chamoso

(1955) - Santa Mariña de Aguas Santas (Orense), *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 10(30), Santiago de Compostela, pp. 41-88.

LANHAS, Fernando; **BRANDÃO**, D. Pinho

(1969) - Inventário de Objectos e Lugares com Interesse arqueológico, *Revista de Etnologia*, 12 (2) Porto, pp. 295-344.

(1971) - "Pesos de rede" ou pesos de pedra com entalhes para pesca. Tentativa de sistematização, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, Lisboa, pp. 581-589.

LEAL, A. Pinho; **FERREIRA**, A.

(1873-1928) - *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 12 vols.

LEAL, Pedro; **LOURO**, Mário; **ROSA**, Manuel; **ALAR-CÃO**, Pedro; **RIBEIRO**, José; **PACHECO**, Nuno

(1985) - *O Mosteiro de Vilarinho*, FAUP, policopiado, Porto.

LEPIERRE, C.

(1917) - Estudo químico, bacteriológico e radioactivo das Águas das Caldas da Saúde, Santo Tirso, p. 75.

LE ROUX, Patrick

(1982) - *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'auguste a l'invasion de 409*, Paris.

(1993) - Vicus et Castellum en Lusitanie sous l'impire, *Studia Historica - Historia Antigua*, 10-11, Salamanca, pp. 151-160.

(2002) - Soldats et cultes indigènes dans les provinces occidentales au haut-empire, *Conimbriga*, vol. XLI, Coimbra, pp. 105-126.

(2011) - Soldats et cultes indigenes dans les provinces occidentales au haut-empire, Actas do II Colóquio Internacional de Epigrafia «Culto e Sociedade» - Sintra

16-18 Março de 1995, *Sintria* III-IV (1995-2007), Sintra, pp. 249-267.

LE MOS, Francisco Sande Lemos

(1987) - As Três idades da Arqueologia Portuguesa, *Forum*, 2, Braga, pp. 5-12.

(1989) - *O abade Pedrosa e a arqueologia de Santo Tirso*, AVE – Cadernos de Cultura, n.º 3, Braga.

(1999) - O contexto geográfico da fundação de *Bracara Augusta*, *Fórum*, 25, Braga, pp. 81-84.

LEISNER, V.

(1998) – *Die Megalithgräber der iberischen Halbinsel: Der Westen*, Berlin: Walter de Gruyter.

LILLIOS, Katina; **READ**, Caroline; **ALVES**, Francisco

(2000) – The axe of the Óbidos lagoon (Portugal): an uncommon find recovered during an underwater archaeological survey (1999), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3, n.º 1, Lisboa, pp. 5-14.

LOSADA, Fermín Pérez

(2002) - *Entre a Cidade e a Aldeia. Estudo arqueohistórico dos “aglomerados secundários” romanos en Galicia*, Brigantium, vol. 13, A Coruña.

LIMA, Augusto César Pires

(1940) - A correspondência Martins Sarmento - P. Joaquim Pedrosa, *Revista de Guimarães*, vol. L, n.º 1-2, Guimarães, pp. 77-105.

(1940a) - A correspondência Martins Sarmento - P. Joaquim Pedrosa, *Revista de Guimarães*, vol. L, n.º 3-4, Guimarães, pp. 181-214.

(1951) - Subsídios para a História de Santo Tirso. A Terra – Esboço Histórico – Origem do nome «Santo Tirso», *O concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural*, vol. I, 19, Santo Tirso, pp. 15-48.

(2000) - *De como um ilustre anatomista descobriu a pia Baptismal do nosso S. Rosendo*, Santo Tirso. Da cidade e do seu Termo, vol. I, Braga, pp. 308-310.

LIMA, Joaquim Alberto Pires de Lima

(1947) – *A meu ver*, Porto.

LOBATO, Maria José Folgado

(1995) - A Necrópole Romana de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia), *Portugália*, Nova Série, vol. XVI, Porto, pp. 31-110.

(1996) - *A Necrópole Romana de Gulpilhares* (Vila Nova de Gaia), F.L.U.P., (Tese de mestrado, policopiado).

LOPES, A. L.

(1892) - Águas Minero-Medicinais de Portugal. Lisboa, pp. 476.

LOPES, Ana Müller

(2011) - *Transformações na paisagem rural do norte de Portugal*, Tese de mestrado, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

MACIEL, Manuel Justino Pinheiro

(1996) - *Antiguidade tardia e paleocristianismo em Portugal*, Lisboa.

MANTAS, Vasco Gil

(1996) - *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, Coimbra (Tese de doutoramento - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), policopiado, Coimbra.

MARTINHO, Jesus Pires

(1986) – *Actividade arqueológica no Município de Santo Tirso. 1984-1985*, Santo Tirso.

(2000) – A ara votiva de S. Bartolomeu, *Santo Tirso. Da cidade e do seu Termo*, vol. I, Santo Tirso, p. 98 = JST, 22 de Dezembro de 1989, p. 8.

(1986a) - *Relatório da acção de Limpeza no castro de Santa Margarida, freguesia de Negrelos (S. Tomé), concelho de Santo Tirso*, policopiado, Câmara Municipal de Santo Tirso.

(2000) - A ara votiva de S. Bartolomeu, *Santo Tirso. Da cidade e do seu Termo*, vol. I, Braga, p. 98.

MARTINS, J. Poças; **ARAÚJO**, A. Paula;

HENRIQUES, Ilda; **TOVAR**, Luisa; **MOURA**, M. José; **SOTTOMAYOR**, M. do Rosário

(1993) - *Caracterização e Directrizes de Planeamento dos Recursos Hídricos do Norte. A Bacia Hidrográfica do Rio Ave*, Projectos de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos do Norte, (Documento de trabalho – policopiado), Porto.

MARTINS, Manuela

(1985) - Sondagens arqueológicas no Castro de Monte Padrão, em Santo Tirso, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, (2), Braga, pp. 217-230.

(1990) - *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia - Monografias, n.º 5, Braga.

(1995) - A ocupação romana da região de Braga: Balanço e perspectivas de investigação, *Actas do Congresso Histórico – 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, pp. 73-114.

MARTINS, Manuela; **JORGE**, Susana Oliveira

(1992) - Substrato cultural das etnias pré-romanas do Norte de Portugal, «Paleoetnologia de la Peninsula Iberica», *Actas de la Reunión celebrada en la facultad de geografia e Historia de la Universidad Complutense*, Madrid, 13-15 Diciembre de 1989, *Complutum*, n.º 2-3, Madrid, pp. 347-372.

MATEU Y LLOPIS

(1947-48) - Hallazgos Monetários, V, *Ampurias*, vol. IX-X, Barcelona.

MATTOS, Armando

(1946) - Uma sepultura medieval em Cête, *Douro Litoral*, II Série, vol. V, Porto, 1946, pp. 78-79.

(1947) - Inventário das Inscricões do Douro Litoral, *Douro Litoral*, 2ª Série, vol. VII, Porto.

MATTOSO, José

(1968) *Le Monachisme ibérique et Cluny. Les monastères du diocese de Porto de l'an mille à 1200*, Louvain.

(1995) - *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal*, 1096-1325. I Oposição, 5ª Edição, Lisboa.

MELO; Ana Ávila; **ARAÚJO**, Maria de Fátima

(2000) - Machados de Bronze de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, II Série, n.º 2-3, Porto, pp. 53-66.

MIRA, Isidro Martinez

(1995-97) - Tesorillos del s. III d.C. en la Península, *Lucentum*, vol. XIV-XVI, Alicante, pp. 119-180.

MONTEAGUDO, L.

(1977) - *Die Beile Auf der Iberischen Halbinsel*, Prahistorische Bronzefunde, XI, n.º 6, Munich.

MORAIS, Rui

(2005) - Autarcia e comércio em Bracara Augusta, *Bracara Augusta – Escavações Arqueológicas*, n.º 2, Braga.

MOREIRA, Álvaro de Brito

(1991) - O pontão do Arquinho, Água Longa, *Santo Tirso Arqueológico*, 1, CMST, Santo Tirso, pp. 7-24.

(1991a) - Elementos para a carta arqueológica do concelho de Santo Tirso. A estação arqueológica de Monte Padrão, *Santo Tirso Arqueológico*, 1, CMST, Santo Tirso, pp. 28-34.

(1991b) - Materiais arqueológicos do Museu Municipal Abade Pedrosa. Um bronze romano, *Revista de Ciências Históricas, Universidade Portucalense*, vol. VI, Porto, pp. 69-76 = Materiais arqueológicos do Museu Municipal Abade Pedrosa. Um bronze romano do castro de Alvarelhos, *Da cidade e do seu Termo*, Coord. Francisco Carvalho Correia, Braga, 2000, pp. 323-328.

(1991c) - *Relatório de escavações. Estação Arqueológica de Monte Padrão (Pad. 91)*, Santo Tirso (policopiado).

(1992) - Epigrafia romana do concelho de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, II, Santo Tirso, pp. 15-33.

(1992a) - Elementos para a carta arqueológica do concelho de Santo Tirso. A estação arqueológica de Alvarelhos, *Santo Tirso Arqueológico*, vol. II, Santo Tirso, pp. 34-47.

(1995) - *Relatório de escavações. Estação Arqueológica de Monte Padrão (Pad. 95)*, Santo Tirso (policopiado).

(1997) - Materiais arqueológicos do Museu Municipal Abade Pedrosa (Santo Tirso). Uma placa esmaltada proveniente da estação arqueológica de Monte Padrão, *Santo Tirso Arqueológico*, 2ª Série, n.º 1, Porto, pp. 83-87.

(1997a) - Vidros romanos no noroeste Português. Estudos monográficos de Tongobriga e Alvarelhos, *Santo Tirso Arqueológico*, n.º 1, II Série, Porto, pp. 14-82.

(1997b) - Documentos de Santo Tirso - *Portugaliae Monumenta Histórica. Diplomata et Chartae*, doc. 413 (1059), vol. I, 1867. Comentário, *Santo Tirso Arqueológico*, 1, 2ª série, Santo Tirso, pp. 141-142.

(1998) - *A área arqueológica de Alvarelhos. Memória e identidade*, CMST, 1998, Santa Maria da Feira.

(2000) - Materiais arqueológicos do Museu Municipal Abade Pedrosa. Um bronze romano do castro de Alvarelhos, *Da cidade e do seu Termo*, Coord. Francisco Carvalho Correia, Braga, 2000, pp. 323-328 = Materiais arqueológicos do Museu Abade Pedrosa. Um bronze romano, *Revista de Ciências Históricas, Universidade Portucalense*, vol. VI, Porto 1991, pp. 69-76.

(2004) - A necrópole romana da Quinta da Devesa, Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, n.º 4, 2ª Série, Barcelos, pp. 7-54.

(2004a) - Elementos para a carta arqueológica do concelho de Santo Tirso. O castro de Santa Margarida, S. Tomé de Negrelos, *Santo Tirso Arqueológico*, 3/4, 2ª

Série, Barcelos, pp. 55-68.

(2005) - A origem romana da cidade de Santo Tirso, *Escola Secundária de Tomaz Pelayo - 50 anos da sua história*, Santo Tirso, pp. 9-25.

(2005a) - O castro do Monte do Padrão. Património e Identidade, *Actas do colóquio “O castro: um lugar para habitar”*, Penafiel, 5 e 6 de Novembro de 2004, *Cadernos do Museu*, 11, Penafiel, pp. 255-276.

(2005b) - *O castro do Monte do Padrão. Do Bronze final ao fim da Idade Média*, Vila da Feira.

(2005c) - O lugar da escola. A origem romana da cidade de Santo Tirso, Catálogo da exposição - *Escola Secundária de Tomaz Pelayo - 50 anos da sua história*, Santo Tirso, p. 8.

(2006) - *O castro do Monte do Padrão. Do Bronze Final ao fim da Idade Média*, Santo Tirso, Santa Maria da Feira.

(2007) - *Museu Municipal Abade Pedrosa. Coleção Arqueológica*, Santa Maria da Feira.

(2008) - Castro do Monte do Padrão. Projecto de estudo, valorização e dinamização, *Actas do Seminário Final “CASTRENOR: cultura castrexa no noroeste peninsular”*, Mondariz 22 e 23 de Junho de 2006, Santiago de Compostela, pp. 129-145.

(2009) - A ocupação medieval do castro do Padrão. A igreja e o Mosteiro de Monte Córdova, *Monte Córdova, Santo Tirso. Elementos para uma Monografia*, Braga, pp. 9-93.

(2009a) - La ocupación medieval del castro de Padrão. La iglesia y el monasterio de Monte Córdova, *Actas del Congreso Internacional, “Rudesindus. S. Rosendo. Su tiempo y su legado”*, Mondoñedo, Santo Tirso (Portugal) y Celanova, 27-30 de Junio, 2007, Santiago de Compostela, 2009, pp. 160-175.

(2010) - *Castellum Madaiae*. Formação e desenvolvimento de um “aglomerado urbano secundário” no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave, Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela (policopiado / <http://hdl.handle.net/10347/2816>), Santiago de Compostela.

(2010a) - O Monte Padrão no quadro do povoamento medieval entre Douro e Ave, *Rudesindus. Pastor egregio, monge piedoso, defensor do solo pátrio*, Porto, pp. 215-317.

(2011) - *Santo Thyrsos de Riba D’Ave*. Notas e Comentários, Santo Tirso.

(2013) - O balneário castro do Monte Padrão, Santo Tirso, *Boletim Cultural – Vila Nova de Famalicão*, IIIª Série, nº 6/7, Vila Nova de Famalicão, pp. 101-127.

(2013a) - Provas públicas de defesa da tese de doutoramento - *Castellum Madaiae*. Formação e desenvolvimento de um aglomerado urbano secundário no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave, *Santo Tirso Arqueológico*, II Série, n.º 5, Santo Tirso, pp. 79-113.

(2013b) - Edições municipais dedicadas ao estudo e divulgação da história de Santo Tirso. Apontamento

historiográfico, *Santo Tirso Arqueológico*, II Série, n.º 5, Santo Tirso, pp. 155-189.

(2013c) - O balneário castro do Monte Padrão, Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, II Série, n.º 5, Santo Tirso, 2013, pp. 7-35.

(2013d) - Santo Tirso. As Origens do Povoamento, Santo Tirso. Das origens do povoamento à atualidade, Santo Tirso, pp. 9 - 130.

MOREIRA, Álvaro de Brito; **FRANCISCO**, Carvalho Correia; **BORGES**, Nestor

(2007) - *Rudesindus. Pastor egrégio, monge piedoso, defensor do solo pátrio*. MC aniversário do nascimento de São Rosendo. Catálogo da exposição comemorativa (Museu Municipal Abade Pedrosa), Porto, Santa Maria da Feira, pp. 264- 276.

MOREIRA, Álvaro de Brito; **CORREIA**, Francisco Carvalho

(2011) - *Santo Thyrsos de Riba D'Ave*. Notas e Comentários, Santo Tirso.

MOREIRA, Álvaro de Brito; **BORGES**, Nestor
(2012) - *Génese e evolução do concelho de Santo Tirso. Estrutura administrativa e órgãos autárquicos (1834-2012)*, Santo Tirso.

MOREIRA, Álvaro de Brito; **SILVA**, Armando Coelho Ferreira

(2010) - O rio da Memória. A romanização do vale do Leça, *O rio da memória. Arqueologia no território do Leça*, CMM, Porto, pp. 125-198.

NEVES, J. C

(1972) - Uma coleção particular de materiais romanos de Aramenha, *Conímbriga*, vol. XI, Coimbra, pp. 5-31.

NOLEN, Jannette U. S.; **DIAS**, Maria Luísa Ferreira; **VIEGAS**, João Rosa

(1981) - A necrópole de Santo André, *Conímbriga*, vol. XX, Coimbra, pp. 5-180.

OLIVEIRA, F. Veiga de; **GALHANO**, F.; **PEREIRA**, B.
(1976) - *Alfaia agrícola portuguesa*, Lisboa.

PALAZÓN, J. M. A

(1986) - *Lá cerámica pintada romana de tradición indígena en la Península Ibérica, Centros de producción, comercio y tipología*, Madrid.

PASSOS, Carlos

(1956) *O Mosteiro e a Igreja de Santo Tirso*, O Concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural da Câmara Municipal de Santo Tirso, Porto, (Sep.).

PEDREÑO, J. C. Olivares

(2000) - *Los dioses indígenas en el Noroeste de Portugal*, *Conímbriga*, vol. XXXIX, Coimbra, pp. 58-83.

(2002) - *Los dioses de la Hispania céltica*. Madrid-Alicante, *Biblioteca Archeologica Hispana*, n. 15.

PEREIRA, Isabel; **BOST**, Jean-Pierre; **HIERNARD**, Jean (1974) – Les Monnaies, *Fouilles de Conímbriga*, III, Direcção de Jorge Alarcão e R. Etienne, Mission Archéologique Française au Portugal et Musée Monographique de Conímbriga, pp. 307.

PEREIRA, Manuel Moreira

(1997) - *Água Longa - Esboço de uma monografia*, Santo Tirso.

PÉREZ, Ladislao Castro

(1997) - Brazaletes de bronze de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, 2ª Série, n.º 1, Porto, pp. 5-11.

PEIXOTO, Rocha

(1888) – *O Museu Municipal do Porto*, Porto, Sociedade Carlos Ribeiro.

(1902) – *Guia do Museu Municipal do Porto*, Porto.

(1903) – Do emprego ainda recente d'uma mó manual, *Portugalia*, 1 (4), Porto pp. 828-931.

(1905) – «Prisões» de gado, *Portugalia*, 2 (1), Porto, pp. 78-79.

(1906) – Sepulturas abertas em rocha, *Portugalia*, 2 (2), Porto, pp. 287-288.

(1908) – O Homem da Maça, *Portugalia*, 2 (4), Porto, pp. 492g-492h.

PIEL, Joseph; **MATTOSO**, José

(1980) - *PMH, Livros Velhos de Linhagens*, Nova Série, vol. I, Ed. Crítica, Lisboa.

PINHEIRO, Luís Gonzaga Martins

(1957) - *À roda de Negrelos*, Sep. “O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural”, Porto.

PINTO, Marcelo Mendes

(1995) Tesouros monetários baixo-imperiais entre Douro, Ave e Tâmega. Estado actual da investigação. La moneda hispánica y territorio, *Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua*, Madrid, vol. XIV, pp. 231-237.

PINTO, Ruy Serpa

(1927) – Introdução à arqueologia portugalense, *O Tripeiro*, 3ª série, ano 2º, 26 (146), Porto, pp. 24-25.

(1929) - Museu Martins Sarmento. VI - Lucernas, *Revista de Guimarães*, 39 (3-4), Guimarães, pp. 169-181.

(1930) - Machados de bronze das margens do Ave, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia*, Porto, 4 (3), pp. 306-308.

PONTES, J. M. Cruz

(1976) - *Martins Capela e o renascimento tomista em Portugal no século XIX*, Braga.

QUEIROGA, Francisco Reimão

(1992) - *War and Castros. New approaches to the Northwestern Portuguese Iron Age*, Dissertação de Doutoramento, Oxford, policopiado.

RAMIRES, M.

(1955) - O tesouro de «antoninianos» das Fragas do Piago, *Nummus*, III, 2-9, Porto, pp. 75-93.

REAL, Manuel Luís; **SÁ**, Pedro

(1982) - *O mosteiro de Roriz na arte românica do Douro Litoral*, Sep. Actas do Colóquio de História Local e Regional – Santo Tirso, 1979, Santo Tirso.

REY, Beatriz Comendador

(1998) - Los inicios de la metalurgia en el Noroeste de la Península Iberica, *Brigantium*, vol. 11, A Coruña.

RELLÁN, Rodríguez; **VALCARCE**, Ramon Fabregas

(2011) - La industria lítica en el Noroeste de la Península Ibérica durante el III y IV milénios a.C., *Las Comunidades Campaniformes en Galicia. Cambios sociales en el III y IV milénios BC en el NW de la Península Ibérica*, Pontevedra, pp. 249-258.

RIBEIRO, André T.; **MENEZES**, Rui T.

(2007) – *O povoamento pré-histórico e proto-histórico no concelho da Maia. Primeira abordagem*, Comunicação apresentada nas 1as Jornadas Arqueológicas do Vale do Neiva, Matosinhos, Outubro de 2007. Disponível on-line em <http://cultura.maiadigital.pt/>

RIBEIRO, Orlando

(1963) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 2ª Edição, Lisboa.

SALAÑER, Eduardo Pitillas

(1998-1999) – Integración y promoción social de las poblaciones indígenas del noroeste hispánico dentro del esquema organizativo romano: Ejército y minería, *Memorias de Historia Antigua*, XIX-XX, Oviedo, pp. 225-244.

SANCHES, Maria de Jesus

(1981) – Recipientes cerâmicos da pré-história recente no Norte de Portugal, *Arqueologia*, n.º 3, Porto, pp. 88-98.

(1982) – Vasos da estação arqueológica do Corvilho - Santo Tirso, *Arqueologia*, n.º 4, Porto, pp. 56-61.

(1988) – O povoado da Lavra (Marco de Canaveses), *Arqueologia*, 17, Porto, pp. 125-134.

SANTARÉM, Carlos Manuel Faya

(1951) – O castro de Monte Padrão, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. I, n.º 1, Porto, pp. 49-66.

(1952) – Algumas peças inéditas do Museu Abade Pedrosa, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. II, n.º 1, Porto, pp. 105-111.

(1953) – Duas inscrições romanas inéditas do concelho de Santo Tirso, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. II, n.º 3, Porto, pp. 397-401.

(1953a) – Inscrições do concelho de Santo Tirso. Séculos XI a XIX, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. II, n.º 3, Porto, pp. 435-462.

(1954) – Um bronze de arte, *Revista de Guimarães*, 64 (1-2), Guimarães, pp. 31-39.

(1954a) – Inscrições portuguesas do concelho de Santo Tirso. Século XII-XIX, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. III, n.º 1, Porto, pp. 57-93.

(1955) – O castro de Monte do Padrão. Campanhas de 1952-53-54, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. III, n.º 4, Porto, pp. 397-429.

(1956) – Um notável instrumento pré-histórico do círculo nórdico encontrada em Monte Córdova, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, IV, n.º 1, Porto, pp. 69-72.

(1956a) – Algumas peças inéditas do Museu Abade Pedrosa II - Espólio arqueológico do Corvilho, Santo Tirso, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. IV, n.º 2, Porto, pp. 169-177.

(1956b) – Inscrições Portuguesas do concelho de Santo Tirso, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. IV, n.º 3, Porto, pp. 271-288.

(1956c) – Inscrições romanas no concelho de Santo Tirso, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol.

V, n.º 1, Porto, pp. 63-70.

(1956d) – *Santo Tirso. Ligeiros apontamentos para uma monografia*, Santo Tirso.

(1977) – Uma inscrição romana de Alvarelos, Santo Tirso, *Santo Tirso - Boletim Cultural Concelhio*, vol. I, n.º 1, Porto, pp. 161-170.

(1977a) – *Santo Tirso. Ligeiros apontamentos para uma monografia*, Porto.

(1979) – Génese do concelho de Santo Tirso, *Actas do Colóquio de História Local e Regional*, (Santo Tirso, 17-18 de Março de 1979), Porto, pp. 407-414.

SANTOS, Joaquim Neves

(1955) – *Guifões. Notas Arqueológicas, Históricas e Etnográficas. Castrum Quiffiones*, vol. I, Porto.

(1959) – *A Torre de Linhares na época romana*, Matosinhos.

(1962) – Serpentes geminadas em suástica e figurações serpentiformes do castro de Guifões, *Lucerna*, 3, Porto, Sep. 5-25.

(1962a) – Altar com covinhas no castro de Guifões, *Studium Generale*, 9 (1), Porto, pp. 230-282.

SARMENTO, Martins

(1884) – O soldado que venceu Viriato, *A Vida Moderna*, VI, n.º 6, Porto, pp. 303-304.

(1985) – A inscrição de Burgães, *A Vida Moderna*, VI, n.º 6, Porto, (Sep.) pp. 1-3.

(1887) – Para o Pantheon Lusitano, *Revista de Guimarães*, vol. I, Porto, pp. 227-240.

(1888) – A propósito do “Roteiro de Tesouros”, *Revista de Guimarães*, vol. V, Guimarães, pp. 5-11.

(1888) – Antigualhas, *Revista de Guimarães*, vol. V (4), Guimarães, pp. 157-163.

(1895) – A inscrição de Santo Tirso, *A Vida Moderna*, XVI, n.º 17, Porto, pp. 178-179.

(1901) – Extractos da correspondência enviada por F. Martins Sarmiento a Leite de Vasconcellos, *O Arqueólogo Português*, 6, Lisboa, pp. 32-38.

(1933) – *Dispersos*, vol. I-II, Coimbra.

(1953) – Correspondência entre Martins Sarmiento e o Abade de Miragaia, Pedro Augusto Ferreira, *Revista de Guimarães*, 63 (3-4), Guimarães, p. 275.

(1970) – Antiqua, *Revista de Guimarães*, 80, Guimarães, pp. 38-48.

SCHMIDT, Joël

(1985) *Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine*, Paris.

SEVERO, Ricardo

(1893) – Um vaso romano de barro cozido, *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, vol. II, Porto, pp. 130-131.

SILVA, Armando Coelho Ferreira

(1983) – *Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira)*, Paços de Ferreira

(1983-1984) – A cultura castreja no Noroeste de Portugal: habitat e cronologias, *Portugália*, Nova Série, 3-4, (Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste), Porto, pp. 121-129.

(1986) – *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.

(1986a) – Paços de Ferreira. As origens do povoamento:

do megalitismo à romanização, *Paços de Ferreira – Estudos monográficos*, Paços de Ferreira, pp. 95-196.

(1999) - *Citânia de Sanfins*, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.

(2007) - *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.

SILVA, Armando Coelho Ferreira; **GOMES**, Mário Varela Gomes

(1992) - *Proto-história de Portugal*, Universidade Aberta, Lisboa.

SILVA, Armando Coelho Ferreira; **MACHADO**, João (2007) - Banhos castrejos do Norte de Portugal, *Pedra formosa. Arqueologia experimental – Vila Nova de Famalicão* (Coord. Armando Coelho Ferreira da Silva). Vila Nova de Famalicão, pp. 21-62.

SILVA, Armando Coelho Ferreira; **MOREIRA**, Álvaro de Brito; (2010) - O rio da Memória. Proto-História no vale do Leça, *O rio da memória*, CMM, Porto, pp. 89-124.

SILVA, Armando Coelho Ferreira; **RAPOSO**, Luís; **SILVA**, Carlos Tavares

(1993) - *Pré-história de Portugal*, Universidade Aberta, Lisboa.

SOARES, Laura; **ARAÚJO**, M. Assunção; **GOMES**, Alberto

(2010) - O rio da Memória. Contexto geográfico do território do Leça, *O rio da memória*, CMM, Porto, pp. 11-32.

STOCKLER, C.

(2000) - Reflexões sobre a ocupação humana no Douro Litoral, Almada - *al-madan*, II Série, 9, Almada, pp. 79-93.

TEIXEIRA, Ricardo

(2010) - Idade Média. Dados e perspectivas arqueológicas sobre o território do Leça no período medieval (Sécs. IX-XIV), *O rio da Memória*, Matosinhos, pp. 199-239.

TOVAR, A.; **NAVASCUÉS**, J. M.

(1950) - Algunas consideraciones sobre los nombres de divindades del Oeste Peninsular, *Miscelanea de Filologia, Literatura e História Cultural - À memória de F. A. Coelho*, vol. II, Lisboa, pp. 178-191.

TOMÁS, Frei Leão de S.

(1951) - Benedicta Cristiana, Coimbra - Fac - símile, Lisboa, 1974, 2 vols.

TWOHIG, E. Shee

(1981) - A pedra decorada de Ardegães de Águas Santas (Concelho da Maia), *Arqueologia*, n.º 3, GEAP, Porto, pp. 49-55.

TRANOY, Alain

(1980) - Relegion et société à Bracara Augusta (Braga) au Haut-Empire romain, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, III, Guimarães, pp. 183-230.

(1981) - *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'antiquité*, Paris.

TRANOY, Alain; **Le ROUX**, Patrick

(1989-90) - As necrópoles de Bracara Augusta. As

inscrições funerárias, *Cadernos de Arqueologia*, 2ª Série, n.º 6-7, Braga, pp. 183-230.

UNTERMANN, Jürgen

(1965) - *Elementos de um atlas antroponímico de la Hispania Antigua*, Madrid.

(1980) - Los teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas, *Actas del VI Congresso de Linguas y Culturas Paleohispánicas*. Lisboa, 1980, pp. 343-363.

YANGUAS, J. Santos

(1997) - Ejército romano y minería del oro en el Norte de la Península Ibérica, *HAnt.*, XXI.

VALVÍS, F. Conde

(1955) - Las termas romanas de la «Cibdá» de Armea en Santa Marina de Aguas Santas, *III Congresso Arqueologico Nacional (Galicia, 1953)*, Zaragoza, pp. 432-446.

VAQUERO, Santiago Carretero

(1999) - El ejército romano del Noroeste Peninsular durante el alto imperio. Estado de la cuestión, *Gladius*, Tomo XIX, Madrid, pp. 143-157.

VASCONCELLOS, José Leite

(1897) - *Religiões da Lusitânia*, vol. I, Lisboa.

(1898) - O «Castêlo» de Guifões, *O Archeólogo Português*, 6, Lisboa, Museu Etnológico Português, pp. 270-272.

(1905) - *Religiões da Lusitânia*, vol. II, Lisboa.

(1913) - *Religiões da Lusitânia*, vol. III, Lisboa.

(1915) - *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*, Lisboa.

(1958) - *Cartas de Leite Vasconcelos a Martins Sarmento (Arqueologia e Etnografia)*, 1879/1899, Anotações de Mário Cardozo, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento.

VAZ, A. Luís

(1942) - *Mestre e Precursor* (Crítica da vida e obra do Padre Martins Capela, no 1º centenário do seu nascimento), Lisboa.

VEIGA, Augusto Botelho da Costa

(1936) - *Estudos de História Militar Portuguesa*, Lisboa, 2 vols.

VIANA, Abel; **DEUS**, A. Dias

(1955) - Nuevas necropolis celto-romanas de la region de Elvas, Portugal, *Archivo Español de Arqueologia*, Madrid, pp. 1-36.

(1958) - *Campos de Urnas do concelho de Elvas (Paço Ducal de Vila Viçosa, Materiais da Secção de Arqueologia)*, Coimbra.

VILLAR, Francisco

(1993-95) - Um elemento de religiosidad indoeuropea: Trebarune, Toudopalandaigae, Trebopala, Pales, Vispála, *Kalathos*, 13- 14, pp. 355-358.

